



**Título:**

Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa.  
Atas do 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa

**Edição:**

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa  
Avenida das Forças Armadas  
1649-026 Lisboa  
Tel.: +351 217903000 • Fax: +351 217964710  
E-mail: [geral@iscte.pt](mailto:geral@iscte.pt) • Sítio: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

**Organização:**

Beatriz Padilla  
Elsa Rodrigues  
Erika Masanet  
Gleiciani Fernandes  
Mariana S. Gomes  
Thais França

**Créditos:**

Capa: Raquel Cruz e Elsa Rodrigues  
Fotografia da capa: Erika Masanet

**Revisão:**

Elsa Rodrigues

L<sup>A</sup>T<sub>E</sub>X editor: Elsa Rodrigues  
using L<sup>A</sup>T<sub>E</sub>X's 'confproc' package, version 0.8 by V. Verfaillie.

**Edição digital:**

ISBN: 978-989-732-102-3  
uri: <http://hdl.handle.net/10071/3874>

Lisboa, Outubro 2012



# **Novas e Velhas Configurações da Imigração Brasileira na Europa**

---

*Atas do 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa  
4 a 6 Junho de 2012 – Lisboa, Portugal*

## **Organização**

Beatriz Padilla  
Elsa Rodrigues  
Erika Masanet  
Gleiciani Fernandes  
Mariana S. Gomes  
Thais França



## Organização

# *2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*

*4 a 6 Junho de 2012 – Lisboa, Portugal*

---

### **Comitê Científico**

*Ana Cristina Braga Martes, FGV/SP – Brasil*  
*Antonia Pedroso Lima, CRIA – Portugal*  
*Beatriz Padilla, CIES/IUL – Portugal*  
*Érika Masanet, CIES/IUL – Portugal*  
*Gláucia de Oliveira Assis, UDESC – Brasil*  
*Hélion Póvoa, UFRJ – Brasil*  
*Igor Renó Machado - PPGAS/USFCar – Brasil*  
*João Peixoto, ISEG/UTL – Portugal*  
*Jorge Malheiros, IGOT/UL – Portugal*  
*Leonardo Cavalcanti, UAB – Espanha*  
*Olivia Sheringham, IMI/University of Oxford – Reino Unido*  
*Sónia Pereira, IGOT-UL – Portugal*  
*Sueli Siqueira, UVRD – Brasil*

### **Comissão Organizadora**

*Antónia Pedrosa Lima, CRIA*  
*Beatriz Padilla, CIES-IUL*  
*Elsa Rodrigues, CRIA/FCSH-UNL*  
*Érika Masanet, CIES-IUL*  
*Gleiciani Fernandes, ICS-UL*  
*Mariana S. Gomes, CIES-IUL*  
*Suelda Albuquerque, IGOT- UL*  
*Thais França, CES-UC*  
*Viviane Mozine Rodrigues, PUC-SP*

### **Centros de Investigação**

*Organização: CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/IUL • Sítio: <http://www.cies.iscte.pt>*  
*Co-organização: CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia • Sítio: <http://cria.org.pt/site>*



## **Agradecimentos**

Agradecemos a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, na concretização do *2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*. Nossos agradecimentos especiais ao Consulado-Geral do Brasil em Lisboa; aos centros de investigação CIES e CRIA do Instituto Universitário de Lisboa; aos voluntários do CRIA e do CIES que prestaram apoio durante a realização do mesmo; e em especial, à artista plástica Letícia Barreto.

Também expressamos o nosso agradecimento aos professores e professoras membros da Comissão Científica, aos oradores convidados, aos coordenadores de mesas, aos autores e autoras dos trabalhos apresentados neste evento e aos que enviaram artigos para serem publicados neste livro.

Uma menção especial às entidades que manifestaram o seu apoio, nomeadamente à Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros, APEB – Coimbra; à Casa da América Latina da Câmara Municipal de Lisboa; à Organização Internacional para as Migrações OIM – Portugal; e às várias associações de brasileiros em Portugal: Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania – ALCC; Casa do Brasil em Lisboa; Diálogo e Acção; e a Associação Mais Brasil do Porto.

E uma palavra final de agradecimento para o GEB – Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido que para dar continuidade a esta iniciativa, aceitou o desafio de organizar o 3º Seminário em Londres, em 2014.

*A Comissão Organizadora*





## Apresentação

As migrações internacionais são uma característica inerente às sociedades contemporâneas, no entanto, os deslocamentos de pessoas entre Brasil e Europa são antigos, remontando à relação colônia-metrópole entre Brasil e Portugal. Porém, esta antiguidade não se reflete em estagnação ou uniformidade. Se no momento inicial o Brasil era um grande recetor de imigrantes vindos da Europa (de Portugal, entre outros lugares de origem), a partir de fins do século XX começam a surgir os primeiros sinais de mudança de sentido nos fluxos migratórios.

Desde a década de 80, o Brasil começa a experimentar uma viragem migratória que se aprofundou ao longo dos últimos anos do século XX e primeiros do XXI. A Europa tornou-se um destino alternativo (aos tradicionais Estados Unidos e Japão) para os brasileiros e brasileiras em busca de novas oportunidades. E ao longo dos anos subsequentes essa tendência consolidou-se. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil estima que do total de 3.122.813 imigrantes brasileiros/as em todo o mundo, aproximadamente 911.889 vivem na Europa, o que representa cerca de 29% desse total. Atualmente estamos perante um novo movimento de inversão ou reversão dos fluxos, marcado pela atual crise internacional – que afeta especialmente a União Europeia – ao mesmo tempo que o Brasil ganha terreno no cenário internacional como uma potência emergente.

Contudo, muito embora a «Europa» corresponda a um conjunto diverso de países, cada um com sua história, cultura, política, economia próprias, tem vindo a uniformizar as políticas relativas à população imigrante que acolhem nos seus territórios; com tendência à imposição de maiores restrições aos fluxos de entrada e até criminalização dos mesmos.

Com base neste cenário complexo, diverso e heterogêneo não faz sentido considerar a experiência da população brasileira como homogênea em todos esses países. Os diferentes contextos nacionais em que estes migrantes se inserem, conduzem e proporcionam trajetórias migratórias diferenciadas. E como tal, também é importante reconhecer, que sob a expressão «migrantes brasileiros/as» se encontra uma diversidade de identidades e experiências marcadas por inúmeros vetores de diferenciação tais como: classe, raça, gênero e local de origem.

Dando continuidade ao *1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, realizado em 2010 em Barcelona, propusemos conhecer, analisar e debater os mais recentes estudos desenvolvidos sobre esta realidade, com o intuito de contrastar e comparar as trajetórias e experiências da imigração Brasileira no continente europeu. Foram convidadas para a discussão investigadores/as, e atores da sociedade civil comprometidos com as temáticas ligadas a imigração Brasileira na Europa. A resposta ao nosso apelo foi massiva, com as contribuições enviadas a superarem largamente as nossas expectativas, tanto em número, como em qualidade científica e originalidade temática. Os trabalhos desenrolaram-se ao longo de três dias, organizados em duas mesas redondas, nove painéis, cinquenta e uma apresentações e quatro posters.

Através do diálogo entre diferentes campos de saberes e ação, foi produzido conhecimento crítico, engajado, contextualizado acerca da realidade do/as imigrantes do Brasil na Europa. Mais ainda, esperamos ter contribuído para a criação de ações e políticas migratórias que auxiliem numa inserção digna, igualitária da «comunidade brasileira» no continente europeu. Consideramos que um produtos da discussão efetuada foi o deixar de pistas e linhas de orientação para melhoria das políticas do Estado Brasileiro em relação com a sua diáspora.

O volume que se segue, composto de vinte e sete artigos apresentados ao longo do seminário e uma contribuição adicional, reflete a vitalidade científica, e o incremento tanto numérico como qualitativo dos estudos da imigração brasileira.

Para além das atividades científicas/académicas, foi servido um *Porto de Honra*, agraciado com a presença e as palavras do Sr. Embaixador Renan Paes Barreto, Cônsul-Geral do Brasil em Lisboa. Simultaneamente foi inaugurada a exposição «*Ser Brasileira em Portugal*» da artista plástica Letícia Barreto que esteve patente todos os dias da conferência.

Desejamos o mesmo sucesso, senão mais aos colegas do GEB – Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido, encarregues de organizar o próximo seminário em Londres, em 2014.

Boa leitura,

*As organizadoras*

# Índice

## Introdução

- 1 Novas configurações das migrações brasileiras na Europa: uma reflexão e proposta de agenda  
*Beatriz Padilla*

## Mesa Redonda I

### **«Novas configurações da imigração brasileira para a Europa na atualidade: mercado de trabalho»**

- 7 La inmigración brasileña en España  
*Leonardo Cavalcanti*

## Painel 1

### ***Juventude e Descendentes*** (Coordenadora: *Suelda Albuquerque, IGOT-UL*)

- 15 Fragilidades e potencialidades na adaptação de jovens brasileiros em Portugal  
*Maria Madalena Gracioli*
- 29 Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes  
*Sandra Nicoli, Sueli Siqueira*
- 43 «Melhorar de vida» ou «Aproveitar a vida»? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal)  
*Paula Christofolletti Togni*
- 57 Descendentes de Imigrantes Brasileiros em Portugal. A sua distribuição geográfica por escolas públicas do 3º Ciclo do Ensino Básico  
*Ana Schreck Dória*

## Painel 2

### ***Retorno*** (Coordenadora: *Thais França, CES-UC*)

- 69 De estudante à migrante: percursos e percalços de brasileiros na França  
*Gisele Maria Ribeiro de Almeida*
- 85 Estudantes Brasileiros em Portugal e Reino Unido: As alterações nos fluxos migratórios e o retorno  
*Juliana Iorio*

## Painel 3

### ***Saúde e Práticas de Saúde*** (Coordenadora: *Érika Masanet, CIES-IUL*)

- 103 Imigrantes brasileiros em Lisboa e utilização dos serviços de saúde  
*Lyria Reis, Natália Ramos*
- 113 Cuidados de saúde materno-infantis em imigrantes brasileiras no Porto  
*Lígia Moreira Almeida, José Caldas*

## Painel 4

### ***Mercado de Trabalho*** (Coordenadora: *Gleiciani Fernandes, ICS-UL*)

- 129 Empreendedorismo no setor da beleza: brasileiras na Quinta do Conde  
*Tiago Miguel Chaves*
- 159 Mulheres brasileiras na academia portuguesa: rompendo ou perpetuando estereótipo?  
*Thais França*

- 173 A imigração qualificada dos(as) médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal: quais as diferenças e as semelhanças?  
*Erika Masanet*
- 189 O Brasil nos Açores: a inserção laboral dos brasileiros no mercado de trabalho micalense  
*Ana Maria Amorim*
- 211 «Muito cacique para pouco índio»: contextos empíricos de etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe  
*Manuel Abrantes*

## **Painel 5**

### ***Participação e Ação Política*** (Coordenadora: *Viviane Monzin, PUC-SP*)

- 225 APEB-Coimbra, entre a internacionalização do Ensino Superior e a necessidade de inclusão dos estudantes migrantes: O caso da Universidade de Coimbra  
*Viviane Carrico*
- 239 Imigração e associacionismo brasileiro em *La Raya* espanhola  
*Elisa Tavares Duarte*
- 255 Casa do Brasil de Lisboa: especificidades, conquistas e desafios do associativismo de imigrantes brasileiros em Portugal  
*Aline Santos*
- 269 O diálogo entre os emigrantes e o Estado brasileiro: notas sobre as Conferências de Brasileiros no Mundo  
*Fernando Emílio Pereira Wanderley, Alessandra Siqueira Barreto*

## **Painel 6**

### ***Gênero e Sexualidades*** (Coordenadora: *Mariana S. Gomes, CIES-ISCTE/IUL*)

- 279 REPARTO D. Prisão, *transgender* e migração: estudo de caso sobre as brasileiras *transgender* presas na penitenciária de Sollicciano, em Florença  
*Adriana Dias Vieira, Sofia Ciuffoletti*
- 295 Mulheres brasileiras no contexto das Casas de Alterne em Lisboa: alguns olhares sobre intimidade, ajuda e afetos  
*Lira Turrer Dolabella*

## **Painel 7**

### ***Mídia, Comunicação, Representações e Redes*** (Coordenadora: *Paula Togni, CIES-ISCTE/IUL*)

- 309 A construção da imagem do brasileiro em Portugal e as estratégias de afirmação identitária  
*Renata Lucia Tourinho Monteiro*

## **Painel 8**

### ***Religião, Crenças e Cultos*** (Coordenadora: *Sueli Siqueira, Universidade Vale do Rio Doce*)

- 323 Missionários brasileiros e práticas alternativas do bem-estar social na Europa Pós-2008: Reflexões a partir de Roma e Barcelona  
*Marcos de Araújo Silva, Donizete Rodrigues*

## **Painel 9**

### ***Famílias, casamentos, novas conjugalidades*** (Coordenadora: *Elsa Rodrigues, CRIA/FCSH-UNL*)

- 337 Departure and Arrivals: motivations and experiences of Brazilian immigrant women in Norway  
*Marcela Barreto Zapponi*
- 349 Casamentos e migração internacional: notas a partir de uma etnografia sobre os relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as)  
*Viviane Kraieski de Assunção*

- 363 Casamento franco-brasileiro: mulheres brasileiras casadas com franceses e morando na França  
*Marta dos Santos Silva*
- 377 «Hombre español busca brasileña: Perfiles de las mujeres brasileñas y de sus maridos españoles en el marco de los matrimonios mixtos entre hombres españoles y mujeres no españolas» Familias, matrimonios y nuevas conyugalidades  
*Jordi Roca Girona, Ana R. Urmeneta Garrido*

## **Contribuição adicional**

- 391 Imigração, prostituição e «casas de alterne»: reflexões a partir do campo  
*Ana Cláudia Cardoso de Freitas*

## **Anexos**

- 403 Programa completo  
*Default paper author list*
- 411 Folheto da exposição «*Ser Brasileira em Portugal*»  
*Letícia Barreto*
- 413 **Lista de Autores**



## Novas configurações das migrações brasileiras na Europa: uma reflexão e proposta de agenda

*Beatriz Padilla\**

O 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa que teve lugar em Lisboa, no Instituto Universitário de Lisboa, organizado conjuntamente pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL), entre o 4 e 6 de Junho de 2012 foi um sucesso que se evidencia em duas vertentes. Por um lado, na colaboração e envolvimento entre os investigadores de vários centros de investigação pertencentes às principais universidades portuguesas da região de Lisboa (Instituto Universitário de Lisboa, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa), à Universidade de Coimbra, e ainda contamos com o envolvimento de investigadores brasileiros a realizar estâncias de investigação. Por outro lado, o grau de maturidade alcançado tanto nas temáticas debatidas como na profundidade da análise, permitiu ampliar a discussão sobre as novas e variadas configurações dos movimentos protagonizados por brasileiros na Europa, incluindo os temas do retorno e a re-imigração.

Neste sentido, o encontro acolheu trabalhos de altíssima qualidade que ilustram a evolução dos estudos migratórios da comunidade brasileira. Em poucos anos verificou-se uma nítida evolução dos estudos generalistas e de carácter macro (embora necessários para o desenvolvimento e crescimento de novos objectos de estudo), para questões mais específicas, mais micro, que albergam um olhar cuidadoso e detalhado dos fenómenos migratórios e as suas diversas manifestações. No entanto, não devemos desvalorizar os primeiros esforços de sistematização sobre o fenómeno da imigração brasileira na Europa, porque o que hoje podem parecer simplificações ou generalizações, foram os primeiros passos tendentes a estabelecer primeiro, e a consolidar depois, este campo de estudo.

---

\*Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL): ✉ [beatriz.padilla@iscte.pt](mailto:beatriz.padilla@iscte.pt) ; [padilla.beatriz@gmail.com](mailto:padilla.beatriz@gmail.com)



O principal contributo que este encontro científico trouxe à comunidade materializa-se na inovação e diversidade dos temas abordados, que incorporaram novas problemáticas de investigação à agenda sobre a imigração brasileira. Os conteúdos incluíram desde abordagens mais tradicionais sobre a imigração e o mercado de trabalho, passando pelas diversas questões de género que a imigração brasileira tem suscitado; até tocar em assuntos vinculados aos jovens e descendentes de imigrantes brasileiros na Europa; no tema central das famílias brasileiras e transnacionais; na religião e a sua íntima relação com as migrações de pessoas e a difusão dos credos, a participação política e as práticas da cidadania quer em relação ao país de origem como do país de destino; e o papel da comunicação social e as representações sociais desta imigração. Embora vários destes temas não sejam uma novidade em outros contextos migratórios como os Estados Unidos ou o Japão, na Europa alguns deles são temas mais recentes.

Ainda mais importante que os conteúdos, temáticas e diversidades de abordagens, este seminário ilustrou a tendência clara da consolidação duma massa crítica de novos e jovens investigadores tanto no campo das geral migrações como na temática específica da imigração brasileira. Entre estes jovens, destacam-se pesquisadoras e pesquisadores, mestrandos/as e doutorandos/as brasileiros/as mas também de origem europeia, empenhados/as em desenvolver este novo campo e tentado responder às novas configurações dos processos migratórios internacionais, assinaladas tanto neste capítulo introdutório como nos trabalhos que se seguem. O crescimento e evolução dos estudos da imigração brasileira na Europa tem contribuído para o avanço na luta contra o chamado nacionalismo metodológico, embora ainda muito terreno permaneça por desbravar. O nacionalismo metodológico não é só um: é possível identificar vários nacionalismos metodológicos inerentes às migrações, quer o nacionalismo metodológico do ponto de vista do país de destino, como do país de origem. Em consequência, é importante que os olhares, os enquadramentos, as interpretações e os paradigmas utilizados não se deixem enviesar pelos múltiplos nacionalismos metodológicos. Ao invés, este enviesamento deve ser contornado adoptando uma perspectiva transnacional que combine numa mesma cosmo-visão a perspectiva da origem, do destino, e as trajectórias migratórias. E no momento actual, é necessário um diálogo e um intercâmbio mais intenso entre os estudiosos da migração. O solidificar da partilha de conhecimento que este seminário estimulou, permitirá perceber melhor as experiências e opções dos imigrantes brasileiros na Europa e no mundo, tanto em relação ao Brasil como aos diversos contextos de acolhimento. Só assim será possível desconstruir ideias deterministas sobre pertenças a classes sociais, étnico-raciais, e de género como categorias estanques e invariáveis ao longo do percurso migratório. A flexibilidade e reflexividade são

algumas das qualidades necessárias da profissão de migrantólogo/a que podem ajudar a combater o nacionalismo metodológico. Uma outra forma de contrariar o nacionalismo metodológico tem sido o desenvolvimento de etnografias multi-situadas, que exigem do investigador «antenas» mais receptivas. Eu própria, realizei em 2005 uma etnografia multisituada, interligando um bairro popular lisboeta a uma cidade do Mato Grosso do Sul, o que me permitiu descobrir as dobras labirínticas das migrações e como estas afectam tanto os imigrantes como os familiares que ficam; tanto a sociedade de origem, como a de acolhimento. Este tipo de práticas de investigação, que são tão ricas como exigentes emocionalmente, permitem ao investigador praticar a empatia transnacional, aplicável inclusivamente nalgumas etnografias multisituadas actualmente efectuadas via Internet. Tal como alguns dos trabalhos apresentados salientam, as etnografias multisituadas permitem perceber «melhor» os fenómenos migratórios justamente por estes estarem ancorados em múltiplos contextos e consequentemente só compreensíveis através de explicações e percepções também múltiplas. Quantas mais investigações forem realizadas, e abordagens mais sofisticadas metodologicamente forem adoptadas, maior será o desenvolvimento do campo de estudos migratórios e mais limitações serão ultrapassadas.

E ainda uma outra forma de nacionalismo metodológico manifesta-se na falta de interesse no estudo da interacção e relações entre os imigrantes de diferentes pertenças étnico-nacionais, o que acaba por etnicizar ainda mais o fenómeno migratório, assumindo que o grupo étnico ou nacional estudado é único e diferente do resto dos imigrantes. Embora o foco nos estudos sobre a imigração brasileira seja importante, não podemos perder de vista o contexto. A realidade contém, mas ultrapassa sempre a parcela «estudada» pelo que faz sentido olhar também para as inter-relações e fazer comparações com outras comunidades imigrantes e com a situação dos residentes autóctones ou nacionais, para poder assim ter um melhor entendimento do fenómeno global. Neste sentido, uma boa estratégia deverá desafiar o etnocentrismo compensando com abordagens comparativas e relacionais. Não obstante, devemos salientar mais uma vez a importância que teve a criação de algumas categorias de análise no campo de estudos da imigração brasileira, não para as defender eternamente, mas para as situar cronologicamente. Muitas vezes, a criação de categorias tem um valor prático e simbólico, especialmente no avanço do conhecimento. É para isso que servem, especialmente quando transitamos de estudos ou considerações macro, para estudos e considerações micro. Se no início se partiu da categoria «os imigrantes», para logo passar à categoria «as imigrantes», e posteriormente a «imigrante mulher brasileira», esta última indica um estágio evolutivo. O importante é salientar que no presente não é possível falar do imigrante universal,

como se ser homem ou mulher, heterossexual ou homossexual, pertencer a uma categoria étnico-racial ou diferentes classes sociais fossem situações indiferentes. Pelo contrário, sabemos à partida que tanto a situacionalidade como a contextualidade são fulcrais e marcam as experiências migratórias, de adaptação e de inserção. A perspectiva da interseccionalidade ensina-nos que são muitas as categorias e marcadores que modelam as experiências migratórias. Pelo que actualmente estamos infinitamente melhor do que há uns anos atrás: olhamos para os jovens, descendentes ou não; olhamos para as classes sociais tanto nos contextos de destino, na Europa, como no Brasil; olhamos para os fenómenos que são consequências da sedentarização da imigração e da globalização, como os casamentos e namoros mistos e transnacionais, as famílias de cá e de lá, os agregados familiares transnacionais, e muitos outros rearranjos familiares e amorosos, e olhamos para as várias formas como o género influencia a experiência migratória. A riqueza de estudar as relações interpessoais é muito vasta. Se os estudos macro anteriores, tinham salientado a existência de um mercado de trabalho segregado por sexo e raça-etnia, nos quais a chamada integração se dava simultaneamente com processos de discriminação, os estudos micros e dos processos interpessoais, permitem captar outros aspectos até agora menos conhecidos dos fluxos migratórios brasileiros. Por exemplo, como são as relações interpessoais nos contextos de trabalho, como se desenvolvem essas relações num dos nichos específicos do mercado de trabalho como no serviço doméstico ou na chamada indústria dos cuidados, que também envolvem afectos. Que tipos de sociabilidades, solidariedades e reciprocidades subsistem entre os/as brasileiros/as com outros imigrantes e com os europeus?

Este encontro internacional também mostrou a importância de focar como objecto de estudo os/as imigrantes brasileiros/as qualificados/as, grupo sobre o qual ainda parece existir «receio» em abordar. Mas hoje, graças a essas pesquisas já sabemos que muitas vezes, embora qualificados são discriminados e sofrem preconceito, tal como acontece com os denominados imigrantes económicos. Um outro âmbito de interesse, ainda pouco explorado é ao nível das políticas públicas, mas mesmo que timidamente, alguns trabalhos começaram a focar neste assunto. Quais são as políticas que o Estado Brasileiro desenvolve em relação à diáspora? Que políticas concretas em relação aos estados membros da União Europeia? E em estreita relação, como se articulam os esforços da sociedade civil brasileira organizada (associações) com os esforços de participação política, quer vinculados ao Estado Brasileiro, quer nos estados membros da União Europeia, e ainda dos brasileiros no mundo?

Finalmente, gostaria de deixar uma breve proposta de agenda de investigação

em vistas do futuro dos estudos da imigração brasileira na Europa. Para além dos temas clássicos das migrações, os assuntos a serem investigados deviam abranger:

- a) A temática das novas famílias transnacionais ou bi-nacionais, focando diversos aspectos como os divórcios, uniões de facto, separações e sistemas de tutela dos filhos, a violência doméstica e a pensão de alimentos. Quais são as diferenças e semelhanças dos sistemas jurídicos prevaletentes na Europa e no Brasil? Que tipos de experiências de maternidade transnacional e como se articulam entre o Brasil e a Europa?
- b) Uma vez que a imigração brasileira para a Europa se tem consolidado e sedentarizado, quais são as experiências dos filhos dos imigrantes brasileiros? Quais as suas identidades?
- c) Qual tem sido o contributo da imigração brasileira para a diversidade ou superdiversidade em termos culturais, sociais e económicos nos países de acolhimento na Europa?
- d) Como a orientação e preferência sexual se relaciona com os processos migratórios, seja como elemento de expulsão como de atracção, em sociedades onde a tolerância, o anonimato e o acesso a direitos adquire protagonismos diferentes.
- e) Qual é a experiência de retorno daqueles que voltaram ao Brasil? Que elementos ou capital social e cultural levam da Europa para o Brasil? Como é absorvido ou capitalizado? Pode falar-se de remessas culturais?
- f) Será que o melhor posicionamento do Brasil como uma das potências globais irá a melhorar o posicionamento subalterno dos imigrantes brasileiros nos países de destino?
- g) Como irá a evoluir a atitude e políticas públicas do Estado Brasileiro em relação aos seus emigrantes (diáspora) e aos imigrantes que recebe? Avançará finalmente em direcção a uma política coerente de e/imigração?

E em jeito de conclusão, um até mais em Londres, em 2014, onde os estudos da imigração brasileira irão ganhar certamente novos impulsos, trazendo mais desenvolvimentos e novidades.



## La inmigración brasileña en España

*Leonardo Cavalcanti\**

El objetivo de este texto es presentar de forma sucinta las principales ideas presentadas en mi intervención en la mesa redonda sobre la diáspora brasileña en el *II seminario sobre la inmigración brasileña en Europa*, realizado en Lisboa en junio de 2012. El objetivo principal de mi presentación fue el análisis del flujo migratorio procedente de Brasil hacia España. Se trata de un acercamiento a un flujo migratorio que, según las cifras del padrón municipal, constituye uno de los grupos nacionales que más ha crecido en los últimos años. Un colectivo que presenta particularidades significativas y se conforma según pautas migratorias distintas a las identificadas para otros colectivos de migrantes que han sido más estudiados en España (como los ecuatorianos o los marroquíes, por ejemplo).

En la actualidad, el crecimiento y desarrollo económico y social de Brasil también se traduce en movimientos migratorios. Las expectativas de una vida mejor, la falta de oportunidades para acceder a los recursos o para lograr la movilidad ocupacional y social ascendente, mueven a muchos brasileñas/os a emigrar. Se calcula que en las últimas tres décadas se ha producido la emigración de unos tres millones de brasileños, según datos del Ministerio de Relaciones Exteriores. Los flujos migratorios que suponen la entrada de Brasil en el escenario internacional como país emisor de emigrantes se orientan principalmente tanto hacia Estados Unidos y Canadá, como hacia países europeos (principalmente a Portugal, Inglaterra, España, Italia y Suiza), zonas fronterizas – como es el caso de Paraguay – y Japón, especialmente de personas descendientes de japoneses.

Al igual que otros países, los movimientos migratorios interiores e internacionales han sido constantes a lo largo de la historia de Brasil. Hasta los años 1960, aproximadamente, ha sido país de destino de europeos y asiáticos. Es precisamente en las últimas décadas del siglo XX que comienza a descender el número de inmigrantes que llegan a Brasil, al tiempo que empiezan a incrementarse los flujos emigratorios hacia otros países. A partir de mediados de *la década*

---

\*Universitat Autònoma de Barcelona: ✉ leonardo.cavalcanti@uab.cat

*perdida*<sup>1</sup> – 1980 – que los movimientos migratorios internacionales cambian de rumbo en este país. Tras sucesivas crisis económicas, a partir de los años 1980s, son los brasileños y las brasileñas los que emigran hacia los Estados Unidos de América, Europa y Japón.

En el caso de la inmigración brasileña en España, lejos de tratarse de un fenómeno que obedece únicamente a lógicas económicas, es diverso en cuanto a proyectos, situaciones y condicionantes sociales. El aumento de este flujo migratorio coincide con la pujanza económica de Brasil y su reposicionamiento geopolítico en el escenario internacional. De este modo, la tradicional clasificación binaria de países de «emigración» y de «inmigración» es cada vez más compleja y dinámica en el actual contexto de globalización. Un contexto en el que el factor trabajo adquiere movilidad propia y se convierte en un recurso global bajo las coordenadas de las migraciones internacionales.<sup>2</sup> Las nuevas tecnologías de la comunicación y el transporte contribuyen a ello.

La consolidación de España como país de inmigración, junto con la puesta en marcha de políticas restrictivas que dificultan la entrada de inmigrantes en los destinos tradicionales de la emigración brasileña (como es el caso de Estados Unidos y Reino Unido), provocó un cambio de dirección en los flujos migratorios brasileños. Las dificultades de la emigración hacia Estados Unidos, la creciente devaluación del dólar en relación a los reales brasileños, el fortalecimiento del euro y el aumento del control de las fronteras aeroportuarias de Inglaterra convierten España en una alternativa viable para culminar los proyectos migratorios de brasileñas y brasileños. Además, muchos inmigrantes residentes en Portugal terminan migrando hacia España, a razón de la cercanía física y de las diferencias económicas entre ambos países. A todo esto se añade el papel de las redes migratorias consolidadas en España, a través de las cuales se concreta la decisión de emigrar: el cuándo, el dónde y a menudo también el cómo.

Al contrario de lo que sucede con otros grupos de inmigrantes, el colectivo brasileño presenta un crecimiento constante, continuo y relativamente tardío en España. A la hora de abordar cuáles son los proyectos migratorios de las y los brasileños en España, debe partirse de la heterogeneidad de orígenes y circun-

---

<sup>1</sup> Expresión muy utilizada por los economistas latinoamericanos para caracterizar la década de 1980 como un período en el que se produce un gran descenso de los indicadores económicos debido a las sucesivas crisis económicas que afectan a los países latinoamericanos y que generan un aumento considerable de la pobreza (Sales 1998). En esta década se agudiza el abismo social en cuanto a acceso a los recursos, junto con una inflación galopante, aumento del desempleo y pérdida de poder adquisitivo de las clases medias.

<sup>2</sup> Es importante matizar que paradójicamente esta movilidad del trabajo en el contexto global está acompañada de contundentes medidas represivas a los flujos migratorios.

stancias que subyacen tras la etiqueta «inmigración brasileña», lo que pone de manifiesto las diferencias en cuanto a clase social, status familiar, género, edad y modos de generaciones.

En líneas generales, la emigración de brasileñas y brasileños hacia España se produce en dos etapas diferenciadas. La primera, iniciada a mediados de la década de los 1990 hasta principios de la actual, incluye principalmente una inmigración joven, urbana, muy especializada, con buena formación escolar y con proyectos migratorios contruidos con el objetivo de capitalizarse cultural, social, laboral y económicamente. Esta inmigración cualificada explica en buena medida por qué el nivel educativo de las y los brasileños es más elevado que el de la media de extranjeros no comunitarios en España. De hecho, un considerable número de estudiantes brasileños están matriculados en universidades españolas, por lo que constituyen una de las principales nacionalidades en el *ranking* de las autorizaciones de estancia por estudios.

En el caso concreto de los inmigrantes pertenecientes a las clases medias, la migración no responde únicamente a estrategias de subsistencia familiar, sino que se dan también proyectos individuales/familiares cuyo objetivo final es mantener o ampliar el capital de clase – como por ejemplo, algunos proyectos que persiguen lograr ingresos para costear la educación altamente cualificada de los hijos. Así lo han evidenciado muchos de nuestros entrevistados de clase media y media-alta, que muestran cómo los recursos económicos y educativos del migrante pueden jugar un papel destacado a la hora de concretar el proyecto migratorio, sobre todo a medio y a largo plazo.

Sin embargo, ya a partir de mediados de la actual década, el flujo migratorio se complejiza y aparecen nuevos tipos de inmigración brasileña. La situación económica y la pertenencia a una clase social específica determinan en gran parte el carácter de los proyectos migratorios y el tipo de vinculación con las redes migratorias. En el caso de las personas procedentes de los sectores económicos más bajos de la sociedad, la decisión migratoria se construye como una estrategia familiar de subsistencia. Se trata de un perfil que busca cualquier actividad laboral en el «mercado de trabajo para inmigrantes», con el objetivo de acumular el máximo posible de dinero para enviar a sus contrapartes en Brasil. Son personas originarias del campo, trabajadores de la construcción en las grandes urbes, empleadas domésticas, profesionales de la hostelería y un largo etcétera. Del análisis de las entrevistas de este perfil de inmigrantes se desprende que las causas económicas prevalecen como principales detonantes, dentro de proyectos colectivos que persigue completar ingresos para lograr determinados objetivos.



Si bien la inmigración brasileña muestra una progresiva tendencia hacia la paridad entre sexos, se trata de un colectivo feminizado, como sucede con otros flujos latinoamericanos en España. Asimismo las pautas matrimoniales de las y los brasileños se concretan a partir de un número considerable de matrimonios mixtos. Las mujeres brasileñas, como se ha mostrado en el segundo capítulo, son el colectivo de extranjeras que en mayor medida se casa con varones españoles.

Un dato peculiar sobre la inmigración brasileña en España es la diversidad de zonas de origen. Si bien en términos absolutos las personas procedentes del sureste brasileño, especialmente de los poblados Estados de São Paulo y Minas Gerais, son numéricamente superiores, se constata una presencia significativa de inmigrantes procedentes de Rodônia (especialmente de la ciudad de Ji-Paraná) y de los Estados de Goiás y Paraná.

Las y los brasileños se encuentran dispersos por el territorio español. Aunque se observa una mayor presencia del colectivo en las Comunidades Autónomas de Cataluña y Madrid, hemos constatado una ocupación territorial bastante disgregada. Además, en las ciudades donde reside el colectivo, tampoco se detecta una concentración específica en barrios o zonas concretas.

A pesar de los condicionantes estructurales y sus indiscutibles efectos uniformizadores y limitadores de las oportunidades laborales para los inmigrantes en general, hemos observado que en el colectivo brasileño – de forma más acentuada que para otros colectivos – predomina la pluralidad en términos de cualificación profesional, estrategias de incorporación en el mercado de trabajo, perfiles profesionales, experiencia laboral, entre otras. Así, observamos trayectorias profesionales que van desde arquitectos a albañiles; de profesionales liberales a ayudantes de cocina; de trabajadoras sexuales a empleadas domésticas; de curas a travestis; de empresarias a dependientas; de músicos a teleoperadores; de informáticos a profesores de capoeira y un largo etcétera. De este modo, este grupo de inmigrantes manifiesta una gran heterogeneidad de formas de incorporación al mercado de trabajo español.

Las desigualdades de género y clase social, los obstáculos jurídicos, los recursos de clase y la segmentación étnica del mercado de trabajo español son factores que determinan el ejercicio laboral en determinados nichos del mercado de trabajo. Para una buena parte del colectivo la «inconsistencia de estatus» sigue siendo una constante, a través de personas con capital humano (nivel educativo, experiencia profesional previa) que no consiguen empleos acordes con su formación. El tiempo de permanencia en España, el capital social, la formación

recibida en la sociedad de destino y la adquisición de competencias lingüísticas influyen positivamente en la recuperación del estatus inicial o en la movilidad social y ocupacional de carácter ascendente.

Asimismo el autoempleo o la vía empresarial permite la movilidad laboral ascendente, encaminada a lograr mayores ingresos, recuperar estatus social, así como una estrategia para poder adquirir bienes e inmuebles en la sociedad de origen. Por lo general, el paso hacia la actividad emprendedora es precedido de una larga trayectoria laboral en el mercado de trabajo por cuenta ajena. Además, el autoempleo se convierte en una opción especialmente atractiva para las y los brasileños cualificados que sufren «inconsistencia de estatus».

En el contexto español hemos observado que existe una inflación del uso de imágenes exóticas de Brasil por parte de los autóctonos y de los propios inmigrantes brasileños. Al igual que ocurre en otros países – como en Portugal por ejemplo – una parte del propio colectivo trata de «exotizar» la imagen de Brasil en España, con la finalidad de obtener cierta ventaja en el acceso a los recursos materiales (acceso a determinados puestos de trabajo, como es el caso de algunas actividades vinculadas al sector de la hostelería, el trabajo sexual o la animación cultural, por citar algunos ejemplos). En otras palabras, los inmigrantes tratan de resignificar las jerarquías raciales de Brasil reconstruyéndolas, una vez en España, en términos étnicos. Además, las y los brasileños etnicizan las jerarquías raciales de Brasil para desmarcarse de la imagen de otros colectivos de inmigrantes que están más estigmatizados socialmente, especialmente de los africanos o árabes.

Por un lado, una visión esencialista de lo «brasileño» o «brasileña» puede favorecer a una parte del colectivo en cuanto a las preferencias de los empleadores para determinados puestos de trabajo; por otro lado, genera unos discursos que normalmente les encorseta en roles y perfiles que los etnicizan, de manera que la propia heterogeneidad de las y los inmigrantes queda homogeneizada. Asimismo, esta lógica extremadamente esencializadora genera nuevas formas de relaciones asimétricas, jerarquizadas y desiguales.

Si bien el colectivo brasileño todavía no está suficientemente visibilizado desde el discurso académico, a raíz de los incidentes diplomáticos entre Brasil y España - ocurrido en febrero de 2008 y que impidió la entrada de turistas por parte de ambos países: el denominado «caso Barajas» -, la inmigración brasileña ha ganado presencia en el discurso político y mediático. Una singularidad presente en el discurso mediático es el predominio de noticias relacionadas con las

mujeres inmigrantes. Se trata de un patrón poco común entre los demás colectivos, en los que el impacto mediático de las mujeres ha sido muy reducido, en sintonía con su escasa visibilidad social.

Un dato singular de la inmigración brasileña es su desplazamiento pendular. Al no requerirse el visado para entrar en el territorio de los Estados que conforman el espacio Schengen – formado por la mayoría de los Estados miembros de la Unión y determinados terceros países –, algunos inmigrantes realizan una migración pendular, con trabajos por temporadas en España. Incluso algunos trabajadores se desplazan de forma circular en dos o más países de la Unión Europea. Esta característica de la movilidad del colectivo también se ha constatado en otros países, como por ejemplo en Estados Unidos, donde Margolis (1994) utiliza el término «migración yo-yo» en la década de los 1990. Profundizar en su conocimiento es fundamental para identificar y analizar las prácticas transnacionales del colectivo brasileño en España y en Europa.

Asimismo, respecto al proyecto de retorno a Brasil, se observa de forma muy preliminar que cada vez más el retorno se concibe como una «vuelta a casa» transitoria. Así, las estancias en el país de origen se caracterizan por ser breves y constantes, especialmente para aquéllos que ya cuentan con el permiso de residencia. Los relatos sobre esta experiencia muestran la paradoja de que aunque es factible retornar al espacio geográfico del que se partió, no es posible reencontrarse con el lugar imaginario al que se sentían pertenecientes. Aproximarse empíricamente a las estrategias de las y los migrantes brasileños residentes en España ante el retorno es imprescindible para la elaboración de políticas públicas junto con las comunidades de origen y a través de programas de co-desarrollo.

Puesto que la llegada de la inmigración brasileña en España es relativamente tardía en comparación con otros colectivos – se produce especialmente tras haberse finalizado los dos últimos procesos de regularizaciones extraordinarias llevadas a cabo por el gobierno español (en 2000 y 2004) – presenta una alta tasa de inmigrantes que carecen de autorización de residencia. Junto con los bolivianos, los extranjeros procedentes de Brasil ocupan uno de los primeros puestos en cuanto a tasa de irregularidad. Profundizar en el análisis de las estrategias de supervivencia de las y los inmigrantes irregulares permitiría afianzar el conocimiento del colectivo en España. Además, en el futuro muchos pueden lograr la autorización de residencia y el permiso de trabajo, lo que al mismo tiempo potenciará pautas de reagrupación familiar específicas del colectivo.

En los últimos años, el movimiento asociativo de las comunidades brasileñas

en el extranjero ha crecido de forma exponencial en los principales países de destino. El propio gobierno brasileño se moviliza – a través de su Ministerio de Relaciones Exteriores – para lograr mantener un diálogo permanente con los diferentes colectivos de brasileños en el extranjero.<sup>3</sup> La organización en forma de movilización política de las comunidades inmigrantes puede ser interpretada como reacción ante las medidas antiinmigración que proliferan en los países de destino. El fortalecimiento del tejido asociativo brasileño merece ser analizado en profundidad en futuras investigaciones.

Finalmente, conviene tener presente el impacto de la pujante coyuntura económica de Brasil en las pautas migratorias de las y los brasileños. Un escenario económico favorable es decisivo en las prácticas económicas transnacionales de las y los migrantes brasileños en España, así como en el flujo y destino de las remesas y sus estrategias de retorno.

---

<sup>3</sup> La organización y financiación en los últimos cuatro años de dos encuentros en Río de Janeiro con representantes de las comunidades brasileñas de todo el mundo, se puede interpretar en clave de reconocimiento de este movimiento asociativo en el extranjero, además de la voluntad de repensar la gestión del Estado más allá de las fronteras nacionales.



## Fragilidades e potencialidades na adaptação de jovens brasileiros em Portugal

*Maria Madalena Gracioli\**

### Resumo

O presente texto resulta de parte do relatório da pesquisa intitulada «(Re)inventando o futuro: o processo de integração de jovens brasileiros em Portugal e a reconstrução da identidade juvenil em contexto migratório», que foi ao encontro de jovens brasileiros que acompanham os pais no processo migratório para Portugal. A inserção no campo de estudo e a análise dos dados revelam uma população multifacetada. Nos diferentes palcos sociais em que os jovens circulam, a escola e o trabalho constituem esferas privilegiadas de sociabilidades, que a princípio contribuem para a aproximação com a cultura de acolhimento, no entanto, nem sempre essa experiência é positiva, levando-os a uma incessante busca de pertença e aceitação, pois o complexo processo de interação social, seja na escola, no trabalho, ou em atividades culturais, esportivas e de lazer é permeado pelo preconceito e discriminação, carregando estereótipos de diferentes tons.

**Palavras-chave:** jovens; imigrantes; dificuldades; fragilidades.

### Introdução

Este texto corresponde a excertos de um relatório de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, desenvolvida no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no Núcleo de Estudos de Migrações, Humanidades e Estudos para a Paz, sob a supervisão científica da Doutora Elsa Lechner. A pesquisa foi realizada entre setembro de 2010 e maio de 2011, na Costa da Caparica, na região metropolitana de Lisboa, e na região do Porto, com 44 jovens que acompanham os pais no processo migratório para Portugal, tratam-se, portanto, de jovens que nasceram no Brasil, e que, a decisão de migrar coube aos seus pais.

O interesse em estudar os jovens brasileiros que vivem em Portugal se deu por vários motivos. Em primeiro lugar, porque os estudos migratórios, principalmente os que tratam da imigração brasileira em Portugal, colocam os jovens sempre em condição de secundária e não como centro de pesquisas. Em segundo, porque trata-se de uma população com número considerável de indivíduos que

---

\*Doutora em Sociologia com Pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais – CES, Universidade de Coimbra, docente, pesquisadora e coordenadora de curso da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava.

vive uma fase da vida que necessita de atenção, uma vez que, pelas suas trajetórias de vida, poderão desfrutar de potencialidades para o crescimento pessoal e cultural, assim como poderão escolher caminhos que os lançarão à situação de vulnerabilidade. E, em terceiro, porque tendo nascido no Brasil carregam a identidade de sua terra natal, e a vida em outro país colocará desafios ao processo (re)construção da identidade.

Embora a literatura sobre a juventude seja ainda pequena, os resultados de estudos têm despertado a atenção e o interesse de muitas esferas da sociedade, com os mais diferentes interesses e motivações e os estudiosos da temática tentam elaborar investigações que possam proporcionar um panorama esclarecedor da realidade juvenil. No entanto, a maioria dos trabalhos aborda a temática da juventude como problema social ou sinônimo de problema. Há poucos estudos e pesquisas acadêmicas sobre jovens migrantes, seja dentro do país ou no contexto das migrações internacionais.

Normalmente, nos estudos migratórios a juventude possui quase total invisibilidade; geralmente, tomam a população jovem utilizando uma série de outras denominações: filhos de trabalhadores estrangeiros, filhos de imigrantes, crianças, adolescentes ou alunos estrangeiros, ou, o mais comum, que é referir-se ao conjunto de pessoas emigradas como uma população «jovem» em termos etários.

Raramente a expressão «jovem» ou «juventude» aparece, pois, se for identificada e considerada como uma categoria social específica, que possui condições diferentes da infância, das demandas do mundo adulto e das necessidades dos idosos, tornar-se-ão imprescindíveis outras formas de olhar e considerar essa população, uma vez que essa categoria social acarreta uma série de implicações que incidem diretamente nas políticas de acolhimento em atividades culturais, esportivas e de lazer, a inserção no ensino superior e no mercado de trabalho.

Consequentemente, significa a elaboração de políticas públicas específicas para a juventude, não apenas no sentido de evitar a exclusão, marginalização, ou, proporcionar a inserção na sociedade de acolhimento, mas, acima de tudo, impõem desafios de como lhes facilitar seus processos de transição e integração no mundo adulto. Sendo assim, é importante considerar que os jovens são vulneráveis em muitos sentidos, mas também apresentam potencialidades que precisam ser identificadas, valorizadas e incentivadas. Isso implica, no reconhecimento dos jovens enquanto cidadãos e sujeitos de direitos.

Portanto, tenta-se aqui aproximar a Sociologia da Juventude e Sociologia das Migrações. Para chegar aos objetivos da pesquisa, foi necessário levar em conta duas observações: a primeira é que, para melhor perceber a realidade da juventude, foi preciso dirigir o olhar a diferentes ângulos de observação, a segunda, é que, a atenção dirigida a cada um dos ângulos, revelou quão diferentes e multiformes se revela a realidade juvenil, principalmente, em contexto migratório.

Desse modo, procurou-se conhecer os jovens em seus contextos sociais, no novo lugar de vida. Esse foi um dos motivos de realizar a investigação em três

diferentes regiões de Portugal. Compreende-se que o novo lugar de vivência é o espaço onde os jovens imigrantes vão estabelecer as novas relações, as suas práticas e convívios cotidianos. O novo lugar, passa a ser o espaço onde se produz as inter-relações da vida pessoal cotidiana, que sobre uma base territorial se (re)constrói a identidade.

Cabe, ainda, salientar que, para a clássica expressão «preservar a identidade dos informantes», os nomes utilizados neste texto são fictícios e, para melhor clareza da exposição, foi empregada a seguinte distinção: para todos os jovens residentes na Costa da Caparica, os nomes usados começam com a letra «C», para os jovens da região metropolitana de Lisboa, nomes começados com a letra «L», e para os da região do Porto, a letra «P».

## **1 A juventude como categoria social**

Os estudos sobre a juventude têm despertado a atenção e o interesse de muitas esferas da sociedade, gerando uma discussão que envolve diversos pensadores que tentam articular uma plataforma de estudo esclarecedora da realidade juvenil. Nota-se que os estudos mais frequentes são aqueles que abordam a temática da juventude como problema social (ou sinônimo de problema), ou seja, o envolvimento com drogas, a delinquência, a descrença nos valores e nas instituições, as dificuldades de acesso ao emprego, os conflitos com os pais, entre outros, e os estudos da construção juvenil da cultura, isto é, as formas mediante as quais os jovens participam dos processos de criação e circulação cultural. Raramente os estudos sobre juventude são contemplados em investigações sobre as migrações, principalmente como tema central de pesquisa.

Esse período de transição da infância para a inserção no mundo adulto é marcado pela existência de três denominações frequentemente utilizadas: puberdade, adolescência e juventude.

A puberdade é uma concepção utilizada pela sociedade e incorporada pela medicina, referindo-se às transformações que o corpo do indivíduo sofre ao transitar da infância para o mundo adulto.

O termo adolescência foi adotado da Psicologia e da Psicanálise, também incorporada pela Pedagogia, relacionando esta fase às mudanças na personalidade, na mente ou no comportamento do indivíduo, que prepara para se tornar adulto. Feixa (1999) considera a obra de G. Stanley Hall, *Adolescence: Its Psychology, and its Relations to Physiology, Antropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education*, como descoberta e legitimação científica dos estudos juvenis. Segundo Feixa, a obra de Hall teve enorme influência ao difundir uma imagem positiva da adolescência como etapa de moratória social e de crises, convencendo os educadores da necessidade de deixar «os jovens serem jovens».

A concepção de jovem como categoria social é criação da Sociologia, referindo-se ao período intermediário entre a infância e as funções sociais dos adultos. O enfoque sociológico corresponde a uma plataforma mais elaborada,



recuperando os aspectos biológicos e psicológicos e os situa na trajetória de inserção social do indivíduo na sociedade.

Somente nas últimas décadas o enfoque sociológico tem se destacado, e ao mesmo tempo recebido diversos questionamentos devido às imprecisões teóricas ao estabelecer as fronteiras que separam a criança da juventude e esta do mundo adulto. Como muitas investigações acadêmicas são realizadas sob o olhar e preocupação dos adultos, tendem a colocar o jovem como sinônimo de «problema», surgindo então, a dificuldade em ver o jovem como um sujeito social de direitos.

Para Pais (1993, p. 29) «a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo». Igualmente o antropólogo espanhol Carle Feixa (1999) aponta que a existência social da condição jovem em qualquer sociedade da história humana, deve ser observada quando estão presentes condições sociais e imagens culturais que se identificam especificamente com o mundo juvenil. Portanto, pode-se entender que a noção de infância, juventude e mundo adulto resultam da história e varia segundo os grupos humanos. Dessa forma, as relações que se estabelecem entre as gerações se distinguem de forma variada em diferentes tempos e nos diversos espaços sociais.

Cabe ainda destacar que as definições de jovem transitam por dois principais critérios: o critério histórico-sócio-cultural, e o critério etário, utilizado principalmente nos estudos demográficos. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciências e a Cultura - UNESCO, assim como para a Organização Internacional do Trabalho - OIT e para a Organização Mundial da Saúde - OMS, o enfoque dado à concepção de jovem é o demográfico, que surgiu nos anos setenta do século XX, com a preocupação desses organismos internacionais reunirem dados para explicar a transição demográfica nos países subdesenvolvidos; assim, a concepção de jovem é delimitada pela idade, considerando jovem a idade situada entre os 15 e os 25 anos.

Porém, a UNESCO, com a devida observação, deixa que cada país, de acordo com sua realidade, estabeleça sua «faixa de jovem». Por conseguinte, o conceito de jovem, no que diz respeito ao grupo populacional mutável, sofre variação de acordo com os diferentes tempos históricos e espaços sociais. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE refere-se ao jovem como o indivíduo situado na faixa etária que vai dos 14 aos 24 anos. Já o Estatuto da Juventude (Lei 4529/2004) considera jovens as pessoas dos 15 aos 29 anos.

No entanto, há de ponderar que ao considerar como critério para compreensão da categoria juventude apenas a idade cronológica, ou seja, períodos divididos em fragmentos da própria vida, e não associar a outros critérios cria-se arbitrariamente uma categoria de jovem que não corresponde ao real, uma vez que é o sistema sócio cultural e econômico que determina o início, o final e os períodos de transição de cada fase da vida humana.

Ao assumir o jovem como um sujeito social, tomou-se o cuidado, ao investigar os jovens brasileiros que vivem como imigrantes em Portugal, em estudá-los

a partir dos seus contextos vivenciais, no seu cotidiano, pois acredita-se que é no dia a dia, no conjunto de suas relações e interações, que constroem a compreensão e o entendimento que configuram com as formas particulares de consciência, percepção e ação.

## **2 Jovens brasileiros em Portugal**

Para os jovens que participaram deste estudo, a decisão de migrar coube às famílias que, na maior parte, migraram em busca de melhores condições de salários e qualidade de vida. As motivações para migrar são diversas; as famílias desses jovens são heterogêneas quanto às suas prioridades e motivações, planejaram a migração em diferentes contextos e escolheram diferentes regiões e/ou cidades portuguesas para fixarem-se.

A maioria desses jovens vive em Portugal na companhia da mãe; dos 44 jovens, 19 vivem em Portugal apenas com a mãe, 10 com o pai e a mãe, 9 com a mãe e padrasto brasileiro, 6 com a mãe e padrasto português. Os que vivem somente com a mãe relatam que elas migraram sozinhas, e que eles ficaram com o pai ou com a avó. Depois de conseguirem condições de alojamento para a família e dinheiro para viagem, reuniram os filhos. Grande parte dessas mães não migrou apenas por fatores econômicos, mas, motivadas pela insatisfação com a vida no Brasil, seja pela ausência de oportunidades, insucesso no casamento, discriminações ou violências que sofriram.

Mesmo que mulheres tenham emigrado sozinhas, numa decisão individual, elas continuaram mantendo laços com o lugar de origem, principalmente por meio do apoio financeiro àqueles que ficaram cuidando dos seus filhos, trabalhando e criando condições no país acolhedor para o reagrupamento familiar; é, pois, uma migração inserida em um projeto familiar. Não resta dúvida de que o percurso migratório dessas mães foi impulsionado por questões econômicas e pessoais, pela busca de melhores condições de vida, trabalho e constituição de uma vida mais digna. Tal percurso é permeado por «sonhos» e projetos, e nestes, a reunificação com os filhos foi prioridade.

A minha mãe veio em busca de uma vida melhor, falta de emprego na cidade que eu morava, e melhoria de vida. Ela estava separada do meu pai, e não queria mais morar lá, então ela veio para cá em 2006, nós ficamos com minha avó e uma tia, nós viemos para cá em 2008, ficamos dois anos sem ela. (Caetano, 18 anos, Porto Velho – RO, 3 anos em Portugal)

Minha mãe veio sozinha, lá ela estava triste porque meu pai tinha arrumado outra e eles se separaram, eu fiquei morando com o meu pai. Aqui ela conheceu um brasileiro e se casou, logo foi me buscar, eu tinha sete anos. Eu tenho uma irmãzinha de oito anos que nasceu aqui. (Clara, 21 anos, Governador Valadares – MG, 14 anos em Portugal)

A maioria deles, mais precisamente vinte e seis jovens, está no país em situação legal, ou seja, possui carteira de residência permanente ou temporária, porém, é alto o número de jovens indocumentados – dezesseis – que entraram no território português com passaporte brasileiro, para estadia de até três meses; nesse caso, sem visto de entrada, na expectativa de conseguir autorização de residência temporária por reagrupamento familiar, ou, encontrar trabalho e pedir autorização de residência temporária para exercício da atividade profissional subordinada.

A situação de ilegalidade dos jovens se enquadra em duas condições, a primeira é dos jovens que vieram para juntar-se à mãe, ou, aos pais, mas esta ou estes, se encontra(m) sem contrato formal de trabalho e com dificuldades para renovar a autorização de residência temporária, e como alguns jovens ainda estão em fase da escolaridade obrigatória, ou também não conseguem emprego, permanece toda a família na ilegalidade.

Minha mãe é doméstica, trabalha em casas de famílias, não tem contrato. Eu estudo, por isso não ainda não tenho documento. Aqui está muito ruim de trabalho, não está a ganhar quase nada [...], está a haver muita falta de emprego, cada vez trabalha mais e ganha menos, trabalho como vendedora de biquini e é só no verão. As aulas começaram há sete meses, há sete meses estou desempregada, a procurar trabalho. (Camila, 18 anos, Ipatinga – MG, 8 anos em Portugal)

Na segunda condição, estão os jovens que vieram para trabalhar, mas não conseguiram contrato formal de trabalho necessário para solicitar autorização de residência.

A crise econômica que Portugal enfrenta tem resultado num aumento do desemprego, havendo maior concorrência e dificuldade de encontrar trabalho com contrato formal. Contudo, deve ser considerado, ainda, que a vulnerabilidade dos jovens - por serem estrangeiros e ilegais – contribui para maior precarização e exploração da sua força de trabalho:

Não tenho documento, estou trabalhando e recebendo com o recibo verde, e com esse recibo eu não posso ir no SEF pedir minha residência. Estou procurando outro trabalho, mas só encontro para receber com recibo verde, ou sem contrato nenhum, isso não me interessa, preciso de contrato para me legalizar, mas os portugueses não gostam de contratar estrangeiros. (Laio, 22 anos, Vila Velha – ES, 2 anos em Portugal)

Os jovens imigrantes estão mais vulneráveis à exploração de sua mão-de-obra, e mais fragilizados, ainda, estão aqueles indocumentados, que geralmente são conduzidos aos trabalhos pouco qualificados, temporário, com longa jornada diária de trabalho e baixos salários.

Portanto, ser jovem imigrante na condição de indocumentado coloca-o não apenas na invisibilidade, mas também sob exploração no mercado de trabalho. A subalternização desse grupo envolve a violência simbólica, pois sofrem constantes ameaças de denúncias à polícia ou ao SEF; ele vive muitas vezes uma segregação espacial com medo de, nos deslocamentos ser pego, preso e deportado. Desse modo, até mesmo as atividades esportivas, culturais e de lazer são comprometidas, procuram formas discretas de lazer e de encontro com amigos brasileiros para não chamar a atenção e expor a sua condição de imigrante ilegal. E ainda, há que considerar que pelo fato de acompanharem os pais no processo migratório, são ilegais não por vontade própria, mas pela condição imposta no reagrupamento familiar.

## **2.1 Inserção na escola**

A maior parte dos jovens está inserida na escola, 12 na Educação básica, 15 no Ensino secundário e 02 em curso de graduação (arquitetura e jornalismo) e, 15 não estudam. Nota-se em seus relatos, que a inserção na Educação básica e Secundária acarreta uma série de dificuldades iniciais. Uma corresponde ao tempo de permanência na escola, uma vez que, quase todos frequentavam escolas públicas no Brasil, em que a permanência diária na escola é em média de cinco a cinco horas e meia, e em Portugal é considerada «escola a tempo inteiro», ou seja, jornada integral. Dessa forma, ficar o dia todo na escola representou inicialmente certa agonia e medo de ser tedioso:

No Brasil eu entrava as sete e meia e saía ao meio dia e meio, aqui entro às oito e quinze e saio as cinco e quinze, mas tem dias que entro as oito e quinze e saio as seis e dez ou seis e meia. Quando cheguei logo no primeiro dia na escola, já cheguei sabendo que era o dia todo na escola, aí foi uma agonia terrível, e naquela escola grande, grandes corredores, olhava para os lados e nem sabia qual era a minha sala, temos o horário, recebemos uma folha no começo do ano com o horário e daí eu não conseguia gravar o horário na cabeça porque tem que gravar a hora da aula e a sala, o número da sala, aí não tinha alternativa tinha que gravar. (Caetano, 18 anos, Porto Velho – RO, 3 anos em Portugal)

As maiores dificuldades sentidas relacionam-se com as exigências e nível de ensino. Eles consideram que o ensino em Portugal é mais exigente e «puxado», sentem dificuldades para acompanhar o nível dos estudantes portugueses, o que requer mais dedicação, atenção e estudo. Poucos não tiveram alguma reprovação; a maioria afirma ter «chumbado» uma ou mais vezes. Esse elevado índice de reprovação reflete na motivação dos jovens para os estudos, oito jovens afirmaram ter deixado a escola pelas repetidas reprovações. Relatam as dificuldades com o ensino da Língua Portuguesa, sua forma de escrever e pronunciar:

No primeiro ano tive muita dificuldade e chumbei, eu nunca tive francês e o inglês no Brasil é muito básico, foram as matérias que

mais tive dificuldades, e tive que estudar muito porque o ensino aqui é muito puxado. (Claudio, 17 anos, Porto Velho – RO, 3 anos em Portugal)

A começar pelo sotaque diferente dos professores e em seguida pelas disciplinas as quais se diferem das disciplinas do ensino brasileiro, e também porque o ensino aqui é mais exigente que no Brasil. (Pamella, 17 anos, Vitória – ES, 3 anos em Portugal)

A maioria refere-se ao acolhimento na escola como bom, principalmente pelos professores, contam que foi com a ajuda dos professores que conseguiram superar as dificuldades:

Fui muito bem recebida, até porque na minha turma tinha muita diversidade: portugueses, africanos, indianos e brasileiros; a escola já estava acostumada a receber estrangeiros. (Lucia, 17 anos, Vitória – ES, 5 anos em Portugal)

No entanto, alguns reclamam de discriminação no processo inicial de inserção na escola:

No primeiro dia de aula o diretor de turma disse: mais um brasileiro na minha turma, isso vai virar uma porcaria! (Lucas, 16 anos, Palmas – TO, 6 anos em Portugal)

Já, na escola, quando eu cheguei a professora falou para mim: Olha! Como você é o único brasileiro da turma acho que você não tem capacidade nem qualidade para estar nessa turma, porque nessa turma de Ciência e Tecnologia só tem os melhores alunos, e que provavelmente eu não teria condições de frequentar e acompanhar as aulas de Tecnologia, porque os brasileiros geralmente não acompanham principalmente você que está chegando agora. (Cassiano, 18 anos, Aragarças – GO, 6 meses em Portugal)

Além das dificuldades relativas ao processo de ensino/aprendizagem, outro problema encontrado no espaço escolar, foi a dificuldade em fazer amigos; normalmente há uma tendência em juntar-se a outros brasileiros. No espaço escolar não há conflitos, mas sim boas relações com os colegas; entretanto, nem sempre é o mesmo que ocorre fora dos muros da escola. Alguns reagem a violações de sua identidade escolhendo um grupo de amigos composto em sua maioria por brasileiros, até como forma de evitar conflitos:

No começo houve discriminação, as pessoas diziam e ficam uns aos outros, eu tinha que ficar com outros brasileiros e não conseguia fazer amizade com eles. (Lucas, 16 anos, Palmas – TO, 6 anos em

Portugal)

Aqui em Portugal é desse jeito, está dentro da sala de aula são todos colegas, quando toca o sinal para poder sair, é como se diz, cada um para si e Deus para todos, é desse jeito que funciona e se está a comer alguma coisa na hora do intervalo ninguém pede nada, pode estar ali na frente de qualquer um e o que tu come, ninguém pede nada. Quando toca o sinal para sair da sala de aula é cada um para seu canto, é um para ali e outro para cá, é desse jeito que funciona. (Liliana, 18 anos, Belo Horizonte – MG, 3 anos em Portugal)

## **2.2 Inserção em atividades culturais, desportivas e de lazer**

Os jovens de qualquer época, lugar ou classe social, procuram diferentes formas de ocupar o tempo livre, geralmente o esporte, o lazer e as atividades culturais, são maneiras de preencher esse tempo e, ao fazê-lo, tecem laços de sociabilidade, de amizade, de companheirismo. Desse modo, a compreensão das distintas formas de apropriação do tempo livre é fundamental em qualquer reflexão sobre a juventude, como recomenda Pais (1993, p. 132): «[...] pode-se mesmo dizer que quem não quiser falar de lazer deve calar-se, se sobre a juventude quiser falar».

As atividades esportivas e culturais e outras formas de lazer sempre foram, e continuam a ser, fonte de diversão, entretenimento, descontração e sociabilidade. São palcos em que a maioria dos jovens manifesta pela primeira vez a sua liberdade e independência da tutela dos adultos, sobretudo dos pais e dos professores; são nesses palcos que vão aprender a relacionar-se e conviver com outros jovens, como iguais. Essa fase da vida é propícia para a aquisição do capital cultural, que irá servir de base para escolhas e projetos para a idade adulta.

Os jovens dispõem de mais tempo livre para vivenciar essas atividades numa intensidade e quantidade maiores do que as pessoas já inseridas no mercado de trabalho, no entanto, ao dirigir o olhar aos jovens brasileiros que vivem em Portugal, observa-se que sua participação em atividades de lazer em grupos são menos frequentes do que aquelas praticadas individualmente, ou aquelas assentadas apenas no convívio, na sociabilidade.

Os jovens de diferentes épocas e lugares procuram realizar atividades esportivas, de lazer e culturais, em que possam dar um estilo que lhe seja típico, um estilo caracterizado pela sua cultura, quer seja do seu bairro, da sua região ou do seu país, criando um contexto possível para demarcar as suas expectativas, os seus valores e significados, que são influenciados e que influenciam o meio em que vivem. Assim, espera-se que em contexto migratório, os jovens tenham possibilidade de compartilhar as suas formas de expressões e, ao mesmo tempo, conviver com as diferentes expressões dos jovens do país acolhedor e também, com jovens de outras nacionalidades.

Nem sempre isso ocorre, porque marcados por estereótipos, discriminação e preconceito, tendem a buscar formas de lazer e de participação em atividades esportivas e culturais onde passam compartilhar a cultura e as expressões típicas à maioria dos jovens brasileiros.

Portanto, a dificuldade de inserção na sociedade portuguesa, a pequena convivência com jovens portugueses fora do espaço escolar, leva os jovens a escolher atividades de lazer, onde é possível o convívio com amigos, também brasileiros:

Encontro meus colegas na praia, as vezes quando saio para festas, geralmente são festas de aniversário de algum amigo brasileiro, raramente minha mãe deixa eu ir a discotecas. (Celso, 17 anos, Vitória – ES, 6 anos em Portugal).

Os meus amigos de verdade são todos brasileiros, costumamos ir a centros comerciais aqui mais próximos, e quando vamos a Lisboa, a capital, vamos ao Bairro Alto, para o Parque das Nações que é um ponto turístico né? Quando é possível, para Lisboa, nunca para mais... (Luis, 24 anos, Frei Inocência – MG, 5 anos em Portugal)

Meu lazer é estar com meus primos, ir à praia e sair nos finais de semana, aqui mesmo na Costa. (Cristina, 17 anos, Porto Velho – RO, 1 ano e quatro meses em Portugal)

As formas de lazer relatadas pelos jovens acima configuram atividades mais voltadas para a sociabilidade, para a convivência, para a troca de experiência com os amigos, tão importantes para essa categoria social, porém, não são atividades capazes de proporcionar o desenvolvimento físico e cultural, não constituem meios que proporcionam uma maior inserção na sociedade acolhedora e que possibilitam a convivência com jovens do país anfitrião.

Os jovens que vivem na região metropolitana de Lisboa e Costa da Caparica possuem formas de lazer e participação em atividades esportivas e culturais fixas na própria região, muitos jovens nunca saíram da Costa da Caparica, portanto, há duas importantes observações, a primeira é que esse fato parece um tanto contraditório, uma vez que se trata de famílias imigrantes, que ousaram deixar as suas regiões; muitas correspondem a pequenas cidades, distantes dos maiores centros urbanos do Brasil, ou a periferia de regiões metropolitanas, e embarcaram numa aventura migratória cruzando o oceano Atlântico. No entanto, hoje se encontram com pouca mobilidade dentro de um país que possui pequena extensão territorial, e que, é muito bem servido por todos os meios de transportes.

Daí resulta a outra observação, que os jovens dessas duas regiões vivem numa verdadeira segregação espacial, todos os seus espaços de vivência e convivência encontram-se limitados nas fronteiras do bairro ou da cidade. Diferentemente, os jovens que vivem na região do Porto, mesmo os indocumentados, e os mais

jovens, possuem maior mobilidade, relatam passeios na cidade do Porto e, independente da região que moram, costumam frequentar bares de brasileiros em Matosinhos.

A segregação espacial é maior para os jovens mais novos, para aqueles que dependem dos pais. Embora, na Costa da Caparica essa pequena mobilidade espacial seja comum aos jovens de todas as idades. Para os jovens indocumentados a mobilidade espacial é ainda menor; até mesmo as atividades de lazer são reduzidas, normalmente frequentam lugares onde o risco da presença da polícia ou do SEF seja pequeno. Geralmente, encontram os amigos na praia, na casa de algum deles ou em locais públicos discretos. Somente um jovem, que é de uma família com maior poder aquisitivo e que migrou para Portugal na primeira vaga da imigração brasileira, relata viagens de lazer para outras cidades e regiões de Portugal, para outros países, inclusive, viagem ao Brasil uma vez por ano.

A prática de atividades esportivas e culturais geralmente está ligada à cultura brasileira, jogar futebol ou capoeira, participar de grupo de percussão, danças ou músicas:

Depois que eu saio da escola costumo ir ao treino de futebol; é lá que encontro meus amigos. Um dia pretendo ser jogador de futebol; acho que é o sonho de muitos meninos... (Leandro, 16 anos, Vitória – ES, 5 anos em Portugal)

Eu e meu irmão participamos de um grupo de percussão; o professor é um baiano, que segue o modelo do Olodum. (Lucas, 16 anos, Palmas – TO, 6 anos em Portugal)

Depois da aula, vou duas vezes por semana na aula de capoeira. (Lucia, 17 anos, Vitória – ES, 5 anos em Portugal)

Por terem um pequeno grupo de amigos, pela segregação espacial e dificuldades de socialização com os jovens portugueses muitos jovens brasileiros preferem atividades de lazer, individuais e muitas vezes solitárias, para preencher o tempo livre: ouvir música, jogos no telemóvel (celular) ou televisão, navegar na internet, assistir televisão (geralmente canais brasileiros). São, portanto, atividades realizadas quase sempre, dentro de casa, depois da aula ou do trabalho.

Estar sozinho ou com amigos brasileiros é uma forma de não precisar negociar a identidade, de poder fazer aquilo que gosta e ser como realmente é. Mas, por se tratar de formas de lazer individualizadas, privadas e, utilizadas para passar o tempo, logo menos públicas e coletivas, os jovens deixam de participar de atividades esportivas e culturais coletivas que por si só seriam meios de socialização com jovens portugueses.

A falta de socialização, de laços de amizade e partilha com jovens do país de acolhimento, deixa evidente a necessidade da participação dos adultos para



ajudá-los a encontrar formas de tecer laços de reciprocidade e meios de compartilhar as duas diferentes culturas, proporcionando aos jovens brasileiros maior emancipação e reconhecimento da sua condição de jovem imigrante. Normalmente, esse olhar na perspectiva da condição «jovem», e não simplesmente imigrante, passa despercebido nas políticas de acolhimento aos imigrantes, mas que são importantes aspectos da vida cotidiana de qualquer jovem, por isso, não podem ser ignoradas.

São nas atividades esportivas, culturais e de lazer comuns aos jovens, que os brasileiros mais sentem falta e saudade do Brasil; eles revelam nas entrevistas como são diferentes as formas de lazer e as formas de viver a juventude:

A amizade de lá, é brincar, nos finais de semana jogar bola no campo de futebol, não paga nada, até na rua a gente jogava, aqui tudo é pago, até para poder jogar bola tem que pagar ; tem uma quadra de futebol aqui perto, se você quiser jogar tem que alugar, são 10 euros por hora, tudo se paga [...]. (Caetano, 18 anos, Porto Velho – RO, 3 anos em Portugal)

Até a maneira das pessoas agirem umas com as outras é diferente. Lá no Brasil é aquela coisa mais da brincadeira, os colegas ficam zoando, vai para rua jogar bola, vai para rua pular corda e... enquanto que aqui não, a vida deles é sair na rua para ir em *shopping*, dar um passeio, é... ir para o café e passar lá o dia todo, é isso, enquanto que no Brasil não, está sempre fazendo alguma coisa, enquanto que aqui não. (Paula, 16 anos, Matosinhos – MG, 6 anos em Portugal)

Também as relações de amizade são diferentes, consideram que no Brasil tinham amigos verdadeiros e essas amizades são lembradas com saudade. Já em Portugal consideram ter apenas colegas e não amigos:

O que eu mais gostava lá, eu acho que aqui não tem, é a maneira que as pessoas, por exemplo, vizinhos dão umas com as outras, lá na rua da minha avó toda a gente se conhecia, toda a gente brincava, enquanto que aqui não. Aqui é cada um no seu cantinho, acho que não há essa amizade entre vizinhos da mesma rua. Lá no Brasil eu tinha muitos amigos na minha rua, e tenho saudade dessa amizade, dessas pessoas, desse tempo... (Láís, 18 anos, Teixeira de Freitas – BA, 5 anos em Portugal)

Os meus melhores amigos são brasileiros, e meus melhores amigos não são brasileiros aqui de Portugal, mas os que eu deixei lá, aqueles que conheço desde a infância, que cresceu junto e sabe da tua vida quase tudo . Aqui em Portugal não tenho amigos tenho colegas. (Celso, 20 anos, Governador Valadares – MG, 2 anos em Portugal)

A amizade ocupa lugar de destaque na vida dos jovens, que buscam nos amigos o companheiro para compartilhar novas experiências e aprendizagens, para partilhar as incertezas e os sonhos, o apoio mútuo para enfrentamento de conflitos e problemas cotidianos.

São nas relações de amizade que os jovens formam redes de convívio social, fundamentais nesse período de formação e, desse modo, criam laços e sentimentos de solidariedade, estima, companheirismo e proteção. Assim, fazer novos amigos, seja na escola ou em outras instâncias da vida social, seria de fundamental importância aos jovens imigrantes para enfrentamento dos problemas do cotidiano, para amenizar a saudade, para conhecer a nova cultura, para compartilhar conhecimentos e experiências e, dessa maneira, construir formas de enxergar a experiência migratória em diferentes perspectivas, vindas de trocas que possibilitariam a inserção na nova sociedade, de forma prazerosa e menos sofrida.

## **Considerações finais**

Esse estudo, que foi ao encontro de jovens brasileiros que acompanham os pais no processo migratório para Portugal, deparou-se com muitas histórias, muitas lembranças. São jovens que carregam uma identidade espelhada num jeito de ser e viver que vem da cultura brasileira, criam e recriam sonhos para o presente e para o futuro, reconstruem a identidade em função do contexto social em que estão inseridos.

Houve durante todo o processo de realização da pesquisa uma preocupação em focar suas vivências reais, suas trajetórias, dificuldades e os sonhos, de forma que a construção dessa imagem não fosse romanceada nem ironizada, mas focada nas multifacetadas que essa categoria social na condição de imigrante projeta, algumas vezes reveladas sob sombras e descrenças e, em outras, sob luzes e esperança.

Ao desenvolver a pesquisa no lugar de vivência dos jovens, foi possível conhecer o seu cotidiano, «ver de perto» o ambiente no qual estão inseridos, conhecer as potencialidades e as vulnerabilidades decorrentes do ambiente onde vivem.

Ouvir as expressões dos jovens na sua história de imigrantes, com um passado no Brasil, um presente em Portugal e diferentes projeções para o futuro, foi uma forma de reconhecer que o futuro dos jovens não se encontra determinado e que, portanto, não pode ser visto apenas como responsabilidade pessoal, mas sim como um desafio coletivo. É, portanto, imprescindível que as políticas de acolhimento insiram em seus programas ações que possam contemplar as diferenças culturais dos diferentes jovens que vivem no país e, por se tratar de um desafio coletivo, cabe também ao país de origem estabelecer parcerias específicas com o país acolhedor, para atender às peculiaridades dos jovens imigrantes.

Ressalta-se que os jovens pesquisados não foram vistos apenas como fontes de dados, mas foi empregada toda sensibilidade para conhecer o seu cotidiano,

compreender suas histórias de vida, seus projetos atuais e futuros, suas lembranças, sejam boas e ruins, sentimentos de pertença e identidades culturais e afetivas. Pretendeu-se, com essa investigação, estabelecer um diálogo com os jovens, falar com eles e não apenas deles ou sobre eles. Ouvir o que os jovens brasileiros imigrantes em Portugal falam e pensam, como vivem e como esperam viver, foi também, uma opção metodológica ancorada na certeza de que eles tinham o que dizer, e disseram. Por fim, cabe ressaltar a necessidade de outros estudos a serem realizados com jovens brasileiros em Portugal, em outros contextos e lugares, pois somente uma abordagem pluridisciplinar e multidimensional poderá dar conta dos polissêmicos aspectos da problemática colocada em questão.

## **Referências**

Feixa, C. (1999) *De jóvenes, bandas y tribus*, Barcelona: Ariel.

Pais, J. (1993) *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional.

## Território de imigração italiana e emigração de seus descendentes\*

*Sandra Nicoli*<sup>†</sup>

*Sueli Siqueira*<sup>‡</sup>

### Resumo

No Brasil, final do século XIX inicia a imigração europeia em grande escala. A Microrregião de Aimorés/MG, foi o destino de muitas famílias italianas provenientes do Norte da Itália que desembarcaram no porto de Vitória/ES. A chegada à região desses imigrantes e descendentes aconteceu no início do século XX, promovendo uma nova configuração a esse território. Ao longo dos anos, com o fracionamento das terras, a sobrevivência dos descendentes fica comprometida, pois não há mais perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Para adquirir melhores condições de vida, muitos descendentes buscaram o reconhecimento da cidadania italiana com a finalidade de emigrar. O estudo tem como objetivo analisar a imigração e a emigração na Microrregião de Aimorés. Passados quase cem anos da chegada dos imigrantes italianos à região, muitos dos seus descendentes iniciam o caminho de retorno à Itália, com o objetivo de fazer poupança, investir e retornar à Microrregião.

**Palavras-chave:** território; imigração italiana; emigração dos descendentes

## Introdução

O fenômeno migratório, compreendido neste contexto como mobilidade populacional, não é um fenômeno recente. Os deslocamentos de populações sempre existiram na história da humanidade. As migrações internas e internacionais se constituem num elemento essencial para compreensão da formação das sociedades e das identidades culturais.

---

\*Trabalho apresentado no 2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa, realizado em Lisboa/Portugal, de 04 a 06 de junho de 2012.

<sup>†</sup>Mestranda do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE/Brasil: ✉ nicolinicoli@hotmail.com

<sup>‡</sup>Professora do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE/Brasil. Doutora em Ciências Humanas: ✉ suelisq@hotmail.com

O Brasil, desde seu descobrimento em 1500, é um importante cenário onde se desenrola o fenômeno das migrações internacionais. É por meio delas que se formou a população e a cultura brasileira. No contexto da colonização, visando a apropriação militar e econômica da terra, os portugueses tiveram destaque. A história da imigração no Brasil inicia-se com estes europeus. Esta corrente migratória se diferencia das demais pela sua longevidade e ao menor retorno de seus imigrantes à terra natal.

O início da produção agrícola no Brasil, em grande escala, deu origem a uma imigração forçada. Com o tráfico negreiro, cerca de três milhões de africanos são introduzidos no país no período de 1550 a 1850. Essa migração caracterizou uma fase do desenvolvimento econômico baseado na monocultura da cana-de-açúcar, seguida pela mineração do ouro. Estes africanos eram a força que movia as lavouras e as minas (Camargo, 1981).

Com a pressão da superpotência da época, Grã-Bretanha, em acabar com o tráfico negreiro, o qual supria as necessidades de mão-de-obra com a importação de escravos da África, houve a diminuição da mão-de-obra nas zonas que se expandia a cultura do café. Além disso, uma grande parte do território geográfico brasileiro ainda estava inexplorada. O país necessitava de pessoas para povoar estas terras e mão-de-obra para o trabalho na lavoura cafeeira.

Neste contexto, na segunda metade do século XIX, inicia em grande escala, a imigração europeia, principalmente a italiana. Os Estados onde situavam as grandes lavouras passaram a financiar a imigração da força de trabalho. No período de 1880 a 1903 ingressaram aproximadamente 1.850.985 imigrantes europeus. No início do século XX, com a crise cafeeira e a proibição da emigração<sup>1</sup> por parte do Estado Italiano, devido às péssimas condições de trabalho, ocorreu uma drástica diminuição da entrada dos imigrantes italianos no Brasil (Camargo, 1981).

O movimento de migração em massa na Itália iniciou por volta da década de 1860, quando os italianos se mudavam para outros países europeus. Uma década depois, eles começaram a migrar para o continente Americano – principalmente Estados Unidos da América, Argentina e Brasil.

Várias foram as razões para que os italianos deixassem sua pátria, entre elas a situação em que se encontrava o país depois de um longo período de lutas pela unificação. Com o fim destas guerras, a economia da Itália estava desabilitada, além dos problemas de alta taxa demográfica e desempregos, e com uma população rural empobrecida, tendo dificuldades de sobreviver seja nas pequenas propriedades que possuíam ou trabalhavam (Trento, 1989).

Descrevendo esses acontecimentos que impulsionaram os italianos a emigrarem para o Brasil, Trento (1989, p. 30) afirma que foi «a miséria a verdadeira

<sup>1</sup> O Decreto *Prinetti* proibia a emigração gratuita para o Brasil. São Paulo e os Estados do Sul financiavam o processo de imigração dos trabalhadores europeus, principalmente italianos. A imigração europeia para o Brasil teve como um de seus objetivos não remunerar o escravo recém liberto como trabalhador livre. Além disso, existia uma política de branqueamento da população (Siqueira, 2009).

causa da emigração transoceânica entre 1880 e a Primeira Guerra Mundial». Assim, a imigração era uma questão de sobrevivência para as famílias italianas. A depressão agrícola que provocou a falta de alimentos também contribuiu para a falta de dinheiro e o aumento dos impostos. A opção pela imigração estava sendo mais atraente que continuar na pátria mãe.

Além desses fatores, outro fator importante que fez com que o caminho dos imigrantes italianos se direcionasse em maior escala para o Brasil, foi à criação de barreiras imigratórias pelo maior receptor de imigrantes – Estados Unidos, dificultando assim, a entrada de imigrantes europeus neste país. A crise vivida na Itália e a idéia de que o Novo Mundo poderia proporcionar uma vida melhor motivaram muitos a aventurar-se nas Américas (Boni, 1990).

Em seu livro *A presença italiana no Brasil*, esse autor, também comenta que a imigração européia significou muito para o Brasil, em termos de crescimento demográfico, desenvolvimento econômico, agrícola e industrial. Além de marcar a vida civil e política do país.

As regiões brasileiras, Sul e Sudeste, foram expressivas em relação à imigração italiana. No sul, a corrente migratória foi notória devido à concentração em colônias e suas produções agrícolas. A região Sudeste teve um grande destaque em relação a esta imigração e foi a que recebeu a maioria dos imigrantes. Isso provavelmente pelo processo de expansão das lavouras cafeeiras no Estado de São Paulo e também pela extensão territorial do sudeste brasileiro. Entre os quatro Estados desta região, Minas Gerais tornou-se um núcleo significativo da colonização italiana no Brasil (Trento, 1989).

Diferentemente dos três Estados vizinhos que recebiam os italianos em seus portos marítimos, Minas Gerais foi o último destino destes imigrantes, devido sua posição geográfica. Os imigrantes italianos, que destinaram para Minas, em sua maioria, já possuíam experiência imigratória em um dos três Estados da região sudeste. Várias foram as propagandas realizadas por Minas para atrair os imigrantes, em especial, os italianos. No Estado mineiro, diversos foram os destinos destes imigrantes, sendo possível destacar algumas localidades como: Aimorés, Belo Horizonte, Itueta, Juiz de Fora, Machado, Poços de Caldas, Ponte Nova, Resplendor, Santa Rita do Itueto e São João Del Rey.

Monteiro (1994) em sua pesquisa, buscando esclarecer o papel do Estado no processo migratório, o que de concreto se fez sob sua influência, e, finalmente, mostrar a realidade da imigração e colonização estrangeira em Minas, registrou que o período do início da República até a Revolução de 1930 é o de maior significado para a imigração e colonização em Minas Gerais.

Mais adiante, a mesma autora destaca que foi a corrente italiana a que mais se impôs em Minas. Embora outras origens européias, como portuguesa, alemã, francesa fossem também solicitadas, a escolha do agricultor mineiro recaía sobre o italiano, principalmente o da Alta Itália. Sua adaptação aos costumes do país não era tão difícil. Os italianos eram considerados excelentes trabalhadores,

acomodando-se com relativa facilidade ao sistema de meação ou parceria.<sup>2</sup> O italiano era não só útil como mão-de-obra, mas atendia também como elemento colonizador (Monteiro, 1994).

É preciso destacar que, levas expressivas de imigrantes italianos desembarcaram no porto de Vitória, capital do Espírito Santo no final do século XIX e início do XX, sendo direcionados ao interior do Estado que abriga uma das maiores colônias italianas do Brasil. Estes imigrantes enfrentaram a mata virgem e foram abandonados num lugar desconhecido e inexplorado. Ali sofreram com a adaptação ao clima e à alimentação, enfrentaram animais selvagens, desbravaram e colonizaram os locais a eles destinados, plantaram, colheram, construíram suas casas e numerosas famílias. Em poucos anos já era possível perceber o crescimento populacional e o desenvolvimento das localidades onde havia a presença desses imigrantes italianos.

Muitos desses imigrantes que foram para a região de Alfredo Chaves – ES, em sua maioria, oriundos do Norte da Itália, após um período de crescimento populacional e desenvolvimento econômico deste local, optaram por migrar para outras localidades diante de um cenário de estagnação econômica e impossibilidade de garantir o sustento das novas famílias constituídas pelos filhos dos italianos a partir da pequena propriedade familiar. Os destinos mais procurados foram à região de Castelo interior do Espírito Santo que estava em plena fase de povoamento e desenvolvimento, e as terras mineiras, localizadas próximas à divisa dos dois Estados.

Biasutti, Loss e Loss (2003) comentam sobre esta leva de imigrantes italianos que foram para Minas Gerais pois, segundo os autores, não apenas pelo porto do Rio de Janeiro chegaram os imigrantes italianos, levas expressivas também aportaram em Santos-SP, outra numerosa aportou em Vitória-ES, tendo depois de um determinado tempo subido pelo Vale do Rio Doce.

Diferentemente das regiões do Espírito Santo em que os imigrantes italianos foram instalados, o Vale do Rio Doce por volta dos anos de 1903, via sua paisagem sendo modificada com a abertura da floresta para a construção e fornecimento de carvão para a Estrada de Ferro Vitória a Minas que em 1942, passa a ser administrada pela Companhia Vale do Rio Doce<sup>3</sup> – CVRD.

Como era essa região antes da chegada dos imigrantes italianos? Espindola (2005, p. 311) descreve o Sertão do Rio Doce como «*um território com espessa cobertura florestal, habitado por índios pouco conhecidos e mal-afamados, com alto grau de insalubridade, com rios de difícil navegação, com geografia desconhecida*». Essa região fazia fronteira com outras densamente povoadas e conhecidas, como a região mineradora e o litoral espírito-santense.

Em 1907 os trilhos da ferrovia chegam à localidade de Aimorés<sup>4</sup> e em 1910 à

<sup>2</sup> O sistema de meação é quando a metade da produção é dividida entre o proprietário da terra e o colono (meeiro). O sistema de parceria é aquele em que as partes são divididas diferentemente entre o proprietário e o colono.

<sup>3</sup> Atual Vale – líder mundial na produção de minério de ferro.

<sup>4</sup> Na época conhecida como Natividade, situa-se na divisa do Estado de Minas Gerais com

atual cidade de Governador Valadares, ambas no Estado de Minas Gerais. No percurso da ferrovia, que corta os Estados brasileiros de Minas e Espírito Santo, vários povoados nasceram ou se desenvolveram, entre eles, várias localidades da Microrregião de Aimorés que teve boa parte de sua extensão geográfica cortada pela ferrovia.

Este artigo tem como objetivo descrever o movimento imigratório dos italianos e seus descendentes na Microrregião de Aimorés, mais especificamente nos municípios de Aimorés, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, a partir dos relatos dos descendentes mais antigos. Também tem como proposta discutir as condições de emigração dos descendentes mais jovens para a Itália. Trata-se de um estudo descritivo que utiliza uma abordagem qualitativa. Para sua produção foram realizadas seis entrevistas com descendentes mais velhos e uma com descendentes emigrantes da Microrregião de Aimorés/MG com experiência emigratória para a Itália. Destaca-se que são usados nomes fictícios para preservar a identidade dos informantes.

## 1 O caminho dos imigrantes nas Minas Gerais

A Mesorregião mineira do Vale Rio Doce é dividida em sete Microrregiões,<sup>5</sup> entre elas, a Microrregião de Aimorés como pode ser observada no mapa a seguir, mais especificamente, os municípios de Aimorés, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto foi ponto de chegada de imigrantes italianos oriundos do Norte da Itália vindos principalmente das localidades de Alfredo Chaves e Castelo no Espírito Santo. A chegada à região desses primeiros imigrantes aconteceu no início do século XX, promovendo uma nova configuração a esse território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores.

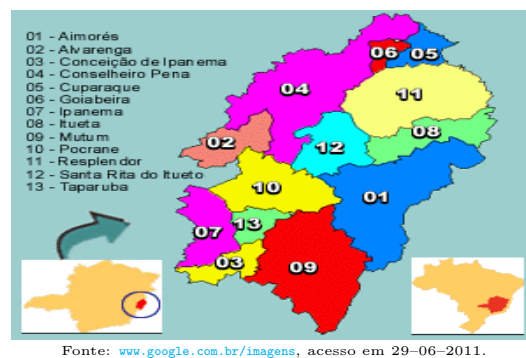


Figura 1: Mapa da Microrregião de Aimorés – MG

Espírito Santo.

<sup>5</sup> O conceito de microrregião proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é agrupar municípios, dentro de um mesmo Estado, que constituem áreas com características homogêneas e vinculadas a localização. Para fins estatísticos e com base em similaridades econômicas e sociais.



O vale do Rio Doce participou do movimento de imigração de europeus mais tardiamente, quando o interesse governamental pelo povoamento desta região abriu caminho aos colonos fixados nas áreas montanhosas do Espírito Santo e de outras regiões mineiras (Rezende e Álvares, 1995). Em torno do ano de 1918, começam a desembarcar nas estações ferroviárias de Aimorés e Resplendor diversas famílias italianas. Com elas desembarcam além de pequenas bagagens essenciais para a sobrevivência, os sentimentos de insegurança, esperança e sonhos nesta nova vida de imigrantes em território desconhecido.

Neste território, os imigrantes italianos e seus descendentes tiveram destaque nos econômicos, culturais e políticos. O município de Aimorés é o maior – dentre os quatro municípios estudados, em extensão territorial e recebeu imigrantes italianos e descendentes tanto na sua área rural quanto urbana. Já o município de Itueta que foi desmembrado dos vizinhos – Aimorés e Resplendor, e é cortado pelo rio Doce, recebeu uma significativa leva de imigrantes italianos e descendentes na parte sul do seu território. A parte norte deste município foi colonizada por imigrantes alemães.

Os imigrantes que fixaram em Resplendor em sua maioria se dedicaram ao comércio e posteriormente ao serviço público. Situado na parte mais alta da Microrregião, o município de Santa Rita do Itueto se diferencia dos demais em relação ao clima que é mais ameno – propício para o plantio do café, sua extensão territorial não foi cortada pela ferrovia e foi o território que teve maior concentração de imigrantes italianos.

É interessante destacar que no momento de maior entrada desses imigrantes, somente o município de Aimorés havia emancipado em 1915, os outros três municípios ainda não estavam formados político-administrativo. O município de Resplendor emancipa-se em 1939, Itueta em 1948 e por último o município de Santa Rita do Itueto em 1963. Estes três últimos, contaram com a presença de imigrantes italianos em seu território no momento de emancipação política.<sup>6</sup>

Os italianos e seus descendentes se fizeram presentes na Microrregião de Aimorés, apesar de todas as dificuldades vivenciadas em diversos momentos de suas vidas. Segundo relatos dos descendentes mais velhos, os pais e os nonos sempre contavam como foi difícil a chegada e instalação nesse local onde era tudo mata - a floresta cobria as localidades, enfrentaram animais selvagens, não havia água encanada e povoamento. Os alimentos que consumiam e tratavam os animais eram produzidos por eles. Alguns chegaram à região e compraram pequenas propriedades, outros trabalharam como meeiros em terras de familiares ou vizinhos e mais tarde adquiriram o seu próprio pedaço de terra. Todo crescimento observado atualmente foi adquirido com os esforços de cada família que desbravaram e povoaram os locais com seus numerosos filhos.

Desmataram para a construção das casas, currais e galpões para armazenar os produtos colhidos e também para a formação das lavouras de café, milho, feijão, arroz entre outros. As famílias que chegaram à região após a instalação

---

<sup>6</sup> As datas de emancipação política dos referidos municípios foram acessadas através dos sites de suas respectivas prefeituras.

dos primeiros imigrantes italianos receberam ajuda destes através de mutirão onde todos ajudavam a preparar o terreno para iniciar a plantação das sementes.

Aos poucos e com toda a família nas lavouras, os descendentes de italianos começaram a adquirir mais terras e gados para melhorar a renda familiar. Nesse ponto é importante destacar que a produção era familiar e todos os homens, mulheres e crianças a partir dos seis anos de idade trabalhavam arduamente na terra. Assim, suas terras foram crescendo e se tornaram importantes produtores de café e criadores de gado para corte e produção de leite e queijo na Microrregião até os dias atuais.

Segundo [Bassanezi \(1995\)](#), esta corrente imigratória, no Brasil, revelou especificidades: a imigração familiar foi mais volumosa que nos demais países receptores e a região do Vêneto, na Itália, foi a que mais forneceu imigrantes.

Estudando a imigração italiana no Rio Grande do Sul, [Zanini \(2010\)](#) descreve que eram migrações familiares, composta por católicos em sua maioria, provenientes do Norte da Itália e predominantemente de camponeses pobres. A Região de Aimorés, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto – MG, também seguiu esse mesmo padrão.

Nestas localidades expressaram sua fé e devoção construindo diversas capelas em homenagem aos santos (as) da igreja católica. Aos domingos as famílias se reuniam para rezarem o terço e a ladainha a Nossa Senhora, as mulheres eram responsáveis por todo o momento de oração. As festividades dos padroeiros (as) eram comemoradas por todos – as famílias italianas e descendentes não trabalhavam na terra ou no comércio nestes dias de festejo. Havia comidas típicas, danças e cantos italianos, era um momento de encontro entre as famílias italianas e de muita alegria. Atualmente estas capelas se transformaram em grandes e bonitas igrejas nas diversas localidades da Microrregião de Aimorés.

Com os poucos moradores não descendentes de italianos<sup>7</sup> mantiveram uma relação de respeito e amizade. Porém, os casamentos eram entre famílias de descendência italiana. Até a terceira geração poucos são os que se casaram com não descendentes e quando isso acontecia era motivo de discriminação. Segundo os relatos dos mais velhos, casar com a mesma descendência é melhor, pois os costumes, valores e virtudes são os mesmos. Atualmente é possível perceber que a quarta geração não tem tanta restrição ao casamento com outra descendência, mas ainda faz referência aos não descendentes como sendo brasileiros.

Como as festividades religiosas, os casamentos entre os descendentes italianos também eram comemorados com muita festa, comidas típicas, cantos e danças italianas até o raiar do dia. A foto a seguir foi tirada na sede da fazenda de um imigrante filho de italiano, que saiu do município de Castelo/ES e chegou à Microrregião de Aimorés em 1927 com a esposa e quatro filhos e tiveram mais seis filhos. A festa é de um casamento entre descendentes de italianos da terceira geração, na região de Itueta, em 1969. A propriedade continua com a mesma família de descendência italiana e parte da casa pode ser vista até os dias de hoje.

---

<sup>7</sup> Denominados até hoje na região, como brasileiros.



Fonte: arquivo particular de família de descendência italiana. Foto digitalizada em 02-09-2011.

Figura 2: Festa de casamento

Conforme afirma [Hall \(2003\)](#) a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino, nesse sentido, os imigrantes trouxeram consigo seus costumes, valores, vocabulários, cantos, danças, festas e comidas típicas que foram incorporados à sociedade daquela época, sendo visível até os dias atuais.

Estes imigrantes italianos e descendentes foram motivados pela possibilidade de construir, em Minas Gerais, uma nova vida como proprietários de suas terras, já que no Espírito Santo trabalhavam nas terras dos pais. Este movimento populacional foi uma verdadeira «aventura colonizadora»,<sup>8</sup> marcada pelo trabalho árduo e luta contra as adversidades e dificuldades.

## **2 A busca da mobilidade territorial através da cidadania italiana**

Até os anos de 1950, o Brasil era reconhecido como um país receptor de migrantes internacionais. «Em 1920, a imigração respondia por 5,11% da população residente no país, enquanto que em 1980 essa participação reduziu-se

<sup>8</sup> Termo retirado do livro *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora* de [1998](#).

expressivamente para 0,77%» (Patarra e Baeninger, 1995, p. 80). A partir dos anos de 1960, o cenário de país receptor de imigrantes torna-se exportador de mão-de-obra para o exterior, principalmente para os Estados Unidos da América.

A mobilidade, atualmente, é diversificada e ocorre a partir dos países periféricos em direção aos países centrais. Esse novo panorama da mobilidade está ligado à nova dinâmica do capitalismo, marcado, principalmente, pela globalização da produção. Contudo, é importante ressaltar que são vários os fatores que possibilitaram o crescimento do atual fluxo de migrantes internacionais, tais como reestruturação econômica que internacionalizou a produção e possibilitou o surgimento de um espaço transnacional que facilitou a mobilidade do trabalho; a existência de um mercado secundário pouco atrativo para os trabalhadores nativos, mas extremamente interessante economicamente para os emigrantes; a formação de redes sociais nas quais trafegam as informações e os mecanismos facilitadores do projeto migratório (Siqueira, 2009).

A Microrregião de Governador Valadares – MG foi o ponto inicial da migração de brasileiros para o exterior. Os primeiros valadarenses que emigram na década de 1960 eram jovens das camadas mais ricas da população e empreenderam o projeto migratório muito mais em função da aventura do que de ganhos econômicos. Através desses primeiros jovens a rede migratória foi se formando e consolidando ao longo da década de 1960 e 1970. Nos meados dos anos de 1980 ocorre o *boom* da emigração de brasileiros para o exterior, principalmente para os Estados Unidos. Este fluxo que tem início na cidade de Governador Valadares se espalha por toda a região e atinge nos dias atuais vários Estados brasileiros (Siqueira, 2008).

Ao longo dos anos, com o fracionamento das terras devido à herança dividida entre os muitos filhos dos primeiros imigrantes, a sobrevivência dos descendentes italianos, no caso, das gerações mais novas, na Microrregião de Aimorés fica comprometida, pois não há mais perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Além disso, a busca pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo da atual sociedade, fez com que muitos dos descendentes, a partir do início da década de 1990, começassem a buscar o reconhecimento da cidadania italiana com o objetivo de emigrar.

Desde a segunda metade dos anos de 1980, o fluxo migratório internacional da Região do Rio Doce é marcadamente direcionado para os Estados Unidos. Mesmo que no decorrer do tempo ocorra uma mudança nos planos iniciais, a maioria desses emigrantes tem como projeto retornar e investir na sua cidade de origem objetivando melhorar sua condição socioeconômica (Siqueira, 2009).

Inicialmente os descendentes da Microrregião de Aimorés seguiram o mesmo fluxo, porém o documento de dupla cidadania possibilita a entrada no território norte-americano sem o visto, mas não a inserção no mercado de trabalho. Assim ao exercer atividades laborais remuneradas estariam indocumentados.<sup>9</sup> A

<sup>9</sup> Termo usado para designar as pessoas que não possuem o documento de permissão para

partir do final da década de 1990 o destino dos descendentes italianos muda de direção, vão para o norte da Itália – região de origem dos seus antepassados.

As principais razões da mudança do fluxo são devido ao acirramento da fiscalização da Imigração norte-americana e a valorização da moeda no velho continente com a organização da União Européia.

Segundo os dados do [Ministério das Relações Exteriores](#) - através do site *Brasileiros no Mundo* – as estimativas é de 85.000 brasileiros na Itália e em toda a Europa é de aproximadamente 911.889 brasileiros.<sup>10</sup> O Censo 2010 apresenta números bem mais modestos. O número considerado de brasileiros moradores no exterior, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 é de 491.645, distribuídos por 193 países. Os principais destinos dos brasileiros foram: Estados Unidos da América (23,8%), Portugal (13,4%), Espanha (9,4%), Japão (7,4%), Itália (7,0%) e Inglaterra – Reino Unido (6,2%). Quase a metade desses migrantes tem como origem a região Sudeste brasileira, principalmente dos estados de São Paulo (21,6%) e Minas Gerais (16,8%).

Os italianos que imigraram para o Brasil, carregavam consigo o desejo de recriar em solo brasileiro uma nova Itália, vieram para ficar e aqui criar suas famílias em melhores condições do que na sua terra natal. Diferentemente, os descendentes desses imigrantes que são, em sua maioria, jovens na faixa etária de 18 a 35 anos, com oito anos de escolaridade, originários principalmente da região rural, emigram com o objetivo de trabalhar, fazer poupança, investir e retornar para o local de origem.<sup>11</sup>

Chegam à Itália com a dupla cidadania acreditando estar nas mesmas condições do italiano nativo. Porém, em seus relatos,<sup>12</sup> demonstra a desilusão em relação ao tratamento como cidadão italiano. O documento ajuda na inserção legal ao trabalho, mas não na sociedade italiana, contudo se inserem no mercado de trabalho secundário.

A cultura vivenciada, na origem, a partir da língua, dos cantos, culinária, festas típicas italianas e memória dos antepassados, não lhes deram nenhuma identidade italiana que facilitasse a inserção na sociedade de destino, ao contrário, lá se percebem mais brasileiros. Toda identidade italiana que os define no local de origem, é desmontada ao se perceberem como qualquer outro estrangeiro no país que acreditavam ser parte de sua identidade.

Ana, descendente de imigrante italiano, residia na Microrregião de Aimorés e emigrou para a Itália em 2003. Seu relato possibilita compreender que no contato com o país de origem dos antepassados, os descendentes emigrantes são

---

entrada e trabalho no país de destino.

<sup>10</sup> As estimativas são com base em consultas feitas no final do ano de 2010 às Embaixadas e aos Consulados do Brasil sobre a presença brasileira em suas jurisdições. Acesso em junho de 2012.

<sup>11</sup> Dados coletados em estudo exploratório realizado na Microrregião de Aimorés/MG no ano de 2011.

<sup>12</sup> Relatos orais realizados com os descendentes que emigraram e retornaram para a região de origem.

tratados como estrangeiros. Pois segundo ela:

«Na verdade quando eu cheguei lá eu levei um susto, era tudo novo era uma experiência nova. (...) então quando eu fui para Itália eu achei assim por eu ser descendente de italiano eu achei que eu fosse chegar lá que seria outra coisa eu iria chegar e ser um povo mais acolhedor mais assim, só que na verdade não. (...) mas na verdade não, eles são muito acolhedores quando são turistas, então quando você vai realmente trabalhar muda um pouquinho o negócio, mas só que eu fui me adaptando tinha que me adaptar depois eu fui aprendendo a língua porque no início eu fiquei assustada não sabia a língua, não estava trabalhando eu queria trabalhar e tudo. Depois eu fui me acostumando eu aprendi a língua (...) mas tem o dialeto de cada região, você acaba até brincando com a própria língua a região mesmo que eu estou puxa muito o R fala muito o dialeto Fiorentino, já o norte da Itália hoje tem a maioria da emigração dos descendentes dessa região aqui são do norte da Itália eles falam muito engraçado é como se eles falassem cantando então você acaba brincando e acostumando.»

Sobre a diferença que sentiu ao chegar à terra de origem dos antepassados, descreveu que:

«No sentido de ser tratada, eu achei assim, eu sou descendente. A família daqui é eles são brincalhões e tudo eu vou encontrar o que eu encontrava aqui e por eu ser descendente e ter a cidadania eu achei que isso fosse diferente de um outro que não tivesse. Que eu não ia ser vamos dizer chamada estrangeira, só que isso não faz diferença independente se você tem eu tenho total direito como qualquer um italiano é como dizer assim, lá eu sou italiana hoje eu posso falar eu sou italiana ou naquele mesmo momento eu sou italiana, independente de onde eu nasci, eu vim, eu tenho direito igual eles, porque agente tem carteira de identidade agente tem CPF tem passaporte iguais próprio, só que, quando agente chega, ou até hoje agente nunca fala perfeito porque agente não perde o sotaque brasileiro isso continua. Quando eu abro a boca eles vêem eu sou brasileira, então quando eu abri a boca eles viram todos os meus documentos são italianos, só que quando eu abri a boca é estrangeira então isso que me fazer diferença, quando eu abro a boca sou uma estrangeira.»

Os dados perante alguns relatos permitem considerar que a rede de ajuda e informações que se formou durante a chegada dos imigrantes italianos na Microrregião, no início do século XX, ainda continua sendo observada entre os descendentes que emigram para a Itália. Neste país, já é possível perceber a formação de uma rede de relações entre os descendentes, com formas e características diferentes dos primeiros imigrantes, porém com a mesma intenção de minimizar os riscos e sofrimentos.

«Tenho. Tenho um irmão que mora comigo e o meu cunhado e sua esposa e tenho o meu primo. São, que são também descendentes. Vamos dizer, todos passavam na minha casa, o ponto de apoio foi a nossa casa depois agente ia dividindo ai cada um ia dividindo. (...) inclusive agente se reúne, não sempre, agente se reúne em datas comemorativas como aniversário ou datas festivas como natal, ano novo agente se reúne faz churrasco às vezes até dança às vezes vai em um parque a passeio. Tem bares tem restaurante brasileiro é onde tem um maior fluxo de brasileiros e se reúne assim, só quando vem o frio que vai todo mundo para a toquinha e é mais difícil.»

Sobre as redes sociais no processo migratório [Siqueira](#) realça que:

«as redes fornecem informações, indicam meios que auxiliam o processo de migração e atenuam as dificuldades no país de destino. A migração internacional pressupõe ir ao encontro de uma sociedade, geralmente com língua, costumes e valores diferentes. Significa um empreendimento de muitos riscos. Riscos estes que são amenizados por intermédio das redes sociais. Além de facilitadoras na concretização do projeto de migrar, as redes dão novas configurações ao meio no qual se estabelecem.» ([Siqueira, 2009](#), p. 46)

Estas conexões são estabelecidas, tanto nos países de origem como de destino do migrante, tornando acessível o projeto de migrar.

## Considerações finais

O Brasil, na segunda metade do século XIX recebeu grande leva de imigrantes europeus em seu território geográfico. A região sudeste foi a que recebeu a maioria dos imigrantes em seus portos marítimos. A Microrregião de Aimorés situada na Mesorregião mineira do Vale do Rio Doce foi ponto de chegada de muitas famílias italianas provenientes do Norte da Itália que desembarcaram no porto da capital do estado do Espírito Santo. A chegada à região dessas famílias proporcionou uma nova configuração a este território, inserindo novas técnicas de manejo da terra, novos costumes e valores.

Com o fracionamento das terras, ao longo dos anos, devido à herança dividida entre os muitos filhos dos primeiros imigrantes, a sobrevivência dos descendentes italianos, no caso, das gerações mais novas, na Microrregião de Aimorés fica comprometida, pois não há mais perspectiva de continuar tirando o sustento somente da terra. Além da busca pela independência financeira e pela melhoria da qualidade de vida, dentro dos novos padrões de consumo da atual sociedade, muitos dos descendentes, a partir do início da década de 1990, começaram a buscar o reconhecimento da cidadania italiana com o objetivo de emigrar, fazer poupança, investir e retornar a região de origem.

O objetivo deste artigo foi descrever o processo imigratório dos italianos e seus descendentes na Microrregião de Aimorés, mais especificamente os municípios de Aimorés, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto. E teve como proposta discutir as condições de emigração dos descendentes mais jovens para a Itália. Tratou-se de um estudo descritivo que utilizou uma abordagem qualitativa. Para a produção deste artigo foram realizadas seis (6) entrevistas com descendentes mais velhos e uma (1) com descendentes emigrantes da Microrregião de Aimorés.

Pode-se concluir através deste estudo que esses dois fluxos, dos italianos vindo para o Brasil em busca de sobrevivência e, atualmente, dos seus descendentes em direção inversa se distanciam não apenas no tempo, mas também na natureza, perfil do emigrante e projeto de emigração. Enquanto os imigrantes italianos chegaram à região com objetivo de nela permanecerem, os descendentes emigram para Itália com o projeto de retornar e investirem nas mesmas atividades rurais dos seus antepassados e em outras atividades. Estas práticas têm reconfigurado a economia local, pois a maioria dos investimentos desses descendentes de imigrantes italianos são na própria Microrregião de Aimorés/MG.

## Referências

- Bassanezi, M. (1995) «Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico», in Patarra, N. (Org.) *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*, São Paulo: FNUAP, Vol. 1, pp. 3-35.
- Biasutti, L., Loss, A. e Loss, E. (2003) *Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais – subsídios para uma história da imigração italiana*.
- Boni, L. (Org.). (1990) *A presença italiana no Brasil*, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, Vol. 2.
- Camargo, J.(1981) «Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos», in *Ensaio Econômico*, São Paulo: IPE-USP, 14.
- Castiglioni, A. (Org.) (1998) *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Espindola, H. (2005) *Sertão do Rio Doce*, Bauru: EDUSC.
- Hall, S. (2003) *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) *Contagem Populacional*, Rio de Janeiro: IBGE.
- Ministério das Relações Exteriores (2010) *Brasileiros no Mundo – Estimativas*, Brasília. Disponível *on-line* em: <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/>, acesso em 26-06-2012.



- Monteiro, N. (1994) *Imigração e Colonização em Minas 1889–1930*, Editora Itatiaia Limitada: Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Vol. 188.
- Patarra, N. e Baeninger, R. (1995) «Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil», in Patarra, N. e (Org.) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, São Paulo: FNUAP, Vol. 1, pp. 79–87.
- Rezende, M. e Álvares, R. (Orgs.) (2009) *Era Tudo Mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor*, Belo Horizonte, MG: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés.
- Siqueira, S. (2008) «Emigrants from Governador Valadares: Projects of Return and Investment», in Jouet-Pastré, C. e Braga, L. (Eds.) *Becoming Brazuca. Brazilian Immigration to United States*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, pp. 175-194.
- Siqueira, S. (2009) *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno Brasil/Estados Unidos*, Belo Horizonte: Argvmentvm.
- Trento, Â. (1989) *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração no Brasil*, São Paulo: Nobel.
- Zanini, M. (2010) «Literatura de descendentes: italianos no Rio Grande do Sul», in Pacelli, A. et al. (Orgs.) *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*, Rio de Janeiro: Garamond, pp. 39–52.

## «Melhorar de vida» ou «Aproveitar a vida»? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal)

*Paula Christofolletti Togni\**

### Resumo

Através de uma etnografia multilocalizada percorri os trajetos transnacionais de um grupo de 26 jovens migrantes entre Lisboa (Portugal) e Mantena (Minas Gerais), cuja particularidade se prende ao fato de terem experienciado uma migração internacional autônoma entre os 18 e 20 anos. Nesta comunicação, apresentarei algumas reflexões iniciais sobre a forma como as categorias de diferenciação: classe, cor da pele, etnicidade, geração e nacionalidade entretecidas com o gênero, são articuladas pelos jovens nos locais de origem e de destino, configurando as suas experiências e seus posicionamentos identitários. Através da observação dos processos e momentos em que são articulados estes marcadores de diferença e da análise dos itinerários sociais dos jovens procurarei discutir duas principais questões: Quando e de que forma a migração internacional emerge como alternativa de reprodução social? E em que medida migração na juventude altera os padrões locais e regionais na transição para a vida adulta?

**Palavras-chave:** jovens; imigração brasileira; etnografia; diferenciação; itinerários sociais.

### Introdução: notas teóricas e metodológicas

A partir de pesquisas exploratórias identifiquei um grupo de aproximadamente 26 «jovens» oriundos do interior de Minas Gerais que vivem em Portugal ou já viveram anteriormente – um fluxo migratório específico que denominei como Mantena-Cacém. A descoberta deste fluxo marcado por redes migratórias bastante consolidadas e de um grupo cuja particularidade é a de terem experienciado uma migração internacional autônoma, entre os 18 e 20 anos, que não fazem parte de reagrupamentos familiares,<sup>1</sup> mas que não é necessariamente um projeto exclusivamente individualizado, mas parte também de uma estratégia familiar de reprodução social, marcou a minha decisão em relacionar as temáticas sobre

\*CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia/IUL: ✉ tognilisboa@gmail.com

<sup>1</sup> Reagrupamento familiar é um processo que diz respeito à migração de alguns membros da família, no sentido de se juntarem aos familiares já instalados num novo país ou região (Fonseca, 2005, p. 14).

juventude e migrações internacionais.

Geisen (2010) aponta para o fato de que ainda que a migração tenha se tornado um importante recurso biográfico na transição para a vida adulta, os jovens migrantes têm sido completamente ignorados nos estudos sobre as migrações, ou são apenas notados em seus papéis desempenhados no reagrupamento familiar dos pais. De acordo com o autor, são no campo de estudos sobre a juventude que tem sido desenvolvido pesquisas sobre estes deslocamentos (ver Cox 2009; Hoerder et al., 2005).

interesse público e acadêmico sobre jovens migrantes ora percebidos como potenciais trabalhadores com déficits educacionais (Hoerder et al., 2005; ver também OCDE, 2006), ou como um «problema social» associados aos bairros periféricos habitados por um grande número de migrantes.<sup>2</sup> Em Portugal, o imaginário «Arrastão» na Praia de Carcavelos<sup>3</sup> e a pseudo-criação do PCP – Primeiro Comando de Portugal são alguns exemplos de estigmatização e associação dos jovens migrantes à delinquência e ao desvio.

«Primeiro Comando de Portugal (PCP). O clone do Primeiro Comando da Capital, fundado nos anos noventa por um grupo de prisioneiros de São Paulo, instalou-se na margem sul de Lisboa. É composto por jovens provenientes das favelas brasileiras, para quem a violência é um modo de vida. Têm hino no *YouTube* e agregam-se na internet, onde mostram alguns dos produtos do crime. Desafiam as autoridades e congregam o gosto pelas armas.»<sup>4</sup>

Em janeiro de 2010, conheci Sheila, 23 anos, natural de Mantena (Minas Gerais) e que vive em Portugal há quatro anos. Foi através dela que conheci os outros jovens. Sheila tem dois irmãos, Wellington (28 anos) e Beto (26 anos). Na época em que decidiu imigrar para Portugal os dois já estavam no Cacém. Wellington imigrou primeiro, quando tinha 20 anos. Posteriormente, veio Beto que permaneceu dois anos e já regressou ao Brasil. Além dos irmãos, Maicon, vizinho de Sheila, seu primo Jonas e a amiga Camila também vieram para Portugal.

É a partir da trajetória social e biográfica destes jovens e de suas experiências migratórias que irei debater as relações entre migração internacional, juventude e reprodução social, orientada pela proposta de Machado (2002) que aponta para a necessidade de dar uma particular atenção à classe nos estudos sobre as relações étnicas e raciais nos contextos migratórios, desconstruindo certo

<sup>2</sup> Em Portugal, o imaginário «Arrastão» na Praia de Carcavelos e as inúmeras notícias que associam criminalidade, migrações e nacionalidade são exemplos de estigmatização e associação dos jovens migrantes à delinquência e ao desvio.

<sup>3</sup> Para uma análise sobre o «Arrastão» em Carcavelos praticado por jovens dos bairros considerados problemáticos de Lisboa, ver Almeida (2007) e Carvalheiro (2008).

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/Noticia.aspx?channelid=00000181-0000-0000-0000-0000000000181&contentid=B075BC4B-986E-4F98-97E3-B11916DD7676>, consultada pela última vez em 1 de junho de 2012.



Figura 1: Foto exibida no jornal em 2008. «*Máfia das favelas entra em Portugal*»

etnocentrismo ao mascarar o fato de que «qualquer minoria tem sempre algum grau de diferenciação do ponto de vista dos lugares de classe dos seus membros.» (2002, p. 39)

Utilizarei o termo juventude como processo, socialmente definido, e a experiência etária como algo relacional e performativo (Debert e Goldstein, 2000), ponderando a experiência migratória na juventude não somente como um fenômeno meramente geracional - à medida que se articula a inúmeras outras categorias de diferenciação como classe, origem regional, nacionalidade, «raça» cor da pele e gênero, mas que desempenha um papel decisivo na gestão de projetos migratórios, possibilitando motivações e experiências distintas quando comparadas com processos migratórios em diferentes fases da vida.<sup>5</sup>

A possibilidade de trabalhar com jovens oriundos de um mesmo contexto – uma cidade de pequeno porte – e que vivem num mesmo espaço na sociedade de destino poderá trazer contribuições analíticas distintas da literatura produzida sobre a imigração brasileira em Portugal, assim como novos elementos para a discussão sobre juventude e a reprodução social no Brasil. Como estratégia metodológica realizei uma etnografia multilocalizada (Marcus, 1996)<sup>6</sup> nos con-

<sup>5</sup> A antropologia, ainda que não tenha se concentrado em todos os momentos sobre o estudo dos «jovens», já na antropologia da primeira metade do século XX, a monografia pioneira de Mead (1928), *Coming of age in Samoa*, e a etnografia de Malinowski (1929), *The sexual life of savages in North-western Melanesia*, desempenharam, sem dúvida, um importante papel na definição da adolescência como um tópico crucial de investigação antropológica e consequentemente, as questões associadas a este estágio de vida - rituais de iniciação, práticas sexuais-afetivas e relações intergeracionais. No que se refere às sociedades ditas «complexas», para alguns autores como Feixa (1994) e Wulff (1995) foi Parsons ([1942] 1964) através de sua análise estrutural-funcionalista de jovens de classe média em escolas secundárias nos EUA que legitimou academicamente o surgimento de uma suposta «cultura juvenil». Fundamentada na ideia de uma «nova consciência geracional», na qual indivíduos pertencentes à determinada fase de vida compartilhavam um conjunto de crenças, valores, símbolos, normas e práticas, a «cultura juvenil» foi analisada como um todo homogêneo (Feixa, 1994, p. 54), que promoveria como resultado relações de solidariedade baseadas em «valores universais».

<sup>6</sup> Marcus afirma que «talvez sejam necessárias formas inovadoras de etnografia multilocal para fazer justiça às forças culturais, econômicas e políticas transnacionais que atravessam e

textos de origem e de destino destes jovens com a finalidade de percorrer os seus trajetos transnacionais entre Lisboa (Portugal) e Minas Gerais, comparando analiticamente a forma como as categorias de diferenciação – classe, cor da pele/ «raça», geração e nacionalidade – entretidas com o gênero, são articuladas pelos jovens nos locais de origem e de destino, configurando as suas experiências.

Pretendi analisar as migrações internacionais dentro do paradigma proposto por Sayad de que «o imigrante antes de “nascer” para a imigração, é primeiro um emigrante» (1998, p. 18), o que torna imprescindível compreender os conteúdos simbólicos e materiais dos deslocamentos em sua relação dialógica: sociedades de origem e de destino. Mais do que um pressuposto ou inovação metodológica,<sup>7</sup> o fato da etnografia percorrer os trajetos transnacionais dos jovens migrantes demonstra uma preocupação igualmente epistemológica na medida em que implica refletir sobre sujeitos que vivem dentro de campos sociais transnacionais, expostos a um conjunto de expectativas sociais, valores culturais e padrões de interação humana que são compartilhados em mais de um sistema social, econômico e político (Velasco, 1998).

O início da etnografia se deu no Cacém, local de destino dos jovens. Considerado uma região periférica da Grande Lisboa, a reputação de periferia do «bairro» está associada à distância das áreas mais centrais e igualmente por uma segregação espacial étnica. A maioria das pessoas que habitam o Cacém é oriunda da África portuguesa – Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde – e, mais recentemente, do Brasil.<sup>8</sup> Durante cinco meses realizei trabalho de campo no Cacém, acompanhando os itinerários destes jovens através da realização de observações e entrevistas em profundidade nos espaços de moradia e de sociabilidade (festas e almoços, *bailes funks*, cafés e discotecas brasileiras).

Através da consolidação de uma relação de confiança, efetuei trabalho de campo no Brasil durante seis meses. Tive a possibilidade de me hospedar nas casas das famílias de alguns dos jovens pesquisados em Portugal e vivenciar seu cotidiano, permitindo perceber a maneira como viviam no Brasil antes da migração. A cidade onde a maioria dos jovens vivia é Mantena, localizada no leste de Minas a 460 km de Belo Horizonte, uma zona de fronteira entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A etnografia foi realizada em dois cenários privilegiados: o Bairro dos Operários (Morro do Margoso) e a zona rural de Cachoeirinha de Itaúnas, localizada a 12 km de Mantena, por se configurarem como zonas marcadas por redes migratórias bastante consoli-

---

constituem mundos regionais ou locais.» (Marcus, 1996, pp. 94-95)

<sup>7</sup> As etnografias multissituadas têm sido realizadas desde o início da década de 1990, sendo o trabalho de Gramusck, S. e Pessar, P. (1991) «*Between Two Islands: Dominican International Migration*», uma importante referência. No que se refere à imigração brasileira, temos as investigações de Assis (2004) (2011), «*De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos imigrantes brasileiros*», e o trabalho de Piscitelli (2008a; 2008b) que tem realizado suas análises sobre gênero, sexualidade e migrações baseada em etnografias nos locais de origem e de destino de mulheres migrantes, acompanhando os trânsitos e as redes migratórias na Itália e na Espanha.

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre os bairros periféricos da Grande Lisboa e os jovens «lusoafricanos» ou de «2ª geração», ver (Machado, 2002; 1994) e Rosales, Cantinho e Parra (2009).

dadas, sendo visível a alteração no espaço com a verticalização das moradias, as chamadas «casas modernas», pelo número crescente de agências de viagem na cidade, como também pelo fato de que a grande maioria das pessoas possui um familiar, amigo ou conhecido que reside ou já residiram em Portugal ou nos EUA.<sup>9</sup>

De volta a Portugal, continuei a etnografia no Cacém (outubro de 2010 a junho de 2011). É relevante ressaltar que a maioria destes jovens estão em Portugal de 3 a 7 anos e nunca regressaram ao Brasil. Portanto, minha permanência na casa das suas famílias foi fundamental para um estreitamento na relação pesquisador-pesquisado. As redes virtuais – sobretudo ferramentas como o *Messenger* e *Orkut* – ocuparam um lugar metodológico importante em todos os passos da pesquisa. Inicialmente para o estabelecimento de contatos com jovens migrantes e por permitirem um *continuum* entre os trabalhos de campo no Brasil e em Portugal, possibilitando diálogos com os jovens tanto na origem como no destino. Após este período permaneci em Mantena por mais dois meses (julho e agosto de 2011), finalizando a etnografia em abril de 2012, no Cacém.

Através da observação dos processos e momentos em que são articulados os marcadores de diferença e da análise das trajetórias e itinerários sociais dos jovens, a comunicação procurará debater, ainda que de maneira preliminar: quando e de que forma a migração internacional emerge como possibilidade (alternativa) de reprodução social? Se a migração na juventude altera os padrões locais e regionais na transição para a vida adulta; e por fim, quais são os significados de ser «jovem» no Cacém e jovem em Mantena?

#### *Sociografias de origem*

Torna-se fundamental enquadrar socialmente os jovens migrantes e os que permaneceram nos locais de origem, relacionando-os com alguns indicadores sociais sobre a juventude no Brasil. A maioria dos jovens se autoidentificam como negros e vivem/viviam em cidades de pequeno porte e em zonas consideradas rurais do interior de Minas Gerais. Possui baixa escolaridade, menor entre os rapazes (4º ao 8º ano do ensino fundamental). As meninas possuem em grande parte o 8º ano completo do ensino fundamental e algumas o 1º e 2º ano do ensino médio.

A maioria dos jovens desempenha/desempenhava atividades laborais na área de limpeza e serviços domésticos, no caso das meninas, e na construção civil, plantio e colheita de café e corte de eucaliptos no caso dos rapazes. Não é evidente uma mobilidade laboral ainda que se verifique uma mobilidade econômica. Sheila, «tomava conta de menino» e recebia por mês R\$ 150 reais em 2007, época em que migrou, com 19 anos. Atualmente, trabalha como faxineira de segunda a sexta-feira em três casas de família e recebe 700 euros.

Em Mantena, a informalidade é uma marca que define estes trabalhos,

---

<sup>9</sup> Desde a década de 1960, a cidade de Governador Valadares é associada a um fluxo populacional direcionado para os Estados Unidos. Para análises socioantropológicas sobre esse fluxo, ver Assis (2004) e Siqueira (2009).

além da inerente sazonalidade. Assim, os jovens que fazem parte desta etnografia, como a grande maioria da população jovem brasileira empobrecida, possuem/possuíam níveis de escolaridade bastante baixos, trabalhos precários ou o desemprego como realidade cotidiana (Dayrell, 2000, p. 8). Ainda que seja impreciso definir os jovens como oriundos de «classes populares», pois defini-la apenas segundo critérios socioeconômicos e de ocupação poderia ser problemático, algumas semelhanças de *ethos* e visões de mundo e as motivações para a imigração vinculadas às suas trajetórias foram observadas, sobretudo no que se refere à ideia de mobilidade social e dos valores a eles associados.

## 1 Juventude, migrações e território

No momento em que a cidade tornou-se um *locus* privilegiado de análise, na chamada sociologia urbana desenvolvida pela Escola de Chicago, os jovens ressurgem enquanto categoria de análise considerável. O contexto anglo-saxônico do início do século XX poderia ser considerado um caso típico de *melting pot*, onde diversas etnias, culturas e conflitos emergiam nos EUA, consequência do rápido crescimento urbano e dos fluxos migratórios originados de zonas rurais da América do Norte como também de países considerados pobres na Europa (Itália, Irlanda e Polónia). Através da análise da composição social da cidade, da interação entre diversos grupos e suas formas de vida no território, emergiu a escola de *ecologia humana*, cuja base teórica centrava-se nos conceitos de «contágio social» e «região moral» (Park, 1925).

Dessa forma, as pesquisas específicas sobre culturas juvenis que foram inicialmente produzidas na Escola de Chicago, ainda que estivessem focadas quase exclusivamente na ideia do desvio aos modelos sociais dominantes, abordaram indiretamente temáticas relacionadas com a imigração, sociabilidades juvenis e a construção e manipulação de categorias sociais e culturais que se associa a presente etnografia. A obra pioneira de Foot White (1943), por exemplo, sobre Corneville, região descrita como «uma área pobre e degradada... habitada quase que exclusivamente por imigrantes italianos e seus filhos», suscita a conformidade com o imaginário do lugar de destino dos sujeitos migrantes com quem realizei a etnografia. O Cacém<sup>10</sup> tem sido definido pelo senso comum e pela mídia como um bairro «perigoso», com alto índice de delinquência juvenil vinculada aos descendentes de africanos, nomeados como os de «2ª geração». A juventude enquanto *problema social*, associada ao «problema da imigração» permanece ainda como o discurso hegemônico sobre estes espaços periféricos, seja em Chicago ou em Portugal. A problematização dos *subúrbios multiculturais* também é encontrada na sociologia urbana francesa, como em Monod (1968) e posteriormente no princípio da década de oitenta (Dubet, 1985; Lagrée y Lew-Fai, 1985). As temáticas prioritárias eram, sobretudo, a «marginalidade juvenil» num contexto de crise do Estado do bem-estar social, a «ruptura social» e a «fragmentação cultural» que tinham como atores emergentes a «2ª

<sup>10</sup> Considerada uma região periférica da Grande Lisboa, a reputação de periferia do «bairro» está associada à distância das áreas mais centrais e igualmente por uma segregação espacial étnica. A maioria das pessoas que habitam o Cacém é oriunda da África portuguesa – Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde – e, mais recentemente, do Brasil.

geração» de imigrantes africanos e antilhanos residentes nas periferias urbanas que constroem sua identidade em torno de linguagens como o rap e o *hip hop* (*apud Feixa, 1994*, p. 70). Curiosamente, nestes trabalhos é sublinhada uma «identidade subcultural» destes jovens, ou seja, uma identidade periférica que superaria as diferenças étnicas. No terreno, as diferenças étnicas e a nacionalidade serão não somente valorizadas, como também hierarquizadas.

Já na Escola de Birmingham, nos anos setenta e início de oitenta, a argumentação desenvolvida não se centrava diretamente à noção de desvio, mas à questão do sistema de estratificação social inglês. Surgem estudos sistemáticos que produzem o conceito de subcultura e uma perspectiva teórica marxista para entender as culturas juvenis da época, vistas como formas de resistência às classes dominantes, uma «guerra de classes simbólica» (*Wulff, 1995*, p. 3). A classe é incorporada como um fundamental marcador de distinção social, tornando ainda mais complexa a análise sobre as subculturas juvenis. Como conceito alternativo às *subculturas*, Maffesoli (1990) e Straw (1991), propõem a noção de «tribalização» das identidades sociais e de «cena», respectivamente, dando enfoque ao poder criativo dos jovens para constituir e instituírem estilos de vida a partir de imagens e objetos de consumo determinados. Estas perspectivas tiveram forte reconhecimento nos estudos sobre juventudes e identidades sociais no Brasil (*Abramo, 1994; Vianna, 1998; Diógenes, 1998; Herschmann, 2000*).

Em uma perspectiva antropológica, a juventude aparece como uma «construção cultural» relativa a um determinado tempo e espaço. Não há, portanto, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe parecem associados (*Pais, 1993*). No entanto, de acordo com (*Feixa, 1994*, p. 11), o objeto de uma «antropologia da juventude» apontaria para duas principais direções: o estudo de uma construção social da juventude - a forma nas quais cada sociedade modela as maneiras de ser jovem - e o estudo da construção juvenil da cultura - as formas que os jovens participam nos processos de criação e circulação culturais. A partir da pesquisa sobre jovens migrantes na periferia de Lisboa, procurei abordar as duas dimensões: como é ser jovem em Mantena e no Cacém; ou seja, de que forma são construídas pelas sociedades de origem e destino as formas de ser jovem; como também, as maneiras como os próprios sujeitos definem e participam de determinados estilos de vida definidos como jovens ou não, e os entretecem com outros marcadores de diferenciação social.

Ainda que inicialmente tenha considerado que a indispensabilidade em trabalhar com a temática da juventude enquanto uma das categorias sociais analíticas prendia-se ao fato dos meus principais interlocutores fazerem parte de um determinado «grupo-etário», acabei por seguir o argumento de *Debert e Goldstein (2000, p. 51)* de que a juventude perdeu a conexão com um grupo etário específico, passando a significar mais um valor e um estilo de vida a ser conquistado e mantido. Fui percebendo ao longo da etnografia que para os próprios sujeitos «ser jovem» não se revelava como uma categoria fundamental de autoidentificação. Aliás, esta definição, «jovem», foi outorgada por mim logo no primeiro contato com Sheila, pois o fato dela ter 22 anos e ter imigrado aos 18 foi determinante na minha decisão de reconstruir seu itinerário migratório.



Como assinala Bourdieu: «Quando digo jovens/velhos, tomo a relação em sua forma mais vazia. Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e é objeto de manipulações.» Portanto, utilizarei a categoria jovem para fazer referência a este grupo específico. No entanto, afirmar que as categorias de idade são construções sociais e culturais não significa dizer que elas não operem de forma efetiva na realidade social.

«Essas categorias (de idade) são constitutivas de realidades sociais específicas, uma vez que operam recortes em todo social, estabelecendo direitos e deveres diferenciais em uma população, definindo as relações entre as gerações e distribuindo poder e privilégios. Categorias e grupos de idade implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos.» (Debert e Goldstein, 2000, p. 53)

Porém, mais determinante do que pertencerem a uma determinada faixa etária, o grupo possui como particularidade o fato de terem experienciado uma migração internacional entre os 18 e 20 anos, numa fase de vida considerada como fundamental na transição para a vida adulta. Estes deslocamentos não são realizados através de reagrupamentos familiares, mas também não podem ser consideradas migrações completamente autônomas, uma vez que não é necessariamente um projeto exclusivamente individualizado, mas parte também de uma estratégia familiar de reprodução social. As expectativas familiares em relação ao deslocamento dos jovens e a importância das remessas na renda familiar podem ser observadas na fala de alguns parentes.

«... eu acho que ela foi porque ela quer ter um futuro melhor e ela está em busca dele. É para ela ajudar mais a família... e mudar de vida.» (Irmão de Camila)

«O Calixto (pai) não queria que ela fosse, mas olha quem ajuda a gente agora?» (Mãe de Sheila)

A pretensa linearidade entre os ciclos de vida tem sido tema de debates acadêmicos e políticos, obscurecendo as próprias discontinuidades da transição para a vida adulta ou ainda dando ênfase nas rupturas e percursos diferentes (Pais, 1993, p. 35). Em vários momentos ouvi dos próprios sujeitos que é possível «ser jovem e adulto ao mesmo tempo», onde o «ser jovem» significa mais um determinado estilo de vida e comportamentos específicos relacionados a determinadas práticas, definidos por eles como «jovens», do que a determinadas categorias de idade, ao passo que «ser adulto» liga-se a responsabilidade com o trabalho, a autonomia financeira e o fato de estarem distantes dos pais.

A própria noção de transição para a vida adulta - normalmente vinculada às capacidades produtivas (inserção social, início da vida laboral) e reprodutivas

(matrimônios, maternidade/paternidade e a constituição de família) - critérios usuais de definição e reconhecimento social da *adulterez* (Feixa, 1994, p. 27) e a idade como linha divisória entre a dependência e emancipação não servem para responder os itinerários dos jovens migrantes que revelam em si, inúmeras descontinuidades.

Determinar critérios para delimitar a infância e a vida adulta dos jovens de origem rural e de cidades de pequeno porte, membros de grupos populares se tornou o primeiro desafio. A inserção no mercado de trabalho, por exemplo, não se configura em si mesmo como um rito de passagem para a vida adulta. A divisão social do trabalho no interior da unidade familiar ainda na infância os torna «adultos precoces» (Carneiro, 1998), já que passam a ser enxergados pela ótica do trabalho. Em vários relatos, o trabalho na infância aparece como regularidade. Maicon começou a trabalhar com oito anos na «roça»:

«Eu não tive infância como você... isso lá em casa nunca existiu. Eu sempre via os colegas com brinquedos e a gente nunca ganhava nada, só trabalhava.»

Sheila, desde criança já acompanhava a mãe na roça de café e Camila, aos 10 anos teve a sua primeira experiência laboral:

«Eu era babá de uma criança, na parte da manhã, e estudava à tarde e assim eu fui. Aí, depois, eu virei ajudante da empregada, depois, quando já não tinha empregada, eu ficava fazendo o serviço.» (Camila, 23 anos)

No entanto, o fato de trabalhar não significa necessariamente autonomia financeira. Carneiro (1998, p. 9) demonstra que o trabalho no interior da unidade familiar quase nunca é remunerado, e, quando remunerado não é fixo, sendo categorizado como «ajuda». Por outro lado, «trabalhar para fora» se insere num contexto também de ajuda, à medida que em muitos casos o salário é gerido pelos pais, o que confirma o papel econômico dos jovens na família.

Dessa forma, a transição de uma «infância» para a «vida adulta» possui formas e conteúdos variáveis. Num primeiro nível, poderíamos falar sobre a percepção social dessa transição: suas mudanças e suas repercussões na comunidade; os conteúdos que se atribuem a juventude e os valores associados a este grupo etário, mas também considerar que para a própria existência legítima de uma «juventude» em uma dada sociedade deve existir uma série de condições sociais - normas, comportamentos e instituições que distinguem os jovens de outros grupos etários - imagens culturais como valores, atributos e ritos associados à juventude. É importante ressaltar que tanto as condições sociais como as imagens culturais dependem da estrutura social em seu conjunto, como por exemplo, os meios de subsistência, as instituições políticas e as cosmo visões que predominam em determinadas sociedades (Feixa, 1994, p. 18).

## **2 «Melhorar de vida» e «aproveitar a vida»**

Durante o trabalho de campo, as categorias «*aproveitar a vida*» e «*melhorar de vida*» ganharam destaque nas narrativas dos jovens migrantes; de seus familiares e de outros jovens que não tiveram a experiência da migração internacional. Estes dois conceitos êmicos são utilizados contextualmente, demonstrando a própria ambiguidade e dinâmica do projeto migratório dos jovens, que ao longo do tempo da migração vão reconstruindo novas expectativas e motivações. Por outro lado, estes dois conceitos servem para a análise destas migrações na medida em que fala sobre diversas outras fronteiras como: liberdade/responsabilidade; família/indivíduo; jovem/adulto, urbano/rural.

Inicialmente, a partir da compreensão de que os lugares são a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, farei uma breve descrição dos cenários de vivência cotidiana dos jovens no «Brasil» e na «Europa». Esses lugares são o Cacém (destino), o Bairro dos Operários (Morro do Margoso) em Mantena e a zona rural de Cachoeirinha de Itaúnas.

Mantena é uma cidade de pequeno porte e tem aproximadamente 27.000 habitantes. Dados do Censo de 2010 apontam para uma população rural de aproximadamente 6.000 habitantes cujas principais atividades econômicas são a cafeicultura e a pecuária. Possui um IDH considerado como médio-alto (0,724), ainda que a renda per capita seja baixa (238,70 reais) e se verifique também uma grande desigualdade de distribuição da renda.

A maioria dos familiares dos jovens migrantes trabalha no plantio e na colheita do café, na construção civil ou em trabalhos domésticos, no caso das mulheres. D. Rosa, mãe de Sheila, conta que «trabalhou fora» algum tempo em duas «casas de família» como doméstica: «ganhava R\$ 80,00 por mês para trabalhar três vezes por semana numa casa, e na outra apenas R\$ 10,00». Diz ter se sentido explorada e por isso «resolveu sair». Ela estudou até o 4º ano do ensino fundamental e ainda trabalha na roça com o Sr. Carlinhos (marido) no plantio e colheita de café, principal fonte de renda da família. Alguns jovens e familiares, que viviam em espaços nomeados urbanos, consideram o momento de colheita do café como «a época que povo tem mais serviço» (Camila). O baixo nível salarial e a escassez de trabalho em Mantena e na zona rural, relatados tanto pelos jovens migrantes como pelos seus familiares e amigos, são considerados como o principal fator que causa a emigração dos jovens, para «melhorar de vida».

Nos locais de origem, a vida social dos jovens é bastante limitada. Em Mantena, há uma praça central onde os jovens da cidade se encontram à noite, principalmente nos fins de semana. Formam pequenos grupos, conversam, bebem e «paqueram». Não existem discotecas e os eventos promovidos na cidade são escassos. Curiosamente, Mantena possui 52 igrejas, a maioria evangélicas, que se converteram em espaços importantes de sociabilidade. Na zona rural, Cachoeirinha de Itaúnas, os jovens estão praticamente isolados. Desde nosso primeiro encontro, Sheila relatava «que não queria morar na roça, onde não tinha nada para fazer». A casa da sua família fica a 3 km de Cachoeirinha de Itaúnas, onde os bares e a quadra de futebol são os únicos espaços de sociabilidade. O

número de homens parece ser superior ao de mulheres. Uma das principais reclamações dos jovens é «a falta de mulher». Tal fato pode ser explicado pelo maior número de meninas que deixam a zona rural, principalmente através do casamento com homens de outras localidades e de migrações internas para trabalho doméstico em regiões próximas. A maioria dos jovens em Mantena e na zona rural já possui filhos e é casada. D. Rosa observa que, depois da partida de Sheila, todas as suas amigas que vivem em Cachoeirinha tiveram filhos, estão casadas e não trabalham – «Sheila é a única que está aproveitando a vida».

No Morro do Margoso, conhecido também como bairro dos Operários, os jovens normalmente ficam nas ruas, onde se ouve *funk*, ou nas casas, onde realizam algumas festas. O bairro é estigmatizado pelo tráfico de drogas, por ser uma zona de ocupação ilegal e pela violência, sendo constante a presença da polícia.

O «aproveitar a vida» prende-se a uma agitada vida social e o acesso a alguns bens de consumo. A conjugação entre os estilos de roupa e acessórios, com determinadas corporalidades – a depilação, o corte de cabelo cuidado, as tatuagens, etc. – ainda que estejam relacionadas com a «brasilidade» no Cacém e em Portugal, parece *a priori* um estilo associado aos jovens de grupos populares no Brasil (ver Figura 1). Aliás, os consumos (Miller, 1987; 1998) e os estilos (Hebdige, 1986) têm sido pensados e desejados de acordo com os modelos do Brasil: músicas, roupas, corte de cabelo, danças, idas a discotecas e *shows*, etc.

Um hábito recorrente entre os jovens é a constante atualização das fotografias pessoais nas redes sociais (*Orkut*). É importante salientar que a maioria dos familiares adultos não utiliza ferramentas informáticas. A comunicação virtual é feita entre os jovens em Mantena e no Cacém (Portugal). É no *Orkut* que as narrativas sobre a migração dos jovens são construídas por fotos, textos e «*scraps*». Através das redes virtuais também foi possível identificar a maneira como os jovens têm selecionado as informações para o local de origem sobre suas experiências migratórias. Shirley, prima de Camila, relata: «Eu sempre entro no *Orkut* dela, vejo as fotos. Ela mudou o rosto, o jeito, está até mais bonita». Os títulos dos álbuns de fotos do *Orkut* fazem referência à vida social dos jovens – «festinhas», «churrasco na casa do Marcelo», «eu fui ao *show* do Calypso», «solzinho, praia e gelada em Sesimbra», o que os jovens chamam de «aproveitar a vida».

A possibilidade de ir a *shows* de bandas brasileiras que se apresentam em Portugal já representa um ganho simbólico.<sup>11</sup> Todas as idas aos *shows* e festas são compartilhadas no *Orkut* através de fotos que geram comentários dos jovens que ficaram no local de origem. Muitos dos jovens usaram computadores pela primeira vez em Portugal e, atualmente, todos têm o seu próprio «*notebook*», utilizado fundamentalmente para acederem às redes sociais, como *MSN* e *Orkut*

<sup>11</sup> Atualmente, na região metropolitana de Lisboa, existem empresas que produzem eventos destinados à «comunidade brasileira», com *shows* mensais de bandas brasileiras de axé, forró e sertanejo. Ir a esses eventos se configura como uma mudança importante na vida social dos jovens. Eles não tinham acesso a esses espetáculos no Brasil, porque na região onde viviam (periférica) essas bandas não se apresentavam e também porque não tinham recursos econômicos suficientes.

e para ouvir música brasileira. Sheila conta que, para além do computador, havia outras coisas que ela não sabia que existiam como «esse negócio de aspirador, essas cafeteira elétrica, essas coisas assim. . . ».

A «liberdade» por estar longe do controle social da família é sentida no cotidiano dos jovens, que ressaltam o fato de não «terem os pais para controlar». Essa percepção pode ser observada no relato de Sheila,

«Liberdade é você sair pra onde você quiser. Não ter hora pra voltar. Você que manda em você. Sai com seus *amigos*, trazer quem você quiser pra sua casa. Às vezes, é bom e às vezes também não. Viver sua vida livre, sem ninguém pra se meter. Você faz, você que tá pagando as suas contas. É isso. Aqui que eu estou aprendendo a sair, porque você viu a roça que é... Era um custo também para minha mãe me deixar sair... Tinha que pedir para meu pai... Era um saco... Aqui não».

A melhoria nas condições de moradia e, o fato de possuírem o mesmo estatuto laboral dos outros moradores do bairro (Cacém), tem possibilitado aos jovens romper as barreiras de cor/raça associada a uma classe baixa, tão importante nos contextos de origem. Quando questiono sobre as diferenças de classe em Mantena e em Portugal, Camila responde:

«Quando você vem para cá, você já sabe que vem fazer **o que todo mundo faz**, no Brasil é mais forte, aqui eles não tratam a gente com tanta diferença... Em Mantena, você viu alguma negra trabalhando no comércio, atendendo loja? Não. Negro trabalha em casa de família, como doméstica». (Grifo meu.)

Numa hierarquia de classificação racial que se entrecruza com a classe, ser negro em Mantena se configura como o mais baixo nível hierárquico, enquanto no Cacém, o fato das diferenças de classe não serem tão visíveis e a construção da diferença feita, sobretudo, através da nacionalidade e da origem étnica, ser «preto brasileiro» no Cacém parece «melhor» do que ser negro e pobre em Mantena. A interação social com «portugueses» e «africanos» tem tornado possível à elaboração de novos arranjos classificatórios. A construção da diferença (Brah, 1996) é produzida através da articulação e hierarquização de outros marcadores de diferenciação social: sexualidade, nacionalidade e etnicidade.

## Considerações finais

A partir de uma reflexão sobre as relações entre juventude e migrações internacionais procurei demonstrar por meio da análise dos itinerários e trajetórias sociais destes jovens, o significado dos deslocamentos migratórios nos ajustes de suas identidades individuais e sociais, bem como apreender as metáforas e

formas sociais que expressam as noções da juventude nos dois contextos particulares: os contextos de origem (Mantena) e de destino (Cacém).

Há visíveis alterações nas relações de poder marcadas no contexto de origem por uma moradia periférica – no morro e zona rural, um estatuto econômico baixo e um acesso reduzido ao consumo e à vida social. Ainda que na «Europa» os jovens vivam em regiões consideradas relativamente periféricas e sua sociabilidade seja muitas vezes restrita a esses espaços, experimentam certa mobilidade econômica ascendente, maior acesso aos bens de consumo e melhorias nas condições de moradia.

O acesso ao mundo do consumo está presente nas motivações da migração brasileira para outros fluxos. Assis (2004), ao utilizar o termo «cidadania do consumo», faz referência à forma de inserção no mundo globalizado que as migrações permitem através do consumo. Não obstante, a migração tem possibilitado uma maior autonomia em relação à família nuclear bem como a alteração de alguns padrões biográficos recorrentes como, por exemplo, a gravidez na adolescência por parte das meninas e as prisões por pequenos delitos relacionados a roubos e tráfico de drogas, além da dependência de psicoativos como o *crack*.

## Referências

- Assis, G. (2004) *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*, Tese de Doutorado em Antropologia, São Paulo: Unicamp Campinas.
- Bourdieu, P. (1983) *Questões de sociologia*, Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 112-121.
- Brah, A. (1996) *Cartographies of diaspora: contesting identities*, London: Routledge.
- Carneiro, M. (1998) «Ruralidade: novas identidades em construção» in *Estudos Sociedade e Agricultura*, N.º 11, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- Debert, G. e Goldstein, D. (Orgs.) (2000) *Políticas do Corpo e o Curso da Vida*, São Paulo: Sumaré.
- Feixa, C. (1994) *De jóvenes, bandas e tribus*, Barcelona: Ariel.
- Fonseca, L. (Coord.) (2005) *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal. Observatório da Imigração*, Lisboa: Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural.
- Geisen, T. (2010) «New Perspectives on Youth and Migration Belonging, Cultural Repositioning and Social Mobility», in Cairns, D. (Ed.) *Youth on the Move*, VS Verlag für Sozialwissenschaften.

- Machado, L. (2002) *Contrastes e continuidades: migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Marcus, G. (1996) «Ethnography in/of the World System. The Emergence of Multisited Ethnography» in *Annual Review of Anthropology*, Vol. 24, pp. 95-117.
- Pais, J. (1993) *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Piscitelli, A. (2008a) «Interseccionalidades, Categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras» in *Sociedade e Cultura*, Vol. 11, N.º 2, pp. 263–274.
- Piscitelli, A. (2008b) «Looking for New Worlds: Brazilian Women as International Migrants» in *Signs*, Vol. 33, pp. 784–793.
- Sayad, A. (1998) *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*, São Paulo: Edusp.
- Velasco, L. (1998) «Identidad cultural y territorio: una reflexión en torno a las comunidades transnacionales entre México y Estados Unidos» in *Región y Sociedad*, Vol. IX, N.º 15, p. 107.
- Whyte, W. [1943] (2005) *Sociedade de Esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Wulff, H. (1995) «Introducing youth culture in its own right. The state of the art and new possibilities», in Vered, A. e Wulff, H. (Eds.) pp. 1-18.

## Descendentes de imigrantes brasileiros em Portugal. A sua distribuição geográfica por escolas públicas do 3º ciclo do ensino básico

*Ana Schreck Dória\**

### Resumo

Esta comunicação insere-se numa reflexão mais ampla da minha investigação de Doutoramento (*Trajetos de Descendentes de Imigrantes Brasileiros no Ensino Básico. Educação Intercultural, Desempenho e Integração*) que tem como principais objetivos conhecer os trajetos escolares de (in) sucesso vividos pelos descendentes de imigrantes brasileiros e identificar os fatores e os processos que influenciam esses percursos. Esta investigação centrar-se-á nos alunos descendentes de brasileiros que se encontrem a frequentar, no presente ano letivo, o 3º Ciclo do Ensino Básico em escolas públicas da Área Metropolitana de Lisboa.

Apresentar-se-ão, nesta comunicação, dados relativos à distribuição geográfica dos alunos descendentes de imigrantes brasileiros, a nível nacional e, mais detalhadamente, a nível da Área Metropolitana de Lisboa. Serão ainda disponibilizados os números aproximados de alunos de origem brasileira nesse ciclo de ensino, com a referência à zona geográfica da escola que frequentam.

**Palavras-chave:** descendentes de imigrantes; imigrantes brasileiros; sucesso escolar; integração; trajetos escolares

### Enquadramento teórico

Portugal, tradicionalmente um país de emigração, tem-se vindo a tornar num país de acolhimento. Entre 1980 e 2010, Portugal registou um aumento anual da população estrangeira residente no país (SEF, 2010) e um dos grandes contributos para esse crescimento contínuo tem sido dos brasileiros (Malheiros, 2007; SEF, 2010).

Os imigrantes brasileiros são hoje o grupo numericamente mais significativo em Portugal, com cerca de 119 000 brasileiros legalizados a residir em território nacional (INE, 2010; SEF, 2010), o que representa um número considerável de descendentes em escolas portuguesas.

À semelhança de outras investigações de referência (Hirschman e Wong, 1986; Kao e Tienda, 1995; Machado, 2002; Portes, 1995a,b, 1999; Portes e MacLeod, 1999; Portes e Rumbaut, 2001; Seabra, 2010, 2011, entre tantas outras), pretendemos conhecer os modos e os processos de construção de trajetos

---

\*ISCTE-IUL: ✉ anatimor@gmail.com



escolares de (in) sucesso vividos pelos alunos descendentes de imigrantes, neste estudo particular, de descendentes de imigrantes brasileiros.

Apesar de se tratar do maior grupo de imigrantes a residir em território português, pouco se sabe sobre os imigrantes brasileiros e ainda menos sobre os seus descendentes, tanto a nível teórico e empírico como estatístico.

A investigação de Doutoramento que tenho vindo a desenvolver, visa compreender se a escola tem assumido um papel (re) produtivo de diferenciação escolar, se os contextos familiares têm facilitado ou dificultado as possibilidades de trajetos de sucesso dos alunos e perceber de que modo as práticas da Educação Intercultural, direcionada para a valorização da diversidade, têm (ou não) contribuído para o delinear dos trajetos destes alunos.

Pretende ser direcionada para a consideração simultânea de fatores que influenciam o trajeto escolar dos descendentes de imigrantes e não considerá-los isoladamente. Por este motivo, será feita uma análise em três vertentes: dos valores e das expectativas face à educação e à escola, quer no olhar dos alunos descendentes de imigrantes, quer no dos seus pais imigrantes; da condição social, cultural e económica da família e, por fim, das posturas, práticas (interculturais) e expectativas dos professores face a estes alunos.

De facto, Portugal vive uma fase consolidada de sedentarização dos imigrantes e torna crescente a necessidade de conhecer as perspetivas de integração dos seus descendentes (Machado e Matias, 2006; Portes, 1999), não só pela necessidade de conhecer, em profundidade, a integração destas populações, mas também pelo que elas significam para o futuro do próprio país de acolhimento (Portes, 1995a; Rumbaut e Portes, 2001). Por outro lado, as consequências e efeitos da imigração contemporânea só poderão ser devidamente compreendidas através da segunda geração e da oportunidade da sua adaptação ser bem-sucedida (Portes e Hao, 2005).

Ainda que as investigações no âmbito da sociologia da imigração tenham vindo a aumentar significativamente, o crescimento e a adaptação da segunda geração de imigrantes não tem sido objeto de estudo de investigadores, havendo uma enorme distância entre a *importância estratégica* da segunda geração e o conhecimento que sobre ela existe (Portes, 1995a).

Sabemos hoje que os descendentes de imigrantes são *seres fronteiriços de nascimento*, situados entre a rejeição da cultura dos pais ou o confronto com a sociedade onde vivem (Portes, 1999), predominando neles um sentimento de *dupla pertença* (Machado, 2002).

Persistem, no entanto, muitas dimensões desconhecidas sobre a experiência dos filhos de imigrantes, nomeadamente sobre os processos de construção identitária, as aspirações para a vida adulta ou as formas de coesão/conflito intergeracional. Sobretudo, ainda há muito a conhecer sobre a forma como tudo isto pode estar relacionado com a sua performance na escola (Portes, 1995a). É também muito reduzido o número de estudos que investigam a relação que as famílias pertencentes a minorias étnicas estabelecem com a escola (Seabra, 1999), fator que, aliás, aparenta ter grande peso na integração e no sucesso escolar.

A linha de pesquisa sociológica tem sido a de relacionar a socialização fami-

liar, englobando em si todos os valores transmitidos e as estratégias utilizadas, com variáveis de ordem estrutural, como a classe, o estrato social, o grupo étnico e a estrutura familiar (Seabra, 1999). No processo de integração de imigrantes no nosso país, alguns estudos têm apontado para a relevância das condições de classe das famílias e das estratégias educativas nos resultados escolares (Seabra, 1999) e tem sido consistente o estabelecimento de uma relação entre as desigualdades sociais e as desigualdades escolares (Machado, Matias e Leal, 2005; Seabra, 2010).

A situação de classe revela ser o fator que produz maior diferenciação nas estratégias educativas, evidenciando também uma aparente falta de sustentabilidade teórica da associação de filiação étnica aos problemas de aprendizagem escolar (Seabra, 1999). Sabendo que, na maioria dos casos, as minorias étnicas estão integradas em classes sociais desfavorecidas, a distância entre as formas de socialização familiar e as promovidas pela escola é, para estes grupos, bastante maior. Não contrapondo a influência destas condições familiares e de classe nos trajetos escolares dos alunos descendentes de imigrantes, Portes, complementarmente, conclui que a etnicidade continua a influenciar a estruturação dessa trajetória (Portes, 1995a).

É na escola que melhor se pode conhecer e retratar a heterogeneidade de composições sociais e dos trajetos de jovens descendentes de imigrantes em Portugal (Seabra, 2011), bem como conhecer um pouco mais da sua real integração. Como refere Portes, em grandes centros urbanos é comum que, geograficamente, os filhos de imigrantes convivam de perto com as minorias domésticas excluídas e que este seja um fator de influência no seu processo de integração. Esta realidade faz da escola pública uma *arena* deste encontro (1999). Contudo, e apesar de, aparentemente, se verificar a existência de segregação étnica nas escolas, este continua a ser o local privilegiado para a integração de alunos imigrantes (Seabra, 2010).

Algumas investigações têm apontado para a tendência de alunos descendentes de imigrantes viverem trajetos escolares mais marcados pelo insucesso escolar, apesar de revelarem maiores ambições escolares e profissionais. Esta realidade faz colocar a hipótese de estes alunos terem dificuldades específicas, uma vez que a atitude positiva que têm em relação à escola e à escolaridade não parece ser suficiente (Seabra, 2011). A existência de uma clivagem entre o tipo de comunicação recorrente nos grupos sociais mais desfavorecidos e a utilizada nas escolas (Bernstein, 1975) pode ser uma de diversas causas.

Apesar das proximidades históricas e linguísticas entre Portugal e Brasil e da imagem positiva que a maioria dos portugueses tem dos imigrantes brasileiros (Malheiros, 2007), os seus descendentes têm tido resultados inferiores aos dos alunos autóctones, resultados que parecem ir piorando significativamente ao longo da sua escolaridade (Seabra, 2010). Estes resultados podem ser justificados, pelo menos em parte, pela mudança de perfil social dos imigrantes brasileiros do fluxo migratório mais recente (Malheiros, 2007; Padilla, 2004). Contudo, é preciso conhecer a realidade de mais perto e de forma mais aprofundada para uma análise mais ampla.

A necessidade da formalização e da prática corrente de uma Educação Intercultural já existia antes da instalação de alunos oriundos da imigração, mas é evidenciada com a sua chegada e reforçada pelo maior sentimento de diferença em relação ao outro (Perotti, 1997).

James Banks, um dos maiores defensores da implementação oficial da Educação Intercultural nas escolas (1994; 2010) tem sido uma referência no crescimento desta vertente educativa em Portugal. Reconhece-se a importância de práticas interculturais nas escolas (Carneiro, 2001; Plano para a Integração dos Imigrantes, 2007, 2010), mas a sua visibilidade tem sido, na prática, pouco evidente (Seabra, 2010, 2011).

Tem vindo a ser reforçada a noção de que o êxito do processo de adaptação depende mais da forma como o governo e a sociedade recetora acolhem os imigrantes, do que propriamente do que estes trazem consigo à partida. A experiência e o estudo empírico têm vindo a mostrar que uma boa receção dos imigrantes, que inclui as iniciativas governamentais, pode trazer benefícios importantes a o longo prazo (Portes, 1995a).

## 1 A imigração brasileira em Portugal

A imigração brasileira é comumente analisada em duas *vagas* distintas, com a 1ª *vaga* a situar-se na segunda metade dos anos 80 e nos anos 90 e a 2ª *vaga* no pós-1999. Esta imigração tem manifestado uma evolução na distribuição geográfica, possivelmente pelas diferentes características das referidas duas *vagas*. A grande mudança parece assentar na passagem para uma migração vinicamente mais laboral, com o conseqüente reforço da sua presença em regiões urbanas com mercados de ofertas mais amplas e dinâmicas no mercado de trabalho. De uma forma geral, os imigrantes brasileiros da *segunda vaga* provêm de classes sociais e económicas mais baixas e que detêm níveis de formação ligeiramente inferiores, quando comparados com os imigrantes brasileiros da *primeira vaga*. Numa perspetiva geral, continuam ainda a ser detentores de níveis de formação académica superiores à maioria da população portuguesa (Malheiros, 2007).

Na segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, na chamada *primeira vaga*, a população brasileira apresentava a seguinte distribuição geográfica, de acordo com o recenseamento da população: no Norte (39,6%), sobretudo no Grande Porto (18,6%), Lisboa e Vale do Tejo (34%), a grande maioria com residência na Grande Lisboa (27,5%) e também no Centro do País (19,5%) (INE, 1991; Malheiros, 2007).

Em 2001, o início da *segunda vaga*, e de acordo com as mesmas fontes, este panorama alterou-se significativamente, passando a maioria dos brasileiros a estar concentrados na região de Lisboa e Vale do Tejo (57,1%), com 37,7% a residir na Grande Lisboa. No Norte do País registou-se um decréscimo para 21,2% e para 11,7% no Centro, ao contrário da situação do Alentejo e do Algarve, ambos com um aumento da presença de brasileiros (INE, 2003; Malheiros, 2007).

Esta evolução na distribuição geográfica dos brasileiros em Portugal revela, sobretudo, uma forte e progressiva concentração desta população na região de Lisboa, nomeadamente nas regiões turísticas do litoral, como a Costa da Caparica, Ericeira e Cascais (Malheiros, 2007).

A análise dos dados estatísticos divulgados, anualmente, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), permitem-nos comprovar a tendência da imigração brasileira em Portugal, que tem vindo sempre a aumentar. De acordo com o Anuário Estatístico do INE, em 1990 contabilizavam-se 11 413 brasileiros com estatuto legal de residente em território nacional, em 1995 esse número subiu para 19 901, em 2000 para 22 202 e em 2005 para 31 500 (INE, 2009a). Com base na mesma fonte, essa evolução continuou a registar-se anualmente, perfazendo um total de 42 319 brasileiros com estatuto legal de residente em Portugal no ano de 2006 e de 55 665 em 2007 (INE, 2009a). O aumento mais significativo do número de brasileiros com estatuto legal de residente registado até à data deu-se em 2008, com a contabilização de 106 704 de cidadãos brasileiros nessa situação, número que, em 2009, subiu ainda para 115 882 e, em 2010, para 119 195.

Na realidade, este aumento brusco sentido em 2008, de quase 92%, pode explicar-se, em grande parte, pelo estabelecimento de um acordo bilateral entre o Brasil e Portugal, conhecido como o *Acordo Lula* ou *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa* que foi assinado em Julho de 2003. Este acordo permitiu aos cidadãos brasileiros, com entrada em Portugal até essa data, regularizar a sua situação no país de acolhimento. Este processo de legalização extraordinário, e que teve a duração de 5 anos, foi o primeiro a ser feito para um grupo específico de imigrantes e permitiu a regularização de cerca de 30 000 cidadãos brasileiros a residir em Portugal (Malheiros, 2007; SEF, 2009).

Tem sido visível, ao longo das duas últimas décadas, um crescimento contínuo da população brasileira a residir legalmente em Portugal e que, em 2008, ultrapassou Cabo Verde que, até então, sempre fora o país mais representativo da população estrangeira residente em Portugal (*Estatísticas Demográficas*, INE, 2009c).

Dados mais recentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras contabilizam um total de 119 363 a residir em Portugal, o que representa um aumento de 2,7% face ao ano anterior e sustenta a tendência de crescimento desta comunidade no país (SEF, 2010). Segundo os dados provisórios do SEF (SEF, Julho de 2011), os mais recentes disponíveis, a população brasileira residente em Portugal distribui-se da seguinte forma: 14 388 brasileiros a residir na região Norte, 13 858 na região Centro, 68 934 na região de Lisboa, 7130 na região do Alentejo, 12 996 na região do Algarve e 2057 nas regiões Autónomas (1221 no Arquipélago da Madeira e 836 no Arquipélago dos Açores).

Estes dados demonstram-nos que cerca de 58% dos brasileiros residentes em Portugal estão concentrados na região de Lisboa, sendo que 53 872 estão na Grande Lisboa e 15 062 na Península de Setúbal.

No confronto destes números com os publicados pelo INE, no *Anuário Estatístico da Região de Lisboa* (INE, 2010) são perceptíveis algumas diferenças, ainda que estas não sejam significativas no quadro geral: dos 119 195 brasileiros a residir legalmente em Portugal, 63 264 estão fixados na região de Lisboa, dos quais 49 050 na Grande Lisboa e 14 214 na Península de Setúbal. Por outras palavras, segundo os dados do INE, 53% da população brasileira residente em Portugal encontra-se na região de Lisboa.

Se nos fixarmos na Unidade Territorial de Lisboa, que compreende a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, podemos concluir que a grande concentração de brasileiros a residir em Portugal consolida-se em três municípios: na cidade de Lisboa, onde residem 13 227 brasileiros, em Sintra (8 217) e em Cascais, com 7 172 brasileiros residentes (INE, 2010).

Como já vinha sendo apontado noutros estudos (Malheiros, 2007), existe também um grande número de brasileiros (4 310) a residir no município de Almada, especificamente na Costa da Caparica, mas também em Setúbal (3 528) e no Seixal (3 005).

## **2 Descendentes de imigrantes brasileiros em Portugal**

### **2.1 Distribuição geográfica destes alunos, nas escolas do 3º ciclo do ensino básico**

Os conceitos de *descendente de imigrante* e de imigrante de *segunda geração* têm sido debatidos e são definidos de formas diferentes, por autores de destaque na temática (Machado, 1994; Machado e Matias, 2006; Pires, 2009; Portes, 1995a; Portes e Hao, 2005; Portes e MacLeod, 1999; Portes e Rumbaut, 2001; Portes e Zhou, 1993; Rumbaut, 1997; Zhou, 1997).

Na investigação que aqui se apresenta, foi considerado como descendente de imigrante brasileiro o jovem cujo pai ou mãe tenha nascido no Brasil, não sendo relevante a nacionalidade do próprio, nem os anos de residência em Portugal ou a idade de chegada ao país de acolhimento (Portes, 1995a).

A escassez de dados estatísticos sobre os descendentes de imigrantes a residir em Portugal não permite fazer uma análise detalhada dessa realidade. Ainda que estejam disponíveis dados sobre a população estrangeira residente em Portugal, apresentados e distribuídos por escalões etários, estes não apresentam uma divisão por nacionalidades (INE, 2009a).

Se olharmos para os escalões etários que reportam diretamente a esta investigação (os alunos que frequentam o 3º Ciclo do Ensino Básico têm, na sua maioria, idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos), podemos concluir que, em 2008, se registavam 50 446 residentes estrangeiros entre os 0 e os 14 anos (escalão definido pelo INE) e, em 2009, no mesmo escalão, contabilizavam-se

49 457 estrangeiros com essa idade (INE, 2009a). Tendo em conta que alguns alunos poderão ter vivido retenções na escola (recordando também que o sistema de ensino no Brasil é diferente do de Portugal, o que poderá levar a retenções de alunos que mudam de país a meio da sua escolaridade ou por questões ligadas às equivalências), será importante conhecer os dados do escalão seguinte (15–24 anos) que, em 2008, era composto por 63 433 cidadãos estrangeiros e, em 2009, por 66 853 (INE, 2009a).

Os descendentes de imigrantes brasileiros que se pretende contemplar neste estudo encontram-se a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico em escolas públicas portuguesas e, será expectável que apresentem uma distribuição geográfica semelhante à da população brasileira em geral, uma vez que, maioritariamente, se tratam de jovens menores de idade e a residir com os seus pais.

De forma a facilitar um primeiro grande olhar nacional, apresentar-se-ão apenas dados relativos às escolas que tenham inscritos mais de vinte alunos descendentes de brasileiros, no ciclo de ensino indicado. Da mesma forma, pela pouca representatividade de brasileiros a residir nas Regiões Autónomas, estas não serão incluídas na presente análise.

Através de dados disponibilizados pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), do Ministério da Educação, podemos traçar um quadro a nível nacional, quer ao relativamente ao número de escolas públicas, quer no que concerne ao número de alunos descendentes de imigrantes a frequentar o 3º Ciclo do Ensino Básico. Salienta-se que os dados que servem de base a esta apresentação reportam ao ano letivo de 2009/2010 e ainda não foram validados pelo referido Ministério.

No total nacional, existem 83 escolas públicas com mais de 20 alunos descendentes de brasileiros inscritos no 3º CEB. Dessas 83 escolas, 3 localizam-se na região Norte do país; 5 escolas na região Centro; 59 escolas na região de Lisboa e 16 escolas na região do Algarve.

Podemos concluir, com base nestes dados e reforçando que estes se limitam a escolas com mais de 20 alunos nas referidas condições, que é na região de Lisboa que se concentram 71% das escolas com estes alunos. Será ainda importante realçar que, de forma um pouco surpreendente, a região do Alentejo não contabiliza nenhuma escola do 3º CEB com mais de 20 alunos descendentes de brasileiros, apesar de, em 2010, aquela região registar 7130 brasileiros residentes.

Podemos analisar os dados de um olhar mais próximo, concluindo que, na região Norte, as três escolas referidas estão localizadas nos municípios de Braga, Póvoa do Varzim e Vila Nova de Gaia. Na região Centro, as cinco escolas assinaladas situam-se nos municípios de Alenquer (duas escolas), Leiria (duas escolas) e Viseu (uma escola). Na mesma perspetiva, as dezasseis escolas registadas no Algarve pertencem aos municípios de Albufeira (cinco escolas), Faro (duas escolas), Lagos (uma escola), Loulé (quatro escolas), Portimão (três escolas) e Silves (uma escola).

Centrando-nos nos municípios da Grande Lisboa, e lembrando que são,

com larga distância, os que reúnem o maior número de escolas com alunos descendentes de brasileiros, destacam-se os municípios de Cascais (com doze escolas), de Lisboa (com onze escolas) e de Sintra (com dez escolas), mas sinalizam-se também os municípios da Amadora (duas escolas), Loures (uma escola), Mafra (duas escolas), Odivelas (quatro escolas), Oeiras (três escolas) e Vila Franca de Xira (duas escolas).

Num olhar equivalente, na Península de Setúbal, as referidas escolas concentram-se em Almada (quatro escolas), no Seixal (três escolas) e em Setúbal (três escolas), mas também se distribuem pelo Montijo (uma escola) e por Sesimbra (uma escola).

## **2.2 Alunos descendentes de imigrantes brasileiros**

É fundamental perceber o número de alunos que frequentam estas escolas, de modo a conseguir formar uma imagem da realidade, a nível nacional, o mais atualizada possível.

Se observarmos o número de alunos descendentes de brasileiros no 3º CEB presentes nessas 83 escolas, concluímos que nos estamos a referir a um total de 2637 alunos. Desses alunos, 77 estão em escolas da região Norte; 160 em escolas da região Centro; 1828 em escolas da região de Lisboa e 572 em escolas da região do Algarve.

Na região Norte, o município da Póvoa do Varzim é aquele que apresenta o maior número de alunos do 3º CEB com ascendência brasileira (29 alunos), logo seguido de Vila Nova de Gaia (27 alunos) e de Braga (21 alunos).

Na região Centro do país, o município que se destaca pelo maior número de alunos descendentes de brasileiros é Alenquer (77 alunos), ao qual se seguem os municípios de Leiria e de Viseu, com 62 e 21 alunos, respetivamente.

Se analisarmos o número de alunos descendentes de brasileiros nas escolas do Algarve, que no conjunto somam 572 alunos, observamos que a maioria dos alunos se encontra em escolas de Albufeira (178 alunos) ou de Loulé (158 alunos), mas também em escolas de Portimão (102 alunos), Faro (54 alunos), Lagos (51 alunos) ou Silves (29 alunos).

Certamente que, seguindo a linha de pensamento praticada até agora, o número de alunos na região de Lisboa deverá ser bastante superior ao do resto do país e, de facto, é nesta região que se concentram 69% dos alunos de origem brasileira a frequentar o 3º CEB em escolas públicas portuguesas.

Na Grande Lisboa, mais uma vez sobressaem os municípios de Cascais (389 alunos), de Lisboa (338) e de Sintra (292). Nos restantes municípios, contabilizam-se 82 alunos na Amadora, 76 em Mafra, 105 em Odivelas, 88 em Oeiras e 65 em Vila Franca de Xira.

Na Península de Setúbal é possível destacar os municípios de Almada, com 139 alunos, de Setúbal, com 101 alunos e do Seixal, com 79 alunos. Os municípios do Montijo e de Sesimbra contabilizam ainda 24 e 20 alunos, respetivamente.

## **Considerações finais**

No âmbito do projeto de investigação de Doutoramento, no qual este trabalho se insere, foram contactadas 54 escolas públicas da Área Metropolitana de Lisboa, com o ensino do 3º Ciclo do Ensino Básico. Esses contactos foram feitos pessoal e presencialmente, com visitas às escolas, mas também por via eletrónica e telefónica e tiveram início em Setembro de 2011.

No contacto com as referidas escolas, foi apresentado o projeto de investigação, bem como o esclarecimento dos seus métodos, calendarização e tópicos de trabalho para os quais se pedia a colaboração da escola. Foi ainda apresentado o Questionário a ser aplicado aos alunos descendentes de brasileiros, assim como a sua avaliação e comprovativo de aprovação por parte do gabinete de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar, do Ministério da Educação.

Das 54 escolas contactadas, e apesar das várias vias de contacto utilizadas, bem como muita persistência, apenas 31 concretizaram uma resposta, das quais 11 foram negativas, não autorizando a aplicação dos questionários nem a realização das entrevistas. De entre os motivos apresentados por essas escolas, a grande maioria justificou com a sobrecarga de pedidos deste tipo e a impossibilidade e indisponibilidade da escola para atender a todos.

O meu projeto de investigação doutoral tem vindo, assim, a ser concretizado em 20 escolas públicas do 3º Ciclo do Ensino Básico, pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa. Tentou-se que as escolas integradas no estudo correspondessem à representação geográfica dos brasileiros residentes em Portugal e dos respetivos descendentes. Assim, integraram o estudo 5 escolas do município de Cascais, 4 escolas do município de Lisboa, 3 escolas do município de Sintra, 2 escolas do município de Odivelas, 2 escolas do município de Almada e 1 escola de cada um dos municípios de Mafra, da Amadora, de Setúbal e de Oeiras.

Previsivelmente, e com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Educação, as 20 escolas incluídas nesta investigação, contabilizariam cerca de 724 alunos descendentes de imigrantes, número bastante superior ao que esta investigação pretendia inquirir, que seria de, aproximadamente, 500.

Uma vez que os dados facilitados pelo Ministério da Educação reportavam ao ano letivo de 2009/ 2010, previa-se que houvesse mudanças no número de alunos, pelo que se optou por integrar escolas que superassem o número pretendidos de alunos a serem integrados no estudo. Essa opção, que se justificou também pela possibilidade de um aumento do retorno dos Brasileiros ao país de origem e pela eventualidade dos Encarregados de Educação não autorizarem a participação neste estudo, revelou-se positiva, mas insuficiente.



Na realidade, quando consolidado o contacto com as escolas e iniciado o levantamento dos alunos nas condições requeridas para a integração no estudo, o número de alunos diminuiu substancialmente, tendo-se aplicado somente cerca de 400 questionários. A drástica redução do número inicialmente previsto para o número confirmado posteriormente, pode justificar-se com base em dois motivos principais: por um lado, a não autorização dos Encarregados de Educação para a participação neste estudo (apesar do questionário ter sido avaliado e autorizado pelo Ministério da Educação e de ser garantido o anonimato) e, por outro, a redução do número de alunos descendentes de brasileiros em quase todas as escolas abrangidas pelo estudo (apenas uma escola não registou essa diminuição).

Esta diminuição significativa do número de alunos descendentes de brasileiros nas escolas envolvidas neste estudo pode remeter para a hipótese do retorno dos brasileiros ao país de origem mas, para que essa ou outra conclusão sejam consolidadas, outras investigações seriam necessárias.

## Referências

- Banks, J. (1994) *An Introduction to Multicultural Education*, Boston: Allyn & Bacon.
- Banks, J. (2010) *Multicultural Education (Major Themes in Education)*, New York, NY: Routledge.
- Bernstein, B. (1975) *Langage et Classes Sociales*, Paris: Minuit.
- Carneiro, R. (2001) *Fundamentos da Educação e da Aprendizagem: 21 Ensaios para o Século 21*, Lisboa: Fundação Manuel Leão.
- Hirschman, C. e Wong, M. (1986) «The Extraordinary Educational Attainment of Asian-Americans: a search for historical evidence and explanations» in *Social Forces*, Vol. 65, N.º 1, pp. 1-27.
- INE (2003) *Censos 2001: Recenseamento Geral da População e da Habitação*, Lisboa: INE.
- INE (2009a) Anuário Estatístico de Portugal, Lisboa, INE.
- INE (2009b) Anuário Estatístico da Região Lisboa, Lisboa, INE.
- INE (2009c) Estatísticas Demográficas 2009, Lisboa, INE.
- INE (2010) Anuário Estatístico da Região Lisboa, Lisboa, INE.
- Kao, G. e Tienda, M. (1995) «Optimism and Achievement: the educational performance of immigrant youth» in *Social Science Quarterly*, Vol. 76, N.º 1, pp. 1-19.

- Machado, F.(1994) «Luso-Africanos em Portugal: Nas Margens da Etnicidade» in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 16, pp. 111-134.
- Machado, F. (2002) *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Machado, F., Matias, A. e Leal, S. (2005) «Desigualdades sociais e diferenças culturais: os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos» in *Análise Social*, N.º 176, pp. 695-714.
- Machado, F. e Matias. A. (2006) *Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica*, Lisboa: CIES-ISCTE.
- Malheiros, J. e F. Vala (2004) «Immigration and city change: the region of Lisbon in the turn of the 20th century» in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (6), pp. 1065–1086.
- Malheiros, J. (Org.) (2007) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- Modgil, S.; Verma, G.; Mallick, K. e Modgil, C. (1986) *Multicultural Education - The Interminable Debate*, Londres: The Falmer Press.
- Padilla, Beatriz (2004) «Integrations of Brazilian Immigrants in Portuguese Society: Problems and Possibilities», comunicação apresentada à *9th International Metropolis Conference*, Genebra (Publicada em *Socius – Working Papers*, ISEG/UTL, N.º1/2005).
- Perotti, A. (1997) *Apologia do Intercultural*, Lisboa: Secretariado Entreculturas.
- Pires, R. (2003) *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.
- Pires, S. (2009) *A Segunda Geração de Imigrantes em Portugal e a Diferenciação do Percurso Escolar. Jovens de origem Cabo-verdiana versus Jovens de origem Hindu-indiana*, Lisboa: ACIDI.
- Portes, A. (1995a) «Children of immigrants: segmented assimilation and its determinants» in Portes. A. (Ed.) *The Economic Sociology of Immigration*, New York: Russel Sage Foundation, pp. 248-280.
- Portes, A. (Ed.) (1996) *The New Second Generation*, New York: Russell Sage Foundation.
- Portes, A. (1999) *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. e MacLeod, D. (1999) «Educating the Second Generation: Determinants of Academic Achievement Among Children of Immigrants in the United States» in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 25 (3), pp. 373-396.

- Portes, A. e L. Hao (2005) «La educación de los hijos de inmigrantes: efectos contextuales» in *Migraciones*, N.º 17, pp. 7-44.
- Portes, A. e Zhou, M. (1993) «The New Second Generation: Segmented Assimilation and its Variants» in *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Vol. 530, pp.74-96.
- Portes, A. e Rumbaut, R. (2001) *Legacies: The Story of Immigrant Second Generation*, Berkeley: University of California Press.
- Plano para a Integração dos Imigrantes (2007) Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007, DR 85 Série I, de 3 de Maio de 2007.
- Rumbaut, R. (1997) «Assimilation and its Discontents: Between Rhetoric and Reality» in *International Migration Review*, 31 (4), pp. 923-960.
- Rumbaut, R. e Portes, A. (2001) *Ethnicities: Children of Immigrants in America*, Berkeley: University of California Press/Russel Sage Foundation.
- Seabra, T. (1999) *Educação nas Famílias. Etnicidade e Classes Sociais*, Temas de Investigação 9, Ministério da Educação, Lisboa: I. I. E. .
- Seabra, T.(2010) *Adaptação e Adversidade – O desempenho escolar dos alunos de origem indiana e cabo-verdiana no ensino básico*, Lisboa: ICS.
- Seabra, Teresa (Coord.) (2011) *Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à Saída da Escolaridade Básica*, Lisboa: ACIDI, I.P.
- SEF/Departamento de Planeamento e Formação (2009) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Oeiras: SEF.
- SEF/Departamento de Planeamento e Formação (2010) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Oeiras: SEF.
- Suárez-Orozco, C. e Suárez-Orozco, M. (2002) *Children of Immigration*, Cambridge: Harvard University Press.

## De estudante à migrante: percursos e percalços de brasileiros na França\*

*Gisele Maria Ribeiro de Almeida†*

### Resumo

A França é um país importante como destino de estudantes brasileiros, em função de certos vínculos e de projetos de cooperação científica estabelecidos. Este artigo reflete sobre aspectos relacionados ao fluxo de estudantes brasileiros para a França nos últimos anos considerando, de um lado, a questão da internacionalização do processo de escolarização e formação profissional e, de outro, a adoção de políticas mais rígidas pelo Estado francês, tanto no âmbito migratório quanto no acolhimento de estudantes estrangeiros. Esta discussão será feita aqui considerando algumas trajetórias migratórias de estudantes brasileiros na França e de ex-estudantes retornados ao Brasil, tendo como base oito entrevistas realizadas.

**Palavras-chave:** migração internacional; circulação estudantil; relações Brasil-França.

### Introdução<sup>1</sup>

O prólogo de uma compilação de artigos sobre as relações de cooperação científica e acadêmica entre o Brasil e França (Martins, 2005) tem a autoria de Antonio Candido, que apresenta a historicidade e a relevância destas relações, argumentando que não seria exagero dizer que desde o século XIX a língua e a cultura da França exerceram no Brasil o papel formador que as culturas da Grécia e de Roma exerceram na Europa.

As raízes deste intercâmbio acadêmico e intelectual estão no século XIX, quando a França era um destino fundamental para as elites brasileiras do século

---

\*O presente texto foi apresentado no 2º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa, que foi realizado no ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, de 4 a 6 de Junho de 2012.

†Doutoranda em Sociologia - IFCH/UNICAMP: ✉ gimralmeida@gmail.com

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no IV Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios que aconteceu em novembro de 2011 na UERJ, no Rio de Janeiro. Desta forma, preciso agradecer as discussões realizadas no âmbito de ambos os eventos, o Seminário do NIEM e o de Lisboa, e que me ajudaram na reformulação do texto. Também agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento que tem viabilizado a realização da pesquisa que fundamenta a discussão apresentada.

XIX, tanto para estudo como para lazer. Mais tarde, com a ditadura militar instituída em 1964, brasileiros buscaram refúgio naquele país (Rolland, 2008), aspecto que alimentou relações acadêmicas antigas entre os países, ao mesmo tempo em que engendrou novos laços a partir da inserção destes brasileiros em universidades francesas.

Este histórico ajudou a sedimentar uma ideia de que os brasileiros que vivem na França pertencem exclusivamente a estratos privilegiados da sociedade. Aspecto que se foi verdadeiro no passado, não se mantém; pois, atualmente há outros perfis de brasileiros vivendo na França; ainda que o número de estudantes reforce o peso destes no fluxo migratório Brasil-França.

Do ponto de vista do país de acolhimento, os estudantes «ideais» são aqueles que ficam uma temporada, de preferência financiados por recursos do país de origem. Porém, a circulação internacional pode ser experimentada pelo estudante de outra forma, e dependendo de certos fatores e condições, a experiência «temporária», pode resultar em uma mudança «definitiva» de residência.

## 1 A internacionalização da formação acadêmica

A mobilidade de estudantes acontece desde que as universidades foram criadas, e sua promoção depende de uma série de fatores capazes de conectar locais de origens e destinos. Estes fatores de ligação são dinâmicos, e adaptam-se ao funcionamento do sistema econômico e político mundial e aos condicionantes geográficos. Desta forma, acomodando-se as exigências e as condições colocadas pela época contemporânea, a mobilidade internacional estudantil tem crescido: de 270 mil em 1962 para 1 milhão e 400 mil em 1998 (Latreche, 2001).

Mais da metade dos estudantes em mobilidade internacional são provenientes de países em desenvolvimento e, segundo Latreche, em menos de 4 décadas o volume deste contingente foi multiplicado por cinco. Os fatores que explicam esse crescimento envolvem o aumento da escolarização de nível superior, o desigual desenvolvimento das ciências e das tecnologias quando se compara o norte e o sul do globo e, por último, a internacionalização crescente do ensino superior principalmente nos países do norte como forma de responder às exigências da economia e do mercado de trabalho globalizados.

Atualmente, a experiência internacional no processo de escolarização e profissionalização é almejada como forma de obter um elemento distintivo no currículo, uma estratégia de diferenciação num mercado cada vez mais competitivo (Mazza, 2009). No Brasil, o estímulo à internacionalização da formação foi reforçado em função da melhoria dos indicadores educacionais, que resultou em um «desgaste de credenciais», conforme denominou Mazza, engendrando novos mecanismos de estratificação e diferenciação social.

Alguns dos entrevistados<sup>2</sup> revelaram em suas narrativas que o estudo no

---

<sup>2</sup> Neste texto utilizarei como material empírico oito entrevistas por mim realizadas, sendo três delas feitas na França e cinco no Brasil. Duas destas foram feitas à distância via *Skype*.

exterior foi uma busca estratégica desta «distinção» na formação acadêmica, ou reconheceram os benefícios a posteriori desta experiência. Este é o caso da Daniela<sup>3</sup> que declarou não esperar que a experiência internacional pudesse trazer tamanha repercussão em sua vida profissional e pessoal. Ela demonstrou-se surpresa por ter sido contratada como supervisora de uma equipe mesmo sem ter experiência profissional:

[...] tinham fisioterapeutas que trabalham lá há 5 anos, 4 anos, e eu cheguei lá pra coordenar a equipe. [...] Não tenho, assim, especialização nessa área [...]. Ela [a proprietária da clínica] sabe disso, e eu, assim, apesar de tudo, por ela ter me chamado, primeira conversa, pra coordenar, eu achei, nossa realmente, né...[...] E eu acho que foi mais o fato de ter feito o mestrado fora. Eu não vejo outra explicação. [Daniela, 30 anos, fisioterapeuta]

Outra entrevistada, Alessandra<sup>4</sup>, saiu do Brasil com bolsa do CNPq para fazer o doutorado pleno na França, e segundo ela foi muito difícil, pois sua pesquisa demandou experimentos laboratoriais bastante exigentes. Todavia quando lhe perguntei se esta experiência foi reconhecida no seu campo profissional, esta declarou: «vale à pena, né. Porque você volta com um *carimbo*, né, a *chancela*... Além de Doutorado, de ter feito no exterior. Então... É uma etapa – que já é difícil, o Doutorado, né. Ainda mais fazendo no exterior!» (grifos meus).

Quando perguntei ao Bruno<sup>5</sup> como ele avaliava o fato de ter feito parte da graduação em engenharia na França, respondeu-me:

Tem duas coisas na verdade. Uma coisa é pensar em currículo, porque *estudar na França é um símbolo, é uma grife* na verdade. Você fala «oh, o cara se formou [...] e já tem uma experiência no estrangeiro mesmo». Pessoal do RH vê muito isso: «ele tem uma grife no currículo», isso é um primeiro ponto. Agora, pro meu primeiro emprego [em um conglomerado alemão de engenharia] isso foi interessante porque já era uma empresa que tinha muitos negócios com empresas francesas e com outras coisas, que eu ficava lá como um *back up*, no sentido de que «eu tenho um cara capacitado pra trabalhar com empresas francesas», por exemplo, então isso me ajudou bastante [Bruno, 28 anos, engenheiro].

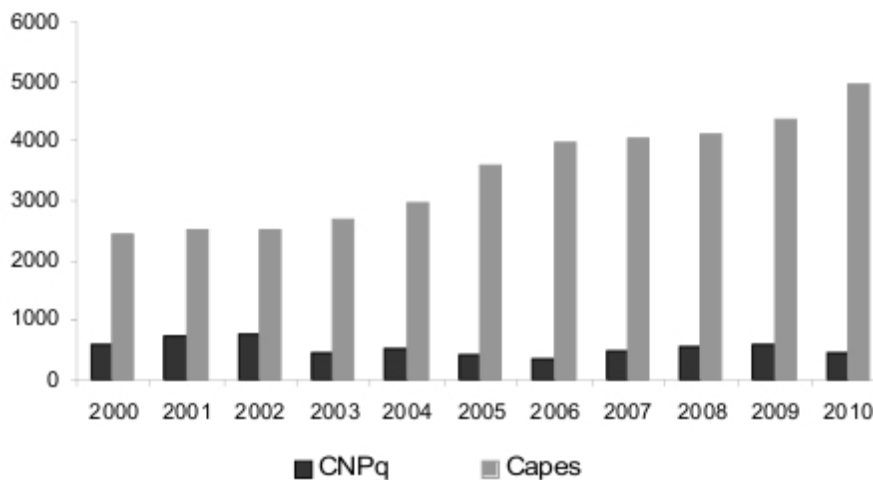
---

Os entrevistados serão mencionados através de pseudônimos e as instituições à qual se filiam serão omitidas para preservar suas identidades. Evidentemente, todos os entrevistados foram informados sobre a pesquisa em curso e concordaram em participar do estudo.

<sup>3</sup> Daniela foi para a França no início de 2007 para viver com o marido que fazia um doutorado lá. A entrevista aconteceu em 14/04/2011 em São Paulo.

<sup>4</sup> Alessandra conseguiu uma bolsa CNPq em 1992 para fazer o doutorado integral na França. A entrevista foi realizada em São Paulo no dia 12/08/2011.

<sup>5</sup> Bruno foi pra França em 2005 com uma bolsa «Eiffel», parte de um programa financiado pelo governo francês e que tem convênio com várias faculdades brasileiras de Engenharia viabilizando inclusive o duplo diploma. A entrevista ocorreu em 14/04/2011 em São Paulo.



*Fonte: Estatísticas da Capes e do CNPq*

Figura 1: Evolução do número de Bolsas no Exterior da Capes e CNPq (2000 a 2010)

O número de estudantes brasileiros no exterior aumentou significativamente nas últimas décadas, uma evidência da incorporação, pela política científica brasileira, desta valorização da internacionalização da formação acadêmica. De acordo com [Mazza \(2009\)](#), durante o período que vai de 1951 a 1979, 879 brasileiros foram beneficiados com bolsas no exterior da Capes e do CNPq, número que se elevou para 17 mil no período de 1970 a 1998 e atingiu 44 mil na primeira década do século XXI (abaixo, um gráfico ilustra a evolução do número de bolsas da Capes e do CNPq no exterior na última década).

Os principais destinos dos estudantes brasileiros no período 1970 a 2000 foram Estados Unidos, França e Reino Unido, nesta ordem, com alterações em função da área do conhecimento na qual se aplica a bolsa destinada ([Mazza, 2009](#)). Os dados da primeira década do século XXI sugerem algumas mudanças. No caso dos bolsistas da Capes, registrou-se uma diminuição significativa de bolsistas para os Estados Unidos e Reino Unido e o aumento da presença destes estudantes/pesquisadores na França e em Portugal.

No que tange ao CNPq, os EUA também tiveram sua participação reduzida no acolhimento de bolsistas desta agência, mas mantêm-se como principal destino ao longo da década. O Reino Unido começa a década como o segundo principal destino das bolsas CNPq no exterior, mas termina o decênio na terceira posição com 12%. A França tornou-se nos últimos anos, desde 2008, como o segundo principal destino dos brasileiros bolsistas do CNPq no exterior.

Os critérios para a «escolha» do país de destino no caso de uma circulação estudantil dependem – como qualquer outro tipo de mobilidade migratória – de fatores culturais e sociológicos, da proximidade geográfica e linguística. Outro aspecto relevante refere-se aos processos de integração regional e a semelhança

dos sistemas de formação e de estrutura dos programas (Latreche, 2001).

No caso dos estudantes brasileiros, os destinos dependem das relações cul-

Tabela 1: Participação dos principais países (em %) nas bolsas Capes no exterior de 2000 a 2010

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	11,1	12,1	10,8	10,4	12,2	12,5	12,5	12,4	11,5	10,4	9,1
Canadá	4,4	4,9	4,0	3,5	3,8	4,2	3,8	3,4	3,4	3,7	3,0
Espanha	6,2	5,4	6,0	7,4	7,5	7,4	8,2	8,5	8,4	7,7	7,7
EUA	29,5	27,9	29,3	29,8	27,8	26,5	25,3	23,0	21,8	22,1	20,7
França	26,1	27,5	25,8	22,0	23,1	23,6	24,3	26,4	28,6	30,1	30,3
Portugal	3,2	3,7	5,3	6,2	6,6	7,7	8,1	9,1	9,8	9,4	13,0
Reino Unido	11,8	10,2	9,8	10,8	9,5	8,1	7,5	7,4	7,0	6,2	5,3
Demais países	7,7	8,3	8,9	9,9	9,4	10,0	10,4	9,7	9,6	10,4	10,9
<b>TOTAL</b>	<b>2438</b>	<b>2512</b>	<b>2498</b>	<b>2684</b>	<b>2977</b>	<b>3586</b>	<b>3965</b>	<b>4043</b>	<b>4130</b>	<b>4346</b>	<b>4951</b>

*Fonte: Estatísticas da Capes*

Tabela 2: Participação dos principais países (em %) nas bolsas CNPq no exterior de 2000 a 2010

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alemanha	5,6	4,4	3,9	6,4	8,2	11,6	11,8	9,4	9,1	11,0	11,9
Canadá	5,5	6,5	7,4	7,5	7,7	5,7	6,9	7,7	7,3	6,4	5,6
Espanha	4,3	5,0	5,8	4,9	5,9	6,8	5,4	5,8	5,8	6,5	6,2
EUA	40,6	40,2	38,1	36,1	31,0	30,0	30,4	29,6	33,5	32,2	31,6
França	13,8	14,5	14,1	12,3	14,0	13,6	12,7	13,1	12,9	12,8	12,3
Portugal	0,6	2,0	2,1	2,1	2,9	2,5	3,9	3,5	4,1	4,3	4,4
Reino Unido	17,5	16,1	17,0	19,2	17,7	15,2	13,9	13,2	9,9	11,0	11,2
Demais países	12,0	11,2	11,5	11,5	12,5	14,5	15,1	17,7	17,4	15,9	16,8
<b>TOTAL</b>	<b>456</b>	<b>737</b>	<b>767</b>	<b>469</b>	<b>510</b>	<b>414</b>	<b>355</b>	<b>496</b>	<b>551</b>	<b>578</b>	<b>438</b>

*Fonte: Estatísticas do CNPq*



turais e históricas entre os países que se manifestam na institucionalização de parcerias académicas, mais do que da geografia e da língua. Diferentemente do que se podia esperar pela herança histórica, Portugal não teve uma participação tão destacada no acolhimento de estudantes brasileiros, apesar do crescimento registrado nos últimos anos. A Alemanha, por outro lado, aparece como um destino importante, apesar dos vínculos entre este país e o Brasil serem menos evidentes, o que sugere a especificidade da relação, que pode ser explicada através de projetos de cooperação científica.

Durante o século XX, os laços entre Brasil e França foram reforçados, sendo notável a fascinação e a admiração que a França exerceu sobre diversos e importantes estratos brasileiros, especialmente em certos meios intelectuais e artísticos (Carelli, 1994). No âmbito académico, projetos de parceria científica foram essenciais na formação e na estruturação de importantes institutos e universidades no Brasil, como é o caso da Universidade de São Paulo (Tavares, 1979). Esse histórico resultou em uma expressiva herança cultural francesa no Brasil, consolidada em instituições e grupos sociais. De forma que o fluxo de brasileiros para estudar na França está, em grande medida, relacionado à francofilia que emergiu e que é alimentada por estas relações.

## **2 Estudantes brasileiros na França**

Segundo dados da UNESCO, a França é um destino importante dos estudantes brasileiros, ocupando a segunda posição depois dos Estados Unidos (Campus France, 2010). Dados disponibilizados registraram que 40% dos estudantes oriundos de países sul-americanos no período 2008-2009 eram brasileiros e no período de 2003 a 2009, o número de estudantes brasileiros cresceu 65% (MAEE, 2009).

As estatísticas disponíveis nos sítios eletrônicos da Capes e do CNPq não permitem o reconhecimento do perfil dos seus bolsistas na França. Dada a escassez de dados, não será possível realizar aqui uma análise quantitativa do perfil desta população, no entanto, tendo como escopo as referidas entrevistas com estudantes ou ex-estudantes brasileiros na França e com estudantes retornados ao Brasil, tem-se que são em sua grande maioria jovens, tendo entre 20 e 30 anos no momento da partida. Do ponto de vista socioeconômico, pertencem a estratos privilegiados da sociedade brasileira: dentre o grupo, sete deles haviam tido formação prévia em universidades reconhecidas no Brasil (apenas um único caso de ida no meio da graduação). Quanto ao sexo, são 6 mulheres e 2 homens. Quatro ainda estavam na França quando me concederam a entrevista e 4 haviam retornado e estavam no Brasil.

No que se refere às relações dos entrevistados com o país de destino, o interesse pelos estudos na França resulta de uma admiração pela cultura e pelo pensamento académico francês. Dentre os entrevistados, pelo menos três explicitaram o desejo de estudar especificamente na França. É o caso de Carina,<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Carina foi para a França em 2008 e a entrevista foi realizada em 18/11/2010 em Paris.

que foi para a França fazer o mestrado e depois o doutorado. Sobre sua história pessoal de relação com o país, declarou:

[...] comecei a fazer francês e no próprio curso de francês, eu comecei a nutrir essa idéia: «não, eu quero ir estudar na França, quero fazer estudo de Teatro», e enfim, *a França também era uma Meca na parte toda de teatro*. Aí comecei a sonhar com essa estória de vir morar na França. (grifos meus) [*Carina, 28 anos, graduada em artes cênicas*]

Esse interesse pela língua e o reconhecimento dos estudos franceses na área também foi apontado por Marina:<sup>7</sup> «Eu já tinha decidido há uns 3 anos em ter o francês, por conta da minha área, [...] a minha área é história, e no caso, francês, ele é uma língua bem importante [...]. Então, decidi, que eu viria um dia pra França, né, pra fazer esse curso».

O depoimento de Alessandra, que foi fazer o doutorado em Grenoble, também evidencia essa imagem positiva da França: «na verdade, na minha cabeça passava assim: que tudo, assim, muito importante, passava na França». Alessandra que é pesquisadora na área química aplicada à biotecnologia, retornou em 2002 para fazer um pós-doutoramento e até hoje mantém um forte vínculo com o país.

O caso de Bruno é interessante porque foi justamente um programa institucional de cooperação que trouxe a oportunidade e o desejo de estudar na França: «Se eu te falar que até 2003 eu nunca tinha pensado na minha vida que eu ia um dia pisar em Paris».

Daniela chegou até a França pelo marido, que fazia doutorado com bolsa da Capes em Toulouse e apesar de não ter «escolhido» efetivamente estudar na França, fez uma especialização e um mestrado durante os 4 anos que viveu lá.

### **3 A política francesa de acolhimento**

Existem algumas maneiras pelas quais os estudantes brasileiros podem ir estudar na França. Em primeiro lugar, há uma mobilidade «espontânea», situação na qual o estudante parte autonomamente, não participando de nenhum acordo institucional ou de cooperação. Outra possibilidade é ir através de acordo estabelecido entre as instituições de ensino na origem e no destino. Por último, tem-se a mobilidade prevista e estimulada por programas bilaterais de cooperação científica institucionalizados.

No contexto do aumento da mobilidade internacional de pessoas, particularmente dos fluxos sul-norte, a circulação estudantil passou a ser tratada como

---

<sup>7</sup> Marina foi para a França em agosto de 2010 e a entrevista foi feita por *Skype* em 23/03/2011.

questão migratória e entraves são utilizados para dificultar a entrada de estrangeiros com visto de estudante. Isso é ainda mais verdade quando se considera que o volume de estudantes vindos dos países do sul do globo apresentou um crescimento exponencial nas últimas décadas. É por isso que, segundo [Latreche \(2001\)](#), os países de acolhimento têm interpretado esse fluxo como sendo uma «imigração disfarçada».

Como estes países estão adotando políticas migratórias mais rígidas, e a França enquadra-se perfeitamente neste grupo, a migração de estudantes tem sido vista como uma estratégia para contornar os obstáculos jurídicos de uma migração clássica de mão de obra. A França instituiu procedimentos regulamentares que buscam obstaculizar a entrada no país com visto de estudante, entre estes procedimentos, pode-se citar a necessidade de comprovar inscrição em uma instituição de ensino, ter um local pré-definido de moradia, entre outros ([Latreche, 2001](#)). Alguns países, como é o caso do Reino Unido, têm dificultado o acesso de estudantes através da elevação dos custos e de taxas associadas.

O histórico de imigração na França é um dos mais antigos da Europa, pois em função de baixas taxas de fecundidade e escassez de trabalhadores, o país precisou recorrer à importação de mão de obra ao longo de sua história. Segundo [Peralva \(1994\)](#) podem ser destacados dois períodos que investiram na recepção de fluxos de imigrantes, no século XX, por necessidade de mão-de-obra: na década de 1920 e na década de 1960, em ambos os contextos, o que estava em jogo era a construção do país após as grandes guerras. Em 1974 foi anunciada a suspensão oficial da imigração, com exceção do direito de asilo e da reunião de famílias. Além disso, foram estabelecidas políticas de incentivo ao retorno para os países de origem ([Peralva, 1994](#)). Atualmente, se mantém essa postura mais rígida quanto à política migratória, que reverbera também na política de acolhimento de estudantes estrangeiros.

Em 1997, Patrick Weil elaborou um relatório no qual aponta que «o medo do “risco migratório”» traz uma série de incoerências à política francesa de recebimento de estudantes, inclusive o documento classifica os entraves para a liberação de vistos como «rígidos e vexatórios». Além de comprometer os recursos e as possibilidades que a mobilidade internacional de estudantes poderia trazer ao país, tal política teria como resultado «marginalizar a França no mercado mundial de formação» (Weil, 1997 *apud* [Muñoz, 2004](#)).

As dificuldades para obtenção ou renovação do visto de estudante apareceram com frequência nas entrevistas. Quando perguntei a Carina sobre «sua relação com os franceses e com a França no geral», ela me respondeu com outra pergunta: «Em relação ao Estado, você quer dizer?». Ao que parece, o Estado apresenta-se como elemento central na sua relação com a sociedade receptora, promovendo uma experiência negativa:

[...] eu e muitos amigos, a gente sente que vamos ser expulsos a qualquer momento, sabe? Tanto que enfim, o Sarkozy é realmente o fim da picada com os estrangeiros [...] porque o que acontece é que a cada ano fica mais difícil renovar o visto aqui [...] A cada

ano eles pedem mais papéis, aí tu chega lá com os papéis que eles pediram e eles pedem mais papéis. [*Carina, 28 anos, graduada em artes cênicas*]

Esta entrevistada estava matriculada em instituição de ensino superior e sempre manteve regularizada sua condição no país, porém isso não é suficiente para que ela se sentisse «segura» no país de acolhimento. Renata<sup>8</sup> também fez menção clara à figura de Sarkozy, quando ele ainda era ministro do interior: «O fato de ter que renovar o, a *Carte de Séjour* todos os anos era um momento de muito, muita angústia, muito *stress*. Nos últimos anos, a partir de 2003, com a política do Sarkozy, foi, foi ficando cada vez pior.»

Daniela que podia ter ido com visto de cônjuge, dado que seu marido é quem foi com o objetivo de estudar, preferiu o visto de estudante, o que segundo ela foi fonte de alguns transtornos: «Pro [meu marido] sempre era mais fácil, porque ele tinha programa de doutorado de 4 anos, então ele sempre tinha as cartas todas prontas daqui do Brasil e tudo. Mas pra mim, não. Pra mim todo ano era um problema».

Para André<sup>9</sup>, as exigências das autoridades francesas para renovação do visto são bastante incômodas, de tal forma que ele vê a permanência na França, após a conclusão dos estudos comprometida, e considera inclusive migrar para outro país.

Uma das entrevistadas, Silvana<sup>10</sup> está na França com visto de residente, dado que terminou sua formação acadêmica. Ela foi para estudar em 1993 e não retornou. Casou-se com um francês e eles têm um filho. Mesmo nesta condição, Silvana referiu-se às exigências burocráticas dizendo que para pedir a nacionalidade hoje é mais difícil do que há alguns anos atrás: «eles [o governo e as autoridades francesas] estão complicando cada vez mais mesmo com o casamento».

Apesar de longo, reproduzo a seguir uma parte do depoimento da Renata, que é contundente sobre o assunto:

Isso [pedir a renovação do visto] sempre foi... É... Um momento, assim, de muito *stress*. Porque, na verdade, eles têm o direito de negar, de querer negar o visto para você, apesar de você estar com toda a papelada correta, né. [...] E, enfim, eu tinha que provar, é, que eu tinha, eu tinha dinheiro suficiente para me manter. Então, era uma coisa assim, que os meus pais tinham que mandar uma declaração, dizendo que eles me auxiliavam. [...] O negócio é seguinte: você

---

<sup>8</sup> Em 1996, Renata foi para a Escócia fazer um mestrado e depois ingressou no doutorado na França, onde viveu durante 7 anos. A entrevista foi realizada em 25/09/2011 pelo *Skype*.

<sup>9</sup> André foi pra França em 2008. A entrevista foi realizada em 18/11/2010 em Paris.

<sup>10</sup> Silvana vive na França há mais de 15 anos e a entrevista foi feita em Saint-Denis no dia 19/11/2010.

sente – quer dizer – você sente que existe, realmente, um preconceito, um racismo muito grande... Porque eles expõem as pessoas a uma situação que é inexplicável, [...] Para ir lá [na Prefeitura] para marcar um dia, para entrevista [...] Eu tinha de chegar é, tipo, seis, sete horas da manhã e ficar no frio esperando até a hora do portão abrir, para dar um número, para depois eu ir lá para saber qual é a documentação... Enfim. Eles não tinham uma forma de facilitar, eles tinham uma forma de dificultar, justamente de te desmoralizar [...] O Estado te desmoralizando, né. Na verdade, era isso o que eu sentia. [Renata, 40 anos, geógrafa]

Verifica-se um movimento dual nesta dinâmica. De um lado, tem-se um processo crescente de internacionalização da formação escolar e profissional, sendo que a experiência internacional no currículo assume um caráter distintivo, valorizado na disputa por vagas no mercado de trabalho e almejado por estudantes e profissionais em seus processos formativos. De outro, a política de acolhimento de estudantes dos países «centrais» torna-se mais exigentes.

Ou seja, os elementos sugerem que apesar da mobilidade estudantil ser aceita e prevista, não significa que todo e qualquer estudante será enquadrado neste perfil, por isso funcionam dentro deste tipo de mobilidade clivagens que precisam ser consideradas numa análise sobre esse fluxo. Os estudantes serão «aceitos» pelas autoridades do país de destino quando houver elementos que indiquem de maneira mais objetiva possível a posse dos recursos financeiros necessários e o compromisso do retorno. Neste sentido, os bolsistas de agências nacionais e os integrantes de convênios e parcerias são os «estudantes ideais», pois além de portarem uma documentação «insuspeita», têm a maior probabilidade de retorno, dado que em muitos casos, a volta ao país de origem está atrelada à obtenção do título ou ao atendimento das exigências contratuais firmadas antes da partida. Os estudantes autônomos e sem bolsa de estudos não têm estas prerrogativas e, desta forma, tendem a ser vistos como uma «ameaça de imigração», em função de sua condição permitir uma permanência mais duradoura ou definitiva no destino.

## **4 A experiência no exterior e a temporalidade do deslocamento**

Definir a migração como mudança definitiva de residência é bastante questionável, dada a dificuldade em se classificar os deslocamentos quanto a este aspecto. Atualmente, as trajetórias migratórias e as durações dos deslocamentos estão muito mais matizadas. Courgeau (1988) reconhece esse problema explicitamente, mencionando a dificuldade de se traçar uma fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração. Desta forma, este autor recomenda uma compreensão dinâmica dos espaços de deslocamento e pertencimento do indivíduo, e para tanto propõe o uso do conceito de *espaço de vida* nos estudos migratórios, definindo-o como a porção do espaço onde os

indivíduos realizam suas atividades (Courgeau, 1988).

As entrevistas realizadas mostram que é possível morar na França e sentir-se muito «próximo» ao Brasil, inclusive com idas e vindas recorrentes. Em outros casos, apesar do retorno ao Brasil, é possível que fortes vínculos sejam mantidos com a França, também com idas frequentes. De alguma forma, mesmo no caso de Bruno que foi como bolsista dentro de um programa específico, se utilizarmos a noção de espaço de vida para pensar seus locais de pertencimento, a França ainda faz parte deste espaço, nem que seja de maneira afetiva, nas lembranças rememoradas com satisfação ou de maneira propositiva, quando planeja ter uma experiência profissional naquele país.

Roberts (1995) reflete sobre a inserção do imigrante na sociedade de destino considerando a expectativa temporal dos grupos de imigrantes, particularmente suas expectativas em relação à duração da experiência migratória. Para o autor, a perspectiva temporal é relevante porque são elas que conferem a possibilidade de um enraizamento, dada a hipótese de que as expectativas em relação à experiência migratória orientam o planejamento de curto e longo prazo e estes planos se transformariam em mais ou menos capital social.

Por outro lado, Domenach e Picouet (1990) recomendam a incorporação da questão do retorno ou a chamada «reversibilidade migratória» nos estudos. Essa contribuição é bastante relevante após o aparecimento e a consolidação do conceito de circulação, que apesar de ser muitas vezes dissociado da migração, assume perspectiva cada vez mais relevante no estudo da mobilidade humana, inclusive com impacto para os fluxos migratórios. Anteriormente, conforme apontam os autores, num contexto de mobilidade mais restrita, os modelos analíticos trabalhavam com a ideia de residência única e um deslocamento espacial via de regra gerava uma nova instalação de caráter definitivo. Atualmente, a mobilidade se tornou mais complexa, com uma diversidade crescente de tipos de deslocamentos, e as trajetórias destes estudantes e ex-estudantes servem para ilustrar como uma classificação rígida dos deslocamentos pode implicar em prejuízos analíticos e até mesmo teóricos.

Apesar de viver na França desde 1993, Silvana disse-me que o «vou voltar» é uma constante, e que esse desejo de retorno apareceu com mais frequência quando nasceu o seu filho, em 2002. A «carreira migratória», como sugere Roberts (1995), de Silvana é peculiar porque ela se casou, teve filho, mas à despeito disso nunca quis pedir a nacionalidade francesa. Ela parece ter uma forte resistência em ser uma «cidadã francesa» seja porque pensa em voltar, seja porque tem uma questão ideológica: «porque assim como eu tenho admiração por uma série de coisas [em relação à França], eu tenho uma repulsão por uma série de outras». Entretanto, nos últimos anos, Silvana tem se engajado no apoio aos imigrantes indocumentados, particularmente aos brasileiros, fato que para ela recolocou a questão da posse da nacionalidade francesa em termos de uma garantia ou proteção pessoal: «é um sistema muito repressivo, então tu não pode se meter nisso porque é uma questão de segurança nacional, esse tipo de coisa [...] Agora, por questões estratégicas de militância, eu comecei a cada vez mais a me perguntar da necessidade de adquirir a nacionalidade».

André enquadra-se exatamente no perfil que a política francesa foca como «risco migratório». Apesar do motivo da ida para a França ser os estudos de sua esposa, ele almeja permanecer no exterior, mas reconhece as dificuldades de conseguir uma inserção na sociedade francesa:

A minha intenção pessoal é de ficar mais tempo aqui, só que eu acho que não vai ser possível. Por que depois do doutorado, eu vou fazer o que? Vaga na universidade aqui é raríssima. Cada vez mais difícil. E, eles privilegiam os franceses. É uma coisa meio, não é à toa que o Bourdieu escreveu o que escreveu, entendeu? [*André, 29 anos, cientista social*]

No entanto, Alessandra tem outra perspectiva e declarou que não teve vontade de ficar após o término do doutorado. Ela ainda reforçou que após os 4 anos fora do Brasil, ela era «a única que ia voltar. Que as outras duas casaram. Ficaram lá... Mas eu não queria ficar lá. [...] Eu acho que é muito ruim pra estrangeiro. Eu não gostei de ser... Assim, eu acho legal, a experiência, mas passar a vida sendo estrangeiro! Ah, não!». Segundo Alessandra, algumas colegas buscavam relações de forma estratégica para casar e ficar lá, mas mesmo ela sendo solteira, declarou que nunca teve «esse sonho».

Como Bruno foi no meio da graduação, não viveu o retorno como uma questão em aberto, no entanto a experiência teria despertado o desejo de viver uma experiência internacional no âmbito profissional: «Eu quero, [...] a longo prazo, ter uma carreira internacional e com uma perninha na França, se possível. [...] não quero morar na França pro resto da vida, mas, ao mesmo tempo, quero ter mais uma experiência, agora não mais uma experiência como estudante, mas como profissional lá».

Renata passou quase 10 anos na França, e apesar de algumas dificuldades no relacionamento com os franceses gostava de viver lá e se pudesse, teria ficado: «Eu, no fundo, no fundo, eu não, eu não queria ter voltado, né [...] Enfim, eu tinha uma vida lá [...] as minhas referências eram todas lá, de certa forma.» Este é um caso em que as expectativas temporais do migrante entram em conflito com as expectativas temporais da sociedade de acolhimento, pois como não poderia trabalhar na sua área: «eu não, não me via, fazendo, tendo um emprego qualquer, porque eu queria fazer jus à minha formação», ela se viu «obrigada» a voltar. Ela até tentou empregos em ONGs que atuavam na sua área, mas «a França estava muito fechada, como está mais ainda agora». Apesar desta entrevista ter sido feita pelo *Skype*, Renata mostrou-se bastante à vontade e manifestou fortemente sua emoção ao declarar que tinha muitas saudades e que às vezes se arrependia por não ter tentado mais enfaticamente permanecer na França.

A situação de Carina parece-me próxima a de Renata, mas em outra fase, ainda estando na França. Isso porque ela foi para fazer o mestrado, mas inscreveu-se no doutorado logo em seguida e ela explicitou o desejo de permanecer lá, ainda que ela não fará isso sob quaisquer condições. Carina reconhece que o «O Estado não quer a gente aqui» e que a «vida seria muito mais

confortável [no Brasil]».

Dos oito entrevistados, dois destacam-se por apresentarem aspectos peculiares. Primeiramente, Marina que namora um francês que conheceu no Brasil, em função da vinda dele para fazer estágio e uma especialização na área de Engenharia. Quando me concedeu a entrevista morava com ele na França e declarou que, apesar de estar pensando em prorrogar a estada dela, o intuito deles é vir para o Brasil futuramente.

O caso de Daniela escapa um pouco das trajetórias anteriores porque apesar da possibilidade de ficar na França com reconhecimento profissional, ela disse que preferiu voltar por questões afetivas e familiares, enfim, de «sentir muita falta do Brasil». De acordo com sua declaração, ela estudou muito pela dificuldade da língua, entre outros aspectos, e isso acabou fazendo com que ela terminasse a especialização como a primeira colocada em termos de classificação de notas obtidas. No mestrado ela também teve uma boa posição. Isso teria sido tão positivo – segundo ela na França se valoriza muito a nota, de forma que a posição do aluno no *ranking* da turma aparece no diploma – que ela recebeu propostas de trabalho após a conclusão do curso. O mesmo aconteceu com o marido que fazia o doutorado. Este casal parece enquadrar-se exatamente no perfil dos «migrantes ideais» porque são qualificados em áreas de interesse para o mercado de trabalho francês. O marido apesar de ter sido bolsista da Capes, com o «compromisso» de retornar ao Brasil, queria ficar mas não conseguiu convencê-la.

## Considerações finais

Dados e depoimentos das autoridades brasileiras na França sinalizam para um crescimento do número de brasileiros na França. Ainda que o perfil destes brasileiros não esteja mais restrito a um universo elitista como fora no passado, a presença de estudantes brasileiros na França assume uma relativa proeminência, e apresenta tendência também crescente.

O aumento deste fluxo faz num contexto de estímulos subjetivos e objetivos para este tipo de mobilidade. Por outro lado, o maior controle quanto à entrada de estrangeiros, tem feito com que as autoridades nacionais enxerguem o fluxo estudantil como «risco migratório».

E ao que parece, as autoridades estão «corretas», dado que o «risco» da migração existe de fato num contexto marcado pela emergência de espaços transnacionais e de mobilidade crescente. Neste cenário, a experiência de estudar e viver no exterior inaugura novas perspectivas, muitas vezes implicando em uma ampliação do espaço de vida dos indivíduos, mesmo quando há o retorno. Este pode ser um projeto desejado, outras vezes resulta de exigências colocadas pelas circunstâncias (incompatibilidade entre as expectativas individuais dos membros familiares, dos migrantes com as das instituições políticas do país de destino, etc.).



Por outro lado, mesmo após o retorno «voluntário» ou «forçado», verifica-se um intercâmbio cultural constante com a França entre os que voltaram. Assim como uma relação bastante próxima com o Brasil entre os que estão lá ainda. O resultado é uma superposição de referências e espaços de pertencimento que se associam a idas e vindas frequentes, sinalizando para a possibilidade de instituição de processos circulatorios em alguns casos, mantendo ou estimulando novos projetos migratórios, em outros casos. Neste sentido, a noção de espaço de vida é reveladora das relações subjetivas que os indivíduos mantêm com os locais em que vive, viveu ou deseja viver. A reconstituição do espaço de vida dos indivíduos aparece como uma boa ferramenta, na medida em que permite apreender as trajetórias migratórias sem incorrer em simplificações.

## Referências

- Campus France (2010) «La mobilité des étudiants d'Amérique latine», in *Les notes Campus France*, N.º 26. Disponível em: [http://editions.campusfrance.org/notes/note\\_26\\_fr\\_temp.pdf](http://editions.campusfrance.org/notes/note_26_fr_temp.pdf), acesso em 19/09/2010.
- Carelli, M. (1994) *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*, Campinas: Papirus.
- Courgeau, D. (1988) *Methodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*, Paris: Editions de l'Institut national d'études démographiques.
- Domenach, H, e Picouet, M. (1990) «El caracter de reversibilidad en el estudio de la migración», in *Notas de población*, N.º 49, pp. 49–68.
- Latreche, A. (2001) «Les migrations étudiantes de par le monde», in *Hommes & migration*, N.º 1233, pp. 13–27.
- Martins, C. (Org.) (2005) *Diálogos entre o Brasil e a França: formação e cooperação acadêmica*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana.
- Mazza, D, (2009) «Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas Capes, CNPq e Fapesp», in *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 39, N.º 137, pp. 521–547.
- Ministère des Affaires Étrangères et Européennes (MAEE)(2009) *Mobilité internationale des étudiants, attractivité de la France et coopération universitaire: Ameriques et Caraïbes*, Paris.
- Muñoz, M.(2004) «Políticas francesas de acolhimento dos estudantes estrangeiros (1970-2002)», in Almeida, A. et al. (Org.) *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*, Campinas: Ed. Unicamp, pp. 188–212.
- Peralva, A.(1994) «França: imigrantes, estrangeiros, estranhos», in *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, São Paulo, N.º 33, pp. 59–76.

Roberts, B. (1995) «Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants», in Portes, A. (Ed.) *The economic sociology of immigration*, New York: Russell Sage Foundation, pp. 42–86.

Rolland, D. (2008) «L'exil des dictatures: impact conjoncturel dans la présence latino-américaine en France?», in Santos, I. e Rolland, D., *L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire*, Paris: L'Harmattan, pp. 185–205.

Tavares, A, (1979) *Brasil–França: ao longo de cinco séculos*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.



# Estudantes brasileiros em Portugal e Reino Unido: As alterações nos fluxos migratórios e o retorno

*Juliana Iorio\**

## Resumo

Novos fatores nas migrações contemporâneas têm contribuído para que a mobilidade estudantil aumente. Objetivos educacionais mais amplos, experiências, viagens, a «busca pelo prazer» muitas vezes conjugada com um trabalho temporário, são algumas dessas motivações. Sabe-se que, apesar de «globalmente a migração de estudantes estar a crescer mais rapidamente do que a migração de um modo global» (King, Findlay e Ahrens, 2010, p. 2), este tipo de migração ainda é pouco estudada.

O Brasil começa a fazer-se notar neste tipo de mobilidade, através do aumento do número de estudantes no exterior, bem como num conjunto de iniciativas que têm promovido a internacionalização dos estudantes brasileiros. Por isso, este artigo pretende abordar questões relacionadas com a mobilidade internacional desses estudantes em Portugal e no Reino Unido, tendo como base os resultados preliminares obtidos através do Projeto THEMIS – *Theorising the Evolution of European Migration Systems*.

**Palavras-chave:** migrações; Portugal; Reino Unido; Brasil; mobilidade estudantil

## Introdução

«A migração estudantil foi durante muito tempo negligenciada, mas trata-se de uma forma incrivelmente importante de mobilidade na Europa» (King, 2002, p. 98). Esta forma, relativamente nova de migração, pode derivar de novas motivações (num nível pessoal e institucional) que aparecem num mundo cada vez mais globalizado. Se, por um lado, a procura por profissionais qualificados pode ser um dos fatores que impulsiona a mobilidade estudantil, por outro lado, a internacionalização do ensino superior também pode ser, na perspetiva dos estudantes, o caminho para a emigração.

Os países europeus, segundo dados do *World Migration Report 2010*, continuam a estar entre os principais destinos para estudantes estrangeiros. O Reino Unido encontra-se no «top six» e Portugal, apesar de não estar nesta lista, aparece no artigo *International Students in Portugal* (Fonseca e Hortas, 2011) com um crescimento notável de estudantes estrangeiros na última década.

---

\*IGOT-UL ✉ juioriobr@hotmail.com

Entre os principais países de origem está o Brasil. Também em Londres, um estudo intitulado «*Por uma vida melhor: brasileiros e brasileiras em Londres, 2010*» (GEB, 2011), constatou que 32,4% dos inquiridos emigraram para Londres com o objetivo de estudar.

Neste artigo, pretendemos dar a conhecer os resultados preliminares que estão a ser obtidos através de um outro Projeto, o THEMIS – *Theorising the Evolution of European Migration Systems*,<sup>1</sup> analisando as entrevistas que foram realizadas a migrantes retornados de origem brasileira, que escolheram Portugal e Reino Unido como países de destino. Desta forma, desejamos desenvolver um trabalho analítico, apoiado em evidências empíricas, de identificação de uma problemática ainda pouco explorada: a mobilidade internacional dos estudantes.

Para tal, começaremos o nosso artigo fazendo um enquadramento, não só teórico, mas também empírico sobre este tema, onde nos basearemos numa breve revisão bibliográfica e nas evidências empíricas que nos darão o mote para as questões que serão aqui levantadas.

Posteriormente apresentaremos o perfil dos entrevistados, a delimitação geográfica dos territórios investigados, a metodologia utilizada, as motivações destes estudantes e a razões para as suas mobilidades e os seus retornos.

## 1 Enquadramento

Segundo King, Findlay e Ahrens (2010, p. 46), o fenómeno da mobilidade internacional de estudantes ainda está «sub-pesquisado» e aparece «quase como um ponto cego no mapa das pesquisas em ciências sociais». Trata-se da análise de migrantes que se diferem dos demais devido às suas diversidades educacionais, competências, e nível de *status* (King, 2002).

Em 2009, «3 milhões de estudantes realizaram estudos no exterior» (OCDE *apud* Belta, 2009, p. 10). Este número tem aumentado 14,5% ao ano, com previsão de alcançar 10 milhões de estudantes até 2025, o que representa um crescimento de 233% em 16 anos. Em 2002, King já havia chamado a atenção para o facto de um em cada dez estudantes europeus estudar numa universidade de um outro país da União Europeia. Além disso, segundo este mesmo autor, desde o lançamento do «*Erasmus*», em 1987, cerca de 750 mil estudantes do terceiro ciclo passaram um período de 3 a 12 meses estudando no estrangeiro.

O Brasil, através do Plano de Ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a expansão da formação de estu-

---

<sup>1</sup> O THEMIS é um projeto internacional financiado pelo programa NORFACE – *New Opportunities for Research Funding Agency Co-operation in Europe*, que possui equipas de investigação em Portugal, Reino Unido (IMI, em Oxford), Países Baixos (Erasmus University, em Roterdão) e Noruega (PRIO, em Oslo). A questão de investigação principal deste projeto prende-se com: «*em que condições é que os movimentos migratórios iniciados por pioneiros na Europa dão origem à constituição de sistemas migratórios e em que condições é que isto não acontece ou os sistemas entram em declínio?*» Para tal, foram selecionados três países de origem: Brasil, Ucrânia e Marrocos, e este estudo deverá estar concluído em 2013.

dantes de pós-graduação, graduação e docentes no exterior, divulgou em Junho de 2011 que esta instituição havia apoiado, nos últimos cinco anos, cerca de 25 mil bolsheiros no exterior (considerando o somatório das bolsas ativas em cada ano), e que pretende conceder 40 mil novas bolsas de estudo no exterior até o final de 2014. Isto vai de encontro a política vigente no país que deseja, até ao final deste Governo, conceder 75 mil bolsas de estudo no exterior.

Estudar no exterior trata-se, portanto, de uma importante tendência nas migrações contemporâneas, que aparece no centro da «tensão» da mobilidade (de pessoas, mercadorias, capitais, meios de comunicação, ideias e etc), configura-se como uma migração de «livre-vontade», obedece a motivos não necessariamente económicos, e, por isso, nos obriga a pensar nas suas razões (King, 2002).

As evidências empíricas encontradas com o trabalho de campo realizado no Brasil em 2011, através do Projeto THEMIS, vão de encontro a tendência teórica apontada acima, revelando-nos que quase 50% dos brasileiros da nossa amostra, que migraram para Portugal e Reino Unido e vivem atualmente nas regiões metropolitanas de Campinas e Rio de Janeiro, o fizeram com o intuito de estudar. Destes, 82,6% emigraram entre os anos de 2006 e 2010.

Isto, para além de despertar-nos o interesse em perceber quais as motivações destes estudantes, fez-nos refletir sobre o perfil dos mesmos, as razões que influenciam este tipo de mobilidade, as razões que motivam o seus retornos, e se, apesar do retorno, delineiam projetos de migração futura.

## **2 Perfil dos Entrevistados**

Num universo de 90 entrevistas realizadas no Brasil, 48 dos migrantes retornados haviam emigrado para Portugal e Reino Unido. Destes, 23 (47,9%) o fizeram com o objetivo de estudar (aperfeiçoar os estudos e, no caso do Reino Unido, também aperfeiçoar a língua inglesa). Oito residem atualmente na Região Metropolitana de Campinas (Estado de São Paulo) e 15 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

### **2.1 Género**

Foi observado que 16 dos entrevistados (quase 70%) pertencem ao sexo feminino e somente 7 ao sexo masculino.

Segundo o Censo brasileiro de 2010, há de facto uma prevalência de mulheres a viverem no exterior: 54%. Também no estudo «*Por uma vida melhor: brasileiros e brasileiras em Londres, 2010*» (GEB, 2011, p. 8), uma maior participação de mulheres já havia sido verificada (61% da amostragem foi de mulheres).

## **2.2 Faixa etária**

Quanto a faixa etária, 10 dos entrevistados (43,5%) possuem menos de 25 anos; 5 (21,7%) possuem entre 26 e 30 anos; 4 (17,4%) entre 31 e 35 anos, um (4,3%) entre 36 anos e 40 anos, dois (8,7%) entre 41 e 45 anos e um (4,3%) mais de 46 anos. Ou seja, a maior parte dos entrevistados possuem menos de 25 anos.

O Censo brasileiro de 2010 também já havia verificado que mais da metade dos brasileiros que vivem hoje no exterior são jovens: cerca de 60% têm entre 20 e 34 anos. Ainda no estudo do GEB supra citado verificou-se que mais de dois terços dos brasileiros pesquisados tinham entre 25 e 39 anos de idade.

## **2.3 Estatuto Legal**

Também é importante observar que apenas dois desses entrevistados possuíam como estatuto legal a nacionalidade. A grande maioria emigrou com visto/autorização de residência temporária para estudar. Dois emigraram com visto/autorização para turista e apenas um estava indocumentado.

## **2.4 Data em que migraram para Portugal ou Reino Unido**

Quanto a data de migração, apenas um emigrou na década de 80 (1984), um na década de 90 (1997), e dois entre 2000 e 2005. Os outros 19 (82,6%) emigraram entre os anos 2006 e 2010. [Fonseca e Hortas \(2011, p. 98\)](#) também já haviam verificado que, «apesar das limitações dos dados disponíveis, podemos concluir que ao longo da última década tem havido um crescimento notável no número de estudantes internacionais, nomeadamente do Brasil, Angola e Cabo Verde» para Portugal.

## **2.5 Grau acadêmico e objetivo para a mobilidade**

A maioria dos entrevistados (15 – 62,2%) emigrou para Portugal e Reino Unido com o objetivo de enriquecer a graduação ou fazer uma pós-graduação (mestrado, doutoramento). Apenas 8 disseram terem embarcado para o Reino Unido com o intuito de «estudar a língua inglesa».

No caso de Portugal, segundo [Fonseca e Hortas \(2011\)](#), de 1994 a 2009 a proporção de bolsas concedidas a estudantes de doutoramento estrangeiros aumentou de 2% para 18% e de 14% para 31% para pós-docs, e houve um crescimento significativo no número e na proporção deste tipo de bolsas para os cidadãos brasileiros.

## **3 Delimitação Geográfica**

A escolha dos territórios de análise prendeu-se com os objetivos do Projeto THEMIS, em termos da captação da diversidade de fluxos migratórios para os

quatro países de destino participantes neste projeto.

Deste modo, foram selecionados os seguintes territórios:

### **3.1 Região Metropolitana de Campinas**

Esta Região está localizada no Estado de São Paulo, possui 2.832,297 habitantes e é a nona maior região metropolitana do Brasil (com 3.840,648 km<sup>2</sup>).

O Município de Campinas localiza-se a 96 km da cidade de São Paulo e possui, segundo estimativa populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2011, 1 088 611 habitantes.

O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais recente data de 2000, e é de 0,852, sendo que o do país é de 0,723. É responsável por pelo menos 15% de toda a produção científica nacional, sendo o terceiro maior polo de pesquisa e desenvolvimento brasileiro. Segundo o IBGE, em 2009 a cidade de Campinas possuía o 11º Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (R\$ 31.654.719.000).

### **3.2 Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também conhecida como «Grande Rio», possui 12.603,939 habitantes e é a segunda maior área metropolitana do Brasil (com 5.292,139 km<sup>2</sup>).

A cidade do Rio de Janeiro é a capital do estado e, segundo estimativa populacional do IBGE em 2011, possuía 6 355 949 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE, em 2009 possuía o maior PIB do Brasil (R\$ 175.739.349.000). O seu IDH, referente ao ano de 2000, foi considerado «elevado» pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): 0,842 e, na educação, o seu índice foi de 0,933 (muito elevado), quando comparado com o resto do Brasil (0,849). Contemplada por um grande número de universidades e institutos, é o segundo maior polo de pesquisa e desenvolvimento do país, responsável por 17% da produção científica nacional.

Entre os territórios selecionados pelo projeto THEMIS, também está a microrregião de Governador Valadares e áreas adjacentes, em Minas Gerais, que não entrará neste artigo pois, em nossa amostra, não houve nenhum retornado deste território que tenha emigrado para Portugal ou Reino Unido para estudar.

Deste modo, observando as características das regiões metropolitanas de Campinas e Rio de Janeiro começamos a compreender porque tantos estudantes provenientes desses municípios decidem emigrar com o intuito de estudar. O PIB de ambas as cidades é considerado elevado no Brasil e ambas são consideradas polos de pesquisa e desenvolvimento, sendo responsáveis por boa percentagem da produção científica nacional.



No estudo «*Por uma vida melhor: brasileiros e brasileiras em Londres, 2010*», (GEB, 2011, p. 9) apesar da amostra revelar que os brasileiros inquiridos eram provenientes de 20 das 27 unidades federativas do Brasil, o estado de São Paulo destacou-se com a maior parcela da mostragem (32,7%) e o estado do Rio de Janeiro contribuiu com uma parcela considerada «importante» para este estudo, de 7,8%. Ainda neste estudo (2011:10), é interessante observar que «quase três quartos dos pesquisados (73%) cursaram o ensino superior, sendo de 53% a parcela dos que concluíram o curso de graduação».

## 4 Metodologia

A metodologia utilizada pelo THEMIS constituiu-se na realização de entrevistas semiestruturadas a migrantes retornados e familiares de migrantes que vivem nos territórios que foram selecionados, e tiveram ou têm como países de migração os países responsáveis por este projeto (Portugal, Reino Unido, Países Baixos e Noruega).

Os inquiridos foram selecionados através do método de amostragem «bola-de-neve» e um guião foi utilizado para estruturar as entrevistas.

Após a transcrição de todas as entrevistas foi criado um «codebook» e, após terem sido anonimizadas, as mesmas foram codificadas através de um Programa chamado NVivo.

Neste artigo, iremos analisar apenas os códigos que julgamos serem os mais pertinentes para entendermos o perfil dos estudantes brasileiros que migraram para Portugal e Reino Unido, as motivações dos estudantes brasileiros para a mobilidade internacional e o seu posterior retorno.

## 5 As motivações dos estudantes brasileiros

A migração estudantil pode possuir motivações de carácter individual; ser um gesto de escape, uma aventura, um rito de passagem, a parte de um sonho de realização pessoal (King, 2002) e pode ter em acréscimo a tradicional motivação económica do trabalho. Para além disso, a mobilidade internacional de estudantes tem aparecido na agenda política atual de algumas economias emergentes, onde os governos, motivados por razões económicas e estratégicas, têm procurado desenvolver políticas de incentivo neste sentido. Este é o caso da China, Índia, Japão e Coréia do Sul, e mais recentemente do Brasil. Por isso, «observa-se um aumento contínuo das despesas globais em educação por parte dos poderes públicos e também das empresas e pessoas» (Zamberlam et al., 2009, p. 36).

Em nossa amostra, uma das motivações mais referidas foi a percepção de que hoje se vive no Brasil uma situação socioeconómica e política favorável:

«... com a nossa economia fervilhando e... está muito mais fácil pra você viajar pra fora.» **Mirtes – Lisboa – 2010.**

No entanto, também foi salientado que não podemos esquecer as diferenças socioeconómicas encontradas entre as diversas regiões brasileiras de origem, revelando tratar-se de um «movimento de elite»:

«a maioria (que emigrava) eram universitários assim, e a gente sabe que hoje a realidade de um universitário de uma Universidade Pública, é de uma família de uma classe minimamente boa, que ele teve condições de ter bom... bons estudos...» **Helena – Évora/Lagos - 2008**

Como [King, Findlay e Ahrens \(2010, p. 27\)](#) já haviam referenciado, «algumas dicas já foram dadas que os estudantes móveis representam, em certa medida, uma seleção “privilegiada” da população total de estudantes de terceiro grau». Isso faz com que os indivíduos em melhor situação estejam sempre prontos a «comprar» a educação e a formação ([Zamberlam et al., 2009](#)).

A facilidade encontrada nos diversos canais de comunicação (principalmente com a evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação) também foi uma das motivações mais mencionadas:

«Tem mais informação do que há 10 anos atrás... Acho que há 10 anos atrás o cara tinha que recorrer à uma AI, uma empresa. Hoje ele consegue, pela Internet, fazer muita coisa.» **Daniel – Londres – 2006**

Portanto, esta forma de migração, pode derivar, entre outras motivações, das novas tecnologias ([King, 2002](#)).

## **6 A mobilidade internacional dos estudantes brasileiros**

### **6.1 Razões para a mobilidade:**

Para justificar esse tipo de mobilidade, as principais razões alegadas pelos nossos entrevistados foram:

#### **6.1.1 Realizar parte da graduação em outro país;**

«... eu sempre tive vontade de ir, de fazer intercâmbio, de sair do país pra estudar. Não pra uma questão de trabalhar, eu tinha in-

tenção de aprimorar os meus conhecimentos...» **Cristiane – Porto  
- 2009**

## **6.2 Realizar parte de uma pós-graduação (mestrado ou doutoramento) em outro país;**

«... a minha orientadora queria a todo custo que eu morasse em Portugal seis meses, desde que eu comecei o doutorado.» **Sandra  
– Lisboa – 2010**

## **6.3 Aprender ou aperfeiçoar a língua inglesa;**

«... fui pra lá (Inglaterra) pra estudar inglês. Essa era a minha intenção.» **Milena - Londres – 1984**

Como já havia referido [King \(2002\)](#), a expansão das competências linguísticas é um fator que não podemos descuidar nas migrações contemporâneas.

Para além das razões acima, outros objetivos adjacentes aparecem nos discursos dos nossos entrevistados:

## **6.4 «Conhecer novas culturas»;**

«Sempre quis morar fora, sempre quis estudar fora, pela infra-estrutura, por todo assim... não só pelo estudo em si, mas pra conhecer outras culturas e outras coisas.» **Nilma – Coimbra – 2009**

## **6.5 «Ter uma experiência em outro país;»**

«... a experiência deles de vida, eles são muito amigos meus, é... pô me incentivou a ir também, a ter essa experiência fora também. Todos os meus amigos estão tendo as experiências internacional e tudo, eu tenho a oportunidade de ter eu vou batalhar pra ter, entendeu?» **Amadeo – Manchester - 2010**

## **6.6 «Enriquecer o currículo;»**

«... eu fui primeiro em busca de um diferencial no currículo.» **Mirela  
– Évora – 2008**

[King, Findlay e Ahrens \(2010, p. 24\)](#) já haviam chamado a atenção para o facto de «... ao que parece, eles (os estudantes) são mais motivados pela experiência geral de estudar ou trabalhar no exterior, do que pelo seu mérito intrínseco académico... »

## 7 Razões para a escolha do destino:

As razões para a escolha do destino não atuam separadas das principais razões da mobilidade. Entretanto, podemos distinguir fatores pessoais e institucionais que contribuem para a escolha de Portugal ou Reino Unido como países de destino.

### 7.1 Fatores pessoais:

a) O domínio da língua inglesa:

«E também tinha uma coisa que “casava” porque eu falo inglês, tenho um nível intermediário pra avançado de inglês.» **Joana**  
– **Oxford – 2010**

b) A falta de domínio de uma outra língua que não seja a língua portuguesa;

«... pra ir pra outro país qualquer, precisa provar proficiência na língua, e eu não tenho, não sei falar nenhuma outra língua a não ser português assim, o meu inglês é muito ruinzinho...» **Helena**  
– **Évora/Lagos – 2008**

c) O aperfeiçoar ou aprender a língua inglesa:

«Eu queria desenvolver também a língua inglesa, né, pegar uma prática de maneira que eu viesse a falar fluente mesmo...» **Vinícius**  
– **Londres - 2006**

### 7.2 Fatores institucionais:

a) Os convênios estabelecidos entre universidades brasileiras e universidades nos países de destino;

«Quando eu fui, que deu certo de eu ir, tinha na época um programa chamado Capes-GRICES, agora se não me engano é Capes-FCT. E nós conseguimos no ano de 2005 a aprovação desse convênio por 2 anos. E esse convênio tratava de bolsas de estudos, pago pelo Governo brasileiro, pra alunos de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, pra ficar de 3 meses até 1 ano em Portugal, na Universidade de destino...» **Maria** – **Aveiro – 2006**

Essa mesma entrevistada referiu,

«E agora a Dilma lançou mais um outro projeto, com um monte de bolsa...»

Segundo Zamberlam et al. (2009, p. 62), «a partir de 2001 uma tomada de posição marcante, no processo de integração do ensino superior, foi a criação de uma nova forma de intercâmbio por meio de “parcerias universitárias” e de “consórcios de universidades”». Inicialmente criada com países europeus e com os Estados Unidos isto acelerou a inserção internacional das universidades brasileiras, criando programas bilaterais que financiam projetos conjuntos de pesquisa e programas bilaterais que financiam parcerias universitárias. Mais recentemente, outras iniciativas têm incentivado, ainda mais, o número de estudantes brasileiros a completarem os seus estudos no exterior:

«Foi... no final de 2007, começo de 2008... Aí, depois disso, foi um “boom” assim. Todos os nossos amigos praticamente estarem na Europa.» **Mirela – Évora – 2008**

«... em 2009 foi um “boom”! Na nossa faculdade, foram várias pessoas, e aí foi quando teve a bolsa do Santander, que o Santander dava uma bolsa de, de... de quatro mil euros pra você passar os seis meses.» **Mirtes – Lisboa – 2010**

De acordo com a Superintendência de Convênios e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), embora os termos dos convênios variem de uma universidade para outra, de modo geral, garantem que o estudante brasileiro não pague taxas escolares na universidade estrangeira, mesmo que seja privada, e que o mesmo receba uma autorização/visto para estudar e permanecer no exterior durante o período necessário. Já outros programas de mobilidade internacional, como o do Santander, oferecem bolsas de estudo para estudantes brasileiros que queiram estudar, um semestre, em universidades estrangeiras, e prevê, até ao final de 2012, conceder mais de 21.000 bolsas deste género.

Em Julho de 2010, o blogue da Embaixada de Portugal no Brasil já noticiava: «*Brasileiros são o maior grupo de estudantes estrangeiros em Portugal*». Mais recentemente, em 2011, o Governo Federal brasileiro lançou o programa «Ciências sem Fronteiras», que passou a despertar, ainda mais, o interesse de universidades estrangeiras em estudantes brasileiros, visto que este programa irá custear as chamadas «bolsas sanduíche» (que permitem que o aluno cumpra parte da sua carga horária no Brasil e complete os estudos fora do país). Até 2015 devem ser concedidas 101 mil bolsas de estudos para cursos tecnológicos, de graduação e de pós-graduação. Em Fevereiro de 2012, já 578 estudantes brasileiros encontravam-se cursando pós-graduações no exterior através desse programa.<sup>2</sup>

Ainda em Fevereiro de 2012 o Portal «Porto 24» noticiava que, só a Universidade do Porto recebeu este ano mais de 1500 estrangeiros, dos quais «a larga maioria» vem do Brasil «através de convênios bilaterais entre a Universidade do

<sup>2</sup> [http://noticias.admite-se.com.br/empregos\\_correiobraziliense/template\\_interna\\_noticias,id\\_noticias=46641&id\\_sessoes=301/template\\_interna\\_noticias.shtml](http://noticias.admite-se.com.br/empregos_correiobraziliense/template_interna_noticias,id_noticias=46641&id_sessoes=301/template_interna_noticias.shtml)

Porto e universidades estrangeiras e de programas como o Erasmus Mundus».<sup>3</sup>

Em nossa amostra, dos nove estudantes que migraram para Portugal através de um intercâmbio acadêmico na graduação, quatro o fizeram para o Porto e destacaram o preparo com que a Universidade do Porto recebe os alunos brasileiros em mobilidade:

«...eles têm o costume de receber muitas pessoas do Brasil. Tem uma seção só de brasileiros, uma só de espanhóis, a grande maioria que estuda na Universidade são espanhóis e brasileiros e tem uma 3ª seção pros demais, assim.» **Lia – Porto - 2009**

No caso do Reino Unido, uma notícia divulgada pelo site do Ministério das Relações Exteriores no Brasil deu conta que, em Outubro de 2011, o *British Council* promoveu a maior feira já realizada na cidade de São Paulo, que reuniu 28 universidades britânicas.<sup>4</sup> Esta instituição britânica está, desde 1999, encarregada de liderar campanhas para promover a qualidade da imagem internacional do Sistema de Ensino Superior no Reino Unido e, assim, atrair mais estudantes estrangeiros. Segundo Rodrigo Gaspar, gerente de Promoção Educacional do *British Council* no Brasil, os dados de 2011 apontam para 1565 estudantes brasileiros em universidades britânicas, dos quais, 75% encontram-se em cursos de pós-graduação.

## 7.3 A operacionalização da mobilidade

### 7.3.1 Assistência recebida

A nível pessoal, o facto de se ter contactos no país de destino, ou pessoas que já lá estiveram, facilita muito para os estudantes que estão a ir. Como já havia referido King (2002), os migrantes que «compram» esses destinos medem, entre outras coisas, a familiaridade cultural e a existência de contactos sociais e familiares».

Alguns admitiram mesmo escolher o país devido a essa facilidade:

«...decidi ir pro Porto muito por ter... Essa menina que me ajudou na carta falou que estudou no Porto e adorou o Porto, a conhecida da minha mãe que ia arrumar a casa morava perto do Porto e falou que a Universidade do Porto era maravilhosa na área de desporto.» **Lia – Porto – 2009**

<sup>3</sup> <http://porto24.pt/porto/27022012/universidade-do-porto-recebe-mais-de-1500-estrangeiros-este-ano/>.

<sup>4</sup> <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/brasil-economico/2011/09/08/ciencias-sem-fronteiras-atrai-universidades>.

Isto, como já havia referido Dreher Poutvaara *apud* King, Findlay e Ahrens, 2010, p. 10, «reflete um axioma bem conhecido na teoria da migração, que é que os imigrantes tendem a ir a lugares ou países onde já existem imigrantes da mesma nacionalidade ou grupo étnico. Ainda segundo Zamberlam et al. (2009, p. 75), «a existência deste capital social no país de destino é um fator poderoso, influenciando a decisão de quem vai ou não se mover».

Financeiramente, para aqueles que não têm uma ajuda institucional, o apoio vem, normalmente, dos pais ou familiares. Alguns tentam, ainda, conciliar os estudos com um trabalho *part-time* no país de destino:

«Meu pai pagou a minha passagem e me deu mais um dinheiro que dava pra eu... pra eu me manter uns dois meses talvez, sem precisar trabalhar...» **Fábia – Londres – 2004**

«... valeu muito como experiência de vida, eu cresci muito lá, porque eu também tive que correr atrás pra conseguir me manter esse tempo todo...» **Helena – Évora – 2008**

Mas neste tipo de mobilidade, aqueles que vão no âmbito de algum programa de mobilidade universitário, podem contar com o apoio institucional da universidade a que pertencem e da universidade de acolhimento:

«... fiquei lá seis meses estudando no intercâmbio de sanduíche dá CNPQ né, que eles oferecem esse tipo de modalidade né de, de, de estudos, eles financiam a ida e tudo, aí eu fui nessa modalidade.» **Otávio – Leeds – 2006**

Já aqueles que decidem ir por conta própria podem recorrer às chamadas «Agências de Intercâmbio». No entanto, foi interessante observar que, apesar dessas agências afirmarem haver um aumento no número de pessoas que a procuram, existe uma tendência para não se recorrer mais a esse tipo de assistência, devido a facilidade com que se pode obter informações através da Internet (sites de pesquisa e redes sociais), para além dos contactos diretos com pessoas que estão ou já estiveram no país de destino:

«... eu acabei conhecendo uma amiga da minha irmã que morava em Londres nessa época que conseguiu comprar os cursos pra mim mais barato, ver tudo lá pra mim, do que eu ter que pegar aqui uma empresa como a “AA” ou a “Experiências”, que cobram muito mais caro.» **Daniel – Londres – 2006**

Vale salientar que, este tipo de migrante também costuma recorrer ao Consulado do País de Destino, no país de Origem, para obter informações antes de viajar.

## 7.4 Razões para o retorno

Foi interessante observar que todos os entrevistados que migraram com o objetivo de estudar demonstraram uma grande preocupação com a questão da legalidade. A maioria emigrou já com visto/autorização e, quando este caducou, os que quiseram permanecer nos países de destino esforçaram-se para conseguir a sua prorrogação. Aqueles que não conseguiram optaram por retornar ao Brasil, em vez de permanecerem na ilegalidade:

«... não dá pra você ter uma vida, né, uma vida pelo menos do jeito que eu gostaria de ter, não da pra você ter uma vida sem visto e aí passou a não fazer mais sentido ficar lá...» **Fábria – Londres – 2004**

Rocha (2010) já havia chamado a atenção para o facto do estatuto de académico, como categoria valorativa que qualifica a pessoa e a distingue burocraticamente de outros indivíduos, pouco ou nada influenciar, de modo a relativizar e mitigar quaisquer dificuldades que este tipo de imigrante possa ter. Ou seja, apesar do estatuto de estudante, este imigrante acaba por sucumbir às mesmas leis impostas à qualquer outro tipo de imigrante, tendo somente a «facilidade burocrática» em questões de vistos e autorizações, devido ao facto de, normalmente, já emigrar com essa documentação tratada.

Por isso, em muitas entrevistas, «o ter que regressar» e não «o querer regressar» está explícito. Para além da questão legal, outras razões que aparecem como determinantes para o retorno prendem-se com o facto destes estudantes «possuírem laços familiares» e «compromissos» no país de origem e «não quererem subempregos»:

«... eu tinha que voltar pra me formar... mas se eu pudesse, continuaria lá facilmente.» **Estela – Porto – 2010**

«... eu já tinha uma filha aqui, e então tinha isso também...» **Lucas – Londres – 1997**

«... Eu ví muita gente que foi ficando, foi ficando, foi ficando, e com 26 anos a pessoa falou: Pô, eu ainda nem comecei a faculdade! Trabalhavam só em sub-empregos? Sub-empregos, o que com 18, 19 anos é legal, mas se com 24 o cara volta pró Brasil, entra na faculdade com 25, sai da faculdade com 29, não consegue emprego, é difícil! Então eu achei que tinha que voltar.» **Daniel – Londres – 2006**

## Conclusões

Nesta amostra, dos 23 entrevistados que afirmaram terem tido como razão para emigrar o estudo, 11 o fizeram para Portugal e 12 para o Reino Unido.



Dos que emigraram para Portugal, a grande maioria, ou seja, nove dos entrevistados emigraram através de um intercâmbio acadêmico na graduação e apenas dois o fizeram com bolsa de estudos na pós-graduação.

Dos que emigraram para o Reino Unido, a maioria, ou seja, oito o fizeram com o intuito de aprender/ aperfeiçoar a língua inglesa, quatro afirmaram terem ido para prosseguir com os estudos na pós-graduação.

Observou-se, portanto, uma grande importância dada ao aprendizado da língua inglesa. Daí o porquê da grande maioria que escolhe o Reino Unido o fazer com o objetivo de aprender ou aperfeiçoar essa língua e, por outro lado, a escolha sobre Portugal recair, sobretudo, devido a falta de domínio de uma outra língua. Tendo como base uma pesquisa da *National Union of Students*, King, Findlay e Ahrens (2010, p. 24) já haviam referido que quando estudantes Erasmus foram questionados sobre as razões, avaliações e experiências de mobilidade, 61% apontaram «melhoria nas competências linguísticas».

Apesar desses mesmos autores terem afirmado que, «as evidências sobre o verdadeiro valor acrescentado de estudos no estrangeiro continuam a ser extremamente escassas», outro fator apontado por grande parte dos nossos entrevistados foi o valor acrescido ao currículo no Brasil, quando se tem uma experiência de mobilidade estudantil internacional. Na pesquisa da *National Union of Students* referida acima, King, Findlay e Ahrens também haviam evidenciado que 72% dos inquiridos consideraram «ter melhores perspectivas de emprego» uma das razões para a mobilidade.

Em nossas entrevistas, alguns dos inquiridos deixaram claro que conseguiram melhores oportunidades profissionais após a experiência de mobilidade internacional:

«Quando eu voltei, há pouco tempo, eu concorri a uma vaga no DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, e fui aprovada. . . . uma das coisas que eles falaram foi que me selecionaram por causa da minha experiência, seu currículo destacava perto dos outros porque você fez a “sanduíche” fora. Então acho que valoriza bastante sim.» **Beatriz – Londres – 2010**

Para além disso, «conhecer outras culturas» e «ter uma experiência fora do país de origem», foram outros objetivos evidenciados.

Ainda nesta amostra observou-se uma tendência migratória para o estudo mais acentuada a partir de 2006. Através dos resultados obtidos constatamos que a motivação é muito estimulada pelas redes sociais estabelecidas com outros estudantes que já estiveram, ou ainda estão, em Portugal ou no Reino Unido. Almada (2010, p. 240) já havia chamado a atenção para o facto dos fluxos migratórios estarem «sempre em redes estabelecidas e a estabelecer». Zamberlam et al. (2009, p. 75) também já haviam referenciado que, «a rede possibilita que os migrantes se movam num contexto de relativa certeza.»

Aliado à isto, observamos também o crescente incentivo dado à mobilidade internacional de estudantes nas universidades brasileiras. Entre os programas universitários, só o de Mobilidade Acadêmica da UNIRIO, que tinha no segundo semestre de 2009 quatro estudantes em mobilidade internacional, teve, no segundo semestre de 2011, este número aumentado para 26.<sup>5</sup>

Também em 2011 foi lançado a nível governamental o programa «Ciências sem Fronteiras», e ainda mais recentemente o «Programa de Bolsas de Intercâmbio para Alunos de Graduação» da Universidade de São Paulo (USP) – considerada a melhor universidade do Brasil no *Ranking Web of World Universities* de 2012. Este programa é inédito e oferecerá mais de 1.000 bolsas de estudos no exterior, distribuídas em duas modalidades: «Bolsa Mérito Acadêmico» e «Bolsas de Empreendedorismo».

A percepção das condições sociais, políticas e económicas no Brasil, como estas têm melhorado ao longo dos anos, sobretudo em determinadas regiões brasileiras, foi outro fator apontado pelos inquiridos para explicar o aumento no fluxo de estudantes brasileiros em mobilidade internacional. Rocha (2010) já havia chamado a atenção para o facto de, historicamente, desde 1700 a percepção no afluxo de estudantes brasileiros ter como consequência a dinamização económica no Brasil.

Hoje, também devido às novas tecnologias da informação e da comunicação, há mais informação, mais acesso à informação e, com isso, mais facilidade para se planear as viagens. Almada (2010, p. 240) também já havia referido que, «hoje as imigrações são dadas também com existência às informações de acesso do destino.»

Apesar disso, e do facto de muitos estudantes terem revelado que «não puderam» permanecer no país de destino, por terem laços familiares e compromissos no Brasil e não quererem, sobretudo, ficarem de forma ilegal, a grande maioria disse que só voltaria a emigrar em contextos muito particulares:

«... a nível académico eu tenho vontade sim de voltar, mas assim, pra morar, pra trabalhar não.» **Cristiane – Porto – 2009**

Isso demonstra que, apesar da dinamização da economia brasileira provocar uma maior mobilidade estudantil, é esta mesma dinamização a responsável por uma posterior fixação destes estudantes no Brasil.

---

<sup>5</sup> <http://www2.unirio.br/unirio/relacoesinternacionais/portugues/programa-de-mobilidade-academica-em-numeros>.

## Referências

- Almada, P. (2010) «Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra (APEB-Coimbra): Desafios e perspectivas para a imigração estudantil e política-científica em Portugal» in *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*.
- BELTA (2009) *Estudo de Inteligência de Mercado para o Segmento de Estudos e Intercâmbio*.
- CAPES/MEC (2011) *Plano de ação da CAPES para expansão da formação de estudantes de pós-graduação, graduação e docentes no exterior*.
- Fonseca, M. e Hortas, M. (2011) «International Students in Portugal» in *Canadian Diversity*, 8 (5), pp. 98–104.
- GPEARI (2011) *Vagas e Inscritos no Ensino Superior [2000-2001 a 2009-2010]*.
- GEB (2011) *Por uma vida melhor: brasileiros e brasileiras em Londres, 2010*.
- IOM (2010) *World Migration Report 2010 - The Future of Migration: Building Capacities for Change*.
- King, R. (2002) «Towards a New Map of European Migration» in *International Journal of Population Geography*, N.º 8, pp. 89-106.
- King, R., Findlay, A. e Ahrens, J. (2010) *International student mobility literature review*, Report to HEFCE, and co-funded by the British Council, UK: National Agency for Erasmus.
- Rocha, F. (2010) «Noções de imigração e cultura na era da globalização: o caso dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra» in *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*.
- Zamberlam, J. et al. (2009) *Os estudantes internacionais no processo globalizador e a internacionalização do ensino superior*, Porto Alegre: Solidus.

### Sites acedidos:

IBGE, <http://www.ibge.gov.br>, acedido em 25 de Abril de 2012.

«Cerca de 150 mil brasileiros moram em Londres, diz estudo» em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u357790.shtml>, acedido em 25 de Abril de 2012.

«Brasileiros são o maior grupo de estudantes estrangeiros em Portugal» em <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.pt/2010/07/brasileiros-sao-o-maior-grupo-dos.html>, acedido em 25 de Abril de 2012.

«Universidade do Porto recebe mais de 1500 estrangeiros esse ano» em <http://porto24.pt/porto/27022012/universidade-do-porto-recebe-mais-de-1500-estrangeiros-este-ano/>, acessido em 25 de Abril de 2012.

«Ciências sem Fronteiras atrai Universidades Estrangeiras» em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/brasil-economico/2011/09/08/ciencias-sem-fronteiras-atrai-universidades>, acessido em 25 de Abril de 2012.

«Brasileiros procuram graduação estrangeira» em <http://operacoescambiais.terra.com.br/noticias/pessoa-fisica-3/brasileiros-procuram-graduacao-estrangeira-325>, acessido em 20 de Maio de 2012.

OECD (2011) *Education at OECD Publishing* em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2011-en>, acessido em 25 de Abril de 2012.

Programa de Mobilidade Acadêmica em Número – UNIRIO - <http://www2.unirio.br/unirio/relacoesinternacionais/portugues/programa-de-mobilidade-academica-em-numeros>, acessido em 7 de Maio de 2012.

Superintendência de Convênios e Relações Internacionais da UFRJ – <http://www.scri.ufrj.br/>, acessido em 7 de Maio de 2012.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm), acessido em 9 de Maio de 2012.

Programa Santander Universidades Mobilidade Internacional, <http://www.santanderuniversidades.com.br/Paginas/iesbolsaluso.aspx>, acessido em 20 de Maior de 2012.

MEC, <http://painel.mec.gov.br/>, acessido em 19 de Maio de 2012.



## Imigrantes brasileiros em Lisboa e utilização dos serviços de saúde

*Lyria Reis\**

*Natália Ramos†*

### Resumo

Nos últimos 30 anos, cidadãos brasileiros passaram a fazer parte do conjunto de indivíduos que buscam novos países para viver e Portugal surgiu como um dos países de eleição. Os imigrantes passam por um processo de adaptação ao novo contexto, que será mais ou menos facilitado, mais ou menos harmonioso ou problemático, de acordo com as condições individuais, coletivas e ainda, das políticas dos países que acolhem as populações imigrantes. Esta comunicação tem como objetivo apresentar alguns resultados de uma investigação de doutoramento a partir de uma abordagem biopsicossocial dos determinantes de saúde. Foi realizada uma investigação exploratória, descritiva e transversal com objetivo de conhecer e compreender os determinantes da saúde de imigrantes brasileiros na região de Lisboa. Os principais resultados indicam que o processo de adaptação a que o imigrante é sujeito, as alterações de contexto, associadas às características biopsicossociais de cada indivíduo, influencia os comportamentos relacionados à saúde.

**Palavras-chave:** saúde; imigrantes brasileiros; serviços de saúde; aculturação.

### Introdução

Nos últimos 30 anos, os cidadãos brasileiros passaram a fazer parte do contingente de indivíduos que buscam novos países para viver, temporária ou permanentemente. É muito antigo o movimento de pessoas entre Portugal–Brasil–Portugal. Desde há muito tempo que brasileiros e portugueses atravessam o oceano Atlântico pelos mais diversos motivos. Devido a diversos fatores e entre eles as relações históricas entre Portugal e Brasil, a situação económico-política do Brasil nos anos 80 do século passado, as dificuldades para obter visto para os Estados Unidos, fizeram com que houvesse um aumento do fluxo de brasileiros para Portugal que surgiu como uma opção de destino para um grande número de brasileiros emigrantes, principalmente nos anos 90 do século passado e nos primeiros 10 anos do século XXI. Em 2010, viviam em Portugal 119.363 imigrantes brasileiros com situação regularizada junto ao Serviço de Estrangeiros e

\*CEMRI – Universidade Aberta: ✉ lyriareis@gmail.com

†CEMRI – Universidade Aberta: ✉ natalia@uab.pt

Fronteiras, sendo 66.885 (56%) do sexo feminino e 52.478 (44%) do sexo masculino (SEF, 2011).

Os indivíduos que migram passam por um processo de adaptação ao novo contexto, que será mais ou menos facilitado, mais ou menos harmonioso ou problemático, de acordo com as condições individuais, coletivas e, ainda, das políticas dos países que acolhem os imigrantes. O processo de adaptação, a aculturação psicológica, poderá processar-se de diversas formas e de formas diferentes para cada indivíduo no seu grupo e também nos diversos aspetos na vida de uma pessoa. Neste sentido, um dos aspetos importantes a ser investigado são os processos de adaptação relacionados à saúde desses indivíduos que se deslocam voluntariamente ou não.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde-OMS, a saúde é o completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. A saúde é, também um direito básico fundamental para todas as pessoas, nomeadamente, para os migrantes (Ramos, 2009) constante no 25º artigo, item 1 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* onde «toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários...»

Para se ter saúde e ser saudável são apontados fatores vários, tais como, ter uma boa alimentação, realizar higiene pessoal, desenvolver hábitos de vida saudáveis, ter acesso à educação, ao lazer e à cultura, ter condições de habitação dignas, viver em ambientes saudáveis e estar integrado socialmente. A saúde não pode ser analisada, somente, do ponto de vista biológico ou físico mas, também, em relação aos fatores psicológicos e comportamentais ligados aos estilos de vida e à qualidade de vida e, ainda, aos contextos culturais, sociais, económicos e políticos em que vivem as pessoas e os grupos (Ramos, 2004, 2008).

Desse modo, diversos são os fatores que vão condicionar e determinar a saúde dos indivíduos e dos grupos, os chamados determinantes de saúde. Entre eles estão os fatores individuais biológicos e psicológicos, pela forma como cada indivíduo reage e interage com o seu meio.

São determinantes da saúde os aspetos biológicos (idade, sexo, fatores genéticos), os psicológicos (tipos de personalidade, capacidades de resiliência e adaptação), os estilos de vida adotados (hábitos e comportamentos relacionados à saúde), o capital social e as redes sociais e comunitárias (que dão suporte social e entreaajuda), os aspetos socioeconómicos individuais (condições económicas e sociais de educação, habitação, trabalho, alimentação) e coletivos, como a existência de saneamento básico, existência e acesso a educação, emprego, políticas sociais inclusivas e, ainda, a existência e o acesso aos serviços sociais e de saúde (Ramos, 2004).

Para além dos determinantes da saúde, o processo saúde-doença em contexto migratório está intimamente relacionado a aspetos cognitivos e de perceção individual, a estereótipos, preconceitos e discriminação (Ramos, 2010), e aos processos e capacidade individual e coletiva de adaptação ao novo ambiente e à nova

cultura. Os processos de adaptação em contexto migratório são complexos, interrelacionais e multidimensionais e poderão influenciar a saúde de uma forma geral, isto é, ao nível físico, como ao nível mental (Ramos, 2004, 2008, 2009). Em contexto migratório devem ser considerados também, o acesso e a utilização de serviços de saúde pelos imigrantes, tanto no sentido do indivíduo, quanto no dos serviços, isto é, se o imigrante procura os serviços e por que motivos e se a legislação dos países de acolhimento favorece o acesso dos imigrantes a esses serviços.

A utilização dos serviços de saúde, principalmente de forma preventiva, pode ser considerada um comportamento de saúde ou seja, um comportamento de proteção à saúde que Matarazzo (1984 in Ogden, 1999) define como um comportamento positivo ou um comportamento imunogénico.

Com o crescimento do número de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal nas últimas décadas, houve uma evolução das políticas públicas para a integração dos imigrantes e uma adaptação da legislação sobre o acesso dos imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde.

Em geral, com o aumento da população imigrante em Portugal e com alguns estudos já realizados anteriormente, a legislação portuguesa tem evoluído no sentido de que os imigrantes possam ter acesso a saúde. Atualmente praticamente não existem barreiras políticas e legislativas quanto ao acesso dos imigrantes aos centros de saúde e hospitais do Serviço Nacional de Saúde (SNS), mesmo em situação irregular. O Despacho N.º 25.360/2001 (2.ª série) do Ministério da Saúde (DR, 2001) permite o acesso aos serviços de saúde dos cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. Entretanto, poderão ainda ocorrer algumas situações pontuais de falta de informação ao nível administrativo, de pouca informação por parte dos imigrantes, algumas dificuldades de comunicação entre os utentes, os profissionais e as instituições de saúde (Ramos, 2004). Mais recentemente, o aumento das taxas moderadoras poderão constituir uma dificuldade acrescida de acesso, não só aos imigrantes mas, também, aos cidadãos nacionais, sobretudo, aos de fracos recursos económicos.

## 1 Objetivos

Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns resultados de uma investigação dedicada a uma análise biopsicossocial dos determinantes de saúde. Foi realizada uma investigação exploratória, descritiva e transversal, e os dados recolhidos analisados quantitativa e qualitativamente. Participaram deste estudo 120 imigrantes brasileiros residentes na região de Lisboa há pelo menos um ano, entre os anos de 2009 e 2010, os quais após o devido esclarecimento, verbal e por escrito, concordaram em colaborar com a pesquisa.

Esta investigação teve como objetivo conhecer e compreender a situação social e migratória de imigrantes brasileiros na região de Lisboa, a sua relação com a saúde e a doença e os diversos aspetos que determinam e condicionam a adaptação relacionada à saúde dos imigrantes, no âmbito dos estilos de vida



relacionados às doenças crónicas.

Os entrevistados foram questionados sobre aspetos sociodemográficos, referentes ao processo migratório, às condições habitacionais, às condições laborais, às condições de saúde relacionadas às doenças crónicas e, também, ao acesso e utilização de serviços de saúde, no período anterior à migração no Brasil e no período pós migratório em Portugal e aos hábitos e estilos de vida relacionados às doenças crónicas (consumo de álcool, tabagismo, prática de atividade física, alterações alimentares e de peso).

## **2 Amostra**

A amostra foi constituída de forma não-probabilística onde se incluíram 120 imigrantes brasileiros (67 mulheres e 53 homens), residentes na região de Lisboa, com idades compreendidas entre os 19 e 64 anos (média = 30,8; mediana = 30; moda = 27), a maioria (75%) com idade inferior a 34 anos, constituindo-se como uma população bastante jovem.

Quanto ao tempo de residência, os imigrantes tinham entre 1 e 17 anos de residência em Portugal, a maioria dos participantes tendo menos de 7 anos de residência na altura da entrevista. Quanto à auto-identificação, no que diz respeito à raça/cor, 63,3% consideram-se brancos, 25,8% pardos ou mulatos, 3,3% negros, 4,2% indígena e 3,3% amarelo. Nesta investigação foi utilizada a nomenclatura utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE para a classificação quanto à raça/cor da população brasileira.

Quanto à escolaridade 5% tinham primeiro grau incompleto (equivalente ao 9º ano); 20% tinham o primeiro grau completo; 51,7% tinham o segundo grau completo (equivalente ao 12º ano); 10,8% tinham curso superior completo (licenciatura ou bacharelato); 12,5% tinham uma pós-graduação ao nível de especialização, mestrado ou doutoramento.

No que diz respeito ao estado civil, 49% dos indivíduos da amostra eram casados ou viviam em união de facto, 44% eram solteiros e 7% separados ou divorciados.

Quanto à região/estado de origem, onde viviam antes de emigrar para Portugal, 35 entrevistados viviam no estado de Minas Gerais; 17 viviam no estado do Paraná; 14 viviam no estado de São Paulo; 12 viviam no estado da Bahia; 8 viviam no estado de Goiás; 7 no estado de Rondônia; os restantes estavam distribuídos por mais 11 estados brasileiros e Distrito Federal, existindo 17 unidades federativas emissoras de emigrantes. Na nossa amostra não foram identificados emigrantes dos estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins.

Os motivos migratórios foram muito diversos sendo, muitas vezes uma conjugação de fatores (económicos, sociais, psicológicos/emocionais) e também foi bastante importante a rede social já existente de contactos entre brasileiros resi-

dentes em Portugal e no Brasil.

Os participantes foram inquiridos quanto aos diversos aspetos considerados determinantes da saúde numa abordagem biopsicossocial. Neste trabalho apresentamos alguns resultados sobre a utilização dos serviços de saúde, tanto em Portugal, quanto no Brasil.

### **3 Análise e discussão de alguns resultados**

Nos resultados da investigação observou-se que aproximadamente 77% dos brasileiros entrevistados utilizavam o Sistema Único de Saúde–SUS no Brasil e os restantes utilizavam serviços de saúde privados e tinham seguros de saúde. Cerca de 76% dos brasileiros residentes na região de Lisboa já utilizaram serviços de saúde em Portugal.

O Serviço Nacional de Saúde foi o mais utilizado onde, 84% já procuraram o SNS. Os serviços de urgência e emergência (hospitais e urgências) foram os mais procurados entre os entrevistados com 37,5% dos entrevistados a utilizar este tipo de serviço de atenção à saúde quando necessitou. Em seguida, surge a procura pelos Centros de Saúde com 21,7% dos entrevistados a indicar este tipo de serviço como já tendo sido utilizado em Portugal. Os serviços de saúde privados foram procurados por 9,2% dos entrevistados desta investigação. Os Centros de Saúde e Serviços de Urgência, em conjunto, foram os serviços utilizados por 4,2% dos participantes; 3,3% procuraram resolver problemas de saúde recorrendo às farmácias; 0,8% procurou os Centros de Saúde e serviços privados. Importa ressaltar que, embora residentes em Portugal há mais de um ano, 23,3% dos entrevistados não recorreram a nenhum tipo de serviço de saúde.

Cerca de 80% dos entrevistados tem o cartão de utente do SNS. Dos 120 participantes, 25 deles, ou seja, 20,8% relataram alguma dificuldade no acesso aos serviços de saúde, muito embora, a dificuldade relatada nem sempre foi uma barreira real de acesso, ou seja, ao não atendimento nos serviços de saúde.

As dificuldades mais relatadas foram principalmente, a demora nos atendimentos. Foram ainda citadas como dificuldades vários motivos, como mostram os testemunhos dos entrevistados: *«falta de informação por parte dos serviços»*; *«pouca paciência dos funcionários e médicos que gritam com você, não te ouvem e fazem você esperar»*; *«dificuldade para conseguir uma consulta e, principalmente, o tempo de espera para ser atendido nas consultas e a demora na marcação de exames»*; *«aqui não há encaminhamento para as especialidades»*; *«falta de profissionais»*; *«aqui eu tive que pagar para ter o atendimento»*; *«tive dificuldade na comunicação com os médicos, não te ouvem»*; *«burocracia com papéis e dificuldade para fazer o cartão de utente por não ter segurança social e contrato de trabalho»*; *«a diferença de atendimento quando vai só ou acompanhado de um cidadão nacional»*; *«má vontade no atendimento e dificuldades para conseguir fazer exames de rotina»*, etc. Alguns imigrantes também relatam a diferença em procedimentos técnicos que, por comparação, causam estranheza nos utentes entrevistados.

Diversos autores relatam diferença entre a procura dos serviços de saúde entre homens e mulheres. Estas, tendencialmente procuram mais serviços de saúde principalmente relacionados à prevenção e os homens procuram, sobretudo, em situação de doença. A menor procura dos serviços de saúde pelos homens estaria relacionada aos ideais de masculinidade, ao considerar-se forte, viril e invulnerável, enquanto o cuidar faria parte do universo feminino (Pinheiro et al., 2002; Gomes, Nascimento e Araújo, 2007). Em contexto migratório, a procura por serviços de saúde no país de acolhimento, também está relacionada com a situação do imigrante (estar em situação regular ou irregular) e, também, do modo como essa situação migratória é percebida, temporária ou permanente. Os imigrantes, geralmente, trabalham em empregos com uma grande carga horária, ou mesmo, em mais de um emprego, para poder reunir e enviar dinheiro para as suas famílias no país de origem, tendo pouco tempo disponível para outras atividades, nomeadamente, de prevenção e de cuidados de saúde. A investigação de Ramos et al. (2009) com 95 homens e mulheres imigrantes brasileiros em Portugal, salienta que, tanto homens, como mulheres, trabalham mais horas em situação migratória, do que trabalhavam no Brasil.

A procura por serviços de saúde também está condicionada pelas crenças e comportamentos que as pessoas têm relacionados à saúde e, também, pelas condições socioeconómicas. Para além, das crenças individuais relativamente à saúde e ao modo como os indivíduos percebem e vivenciam a sua situação migratória, soma-se o desconhecimento relativamente ao modo de funcionamento dos serviços de saúde, o que pode gerar dificuldades acrescidas na busca por esses serviços (Ramos, 2004, 2008, 2009).

No estudo de Ramos et al. (2009) verificou-se que os imigrantes brasileiros mais jovens, com menor estadia migratória em Portugal e que trabalhavam mais horas, procuravam menos os serviços de saúde (centros de saúde e hospitais), do que os restantes migrantes brasileiros estudados.

A dificuldade de comunicação em contexto migratório poderá ser um entrave a uma relação eficaz e adequada entre utente migrante e profissional de saúde. Segundo Ramos (2004; 2008) as dificuldades em estabelecer uma relação compreensiva, empática e afetiva poderão levar os profissionais de saúde a uma situação de distanciamento ou de reduzida comunicação, originar dificuldades do utente migrante em compreender os quadros referenciais sociais e gerar confusão, ansiedade e angústia no utente/doente migrante. Portugal e o Brasil, são países que falam a língua portuguesa, contudo, existem códigos culturais, posturas do corpo e formas de falar diferentes nas suas várias regiões, tanto dentro do Brasil, quanto entre brasileiros e portugueses, os quais podem ser percebidos diferentemente e constituir uma dificuldade e barreira na comunicação.

Os participantes deste estudo, também foram inquiridos quanto à frequência de procura por serviços preventivos de saúde, pré e pós migração. Os indivíduos podiam responder: «nunca, só procuro serviço quando estou doente»; «entre 1 a 3 anos»; «1 vez ao ano». Foram observadas grandes alterações nesta dimensão, como se pode observar no gráfico 1, registando-se que os homens em situação migratória deixam mais de procurar os serviços preventivos do que as

mulheres.

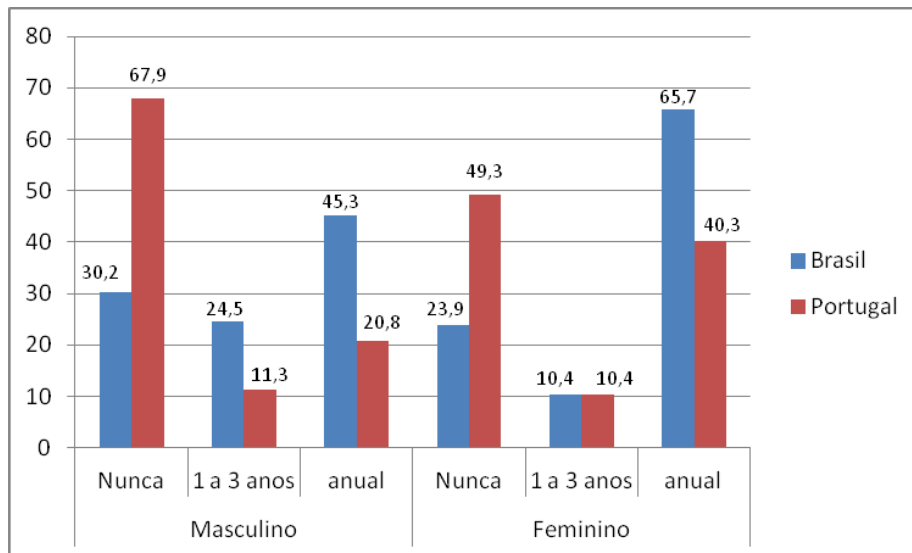


Gráfico 1: Busca por serviços de saúde para prevenção

Para além da diminuição nas percentagens verificadas no gráfico 1, através do teste de Wilcoxon foi possível verificar uma alteração estatisticamente significativa entre o antes e depois da migração ( $Z = -5,363$ , n.º empates = 73,  $p = 0,000$ ). Em 43 casos, a frequência de consultas médicas foi maior no Brasil que em Portugal, em 73 casos manteve-se a mesma frequência e em 4 casos, a frequência de consultas médicas foi maior em Portugal que no Brasil.

Nas entrevistas foram observados, também, a utilização transnacional de serviços onde, imigrantes vivendo há algum tempo no país, mantêm a sua rotina de saúde preventiva no Brasil ou, como em 3 casos, 3 mulheres entrevistadas que tiveram necessidade de fazer cirurgias eletivas não urgentes, fizeram exames e análises em Portugal, sendo o procedimento cirúrgico realizado no Brasil, procurando nas suas relações de contatos, de amizade ou familiares, profissionais de saúde «de confiança».

## Conclusões

Concluimos que, na amostra investigada, cerca de 23,3% dos entrevistados, embora residentes em Portugal há pelo menos um ano, não procuraram serviços de saúde. Dos que já procuraram, 37,5% procuraram os hospitais ou serviços de urgência, indo ao encontro de outros estudos, com imigrantes brasileiros (Ramos et al., 2009) ou com imigrantes de outras nacionalidades (Ramos, 2004, 2008).

Foi possível observar uma alteração nos comportamentos relacionados à

saúde, nomeadamente com uma diminuição da procura por serviços de saúde para prevenção e constatou-se uma maior diminuição do género masculino no acesso aos serviços de saúde. Cerca de 21% dos participantes relataram algumas dificuldades em relação aos serviços de saúde que utilizaram, principalmente no que diz respeito ao tempo de espera para consultas.

No processo de adaptação em relação à saúde a que os imigrantes brasileiros em Portugal estão sujeitos, as alterações de contexto, associadas às características biopsicossociais, às crenças relacionadas à saúde de cada indivíduo e a condição de imigrante, vão influenciar os comportamentos relacionados à saúde, nomeadamente o tipo de serviço que procuram e, também, a procura por serviços preventivos como os rastreios para prevenção e deteção precoce de doenças.

Faz-se necessário também o aumento do conhecimento das informações sobre o funcionamento dos serviços de saúde e modo de acesso aos mesmos por parte dos brasileiros imigrantes e sobre os acordos existentes sobre a segurança social entre os dois países que poderão contribuir para a diminuição das dificuldades relatadas.

## Referências

- Diário da República – II Série (2001) *Despacho nº 25.360/2001 (2ª série)*: Ministério da Saúde, pp. 20597-20598.
- Gomes, R., Nascimento, E. e Araújo, F. (2007) «Porque os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior» in *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23 (3), pp. 565-574.
- Machado, I. (Org.) (2006) *Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal*, São Carlos: EdUFSCar.
- Malheiros, J. (Org.) (2007) *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- Ogden, J. (1999) *Psicologia da Saúde*, Lisboa: Climepsi.
- Organização das Nações Unidas – ONU (1948) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em [http://www.prr3.mpf.gov.br/imagens/boletim\\_info/dudh-onu.pdf](http://www.prr3.mpf.gov.br/imagens/boletim_info/dudh-onu.pdf).
- Pinheiro, R., Viacava, F., Travassos, C. e Brito, A. (2002) «Gênero, morbidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil», in *Ciência & Saúde Coletiva*, Vol. 7, N.º 4, pp. 687-707.
- Ramos, N. (2004) *Psicologia Clínica e da Saúde*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Ramos, N. (2008) «Interculturalidade e comunicação nos cuidados de saúde», in Ramos, N. (Org.) (2008) *Saúde, migração e interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*, João Pessoa: EdUFPB.

Ramos, N., Coutinho, M. e Ramos, M. (2009) «Imigrantes Brasileiros em Portugal: Saúde, Inclusão e Identidade», in *X Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais – Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*, Braga, 04 – 07 de Fevereiro de 2009.

Ramos, N. (2009) «Saúde, Migração e Direitos Humanos», in *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 17 (1), São Paulo, pp. 1–11. Disponível em <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MUD/article/viewPDFInterstitial/1924/1938>.

Ramos, N. (2010) «Interculturalidade e Alteridade: dinâmicas, contextos e políticas», in Toutain, L., Serafim, J. e Geffroy, Y. (Org.). (2010) *Perspectivas em informação visual: cultura, percepção e representação*, Salvador: EDUFBA, pp. 42–56.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF (2011) *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2010*, Lisboa: SEF. Disponível em [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf).



## Cuidados de saúde materno-infantis em imigrantes brasileiras no Porto

*Lígia Moreira Almeida\**

*José Caldas†*

### Resumo

A gravidez e maternidade constituem períodos de vulnerabilidade acrescida na mulher migrante. Efetuou-se uma pesquisa qualitativa preliminar a fim de caracterizar a atenção em saúde prestada ao coletivo populacional brasileiro no que concerne aos cuidados materno-infantis, considerando-se as suas variáveis mais decisivas: acesso, utilização e qualidade dos cuidados recebidos durante este período, validadas pela perspectiva das usuárias, permitindo a construção de uma visão holística e integrada deste fenómeno. O presente estudo resulta da recolha de informação privilegiada obtida entre mulheres brasileiras, independentemente da situação documental, com residência na área metropolitana do Porto através de entrevistas semiestruturadas com membros da Associação Mais Brasil, entre outras. Resultados iniciais apontam para uma certa insatisfação das brasileiras no que concerne à qualidade da informação veiculada pelos profissionais de saúde, às competências de comunicação destes profissionais, a que acresce a perceção de um reduzido acesso a especialidades clínicas, sobretudo nos cuidados de saúde primários.

**Palavras-chave:** imigrantes brasileiras; utilização e qualidade de cuidados; saúde materno-infantil.

### Introdução e estado da arte

Em Portugal, nos últimos anos, os censos demonstram que os fluxos migratórios desempenharam um importante papel contrariando o envelhecimento demográfico (natalidade decrescente entre mulheres autóctones, sendo as migrantes que mais contribuem para a manutenção das taxas de fertilidade, fecundidade e nascimentos) (Caldas, 2007; Padilla e Miguel, 2009; Padilla et al., 2009).

---

\*MA, Psicologia da Saúde; Doutoranda em Saúde Pública; Bolseira de Investigação – Instituto de Saúde Pública, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (ISPUP/FMUP) – Iberoamerican Observatory of Health and Citizenship: ✉ ligia.almeida@fpce.up.pt, healthandcitizenship@fpce.up.pt

†PhD, Saúde Pública e Sociologia; Investigador e Docente – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE/FPCEUP) – Iberoamerican Observatory of Health and Citizenship: ✉ jcaldas@fpce.up.pt; healthandcitizenship@fpce.up.pt



Os mais recentes fluxos migratórios (num quadro social anterior à crise económica mundial, sendo que não existem dados atualizados que não puramente empíricos do enquadramento da realidade contemporânea) apontam, concordantemente, a feminização da migração e a participação crescente das mulheres imigrantes na demografia europeia (Dias e Rocha, 2009; Fonseca et al., 2009; Martins et al., 2010). Muitos dos países têm procurando melhorar a integração dos imigrantes, através de uma série de políticas inclusivas, favorecedoras da legalização e reunificação familiar, apresentando um enquadramento teórico legal de livre acesso aos cuidados de saúde.

#### *Acesso à saúde, inclusão e direitos humanos*

Os fenómenos migratórios trouxeram reflexões importantes e lançaram repertórios sociais transformadores nas respostas sistémicas e estruturais, fortemente formatadas para necessidades e realidades ocidentais. De entre os desafios inerentes à mobilidade étnica e cultural, salienta-se a prestação universal e, sobretudo, equitativa de cuidados de saúde, sendo fundamental a asseveração do acesso e da qualidade de serviços, independentemente do sexo, etnia ou país de origem – saúde como direito universal (Padilla, 2008; Fernandes e Miguel, 2009). Saúde e garantia de acesso aos cuidados de saúde são pilares para a inclusão social dos imigrantes, consistindo numa das primeiras vias de ingresso na cidadania participativa e direitos civis (Dias e Rocha, 2009; Ingleby et al., 2005; Padilla e Miguel, 2009; Portugal et al., 2009).

A equação explicativa da saúde individual e coletiva é efetivamente complexa, multivariável e multimodal. Ao domínio biológico, bioquímico da saúde física há que acrescentar, como verificado, todo um *background* sociológico e contextual associado a variáveis sociais, culturais e educativas, mas também a totalidade da experiência psicológica individual inerente à migração, à experimentação do processo migratório e dos desafios pessoais que daí advêm (Barradas, 2005; OMS, 2010). Assim, é impossível conceber a saúde sem considerar características pessoais como a resiliência, a tolerância à frustração e a gestão do *stress* mediante um contexto de frequente isolamento e ausência de suporte social.

Deste modo, fatores sociais e psicossociais frequentemente induzem uma vulnerabilidade crescente durante a gravidez (complicações psicopatológicas antes e/ou após o parto - depressão pós-parto, psicose e depressão (Bunevicius et al., 2009; Rumbold et al., 2011) - exacerbada por stressores associados ao processo de migração), pelo que os cuidados de saúde materna e infantil devem ser alvo de especial atenção (Bunevicius et al., 2009; Canavarró, 2001; Martins et al., 2010). Numa exploração preliminar dos indicadores gerais de saúde disponibilizados para a caracterização das populações migrantes, verifica-se tendencialmente que este contingente apresenta mais complicações sexuais e reprodutivas, os resultados da gravidez tendem a ser empobrecidos (incidência superior de bebés pré-termo e com baixo peso ao nascer), maior mortalidade materna, neonatal e infantil, mais abortos espontâneos, uma maior incidência de depressão pós-parto, seguimento ginecológico irrisório e educação pré-natal precária (Machado et al., 2007; Carballo, 2009).

Investigação recente tem ainda demonstrado que mulheres imigrantes podem apresentar diferenças culturais relevantes quanto à expectativa e demanda dos cuidados obstétricos, bem como perante perdas perinatais que podem causar problemas no atendimento e na gestão do processo terapêutico para os médicos assistentes. Por este motivo, é recomendável uma prestação de especial atenção relativamente aos conhecimentos e conceções das imigrantes, a fim de melhorar a utilização e adequação nos padrões de procura dos cuidados adequados às suas necessidades, dada a presença de variados fatores e determinantes que, a existir, tendem a concorrer sistematicamente para originar resultados de saúde adversos, nomeadamente na área da saúde materna e infantil (Sosta et al., 2008; Schutte et al., 2010; Reeske et al., 2011).

## 1 Metodologia

O presente artigo resulta de um projeto de investigação financiado pela FCT, «Saúde e Cidadania: Disparidades e necessidades interculturais na atenção sanitária às mães imigrantes» (Ref.: PTDC/CS-SOC/113384/2009), ainda a decorrer.

No âmbito da investigação encontra-se o estudo e observação da «cidadania da saúde» e seus determinantes, visando a saúde das mulheres imigrantes grávidas e o acesso aos cuidados de saúde materno-infantis como um elemento fulcral para a promulgação dos direitos da cidadania em Portugal.

### *Objetivos*

Os objetivos da investigação original prendem-se com a análise do papel da cultura da população imigrante e autóctone com o intuito de perscrutar se existem desigualdades nos acessos aos cuidados de saúde materna, considerando todos os atores deste contexto. Pretende-se ainda proporcionar ferramentas essenciais às boas práticas no domínio dos cuidados da saúde materna, pelo desenvolvimento de uma avaliação multimétodo das necessidades de saúde desta população, contribuindo para a melhoria das condições de saúde e de indicadores nacionais de saúde.

### *Participantes*

Este projeto tem como participantes principais grávidas/mães recentes imigrantes (grupo denominado experimental) e portuguesas (grupo de comparação), residentes na área metropolitana do Porto. As imigrantes são filhas de pais estrangeiros e nasceram elas próprias fora do território nacional: países de Leste, Brasil e PALOPS (grupos étnicos mais representativos do contexto migratório português). Desta conjuntura, destacámos e analisámos os discursos e experiências das mulheres oriundas do Brasil, junto das quais se procedeu à explicação geral do estudo e objetivos, monitorização de autorização para a realização de gravações áudio das entrevistas, interesse e «*compliance*» em participar desta pesquisa, bem como recolha de consentimento informado.

### *Procedimentos*

O protocolo da investigação original segue uma metodologia de recolha e análise de dados mista (interface quantitativa e qualitativa). A amostra foi intencional, e respondeu aos seguintes critérios de inclusão: foram recrutadas mães recentes, com crianças de idade inferior a 36 meses (contemplando todo o espectro da idade fértil), residentes no Porto e AMP, cujos pais não tenham nascido em Portugal (no caso das migrantes), com disponibilidade e interesse em participar na investigação.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas (num total de 30), atendendo à nacionalidade/proveniência das mulheres: dez a mulheres PALOPS (considerando, à partida, a limitação inerente às diferenças culturais entre países aqui incluídos), sete a mulheres de Leste, sete a brasileiras e seis portuguesas, em fases similares de puerpério/maternidade.

Um dos focos primordiais da pesquisa reside em aferir se os dados recolhidos qualitativamente (entrevistas semiestruturadas) convergem com indicadores numéricos (recolhidos através de um desenho de estudo caso-controlo), pelo recurso a técnicas de triangulação. Após a recolha dos dados qualitativos, efetuou-se uma interpretação compreensiva da informação resultante (análise de conteúdo e categorias de informação emergidas), a ser posteriormente confrontada com dados quantitativos.

O presente artigo reverte sobre os primeiros dados qualitativos recolhidos, pela aposta deliberada na perspetiva holística e de compreensão de informação sensível na ótica dos utilizadores do Serviço Nacional de Saúde, que permita identificar e entender os padrões de procura, o acesso e a utilização efetiva dos serviços disponibilizados. Através de estratégias qualitativas (entrevistas semiestruturadas), pretendeu efetuar-se o levantamento de necessidades percebidas e desafios culturais que potencialmente influenciam as percepções subjetivas da população migrante (Dias, Gama e Rocha, 2010), e que podem condicionar a procura e adesão às terapêuticas e a efetivação de comportamentos de saúde aconselhados.

## **2 A realidade das imigrantes brasileiras: resultados qualitativos**

Procurou efetuar-se uma análise sistemática dos dados sobre as informações recolhidas entre o contingente feminino brasileiro (que envolveu um processo de busca e organização de transcrição de entrevistas, notas de campo e demais materiais), com o objetivo de aumentar a compreensão desses mesmos materiais (Bogdan e Binklen, 1994) através de técnicas de análise de conteúdo. Tendo os constructos anteriores como ponto de partida, procurou apreender-se unidades de análise a partir de categorias informacionais emergentes dos discursos das mulheres brasileiras, essenciais à elaboração de uma grelha de leitura concisa para codificação e análise dos dados (Terrasêca, 1996).

Estabeleceram-se assim três categorias principais: (1) Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, (2) Saúde Geral, Sexual e Reprodutiva, e (3) Processo Migratório, cada uma com diversas subcategorias. Para todas elas se procurou obter e apresentar excertos elucidativos dos discursos das mães brasileiras, que se reunirão de seguida.

A primeira categoria informativa, Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde, constituiu-se de oito subcategorias: a) Estado de Saúde; b) Acesso ao SNS; c) Perceções sobre o acesso e a qualidade; d) Comparação dos serviços Portugal – Brasil; e) Barreiras; f) Facilitadores; g) Lacunas e falhas percebidas no SNS; e h) Sugestões de melhoria. Tomando esta subgrelha de análise, encontraram-se algumas informações relevantes que dão conta da necessidade de deslocação do ponto de atenção e enfoque das políticas de saúde pública da garantia de acessibilidade das imigrantes grávidas aos cuidados de saúde (preposição relativamente alcançada a nível nacional) para a assecuração da qualidade na prestação destes cuidados destes cuidados (tendência que se verifica na maioria dos países europeus que partilham da premissa da saúde como direito universal) (Essen et al., 2002; Malin e Gissler, 2009; Fedeli et al., 2010).

No que diz respeito à subcategoria «Estado de Saúde», à exceção de duas situações específicas de saúde, já ultrapassadas, a maioria das imigrantes brasileiras entrevistadas reportou nunca ter vivenciado qualquer tipo de problema de saúde grave. Todas as entrevistadas se avaliaram, à data da entrevista, como completamente saudáveis, evidenciando plena concordância com o denominado «*healthy migrant effect*» (Bray et al., 2010; Ganann et al., 2011).

V30: «...antes de imigrar, não tinha assim problema de saúde. Agora também não tenho!»

No que concerne à subcategoria «Acesso ao SNS», as imigrantes brasileiras referem não ter experienciado entraves significativos na acessibilidade aos serviços de saúde, sobressaindo um padrão comportamental de solicitação de serviços de saúde em situações de urgência demarcada. Na ausência de estímulos que justifiquem uma procura urgente, a maioria das mães brasileiras refere um recurso periódico aos serviços dos cuidados primários de saúde (centros de saúde), bem como uma demanda mais frequentemente dirigida ao acompanhamento dos filhos.

A25: «Ah, sim! Sempre... em emergência vou sempre. (...) é assim, para mim é só mesmo com necessidades. Mas assim, quando a B. (filha) tem qualquer coisinha, ou eu ligo para o enfermeiro ou eu ligo para a médica dela (...)»

F31: «É assim, com regularidade, desde que os meus filhos nasceram. É mais frequente. Agora, para mim é raro (...) é mais de 2 em 2 anos, são consultas de rotina mesmo.»

No que concerne à subcategoria «Perceção sobre o acesso e a qualidade», existe um reconhecimento genérico do acesso a cuidados de saúde durante a gravidez, bem como da relativa acessibilidade aos serviços (e.g. proximidade de localização dos centros de saúde, boa rede de transportes, apreciação satisfatória das infraestruturas). As imigrantes brasileiras tecem, no entanto, algumas críticas ao acompanhamento disponibilizado pelos cuidados primários à saúde infantil, ao período anterior à gravidez ou ao acompanhamento pós-natal e evidenciando descontentamento generalizado perante o encerramento recente de algumas valências dos cuidados de saúde; a apreciação negativa face aos cuidados de saúde primários aumenta invariavelmente na ausência de médico de família.

J17: «(...) é assim, para mim assim que é adulta, eu acho que... eu fico satisfeita. Tá bom. Isso. Mas para ela que é criança...»

B23: «(...) durante a minha gravidez... não tenho nada a reclamar. Mas antes e depois acho que não está sendo bom (...) não tenho médico de família.»

Relativamente à «Comparação dos serviços Portugal-Brasil», existe uma tendência ligeira que perspetiva a melhor qualidade dos serviços e do atendimento nos serviços de saúde públicos em Portugal. No entanto, ressalta-se as dimensões do território brasileiro, e as diferenças interestaduais registadas no SUS, que justificam diferentes autoapreciações. A maioria das imigrantes reporta sentir falta de médicos especialistas nos cuidados de saúde primários, facto que interfere com a procura e perceção de qualidade inerente aos cuidados de saúde, dadas as dificuldades e a burocratização inerentes ao processo.

J17: «(...) em nível público, talvez não esteja muito diferente...»

B23: «É assim, no Brasil depende muito da cidade. Eu estava na cidade onde moram os meus pais, eu acho que lá está péssimo, ainda é pior do que aqui! (...) na cidade que a minha irmã mora é mil vezes melhor do que aqui! (...) lá no centro de saúde tem (...) tem todo o tipo de especialista!»

F31: «Aqui é melhor. Eu prefiro aqui do que lá. Acho que aqui é mil vezes melhor, nem se compara! Prefiro aqui, a saúde pública lá ainda está muito precária. É assim, eu tenho vontade de ter um plano de saúde aqui, mas ao mesmo tempo não sinto necessidade. Se fosse igual lá no Brasil, eu faria questão sim do plano de saúde (...)»

No que diz respeito a «Barreiras», os discursos são variáveis uma vez que se relacionam com experiências e percursos pessoais, maioritariamente idiossincráticos, sobre a perceção de dificuldades a vários níveis, e sobre até que ponto estas interferiram e prejudicaram os objetivos e intenções de demanda por determinados serviços e especialidades clínicas. Destacam-se, de entre as mais relevantes,

o desconhecimento inicial acerca do funcionamento do SNS e das valências que este oferece, o tempo de espera para a marcação de consultas (cuidados de saúde primários e secundários) e para a efetivação das mesmas (salas de espera), uma certa desatenção perante os utentes, nomeadamente em serviços de urgência, bem como aspetos culturais relativos ao atendimento (postura de maior rigidez e verticalidade por parte dos profissionais de saúde, que desencadeia frequentemente inibição na emissão de esclarecimentos e questões relevantes à prossecução da terapêutica) e solicitação espontânea de exames clínicos.

B23: «(...) sobre a cultura vossa, por exemplo, nós lá estamos mais à vontade com os nossos médicos, a gente chega lá, já sorri, já é simpatia, aquela coisa. Aqui os médicos são muito sérios a falar... (...) por acaso ontem tive no médico, não tenho o que reclamar. Mas (...) a gente chega e às vezes fica até nervosa do médico ser tão sério ali!»

A25: «(...) nas emergências, às vezes, eu acho que as pessoas são um pouco deixadas de lado.»

Relativamente a aspetos «Facilitadores», estes são percebidos como relativamente escassos entre as mulheres brasileiras, destacando-se breves referências, uma vez mais, ao período da gravidez, bem como a acessibilidade geográfica e da rede de transportes para o centro de saúde de referência.

A25: «Olha, quando eu estive grávida, eu acho que o sistema de saúde ajuda muito(...)»

D27: «O meu centro de saúde agora é novo, eu acho que está muito bem, tenho mesmo autocarro à porta, e tudo...»

As mulheres brasileiras identificaram ainda «Lacunas e falhas percebidas no SNS», frequentemente associadas a «Sugestões de melhoria» destes serviços. Os aspetos identificados centram-se predominantemente numa apreciação de políticas sociais e de saúde pública como insuficientes para responder adequadamente às necessidades que evidenciam (insuficiente humanização e interculturalidade ao nível das práticas), nomeadamente quanto à não disponibilização de consultas de especialidade nos cuidados de saúde primários, burocracia no processo de solicitação destas consultas, durabilidade das consultas e esclarecimentos escassos, e dificuldades em conseguir atendimentos atempados especialmente na ausência de atribuição de médico de família.

J17: «Não precisava de ser mais vezes, mas mais tempo! (...) mais tempo na consulta! É muito corrido! (...) é uma pena não pode (...) tirar mais dúvidas, e ter mais tempo, e ficar mais segura.»

B23: «Eu acho que, para já, que deveria ter médico de família para todos... e as especialidades (...) no centro de saúde...»

V30: «Acho que mais médicos de especialidades no centro de saúde... que é só mesmo clínicos gerais. Se a gente precisar de um outro médico especializado, tem que pedir encaminhamento para o hospital (...).»

Relativamente a «Barreiras não identificadas», duas mulheres reportaram situações com interferência significativa no padrão de atendimento e procura dos cuidados de saúde, que não identificaram como tal e das quais pareceu não terem consciência do impacto.

V30: «(...) no início da gravidez, a médica dificultou um pouco o acesso porque disse que eu não tinha direito a participar, porque eu não tinha segurança social. (...) tem exames que no início da gravidez que tem que fazer até às x semanas. E eu passei da data de fazer o exame, e depois deu uma alteração devido a isso. Fiz muito tarde. (...) eu passei mal e fui diretamente encaminhada para o hospital, foi aí que eles me atribuíram médico de família. Eu fui ao hospital, a médica do hospital falou: “Como não? Você tem direito! A partir do momento que você estava grávida (...).!”»

A segunda categoria de informação, Saúde Geral e Reprodutiva, abrange seis subcategorias distintas: a) Cuidados de saúde materno-infantis (gravidez e pós-parto, seguimento do bebé, e planeamento familiar); b) Estratégias de gestão de dificuldades; c) Qualidade do atendimento pelos profissionais de saúde; e) Consequências da qualidade de atendimento; f) Métodos anticoncepcionais – Informação; e g) Métodos anticoncepcionais – Uso e decisão. Verifica-se, na generalidade, que as mulheres brasileiras apresentam bons níveis de saúde geral e reprodutiva antes de imigrarem, com algumas exceções pontuais. Identificam maioritariamente barreiras burocráticas e/ou de desinformação por parte de pessoal não técnico (e.g. serviços administrativos e de secretariado) numa primeira abordagem aos serviços especializados. Avaliam, uma vez mais, muito positivamente os cuidados recebidos, nomeadamente ao nível do planeamento familiar e contraceção, mas tendem a não identificar potenciais experiências de sub-qualidade nos atendimentos, não as relacionando posteriormente com eventuais consequências adversas.

Considerando a primeira subcategoria, «Cuidados de saúde materno-infantis», as mulheres brasileiras tendem a reportar uma elevada satisfação com o atendimento e a qualidade dos cuidados recebidos durante a gravidez, associando a atenção recebida e a acessibilidade à condição de grávida. A registarem-se, as reclamações revertem novamente sobre o descontentamento e demora no provimento de serviços pediátricos, com profissionais dos serviços administrativos ou sobre o desconhecimento dos direitos da mulher imigrante grávida por parte de alguns profissionais de saúde dos cuidados de saúde primários; as imigrantes

tendem a referir estes profissionais como, por vezes, dificultando indevidamente o acesso aos serviços.

A25: «Nunca tive problema nenhum.»

G32: «(...) eu fui acompanhada pelo Hospital de São João. No começo, desconfiaram do coração estar um pouco aumentado, tive todo o apoio, tive uma gravidez de risco. Com a médica de família era um bocado mais difícil. . . »

No que concerne à subcategoria «Estratégias de gestão das dificuldades», verifica-se uma certa descontinuidade entre as dimensões que as imigrantes referem como fonte de insatisfação, e a ação efetiva de reclamação ou de gestão proativa de eventuais obstáculos.

A «Qualidade do atendimento pelos profissionais de saúde» é reportada genericamente como boa e satisfazendo as necessidades das mulheres brasileiras. No entanto, emergem experiências comprometedoras da qualidade dos serviços recebidos, e que dão conta de algumas dificuldades colocadas por parte de certos profissionais de saúde, bem como da natureza da consulta, tal como tem vindo a ser evidenciado ao longo da presente explanação de resultados.

J17: «Médico, enfermeiro, não... tudo bem, agora... normalmente assim no centro de saúde o que eu não gosto muito é... das pessoas da receção, dos administrativos... »

G32: «às vezes você pega uma médica que é muito estúpida, tipo... ela falar assim: “Ah!, mas a febre começou hoje, não tinha porquê você estar aqui! Vai para casa e dá um *Brufen*.”»

A não identificação de certos aspetos como barreiras subliminares à equidade das práticas clínicas, quando presente, pode resultar de forma perniciosa em termos das «Consequências da qualidade de atendimento». Subentendem-se hiatos ao nível das competências culturais por parte de alguns profissionais de saúde que, no limite, constituem apenas e só limitações profissionais no estabelecimento basilar de uma comunicação e compreensão adequada de eventuais diferenças na abordagem da saúde, e de comportamentos e expectativas de saúde nas imigrantes. Muito para além do acompanhamento clínico e da qualidade do ato médico, os défices de informação e diálogo que se contextualizam em relações médico-paciente descuidadas determinam, por vezes, a menor satisfação e adesão aos cuidados terapêuticos, preconizando piores resultados na saúde, na perceção da qualidade de vida e integração.

Relativamente à subcategoria «Métodos anticoncetivos – Informação», a maioria das entrevistadas avalia-se como detentora de um conhecimento suficiente sobre os métodos disponíveis. Fazem ainda referência aos serviços de consulta e planeamento familiar disponibilizados pelos cuidados de saúde primários



como um exemplo de bom funcionamento e adequação às suas necessidades.

V30: «Sim, estou bem informada.»

F31: «Sempre que eu preciso, eu recorro ao centro de saúde, porque é de graça, né?! Vamos usufruir! Não vejo dificuldade nenhuma em relação a isso, em prevenção, ... é só ligar para lá, agendar, e vou lá e pego. Não há problema nenhum.»

Ainda no que diz respeito à contraceção, subcategoria «Métodos anticoncepcionais – Uso e decisão», verifica-se que a escolha do método parte com regularidade de uma colaboração entre a própria mulher e um profissional de saúde.

A25: «Quem me recomendou foi a enfermeira... Nunca me perguntaram se eu queria trocar, também esse anticoncepcional nunca me fez mal, então nunca troquei...»

F31: «É assim, para já sou eu que faço... Mas a minha médica me dá mais opções.»

Por fim, a última categoria informacional emergida diz respeito ao «Processo Migratório», de onde se destacaram seis subcategorias: a) Tempo de estadia; b) Motivos subjacentes ao processo de migração; c) Adaptação ao país; d) Situação documental (percurso documental); e) Perceção sobre as Instituições de apoio; e f) Avaliação da experiência de migração. Nalgumas subcategorias transversalmente se observam reclamações recorrentes sobre a crescente burocratização do processo de concessão de permanência (e.g. vistos de residência) que têm dificultado a regularização da estadia destas mulheres, à exceção das mulheres que realizaram casamento transnacional em Portugal.

No que se refere ao «Tempo de estadia» em Portugal, procurou-se deliberadamente abranger mulheres com diferentes experiências no intuito de incrementar a compreensão sobre os fenómenos que foram sendo alvo de questionamento e análise. Neste sentido, a amostra é intencionalmente heterogénea de forma a permitir leituras diferenciadas sobre os percursos, barreiras e superações em contraponto com o tempo de permanência no nosso país.

D27: «... 10 anos...»

G32: «Desde 2006, são 6 anos...»

Numa breve exploração acerca dos «Motivos subjacentes ao processo migratório», verifica-se que estes são muito distintos, mas trazem inerente uma vontade de melhorar as condições de vida que existiam no Brasil, nomeadamente através do trabalho. De salientar que as imigrantes brasileiras, antes de virem

para Portugal, procuraram obter referências do país, delineando frequentemente um trajeto migratório baseado no suporte social, quer pela reunificação familiar quer pelo acompanhando de figuras familiares que já se encontravam a residir em território nacional.

J17: «eu já tinha um irmão aqui, então pensei... (...) resolvi vir assim para tentar, para trabalhar mesmo!»

V30: «Acho que, como todos, com vontade de mudar de vida... e ter um pouquinho mais... Eu já tinha um irmão aqui.»

F31: «Primeiro o meu marido veio, tinha intenção de ficar aqui 1 ano. Depois de 10 meses eu vim.»

No que se refere à subcategoria «Adaptação ao país», sobressai com frequência a privação dos afetos e dos contactos com a família que fica no Brasil, a adaptação a uma cultura diferente, bem como as dificuldades em arranjar trabalho. Outros aspetos variados emergem, como o clima ou determinantes circunstanciais específicos. Genericamente, e no entanto, a maioria das imigrantes brasileiras identifica-se como muito bem adaptada, e apenas uma manifesta vontade de regressar ao Brasil.

A25: «Olha, no início... foi um pouco complicado, eu senti muita falta da minha família! Nossa!»

F31: «Ah, no início foi um pouco complicado, adaptação, costumes, né? Clima..., trabalho, foi tudo. Foi um pouco difícil, mas superável.»

Considerando a subcategoria «Situação documental», aparecem fortes manifestações de descontentamento e prejuízos pessoais. A maioria das imigrantes refere ter-se sentido discriminada, mal atendida ou mal informada, no decorrer do processo de legalização, independentemente da situação documental no presente (apenas uma das entrevistadas se encontra ainda em processo de legalização). As imigrantes que não referem qualquer queixa viram os seus processos regularizados por via do casamento com um companheiro português.

A25: «... eu liguei para o SEF e perguntei, porque essa amiga minha já está inscrita há mais de 2 anos, e até hoje não foi chamada. Então, assim, é um descaso. No caso dela, eu acho que está sendo um descaso, ela tem toda a documentação, faz desconto e até hoje nada.»

V30: «Agora estou legalizada, já vai para 4 anos... Tenho residência provisória, daqui a mais ou menos 2 anos e meio já posso dar entrada no meu BI... 200 euros... Eu agora está tudo legal, está

tudo certinho. Depois de muita luta, mas agora está tudo certinho.»

Este sentimento de insatisfação relativo à «Perceção sobre as Instituições de apoio» e insuficiência dos serviços dirige-se nomeadamente às instituições estatais que superintendem a entrada e integração dos imigrantes no país. A maioria das imigrantes sente que o campo de ação destas instituições permanece cego às necessidades e dificuldades sentidas, bem como perante a realidade atual do país (e.g. números crescentes de desemprego e respetiva dificuldade económico-financeira). São inúmeras as consequências desta severidade inflexível, que resulta como extremamente prejudicial para as imigrantes.

D27: «Nisso, eu acho péssimo! O SEF só quer tirar dinheiro dos imigrantes. Mais nada. Eles enrolam com os documento só para tirar mesmo dinheiro. Acho um absurdo uma pessoa que está em Portugal, dá entrada dos documento em Portugal e tem que ir buscar o visto na Espanha! ... foi o meu caso.»

V30: «Ah, não nos informam muito bem... A gente fica dando muitas cabeçadas aí para chegar no mesmo... Cada profissional informa a gente de uma forma. ... até a gente perceber mesmo o que é que tem de fazer, a gente anda muito, gasta muito, e depois no final não é aquilo. A gente gasta horrores com documento que nem é necessário, que um pede, o outro diz que não precisa...»

Por último, no que diz respeito à «Avaliação da experiência de migração», a maioria das pessoas consegue identificar aspetos positivos e negativos, sendo transversal um sentimento de maturação e crescimento pessoal, mas também de muitas dificuldades a superar.

B23: «Eu acho que, pela situação em que está o país, só estou aqui mesmo porque meu marido é português e tem a mãe, senão até ele já tinha ido embora! (...) não posso dizer que tá ruim, que tá mau. Não posso dizer, graças a Deus. Está bom. Não tá ótimo, mas tá bom!»

A25: «Olha, minha experiência para mim foi ótima, é assim, eu cresci muito depois dessa experiência. Muito. (...) eu voltar para o Brasil, eu acho que só no último caso mesmo.»

F31: «É assim, foi produtiva em alguns aspetos, sabe? Mas assim em termos de trabalho e tudo, eu vejo que foi produtivo. Mas também, ao mesmo tempo, eu vejo assim que em relação às pessoas, ao crescimento e tudo, às vezes eu não vejo também que foi tão produtivo. Sabe? Não sei até que ponto valeu a pena. Porque eu olho... tem tanta gente que ficou no Brasil que estudou, que... eu acho que se calhar está até melhor!»

## Considerações finais

Os imigrantes brasileiros, particularmente as mulheres enfrentam, muitas vezes, dificuldades na integração precoce (devido a barreiras intrínsecas e externas), mas ao longo do tempo e entre as gerações, o processo de integração é geralmente bem-sucedido. Os principais mecanismos identificados como facilitadores desse processo foram a aquisição de nacionalidade (tempo de permanência em Portugal), e gradual adoção da cultura e costumes da sociedade de acolhimento - desenvolvimento de uma participação social ativa e cada vez mais adaptada.

Portugal tem mostrado forte compromisso em melhorar a integração dos imigrantes através de legislação inclusiva, potencialmente favorecedora da legalização e aquisição de dupla cidadania (quando o país de origem o permite) e de reagrupamento familiar, apresentando políticas de integração amplas comparativamente com a União Europeia, nomeadamente no que respeita ao livre acesso aos cuidados de saúde de mulheres grávidas e mães recentes. No entanto, da lei à prática, há uma série de lacunas que concorrem para piorar sistematicamente os indicadores de integração e saúde da população imigrante, nomeadamente a brasileira.

Da investigação que continua em curso, pode já apontar-se que a maioria das queixas conta com aspectos não abrangidos na legislação, que facilitam a interpretabilidade da lei e a sua usurpação por parte de quem recebe os imigrantes. A crescente burocratização associada às Instituições que o Estado Português disponibiliza para superintender e regular a entrada e integração dos imigrantes em território nacional tem vindo a ser extremamente danosa, vincando nos seus percursos de vida as dificuldades e vulnerabilidades decorrentes do processo migratório.

A transversalidade de uma certa insatisfação nas brasileiras reflete-se essencialmente no que concerne à qualidade da informação veiculada pelos profissionais de saúde, às proficiências de comunicação por parte destes profissionais (que algumas mulheres sentem ser mediadas por um certo preconceito ou indiferença), a que acresce a burocratização dos cuidados de saúde primários, bem como a perceção de um reduzido acesso a especialidades clínicas, sobretudo nos cuidados de saúde primários. As diferentes práticas de saúde são, em certa medida, percebidas como um fator algo ansiogénico por parte das imigrantes brasileiras que permanecem em Portugal, interferindo diretamente com as suas experiências quotidianas de integração.

## Referências

- Barradas, R. (2005) «Epidemiologia Social», in *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Vol. 8, N.º 1, pp. 7–17.
- Bogdan, R. e Binklen, S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

- Bray, J. et al. (2010) «Obstetric care of new European migrants in Scotland: an audit of antenatal care, obstetric outcomes and communication», in *Scott Med J*, 55 (3), pp. 26-31.
- Bunevicius, R., et al. (2009) «Psychosocial risk factors for depression during pregnancy», in *Acta Obstetricia et Gynecologica*, Vol. 88, pp. 599–605.
- Caldas, J. (2007) «Inmigración y salud: un nuevo reto para las políticas de salud pública», in *VII Jornadas de Sociología de la UBA: Pasado, presente y futuro de la sociología*, Buenos Aires: UBA/IGG.
- Carballo, M. (2009) «Communicable diseases», in Fernandes, A. e Miguel, J. (Eds.) *Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society*, Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, pp. 53–70.
- Dias, S. e Rocha, C. (2009) *Saúde Sexual e Reprodutiva de Mulheres Imigrantes Africanas e Brasileiras*, Observatório da Imigração: Lisboa: ACIDI.
- Essen, B., et al. (2002) «Are some perinatal deaths in immigrant groups linked to suboptimal perinatal care services?», in *BJOG*, 109 (6), pp. 677–82.
- Fedeli, U., Alba, N., Lisiero, M., Zambon, F., Avossa, F., e Spolaore, P. (2010) «Obstetric hospitalizations among Italian women, regular and irregular immigrants in North-Eastern Italy», in *Acta Obstet Gynecol Scand*, 89 (11), pp. 1432–1437.
- Fernandes, A. e Miguel, J. (2009) *Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society*, Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.
- Fonseca, M., et al. (2009) «MIGHEALTHNET - Relatório sobre o Estado da Arte em Portugal», in *MIGRARE Working Papers*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- Friel, S. e Marmot, M. (2011) «Action on the Social Determinants of Health and Health Inequities Goes Global», in *Annual Review of Public Health*, N.º 32, pp. 225–236.
- Ganann, R., Sword, W., Black, M., e Carpio, B. (2011). «Influence of maternal birthplace on postpartum health and health services use», in *Journal of Immigrant and Minority Health*, 14 (2), pp. 223–229.
- Ingleby, D., et al. (2005) «The role of health in integration», in Fonseca, M. e Malheiros, J. (Eds.) *Social integration and mobility: education, housing and health*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 88–119.
- Machado, M., et al. (2007) «Cuidados de saúde materna e infantil a uma população de imigrantes», in *Migrações*, N.º 1, pp. 103–127.

- Malin, M., e Gissler, M. (2009) «Maternal care and birth outcomes among ethnic minority women in Finland», in *BMC Public Health*, N.º 9, pp. 84.
- Martins, I., Faria, A. e G. Lage (2010) *Diversidade Cultural Urbana*, Porto: Gabinete de Estudos e Planeamento, Câmara Municipal do Porto.
- OMS, Organização Mundial de Saúde (2010) *Redução das desigualdades no período de uma geração - Igualdade na saúde através da acção sobre os seus determinantes sociais*, Relatório Final da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde.
- Padilla, B. (2008) «Saúde dos imigrantes: Protegendo direitos e assumindo responsabilidades», in Vitorino, A. (Ed.) *Migrações: Oportunidade ou ameaça? A habitação e a saúde na integração dos imigrantes*, Fórum Calouste Gulbenkian, Lisboa: Principia.
- Padilla, B., et al. (2009) «Health and migration in the European Union: Good Practices», in Fernandes, A. e Miguel, J. (Eds.) *Health and Migration in the European Union: Better Health for All in an Inclusive Society*, Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge.
- Padilla, B. e Miguel, J. (2009) «Health and migration in the European Union: Building a shared vision for action», in Fernandes, A. e Miguel, J. (Eds.) *Health and migration in the European Union: Better health for all in an inclusive society*, Lisboa: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, pp. 15–22.
- Reeske, A., et al. (2011) «Stillbirth differences according to regions of origin: an analysis of the German perinatal database, 2004-2007», in *BMC Pregnancy & Childbirth*, Vol. 11.
- Rumbold, A., et al. (2011) «Delivery of maternal health care in Indigenous primary care services: baseline data for an ongoing quality improvement initiative» in *BMC Pregnancy & Childbirth*, Vol. 11.
- Savona-Ventura, C., Buttigieg, G. e Gatt, M.(2009) «Obstetric outcomes in immigrants of African nationality», in *International Journal of Risk & Safety in Medicine*, N.º 21, pp. 147–152.
- Schutte, J., et al. (2010) «Rise in maternal mortality in the Netherlands», in *BJOG*, 117 (4), pp. 399-406.
- Sosta, E., et al. (2008) «Preterm delivery risk in migrants in Italy: an observational prospective study», in *J Travel Med*, 15 (4), pp. 243–7.
- Terrasêca, M. (1996) *Referenciais subjacentes à estruturação de práticas docentes: análise dos discursos dos/as professores/as*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.



## Empreendedorismo no sector da beleza: brasileiras na Quinta do Conde

*Tiago Chaves\**

### Resumo

O ponto de partida para este trabalho surgiu no decorrer de um trabalho anterior (2009) para a Câmara Municipal de Sesimbra e para o ISCTE/CIES intitulado: «*Estudo de Diagnóstico e Caracterização da População Imigrante, Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para a Dinâmica de Desenvolvimento dos Municípios*», em que durante o trabalho no terreno, constatou-se a sobre-representação de um sector que doravante será designado por sector/ramo da beleza na Quinta do Conde, freguesia do concelho de Sesimbra que, para além da sua enorme visibilidade, encontra-se centrado no género feminino e num grupo bem concreto. Nessa perspectiva, pretende-se efectuar uma etnografia da globalização no feminino, mapeando os percursos migratórios de mulheres brasileiras residentes na freguesia da Quinta do Conde e que se tornaram empreendedoras no sector da beleza, ou seja, que abriram os seus próprios cabeleireiros, tornando-se empresárias e contribuindo para a economia portuguesa. Nessa linha, procurar-se-á descodificar se a sua opção por este ramo, se deveu a uma questão de oportunidade, necessidade ou disposições sociais<sup>1</sup> e se o mercado se encontra baseado nesse aspecto, numa lógica marcada pela nacionalidade no que respeita às contratações efectuadas. Serão salientadas questões económicas que lhes são inerentes: averiguar os prós e contras na tomada de decisão que se pensa ser neste processo decisiva e fulcral e que passa pela sua partida do Brasil e chegada a Portugal e pela opção de abertura de um salão de cabeleireiro e tudo o que isso acarreta (burocracia; dinheiro; energia; tempo; disponibilidade; conhecimentos). Outras questões abordadas prendem-se com o capital social, as cooperações/redes e relações de família e conterrâneos que se vão tecendo entre quem se estabelece em Portugal e aqueles que aguardam a sua vez de fazer o mesmo; condições relacionadas com o mercado de trabalho português, bem como a exposição ainda que em traços genéricos da vida dos imigrantes na Quinta do Conde, sem nunca esquecer duas premissas que desde sempre alavancaram o presente trabalho – o género feminino e a comunidade brasileira.

**Palavras-Chave:** imigração; género; Quinta do Conde; «beleza»; empreendedorismo étnico; Brasil.

---

\*ISCTE-IUL: ✉ tiagommchaves@sapo.pt

<sup>1</sup> Por disposições sociais entenda-se o capital cultural incorporado (Bourdieu, 2007).





## Introdução

O ponto de partida para este trabalho surgiu no decorrer de um trabalho anterior (2009) para a Câmara Municipal de Sesimbra e para o ISCTE/CIES intitulado: «Estudo de Diagnóstico e Caracterização da População Imigrante, Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para a Dinâmica de Desenvolvimento dos Municípios», em que durante o trabalho no terreno, constatou-se a sobre-representação de um sector que doravante será designado por sector/ramo da beleza na Quinta do Conde, freguesia do concelho de Sesimbra que, para além da sua enorme visibilidade, encontra-se centrado no género feminino e num grupo bem concreto. Nessa perspectiva, pretende-se efectuar uma etnografia da globalização no feminino, mapeando os percursos migratórios de mulheres brasileiras residentes na freguesia da Quinta do Conde e que se tornaram empreendedoras no sector da beleza, ou seja, que abriram os seus próprios cabeleireiros, tornando-se empresárias e contribuindo para a economia portuguesa. Nessa linha, procurar-se-á descodificar se a sua opção por este ramo, se deveu a uma questão de oportunidade, necessidade, disposições sociais e se o mercado se encontra baseado nesse aspecto, numa lógica marcada pela nacionalidade no que respeita às contratações efectuadas. Serão salientadas questões económicas que lhes são inerentes: averiguar os prós e contras na tomada de decisão que se pensa ser neste processo decisiva e fulcral e que passa pela sua partida do Brasil e chegada a Portugal e pela opção de abertura de um salão de cabeleireiro e tudo o que isso acarreta (burocracia; dinheiro; energia; tempo; disponibilidade; conhecimentos). Outras questões abordadas prendem-se com o capital social, as cooperações/redes e relações de família e conterrâneos que se vão tecendo entre quem se estabelece em Portugal e aqueles que aguardam a sua vez de fazer o mesmo; condições relacionadas com o mercado de trabalho português, bem como a exposição ainda que em traços genéricos da vida dos imigrantes na Quinta do Conde, sem nunca esquecer duas premissas que desde sempre alavancaram o presente trabalho – o género feminino e a comunidade brasileira.

## 1 Justificação da escolha e pertinência do «objecto» de estudo

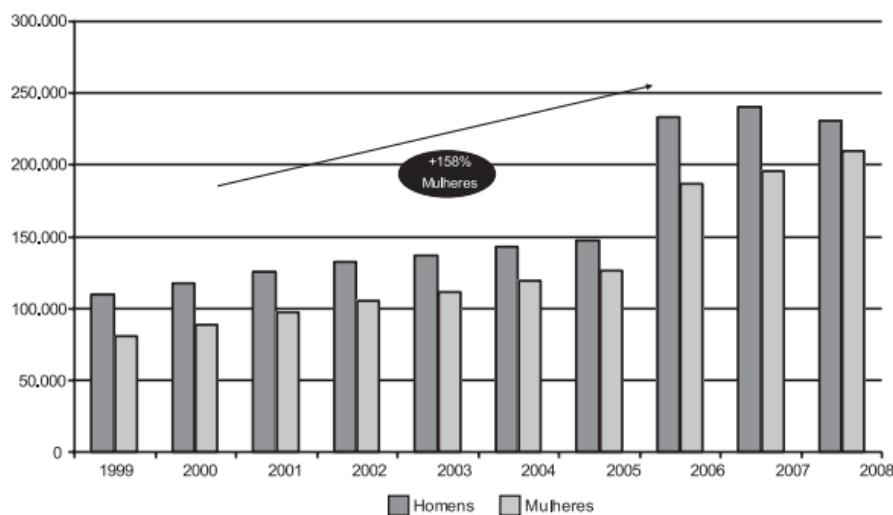
«Não há maior perda no mundo  
do que a perda da sua  
terra natal.»

---

Eurípedes, 431 a.C.

Um dado inquestionável nos últimos anos é o aumento da migração feminina, dando origem ao aparecimento de alguns estudos académicos acerca da temática da feminização das migrações. Segundo Zlotnik (2003), esta já representava em 1960, cerca de 47% do total de migrantes internacionais, apesar de registarem um aumento residual de apenas 2% até 2000, chegando aos 49%. Os dados actuais, superam os valores registados pelos homens nos países desenvolvidos, apresentando um valor de 51% do total (UN, 2003). Na literatura internacional, as variáveis de género e suas questões afins, em particular o estudo

de mulheres imigrantes, tornaram-se mais frequentes depois dos anos 70. O enfoque deixou de estar centrado no género masculino, para passar a estar focado na mulher enquanto sujeito migratório activo. Segundo [Malheiros e Padilla](#), as mulheres «migram de forma independente à procura de novas oportunidades de trabalho e não como familiares dependentes ou ao abrigo do reagrupamento familiar» (2010, p. 19). Segundo Pellegrino, a feminização dos fluxos migratórios, encontra-se relacionada com o aumento do tráfico e da exploração do seu corpo (2004, p. 58). Noutras situações, poder-se-á falar num aumento da procura de mão-de-obra feminina para trabalhos específicos como são disso exemplo os trabalhos domésticos e os trabalhos que envolvem tomar conta de crianças e/ou idosos. [Peixoto](#) (2009) particulariza o caso português referindo: «women have been an important part of the new migrations that started in Portugal in the late 1990s, even taking into account the delayed effect of diverse cycles of family reunion» (p. 198). Observe-se a seguinte figura:



Fonte: SEF em [Malheiros e Padilla](#) (2010)

Figura 1: Número de mulheres estrangeiras em Portugal entre 1999 a 2008 (SEF)

Em quase 10 anos, verifica-se um aumento exponencial de 158% no que respeita ao género feminino. Já a emigração masculina fixa-se nos 110 % para o mesmo período. Outro dado que se extrai, é que em 1999 existiam cerca de 110 mil homens e 80 mil mulheres<sup>2</sup> e em 2008, 230 mil homens e 210 mil mulheres.<sup>3</sup> Isto significa que se para os homens o número duplicou, para as mulheres, quase que triplicou. Outra leitura que se faz é que é em 2008 que os géneros mais se aproximam.<sup>4</sup> É óbvio que a análise aqui evidenciada, não pode centrar-se apenas em dados estatísticos. Com efeito, considera-se que existe cada vez mais uma

<sup>2</sup> Trata-se de um valor aproximado.

<sup>3</sup> Valor aproximado.

<sup>4</sup> Ver figura 1.

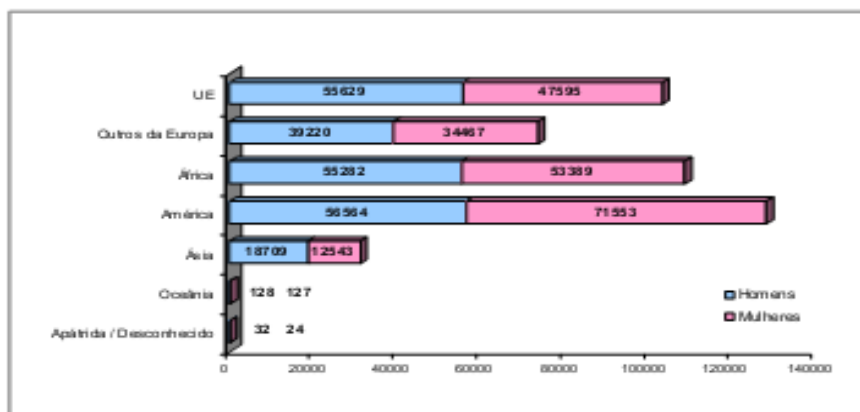
alteração, porventura substituição do papel que estava destinado ao homem, e que agora passou a ser realizado (também) pela mulher:

«O fenómeno de feminização das migrações, não se limita portanto ao aspecto numérico, mas caracteriza-se também por uma alteração de papéis associados aos homens e às mulheres.» (Malheiros e Padilla, 2010, p. 19)

Segundo Grieco e Boyd (1990); Curran e Saguy (2001); Pessar (1999) e Hagan (1998) a mulher passou a assumir um papel de destaque. Esta mudança, deve-se sobretudo ao facto de que cada vez mais a emigração representa para a mulher uma espécie de «projecto emancipatório», em que deixa de estar dependente do ponto de vista económico do homem para viver. Para além deste dado, Malheiros e Padilla conferem uma dimensão geográfica a este dado:

«as comunidades migrantes de Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Uruguai e Venezuela apresentam uma situação mais equilibrada entre homens e mulheres.» (2010, p. 99)

No caso do Brasil, o país aqui em estudo, podemos aferir que existe uma manifesta aproximação em termos estatísticos entre o homem brasileiro que decide emigrar e a mulher brasileira que opta pela mesma via. Observemos os dados referentes ao continente americano no gráfico seguinte. Se para o género masculino existem 56.564 indivíduos, para o género feminino existem 71.553 mulheres ou seja, um saldo de 14.989. Por outras palavras, trata-se do único continente onde as mulheres se destacam enquanto sujeito migratório primordial. Observe-se a figura 2:



Fonte: Malheiros e Padilla (2010)

Figura 2: População distribuída por origem e género

Para além do continente americano, existe uma enorme paridade de género entre os países africanos e (outros) europeus. Uma das causas que potenciam os fluxos migratórios para Portugal, prendem-se por exemplo com razões de ordem afectiva (ser casado(a) com um(a) português(a) ou ter conhecido um(a) português(a)). [Malheiros e Padilla](#) abordam a celebração de casamentos mistos que ocorrem «como estratégias de adaptação à nova sociedade» (2010, p. 99). [Escrivá \(1997\)](#) nota que o género é muito interessante neste tipo de abordagem, já que muitas mulheres provenientes da América Latina que se encontram em território português, viajaram por terem afinidades com portugueses ou por serem casadas com estes. A este tipo de migração, [Escrivá](#) designa por «constituição duma família» ou seja, a mulher quando chega ao país de acolhimento, apenas pode contar com o suporte do seu namorado ou marido. Girona atesta que os matrimónios celebrados entre pessoas originárias de dois países diferentes, não constituem *per se* um fenómeno novo. Porém, a partir de 1990, esta questão ganhou um repentino destaque, assumindo repercussões dignas de serem estudadas. A questão do género é ainda fulcral para compreender que a mulher ainda hoje em pleno séc. XXI continua a ser estigmatizada, situação que se «agrava», quando conjugada com outros actores como a sua condição de emigrante. [Goffman \(1985\)](#), refere a esse propósito que o conceito de estigma remete para todo o indivíduo cuja identidade social real se encontra um ou mais atributos que não correspondem às expectativas normativas da sociedade em questão. Tome-se como exemplo o caso de Marita referenciado por [Padilla e Xavier](#), uma peruana que casou com um português e que acabou por vir morar para Portugal. A partir desse momento, tudo se complicou. Engravidou, ficou em casa durante dois anos sem conseguir arranjar trabalho, separou-se do marido e ainda foi obrigada a lutar pela guarda do filho, para além de ter sido estigmatizada pelos seus amigos e família:

«... os amigos do meu ex-marido deram-me as costas, trataram-me como aproveitadora, com o típico preconceito da mulher latina que se casa com um europeu para ascender.» ([Padilla e Xavier, 2009](#), p. 107)

Neste sentido, mesmas autoras exortam:

«Tanto a feminização dos fluxos, como a crescente incorporação das mulheres pelo casamento, devem ser fenómenos considerados com atenção na investigação futura devido às múltiplas consequências em relação aos filhos.» (2009, p. 108)

Outras razões que poderão ser aqui apontadas que poderão ou não estar correlacionadas com o género, são de ordem diversa: questões relacionadas com a educação/formação (p. ex.: prosseguimento dos estudos superiores num país estrangeiro); questões relacionadas com a família (p. ex.: laços familiares que o sujeito migratório tem o seu país de origem); questões de âmbito laboral (p. ex.: circulação de quadros de empresas internacionais portuguesas e/ou transnacionais (p. ex.: quadros superiores de empresas multinacionais), bem como

desportistas (p. ex.: futebolistas). Para além desta feminização dos fluxos migratórios, este trabalho contemplará como interlocutores, mulheres brasileiras. Porquê esta opção? Um dado interessante que serve como um de outros possíveis de serem avançados para a questão acima explicitada e que já foi apresentado na figura 2, passa pela notoriedade que a «comunidade» brasileira assumiu nos últimos anos em Portugal, quer sob uma perspectiva numérica, estatística, quer em termos de uma nova configuração do papel social que foram conquistando e que se reflectiu na opção pela realização deste trabalho. Segundo [Malheiros e Padilla \(2010\)](#), existe uma

«equação migratória entre a América Latina e a Europa, com uma visão histórica, integradora e de longo-prazo.» (2010, p. 19)

Portugal assume segundo esta autora, um papel essencial, já que «a maioria dos latino-americanos emigrou para Espanha, Portugal e Itália» (2010, p. 25). [Malheiros e Padilla](#) avançam ainda que «podemos falar da “ibero-americanização” dos fluxos migratórios na Península Ibérica», assim como da “brasilianização” dos fluxos» em Portugal. Observe-se o seguinte gráfico:

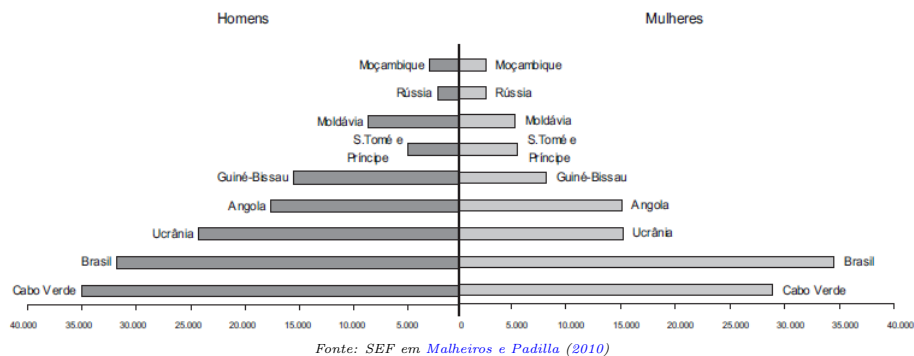


Gráfico 1: Principais comunidades imigrantes em Portugal por género e em termos absolutos em 2007

Uma das leituras que desde logo se podem fazer, é que a maior «comunidade» imigrante feminina em Portugal é a brasileira, com cerca de 35.000 mulheres, enquanto que os homens situam-se nos 32.500. Cabo Verde, por exemplo, supera o Brasil no que toca ao género masculino com quase 35.000 indivíduos, enquanto as mulheres atingem os 29.000. Em termos absolutos, as mulheres brasileiras são a «comunidade» mais representativa, quer em termos de género, quer em termos étnicos. Com efeito, se de início eram os portugueses que emigravam para o Brasil, neste momento, passa-se o inverso. Os brasileiros começaram a perceber há uns anos a esta parte, que Portugal fruto da sua adesão à União Europeia, na altura CEE em 1986, sofreu profundas mudanças económico-sociais que motivaram a escolha de Portugal como país de acolhimento, reforçado por um elemento-chave que é a partilha de um mesmo idioma, o português. As razões económicas, representam um dos factores mais

importantes que permitem justificar a razão ou razões que levam um ou mais indivíduos a emigrar. Padilla e Xavier invocam essa dimensão:

«elementos económicos que explicam, fomentam ou desencorajam os movimentos migratórios, relacionam-se com as possibilidades de uma inserção laboral. É através desta inserção no mercado de trabalho, que o processo migratório pode ser concretizado e mantido ao longo do tempo.» (Padilla e Xavier, 2009, p. 29)

E a via do empreendedorismo torna-se uma realidade a que não somos a-lheios, fomentada pela crise económico-social actual que se faz sentir um pouco por todo o mundo. Portugal não é excepção: o INE publica com regularidade a taxa de desemprego. Segundo os dados referentes ao 3º trimestre de 2011, a taxa de desemprego situa-se nos 12,4%,<sup>5</sup> o que faz com que o desemprego, a precariedade, a redução de salários, a perda de direitos sociais, a insegurança na manutenção dos postos de trabalho, constituem porventura os problemas mais graves com que o país se depara neste momento. O empreendedorismo, tornou-se e torna-se para muitos, uma das e/ou a solução para as dificuldades diárias encontradas.<sup>6</sup> Não são portanto apenas os nacionais que recorrem a esta opção profissional. Também os emigrantes vêm no auto-emprego uma resposta para as suas necessidades mais básicas. Poderemos falar de empreendedorismo étnico no ramo da beleza na Quinta do Conde? Para além de cabeleireiros e centros de estética, foram contactadas algumas lojas de «produtos». A *Brafrican Cosméticos e Acessórios* foi nesse «capítulo» uma delas. A sua proprietária, a senhora Helena no decurso de uma entrevista dada em finais de 2011, descreveu o seu espaço como um local mais direccionado para um público-alvo que veio preencher um lugar que em 2009 se encontrava desocupado na freguesia:

«uma loja mais baseada em acessórios e produtos de cosmética brasileiros e africanos e vendo portanto champôs, máscaras, tintas, ceras para depilação, vernizes.» (Quinta do Conde, 2011)

No que toca aos seus produtos, destacou:

«tenho produtos afro para o cabelo, tenho produtos brasileiros como por exemplo *Novex*, produtos da *Gota Dourada*, champôs. Tenho uma gama de champôs sem sal que sai muito agora. . . e tenho tintas naturais sem amoníaco, que sai muito, também é uma coisa que sai muito. E depois tenho vários produtos para o cabelo: cremes para pentear por exemplo, shampoos, condicionadores. . . tenho vitaminas

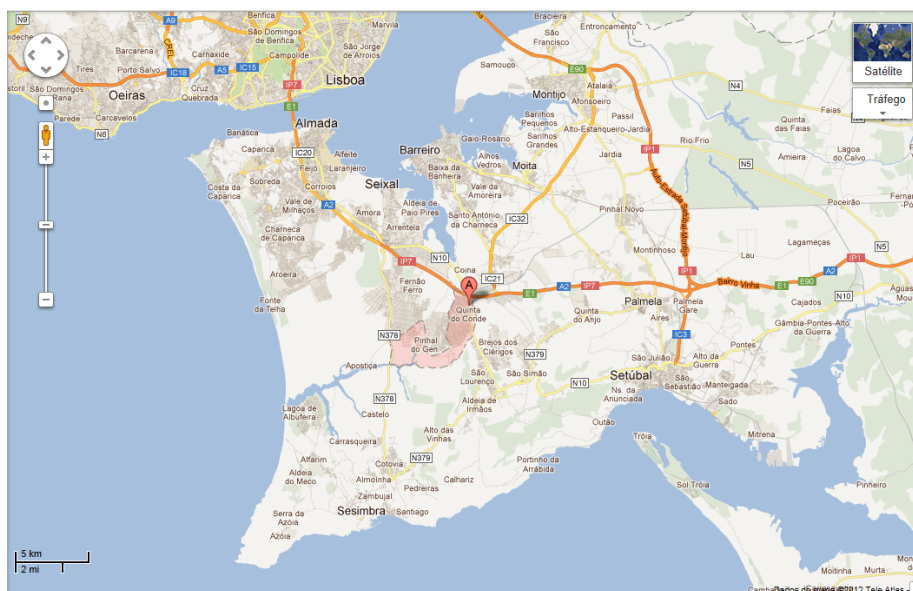
<sup>5</sup> Dados obtidos na página oficial do INE no dia 13 de Fevereiro de 2012. Para mais informações consultar - <http://www.ine.pt>.

<sup>6</sup> É evidente que estamos no campo das suposições. Para se ultrapassar este obstáculo, serão entrevistadas várias mulheres empreendedoras residentes na Quinta do Conde. A amostra será pequena, pelo que as conclusões passíveis desse nome terão como se compreenderá limitações.

para a queda do cabelo. . . bronzeadores, na altura do verão também se vendem bronzeadores brasileiros e cremes da *Flora Brasil*.» (Quinta do Conde, 2011)

Em relação aos seus clientes aprofundou que são «mais brasileiros e africanos e também portugueses já vão aderindo» o que vai ao encontro de dados empíricos de outros estudos, de que muitas vezes, o exótico como que se massifica à população autóctone (Góis e Marques, 2012, p. 60). Ao invés de prosseguir-se com a apresentação de mais dados empíricos, façamos primeiro uma pequena incursão pelo terreno e pela metodologia empregue.

## 2 Enquadramento territorial, metodologia utilizada e informantes



Fonte: Google Maps, 2012

Figura 3: Quinta do Conde

### 2.1 Enquadramento territorial

O terreno como já fora dito no início deste trabalho, foi a Quinta do Conde, a maior freguesia do concelho de Sesimbra. Constituída em 1985, chegou a vila dez anos depois ou seja, em 1995, transformando-se no pólo aglutinador da região na área de prestação de serviços e na área comercial. É de acordo com a Câmara Municipal de Sesimbra que se baseia por sua vez nos Censos de 2011 e, a freguesia que mais contribuiu para o crescimento populacional dos



últimos 10 anos do concelho de Sesimbra com cerca de 16.389 habitantes.<sup>7</sup> A lei das chamadas Áreas Urbanas de Géneses Ilegal (AUGIS) e a sua aplicação, bem como melhoria se quisermos a uma macro-escala das acessibilidades das quais se destaca a travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, facilitando dessa forma ainda mais a proximidade com Lisboa, os investimentos que a Câmara Municipal de Sesimbra tem feito no concelho e em particular na própria freguesia da Quinta do Conde com a abertura de delegação municipal, da edificação de escolas, da construção de um Pavilhão Gimnodesportivo, do Parque da Vila, dos inúmeros arruamentos asfaltados, da construção do Mercado Municipal e da rede de saneamento e tratamento de resíduos, a par com a iniciativa privada na abertura de pequenas superfícies comerciais, restaurantes, farmácias, clínicas médicas, agências bancárias, a construção de novas residências, favorecido ainda pela relativa aproximação a polos industriais relevantes como a Autoeuropa, foram em resumo iniciativas que captaram novos habitantes, emprestando à freguesia um dinamismo até então ausente.

## **2.2 Metodologia utilizada**

A metodologia empregue assentou em trabalho de campo na freguesia da Quinta do Conde, recorrendo à observação participante e na realização de cerca de 10 entrevistas semi-estruturadas, contactos exploratórios, conversas formais e/ou informais, troca de correio electrónico com várias instituições e agentes com destaque para a Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) e para alguns gabinetes da sua dependência como o Gabinete de Apoio ao Empresário (GAE), entre outros. Recorreu-se em todas essas tarefas, a um diário de campo, onde se procurou registar informações de natureza diversa, que de outra forma se poderia perder e esquecer. No final, pretende-se produzir uma breve etnografia da globalização com base nos testemunhos recolhidos, assim como em todos os dados empíricos que foram sendo recolhidos, coadjuvados com alguma recolha e tratamento de informação de pendor qualitativo por força dos objectivos traçados no início da investigação e que vão ao encontro da preocupação de enquadrar o estudo aqui exposto, numa perspectiva mais ampla e sustentada no que concerne aos estudos migratórios e em particular à feminização dos fluxos migratórios na contemporaneidade.

## **2.3 As informantes**

Antes de se passar à abordagem e respectiva caracterização da amostra, é essencial reflectir um pouco em torno dos espaços onde se recolheu a informação empírica na Quinta do Conde. Com efeito, a observação participante foi feita em locais feminizados como são disso exemplo os centros de estética e os cabeleireiros. Os serviços de beleza são nesse sentido, atividades executadas quase em exclusividade por mulheres, sendo reconhecidas pela sociedade em geral, como tarefas femininas e como que uma extensão dos cuidados do lar. É evidente que na actualidade, este tipo de situações têm vindo a esbater-se e a

<sup>7</sup> Para mais informações, ver <http://www.cmsesimbra.pt/pt/conteudos/noticias%2Be%2Beventos/noticias/20110916%2Bresultados%2Bcensos%2B2011.htm>.

Quinta do Conde é, à sua escala, também o reflexo disso mesmo com o salão de cabeleireiros mais famoso a ser gerido por dois homens e uma mulher. Isto para dizer que as interacções e as sociabilidades aí manifestadas, são produzidas quase em exclusivo por mulheres; entre mulheres e para mulheres, o que significa que para um antropólogo (homem) ou se quisermos, um cientista social que trabalhe com questões de género, uma permanência sistemática e extensiva em ambientes desta natureza não constitui tarefa fácil. Após este pequeno apontamento, passemos em traços gerais a alguns dados biográficos das 10 entrevistadas quinta-condenses, embora neste presente artigo, só se apresentem 4 casos. Observe-se o seguinte quadro:

Nome	Chegada a Portugal ou Quinta do Conde	Actividade	Funcionários
Joana	2004	Centro de estética	s/f
Júlia	2000	Cabeleireiro	vários
Daniela (portuguesa e natural de Chaves)	2000	Cabeleireiro	s/f
Maria	2002	Centro de estética	s/f

Como se pode constatar, a amostra trabalhada foi uma amostra não-aleatória, já que as entrevistadas foram escolhidas com base em alguns critérios: 1) serem proprietárias ou gerentes de um salão de cabeleireiro ou de um centro de estética; 2) serem mulheres; 3) terem a mesma nacionalidade (brasileira). No entanto, considerou-se com o desenrolar da investigação e à medida que os dados empíricos foram sendo alinhavados que esse critério poderia em certa medida tornar-se redutor, pelo que deveria ser ultrapassado. Assim, para além de se ter efectuado entrevistas a mulheres imigrantes empreendedoras brasileiras, também incluiu-se o caso de uma mulher portuguesa empreendedora. A justificação reside que a certa altura tornou-se inevitável confrontar o que pensam umas das outras acerca de várias questões: forma de trabalhar; produtos utilizados; clientela; *know-how*/técnicas; predisposição das entrevistadas para este tipo de trabalho. De seguida, apresentam-se mais em pormenor os vários percursos migratórios que ao longo do final do ano passado, até ao momento presente, foram sendo recolhidos e tratados.

### **Joana, proprietária de um centro de estética**

Joana é proprietária de um centro de estética, local onde presta vários serviços: manicure, pédicure e unhas de gel. Originária de Minas Gerais, Ipatinga, chegou a Portugal em 2004 sozinha e não tinha cá qualquer família nem amigos. Escolheu Portugal porque «fala a mesma língua e emigrei porque queria uma coisa nova, mudar de área», salientando que até foi um pouco «à toa». Joana referiu a dada altura que necessitava de conhecer uma nova realidade até porque segundo diz,

«naquela altura todo o mundo saía. . . para os EUA, para ir para ali e para lá, e tal, e eu vim para cá porque não gastava muito na altura e como falava a mesma língua era mais fácil por isso.» (00:00:46)

Joana mantém contactos regulares com a família no Brasil, graças às novas tecnologias como a internet e as redes sociais (*Facebook*). Os amigos nem tanto, até porque esses diz, já estão quase todos casados. No que toca às questões laborais, Joana salientou que existiu da sua parte no passado, uma grande necessidade de trabalhar, tendo exercido por essa razão ainda antes de emigrar, funções em diversas profissões que em pouco ou nada se assemelham com aquilo que faz hoje-em-dia:

«Trabalhava aos fins-de-semana. Durante a semana trabalhava num hotel, na recepção de um hotel. Eu já fazia isso mas não fazia isso como profissão. E depois eu vim para cá. Isto é muito mais procurado que lá, lá toda a gente faz cabelo por isso não há assim tanta procura.» (00:02:35)

A esse propósito, fez questão de recordar que em Portugal o seu percurso profissional foi bem mais simples:

«Foi fácil, quando eu cheguei fiquei 10 dias sem trabalhar. Depois conheci logo uma senhora que tinha um mini-mercado. Então ela lia os anúncios do *Correio de Manhã* e ligou para um cabeleireiro na altura em Cruz de Pau e disse que conhecia uma moça sua amiga assim. . . ela é manicure; e foi através dessa senhora que eu fui a uma entrevista e fiquei. Trabalhei para essa senhora 1 ano e meio. Trabalhei num outro cabeleireiro 3 anos. Dois anos aqui e depois legalizei. Fiquei 11 meses em casa, depois que o meu filho nasceu. (Quinta do Conde, 2011)

Apesar de ter chegado à Quinta do Conde em 2004, Joana já trabalhou por conta de outrém na Cruz de Pau (o seu 1º emprego com contrato de trabalho) e no Laranjeiro, embora tenha confidenciado que durante 1 ano e meio trabalhou sem qualquer tipo de contrato, o que coincidiu talvez com a altura em que se encontrava mais «vulnerável». Após algum tempo de permanência em Portugal, conseguiu legalizar-se, o que lhe possibilitou poder descontar para a Segurança Social. A decisão de abrir um cabeleireiro por conta própria deveu-se sobretudo à necessidade urgente de conciliar a sua vida profissional, com a sua vida familiar, numa altura em que foi mãe e essa questão passou a ser central na sua vida:

«Estive em casa. É complicado. . . e eu optei para trabalhar para mim. Eu trabalhando para os outros, eu ia receber à comissão e assim eu faço a coisa à minha maneira. Entro e saio à hora que eu quero e como tenho filhos. . . » (00:00:45)

Embora admita ter passado por vários percalços, Joana encara o momento presente com satisfação, apesar da actual crise económico-social. É empresária em nome individual, fazendo questão de frisar que,

«acima de tudo tenho tido dinheiro. Agora não tenho muito. Sempre tive dinheiro. Agora a coisa está mais pobre, está mais complicada... e a crise... As pessoas escondem-se atrás da crise. Mas não tenho razão de queixa... Hoje, por exemplo, tenho tempo, estou a falar com você numa boa, mas no fim-de-semana... na 5ª-feira, na 6ª-feira, no sábado, há muito mais trabalho porque as pessoas ou saem ou arranjam-se para passar o fim-de-semana em casa com o marido, com os filhos, ou arranjam-se na 2ª-feira para passarem a semana de trabalho bonitas. Lá isso não existe muito. Lá é só ao fim-de-semana.» (00:03:47)

Joana trabalha sozinha e os seus clientes são tanto brasileiros como portugueses, não fazendo qualquer distinção entre uns e outros. Na opinião da mineira, o estado não promove quem se torna empreendedor já que quando abriu o centro de estética de que é proprietária na Quinta do Conde, este não lhe forneceu qualquer apoio, quer seja de natureza financeira, quer seja de natureza técnica e que se reflecte no aconselhamento e acompanhamento do negócio, através das várias entidades sob a sua dependência como é disso exemplo o IEFP,<sup>8</sup> o IAPMEI,<sup>9</sup> entre outras. Joana recorda que em 2004, estava desempregada, estando a usufruir do subsídio de desemprego. Nessa condição e para se poder tornar empresária em nome individual, poderia requerer do pagamento total ou parcial do subsídio de desemprego, a partir do momento em que o seu projecto empresarial fosse considerado viável no IEFP. No entanto e já depois de se ter encontrado com um técnico para debater esta questão na Cotovia,<sup>10</sup> acabou por desistir da ideia porque lhe foi transmitido que o melhor seria ir «por sua conta», até porque o tempo de espera de aprovação de um projecto varia entre 5, 6 meses, o que não era nada benéfico para a situação que estava a viver. A juntar a este aspecto, Joana acrescentou ainda que caso mesmo assim, todas estas situações fossem ultrapassadas, no final e já depois do projecto estar aprovado, o estado ou quem o representa nesta situação, iria dizer «uma coisinha bem mínima para não aprovarem», pelo que decidiu avançar sozinha, tendo dado baixa do fundo de desemprego num dia e aberto o seu centro de estética, três dias depois. No plano pessoal, Joana frisa que as suas expectativas ao nível familiar concretizaram-se com o nascimento do seu «filho lindo» e que apesar de ter imigrado por razões económicas, tornou-se evidente que com o passar dos anos,

---

<sup>8</sup> O Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, foi criado em 1979 e é um serviço público de emprego nacional que tem como finalidade a criação de emprego, bem como o combate activo ao desemprego. Para mais informações ver <http://www.iefp.pt/iefp/Paginas/Home.aspx>.

<sup>9</sup> O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, é um organismo que tem como finalidade, a assistência às PME nos seus processos de crescimento, de aumento de competitividade e de políticas que promovam um crescimento sustentado do empreendedorismo, entre outras funções.

<sup>10</sup> Freguesia do Castelo em Sesimbra.

«a pessoa quer constituir família desde que não esteja no desemprego né? Sim, eu acho que sim e não vou embora. Tenho casa própria. Não vou embora. Vão ter de me aturar até eu ficar mais velhinha... (risos)» (00:07:48)

Em jeito de balanço, Joana salientou que visitou outras cidades (Lisboa); conheceu «muita gente boa» assim como «muita gente que não presta como em tudo na vida», tendo feito muitas amizades com quinta-condenses, garantindo que «não tenho razão de queixa e pronto» (00:09:42). Após a recolha e tratamento da informação aqui exposta, existiram um conjunto de questões que aquando das incursões iniciais no terreno não se tinham colocado. Nessa perspectiva entendeu-se voltar ao contacto com a Joana e explorar essa dimensão, procurando estabelecer-se uma comparação entre o que é exercer a actividade de cabeleireira em dois países distintos no que concerne à formação, técnicas, produtos, forma de trabalhar, etc. A esse propósito a entrevistada informou que existem diferenças em termos técnicos:

«a gente tira a pele, empurra a pele, quando não pinta, limpa e volta e aqui aprende-se de outra maneira. Por exemplo aqui quando se está a tirar um curso mesmo se é o IEFP, só pode dar 3 pinceladas. Por exemplo e nós não. Coloca o dedo inteiro com verniz e depois vai lá com um panito e limpa. Uma coisa mais perfeita, é só por aí, eu acho.» (00:00:41)

No que se refere às unhas de gel, um serviço tão em voga hoje em dia, a opinião de Joana acerca deste tipo de trabalho, é que está a caminhar a passos largos para se tornar uma actividade cada vez mais minuciosa, revelando ainda que se trata de uma actividade que,

«não existe no Brasil até hoje. Unhas de gel é europeu. É Europa. Uma manicure que venha agora do Brasil, ela não sabe nem o que é que é gel.» (00:05:41)

Joana ressalva no entanto que existem algumas clínicas de estética que prestam esse tipo de serviços no Brasil, mas «são muito caras». Joana tirou o curso de esteticista no Brasil, exercendo a sua profissão na Quinta do Conde conforme os conhecimentos aí adquiridos, até porque segundo aquilo que nos foi dito, «as clientes gostam da minha forma de trabalhar». Os produtos que aplica tanto são brasileiros, como portugueses, embora neste momento utilize mais os portugueses porque são mais baratos. Joana concorda com a ideia que a profissional brasileira do sector da estética,<sup>11</sup> trouxe algum *know-how* a este meio, até porque nota, as suas colegas portuguesas têm «caprichado» e adaptado algumas técnicas que aprendeu no Brasil. Sustenta por essa razão que aquelas que não se adaptam, acabam por perder a clientela para outras esteticistas. Para além

<sup>11</sup> Por sector da estética, entenda-se neste contexto apenas os cabeleireiros e os centros de estética.

do mais defende, uma manicure também é uma psicóloga, o que permite criar laços de afecto e amizade duradouros para com os seus clientes. Questionada face à concorrência que poderá existir (ou não) entre si e sobretudo as suas colegas portuguesas, argumentou que essa rivalidade a ser verificada, apenas ganha visibilidade em alguns detalhes, remetendo esses casos para situações em que está a trabalhar e sente que uma colega sua portuguesa, poderá aqui e ali olhar para aquilo que está a fazer.

### **Júlia, cabeleireira e gerente de um cabeleireiro**

Júlia é natural do Rio de Janeiro, Niterói. Emigrou para Portugal em 2000 e neste momento faz parte de uma equipa de três pessoas que gere um dos cabeleireiros mais famosos na Quinta do Conde. Chegou à freguesia acompanhada pelo marido português que lá viveu consigo durante 11 anos e os seus 2 filhos. Quando chegou a Portugal, tinha familiares do marido que já cá moravam. O seu percurso migratório é em traços gerais, marcado por algumas diferenças entre a época em que emigrou e a actual:

«eu vim numa altura em que não haviam tantos brasileiros cá em Portugal, 2000. Estamos em 2011 não é? Na altura em que eu cheguei cá não tinha muitos brasileiros».

Há mais de uma década radicada em Portugal, a niteroiense nunca pretendeu trazer qualquer familiar seu para junto de si. Apenas a sua mãe já cá esteve mas foi durante um curto período de férias. Emigrou para Portugal para «fugir» à violência do Rio de Janeiro e escolheu a freguesia da Quinta do Conde por ser uma localidade calma e pacífica, capaz de proporcionar um ambiente harmonioso que favoreça o crescimento dos seus filhos. Júlia revela apesar de tudo, que nunca teve «problemas» no Rio, advertindo que isso não a impede de frisar que já passou por momentos complicados, embora não entre em pormenores:

«vi muita coisa, vi muita coisa, mas entre aspas porque o meu pai era da marinha e eu vivia em zona militar. Então na marinha... é diferente não é? Não há essas casas, nem favelas, nada disso não! Mas via muita coisa. O Rio de Janeiro é uma cidade violenta.» (00:01:33)

O mesmo já não pode ser dito de Portugal, porque segundo aquilo que nos transmitiu, já foi assaltada cá, pouco depois de ter chegado. Ao contrário de Joana, Júlia pretende retornar a Niterói. Já todos partiram, acrescenta, excepto ela própria e a sua sogra. Júlia mantém contactos regulares com o Brasil. De 2 em 2 anos, vai lá visitar os seus pais. Para além das viagens que efectua, usa a Internet, *Facebook*, *Orkut*, *Skype*, para manter-se actualizada com o seu país e com a restante família. Em relação às questões laborais e à sua inserção sócio-profissional na Quinta do Conde, Júlia conta que tentou trabalhar na área da farmácia, porque tinha sido assistente farmacêutica no Brasil. Dessa forma, apresentou aos empregadores a que se dirigiu na altura, um certificado que atestava as suas habilitações no ramo. Porém, face à inexistência de um

reconhecimento da sua formação por parte destes, de ter dois filhos para criar, da dificuldade em morar na Cruz de Pau e de ter que tirar um curso em Lisboa, foi fazer uma entrevista através de um anúncio de trabalho que leu, num cabeleireiro português, tendo aí ficado como assistente de cabeleireira durante 6 a 7 anos.<sup>12</sup> Um dado que poderá ter ajudado à sua entrada profissional neste meio, é a ligação que a sua família mantém no Brasil com esta profissão: todos são cabeleireiros e os que não são, optaram pela costura, adianta. Para si, existem algumas disparidades inerentes a esta actividade no Brasil e em Portugal:

«as mulheres brasileiras são mais exigentes, tanto no ramo das unhas, pés, mãos, beleza. Elas gostam muito de tratar do cabelo. Aliás no Brasil é afro-brasileira, é muito cabelo. A diferença é que aqui a mulher portuguesa tem pouco cabelo e... o meu irmão é cabeleireiro. Esteve aqui 6 meses de férias mas não se conseguiu legalizar e não conseguia trabalhar nos cabelos porque estava acostumado com outro cabelo porque aqui a mulher portuguesa gosta de dar volume e a gente no Brasil... O meu cabelo é caracol, está é esticado. O meu cabelo é muito caracol. Por exemplo arranjam muito pé mas no geral... lá a mulher brasileira do Rio de Janeiro é verão o ano inteiro. Os cabeleireiros estão cheios o ano inteiro. Nessa questão aqui, eu vejo que o nível de movimento cai; “lá a mulher brasileira é mais vaidosa, gosta mais de mostrar a unha, de sandália.”» (00:05:10)

Os seus funcionários são todos brasileiros, excepto 2 portugueses, referindo não por opção, apenas porque foram saindo com o tempo. A clientela foi no passado 100% brasileira, mas nos últimos anos a esta parte, famílias inteiras começaram aos poucos a regressar ao Brasil, mencionando um caso bem ilustrativo do que acabara de dizer:

«aqui na Quinta do Conde então... por exemplo: uma família que tinha para aí umas 20 pessoas; 15 pessoas. Vinha a mulher, vinha o marido, vinha o filho... vinha o neto. A família foi embora. Perdemos isso tudo não é? Temos uma percentagem de 30% a 40% de clientes portugueses. Também gostam do nosso trabalho e como temos uma cabeleireira portuguesa e temos uma brasileira que já trabalhou num salão português, como eu que já trabalhei, também gostam de vir cá. E também temos muitos clientes afro.» (00:07:05)

A maioria da sua clientela mantém-se mesmo assim brasileira. No salão onde trabalha, os produtos utilizados são na sua maior parte, produtos italianos da marca *Helen Seward*, embora também existam outros. Quanto às questões laborais, a niteroiense afirma que trabalhou sempre com contrato, frisando que esteve sempre legalizada e não exercendo qualquer outra actividade remunerada

<sup>12</sup> Saliente-se que este dado não pode ser dado de forma taxativa, por se apresentar com algum ruído aquando da transcrição da entrevista.

a não ser aquela que tem no momento presente. A discriminação foi de início algo com que se teve de confrontar. A esse respeito assegura mesmo que os brasileiros são perseguidos pelos portugueses:

«mas foi um bocado difícil porque eu como também trabalhava na farmácia e fazia a recolha de mercadorias e tinha que fazer conferência, fazia inventários, também fui à procura de supermercados. Por acaso não fui bem atendida, não gostei. Por acaso tivemos lá uma cena no *Pingo Doce* porque havia vaga e ela me respondeu que havia pessoas qualificadas para aquilo. E eu disse, a senhora é que não é qualificada para me dar informação. Porque a senhora nem sabe se eu tenho o 12º completo. A senhora não sabe a minha informação e a senhora também não sabe a necessidade porque eu acabei de chegar do Brasil e agora estou à procura de trabalho.» (00:09:40)

Um dado interessante a este respeito, é quando Júlia fala dos seus conterrâneos, afirmando que a maior parte deles não tem escolaridade, não sabe falar, «andam aí soltos, vagabundos» enquanto que ela é trabalho-casa e casa-trabalho. Em síntese, não considera ter sido difícil abrir o cabeleireiro onde de momento se encontra a trabalhar, facto que a leva a dizer que se encontra satisfeita quer em termos profissionais, quer em termos pessoais. A crise económica que estamos a atravessar tem sido sentida por esta niteroiense de uma forma gradual, facto que não a espanta ao ver os seus conterrâneos a retornar ao Brasil. Ainda cá está porque comprou casa e aguarda que o seu filho mais velho acabe o 12º ano. Em jeito de balanço final, salienta que está contente por Portugal ser bastante diferente do Rio de Janeiro, no que toca à questão da segurança, permitindo dessa forma criar os seus filhos num clima de paz e tranquilidade, usufruindo de um sistema de saúde que considera de bom.

### **Daniela, cabeleireira portuguesa**

Daniela nasceu em Chaves e é cabeleireira há 50 anos. Chegou à Quinta do Conde em 2000 e entrou no ramo da beleza porque gostava da profissão e porque casou com um cabeleireiro português. Trabalhou durante 10 anos na cidade que a viu nascer, antes de se juntar ao seu marido que tinha emigrado para Angola. Na capital Luanda, viveu durante 4 anos, saindo de lá em 1975. Ainda ponderou regressar a Portugal mas na altura «as notícias não eram muito animadoras», conforme realça. A falta de emprego era na sua opinião, um problema estrutural de que o país padecia e a solução que encontrou foi de novo emigrar mas desta feita para o Brasil, fixando-se na cidade de S. Paulo durante alguns anos. Observando o seu percurso migratório, Daniela foi cabeleireira em 3 países diferentes, congregando em si mesma diversas experiências migratórias num mercado de trabalho que na altura já era se quisermos global, mas não tão globalizado como o actual. Cabe aqui portanto evidenciar algumas discrepâncias no que concerne aos mercados de trabalho por onde Daniela passou, assim como outras questões consideradas relevantes:



### **Daniela emigrante em Angola**

«em Angola a diferença não é nenhuma porque lá está pouco desenvolvido na área de cabeleiros. Então não haviam assim muitos cabeleiros. Eu cheguei lá, comecei logo a trabalhar. Eu trabalhei, fiz a casa. . . saí de lá em 75, em Outubro de 1975.»

Daniela também sentiu algumas diferenças no que respeita aos cabelos e aos cortes usados:

«na época que eu fui usavam-se muitos aqueles cortes nas negras não é. . . (trabalhava para senhoras), o *Black Power* – aquele corte redondo, de carapinha. Eu por acaso tinha jeito para aquilo»; «na época em que eu estava em Angola não se ouvia falar em alisamentos. A gente alisava com um líquido permanente e fazíamos a toca de gesso que era um processo para alisar os cabelos, fazíamos permanentes com. . . no cabelo encaracolado para ficar. . . para fazer um caracol mais largo. E o resto era igual.» (00:04:14)

### **Produtos utilizados**

Em termos de produtos Daniela sustenta que os produtos angolanos no mercado eram todos importados de Portugal, embora existissem alguns produtos sul-africanos. A maioria eram da *L'Oréal*. Neste momento (2012) já existem alguns produtos brasileiros que são bons no geral.

### **Daniela emigrante no Brasil**

«No Brasil também me empreguei. Estava ambientada com o trabalho. . . ia sem dinheiro. Perdemos tudo em Angola e tinha que arrumar emprego. . . arrumei uma casa, montei um salão e mantive-me lá durante 25 anos a trabalhar.»

### **As técnicas utilizadas**

A escova progressiva é para Daniela, uma técnica originária do Brasil. Para além disso, afirma que se trata de uma prática recente. No seu tempo, apenas se faziam extensões.

### **Produtos utilizados**

Para Daniela, existem alguns produtos que foram sendo proibidos nos cabeleiros pelo seu alto nível de toxicidade, embora saiba de casos em que eram utilizados em casa das clientes, através do emprego de formol e éter, por exemplo. A indústria brasileira é para si, de grandes dimensões, existindo enorme diversidade de gamas, marcas e de tudo o que este sector comporta. Garante

que não trabalha na Quinta do Conde com produtos brasileiros, apesar de ter lá estado mais de duas décadas a trabalhar.

### **Cabelos, mãos e pés das clientes**

«ai é muito bom (risos). É muito bom trabalhar. Elas (brasileiras) têm cabelos muito bons porque elas têm uma maneira de ser... para elas, as mãos, os cabelos e os pés têm que andar sempre impecáveis e elas cuidam-se muito. Cuidam muito da parte dos cabelos, cuidam muito dos cabelos. E então é muito fácil trabalhar com elas. Elas são modernas, são ousadas.» (00:06:46)

A mulher brasileira é na sua opinião «muito mais aberta para a parte da beleza». Um dado curioso é que vê muitas mulheres jovens na Quinta do Conde com problemas de calvície, com queda de cabelo acentuado. No que respeita às mãos e pés, defende que as mulheres cuidam mais das mãos e dos pés no Brasil.

### **O regresso a Portugal, a crise e o seu impacto**

«é muito difícil trabalhar em Portugal porque nós habituamo-nos ao cliente, ao cabelo da cliente e a cliente habitua-se a nós. A gente sabe o que vai fazer num penteado, num cabelo. Mas depois chega um cliente que não é um cliente, vem hoje e amanhã já não vem. Nós estamos sempre perdidas porque nós vemos o cabelo naquela hora, faz o que a cliente pede mas não dá para criar, não dá para aprimorar, não dá para fazer, não dá para aconselhar a cliente, não há aquele convívio que deve de haver, assim como os médicos.» (00:09:55)

Daniela relaciona a crise económica com a quebra acentuada de clientes no seu salão. O problema é mesmo a falta de dinheiro que tem levado as pessoas a pintar os cabelos em casa (andando depois com os cabelos manchados), a procurar o mais barato, não importando o trabalho que se faça. Daniela revelou ainda assim que tem alguns clientes (a maioria portugueses) há largos anos. O resto, andam sempre a «saltar entre o mais barato, querendo experimentar tudo».

### **Colegas portuguesas**

Daniela não vê as suas colegas portuguesas como concorrentes e quanto ao que acha daquilo que pensam de si, sustenta que não pode dizer nada que seja fundamentado, porque não se conhecem. Não existe convívio.

### **Colegas brasileiras**

Daniela salienta que as suas colegas brasileiras por seu turno, são muito hábeis, defendendo que:

«uma brasileira se quiser arranjar as unhas, ela não precisa de tirar um curso. Ela chega a um lugar qualquer – “Eu sou manicure” e atende uma cliente. Elas são mesmo assim. Elas deitam mão a qualquer coisa. Elas querem é ganhar dinheiro. Então não precisam de ter curso nem nada. A maioria das brasileiras que estão a trabalhar aqui nunca fizeram curso nenhum. Chegaram aqui, começaram a trabalhar e vamos lá a ver.» (00:20:07)

### **Maria, esteticista brasileira**

Maria morava no estado da Baía, situado no nordeste do Brasil e chegou a Portugal em 2002. Emigrou sozinha e em Portugal tinha apenas alguns amigos. Nunca trouxe ninguém a não ser o filho que já cá esta há 2 anos, nem pretende fazê-lo. Escolheu Portugal como país de acolhimento um pouco ao acaso. O seu percurso migratório é ainda marcado por passagens por Itália, a que se seguiu o regresso ao Brasil e mais tarde a Quinta do Conde. Ao início, a baiana considerou ficar em Portugal durante 2 anos. Porém, acabou por ficar mais tempo. Portugal é parecido com o Brasil, refere, para além do facto da língua ser a mesma. Mantém contactos regulares com os seus familiares no Brasil através da Internet e do telefone.

### **Mercado de trabalho**

Maria defende que a entrada no mercado de trabalho português foi

«fácil. Difícil para mim foi entender o que o português falava. O sotaque era diferente não é? O dialecto era um pouquinho diferente. Mas depois assim mais ou menos um mês, fiquei vendo televisão. . . então aprendi a ouvir o que é que vocês portugueses falavam, então consegui». (00:02:04);

«eu consegui por causa de um amigo meu. . . já cá estava aqui na Quinta do Conde»; «nunca saí aqui da Quinta do Conde. Já moro aqui há 10 anos.» (00:02:32);

«Era. . . ajudante de cozinha. Isso não foi bem emprego. Era tipo tirar umas férias de uma amiga dele que estava lá e foi tirar férias. . . depois o 2º emprego foi na *Central Cash* na *Palmela Alimentar*, ali na Palmela que foi. . . Trabalhei 3 anos de contrato, era armazém. . . depois fui para um café. . . o seguinte foi sempre café e restaurante. Depois, eu fui para o salão.» (00:02:57)

A baiana informou que já trabalhou no passado sem contrato. Durou cerca de 1 ano, recorda. Neste momento, trabalha no salão de que é proprietária há 2 anos,

«mas antes já tinha trabalhado num salão de uma cabeleireira portuguesa, portuguesa não africana. . . trabalhava por percentagem»;

«nós, esteticistas não somos muito de empregadas. Somos mais de trabalho por comissão.» (00:03:58)

A sua escolha de abrir um salão de estética ficou a dever-se a «basta de dar dinheiro aos outros (risos). Quer dizer, trabalho para os outros e tenho de dar 30%? Se trabalhar para você não tem que dar aos outros, fica para ti. . . » (00:04:24). Maria confessa que já tinha trabalhado no Brasil como «manicure e pédicure. . . Não era muito bem a minha profissão. . . eu trabalhava na oficina do meu marido. É que o meu marido tinha uma oficina mecânica, então eu administrava lá os negócios dele.» (00:04:48) Já teve no passado outra actividade (*part-time*) mas de momento dedica-se em exclusivo ao seu centro de estética. Considera que o mercado de trabalho português neste sector está «está muito fraco». «Neste momento está»; «a crise afectou muito»; «já não tem dinheiro para gastar nisso»; «mas eu acho que agora em Fevereiro está pior do em Janeiro».

### **Ser esteticista no Brasil e em Portugal. Que diferenças?**

As diferenças ou se quisermos neste caso, as dificuldades que encontrou entre o exercício do seu ofício no Brasil e na Quinta do Conde foram mais em questões relacionadas com a língua do que aquelas derivadas com a prática em concreto da sua profissão. De qualquer forma, sustenta que na área da manicure, o mercado de trabalho brasileiro é mais desenvolvido, para além das suas profissionais configurarem uma forma de trabalhar pautada por uma certa distinção:

«tira mais pele, tira tudo. A manicure portuguesa é diferente. . . que é mais. . . tira os cantos, espigões e depois empurra as cutículas para depois pintar. Não pinta no cantinho da unha e a brasileira já pinta. Todas as diferenças são essas, mas são mínimas. Não são muito diferentes.» (00:06:11)

Apesar de ser esteticista, Maria também já foi ajudante de cabeleireira de uma portuguesa, o que a ajudou a distinguir o modo de arranjar o cabelo dos dois lados: «os brasileiros gostam de cabelo liso, esticado, bem liso e os portugueses gostam mais alto. A escova deles é mais alta.» (00:07:00) Maria assinala diferenças em relação aos cuidados que a mulher portuguesa e a mulher brasileira têm com o corpo, situando-as na dimensão cultural dos países em questão:

«não, não é só a carioca. É o Brasil em si. No Brasil por acaso conheço Minas Gerais que já morei lá 8 anos. Conheço Baía que sou de lá. . . Rio de Janeiro só fui passear um pouco mas todos os lugares do Brasil, as mulheres são muito vaidosas. . . Nas Minas Gerais as mulheres gostam muito de escovar o cabelo. É raro você ver uma mineira sem esticar o cabelo. Na Baía as mulheres gostam muito de cuidar do corpo, vão muito ao ginásio. Rio de Janeiro também as mulheres se arranjam muito. Porquê? Rio de Janeiro e Baía são

estados que são praias... a gente se cuida muito. Espírito Santo é uma cidade, é um lugar que eu morei também. Em Espírito Santo as mulheres se cuidam muito. As mulheres lá no Brasil se preocupam em ir para um ginásio todos os dias»; «se você levanta de manhã cedo no Brasil, 5 horas da manhã, se você mora numa região perto de praia, até mesmo nos lugares que não tem praia, de manhã você vê um monte de gente tudo levantando-se 5 horas da manhã, tudo para fazer caminhada», «porque a saúde está em primeiro lugar, porque lá no Brasil as pessoas... investem nisso.» (2-2, 00:00:00)

Maria argumenta que o exercício físico é um vício, daí frequentar com regularidade um ginásio. Quando se começa, tem-se sempre necessidade de fazer mais. É uma forma de libertação defendendo que é um prazer ir para o trabalho depois de se ter passado pelo ginásio. No Brasil por exemplo, às 5h da manhã já estava na praia a fazer caminhada. Para além da «beleza», Maria afirma que o «brasileiro gosta muito de dançar». Ao ouvir estas palavras, uma cliente que aguardava a sua vez de ser atendida, acrescenta:

«é outra cultura. São outros hábitos. É o hábito que o povo português não tem... o povo brasileiro é mais um povo quente, um povo mais parecido com o africano vá, daí ter outros hábitos, é diferente...» (00:04:11)

No que se refere às unhas de gel, refere que não sabe se foram os brasileiros que trouxeram essa técnica para cá, embora diga que no Brasil fica muito caro fazer unhas de gel, embora sejam pessoas que até têm dificuldades que não se importam de pagar por este tipo de serviços. Maria tem uma expressão lapidar a esse propósito:

«A estética para o brasileiro é tipo café. Você toma café de manhã. Não existe isso, tipo classe... na estética não. Vai pobre, vai rico, vai tudo... não tem dinheiro para comprar roupa X mas tem um dinheiro para ir lá numa cabeleireira ou para fazer uma manicure ou pédicure. São mesmo viciadas nisso.» (00:06:25)

### **Produtos utilizados**

Uma das questões que foram abordadas foi a utilização ou não do formol. Segundo a informante, ela própria usa o formol, referindo que este:

«tem gente que tem alergia, se tiver alergia incha o couro cabeludo e incha a cabeça e leva até à morte. Já vi casos no Brasil, pessoas morrerem mesmo. Mas isso aí porque o formol para fazer uma escova progressiva temos que pensar no cabelo da cliente primeiro para ver se a cliente tem alguma reacção ou não... não pode chegar assim e

enfiar a progressiva no cabelo da pessoa. Depois tem que pagar uma multa. Depois dá problema, é tipo tinta.» (00:07:44)

Maria não conhece os produtos portugueses mas sim (mais) os brasileiros. Trabalha ainda com os produtos espanhóis, italianos e franceses que são os que chegam ao seu salão, enquanto que os portugueses nem vê-los. Apenas alguns vernizes que saíram à pouco tempo. Quanto aos brasileiros, salienta um verniz por demais conhecido (*Risqué*).

### **A clientela e as suas preferências**

Os clientes que tem são na sua maioria portugueses que já a conhecem há vários anos. A preferência destes em relação ao seu salão deve-se porventura aos preços mais baixos que pratica. Nas suas próprias palavras,

«as portuguesas acham que nós brasileiras, somos mais dedicadas no nosso trabalho, do que às vezes as próprias portuguesas que fazem do jeito – Estou despachando! Nós não. Nós cativamos a cliente, conversamos, prestamos atenção. Sabemos o que é que a cliente precisa porque eu acho que na área da estética não é só cuidar da beleza da cliente. Nós também temos que fazer uma amizade com a cliente para a gente saber qual é a personalidade da cliente para cultivá-la.» (00:10:58)

Tem clientes que tanto podem vir dia sim, dia não, todas as semanas, dependendo daquilo que querem fazer: massagens, etc. Para si, a mulher brasileira é mais vaidosa, embora a mulher portuguesa «já evoluiu muito»; «já são mais vaidosas»; «já se cuidam».

### **Colegas portuguesas e brasileiras**

Para Maria, as suas colegas portuguesas são dedicadas, são boas companheiras. Mantém boas relações com todas. Ao inverso, argumenta que as suas colegas portuguesas não a vêem como concorrente mas sim as suas próprias congéneres, o que não a impede de ter feito amizade com várias, não as vendo como concorrentes, nem tão pouco como adversárias.

### **Balanço da sua experiência migratória**

A entrevistada sente-se realizada a nível profissional. Segundo aquilo que se pôde apurar, foi em Lisboa que tirou o curso de esteticista-cosmetologista. Sente-se integrada e gosta de Portugal. Vive com a família, tem negócios, mas pensa retornar ao país, talvez ainda no final de 2012, regressando logo que esta passe.

### 3 Comentário às entrevistas

Julga-se que os quatro extractos de histórias de vida aqui expostos são representativos de certa forma, dos processos migratórios das informantes na Quinta do Conde. Nessa linha, as trajectórias migratórias de Joana, Júlia e Maria apresentam alguns pontos em comum: ambas imigraram para Portugal por questões económicas, embora a última tivesse apenas ponderado ficar em Portugal durante um curto espaço de tempo (2 anos); ambas enveredaram pelo empreendedorismo no sector da beleza na Quinta do Conde para fugir ao desemprego ao mesmo tempo que olharam para esta opção profissional como uma oportunidade que não quiseram esbanjar, para além de Joana e Maria fazerem referência que se encontravam saturadas de trabalhar por conta de outrém, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista pessoal. Por último, julga-se que as três entrevistadas optaram por este ramo, no seguimento de um processo a que se designou por *disposições sociais*, ou seja, aquilo que se pode entender por uma dimensão do *habitus* de cada um(a), com Maria a perfilhar um discurso que vai ao encontro dessa dimensão, ao considerar que a estética para o brasileiro está tão enraizado e presente na sua cultura que é como se bebesse um café e o café, nota, é tomado todos os dias. Num registo diferente, assinala-se aqui o percurso singular de Daniela. Com efeito, Daniela é portuguesa ao contrário das restantes que são brasileiras, embora tenha vivido na cidade de S. Paulo durante 25 anos. Esta ao contrário das suas homólogas brasileiras, sempre trabalhou como cabeleireira a partir do momento em que casou com um português, enquanto que Joana, Júlia e Maria, são resultado de algumas circunstâncias que as conduziram por esse caminho. Daniela para além de ter emigrado para o Brasil, já tinha experienciado o que é trabalhar como cabeleireira em Chaves e em Angola, o que a tornou numa entrevistada *sui generis*, na medida em que pôde explorar em parte, os contextos sociais, económicos, profissionais, entre outros, em que esteve inserida.

### Considerações finais

O trabalho aqui apresentado é uma versão resumida daquilo que se considerou ser o cerne de uma tese de mestrado em progresso. No plano teórico, saliente-se alguns dados: 1) aumento da migração feminina nos últimos anos dando origem ao aparecimento de alguns estudos académicos na área das migrações; 2) relevância das questões ligadas às variáveis de género (a partir dos anos 70); 3) alteração do enfoque – a mulher passa a assumir preponderância enquanto sujeito migratório activo na procura pela sua emancipação; 4) preponderância que a comunidade brasileira assumiu em Portugal no contexto dos fluxos migratórios contemporâneos. No plano prático, considerou-se pertinente por seu lado, apresentar 4 extractos de histórias de vida que fossem representativas de certa forma, dos processos migratórios das informantes na Quinta do Conde. Em síntese, constatou-se ainda que a sobre-representação do sector da beleza na Quinta do Conde, repercute-se em alguns configurações que até então ainda não tinham sido equacionados, mas que com o trabalho de campo ganharam visibilidade: a) desenvolvimento de mercados abandonados; b) selecção de mercados caracterizados por economias de escala inexistentes e/ou débeis; c) aproveita-

mento de mercados com procura oscilante e/ou inconstante; d) investimento em mercados de produtos ou serviços «exóticos». Pensa-se que a freguesia quinta-condense pode ser observada à luz destes vários eixos. Se é uma realidade de que quando chegou a imigração brasileira à freguesia (sobretudo nos anos 90), já existiam cabeleireiros portugueses, também é um facto que era um mercado ainda por explorar. Os serviços que ofereciam eram aqueles que qualquer cabeleireiro/centro de estética de uma qualquer cidade do país tinha. Neste momento, já não é bem assim, na medida em que ao entrarmos pela porta de um estabelecimento brasileiro deste tipo na Quinta do Conde, como porventura em qualquer outro semelhante em Portugal, somos confrontados e isto sem cair em quaisquer juízos de teor generalista, com uma variedade de serviços que até então não existiam e que se generalizaram aos próprios cabeleireiros portugueses que colocam nas suas montras esse tipo de trabalhos, de forma a garantir a preferência de uma clientela cada vez mais vasta, exigente e heterogénea.

## Referências

- AAVV., (2007) *Index de Políticas de Integração de Migrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Aldrich, H. e Waldinger R., (1990) «Ethnicity and Entrepreneurship, in *Annual Review of Sociology*, Vol. 16, pp. 111-135.
- Bourdieu, P. (2007) *A Distinção: crítica social do julgamento*, Porto Alegre: Editora Zouk.
- Bourdieu, P. (1987) *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, P. (1999) *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand.
- Cabral, A. (Coord.) (2007) *Integração social e económica de imigrantes, 2005/07*, Projecto de Investigação financiado pela FCT, Lisboa: FCT.
- Cabral, J. (1983) *Análise Social*, Vol. XIX (76), 1983-2º, pp. 327-339.
- Castles, S. (2005) *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios*, Lisboa: Fim de Século.
- Chiang, L. (2004) *The Dynamics of Self-employment and Ethnic Business Ownership among Taiwanese in Australia*.
- Coutinho, A., Oliveira, B. e Oliveira, M. (Coords.) (2007) «Projecto SIMM. Sensibilização e Integração de Mulheres Migrantes e Marginalizadas – No Caminho para a Igualdade de Oportunidades», in *Relatório de Investigação visando o Planeamento, Implementação e Avaliação de um Serviço de Apoio a Integração de Mulheres Migrantes e Marginalizadas*, Porto: Associação de Solidariedade Internacional (Promotor) com o Apoio da Comissão para a Igualdade e para o Direito das Mulheres.



- Dana, Léo-Paul (Ed.) (2008) *Handbook of Research on Ethnic Minority Entrepreneurship: A Co-evolutionary View on Resource Management*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Escrivá, A. (1997) «Control, Composition and Character of New Migrations to Southern Europe», in *New Community*, N.º 23.
- Esteves, M. (Org.) (1991) *Portugal, país de imigração*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Faustino, H. (Coord.) (2009) *As Características da Imigração em Portugal e os seus Efeitos no Comércio Bilateral*, Lisboa: ACIDI.
- Fernandes, G., Padilla, B. e Gomes, M. (2010) «Ser brasileira em Portugal: imigração, género e colonialidade», in *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, Barcelona, 25 e 27 de Novembro de 2010.
- Godinho, M. (1978) «L’Emigration Portugaise (XV-XX Siècles). Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde», in *Revista de História Económica e Social*, N.º 1, pp. 5–32.
- Góis, P. e Marques, J. (2012) *A Emergência das Migrações no Feminino*, Cascais: Principia.
- Karageorgis, S. e Light, I. (1994) «The Ethnic Economy», in Smelser, N. e Swedberg, R. (Ed.) *The Handbook of Economic Sociology*, Princeton: Princeton University Press, pp. 647–671.
- Lages, M. (2006) *Os Imigrantes e a População Portuguesa – Imagens recíprocas*, Lisboa: ACIME.
- Light, I. et al. (1994) «Beyond the enclave economy», in *Social Problems*, N.º 41, pp. 65–80.
- Malheiros, J., e Padilla, B. (2010) *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).
- Maluf, S. (2003) «Corpo e Corporalidade nas culturas contemporâneas: Abordagens antropológicas», in *Esboços – Revista dos Programas de Pós-Graduação em História*.
- Mauss, M. (1934) «Les techniques du corps», in *Journal de Psychologie*, XXXII, Communication présentée à la Société de Psychologie le 17 mai 1934.
- Wall, K., Matias, A. e C. Nunes, (2005) «Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories, Main Problems and Policies», *ICS Working Paper*, Lisboa: ICS-UL.
- Oliveira, C. e Rath, J. (Coord.) (2008a) «O empreendedorismo na perspectiva de género: uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal: Limites e oportunidades do empreendedorismo imigrante», in *Revista Migrações*, N.º 3, Lisboa: ACIDI, pp. 191-216.

- Oliveira, C. e J. Rath (Org.) (2008b) *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*, N.º 3, Lisboa: ACIDI.
- Oliveira, C. (2005) *Empresários de Origem Imigrante: Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Lisboa: ACIME.
- Padilla, B., Xavier, M. (Orgs.) (2009) *Migrações entre Portugal e a América Latina*, Lisboa: ACIDI.
- Padilla, B. (2008) «O empreendedorismo na perspectiva de género: Uma primeira aproximação ao caso das brasileiras em Portugal», em Oliveira, C. e Rath, J. (Org.) (2008b) *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*, N.º 3, Lisboa: ACIDI, pp. 191-215.
- Peixoto, J. (2009) *New Migrations in Portugal: Labour Markets, Smuggling and Gender Segmentation*, Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- Peixoto, J. (Org.) (2008) *Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes*, Lisboa: ACIDI.
- Peixoto, João (Coord.) (2006) *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Projecto de Investigação financiado pela FCT e CIDM, Lisboa, SOCIUS, CISEP e CESIS.
- Peixoto, J. (2004) «As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas», in *SOCIUS Working Papers*.
- Portes, A. (1999) *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora.
- Portes, A. (1995) «Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview», in *The economic sociology of immigration. Essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*, Nova Iorque: Sage Foundation, pp. 1-41.
- Santos, M. (2009) *Um Contributo para Pensar a Geografia das Migrações. A Comunidade Brasileira na Região Centro de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Geografia, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sarmiento, C. (2010) *Culturas cruzadas em português - Redes de Poder e Relações Culturais (Portugal - Brasil, Séc. XIX e XX)*, Lisboa: Edições Almedina.
- Sant'Anna, D. (1995) *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*, São Paulo: Estação Liberdade.
- Sant'Anna, D., (2001) *Corpos de PASSAGEM. Ensaio sobre a subjectividade contemporânea*, São Paulo: Estação Liberdade.

Yanez-Casal, Adolfo (1996) *Para uma epistemologia do discurso e da prática antropológica*, Lisboa: Cosmos.

#### **Sites acedidos**

Centros de Investigação:

CEEA - <http://ceaa.ufp.pt/>.

CIES - <http://www.cies.iscte.pt/>.

CRIA - <http://www.cria.org.pt/>.

SOCIUS - <http://pascal.iseg.utl.pt/socius/home.html>.

Sites institucionais:

ACIDI - <http://www.oi.acidi.gov.pt/>.

Câmara Municipal de Setúbal - <http://www.mun-setubal.pt/>.

Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa -  
<http://intranet.fcsh.unl.pt:8080/FCSH/deps/estudos-politicos>.

FCSH - <http://www.fcsh.unl.pt/>.

FCT - <http://www.fct.pt/>.

FMI - <http://www.imf.org/external/index.htm>.

IEFP - <http://www.iefp.pt/Paginas/Home.aspx>.

INE - [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main).

IOM - <http://www.iom.int/jahia/jsp/index.jsp>.

ISCTE - <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>.

ISEG - <https://aquila.iseg.utl.pt/aquila/instituicao/ISEG>.

SEF - <http://www.sef.pt/portal/V10/PT/asp/page.aspx>.

Segurança Social - <http://www2.seg-social.pt/>.

Vários:

«*Estudo de Diagnóstico e Caracterização da População Imigrante, Identificação dos seus Problemas e dos seus Contributos para a Dinâmica de Desenvolvimento dos Municípios*» - [http://www.acidi.gov.pt/\\_cf/70628](http://www.acidi.gov.pt/_cf/70628).

Regulamento (CE) n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007 - <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri%3DDJ:L:2007:199:0023:0029.PT.pdf>.

*Revista Migrações* - <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file\unhbox\voidb@x\bgroup\let\unhbox\voidb@x\setbox\@tempboxa\hbox{a\global\mathchardef\accent@spacefactor\spacefactor}\accent22a\egroup\spacefactor\accent@spacefactorarticle&sid=1823>.

Sociologia Económica das Migrações - <http://www.ms.espp.iscte-iul.pt/np4/10/52.html>.

Tese de Dissertação de Mestrado de Frederica Rodrigues - <http://run.unl.pt/bitstream/10362/4818/1/Frederica%20Rodrigues.pdf>.

«Um contributo para pensar a Geografia das Migrações - A comunidade brasileira na Região Centro de Portugal» - <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=2139>.



## Mulheres brasileiras na academia portuguesa: rompendo ou perpetuando estereótipo?

*Thais França\**

### Resumo

Com base nas epistemologias e metodologias feministas realizo uma reflexão acerca da presença das mulheres brasileiras na academia portuguesa, para tanto, parto do meu próprio lugar de mulher brasileira imigrante doutoranda em Portugal. Compreendo o ambiente científico como um segmento altamente qualificado do mercado de trabalho e a mobilidade acadêmica internacional como uma modalidade migratória. Nesse sentido, questiono até que ponto as dinâmicas de segregação racial e sexual presentes no mercado de trabalho português e as assimetrias e hierarquias geopolíticas reproduzem-se na experiência das mulheres brasileiras que participam de programas de mobilidade acadêmica em Portugal.

**Palavras-chave:** mulher brasileira; imigração altamente qualificada; mobilidade científica; gênero.

### Contextualização inicial

As reflexões que trago neste artigo são antes de tudo mais um mosaico de indagações e anseios do que, propriamente, um trabalho nos modelos acadêmicos clássicos. Ofereço algumas de minhas inquietações mais recentes, buscando dar início a construção de um campo de discussão que até o momento parece inexistente: a presença de mulheres brasileiras imigrantes em programas internacionais de mobilidade acadêmica. Verdadeiramente, este manuscrito trata-se de um conjunto de perguntas que busca dar visibilidade e conhecer outra forma de inserção social desses sujeitos no cenário internacional, procurando compreender de que maneira essa experiência se organiza e até que ponto ela pode contribuir para a desconstrução do estereótipo da brasileira como mulher hipersexualizada, ligada ao mercado do sexo e atividades ilegais (Margolis, 1994; Padilla, 2007; Piscitelli, 2008). Aqui, concebo *experiência* nos moldes propostos por Brah (2006, p. 361), isto é, uma construção cultural, uma prática de atribuição de sentido, «um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas reiteradas ou repudiadas.»

---

\*Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra (CES–UC): ✉ francathais@yahoo.com.br

Para esse trabalho, parto exatamente do meu lugar de mulher brasileira migrante doutoranda em Portugal e da análise de uma primeira leva de entrevistas exploratórias conduzidas junto com a Professora Beatriz Padilla no ano de 2011. É com base nas metodologias e epistemologias feministas (Cunha, 2011; Haraway, 1988; Harding, 1987, 1996; Narvaz e Koller, 2006; Neves e Nogueira, 2005) e nos aportes da sociologia crítica (Benzaquen, 2008; Estanque, 2005a; Santos, 1988) que justifico minha experiência pessoal como um elemento de análise válido para a construção do conhecimento.

Entre várias das inovações trazidas pela entrada dos feminismos na sociologia está a compreensão de que a neutralidade científica não apenas é um mito, como é infrutífera e desinteressante para a produção do conhecimento. Enfatizam, também, que fazer ciência, assim como qualquer outra atividade social é um ato político e alertam para o fato de que a produção de saber traz uma carga inegável de ideologias que são construídas ao longo de nossa biografia.

Não é mais possível, destarte, dissociar teoria e método, tampouco negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos envolvidos na escolha de um paradigma de pesquisa. Torna-se cada vez mais importante conhecer os implícitos do paradigma eleito, uma vez que este tem importantes implicações práticas na condução da investigação. Faz-se necessário, nesse sentido - embora isso ainda sejam um tabu em nosso meio científico - assumir que tais escolhas são um ato político, mesmo em se tratando de escolhas de métodos de pesquisa e de teorias que fundamentam o empreendimento de pesquisa (Narvaz e Koller, 2006, p. 648).

Nesse sentido, uma dimensão autobiográfica sempre está presente na produção do conhecimento (Estanque, 2003) e a incorporação dessa dimensão permite que experiência e elaboração teórica sejam reconhecidas, igualmente, como elementos constituintes do saber (Lechner, 2009). Mais ainda, esse tipo de abordagem remete para as colocações de Benzaquen (2008, p. 24) para quem os/as cientistas sociais não são unicamente uma máquina de decodificar o real, almejando uma verdade absoluta, mas são antes de tudo sujeitos que escrevem, veem, leem, escutam e sentem. Identifico-me como uma mulher brasileira migrante acadêmica em Portugal e considero ao longo de toda essa reflexão minha própria experiência e de outras mulheres brasileiras acadêmicas que cruzaram meu caminho nesses últimos anos e deixaram comigo seus relatos, acreditando que assim contribuo para a construção de uma ciência crítica que está ligada a outros saberes e que almeja ter uma serventia social.

Porém, sempre tenho o cuidado de lembrar que minha biografia não pode representar a história de todas as mulheres brasileiras em Portugal, pois «a especificidade da experiência de vida de uma pessoa esboçada nas minúcias diárias de relações sociais vividas produz trajetórias que não simplesmente espelham a experiência do grupo (...), identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais.» (Brah, 2006, p. 371) Principalmente, porque, apesar do meu fenótipo brasileiro até o último fio de cabelo, bem ou mal, gozo de

uma posição privilegiada de estudante de doutoramento, regularizada, de classe média e com uma bolsa concedida pelo próprio governo português. No meu caso específico a intersecção de raça, classe social e gênero tem um saldo mais positivo do que negativo, evidenciando a potencialidade de análise das teorias da interseccionalidade em mostrar como a articulação de diversos eixos de diferenciação produzem experiências singulares, a depender como tais eixos encontram-se. É também a interseccionalidade, no sentido proposto por Haraway (1988), que me permite a construção e o comprometimento de um conhecimento situado, possibilitando que eu incorpore meu lugar de investigadora interseccionada nas análises (Davis, 2008). E mesmo que eu seja capaz de enumerar várias, e por vezes anedóticas, situações de preconceito e discriminação que experienciei, elas jamais se aproximam do que muitas das mulheres que entrevistei passaram, em especial quando se encontravam com seu estatuto de imigração ainda irregular.

Ao longo dos anos do doutorado tive que repetir incontáveis vezes que, embora meu objeto de estudo fosse mulheres brasileiras e mercado de trabalho, eu não me propunha a estudar o mercado do sexo ou tráfico de seres humanos. Não porque não considere essas temáticas importantes, o contrário, por saber da dimensão de sua relevância e que se trata de um fenômeno multifacetado e complexo, cujas «causas estão intrinsecamente relacionadas com outros fenômenos sociais, económicos, políticos e culturais, pelo que vários são não só os direitos violados numa situação de tráfico, como os seus responsáveis» (Santos et al., 2009, p. 71) reconheço que o caminho acadêmico que trilhei até agora não me instrumentalizou para uma análise adequada.

No mais, meu objetivo era dar visibilidade a outras experiências laborais dessas imigrantes brasileiras que são a sua maneira, igualmente, circundadas por mecanismos de exploração, onde os estereótipos sexistas e o discurso colonial não deixam de atuar, contribuindo para invisibilizar e legitimar uma posição de subalternidade dessas mulheres. Desta feita, durante quatro anos dediquei-me integralmente ao estudo da inserção das brasileiras no mercado de trabalho português em atividades precárias, especialmente em postos de atendimento, vendas estética e restauração, buscando compreender como as dinâmicas de segregação racial e sexual operam nesse processo (França, 2009, 2010, 2011).

Um dos motivos para tal escolha é óbvio e resulta da minha percepção sensorial como investigadora. Afinal, basta pedir uma água das pedras em qualquer café, tasca ou bar em Portugal que muito provavelmente uma brasileira irá atender você, ou pelo menos o sotaque brasileiro será escutado na cozinha, pois as «as brasileiras são mais simpáticas, mais sorridentes e mais alegres», por isso trabalham tanto nessas atividades (Machado, 2007). Isso, caso você não resolva ir a um salão de beleza, porque aí, quase que com 99% de chances a manicure ou a depiladora que irá atender-lhe será brasileira, porque «só as brasileiras é que tiram a cutícula e fazem o cantinho com cuidado». Esses são exemplos de discursos que circulam para justificar a inserção laboral das brasileiras em postos precários, instáveis e mal remunerados. Ou seja, discursos que as associam à beleza e à simpatia e que encobrem vários dos mecanismos de exclusão e dominação e das práticas de sexualização e erotização a que elas estão expostas (Gomes, 2011; Padilla, 2007). Discurso aqui compreendido como prática social, que ao mesmo tempo em que é constituído socialmente é também constitutivo



das relações e sistemas de conhecimento (Fairclough, 2001; Resende e Ramalho, 2006) e como um lugar de poder, concebendo que «não há nenhum lugar de poder onde a dominação, subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas» (Brah, 2006, p. 373). São inúmeros os agentes que criam, produzem e comunicam esses discursos desde a mídia portuguesa e brasileira (Cunha, 2007; Santos, 2007), aos órgãos oficiais da imigração (Peixoto, 2007; Santos et al., 2010) e do turismo (Gomes, 2011). E atualmente questiono-me até que ponto o próprio discurso acadêmico ao debruçar-se de maneira exaustiva sobre a sexualização da mulher brasileira, em uma tentativa de dar visibilidade e de desconstruir as relações de opressões presentes, não acaba também por contribuir de maneira indireta para a legitimação e propagação desse imaginário.

O outro motivo era a própria literatura, que há muito apontava para um padrão de inserção laboral precário (Egreja e Peixoto, 2011; Fernandes, 2008; Machado, 2004, 2007; Malheiros e Padilla, 2010; Marques e Góis, 2012; Padilla, 2007; Peixoto et al., 2006). Inserção essa ora justificada pelos baixos níveis de qualificação dessa população, ora justificada pelos mecanismos de segregação sexual do mercado de trabalho que continuam a confinar as mulheres em atividades que reproduzem os papéis de gênero vigentes em nossa sociedade (Casaca, 2011; Ferreira, 2010; Hirata e Kergoat, 2007), ora pelos mecanismos de segregação racial que reservam a população imigrante os postos mais penosos e instáveis (Balibar e Wallerstein, 1991; Castel, 2008; Piore, 1979, 1997; Portes, 1999), ora pela própria configuração do mercado laboral português que oferece trabalho principalmente em atividades precárias (Estanque, 2005b; Peixoto, 2008; Pereira, 2010), ora pela situação de irregularidade dessas mulheres (Téchio, 2006).

Ao final, peguei todas essas justificativas, misturei as epistemologias feministas, com os estudos migratórios, com as análises das dinâmicas de segregação do mercado de trabalho e do processo de precarização laboral, joguei uma pitada de discurso pós-colonial e *voilà* nasceu minha tese, a ser apresentada depois do verão.

Ao longo desses anos, por mais que tenha circulado em diferentes espaços e tenha ido a campo muitas vezes, a verdade é que o meio onde mais estive foi mesmo o meio acadêmico, minhas melhores amigas, brasileiras e portuguesas nasceram na academia. E qual não foi minha surpresa em um determinado momento, por volta do 3º ano de doutorado, ao perceber que outras mulheres brasileiras acadêmicas em Portugal relatavam constantemente situações de preconceito, racismo e discriminação que aconteciam dentro da própria academia. Ao ouvir o depoimento delas, era inevitável não refletir sobre minha trajetória acadêmica no país, sobre as situações em que me senti discriminada pelo fato de ser mulher brasileira por pessoas da própria instituição onde eu estava.

A medida que o tempo ia passando, esses depoimentos tornavam-se mais altos aos meus ouvidos, porque, respondendo a pergunta de Spivak (1988) os/as

subalternos/as<sup>1</sup> podem falar, a questão que fica é se as nossas ciências estão preparadas para ouvir o que não é dito em sua própria linguagem e de acordo com suas regras e normas (Cunha, 2011). E quando cientistas sociais ouvem com atenção o que as pessoas tem a dizer é normal que automaticamente um mundo de perguntas surja.

Sinto que em Portugal, paralelamente aos requisitos de habilidades profissionais, comprovação do *curriculum vitae*, é necessário que o estrangeiro «mostre que é de confiança» (Helena, investigadora brasileira pertencente de um centro de investigação português, residente em Portugal há 4 anos).

Enfrentei e ainda enfrento muitas dificuldades burocráticas, relacionado com o que eu disse anteriormente, o preconceito institucional, ou seja, a instituição não estar preparada (e não querer se preparar) para receber um estrangeiro. (Adriana, doutoranda brasileira de uma universidade portuguesa, residente em Portugal há 2 anos)

Se elas são altamente qualificadas, se possuem o estatuto de imigração regularizado, se estão inseridas em atividades que correspondem a sua formação, o que poderia justificar tantos depoimentos sobre situações de preconceito? Por que isso acontece? Que mecanismos operam nessas situações? Que discursos legitimam essas práticas?

Foi dentro desse contexto que surgiu o interesse em estudar: A inserção das mulheres brasileiras imigrantes no ambiente acadêmico europeu e por motivos mais do que óbvios, minhas reflexões partem da realidade portuguesa.

## **1 Mobilidade científica e imigração altamente qualificada**

Para fins desse estudo, concebo o meio acadêmico como um segmento do mercado de trabalho que congrega mão de obra altamente qualificada e onde a mobilidade é uma componente que tem se mostrado cada vez mais relevante (Ackers, 2005a,b; Bauder, n. d.). Por ser um segmento do mercado de trabalho é de se esperar que nele estejam presentes as dinâmicas de poder, dominação e exclusão que operam em todo o mundo laboral: segregação racial, sexual, processo de precarização e hierarquias e assimetrias geopolíticas, sendo esses os aspectos que tenciono analisar ao estudar a presença de mulheres brasileiras na academia portuguesa.

Um ponto que não se pode perder de vista nessa dinâmica refere-se ao fato que a atividade científica diz respeito a produção e circulação de conhecimento,

---

<sup>1</sup> Pretendo ao final desse artigo esclarecer o porque de chamar a mulheres acadêmicas de subalternas.

elemento fundamental na atual organização da sociedade (Kim, 2009; Reis et al., 2010). Sabe-se que as disputas pela produção e legitimação do que é conhecimento válido, em especial por aquele tipo de conhecimento que reclama para si o adjetivo «científico», são antigas e perpassadas por infindáveis disputas de poderes (Santos, 2002):

conjunturas epistemológicas são definidoras, não apenas do tipo de ciência produzida, mas, principalmente, da credibilidade que dependerá em muito do local onde é produzida, assumindo os seus adjetivos – de centro ou de periferia – e dependendo de onde esteja situado o seu território. Assim, definidas as condições de produção do conhecimento e os seus determinantes sociais mais amplos, pode-lhe conferir poder ou desapropriá-lo de qualquer tipo de reconhecimento (Lage, 2008, p. 5).

Nesse sentido, entra-se em uma discussão epistemológica acerca do caráter colonial das ciências modernas, discussão que neste momento não posso abordar em profundidade, mas gostaria de demarcar que reconheço que há nas dinâmicas de poder pós-colonial um lugar reservado para quem fala em nome da ciência e outro lugar para quem ouve, pois como lembra Mignolo (2003) a produção do discurso científico sempre esteve atrelado ao processo de colonização europeu. Neste contexto, minha hipótese é de que às mulheres brasileiras que se inserem na academia portuguesa e europeia caberá não o lugar de produtoras de ciência, mas de receptoras passivas e que serão inúmeros os eixos de diferenciação que se interseccionarão para definir esse lugar desde gênero, raça,<sup>2</sup> como origem na dicotomia centro-periferia.

Outra característica particular do meio científico é o nível de precarização encoberto que nele opera, pois se por um lado a literatura acerca da mobilidade científica considera doutorandos/as, pós-doutorados/as, cientistas como sujeitos altamente qualificados (Ackers et al., 2008, Bauder, n. d.), por outro a maioria dessa população tem sua remuneração através de programas de bolsas de estudo, que nada mais é do que uma forma de precarizar o trabalho acadêmico, introduzindo altos níveis de instabilidade, ao mesmo tempo que desqualifica o papel dos/as investigadores/as como profissionais. As bolsas por serem concessões são isentas de taxas e impostos, porém também não comportam direitos laborais ou seguro desemprego, proteção sindical e são uma forma de contratação instável.

A precariedade do trabalho científico, associada ao uso extensivo e lato das bolsas, tem conduzido à degradação e perda de atratividade desta carreira, sobretudo para os jovens investigadores. A figura de bolsa permite ambiguidade quanto à componente prevalente na actividade do bolsheiro, se de estudo e formação avançada

---

<sup>2</sup> A opção pelo utilização do termo raça dá-se pela compreensão de que raça trata-se de uma construção histórico-social, que vai muito além de aspectos biológicos como a cor da pele. Mais ainda, como alerta Piscitelli (2008) em Portugal as mulheres brasileiras são racializada como mulatas/mestiças independentes da cor da pele.

ou investigação e trabalho científico. Esta ambivalência é particularmente escandalosa quando tantas bolsas são atribuídas a investigadores experientes para realizar tarefas sem uma clara componente de formação, isto é, são claramente uma forma de contenção orçamental, substituindo a efectiva contratação de um trabalhador científico pela atribuição de uma bolsa (ABIC, n.d., p. 2).

No caso específico de Portugal, ao contrário do que os números apresentam sobre igualdade de sexo, dos diversos prêmios e reconhecimento que o país tem tido por conta de suas políticas de integração e da crença comum dos portugueses e portuguesas sobre si como um povo «vocado para o diferente» (Almeida, 2008), o mercado de trabalho português é racista e sexista desde seu segmento mais baixo e ao que parece até o mais elevado.

Se os números do Eurostat (2011) põem Portugal como 6º país da Europa dos 15 no que diz respeito à taxa de feminização do mercado de trabalho, ao lado da Suécia e da Finlândia e bem longe da Grécia e Espanha, países com os quais tem sido constantemente comparado, o gap salarial entre homens e mulheres chegou as 17% em 2011, as mulheres são mais atingidas pelo desemprego do que os homens, estão mais expostas a contratação temporária e a tempo parcial, trabalham 1h22 minutos a mais do que eles em atividades domésticas, estão localizadas sobretudo em atividades pouco qualificadas, não alcançam facilmente posições de diretorias e não é raro que haja violação dos direitos de maternidade. Ou seja, uma análise qualitativa descontrói a visão quantitativa da igualdade de gênero em Portugal e revela a desigualdade sexual existente na sociedade portuguesa (Casaca, 2005, 2011; Ferreira, 1998, 2010).

E a mesma compreensão pode ser feita no que concerne à segregação racial, apesar da ONU em seu relatório de Desenvolvimento Humano «*Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humano*» de 2009 considerar Portugal o melhor país em política de integração e do Migration Integration Policy Index III (MIPEX, 2011) atribuir o segundo lugar ao país no que diz respeito às práticas de integração, a realidade não é bem essa. Um dos meus exemplos favoritos é a página do próprio Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) que tem no seu canto direito um quadrinho de notícias constantemente atualizado (talvez a coisa mais atualizada da página) com informações sobre suas últimas atividades, que geralmente envolvem captura de imigrante em situação de criminalidade. A notícia de ontem (04 de Junho de 2012) era «*Nota à Comunicação Social - Captura e afastamento de dois cidadãos conotados com prática criminal*» e como esse posso citar mais inúmeras práticas que criam, reforçam e legitimam um estereótipo negativo em relação à população imigrante, ao invés de contribuir para a promoção de uma integração digna (Araújo et al., 2010; Padilla et al., 2010; Peixoto, 2008; Santos et al., 2010; Santos, 2007).

Portugal também goza de altos índices de feminização nas Universidades, fenômeno que se dá desde a década de 60, porém, se mais uma vez analisa-se números sem contexto, perde-se a noção do todo. As mulheres continuam em cursos tido como femininos, nas áreas de artes, educação e humanas, enquanto são minoria nos cursos técnicos (Lopes e Perista, 2010). E no que concerne a

carreira docente, basta dizer que ocupam apenas 22% dos postos de Professoras Catedráticas nas Universidades públicas do país (GPEAR, 2012).

Especificamente, em relação à situação das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal deve-se levar em consideração a existência de um discurso pós-colonial e sexista que hipersexualiza e inferioriza essas imigrantes. Existe no país um imaginário dominante e estereotipado que apresenta as brasileiras como mulheres «bonitas, simpáticas e cuidadosas» e que frequentemente complementa-se de adjetivos como «sensual, erótica e exótica». «Em Portugal o símbolo da erotização parece ser a mulher brasileira, em demarcações de género, sexualidade, nacionalidade, língua e raça/etnia (construída como essencialização não necessariamente fenotípica com relação à cor). Em ambos os contextos o racismo biológico e cultural estão associados.» (Padilla et al., 2010, p. 116)

Acredito que diante dessa descrição superficial do mercado de trabalho e do ambiente universitário em Portugal torna-se mais fácil entender o porquê dos depoimentos que escutei e escuto com frequência. Além de suas credenciais educacionais, as brasileiras trazem consigo a marca de um discurso colonial que as sexualiza e racializa. Ao inserirem-se na academia portuguesa, adentram igualmente em uma sociedade marcada por dinâmicas de segregação sexual e racial e onde práticas de dominação pós-colonial ainda operam de forma intensa.

## **2 As novas perguntas que surgiram**

Aquilo que me mobiliza, portanto, é tentar compreender como se dá a experiência de mulheres brasileiras altamente qualificadas no ambiente acadêmico Português. Essas mulheres, que em alguns casos no Brasil são Professoras renomadas nas Universidades nacionais quando chegam nos centros de investigação e Universidades portuguesas são reconhecidas? Conseguem inserir-se da mesma maneira? Sabendo que a mobilidade é uma característica fundamental da carreira acadêmica nos dias atuais, como elas conciliam família, carreira e projeto migratório? E se eu fizer uma comparação entre a experiência de acadêmicas brasileiras e acadêmicas europeias, vou encontrar diferenças entre elas? E o que as justificarão? O estereótipo hipersexualizado continua a operar nesse processo de inserção laboral tão específico? E os mecanismos e discursos de dominação colonial estão presentes? Como as brasileiras que estão na academia lidam com essa situação? Que resistências empreendem? Como reescrevem suas histórias?

O programa globo repórter que foi ao ar em novembro de 2011 sobre a Universidade de Coimbra mostrou que 10% dos/as estudantes da referida instituição são brasileiros/as, infelizmente o recorte de gênero não foi feito, mas acredito que não seria errado afirmar que as mulheres representariam um valor aproximado da metade. Dos 52 trabalhos a serem apresentados nesse seminário quase 30% são de brasileiras que atualmente fazem ciência fora do Brasil. A quantidade de acordos bilaterais que tem sido feito entre a CAPES e o CNPQ com instituições estrangeiras, tem crescido e apostaria que o número de mulheres envolvidas é bastante significativo – embora ache que agora com o novo programa do governo federal «*Ciência sem fronteira*» esse número vá decair, porque como diz o

edital seu foco é na área de tecnologia e no Brasil a segregação sexual na área tecnológica continua a ser bastante forte. Ou seja, as mulheres brasileiras cientistas e acadêmicas estão se deslocando pelos centros de investigação no mundo.

Tenho aprendido que quando se fala de «mobilidade acadêmica» o vocabulário adequado é «cientistas internacionais», o que por si já demarca uma diferença simbólica de estatus (Reis et al., 2010) mas pelo que tenho ouvido, as brasileiras aparecem mais como «cientistas imigrantes», com toda a carga negativa que a palavra imigrante pode ter, do que, propriamente como «cientistas internacionais».

Porém, o crescimento da imigração de mulheres brasileiras altamente qualificadas, juntamente com a mudança da imagem do Brasil para país da moda, país desenvolvido, com a melhoria das campanhas turísticas brasileiras internacionais que parecem, finalmente, depois da pressão dos movimentos feministas do Brasil, terem aprendido que mulher não é artigo turístico para ser exportado e com toda a visibilidade positiva que, apesar de não ter vetado todo o código florestal, a Presidenta Dilma Rousseff tem tido, a ponto de ter sido escolhida pela revista americana *Forbes* como a 3º mulher mais importante do mundo pode contribuir para a mudança do estereótipo sexista e racista das mulheres brasileiras?

São dessas perguntas que parto para um novo caminhar.

## Referências

- Ackers, L. (2005a) «Promoting Scientific Mobility and Balanced Growth in the European Research Area», in *Innovation: The European Journal of Social Science*, pp. 301–317.
- Ackers, L. (2005b) «Moving People and Knowledge: The Mobility of Scientists within the European Union» in *International Migration*, Vol. 43, N.º 5, pp. 99–131.
- Ackers, L., Gill, B., e Guth, J. (2008) *Doctoral Mobility in the Social Sciences - Report to the Norface ERA-NET*, University of Liverpool.
- Almeida, M. (2008) «O complexo colonial português», in *Jornal Hoje Macau*, p. 10.
- Araújo, M., Maeso, S., e Menezes, M. (2010) «Racismo e Cidadania», in *Janus, Anuário das Relações Exteriores*, pp. 116–117.
- Associação dos bolseiros de investigação científica, ABIC (n.d.) *Proposta de alteração do estatuto dos bolseiros de investigação*, ABIC.
- Balibar, E., e Wallerstein, I. (1991) *Race, Nation, class: ambiguous identities*, London: Verso.

- Bauder, H. (n.d.) «The International Mobility of Academics: A labour market perspective», in *International Migration*, (forthcoming).
- Benzaquen, J. (2008) «As vozes-saberes do musseque do mundo. Ampliar a audição através de uma leitura de Luandino Vieira», in *e-cadernos do CES*.
- Brah, A. (2006) «Diferença, diversidade, diferenciação», in *Cadernos Pagu*, N.º 26, pp. 329–376.
- Casaca, S. (2005) «Flexibilidade, emprego e relações de género - A situação de Portugal no contexto da União europeia», in *Flexibilidade de Emprego, Riscos e Oportunidades*, Oeiras: Celta, pp. 55–84.
- Casaca, S. (2011) «As desigualdade de género em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral», in *Sociedade e Trabalho*.
- Castel, R. (2008) *A discriminação negativa*, Pretópolis - RJ: Vozes.
- Cunha, I. (2007) «Imigrantes nos media portugueses: representações das minorias no início do milénio», in *Comunicação e Educação*, Vol. 12, N.º 2, pp. 49–58.
- Cunha, T. (2011) *Para Além e um Índico de desesperos e revoltas: Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste*, Coimbra: Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais.
- Davis, K. (2008) «Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful», in *Feminist Theory*, N.º 9, pp. 67–87.
- Egreja, C., e Peixoto, J. (2011) «Caminhos limitados ou mobilidade laboral bloqueada: a mobilidade socioprofssional dos imigrantes brasileiros em Portugal», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 67, pp. 43–64.
- Estanque, E. (2003) «Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia da envolvimento social», in *Metodologia e Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp. 61–76.
- Estanque, E. (2005a) «Análise de classes e desigualdades sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva», in *Oficinas do Ces*, N.º 221, (CES).
- Estanque, E. (2005b) «Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 71, pp. 113–140.
- Fairclough, N. (2001) *Discurso e Mudança Social*, Brasília - Brasil: UNB.
- Fernandes, G. (2008) *Viver «Além-Mar»: Estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais.

- Ferreira, V. (1998) «Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/119.pdf>.
- Ferreira, V. (2010) «A evolução das desigualdades entre salários Masculinos e Femininos: Um percurso irregular, in *A igualdade de Mulheres e Homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Edição Comemorativa dos trinta anos da lei de igualdade e da CITE, Lisboa: CITE.
- França, T. (2009) *Alternando entre o trabalho e o prazer: trajetória de uma doutoranda brasileira*, apresentação oral em *Coimbra C: Escalas e Transbordos - I Colóquio de Estudantes de Doutoramento do CES*, Coimbra.
- França, T. (2010) «Excluindo sexo, raça e etnia: mulheres brasileiras trabalhadoras em Portugal», in *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, pp. 104–111.
- França, T. (2011) «Lindas Brasileiras com Rendas de Portugal: inquietações acerca dos fios que tecem identidades», in *VII Colóquio Nacional - Representações de Gêneros e Sexualidade*, Campina Grande: Realiza Editora.
- Gomes, M. (2011) «Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura», *CIES e-Working Paper*, N.º 206/2011 (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - Instituto Universitário de Lisboa).
- Haraway, D. (1988) «Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective», in *Feminist Studies*, 14 (3), pp. 575–559.
- Harding, S. (1987) «Introduction: Is there a feminist method?», in *Feminism and Methodology*, Bloomington: University Press, pp. 1–14.
- Harding, S. (1996) *Ciencia e feminismo*, Madrid: Ediciones Morata.
- Hirata, H., e Kergoat, D. (2007) «Novas configurações da divisão sexual do trabalho», in *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), pp. 595–609.
- Kim, T. (2009) «Shifting patterns of transnational academic mobility: a comparative and historical approach», in *Comparative Education*, 45 (3), pp. 387–403.
- Lage, A. (2008) «Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: que metodologias podemos construir com os movimentos sociais», in *E-cardenos CES*, N.º 1.
- Lechner, E. (2009) «Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de imigrantes», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 85, pp. 43–64.



- Lopes, M. e Perista, L. (2010) «Trinta Anos de Educação, formação e trabalho: convergências e divergências nas trajetórias de mulheres e homens», in *A igualdade de Mulheres e Homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*, Lisboa: CITE, pp. 191–214.
- Machado, I. (2004) «Afetividade e poder entre os imigrantes brasileiros no Porto», in *Cadernos Pagu*, N.º 23, pp. 257–278.
- Machado, I. (2007) *Alegria, hierarquia e subordinação: reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: CEMME - Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas - Universidade Novas de Lisboa.
- Malheiros, J., e Padilla, B. (2010) *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*, Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG.
- Margolis, M. (1994) *Little Brazil*, New Jersey: Princenton Univeristy Press.
- Marques, J. e Góis, P. (2012) *A emergência das imigrações no feminino*, Fórum Gulbenkian Migrações, Cascais: Principia.
- Mignolo, W. (2003) «Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade espistémica», in *Conhecimento prudente para uma vida decente: «Um discurso sobre as ciências» revisitado*, Porto: Afrontamento.
- Migration Integration Policy Index, (MIPEX). (2011) *Migration Integration Policy Index III*.
- Narvaz, M., e Koller, S. (2006) «Metodologias feministas e estudos de género: articulando pesquisa, clínica e política», in *Psicologia em Estudo*, Vol. 11, N.º 3, pp. 647–654.
- Neves, S., e Nogueira, C. (2005) «Metodologias Feministas: A reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais», in *Psicologia: reflexão e Crítica*, 18 (3), pp. 408–412.
- Padilla, B. (2007, «A imigrante brasileira em Portugal: considerando género na análise, in Malheiros, J. (Org.) *A imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 113–135.
- Padilla, B., Gomes, M., e Fernandes, G. (2010) «Ser Brasileira em Portugal: imigração, género e colonialidade», in *Atas do 1º Seminário de Estudos sobre Imigração Brasileira na Europa*, pp. 113–120.
- Peixoto, J. (2007) «Tráfico, contrabando e imigração irregular», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 53, pp. 71–90.
- Peixoto, J. (2008) «Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigações e tendências recentes», in *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, pp. 19–46.

- Peixoto, J., et al. (2006) *Mulheres Migrantes: percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Lisboa, Portugal: ISEG.
- Pereira, S. (2010) *Trabalhadores de Origem Africana em Portugal. O impacto das novas vagas na imigração*, Lisboa: Edições Colibri.
- Piore, M. (1979) *Birds of passage. Migration labor and Industrial Societies*, Cambridge: University Press.
- Piore, M. (1997) «Alcune note sul dualismo nel mercato de lavoro», in *Rivista de Economia e Política Industriale*, 3 (2), pp. 185–210.
- Piscitelli, A. (2008) «Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira», in *Sociedade e Cultura*, N.º 11, pp. 263–274.
- Portes, A. (1999) *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta.
- Reis, J., Pereira, T. , Tolda, J., e Serra, N. (2010) *Imigrantes em Portugal - Economia, Pessoas, Qualificações e Territórios*, Coimbra - Portugal: Almedina.
- Resende, V. e Ramalho, V. (2006) *Análise de discurso crítica*, São Paulo: Contexto.
- Santos, B. (1988) «Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna», in *Estudos Avançados*, Vol. 2, N.º 2, pp. 46–71.
- Santos, B. (2002) «Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 63, pp. 237–280.
- Santos, B., Gomes, C., e Duarte, M. (2009) «Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 87, pp. 64–94.
- Santos, B., et al. (2010) «Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico», *Tráfico Desumano*, Coleção de direitos humanos e cidadania, Observatório do tráfico de seres humanos, pp. 89–115.
- Santos, C.(2007) *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: análise do ano de 2003*, Lisboa: ACIDI.
- Spivak, G. C. (1988) «Can the Subaltern Speak», in *Marxims and the Interpretation of Culture*, Basingstoke: Macmillan Education, pp. 271–313.
- Téchio, K. (2006) *Tecendo por trás do espelho: Representações Identitárias de Imigrantes Brasileiras em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Antropologia, Faculdade de Ciência Sociais e Humanas da Universidade Novas de Lisboa, Lisboa.



# A imigração qualificada dos(as) médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal: quais as diferenças e as semelhanças?\*

*Erika Masanet*<sup>†</sup>

## Resumo

A imigração qualificada de brasileiros(as) na Península Ibérica é um fenómeno pouco estudado na literatura, sendo a imigração económica menos qualificada, é o tipo de migração que atraiu o interesse dos cientistas sociais. O objetivo deste artigo é oferecer uma primeira aproximação à imigração altamente qualificada dos(as) médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal, com destaque nos processos de integração profissional no Sistema Nacional de Saúde português e espanhol e seus percursos profissionais, bem como investigar as potenciais barreiras nas suas carreiras profissionais. A metodologia utilizada no estudo é fundamentalmente qualitativa através de entrevistas em profundidade com médicos(as) brasileiros(as) que residem em Portugal e na Espanha e entrevistas com informantes-chave, bem como é baseada na combinação de outros dados secundários. Os resultados do estudo mostram a influência decisiva do contexto institucional da sociedade de destino, formado pelos organismos reguladores da profissão, nos processos de inserção profissional e nas possibilidades de desenvolvimento profissional destes(as) médicos(as), sendo uma das maiores barreiras institucionais o reconhecimento da especialidade médica.

**Palavras-chave:** imigração qualificada; médicos(as) brasileiros(as); Portugal; Espanha; motivos emigração; integração profissional.

## Introdução

Nas últimas décadas a mobilidade internacional das pessoas qualificadas tem aumentado em todo o mundo (Pellegrino, 2002; Dumond et al., 2010). Dentro desta migração altamente qualificada, os profissionais da saúde, nomeadamente

---

\*Este artigo é parte do projeto de pós-doutoramento intitulado «*Skilled migration of health professionals in Portugal and Spain: a comparative study on the conditions of integration into the host society*» (2010-2013), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e sob a supervisão da Prof. Dra. Beatriz Padilla. Especificamente, neste trabalho apresentam-se os resultados do subgrupo dos(as) médicos(as) brasileiros(as) entrevistados(as) no âmbito deste projeto.

<sup>†</sup>Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL): ✉ erika.masanet@iscte.pt

os médicos, são um segmento importante, não só do ponto de vista numérico, mas também pelos impactos nos países de origem e de destino. Em Portugal e na Espanha, a imigração qualificada de médicos aumentou nos últimos tempos devido principalmente à escassez destes profissionais nos dois países, embora na Espanha este fenómeno é mais recente e só começou a ser significativo nos últimos anos. Esta necessidade de médicos nos dois países está relacionada com uma distribuição geográfica desigual e com a escassez de determinadas especialidades.

A imigração qualificada de brasileiros(as) na Península Ibérica é um fenómeno pouco estudado na literatura, sendo a imigração económica -menos qualificada- o tipo de migração que atraiu o interesse dos cientistas sociais, sobretudo pela crescente importância numérica a partir do final dos anos 90. No entanto, dentro do importante fluxo de imigrantes brasileiros(as) que chegaram em Portugal e na Espanha a partir de 2000, também veio um grupo de médicos imigrantes, que embora reduzido, também aumentou nos últimos dez anos.

No caso de Portugal é importante referir que na primeira vaga da imigração brasileira, que começou a partir da entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, teve uma grande representação dos profissionais brasileiros altamente qualificados (Malheiros, 2007) e que tiveram um papel importante durante a transição portuguesa (Baganha e Góis, 1999; Peixoto, 2002). Este grupo incluiu muitos dentistas e a sua chegada causou um grande impacto na sociedade portuguesa pelos confrontos com os odontólogos nacionais para conseguir o seu reconhecimento oficial a fim de poder exercer a profissão (Machado, 2003).

A segunda vaga da imigração brasileira em Portugal começa no final dos anos 90 e é caracterizada pela sua progressiva desqualificação e proletarização, na qual o peso dos imigrantes altamente qualificados diminui e é composto em sua maioria pelos imigrantes poucos qualificados (Malheiros, 2007; Padilla, 2006a,b). A imigração de profissionais médicos para Portugal é um fluxo que faz parte das duas vagas de imigração brasileira para Portugal do ponto de vista temporal, mas não das características e da dualidade nas duas vagas. Sobre tudo, a imigração de médicos em Portugal faz parte da última vaga, acompanhando o processo de escassez de profissionais da saúde no país.

Por outro lado, a imigração brasileira para a Espanha é um fenómeno recente. Até meados de 1990, a comunidade brasileira era imperceptível numericamente nas estatísticas espanholas. A partir de então, inicia-se um fluxo migratório brasileiro caracterizado pela sua crescente importância numérica e seu carácter predominantemente económico-laboral (Masanet e Padilla, 2010). Os dados estatísticos apontam para uma evolução crescente na chegada destes migrantes na última década, especialmente a partir de 2003, com destaque no incremento dos brasileiros entre 2006 e 2007. No entanto, no início de 2010 e coincidindo com a crise económica, observa-se uma diminuição do contingente de brasileiros pela primeira vez na Espanha (Masanet e Baeninger, 2011). Embora a imigração brasileira recente na Espanha tem um perfil predominantemente económico-laboral ou menos qualificado, também é de salientar a chegada de imigrantes brasileiros(as) com um perfil mais qualificado, entre os quais estão os(as) profissionais médicos(as).

O objetivo deste artigo é oferecer uma primeira aproximação à imigração altamente qualificada dos(as) médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal, com destaque nos processos de integração profissional no Sistema Nacional de Saúde português e espanhol e seus percursos profissionais, bem como investigar as potenciais barreiras que podem encontrar nas suas carreiras profissionais.

## **1 Metodologia**

A metodologia utilizada no estudo é fundamentalmente qualitativa através de entrevistas em profundidade com médicos(as) brasileiros(as) que residem e trabalham em Portugal e na Espanha (12 entrevistas) e entrevistas com informantes-chave (10 entrevistas). As entrevistas foram realizadas na Área Metropolitana de Lisboa e na Área Metropolitana de Barcelona durante o ano de 2011. A investigação também é baseada na combinação de outros dados secundários, tais como estatísticas oficiais e o enquadramento jurídico, de trabalho e de saúde.

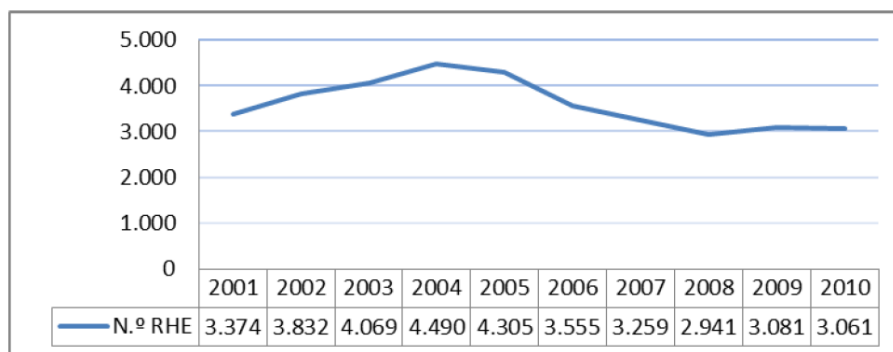
Na Espanha foram entrevistados sete médicos(as) brasileiros(as), quatro homens e três mulheres. Por sua vez, em Portugal foram entrevistados cinco médicos(as) brasileiros(as), uma mulher e quatro homens. A faixa etária dos(as) médicos(as) entrevistados(as) está entre os 31 e os 62 anos. Relativamente ao tempo de residência no país de destino, o período varia entre um ano e os 26 anos de residência no país.

Dentre os(as) médicos(as) entrevistados(as) na Espanha, três médicos(as) estão a fazer a especialidade médica, três médicos(as) são especialistas nos seus países de origem (um deles realizou a mesma especialidade na Espanha, sendo especialista também no país de destino) e um médico geral. Das entrevistas realizadas em Portugal, duas correspondem a médicos gerais e três a médicos especialistas nos seus países de origem, sendo que um deles conseguiu reconhecer o seu título de especialista em Portugal.

## **2 Estatísticas da população médica estrangeira em Portugal**

O Ministério da Saúde português vem sistematizando e publicando dados estatísticos sobre recursos humanos estrangeiros que prestam serviços na saúde pública desde 1994 até 2010. Segundo estes dados, e como se observa no Gráfico 1, houve uma evolução positiva no número de recursos humanos estrangeiros entre 2001 e 2004. A partir de 2005 verifica-se uma diminuição dos profissionais estrangeiros que trabalham no Ministério da Saúde. No entanto, há uma tendência estável nos últimos dois anos analisados, em que havia 3.061 profissionais em 2010 (MS, 2011).

Quanto ao grupo de profissionais médicos, desde 2003 é o grupo com maior peso no total de recursos humanos estrangeiros, representando 55,41% no ano



Fonte: Administração central do sistema de saúde,  
Ministério da Saúde de Portugal

Gráfico 1: Evolução dos recursos humanos estrangeiros no Ministério da Saúde de Portugal, 2001-2010

de 2010. A evolução dos médicos estrangeiros em Portugal entre 2001 e 2010 indica um aumento constante durante o período analisado, sendo a taxa média de crescimento anual de 1,49%, enquanto a taxa de variação relativa nos últimos dois anos analisados foi de 2,17%, ou seja, mais 36 médicos do que em 2009.

A análise da população médica estrangeira em Portugal por país de origem, indica a importante presença dos médicos brasileiros no país, sendo o segundo grupo maioritário, apenas atrás dos médicos provenientes da Espanha. Os médicos angolanos e da Europa de Leste também destacam entre os médicos estrangeiros. Se observamos a evolução dos médicos brasileiros durante o período analisado, vemos como este grupo tem aumentado gradualmente, sendo a variação relativa deste grupo de 9,13% entre 2009 e 2010.

Médicos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var.(%) (2010-2009)
União Europeia	855	1.039	1.157	1.226	1.243	1.143	1.039	915	795	828	4,15
Espanha	804	983	1.090	1.128	1.140	1.040	913	799	681	696	2,20
PALOP	425	437	401	542	484	422	421	355	365	334	-8,49
Brasil	134	155	152	172	188	178	192	197	208	227	9,13
Outros Países	70	99	120	173	208	247	251	253	292	307	5,14
<b>Total</b>	<b>1.484</b>	<b>1.730</b>	<b>1.830</b>	<b>2.113</b>	<b>2.123</b>	<b>1.990</b>	<b>1.903</b>	<b>1.720</b>	<b>1.660</b>	<b>1.696</b>	<b>2,17</b>

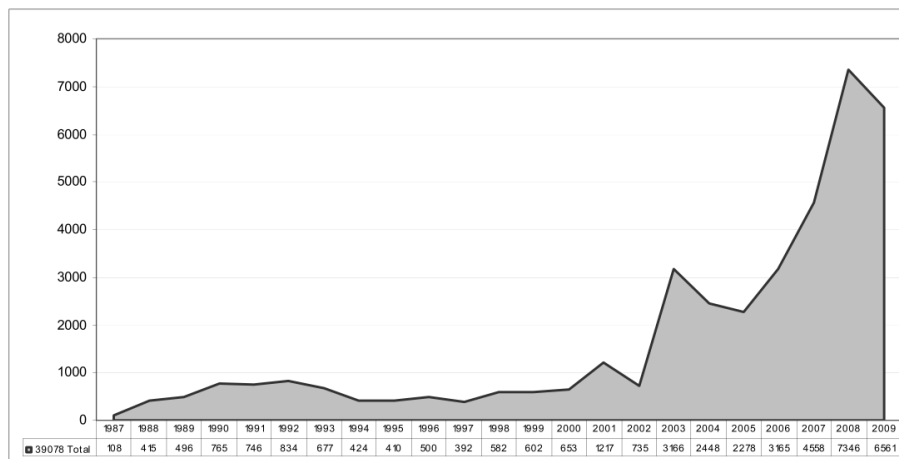
Fonte: Administração central do sistema de saúde,  
Ministério da Saúde de Portugal

Tabela 1: Evolução dos médicos estrangeiros por grupo de países (2001-2010)

### 3 Estatísticas da população médica estrangeira na Espanha

Segundo o estudo de [Romero \(2010\)](#) a partir dos dados do Ministério da Educação espanhol sobre os títulos em Medicina reconhecidos na Espanha, durante o período entre 1987 e 2009 foram reconhecidos no país 46.416 títulos estrangeiros, dos quais 84% eram de médicos originários da América Latina e o Caribe, 9% eram de médicos nascidos na União Europeia/Espaço Econômico Europeu e 7% correspondiam a médicos de outros países. Portanto, no caso da Espanha há um predomínio dos médicos latino-americanos, o que mostra a importância dos vínculos históricos e culturais na migração médica internacional.

Quanto à evolução numérica dos médicos com origem na América Latina (Gráfico 2) e, segundo a análise realizada por [Romero \(2010\)](#), podemos identificar duas fases neste fluxo migratório: a primeira fase entre 1987 e o ano 2000 caracterizada por uma imigração estável, com uma média por ano de 500 reconhecimentos de títulos; e um segundo período que se inicia no ano de 2000 e que vai até o ano 2009 em que há um crescimento significativo deste fluxo, de forma exponencial. Nesta segunda fase o pico mais alto está no ano de 2008 com 7.346 títulos reconhecidos ([Romero, 2010](#)).



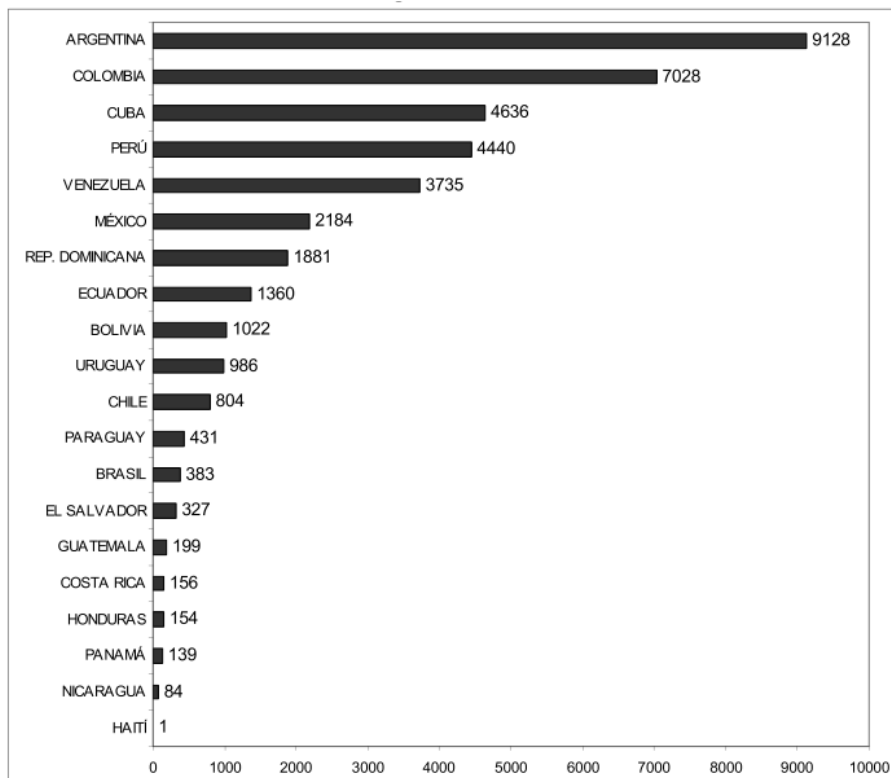
Fonte: [Romero \(2010, p. 75\)](#)

Gráfico 2: Evolução de títulos reconhecidos em Medicina da América Latina, 1987-2009

Como se observa no Gráfico 3, os principais países de origem dos médicos latino-americanos na Espanha são: Argentina (23%), Colômbia (18%), Cuba (12%), Peru (11%) e Venezuela (10%) ([Romero, 2010](#)). Os médicos e médicas brasileiras ficariam no décimo terceiro lugar, com 383 títulos reconhecidos na Espanha durante o período analisado. Os dados do grupo de médicos(as) brasileiros(as) é coerente com a configuração da imigração brasileira em geral na Espanha que, apesar do importante crescimento que teve a partir de 2003,



não é dos principais grupos de imigrantes no país.



Fonte: Romero (2010, p. 77)

Gráfico 3: Reconhecimento de títulos em Medicina da América Latina por país de origem, 1987-2009

## 4 Motivações da emigração

A crescente complexidade e heterogeneidade dos processos migratórios na atualidade reflete-se nas motivações para deixar o país e começar uma nova vida em outro país. Na migração qualificada de profissionais médicos também há uma diversidade de razões para emigrar que, muitas vezes, combinam entre si. Apesar desta multiplicidade, os resultados do estudo revelam a influência das condições do contexto de origem e do contexto de destino nas motivações da emigração e da escolha do lugar de destino. Desta forma, foram classificadas as diferentes motivações manifestadas pelos(as) entrevistados(as) segundo o país de destino (ver Tabela 2).

Na Espanha, nomeadamente na Catalunha, onde foi realizado o trabalho de campo, observou-se que uma das principais motivações da emigração do pessoal médico brasileiro entrevistado está relacionada com a ampliação da formação

acadêmica, científica e profissional. Especificamente, diz respeito à realização da especialidade médica, bem como de estágios profissionais e de bolsas de investigação clínica em centros de excelência com referência a nível mundial em Barcelona.

Y aquí en España hay un gran cirujano de renombre mundial. Entonces leía sus libros, sus artículos. Y como me gustaba mucho la patología de pie y tobillo, cuando era residente en Brasil ya era un poco como referencia de pie y tobillo. [...]. Él trabaja en Barcelona, en su clínica privada. Yo me vine expresamente a Barcelona para hacer prácticas con él. (E4, médica brasileira de 34 anos, especialista no Brasil)

[...] porque quería más formación y quería dedicarme más a la parte científica. Por eso quería salir de Brasil y hacer un *fellowship* en el exterior. Por este motivo entré en contacto con algunos médicos extranjeros por e-mail. Mi foco de interés es el cáncer de mama y los más grandes médicos en cáncer de mama están en Barcelona (Hospital Vall d'Hebrón), Bruselas y en Besançon. Y elegí Barcelona más por el médico no tanto por el país, aunque el país ayudó también. [...]. Después de la entrevista con el médico catalán, él me convenció que debería venir aquí Barcelona, que la oportunidad sería mejor. (E9, médica brasileira de 32 anos, especialista no Brasil)

Quanto à especialidade médica, os(as) médicos(as) entrevistados(as) indicam a elevada qualidade formativa da especialidade na Espanha, as facilidades no sistema de acesso à especialidade através da prova conhecida como exame MIR e a adequada remuneração desta formação na Espanha.

Também há outras razões de tipo sentimental ou amoroso para a emigração de médicos(as) brasileiros(as) para Catalunha, o que é chamado de migração familiar ou por amor. São pessoas que conheceram o seu cônjuge espanhol ou espanhola no país de origem ou em outro país e decidiram começar uma nova vida juntos na Espanha. Também são casos que decidiram acompanhar o seu cônjuge brasileiro(a) no processo migratório para a Espanha. Frequentemente, estas motivações afetivas estão interligadas com outras relacionadas com a ampliação da formação.

E logo quando a gente começou a namorar, ela [sua esposa] comentou que tinha interesse de fazer um doutorado na Espanha e eu disse que eu queria fazer a residência ou minha segunda residência no exterior. Eu tinha pensado inclusive na Inglaterra como a primeira opção na época. Ela falou que iria a Espanha, então falei: por quê não? Vamos investigar como está a situação na Espanha, como que é o processo. (E3, médico brasileiro de 31 anos, especialista no Brasil e realizando uma segunda especialidade na Espanha)

Había conocido a Oscar, en Austria, en el cuarto año de la carrera. Y un año después, cuando él terminó la carrera, él se fue a Brasil de vacaciones con un amigo que también conocimos allí en Austria. Entonces ellos se quedaron allí y empezamos a salir y todo. [...] Yo, el sueño de mi vida, a parte de mi novio y la gente que me conoce desde siempre, me dice que yo encontré un novio aquí para venir, para vivir en Europa, quería tener una experiencia. Pero mis planes era hacer la especialidad allí y venir después. Se adelantó un poco la cosa. (E6, médica brasileira de 28 anos, realizando a especialidade na Espanha)

Finalmente, a maior qualidade de vida e a segurança no lugar de destino são outras razões apontadas pelos(as) entrevistados(as) na Catalunha, embora não seja a predominante. Por seu lado, os(as) médicos(as) brasileiros(as) entrevistados(as) em Portugal sim mencionam principalmente estes motivos relacionados com a maior qualidade de vida e a segurança na sociedade de destino.

Minha decisão de vir a Portugal e de morar em Cascais foi definitiva. Gosto da qualidade de vida que tenho aqui, seja na ambientação de uma cidade pequena, da proximidade de mar e serra, e um clima semitropical muito agradável. E acima de tudo pelo fator segurança. (E9, médico brasileiro de 60 anos, especialista no Brasil)

Minha mãe chegou em 2004. Gostou muito. Ela se renovou uns 15 anos, depois que ela chegou aqui ela ficou muito mocinha! Depois disse «em porque é bom, porque aqui é seguro». Essa palavra tem muito valor para a gente «é seguro!». Em 2008 eu vim para cá com o meu filho. [...]. E também a segurança! A minha mãe, que tinha uns 55 anos, andava de noite na rua e tudo o mais, normal, sem ninguém a assaltar, sem ninguém levar a bolsa dela, e isso era fantástico. (E1, médica brasileira de 36 anos, não especialista)

A migração familiar ou por amor também está presente nos(as) médicos(as) brasileiros(as) que emigram para Portugal. Neste sentido, segue o depoimento de um médico brasileiro que emigrou a Portugal, entre outros motivos, para acompanhar ao seu parceiro que conseguiu uma bolsa de doutoramento no país. No caso deste médico brasileiro, as motivações afetivas juntam-se com outras motivações relacionadas com a possibilidade de continuar a formação académica e profissional (intuito de fazer também o doutoramento), embora esse objetivo não foi atingido até agora.

O meu companheiro na época queria fazer um doutoramento. Ele é formado em letras e queria fazer um doutoramento e achava que o melhor local para ele era aqui em Portugal. Eu sempre gostei daqui e quando a bolsa dele veio confirmada eu pensei «Aproveito e faço o meu doutoramento lá também!» (E6, médico brasileiro de 47 anos, especialistas no Brasil)

Outra motivação dos(as) médicos(as) entrevistados(as) em Portugal está relacionada com a proximidade cultural e linguística, bem como as vinculações históricas e familiares (especialmente aqueles descendentes de portugueses com nacionalidade portuguesa), fundamentalmente o factor da língua. Portanto, o fluxo migratório de médicos(as) brasileiros(as) para Portugal é um exemplo das ligações históricas e culturais entre países emissores e receptores, no qual o elemento linguístico desempenha um papel importante na escolha do país de destino, especialmente em uma profissão como a médica onde a comunicação verbal torna-se fundamental. Neste trecho da entrevista manifestam-se as vinculações prévias com o país pelo médico entrevistado ter ascendência portuguesa (o pai é português):

Quando eu vinha de férias com o meu pai, eu entrava sempre com o passaporte português. Mas eu tinha que sair do país com o passaporte brasileiro [...] No meu passaporte brasileiro que é novo, já vem a informação de que eu tenho dupla nacionalidade. (E6, médico brasileiro de 47 anos, especialista no Brasil)

Tabela 2: Motivações da emigração dos(as) médicos(as) brasileiros(as) entrevistados(as) segundo país de destino

<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>
- Ampliação formação académica, científica e profissional, principalmente a especialidade médica	- Maior qualidade de vida e segurança
- Migração familiar ou por amor	- Fatores culturais: importância do fator linguístico
- Maior qualidade de vida e segurança	- Migração familiar ou por amor
	- Ampliação formação académica, científica e profissional

## **5 O processo de integração institucional: a equivalência do diploma e de reconhecimento profissional na Espanha e em Portugal**

As políticas nacionais e regionais de regulação profissional exercem uma influência decisiva na inserção profissional dos imigrantes altamente qualificados. Assim, o primeiro passo necessário para a prática profissional de um imigrante altamente qualificado, neste caso médico(a), é o reconhecimento do diploma universitário e o reconhecimento profissional. Os procedimentos para a equivalência

do diploma em Medicina e da especialidade médica, bem como para o reconhecimento profissional através da inscrição nas respetivas organizações profissionais, são distintos na Espanha e em Portugal (ver Tabela 3).

#### *Reconhecimento da titulação em Medicina*

Na Espanha, o órgão responsável do reconhecimento dos títulos estrangeiros é o Ministério da Educação. Trata-se de um processo totalmente administrativo e burocrático, através da apresentação de uma serie de documentos solicitados, e em geral costuma ser um procedimento relativamente rápido. Espanha tem acordos ou convênios bilaterais no âmbito da educação com grande parte dos países latino-americanos, como Colômbia e Argentina, o que facilita o processo de reconhecimento da titulação em Medicina e condiciona a rapidez do processo. No caso dos(as) médicos(as) brasileiros(as), este procedimento é mais demorado em comparação com outros médicos latino-americanos,<sup>1</sup> devido ao Brasil não ser um dos países com o qual a Espanha tem acordo bilateral neste âmbito.

Em Portugal, as instituições responsáveis da equivalência dos diplomas universitários são as entidades de ensino superior, neste caso, as Faculdades de Medicina. Para obter a equivalência do título de Medicina em Portugal, o(a) médico(a) estrangeiro(a) deve passar uma prova de avaliação de conhecimento médico, consistente numa parte teórica e uma parte prática. Além deste exame, os(as) médicos(as) formados(as) num país de língua não portuguesa, que não é o caso do Brasil, devem passar uma prova de proficiência em língua portuguesa. Por outro lado, há facilidades no caso de alguns médicos(as) brasileiros(as) quando houver acordo entre as universidades de origem e de destino em que a equivalência da titulação pode ser automática.

#### *Processo de reconhecimento profissional através das organizações profissionais*

Para poder exercer a profissão de médico, tanto na Espanha como em Portugal, é necessária a inscrição nas respetivas organizações profissionais de médicos: em Portugal na Ordem dos Médicos e na Espanha no *Colegio de Médicos*. Na Espanha, uma vez que o médico já tem o título de licenciado em Medicina reconhecido pelo Ministério da Educação, este procedimento também é administrativo e burocrático e normalmente decorre com bastante facilidade e agilidade.

Em Portugal, os obstáculos para desempenhar a profissão de médico são maiores em comparação com a Espanha. Assim, a Ordem dos Médicos estabelece um sistema complexo de acreditação profissional que distingue o exercício autónomo da profissão do exercício tutelado. Para o exercício da Medicina Autónoma em Portugal no caso dos(as) médicos(as) estrangeiros(as), é exigido o comprovativo de três anos de experiência profissional nos últimos cinco anos. A maioria destes médicos(as) conseguem o exercício tutelado, de modo que têm que fazer um período de estágio profissional sob a supervisão de um(a)

---

<sup>1</sup> Enquanto o processo pode demorar entre um e três meses para os(as) médicos(as) latino-americanos(as) de países que tem convênio com a Espanha, para os(as) brasileiros(as) este procedimento pode demorar cerca de um ano.

médico(a), semelhante ao ano de Internato Geral em Portugal. Além disto, e diferente da Espanha, a Ordem dos Médicos estabelece uma prova linguística chamada *prova de Comunicação Médica* para aqueles(as) médicos(as) formados(as) em Medicina num país de língua não portuguesa, não sendo aplicado no caso dos(as) brasileiros(as).

#### *Reconhecimento da especialidade médica*

Tanto na Espanha como em Portugal o reconhecimento da especialidade médica é difícil de conseguir porque é um processo muito exigente e demorado em comparação com o reconhecimento do diploma em Medicina. São poucos os casos de médicos(as) estrangeiros(as) que conseguem obter esta equivalência em ambos os países. Dadas estas dificuldades, alguns médicos(as) escolhem fazer uma segunda especialidade médica no país de destino.

Em Portugal o organismo responsável da equivalência da especialidade médica são os distintos Colégios das Especialidades da Ordem dos Médicos, que estabelecem o exame final de acesso ao título da especialidade, que é o mesmo para nacionais e estrangeiros. Para este procedimento, os(as) médicos(as) têm que apresentar um CV extenso e muito detalhado sobre a experiência profissional e académica, bem como o programa de formação da especialidade no país de origem. Uma vez avaliada esta primeira fase, o Colégio da Especialidade correspondente determina se o(a) médico(a) pode ou não passar à fase do exame final da especialidade, e no caso afirmativo quase sempre está condicionado à realização de um período de estágio na especialidade. A seguinte fase é o exame de acesso ao título da especialidade que é formado por um conjunto de provas teórico-práticas.

Na Espanha, o órgão competente da equivalência da especialidade médica é o Ministério da Saúde. Tal como o reconhecimento da titulação em Medicina e o processo de *colegiación*, e até a nova legislação de 2010, a equivalência da especialidade também era um processo administrativo e burocrático, mas não por isso mais fácil de conseguir em comparação com Portugal. Assim, a antiga normativa de 1991 (*Orden de 14 de octubre de 1991*) para o reconhecimento das especialidades na Espanha era restritiva e pouco ágil e flexível, chegando a demorar vários anos para dar uma resposta e na maioria dos casos com resultado negativo sobre a aprovação da equivalência.

Em 3 de maio de 2010 foi publicada a nova normativa para o reconhecimento da especialidade médica (*Real Decreto 459/2010, de 16 de abril, por el que se regulan las condiciones para el reconocimiento de efectos profesionales a títulos extranjeros de especialista en Ciencias de la Salud, obtenidos en Estados no miembros de la Unión Europea*). Com este novo regulamento procura-se dar uma via de solução aos médicos que já estavam exercendo como especialistas dentro do sistema de saúde sem ter o título reconhecido, através de um acesso especial e um período de estágio profissional,<sup>2</sup> além de estabelecer um sistema

<sup>2</sup> Este procedimento especial é estabelecido desde que os médicos reúnem as seguintes características: ter o título oficial de médico especialista no seu país de origem e ter desempenhado na Espanha uma atividade própria da especialidade por um período não inferior a um ano durante os últimos cinco anos num centro reconhecido. Para esses casos, há duas opções

de reconhecimento mais dinâmico e ágil para as pessoas que chegam ao país.

Porém, apesar das maiores facilidades para o reconhecimento da especialidade através desta nova normativa, o procedimento parece estar paralisado e ainda não saíram os resultados da avaliação dos processos. As circunstâncias econômicas e a consequente menor pressão dos empregadores, podem estar influenciando nesta demora.

Tabela 3: Processos de integração institucional dos profissionais médicos estrangeiros na Espanha e Portugal

	<b>Espanha</b>	<b>Portugal</b>
Equivalência do diploma	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ministério da Educação</li> <li>- Processo administrativo e burocrático</li> <li>-Processo relativamente rápido</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Faculdades de Medicina</li> <li>-Prova de avaliação do conhecimento médico (parte teórica e prática)</li> <li>-Prova de proficiência em língua portuguesa</li> <li>-Facilidades no caso de alguns médicos(as) brasileiros(as) quando houver acordo entre as universidades de origem e de destino</li> </ul>
Reconhecimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Colegio de Médicos</li> <li>-Processo administrativo e burocrático</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ordem dos Médicos</li> <li>-Sistema complexo de acreditação profissional (exercício autónomo ou tutelado)</li> <li>-Prova de Comunicação Médica</li> </ul>
Equivalência da especialidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ministério da Saúde</li> <li>-<i>Orden de 14 de octubre de 1991</i>: processo administrativo e burocrático, mas restritivo e pouco ágil</li> <li>-Real Decreto 452/2010: via especial para o reconhecimento de fato (estágios profissionais / exame). Por enquanto, processo paralisado</li> <li>-Processo demorado, exigente e difícil de conseguir</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ordem dos Médicos – Colégio das Especialidades</li> <li>-CV extenso e detalhado, estágios na especialidade, exame final da especialidade (provas teórico-práticas com júri)</li> <li>-Processo demorado, exigente e difícil de conseguir</li> </ul>

para obter o reconhecimento da especialidade: realizar três meses de estágio remunerado num centro de trabalho ou fazer um exame teórico-prático em Madrid.

## **6 Condições de integração profissional dos(as) médicos(as) brasileiros(as) e possibilidades de carreira profissional**

A análise qualitativa preliminar permite identificar a existência de uma diversidade nas condições de inserção profissional e das possibilidades de promoção profissional dos(as) médicos(as) brasileiros(as) nos dois países ibéricos.

No caso da Espanha, os(as) médicos(as) brasileiros(as) que emigram para realizar a especialidade médica no país, inserem-se profissionalmente no sistema de saúde espanhol, através da formação da especialidade, nas mesmas condições que os seus colegas nacionais. Aliás, esta população médica entrevistada na Espanha afirma não ter percebido discriminação por razões de origem no âmbito formativo-profissional. Acrescenta-se ainda que quando finalizam a sua especialidade, as possibilidades de carreira profissional parecem estar, em princípio, em igualdade de condições que os seus colegas espanhóis.

Recuerdo que sentirme extranjera dentro del hospital fue algo que nunca me ha pasado. Siempre me trataron muy bien. Hay mucha gente de fuera que hace la especialidad, entonces la gente está muy acostumbrada a que vengan extranjeros, entonces no tuve problemas. [...]. Estoy muy contenta. Es que he elegido lo que yo quería porque está muy bien la especialidad y soy muy bien tratada en el servicio. (E6, médica brasileira de 28 anos, realizando a especialidade na Espanha)

Por outro lado, há outro grupo de médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal que emigram por motivos diferentes à formação da especialidade, pelo menos inicialmente, e que vivenciam uma elevada precariedade no emprego no início da sua vida profissional. Assim, a incorporação no mercado de trabalho médico destes médicos(as), que podem ser não especialistas ou especialistas não reconhecidos no país de destino, costuma ser nas urgências dos hospitais e na Medicina do Trabalho (*Mtuas*). Estes profissionais costumam trabalhar neste tipo de atividades até conseguir melhores empregos.

Eu sou muito tímida mas enchi-me de coragem e fui no hospital de Santa Maria, na urgência, e falei « eu sou médica, sou brasileira e preciso de trabalhar». Onde é que tem um médico brasileiro aqui?». Aí me dirigiu a um médico lá, brasileiro, falei com ele e ele me deu uma orientação «Ah, liga para este número!». Esse número era de uma empresa que contrata médicos. Eles têm contacto para trabalhar em serviço de urgência. [...]. Aí eles me colocaram no balcão do centro de urgência do hospital de São Bernardo em Setúbal. Foi o primeiro emprego. (E1, médica brasileira de 36 anos, não especialista, residente em Portugal)



Nos dois países de destino encontramos o grupo dos(as) médicos(as) especialistas não reconhecidos no país de destino pelas elevadas dificuldades em obter esta equivalência. Isto significa um processo de desqualificação profissional (*deskilling*) ou mobilidade profissional descendente, no qual os anos de experiência profissional nas suas especialidades não são reconhecidos no país de destino. Nestes casos, a emigração implica uma ruptura na continuidade das suas carreiras profissionais, sendo que as perspectivas de progresso profissional destes(as) médicos(as) são, em geral, baixas. Aliás, o fato de não poder exercer as suas especialidades é uma grande insatisfação profissional e também pessoal para estas pessoas, bem como uma perda das suas identidades profissionais.

É difícil você ter tudo,tudo como eu tinha no Brasil: era professor da universidade, tinha o meu consultório,era um médico já com experiência, até admirado pelos colegas,tinha um bom nome,e você voltar a ser ninguém! A ser um interno,a ser um estudante.Isso já é um pouco difícil. (E6, médico brasileiro de 47 anos, especialista no Brasil, residente em Portugal)

No entanto, observa-se como uma grande parte deles(as) têm um contrato de médico geral, embora desempenhem a atividade da sua especialidade. Os obstáculos legais para reconhecer a sua especialidade médica, embora existam necessidades reais em determinadas especialidades, faz com que sejam contratados sob essas circunstâncias, com o menor salário que isto implica.

Finalmente foram identificados na Espanha e em Portugal alguns casos de *brain waste* temporário entre os(as) médicos(as) brasileiros(as) entrevistados(as), integrando-se no mercado de trabalho secundário – segundo a teoria do mercado de trabalho dual de Piore – de forma temporária. Assim, estes(as) médicos(as) brasileiros(as) desempenharam trabalhos muito abaixo do seu nível de qualificação – como empregado(a) de mesa, teleoperador(a) de *call-center*, cuidador(a) de idosos, repartidor(a) de publicidade-, até obter o reconhecimento dos seus diplomas universitários.

O trabalho que eu tinha era de 3 meses, trabalhava num *call-center* e ganhava 400 euros. Com o que se ganhava não dava para pagar o aluguer da casa. Por sorte eu tinha dinheiro, eu tinha as minhas economias, ainda tenho as minhas coisas no Brasil que me garantiam aguentar esse tempo. (E6, médico brasileiro de 47 anos, especialista no Brasil, residente em Portugal)

Entonces empecé a tramitar el título, pero no podía trabajar. Trabajé en el subempleo y en negro. Trabajé de todo: distribuyendo publicidad, trabajé de camarera, trabajé poniendo cartas dentro de sobres y sellando para el Ayuntamiento, trabajé cuidando a una señora, trabajé para una señora que le planchaba la ropa, a veces era 12, 14 horas de pie planchando ropa. (E4, médica brasileira de 34 anos, especialista no Brasil, residente na Espanha)

## Conclusões

O presente trabalho permite oferecer um breve panorama sobre a imigração altamente qualificada da população médica brasileira na Península Ibérica, identificando analogias e divergências nos processos migratórios e de integração institucional e profissional destes médicos em ambos os países, bem como nas barreiras que encontram nas suas carreiras profissionais.

Em primeiro lugar, os resultados do estudo mostram diferentes motivações da emigração e da escolha do lugar de destino, sendo que a Espanha é escolhida pelos(as) médicos(as) brasileiros(as) fundamentalmente para ampliação da formação, sobre tudo para realizar a especialidade e, frequentemente, esta razão está associada com motivos relacionados com o amor. Por outro lado, as vinculações históricas e culturais, principalmente a língua, são um fator de peso na escolha de Portugal como país de destino dos(as) médicos(as) brasileiros(as). A qualidade de vida e a segurança, bem como a migração familiar ou por amor, também são outras motivações da emigração destes profissionais para Portugal.

O estudo também revela a influência decisiva do contexto institucional, formado pelos organismos reguladores da profissão, nos processos de inserção profissional e nas possibilidades de desenvolvimento profissional dos médicos(as) brasileiros(as) nos dois países. Desta forma, os(as) médicos(as) brasileiros(as) encontram uma série de barreiras institucionais para o seu exercício profissional, quer na Espanha, quer em Portugal. No entanto, dos três níveis de reconhecimento académico e profissional, uma das maiores barreiras é o reconhecimento das especialidades médicas realizadas em origem. Acrescenta-se ainda o fato de que em Portugal a Ordem dos Médicos tem um maior peso e poder no processo de reconhecimento profissional dos médicos, comparado com o *Colegio de Médicos* na Espanha.

Por fim, a investigação permite identificar a existência de uma diversidade nos modos de integração profissional e percursos profissionais dos médicos e médicas brasileiras. Com exceção do grupo de médicos(as) brasileiros(as) que emigram para a Espanha para realizar a especialidade e que tem umas boas condições de integração no sistema de saúde espanhol, a incorporação profissional e as possibilidades de carreira profissional dos outros(as) médicos(as) apresentam limitações e obstáculos em ambos os países. Assim, observam-se processos de desqualificação profissional (*deskilling*) e de *brain waste* entre a população médica entrevistada causados pelas barreiras institucionais já mencionadas no parágrafo anterior, bem como salienta-se a incorporação laboral naqueles postos de trabalho menos desejados pelos médicos nacionais.

## Referências

- Baganha, M. e Góis, P. (1999) «Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 52-53, pp. 229-280.
- Dumont, J., Spielvogel, G. e Widmaier, S. (2010) «International Migrants in De-

- veloped, Emerging and Developing Countries: an extended profile», in *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, N.º 114. Disponível em: <http://www.oecd.org/els/workingpapers>.
- Machado, I. (2003) *Cárcere público – Processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*, Tese de Doutoramento, UNICAMP.
- Malheiros, J. (2007) «Os brasileiros em Portugal – A síntese do que sabemos», in Malheiros, J. (Org.) *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), pp. 11–37.
- Masanet, E. e Padilla, B. (2010) «La inmigración brasileña en España y Portugal ¿sistema migratorio ibérico?», in *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, Vol. 5, N.º 1, pp. 49–86.
- Masanet, E. e Baeninger, R. (2011) «Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, segurança social e desemprego», in *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, N.º 121, pp. 59–83.
- Ministério da Saúde (2011) *Recursos Humanos estrangeiros no Ministério da Saúde – Actualização 2009/2010*, Lisboa: Administração Central do Sistema de Saúde, IP. Disponível em: [http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/Relat\\_RHE\\_Actualiza%C3%A7%C3%A3o2008.pdf](http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/Relat_RHE_Actualiza%C3%A7%C3%A3o2008.pdf).
- Padilla, B. (2006a) «Integração dos imigrantes brasileiros recém-chegados na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades», in Machado, I. (Ed.) *Um Mar de Identidades. A imigração brasileira em Portugal*, São Carlos: Ed. UFSCar.
- Padilla, B. (2006b) «Brazilian Migration to Portugal: Social Networks and Ethnic Solidarity», in *CIES Working Paper*, N.º 12. Disponível em: <http://cies.iscte.pt/documents/CIES-WP12.pdf>.
- Peixoto, J. (2002) «Strong markets, weak states: the case of recent foreign immigration in Portugal», in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 28, N.º 3, pp. 483–497.
- Peixoto, J. e Figueiredo, A. (2007) «Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal», in Malheiros, J. (Org.) *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), pp. 87–111.
- Pellegrino, A. (2002) «Reflexiones sobre la migración cualificada», in *Capítulos*, Vol. 65, pp. 65–105.
- Romero Rodríguez, M. (2010) *Transformación del mercado de trabajo médico en España: El fenómeno migratorio de médicos/as*, Trabajo de investigación del Doctorado para la obtención del Diploma de Estudios Avanzados (DEA), Departamento Sociología I, Universidad Complutense de Madrid.

## O Brasil nos Açores: A inserção laboral dos brasileiros no mercado de trabalho micaelense\*

*Ana Maria Amorim†*

### Resumo

O fenómeno da emigração brasileira é uma realidade bem recente, sendo o Brasil historicamente conhecido como país de recepção de imigrantes. Somente, na década de 80, perante um contexto de recessão económica, ausência de perspectiva de mobilidade social, incapacidade do mercado de trabalho em absorver os trabalhadores (sobretudo os mais jovens), é que os brasileiros descobriram na emigração a possibilidade de uma vida melhor. Apesar de se verificar a presença da diáspora brasileira em diversos países do mundo, esta concentra-se basicamente em quatro regiões: América do Norte, América do Sul, Ásia e Europa, sendo os países mais atractivos os Estados Unidos, Japão, Paraguai, Reino Unido, Espanha e Portugal. De acordo com o país de acolhimento, os fluxos migratórios de brasileiros apresentam peculiaridades próprias.

Na Europa, Portugal é o terceiro país de destino mais procurado pelos brasileiros, sendo este fluxo classificado, por alguns estudiosos, por «vagas», tendo a «primeira vaga» acontecido em meados dos anos 80 e primeira metade dos anos 90, onde se verificou grande aumento dos fluxos de profissionais qualificados, muitas vezes ligados à modernização da economia portuguesa. A partir dos finais da década de 90, teve início a «segunda vaga» de migrantes brasileiros, funcionando na mesma lógica que a das migrações económicas da actualidade. A imigração brasileira neste país é essencialmente laboral (serviços, hotelaria, restauração e construção civil), apresentando o sexo feminino valores superiores (56%) aos do sexo masculino (44%), na sua maioria jovens em idade activa, com nível médio de escolaridade. Vivem dispersos pelas áreas urbanas das grandes cidades portuguesas, onde existam oportunidades de trabalho, ora em Lisboa, Setúbal, Faro, Porto, etc., sem que haja constituição de guetos e/ou «bairros de brasileiros».

Neste contexto, destacamos a Região Autónoma dos Açores (RAA), onde a presença de brasileiros fez-se notar, principalmente, nos finais dos anos 90 e princípios do presente século, portanto, com algum desfazamento temporal em relação ao observado em Portugal Continental. No

---

\*Os dados utilizados nesta comunicação integram os resultados obtidos no âmbito da tese de mestrado intitulada *O Brasil nos Açores: Um estudo sobre os imigrantes brasileiros em São Miguel*, defendida em Janeiro 2012.

†Socióloga; Universidade dos Açores/CES-UA: ✉ anaamorim25@gmail.com

período 1999 a 2005, observou-se uma evolução gradual dos valores da imigração brasileira, mantendo-se os fluxos praticamente constantes, com ligeiros aumentos.

Quanto à sua distribuição geográfica, esta dirige-se principalmente para a Ilha de S. Miguel (41%), seguindo-se Terceira (25%) e Faial (20%). Em S. Miguel, os brasileiros concentram-se, sobretudo, no concelho de Ponta Delgada, representando 81% da população brasileira residente nesta ilha.

Relativamente ao seu perfil, pertencem maioritariamente ao grupo etário dos mais jovens em idade activa, mais de 60% com idades inferiores aos 35 anos. Na distribuição quantitativa entre homens e mulheres, regista-se uma certa predominância do sexo feminino (52%), sendo o principal estado civil dos brasileiros o de casado(a), seguindo-se o de solteiro(a) e o de união de facto.

O objectivo principal desta comunicação é dar a conhecer ao Brasil e às comunidades de brasileiros residentes na Europa, a população brasileira residente nos Açores, focando, em especial, os modos de inserção destes no mercado de trabalho açoriano.

**Palavras-chave:** imigração; brasileiros; mercado de trabalho; Açores

## Introdução

No quadro dos países Europeus, a seguir à Inglaterra e Espanha, Portugal é o destino mais atractivo para os brasileiros, representando cerca de 15% do total do fluxo de brasileiros que se dirigem para este continente.<sup>1</sup>

Com a entrada formal deste país na União Europeia (1986), a Região Autónoma dos Açores,<sup>2</sup> como parte integrante do todo nacional, beneficiaram de grandes investimentos, principalmente no sector da construção civil, conduzindo, assim, a uma necessidade crescente de recursos humanos. Tal necessidade intensificou-se a partir de 1998, quando ocorreu um sismo nas ilhas do Faial e Pico. Neste período, observou-se um grande aumento do fluxo imigratório na região, quer pelo recrutamento de algumas empresas do sector da construção civil, quer pelos próprios imigrantes que se dirigiram para a Região, com vista a preencher lacunas neste sector em plena ascensão, além do estabelecimento de empresas do Continente Português na Região, dinamizando ainda mais esta mobilidade, tanto de trabalhadores estrangeiros, como trabalhadores nacionais.

---

<sup>1</sup> Estimativas do Ministério das Relações Exteriores, 2010.

<sup>2</sup> A Região Autónoma dos Açores (RAA) é constituída por nove ilhas, de origem vulcânica, dispersas por 66 000 Km<sup>2</sup>. Divididas em três Grupos (Ocidental, Central e Oriental), com uma área total de 2.350 Km<sup>2</sup>, distribuem-se ao longo de 600 Km e distam, aproximadamente, 1570 Km de Portugal Continental e 3900 Km da América do Norte (Pires, 2010, p. 87). A população da RAA, segundo o Censo de 2001, era de 241 763 habitantes. No ano de 2009, o Serviço Regional de Estatística (SREA) estimou a população residente em, aproximadamente, 245 374 habitantes.

Ao analisarmos a evolução da população estrangeira nos Açores, no período de 1991 a 2009 (Gráfico 1), verificamos que, não obstante algumas oscilações, esta cresceu de forma contínua até 2007. A partir daí, inverteu-se a tendência de crescimento, registando-se em 2009<sup>3</sup> um decréscimo desta população de cerca de 6% em relação a 2008.

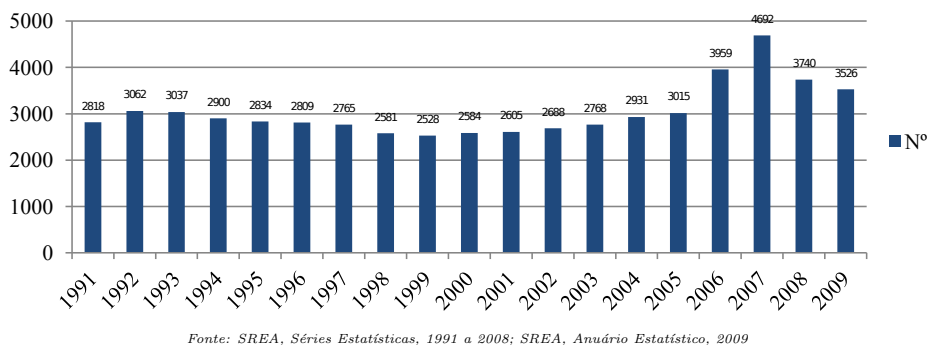


Gráfico 1: Evolução da população estrangeira com residência legalizada nos Açores (1991-2009)

Os dados apresentados pelo SEF<sup>4</sup> em 2010 (Gráfico 2) revelaram que os estrangeiros encontram-se distribuídos pelas nove ilhas açorianas. Contudo, é a Ilha de São Miguel a que apresenta maior valor percentual (47%) deste contingente, seguindo-se as ilhas Terceira (18%), Faial (16%) e Pico (8%). Tais assimetrias na distribuição da população estrangeira na região podem ser um indicativo das diferentes potencialidades que cada ilha oferece, não só para os estrangeiros, mas também para a população residente.

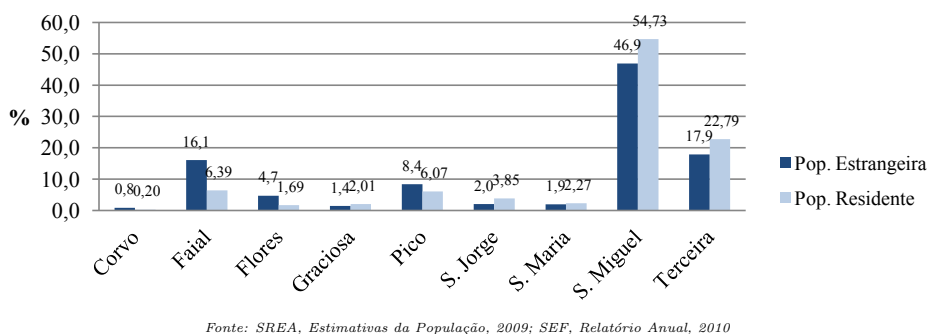


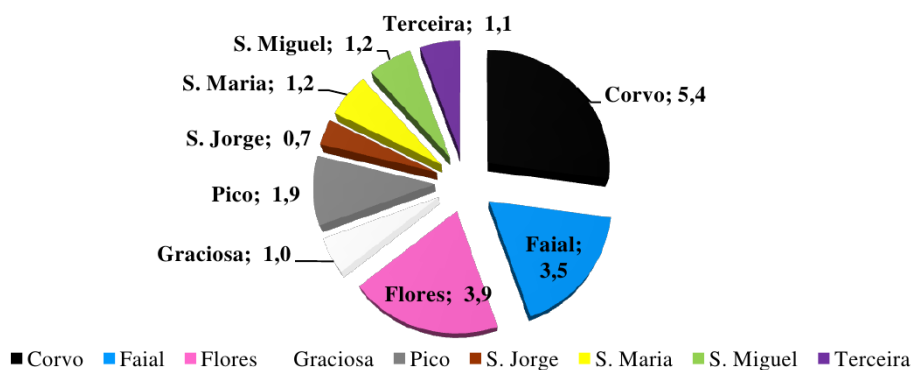
Gráfico 2: Distribuição da população estrangeira e residente, por ilha (2010)

<sup>3</sup> Os estrangeiros representam cerca de 1,4% do total da população residente na RAA, muito abaixo dos 4% apurados para o território nacional.

<sup>4</sup> De salientar que, ao contrário do INE, as análises do SEF consideram os estrangeiros com vistos de longa duração, concedidos e prorrogados.

No nosso entender, pelo facto destas ilhas possuírem uma estrutura económica mais sólida e um mercado de trabalho mais diversificado, conseguem fixar mais da metade desta população estrangeira. No caso específico da Ilha de S. Miguel, que apresenta o maior número de estrangeiros, Rocha et al. (2004, p. 77) consideram que «tendo esta ilha mais da metade da população açoriana (54,7%) não admira que seja também aquela onde se apresente um maior número de imigrantes.»

Porém, ao relacionarmos o número de imigrantes com o volume da população (Gráfico 3), verificamos que é nas ilhas de menor dimensão que o peso de imigrantes é mais significativo. Assim, é nas ilhas do Corvo (5%), Flores (4%), Faial (3,5%) e Pico (2%), que o peso da imigração se faz mais sentir. Contrariamente, embora as Ilhas de S. Miguel e Terceira apresentem maior número de imigrantes, estes representam apenas 1,2% e 1,1% do volume demográfico destas ilhas (Rocha, 2010).



Fonte: SREA, Estimativas da População, 2009; SEF, Relatório Anual, 2010

Gráfico 3: Relação entre estrangeiros e população dos Açores, 2010 (%)

## 1 Imigração brasileira nos Açores

Segundo os últimos dados do SEF (2010), dos 3.461 estrangeiros residentes na RAA, 836 são de nacionalidade brasileira, constituindo, nestes últimos anos, a nacionalidade mais representativa das 85 existentes na RAA, representando cerca de 24% do total da população estrangeira na região. Numa análise do período 1999 a 2005, verificamos uma evolução gradual dos valores dessa imigração, mantendo-se os fluxos migratórios praticamente constantes, com ligeiros aumentos. Foi somente a partir de 2005, que se constatou um crescimento mais acentuado dessa imigração, em que a população brasileira no arquipélago quase triplicou. Contudo, esta tendência crescente inverteu-se nestes últimos dois anos: a população brasileira residente nos Açores decresceu de 916 indivíduos em 2008 para 836 em 2010, o que representa uma redução do stock desta população de cerca de 9%. Todavia, a nível nacional, esta população vem mantendo um crescimento sustentado, desde o início do presente século, com um aumento de cerca 2,7% em 2010 (119.363 brasileiros), em relação ao ano anterior.

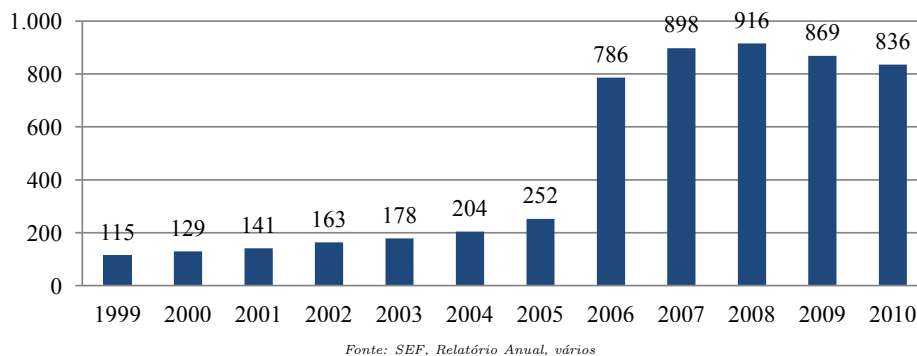


Gráfico 4: Evolução da população brasileira nos Açores (1999-2010)

Destes brasileiros, cerca de 52% (436) pertencem ao sexo feminino,<sup>5</sup> constituindo cerca de 28% do total da população feminina imigrante no arquipélago. A feminização da imigração brasileira na região faz-se sentir em quase todo o arquipélago, excepto nas ilhas Terceira e Flores. Estudos desenvolvidos nos últimos anos na RAA já apontavam para este aumento do número de mulheres, vindo-se a observar na região a mesma tendência actualmente verificada a nível nacional e internacional, no que respeita à feminização dos fluxos imigratórios.

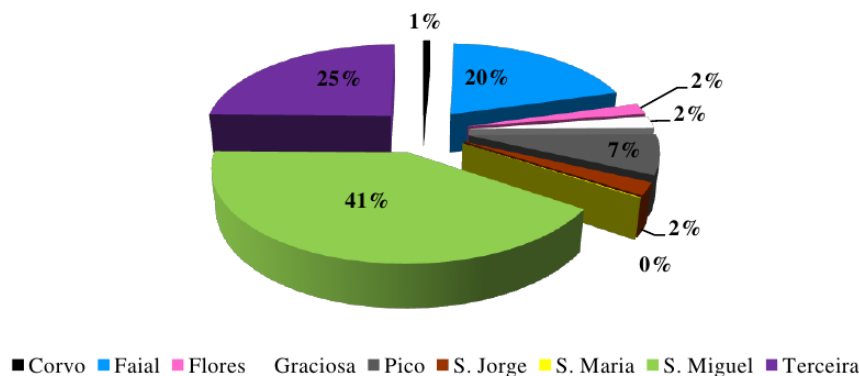


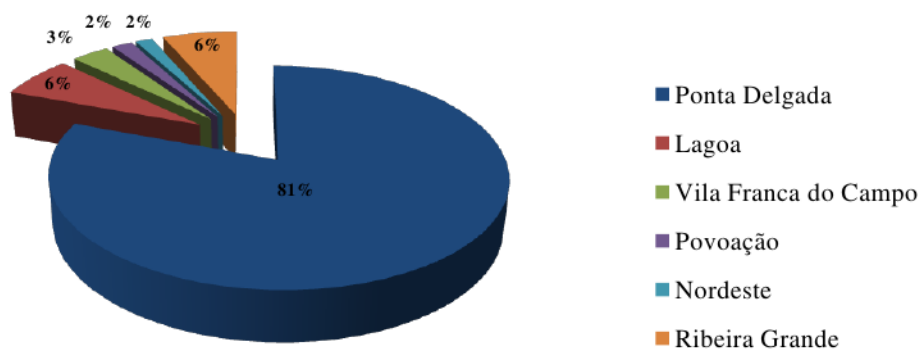
Gráfico 5: Distribuição da imigração brasileira nos Açores (%)

Quanto à distribuição da comunidade brasileira pelo arquipélago, esta dirige-se principalmente para a Ilha de S. Miguel (41%), seguindo-se Terceira (25%), Faial (20%), e o Pico com 7%. Em contrapartida, as ilhas Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo apresentam-se como pouco atractivas, constituindo no conjunto apenas 7% desta.

<sup>5</sup> Dados do SEF indicam que, desde 2009, o número de mulheres brasileiras na RAA tem sido superior ao número de homens.



A maioria dos que escolheram S. Miguel como residência concentra-se no concelho de Ponta Delgada,<sup>6</sup> representando 81% da população brasileira na ilha, seguindo-se os concelhos da Lagoa (6%), Ribeira Grande (6%) e Vila Franca do Campo (3%). Os concelhos da Povoação e Nordeste apresentam-se como os de menor capacidade de captar estes imigrantes, cada um representando cerca de 2% do total de brasileiros residentes na ilha.



Fonte: SEF, Relatório Anual, 2010

Gráfico 6: Distribuição da imigração brasileira em São Miguel, por concelho (%)

Quanto ao perfil desses brasileiros, os últimos estudos coordenados por Gilberta Rocha, demonstram que estes imigrantes pertencem maioritariamente ao grupo etário dos mais jovens em idade activa, mais de 60% com idades inferiores aos 35 anos. Na distribuição quantitativa entre homens e mulheres, regista-se uma certa predominância do sexo feminino, embora pouco relevante, sendo o principal estado civil dos brasileiros o de casado(a), seguindo-se o de solteiro(a) e o de união de facto Rocha et al. (2004, 2009). Quanto ao grau de instrução, os brasileiros encontram-se num nível de instrução intermédio, pois quase metade tem o Ensino Secundário, seguindo-se os que têm o 3º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Superior, nas percentagens de 15% cada.

Rocha e Ferreira constataram que a inserção destes brasileiros no tecido socioprofissional da região tem vindo a realizar-se por via do trabalho dependente, sobretudo no ramo da hotelaria e da restauração, mas também no da construção civil. Para os mesmos autores, a distribuição dos brasileiros pelas diversas categorias profissionais traduz-se numa característica comum a esta comunidade, registada em diversos estudos realizados sobre a imigração e o mercado de trabalho em Portugal, podendo ser interpretada, não só como uma especificidade, mas também como uma vantagem deste grupo em relação aos restantes, pelo factor da língua comum que o favorece, aliado ao facto dos imigrantes oriundos do Brasil possuírem, de um modo geral, níveis médios de escolaridade. Pelo que, a sua presença no mercado de trabalho açoriano, embora superiormente evidenciada no nicho das profissões designadas como não qualificadas, também

<sup>6</sup> Segundo dados do Serviço Regional de Estatística, Anuário Estatístico de 2009, o universo populacional deste concelho era de 63 933 residentes, representando cerca de 48% do total da população residente na Ilha de S. Miguel.

se faz notar nas categorias profissionais intermédias (Rocha e Ferreira, 2008, p. 603).

## 2 Perfil sócio-demográfico dos brasileiros na ilha de São Miguel

À semelhança do que acontece noutros destinos migratórios de brasileiros no mundo (cf., por exemplo, Evans et al., 2007; Sasaki, 2006; Bógus, 2007; Fusco, 2002; Sales, 1999), em São Miguel estes migrantes também são pertencentes aos grupos mais jovens e em idade laboral, com predominância do grupo etário dos 25 aos 34 anos (45,3%), seguindo-se dos 35 aos 44 anos (27,3%). Por outro lado, os grupos de idade acima dos 45 anos (8%) apresentam pouca representatividade.

A feminização das migrações tem sido uma recente tendência, no panorama da mobilidade internacional. Em S. Miguel, as brasileiras apresentam um peso mais significativo, da ordem dos 62%.<sup>7</sup> Este predomínio, na região, pode estar relacionado com as próprias condições do mercado de trabalho micalense, pelo facto de alguns dos vários segmentos dos serviços, onde se insere grande parte desta população, estarem associados com o trabalho feminino, como o serviço doméstico e de limpeza, assistência e cuidados pessoais (crianças e idosos), comércio, hotelaria e restauração, o que poderá explicar a feminização deste fluxo imigratório.

No que diz respeito ao estado civil - importante variável com relevante influência na permanência ou regresso e, até mesmo, inserção na sociedade, constatamos que estes pertencem, na sua maioria, às categorias de *Casado(a)* (42,9%) e *Solteiro(a)* (40,4%), seguindo-se os que vivem em *União de Facto* (11,2%). É de salientar que as mulheres são mais representativas na categoria de *casado(a)* (46%) e os homens na de *solteiro(a)* (36,4%). Possuem escolaridade de nível médio e superior (64%), sendo 46% com *Ensino Secundário* e 18% com *Licenciatura*. Considerando que os níveis profissionais e educacionais da população activa são indicadores de desenvolvimento humano e da capacidade competitiva (Pires, 2010, p. 99), e que «um maior ou menor grau de conhecimento e competências profissionais associadas ao nível de habilitação propiciam, ou podem propiciar, facilidades distintas de integração no mercado laboral da sociedade de acolhimento» (Rocha et al., 2004, p.84), observamos que grande parte destes brasileiros não tiveram as suas competências educacionais e/ou profissionais reconhecidas (48%). Tal facto leva-nos a considerar que a região

<sup>7</sup> De acordo com as estatísticas conhecidas desta população, para um nível de confiança a 95% e um erro não superior a 3,3%, chegamos à conclusão de que se poderia trabalhar objectivamente com uma dimensão de amostra situada nos 161 inquiridos, sendo 99 (62%) do sexo feminino e 62 (38%) do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos. Dados do SEF do Relatório Anual de 2010, revelaram que a percentagem do sexo feminino na população brasileira era de: 56% de 119 363 residentes em Portugal, 52% de 836 na Região Autónoma dos Açores e de 54% de 342 na Ilha de São Miguel. Em qualquer dos casos, como podemos verificar, a maior proporção de mulheres na amostra cumpre a distribuição do que acontece com a população real.

não tem aproveitado todo o potencial que esta população poderia oferecer. É de salientar ainda que, desde que se estabeleceram em S. Miguel, apenas 34% dos inquiridos frequentou algum curso, tirou uma especialização ou deu continuidade aos estudos.

### 3 Percurso migratório

Os movimentos migratórios internacionais exercem múltiplas influências nos países, interferindo na configuração da população, na estrutura da economia, na composição da sociedade, na interacção cultural, etc. (Silva, 2005, p. 111). Conhecer o percurso migratório tem uma importância decisiva, na medida em que nos permite avaliar a capacidade que esta região tem na captação de imigrantes brasileiros e, ao mesmo tempo, perceber as diferentes estratégias de mobilidade utilizadas, além de proporcionar uma visão das principais razões que desencadearam o próprio percurso migratório.

E, na prossecução destes objectivos, constatamos que esses imigrantes são oriundos, principalmente, dos estados brasileiros de São Paulo (16%), Minas Gerais (13,6%), Paraná (13%) e Pernambuco (11%), na sua maioria, tendo vindo directamente do Brasil para S. Miguel (52,2%). Rocha et al. (2009, p. 79) esclarecem que este é um sinal de que o arquipélago viu aumentada a sua capacidade de captação na origem, junto desta comunidade em particular, e conjugando isso com o facto de nos últimos anos se ter verificado um aumento significativo do volume destes imigrantes, não deixa de ser razoável admitir-se que um dos possíveis factores que esteve na base da alteração apontada se prenda com uma gradual consolidação, a nível regional, das redes de conhecimento e de apoio a estes imigrantes. Por outro lado, dos que não vieram directamente (47,8%) indicaram uma passagem prévia pelas regiões de Lisboa (49,4%), Madeira (13%) e Porto (11,7%).

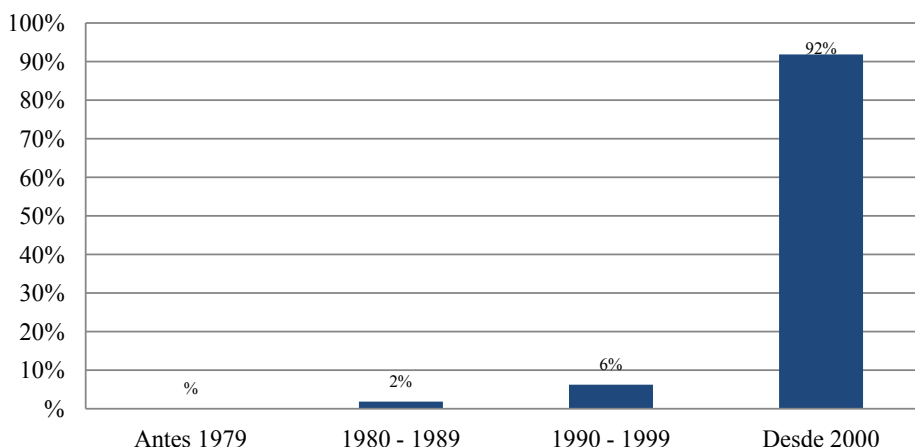


Gráfico 7: População brasileira segundo ano de chegada

Na generalidade, vieram sozinhos (54%). Porém, os homens vieram, maioritariamente, *sozinhos* (66%) e as mulheres *acompanhadas* (53,5%). Dos que vieram acompanhado(a)s, indicaram a companhia de *filho(a)s* (48%) e *Cônjuge/companheiro(a)* (23%). A chegada de brasileiros a S. Miguel dá-se, predominantemente, a partir do ano 2000 (92%). Apesar da sua presença já se verificar nas décadas de 80 (2%) e 90 (6%), é, somente, no presente século que, efectivamente, este fluxo aumenta de modo considerável. A diversidade de circunstâncias e motivos que motivaram a vinda dos brasileiros para Portugal (conforme anteriormente referido) ajuda também a perceber esta presença na região nas décadas de 80 e 90, acompanhando a tendência verificada a nível nacional, embora menos expressiva.

Nesta chegada a S. Miguel, é importante salientar que cerca de 73% dos brasileiros referiram que tiveram o apoio de *amigos/conhecidos* (51,6%) e *familiares* (21,1%). Deste modo, Beatriz Padilla sublinha que a maior parte dos estudos realizados sobre processos migratórios demonstra que a existência destas redes sociais reduz o custo da chegada e, a curto prazo, os gastos para se instalarem no país de destino, ao mesmo tempo que influenciam e potenciam outras variáveis relacionadas com o processo de imigração como a decisão de imigrar, a direcção dos fluxos, os laços transnacionais, os padrões de fixação e localização, e a incorporação no mercado de trabalho (Padilla, 2009, p. 30). No caso dos Açores, Ferreira (2008) esclarece « que as redes transnacionais de migrantes são, cada vez mais, uma realidade concreta e que os Açores passaram a fazer parte de uma plataforma migratória mais alargada.»

A escolha de S. Miguel, no contexto das regiões portuguesas, foi impulsionada pelo *conhe-ci-men-to de oportunidade de trabalho* (51%), embora muito influenciada também por *familiares e/ou amigos* (17%) e motivos de *reagrupamento familiar* (8%). Com efeito, 18% dos brasileiros invocaram outros motivos, tal como o casamento com um (a) açoriano (a). Referiram ainda por *S. Miguel proporcionar qualidade de vida* (3%).

Outro aspecto também muito importante para a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho micalense, e não só, tem a ver com o seu estatuto legal em Portugal. Como vários investigadores demonstraram, um imigrante ilegal é sempre mais vulnerável, o que condiciona a sua inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, relações coloniais passadas entre país de acolhimento e o país de origem podem tornar-se num recurso importante, especialmente em casos onde essas relações se traduziram em acordos especiais de cidadania (Oliveira, 2004, p. 75). Nos últimos anos, Portugal desenvolveu diversas medidas de regularização de imigrantes, as quais beneficiaram significativamente muitos brasileiros que se encontravam na região, nomeadamente o Acordo Bilateral *entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre a Contratação Recíproca de Nacionais* (mais conhecido como o «Acordo Lula») entre outras.

Deste modo, a grande maioria encontra-se com situação regularizada (80%), procurando legalizar-se o mais rápido possível, pelo facto de ser muito difícil manterem-se na ilegalidade, dentro das limitações duma ilha, sendo logo detectados pelos serviços do SEF e da Direcção Regional do Trabalho. No que se refere ao estatuto de permanência, possuem, principalmente, *Autorização de*

*Residência* (64%). Importante referir que cerca de 23% da população inquirida possui *Dupla Nacionalidade*.

## 4 Trabalho e condições de vida em S. Miguel

A integração dos imigrantes no mercado de trabalho, nos países de acolhimento, é um dos aspectos mais enfatizados nas recentes investigações sobre as migrações internacionais (Sales, 1992, p. 55). No caso específico de Portugal, João Peixoto (2008, p. 20) esclarece que o estudo da relação entre imigração e mercado de trabalho apresenta grande centralidade. Segundo o mesmo, por vezes o estudo da vertente laboral da imigração confunde-se com o da própria imigração. Isto, porque «a grande maioria dos que migram internacionalmente para Portugal fá-lo para trabalhar. Por isso, as taxas de actividade dos imigrantes são sempre mais altas do que as dos autóctones e há entre eles menos domésticas, menos reformados e menos crianças e jovens» (Pires et al., 2010, p. 70). O mesmo acontece com os fluxos migratórios de entrada nos Açores. Ferreira (2009, p. 94) sublinha que «desde o seu início que os novos fluxos migratórios para os Açores se definem como um tipo de imigração maioritariamente laboral.»

## 5 Situação sócio-profissional

Desta forma, constatamos (Gráfico 8) que têm como principal meio de subsistência o *Trabalho* (85%). Desta população activa, no momento da aplicação do inquérito, cerca de 19% encontrava-se na condição de *Desempregado(a)*, taxa esta que não deixa ser significativa. Em 2011, a média anual da Taxa de Desemprego da população brasileira em Portugal (18%) foi muito superior à da média anual nacional (13%).<sup>8</sup>

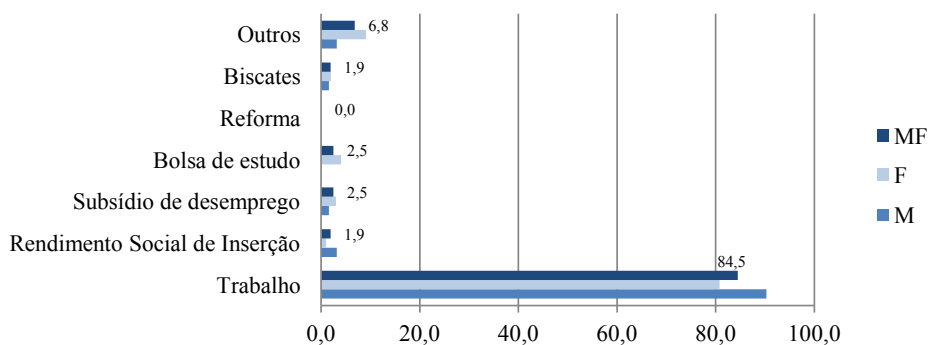


Gráfico 8: População brasileira segundo principal meio de vida, por sexo (%)

Tanto os homens (90%) como as mulheres (85%) têm como principal meio de subsistência o trabalho, sendo os homens mais representativos a este nível, pelo facto das mulheres terem outros meios de subsistência (9%), bem como

<sup>8</sup> INE, *Estatísticas do Emprego*, 2011.

aproveitamento das oportunidades concedidas através de bolsas de estudo (4%).

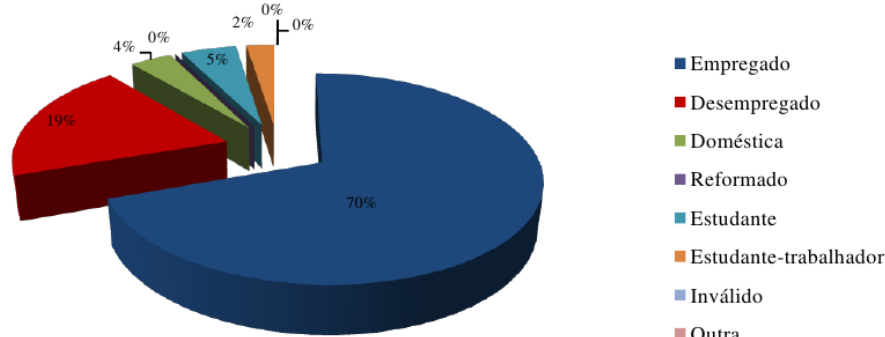


Gráfico 9: Situação face ao trabalho

Estes dados revelam a natureza eminentemente económica e laboral que caracteriza este fluxo, não só pela elevada proporção de brasileiros, cujo principal meio de subsistência é, fundamentalmente, o trabalho, mas, também, pelo facto da grande maioria se encontrar efectivamente a exercer uma actividade (69,6%).

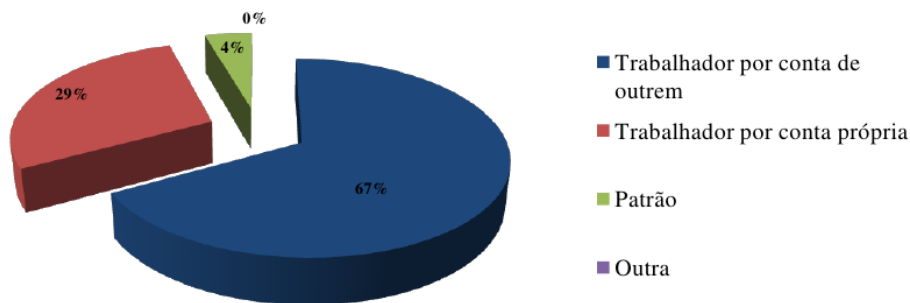


Gráfico 10: Situação face a profissão

A inserção no mercado de trabalho micaelense dá-se por via do trabalho dependente, a maioria sendo *Trabalhador por conta de outrem* (67%), situação homóloga para homens (69%) e mulheres (66%), não deixando de ser significativa a percentagem dos *Trabalhador por conta própria* (28,6%) e *Patrão* (4,5%). Segundo [Portes \(1999, p. 77\)](#) «a taxa de emprego por conta própria é importante como indicador de autoconfiança económica, além de ser um meio potencial de mobilidade. [...] Os imigrantes que possuem o seu próprio negócio têm maiores rendimentos do que aqueles que são trabalhadores assalariados.» Na generalidade, os inquiridos não encontraram dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho micaelense (55%), considerando *Fácil* e *Muito fácil*, não se registando diferença entre homens (49%) e mulheres (48%).

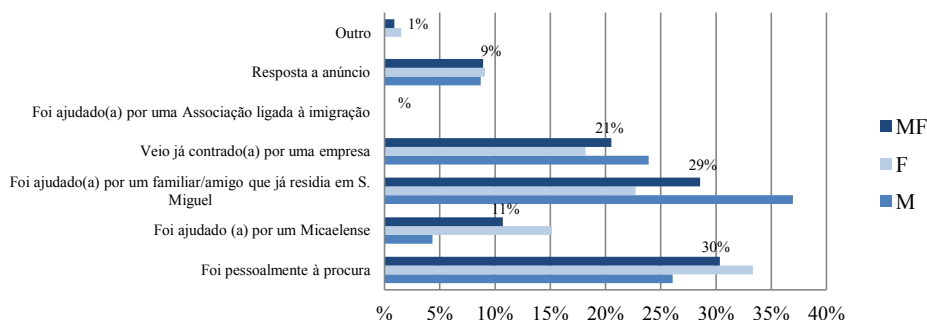


Gráfico 11: População brasileira empregada segundo meio utilizado na obtenção do trabalho, por sexo

Foram pessoalmente à procura do emprego (30%), ajudados por um familiar/amigo que já residia em São Miguel (29%) e vieram já contratados por uma empresa (21%). As mulheres foram pessoalmente à procura de emprego (33%) e os homens ajudados por um familiar/amigo que já residia em São Miguel (37%). Mais uma vez, salienta-se a importância que as redes sociais desempenham na obtenção de emprego, conforme Castles sublinha «os migrantes se dirigem para locais onde os seus compatriotas estabeleceram já uma ponte, simplificando a procura de trabalho e alojamento e permitindo enfrentar obstáculos.» (Castles, 2005, p. 56)

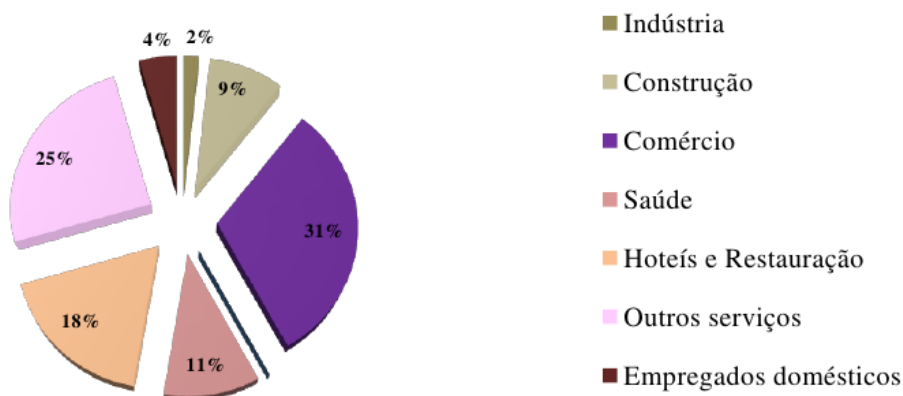


Gráfico 12: População brasileira empregada segundo os sectores de actividade

Os brasileiros ocupam postos de trabalho em quase todos os sectores de actividade (Gráfico 12), sendo o Comércio (31%), Outros Serviços (25%), Hotelaria e Restauração (18%) e Saúde (11%) os mais representativos. As mulheres estão inseridas, principalmente, no sector do Comércio (37%), Hotelaria e Restauração e Outros Serviços com 20% cada, e os homens nos sectores Outros Serviços (34%), Comércio (22%) e Hotelaria e Restauração (15%). A concentração nestes sectores pode estar relacionada com o facto de «existir na sociedade portuguesa o conceito de que os brasileiros são simpáticos, como

se a simpatia fosse uma qualidade inerente e quase genética. É esta simpatia, que para além da afinidade linguística, contribui para a preferência dos brasileiros no que respeita ao atendimento nas lojas, restaurantes, hotéis e outros serviços.» (Padilla, 2007, p. 125)

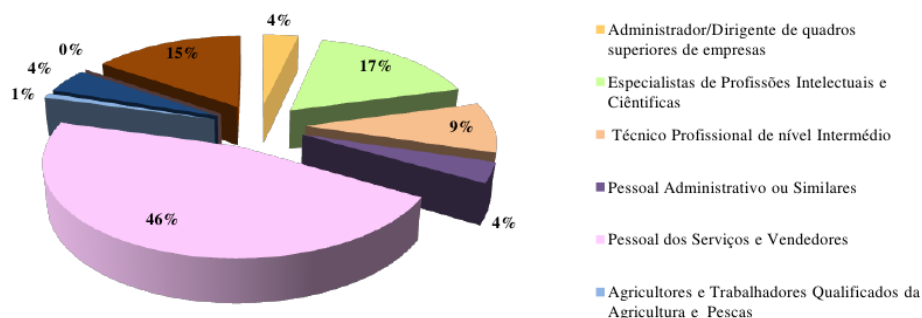


Gráfico 13: Profissão (grupos profissionais)

Relativamente à inserção no tecido socioprofissional micalense, observa-se (Gráfico 13) uma situação bipolarizada, pelo facto de apresentar dois modos de inserção no mercado de trabalho, logo, afastando-se da imagem de um fluxo homogéneo para trabalhos de baixa remuneração e prestígio social. Apesar duma certa predominância na categoria do *Pessoal dos Serviços e Vendedores* (46%), estes brasileiros também se fazem notar na categoria dos *Especialistas das Profissões Intelectuais* (17%). Logo, podemos admitir que a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho micalense caracteriza-se, principalmente, pelo seu carácter dual, por ocuparem postos nos dois segmentos do mercado de trabalho. Como apresentam uma estrutura superiormente evidenciada em torno de um grupo de profissões *semi-qualificadas* ou *não qualificadas*, sobretudo *Pessoal dos serviços e vendedores* e *Trabalhadores não qualificados*, pode admitir-se que a estrutura profissional dos brasileiros residentes em São Miguel é semelhante à estrutura da população autóctone.

Podemos considerar que a inserção laboral destes imigrantes pode estar directamente relacionada com a própria dinâmica do mercado de trabalho micalense. Pois, se analisarmos a inserção laboral dos brasileiros por períodos de chegada à ilha, nas décadas de 80 e 90, em virtude da própria necessidade do mercado (áreas com escassez de mão-de-obra qualificada), estes imigrantes ocuparam principalmente postos no mercado primário, usufruindo assim de melhores condições. Por sua vez, os que chegaram a partir do ano 2000 (92%), na sua maioria mesmo possuindo habilitações de nível médio (Secundário 46%) e apresentando uma relativa dispersão pelas diversas categorias profissionais, encontram-se, sobre-representados em actividades de baixa qualificação. Neste sentido, Peixoto e Figueiredo (2007, p. 109) esclarecem que «o grande contraste existente entre os segmentos profissionais que os brasileiros ocupam, ao longo do tempo, não tem apresentado correspondência com uma variação idêntica do nível das qualificações. Tudo indica que as qualificações académicas dos imigrantes brasileiros permanecem acima da média da população portuguesa, e que estão



acima das necessidades dos lugares profissionais que ocupam no mercado de trabalho». Portanto, a cronologia dos modos de inserção destes trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho micaelense tem acompanhado a evolução da economia nacional e regional, colmatando as necessidades do mercado de trabalho.

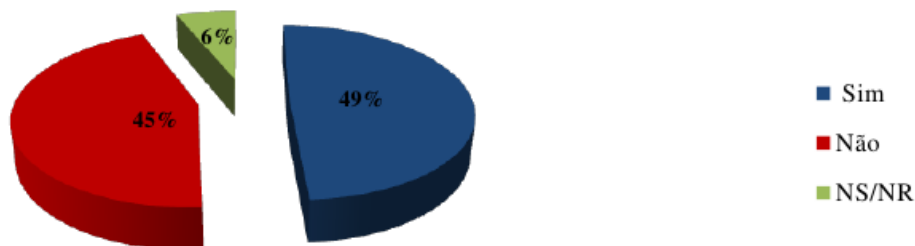


Gráfico 14: População brasileira empregada segundo vínculo contratual

Quanto à existência, ou não, de vínculo contratual formal para o exercício da actividade laboral, constatamos que 49% dos empregados possuem contrato de trabalho por escrito. Ao mesmo tempo, não deixa de ser significativo os que efectivamente não possuem qualquer vínculo contratual (45%) e, neste caso, são as mulheres as mais representativas desta situação (52%).

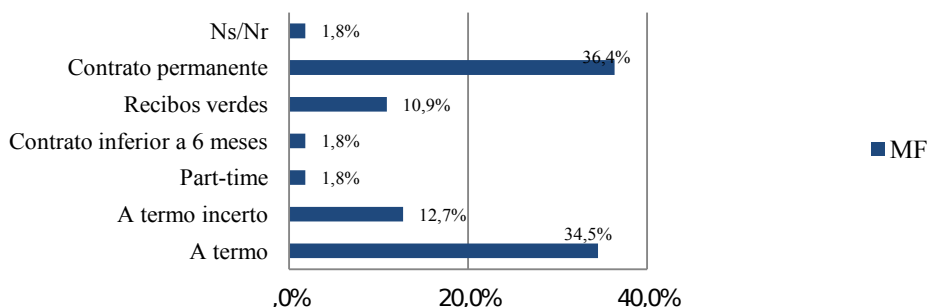


Gráfico 15: População brasileira empregada segundo o tipo de vínculo contratual

Constatamos que, dos 49% dos trabalhadores que possuem um contrato por escrito relativamente ao exercício da profissão, 36% apresentam um vínculo contratual *permanente*, 35% *contrato a termo* e 13% *a termo incerto* com a entidade empregadora, apresentando as mulheres *contrato permanente* (45%) e os homens *contrato a termo* (39%). Porém, apesar da maioria dos trabalhadores brasileiros terem vínculo permanente com a entidade empregadora, se analisarmos a situação contratual no seu conjunto, constatamos que o nível de precariedade laboral é bastante significativo (60%). Mas, esta não é uma realidade exclusiva deste grupo. Segundo Carlos Gonçalves, o crescimento e diversificação da precariedade laboral são uma das principais tendências de recomposição do mercado de trabalho em Portugal e nos outros países europeus. Ainda segundo

o mesmo autor, impera a crescente segmentação do mercado de trabalho e a individualização das relações de trabalho e emprego (Gonçalves, 2010, p. 184).

Trabalham entre 36 a 40 horas semanais (30%), numa média de 8 horas diárias, seguindo-se os que trabalham mais de 40 horas semanais (12%). Cerca de 68% dos brasileiros não fazem horas extraordinárias na execução da actividade principal. Daqueles que as fazem, 50% trabalha mais de 5 horas por semana, sendo as mulheres as que realizam maior número de horas extraordinárias (58%).

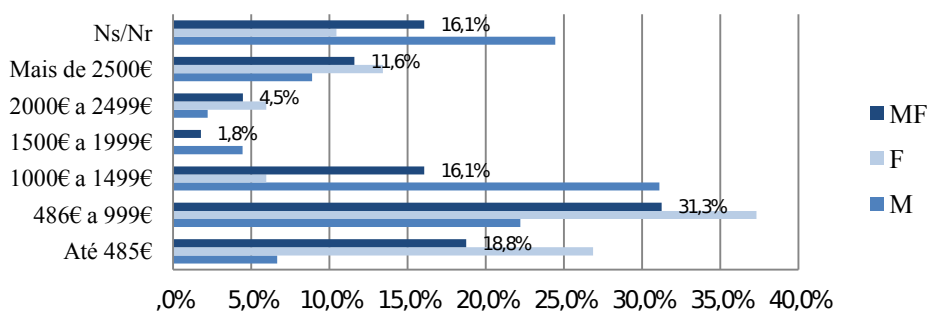


Gráfico 16: População brasileira empregada segundo remuneração mensal, por sexo

No geral, auferem um vencimento mensal (Gráfico 16) da ordem dos 486€ a 999€ (31%). Em termos comparativos por género, os homens auferem mensalmente entre 1000€ a 1499€ (31%), vencimentos superiores aos das mulheres 486€ a 999€ (37%). Todavia, são elas que mais recebem salários acima dos 2500€ mensais (13%).

Não desempenham uma actividade profissional complementar à principal (85%), atribuindo-se este facto, de igual modo, mulheres e homens - 88% e 80%, respectivamente. Os que têm, de facto, uma actividade profissional como complemento da principal (14%) indicaram que a mesma é remunerada (73%). É de registar que uma actividade complementar à principal não remunerada, é fundamentalmente, executada por mulheres (43%).

Relativamente ao desemprego, cerca de 53% desta população activa indicou que nunca se encontrou em tal situação em S. Miguel, tanto homens (49%) como mulheres (55%). Por outro lado, os que estiveram no desemprego, permaneceram, na sua maioria, menos de 6 meses (46%).

Quando questionados sobre as características que consideravam mais importantes numa profissão, indicaram, sobretudo, a possibilidade de crescimento (32%), seguindo-se a possibilidade de desenvolver as potencialidades e qualidades pessoais (20%), e boa remuneração (19%). Na avaliação da concretização destes objectivos, referiram, maioritariamente, que alcançaram (55%) em S. Miguel, não havendo, a este nível, diferenças entre mulheres (55%) e homens (56%).

No intuito de perceber o grau de mobilidade sectorial e profissional (ascendente, estacionária ou descendente) alcançada pelos brasileiros com esta mudança para S. Miguel, analisamos os sectores ocupacionais e as profissões em que se encontravam inseridos, anteriormente no Brasil e actualmente em S. Miguel.

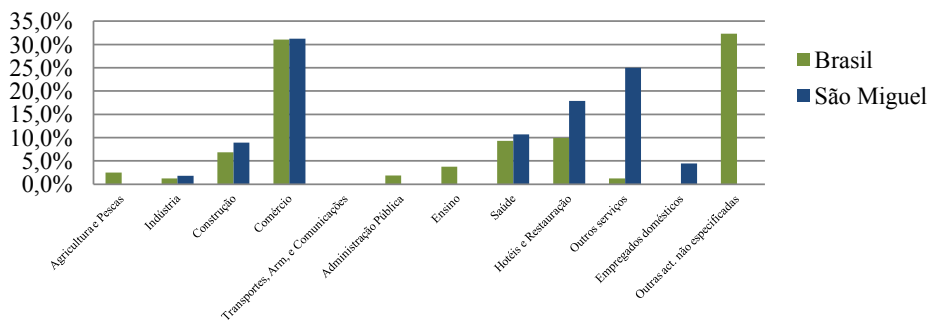


Gráfico 17: População brasileira empregada segundo os sectores de actividade no Brasil e em São Miguel

Assim, em relação à situação no Brasil, verificou-se uma certa convergência de mão-de-obra nalguns sectores, aumento e perda de importância noutros (Gráfico 17). Os sectores da *Hotelaria e Restauração*, *Indústria e Construção* apresentam variações positivas, configurando entre os principais sectores ocupacionais de absorção destes trabalhadores. Do mesmo modo, observa-se um nítido aumento da importância de *Outros Serviços* e *Empregados Domésticos*, sectores que mostraram um crescimento de emprego mais elevado entre a população activa brasileira, processo que poderá estar intimamente ligado à significativa presença das mulheres nos cuidados pessoais e serviços domésticos, e dos homens em actividades no âmbito do desporto e do espectáculo. Por outro lado, alguns sectores referenciáveis à origem perderam o peso relativo que detinham, *Administração Pública*, *Ensino*, *Agricultura e Pescas* e *Outras actividades não especificadas*.

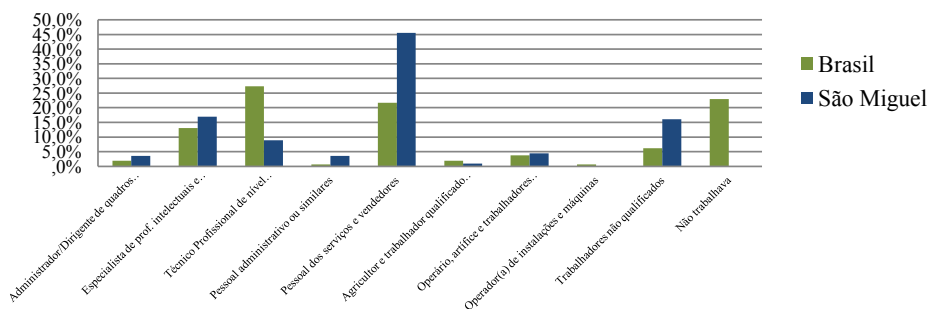


Gráfico 18: População Brasileira segundo os grupos profissionais no Brasil e em São Miguel

Um outro aspecto refere-se à mobilidade profissional destes brasileiros, como Ferreira (2009, p. 156) esclarece «para além de fornecer um outro tipo de informação que não é evidenciada pelas trajectórias sectoriais dos imigrantes, a questão da mobilidade profissional constitui um aspecto determinante no desenrolar do processo de integração dos mesmos na sociedade receptora». Desta forma, constatou-se (Gráfico 18) um aumento do peso relativo das profissões mais qualificadas - *Administradores/Dirigentes de Quadros Superiores de Empresas e Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas*, como também das profissões menos qualificadas, nomeadamente dos grupos dos *Trabalhadores não qualificados, Pessoal dos Serviços e Vendedores, Operários, Artífices e Trabalhadores Similares*.

Os grupos profissionais que registaram uma perda do peso relativo que detinham foram das categorias dos *Técnicos Profissionais de nível Intermediário, Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas, Operadores de Instalações e Máquinas*. É de sublinhar o facto de parte significativa desta população não ter desempenhado qualquer actividade profissional no Brasil (23%), sendo na sua grande maioria estudantes. Portanto, embora se tenha verificado neste percurso Brasil/São Miguel um aumento do peso relativo dos profissionais menos qualificados, como foi o caso dos *Trabalhadores não Qualificados (de 6% para 15%), Pessoal dos Serviços e Vendedores (de 22% para 46%)*, também se faz notar nos profissionais mais qualificados, embora de modo menos significativo, como os *Administradores/Dirigentes de quadros superiores de Empresas (de 2% para 4%)* e *Especialistas das Profissões Intelectuais e científicas (de 13% para 17%)*.

Na generalidade, é plausível admitir os sectores da Hotelaria e Restauração, Outros serviços, actividades domésticas e Comércio, como sendo os que apresentaram maior capacidade de absorção da mão-de-obra brasileira em São Miguel. Em termos de trajectória realizada, verificou-se alguma mobilidade sectorial descendente, por exemplo, os da Administração Pública e Ensino acabaram por realizar um percurso para outros sectores. Porém, numa parcela significativa desta população verificou-se a inexistência de mobilidade sectorial, por se integrarem nos mesmos sectores de antes da emigração, observando-se uma clara convergência de mão-de-obra.

Na mobilidade profissional observou-se quase uma relação directa entre algumas profissões não qualificadas exercidas no Brasil e o exercício das mesmas na região. Tendo em consideração que muitos não trabalhavam no Brasil e que, em São Miguel, se encontram em categorias profissionais que exigem pouca qualificação, leva-nos a considerar a inexistência de mobilidade profissional e/ou mobilidade estacionária desta população.

## **Considerações finais**

A nível europeu, Portugal é o terceiro país mais atractivo, e o sexto a nível mundial, para os brasileiros. No nosso entender, o que torna este país particularmente diferente dos outros destinos internacionais de brasileiros é a importância

relativa que tem a *língua/proximidade cultural* e o *reagrupamento familiar* no conjunto global das motivações. Acreditamos que, pelo facto da decisão de migrar não ocorrer dentro de um quadro vazio, esta proximidade cultural, aliada aos novos estilos de vida, competências profissionais e aspirações de consumo, tornam este destino deveras atractivo para os brasileiros.

Nos diferentes contextos em que a imigração brasileira está presente, as *razões económicas* configuram-se como o principal motivo para a saída do país, mesmo que na decisão de partir entrem em linha de conta, de forma consciente ou não, outros factores. Em S. Miguel, não é diferente, a escolha deste destino pelos brasileiros foi motivada, principalmente, pelo conhecimento de *oportunidade de trabalho* (51%). Ou seja, a possibilidade de exercer uma actividade profissional é um dos elementos explicativos da presença significativa dos imigrantes brasileiros nesta ilha. A segunda motivação apontada pelos brasileiros, na escolha deste destino migratório, foi a influência das redes sociais de *conterrâneos, familiares e amigos* (24%). E, apesar da componente económica configurar como principal motivação na vinda para esta região, foram os laços sociais aqui existentes que estabeleceram a ponte entre Brasil e S. Miguel. Dos inquiridos, 52% vieram *directamente da região de origem* para esta ilha e 54% *sozinhos*. São oriundos dos Estados brasileiros de São Paulo (16%), Minas Gerais (13,6%) e Paraná (13%) e chegaram a ilha, na sua grande maioria, a partir do ano 2000 (92%). Podemos admitir que existem redes sociais relativamente consolidadas que sustentam e mantêm o fluxo migratório de brasileiros para esta região, proporcionam *auxílio na chegada*(73%), *apoio nos momentos de dificuldades* (84%) e *ajuda na obtenção do trabalho*(29%).

São jovens, na sua maioria, do sexo feminino (62%) e em idade activa, entre 25-34 anos (45%). Pertencentes à categoria de *casado(a)* (42,9%) e com habilitações literárias de nível médio e superior (64%) – *Secundário* (46%) e *Licenciatura* (18%). Em termos comparativos, estes níveis de instrução são superiores aos da população autóctone. A maioria não tiveram as suas competências educacionais e/ou profissionais reconhecidas. Possuem, maioritariamente, estatuto legal de *Autorização de Residência* (64%) e cerca de 23% *Dupla Nacionalidade*.

Têm como principal meio de subsistência o *trabalho* (85%), encontram-se *empregados* (70%), sendo estes, sobretudo, trabalhadores por *conta de outrém* (67%), ocupando postos de trabalho em quase todos os sectores de actividade, destacando-se o *Comércio* (31%), *Outros serviços* (25%), *Hotelaria e Restauração* (18%) e *Saúde* (11%) como os que mais absorvem mão-de-obra brasileira em São Miguel. Ou seja, estes trabalhadores dirigem-se, sobretudo, para sectores de trabalho manual, tais como os vários segmentos dos serviços, incluindo serviço doméstico e limpezas, assistência pessoal, comércio, hotelaria e restauração. Alguns destes segmentos estão associados com o trabalho feminino, o que também explica a crescente feminização deste fluxo migratório na região.

A nível profissional, apesar de se verificar uma certa predominância na categoria do *Pessoal dos Serviços e vendedores* (46%), estes também se fazem notar na dos *Especialistas das profissões Intelectuais* (17%). Portanto, a inserção la-

boral destes imigrantes na economia micaelense, dá-se numa forma heterogénea. Substituem a força laboral local em determinados sectores de actividade (nichos de emprego), bem como, desempenham um papel complementar noutros sectores, integrando-se tanto na base, como no topo da pirâmide laboral, sendo esta uma especificidade deste grupo em relação aos outros grupos de imigrantes.

Na generalidade, possuem vínculo contratual *permanente* com a entidade empregadora (36%), trabalham entre *36 a 40 horas semanais* (30%), *não realizam horas extraordinárias* (68%), *não desempenham uma actividade complementar à principal* (85%), *não estiveram em situação de desemprego* (53%) e auferem mensalmente um valor entre *486 a 999 Euros* (31%). Consideraram a inserção no mercado de trabalho local *fácil* (48%), *a possibilidade de crescimento* como o mais importante no exercício da profissão (32%) e que atingiram *este objectivo em S. Miguel* (55%).

Quanto à melhoria de vida, indicaram terem progredido a *nível económico* (48%) e a *nível social* (21%). Contudo, as grandes oportunidades actualmente oferecidas pelo Brasil, com a sua reconhecida ascendência económica a nível mundial (6ª economia mundial), comparativamente ao período de desaceleração da economia portuguesa verificada durante os últimos anos e a recessão económica, ora existente e prognosticada para os próximos, poderá inverter o sentido desta mobilidade.

## Referências

- Bógus, L., (2007) «Esperança Além-Mar: Portugal no “arquipélago migratório” brasileiro», in MALHEIROS, Jorge Macaísta e outros (Org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 39–58.
- Castles, S., (2005) *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos Trabalhadores convidados às Migrações Globais*, Lisboa: Edições Fim de Século, 2005.
- Evans, Y. et al. (2007) *Brasileiros em Londres: Relatório para a Campanha de Estrangeiros a Cidadãos (Strangers into Citizens)*, Londres, Department of Geography, Queen Mary University of London.
- Ferreira, E. (2008) «O Início dos Novos Fluxos Migratórios para os Açores e a Situação Socioprofissional dos Imigrantes» in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, N.º 17, pp. 257–271.
- Ferreira, E. (2009) «Mercado de Trabalho e Trajectórias Profissionais» in Rocha, G. et al. (Coord.), *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada: CES-UA, pp. 93–163.
- Fusco, W. (2002) *Redes Sociais na Migração Internacional: o Caso de Governador Valadares*, Campinas: UNICAMP- Núcleo de Estudos da População.

- Gonçalves, C. (2010) «Empregos dos Licenciados Universitários» in Carmo, R. (Org.), *Desigualdades Sociais 2010 – Estudos e Indicadores*, Observatório das Desigualdades, Lisboa: Ed. Mundos Sociais, pp. 181–190.
- Oliveira, C. (2004) «Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal: Oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, N.º 45, pp.71–98.
- Padilla, B. (2007) «A Imigrante Brasileira em Portugal: Considerando o género na análise» in Malheiros, J. (Org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração, pp. 113–134.
- Padilla, B. (2009) «As migrações latino-americanas para a Europa: uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual» in Padilla, B. e Xavier, M. (Org.) *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, N.º 5, Lisboa: ACIDI, pp. 21–35.
- Peixoto, J. e Figueiredo, A. (2007) «Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal» in Malheiros, J. (Org.), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, Observatório da Imigração, pp. 87–111.
- Peixoto, J. (2008) «Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes» in Peixoto, J. (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, N.º 2, Lisboa: ACIDI, pp. 19–49.
- Peixoto, J. et al. (2010) *Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal - Relatório Estatístico*, Lisboa: SOCIUS/CIES/CES.
- Pires, A. (2010) *Imigrantes nos Açores: Representações dos Imigrantes face às Políticas e Práticas de Acolhimento e Integração*, Ponta Delgada: Edições Macaronésia.
- Pires, R. (Coord.) et al. (2010) *Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa: Tinta-da-China.
- Portes, A. (1999) *Migrações Internacionais*, Oeiras: Celta.
- Rocha, G. (Coord.) et al. (2004) *Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada: CES-UA.
- Rocha, G. e Ferreira, E. (2008) «População e Circulação de Pessoas» in *História dos Açores*, Cap. VI, Vol. II, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 581–610.
- Rocha, G. (Coord.) et al. (2009) *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada: CES-UA..
- Rocha, G. (2010) «Migrações, Crescimento e Envelhecimento Demográfico nos Açores» in Fonseca, L. (org.) *Conferência Internacional – Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 139–154.

Sales, T. (1992) «Imigrantes Estrangeiros, Imigrantes Brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa» in *VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, UNICAMP, Departamento de Sociologia do IFCH.

Sales, T. (1999) *Brasileiros Longe de Casa*, São Paulo: Editora Cortez.

Sasaki, E. (2006) «A Imigração para o Japão» in *Estudos Avançados*, Vol. 20, N.º 57, pp. 99–117.

Silva, D. (2005) «O Brasil nas Migrações Internacionais» in Saraiva, J. e Cervo, A. (Orgs.), *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.

### **Outras fontes**

INE, Estatísticas do Emprego, 2011.

MRE, Estimativa Anual, 2010.

SEF, Relatórios Anuais (vários).

SREA, Anuários Estatísticos (vários).

SREA, Indicadores Estatísticos (vários).





# «Muito cacique para pouco índio»: contextos empíricos de etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe

*Manuel Abrantes\**

## Resumo

Esta comunicação pretende estabelecer uma ponte entre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e a literatura sobre classes globais emergentes. Em concordância com estudos anteriores, defende-se que é urgente colocar as narrativas de marginalidade no coração do debate e documentar a interação entre dinâmicas sistémicas e experiências localizadas. Com este intuito, apresenta-se uma análise exploratória das experiências de imigrantes de origem brasileira na Holanda. Os dados foram recolhidos através de quinze entrevistas semiestruturadas. Presta-se especial atenção aos relatos pessoais de integração e discriminação em contexto laboral, às perspectivas de desenvolvimento profissional e à reconfiguração da identidade de classe associada ao processo migratório. Por fim, argumenta-se que o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, a mobilidade de classe descendente e o empreendedorismo encerra não só a chave da erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também sementes da sua possível reconstrução.

**Palavras-chave:** migrações; etnicidade; empreendedorismo; classes sociais; sindicatos.

## Introdução

A posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e na estrutura de classe das sociedades ocidentais contemporâneas é objeto de debate desde os estudos célebres de Stephen Castles e Godula Kosack (1972; 1985) ou Michael Piore (1979). A corrente teórica do sistema-mundo deu um novo impulso ao debate, com a sua leitura do estado-nação e da metrópole enquanto projetos de opressão e resistência, produtores de implicações assinaláveis para a vivência das identidades de classe (Burawoy et al., 1991; Wallerstein, 1999; Sassen, 2007; Wacquant, 2008). Sindicatos, organizações de imigrantes e outros coletivos ligados ao movimento social têm-se empenhado em desenvolver respostas às dinâmicas de migração e globalização, que lhes oferecem abundantes motivos de tensão e de aliança (Penninx e Roosblad, 2000; Hyman, 2001; Waterman, 2001; Santos,

---

\*SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações; Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa: [mabrant@socius.iseg.utl.pt](mailto:mabrant@socius.iseg.utl.pt)

2006). O debate neste campo pode ser, ainda assim, criticado por subscrever uma visão frequentemente passiva das populações imigrantes. Por seu lado, os estudos de caso com uma forte componente empírica nem sempre conseguem dialogar com a proposta teórica das classes globais emergentes.

A presente comunicação pretende dar um contributo neste sentido com base numa análise exploratória de experiências de imigrantes de origem brasileira em cidades da Holanda. Categorias basilares como etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe serão encaradas nas suas manifestações empíricas. Esta tarefa significa, com frequência, mergulhar na penumbra que se produz em redor da luminosidade teórica que tais categorias tipicamente irradiam (Sassen, 2005, p. 401). Significa, também, fazer recair a ênfase metodológica e epistemológica em narrativas de marginalidade, respondendo à urgência de sustentar análises da globalização na documentação dos elos entre vivências quotidianas e processos transnacionais (Gunewardena e Kingsolver, 2007, p. 15). Os dados foram recolhidos em primeira mão através de entrevistas semiestruturadas com quinze imigrantes, no âmbito de uma pesquisa de mestrado em sociologia sobre as oportunidades e os riscos que permeiam os mercados de trabalho da Europa próspera, caracterizados por índices crescentes de flexibilidade e precariedade. O enquadramento geral e outros resultados do projeto de investigação podem ser consultados em publicações anteriores (Abrantes, 2011a,b). Desta feita, prestar-se-á especial atenção aos relatos pessoais de integração e discriminação em contexto laboral, às perspectivas de desenvolvimento profissional e à reconfiguração da identidade de classe associada ao processo migratório, argumentando que existe uma ligação íntima entre estes vários processos.

## 1 Migração e mobilidade de classe

Após obter o diploma universitário em relações públicas e trabalhar durante dez anos numa produtora de televisão no estado de São Paulo, Rita viu-se confrontada com outro tipo de perspetivas laborais em Amesterdão. Quando imigrou, tinha 31 anos e uma noção muito vaga do modo como poderia vir a ganhar a vida. Durante os primeiros dois anos, tomou conta dos filhos de um casal de brasileiros que conheceu por intermédio de amigos. Depois, uma amiga jugoslava ajudou-a a obter emprego na limpeza de um hotel. Aí trabalhou durante três anos, tendo sido promovida a supervisora das funcionárias de limpeza.

Peguei essa chefia, mas eu não sou de chefia, eu não gosto. Não gosto de mandar, não gosto de falar para ninguém fazer. Eu acho que falar uma vez, aí eu ter que falar uma segunda e terceira, eu não gosto, aí eu já faço! Porque eu prefiro trabalhar em harmonia do que ter de ficar... Eu acho que ninguém precisa de chefe, acho que a gente, se faz, vê o que é preciso fazer. (Rita)

Trabalhou os cinco anos seguintes como *bartender*, onde voltou a sentir-se desvalorizada e desrespeitada pelos superiores hierárquicos. Hoje, trabalha por conta própria como prestadora de cuidados a crianças. A sua residência pessoal está certificada pelo sistema holandês de cuidados a crianças, o que significa

que cumpre as normas de segurança e a clientela pode deduzir nos impostos o montante gasto pelo seu serviço. As mães e os pais das sete crianças que neste momento acolhe com regularidade diária são de diversas nacionalidades.

Naída também estava nos seus trintas quando se instalou em Roterdão. Em São Paulo, tinha logrado alcançar o cargo de editora numa revista de moda. O primeiro emprego que encontrou na Holanda foi como assistente pessoal de um executivo, remunerada ao dia. Depois, trabalhou a tempo inteiro em vários estabelecimentos de pronto-a-vestir, experiências intervaladas por longos períodos de desemprego. A ampla experiência que foi acumulando em processos de recrutamento acabou por levá-la a remover do *curriculum vitae* que apresenta ao candidatar-se os feitos de que mais se orgulha, nomeadamente as duas licenciaturas (filosofia e design de moda) e o trabalho de capas de revista.

Foi um choque para mim. Porque eu acho que eu tinha uma ideia romântica do trabalho operário, para ser muito sincera. «Ah não, mas vai ser interessante também...» Eu venho de uma classe média-alta, nem tão rica, mas de um nível intelectual alto. Então, todos os meus amigos têm um certo padrão intelectual, acesso a coisas, ou enfim... Eu circulava lá num meio cultural muito forte, até por conta de ser um grupo de jornalistas, de artistas, eram músicos, esse era o grupo de amigos que eu tinha lá. [...] Então, de repente eu me vi nessa situação, indo trabalhar de vendedora de loja, né?, até queria ter essa experiência... Eu acho que eu fiz uma certa fantasia sobre isso, uma coisa assim: ah, um contacto com um mundo que eu não conheço [...] E aí foi brutal. Porque eu cheguei lá, primeiro dia eu passei o dia botando alarme em roupa. Saí com uma bolha no dedo, sabe? E aí eu comecei a ver que, fisicamente... meu braço tava doendo... fisicamente já não estou preparada para o trabalho, né? Depois, a língua, o meu holandês era bem fraco – para essa situação: falar rápido, reagir rápido, falar palavras que eu nunca tinha usado, cabide, prateleira, umas coisas assim, uns detalhes técnicos ali da loja. E a outra coisa que eu senti logo de caras... foi muito louco... porque logo no segundo, terceiro dia que eu estava lá, pegaram uma pessoa roubando na loja. Um cliente. O que depois eu vim a perceber que acontecia muito! (Naída)

Para Fábio, a dificuldade de ver as suas competências reconhecidas assume outra manifestação. Dentista com consultório próprio e professor de biologia no estado de Santa Catarina, Fábio tornou a ingressar no ensino superior em Amesterdão para «recuperar» o diploma, uma vez que as autoridades de saúde holandesas não o validaram. As reprovações consecutivas na unidade curricular do curso que exigia conhecimentos mais extensivos de língua holandesa, num período em que Fábio já trabalhava como assistente de dentista numa clínica, levaram-no a enveredar pelo curso de higienista, que completou ao fim de um ano. Também Christiane viu os seus diplomas rejeitados pelas autoridades holandesas após estudar durante nove anos e trabalhar durante vinte como médica e homeopata em Porto Alegre. Uma vez que a homeopatia não é reconhecida como especialização médica na Holanda, a certificação que Christiane possui da Associação

Holandesa de Homeopatas permite-lhe trabalhar neste ramo por conta própria.

No entanto, não é preciso ter diplomas universitários para conhecer o sabor amargo da desvalorização profissional. Tendo completado um curso técnico de contabilidade ao nível da escola secundária, Tomás trabalhou em diversos estabelecimentos de restauração em Belo Horizonte. A experiência e os cargos de responsabilidade acrescida que foi alcançando não lhe serviram de muito quando, aos 31 anos, começou a procurar trabalho em Amesterdão. Passou pelos serviços domésticos, pela construção civil e pela limpeza de estabelecimentos comerciais. Em todos os casos, as redes sociais e as relações de confiança foram centrais na obtenção do emprego. Sem intermediários institucionais, Tomás está satisfeito com o facto de poder gerir a sua própria agenda de trabalho, que abrange a limpeza de uma dezena de estabelecimentos comerciais e domicílios particulares, com regularidade diversa. O facto de ainda não ter conseguido regularizar a sua situação apesar de residir na Holanda há dez anos veda-lhe o acesso a postos de trabalho mais estimulantes e mais consonantes com o seu gosto por tarefas que envolvam a interação presencial.

Se é verdade que muitas e muitos imigrantes dão consigo a percorrer trajetórias de mobilidade de classe descendente, será precipitado assumirmos uma visão homogénea e normativa do fenómeno. Por um lado, há que considerar os benefícios pessoais que derivam com frequência do processo migratório, tais como o aumento da remuneração e a melhoria de outras condições de vida, nomeadamente devido a uma estrutura alargada de serviços públicos (pense-se por exemplo nas áreas da educação, da saúde e da segurança pública) e a circunstâncias mais favoráveis à liberdade e à autonomia pessoal, com especial visibilidade no caso de mulheres ou de pessoas homossexuais. Em larga medida, estamos ainda no campo da «mobilidade de classe contraditória», como propõe Parreñas (2001, p. 195) no seu estudo sobre os percursos de imigrantes filipinas empregadas nos serviços domésticos. Considerando os conflitos morais e socioeconómicos que permeiam este setor de atividade em particular (Anderson, 2000; Ehrenreich e Hochschild, 2002; Lutz, 2008; Näre, 2012), não é de estranhar que a visão de Parreñas dê particular proeminência às experiências de sofrimento e opressão.

Por outro lado, importa atentar a cambiantes deste processo que, porventura mais regulares do que à partida poderíamos julgar, permanecem difusos na literatura académica. Três aspetos merecem destaque. Um deles é que, sem prejuízo da persistência da sobrequalificação na distribuição ocupacional da população imigrante, é fundamental examinar também as dinâmicas de imigração em cargos altamente qualificados e remunerados (Sassen, 2007; Peixoto, 2008). Estas podem inscrever-se em mercados internos de organizações privadas, como acontece no caso de Paulo. Formado em ciências da computação, trabalha como consultor numa companhia internacional de software informático. A sua preferência era Barcelona; a companhia colocou-o em Amesterdão, de onde parte com frequência para visitar empresas clientes em Budapeste, Viena ou Riad. O salário que auferê é suficientemente elevado para que as autoridades holandesas o reconheçam como imigrante qualificado, estatuto que simplifica de forma decisiva a obtenção de permissão de residência. Permite-lhe também pagar a renda de um apartamento espaçoso no cobiçado centro de Amesterdão, apartamento

que é limpo semanalmente por uma trabalhadora doméstica oriunda, também ela, do Brasil.

Eu acho que assim crescendo com 3 línguas e viajando bastante, e estudando de um jeito diferente das outras pessoas na escola, eu requeri um certo nível de profissionalismo que me deu uma vantagem em conseguir esse emprego. Muitas vezes, até hoje, trabalhando com as pessoas com quem eu trabalho e dando apresentações para CEOs do [um banco internacional] e outros grandes bancos, no meio da apresentação eu me encontro pensando assim: «Se esse cara soubesse que eu tenho 25 anos de idade, se ele soubesse o que é que eu faço ao final-de-semana, ele nunca escutaria o que eu tenho para falar!» [...] É, desde o primeiro dia que eu comecei esse negócio de viajar, de não ter uma mesa fixa onde eu trabalho, não é, todo o mundo sempre falou: «Ó, curte isso, curte bastante, porque daqui a uns anos você vai cansar, todo o mundo cansa.» Eles me deram 5 anos, para falar verdade. (Paulo)

Torna-se evidente que estamos perante modalidades diversas da nova geografia transnacional da centralidade económica (Sassen, 2007, pp. 98-9). Esta abrange setores de atividade não deslocalizáveis tais como os serviços domésticos, a prestação de cuidados ou a construção civil, assim como abrange as teias corporativas transfronteiriças. Integrando uma nova classe de profissionais que se define menos pela posse dos meios de produção do que pelo seu controlo (Sassen, 2007, p. 175), Paulo tem uma noção clara do privilégio de que desfruta face a muitos dos compatriotas com quem partilha a cidade global. Para ele, migrar não implicou uma perda de posição no mercado de trabalho, pelo contrário, embora possa ver-se obrigado a migrar de novo no futuro próximo para preservar o que já conquistou.

O segundo aspeto a destacar diz respeito à relação desenvolvida com diversas instituições públicas e privadas antes de migrar. Esta relação pode constituir, aliás, um elemento determinante na motivação para iniciar o processo migratório. A produtora de televisão na qual Rita trabalhava impôs-lhe o despedimento com indemnização no âmbito de um processo de *downsizing* em 1997. Tomás, João, Maurício e Alexandra emigraram após uma década de trabalhos precários e mal remunerados no setor dos serviços. Beatriz e Fábio também conheciam a precariedade de perto nas suas respetivas áreas profissionais (investigação científica e serviços privados de saúde). Rafael, indocumentado há dois anos na Holanda, nunca teve um vínculo contratual enquanto trabalhou no Rio de Janeiro como motorista ou pintor na construção civil. Deste modo, é com naturalidade que se constata que nem sempre a mobilidade de classe descendente atrás referida é experimentada com angústia. Embora os contextos de trabalho na região de destino fiquem muitas vezes aquém das expectativas pessoais, o mesmo não implica necessariamente que fiquem aquém dos percursos efetivos na região de origem. Desta observação emerge uma ponte possível para a mobilização de classe entre a população imigrante: os regimes globais de flexibilidade laboral parecem uniformizar, de modo significativo, as diversas

etapas do processo migratório (Esping-Andersen, 1993; Hochschild, 2000; Lutz, 2002; Supiot, 2010).

Por fim, importa assinalar que tanto a diferenciação de estatutos legais e socioeconómicos como o impacto alargado das políticas neoliberais produz consequências específicas para a trama de relações no seio da população trabalhadora. Neste domínio, a pesquisa de campo documentada na presente comunicação sugere que se examine com particular atenção a relação desenvolvida – quer a nível prático, quer a nível discursivo – por imigrantes com colegas. Colegas é um termo geral, podendo abarcar as pessoas com quem partilhamos o local de trabalho independentemente das funções que cada uma desempenha, bem como as pessoas com quem partilhamos a profissão, considerada a partir das nossas funções atuais, da nossa formação educativa ou de experiências de trabalho mais intensas que vivemos no passado. Estes sentidos distintos da expressão podem entrar em conflito, particularmente no caso de imigrantes que conhecem com relativa fluidez a deslocação para áreas de emprego ou de formação diferentes daquelas que até então reconheciam como as suas. Joga-se, então, um desafio fulcral entre a identidade que a pessoa traz como trabalhadora e a situação laboral em que se encontra presentemente; entre a narrativa autobiográfica construída até ao momento e as perspetivas de futuro. Este desafio pode ser reconhecidamente chocante, como sucede com Naída – ou com Sara:

«Saí do top, top, top da elite do Brasil e trabalhei em fábrica. Aí é que eu percebi que, uau, eu saí de uma estrutura protegida e vim cair aqui... quer dizer, aqui você é *allochtoon* [estrangeiro], aqui você não é nada. Então é, teve esse aspecto. Mas eu não sabia que ia ter, eu não escolhi.»

As relações desenvolvidas com a comunidade de colegas no local de trabalho e com a comunidade profissional a que se sente pertencer, quando ambas as comunidades existem, estão também intimamente ligadas a tentativas possíveis de criação de emprego próprio. O empreendedorismo tem sido documentado como forma de valorização pessoal, maximização de recursos e desenvolvimento de redes informais (Portes et al., 1995). No entanto, o elo, porventura tenso, que mantém com experiências identitárias de classe é discutido com menor frequência. É sobre esta questão que o presente texto se debruça de seguida.

## **2 Relação com colegas de trabalho e empreendedorismo**

Rita embarcou na «melhor coisa da sua vida» ao estabelecer um lar de dia para crianças nos subúrbios de Amesterdão. Alexandra, outrora cabeleireira no estado do Piauí, conheceu as longas jornadas de trabalho numa estufa e uma miríade de empregos temporários no setor da restauração até abrir a sua loja de flores. Naída está atarefada com o lançamento do seu próprio negócio de venda de artesanato de origem brasileira; até agora o negócio funciona apenas

de modo informal, embora a regularização faça parte dos planos a médio prazo, dependendo do sucesso financeiro que a iniciativa for colhendo.

Nos casos destas três mulheres, experiências e competências passadas são basilares no percurso que as trouxe ao empreendedorismo, mas este percurso esteve longe de ser linear. Não se identifica, aqui, um desenvolvimento de competências a partir da situação de trabalho em que se encontravam, mas sim um desenvolvimento de competências que pudessem salvá-las da situação de trabalho em que se encontravam, marcada por precariedade, insatisfação e sentimento de desvalorização pessoal. Outro elemento em comum nas três trajetórias é a relevância dos maridos, holandeses, que desempenharam um papel decisivo a vários níveis: por um lado, apoiando a mulher nos labirintos administrativos e burocráticos que rodeiam a criação de um negócio, por outro assegurando a sua permissão de residência através da unificação familiar, o que aligeira de forma evidente a pressão para manter o trabalho por conta de outrem. Como propõe [Anderson \(2009, p. 407\)](#), os controlos migratórios não devem ser entendidos como uma torneira que se abre e fecha de acordo com os interesses nacionais, mas antes como moldes que produzem certos tipos de relação no mercado de trabalho e no quadro geral da cidadania e das instituições sociais. Uma análise da lei migratória holandesa e da respetiva centralidade nas histórias de vida que sustentam esta comunicação excede o âmbito do presente trabalho, podendo ser lida numa publicação anterior ([Abrantes, 2011a, pp. 45–52](#)).

A observação do empreendedorismo não se esgota no caso de imigrantes que estabelecem um negócio próprio em formato convencional. O que dizer então de Tomás, com a sua carteira de clientes para os quais presta serviços de limpeza, carteira que tem crescido desde a sua chegada há dez anos e sobreviveu a duas experiências de deportação? O que dizer de Sara, a residir na Holanda há dezassete anos, que acabou por conseguir financiamento para projetos de investigação e prosseguir estudos de doutoramento na sua área inicial de formação académica – cooperação e relações internacionais – após vários empregos no setor da indústria, nomeadamente numa oficina de impressão gráfica e numa padaria industrial? O que dizer, ainda, do percurso que Diana palmilhou desde os tempos de estudante de pedagogia, já em Amesterdão, até ao cargo de diretora de uma escola primária pública que detém aos 57 anos? Longe de reduzir o conceito de empreendedorismo à criação de um negócio, a análise deverá estar atenta a todas estas modalidades de empreendedorismo que brotam dos interstícios de trabalho dependente e independente, de trajetórias individuais e redes sociais.

Perante esta reformulação, também o empreendedorismo no seu sentido mais clássico ganha contornos ligeiramente diferentes. À primeira vista, pensar-se-ia que a resolução de imigrantes ao abandonar o trabalho por conta de outrem e estabelecer o seu próprio negócio seria um passo em direção a contextos de maior individualismo, de maior isolamento, de maior competição. Por sua vez, a pessoa que mantém o posto de trabalho por conta de outrem, segundo esta visão tradicionalista, permanece junto de colegas e desfruta de condições mais propícias a experiências de solidariedade e mobilização de classe. Este pressuposto peca de modo fatal por não levar em consideração as realidades quotidianas de trabalho. Desde logo, destacam-se os casos, variados e numerosos, em que o trabalho por



conta de outrem é desempenhado em circunstâncias de isolamento relativamente a eventuais colegas de trabalho. Esta situação pode abranger quem trabalha nos serviços domésticos, na prestação de cuidados pessoais, na limpeza industrial, na investigação académica, num consultório médico ou numa empresa de *software*, para referir apenas os casos já expostos.

Por outro lado, é fundamental sublinhar as diversas fontes de tensão e de controlo que caracterizam os contextos laborais em que o trabalho é, efetivamente, desempenhado lado a lado. Dois aspetos distintos, embora entrelaçados, merecem relevo. Um deles é a generalização das estratégias corporativas de flexibilização, externalização e subcontratação de serviços, que impõem uma pressão contínua para satisfazer as condições que permitam a renovação de um contrato. Para imigrantes, a renovação do contrato pessoal de trabalho é um bem precioso para assegurar a permissão de residência, a reunificação familiar ou a aquisição de habitação própria. O outro aspeto remete para o sistema complexo de mecanismos de controlo, formais e informais, que subjaz à manutenção diária das ramificações hierárquicas dessa mesma estrutura corporativa.

João é funcionário de limpeza num estabelecimento prisional. A administração prisional contrata os serviços de uma empresa multinacional, que provou ser mais competitiva do que as restantes empresas que se apresentaram a concurso público; esta empresa, por sua vez, recorre a agências de trabalho temporário, que competem entre si para disponibilizar uma força de trabalho eficiente e disciplinada ao menor custo possível. O frenesim que decorre desta configuração é apenas moderado por medidas de regulação e negociação coletiva a nível nacional, que limitam o número consecutivo de contratos a prazo e uniformizam as grelhas salariais.

Há poucos holandeses. Acho que nessa função há poucos holandeses. Os que estão, já estão há muito tempo. Não vale a pena mudar de função, porque estão em desvantagem no mercado de trabalho. Já com os seus quarenta, cinquenta anos, então preferem continuar na mesma função. Os que entram, os novos, são basicamente todos estrangeiros. [...] Eu tenho vários chefes, o que não falta são chefes. Tem mais chefe do que trabalhadores. No Brasil a gente fala: muito cacique para pouco índio. A gente tem três tipos de controlo: dois oficiais e um extra-oficial. Um oficial é o controlo directo, da minha empresa, que pode ser feito até diário, uma coisa mais extra-oficial. A polícia também faz o controlo deles, ou seja, se vê alguma coisa, se passa, reporta à empresa: «Olha, presta mais atenção nisto ou naquilo». E você tem outra empresa, contratada, a terceira, que não é nem a polícia, nem a minha empresa, que faz um controlo a cada três meses. E a partir desse relatório, que é oficial, você mantém... por exemplo, se a polícia vai continuar com a empresa, ou se dá um bónus porque tá acima da média; bónus esse que o trabalhador nunca vai ver, que vai directo para a empresa. A gente recebe o que tá estipulado no acordo nacional. Nem um centavo a mais. Isso assim é dividido, por exemplo, no final do ano, quando fecham o orçamento, o chefe, coordenador, ele sim, tem bónus. Os

trabalhadores não. (João)

Mais desamparada talvez esteja Lili, que trabalha há dois anos na central telefónica de uma empresa multinacional através de uma agência de recrutamento. As normas aplicáveis estipulam que a relação de trabalho pode ser terminada unilateralmente por qualquer uma das partes com um pré-aviso de 8 horas.

Não é bem um contrato o que você tem com a agência. É estranho. É um papel que você assina que eles basicamente são donos de você. Se você vai trabalhar para uma empresa que eles te arranjam emprego, que tudo é feito por eles, que eles pagam o salário, que eles ganham não sei quanto acima do que você faz, blá-blá-blá. Mas não é um contrato fixo, sabe? Não tem um tempo, não tem um período... Assinei faz sei lá quantos anos e nem olhei. Inclusive, eu tenho certeza que eu perdi. (Lili)

Tanto João e Lili como Maurício e Evaldo, também eles empregados em centrais telefónicas, condenam reiteradamente o carácter limitado das funções que desempenham e a falta de espaço para o desenvolvimento pessoal na empresa. Rita nunca se adaptou à hierarquia rígida e autoritária do hotel e do bar onde trabalhou antes de abrir o seu lar para crianças. Em todos estes locais de trabalho, a progressão na estrutura interna da empresa significa assumir um cargo de supervisão e avaliação de colegas, algo que é visto com enorme relutância. No fundo, trata-se de aceitar uma redução significativa da qualidade da experiência diária de trabalho, com o aumento da pressão e a emergência de conflitos com colegas, em troca de um incremento salarial mínimo e sem garantia de estabilidade. E não se pense que as áreas de trabalho mais escolarizadas estão protegidas de tensões semelhantes: que o diga Paulo, cujos bónus salariais recentes por bom desempenho não o impedem de criticar a competição entre departamentos que caracteriza a companhia internacional de software onde trabalha, assim como os critérios insondáveis segundo os quais o exército de colaboradoras e colaboradores é regularmente sujeito a ações seletivas de despedimentos e reformas antecipadas.

Mesmo em contextos laborais mais propícios à mobilização de classe, nomeadamente através da ação sindical, vários elementos desestabilizadores merecem sinalização. Quanto trabalhava numa organização para o desenvolvimento, Sara inscreveu-se no sindicato. Fê-lo «por um consenso de classe», «para fazer parte de um colectivo maior», «para que os empregadores não sejam os patrões da sociedade». No entanto, perdeu o rasto à atividade sindical desde que começou a trabalhar como investigadora científica independente. Diana aderiu ao sindicato local de professores logo no início da carreira, a conselho do diretor de uma das primeiras escolas onde trabalhou. «Eu sou membro de um sindicato porque eu acho que todo o mundo deve ser membro de um sindicato», diz ela ao conversar com um sociólogo três décadas mais tarde, «mas muitas vezes o sindicato faz coisas que eu não estou de acordo.» Hoje diretora de uma escola, é geralmente na posição de empregadora e em situações de conflito laboral que

tem contacto com o sindicato. Já Evaldo teve contacto com dirigentes sindicais quando trabalhava na receção de um hotel, posição que ocupou durante três anos. Confessa-se desapontado com a impotência da ação sindical perante a degradação drástica do ambiente de trabalho, que atingiu o seu auge quando o corpo de pessoal empregado no hotel, maioritariamente constituído por imigrantes, foi proibido por ordem superior de comunicar nas suas línguas nativas em qualquer momento da jornada de trabalho, devendo utilizar apenas o inglês.

Quando mudou de chefe, a nova chefe era meio nazi. Ela me via como submundo. Então dava serviço para fazer, que eu tipo: «Espera aí, eu não vou varrer calçada na rua, estou trabalhando na recepção.» «Não está acostumado a fazer isso no Brasil?», «Não, eu não limpo nem a minha casa, eu pago empregada.» [...] era realmente nazi, a mulher. Ninguém gostava, todo o mundo foi embora, e eu fui um deles. Trabalho escravo, hoje não! Brasil colónia terminou há muito tempo. (Evaldo)

Face a contextos laborais severamente individualizados, o empreendedorismo configura-se de forma nítida como um espaço de liberdade, não só no sentido de autonomia e valorização pessoal, mas também de ação coletiva e política. No âmbito do lar para crianças que mantém, Rita já completou vários cursos nos campos da pedagogia e da saúde pública, num percurso de profissionalização e reconhecimento institucional que a surpreendeu aos 40 anos de idade. Este é também o seu percurso para um trabalho no qual reconhece um sentido e uma gratificação que excedem fatores pecuniários. As origens multiculturais das crianças que frequentam o lar de Rita e as dificuldades com as quais ela vê as respetivas mães e pais confrontar-se no quotidiano imbuem o projeto de um carácter marcadamente político. O caso de crianças que estão indocumentadas na Holanda assume especial relevo. Rita não hesita em ir mais longe, disponibilizando-se – e, de facto, insistindo – para que algumas mães e pais sem possibilidade de pagar o serviço deixem as crianças com ela durante certas partes do dia quando isso evita que as crianças fiquem sozinhas ou mal alimentadas. A única coisa que lamenta é não poder fazê-lo para mais famílias, considerando o número limitado de crianças que a dimensão da casa e a sua capacidade pessoal conseguem suportar em condições satisfatórias.

Por seu lado, Alexandra estabeleceu-se como florista após abandonar vários empregos no setor da restauração – numa célebre cadeia internacional de hamburguerias, depois numa esquadra da polícia, depois em escolas públicas, sempre através de agências de trabalho temporário. A sua experiência de problemas associados a marcação de férias ou articulação de responsabilidades profissionais com a prestação de cuidados ao filho é extensa. Apesar das jornadas diárias de 12 horas que faz com frequência na gestão da loja, a criação do emprego próprio permitiu-lhe ingressar num curso profissional de florista e envolver-se nas atividades da associação local de empresários, que tem entre os seus objetivos promover o comércio comunitário e resistir a estratégias monopolizadoras por parte de superfícies comerciais com maior investimento.

Por fim, importa sublinhar a potencialidade inerente à própria diversidade de experiências acumulada por imigrantes. O conhecimento e a sensibilidade que trazem dos países e ocupações por que passaram não é de subestimar. Neste sentido, a própria transitoriedade migrante surge como componente elementar da emergência de classes globais. Formado em relações internacionais em Brasília, João chegou a iniciar estudos de doutoramento em Madrid. Perdeu a conta aos estabelecimentos turísticos e de restauração em que já trabalhou desde que deixou o Brasil. Como funcionário de limpeza num estabelecimento prisional em Haia, tornou-se um mobilizador sindical fervoroso, tendo participado no conturbado processo de negociação coletiva que, em 2008, motivou uma greve histórica e mediática do setor da limpeza. Deste processo acabou por resultar a estipulação de condições mais favoráveis de remuneração e reconhecimento da longevidade no setor a nível nacional. João tornou-se conhecido no local de trabalho como «o homem do sindicato».

## Considerações finais

A análise empírica desenvolvida nesta comunicação pretendeu estabelecer uma ponte entre a posição das minorias étnicas no mercado de trabalho e o debate das classes globais emergentes. Trata-se de um campo de estudo recente, a exigir desenvolvimento com base em diversas escalas de observação e ferramentas metodológicas. Para lá da crítica já clássica relativamente à pouca atenção que as visões mais estruturalistas prestam à agência das populações migrantes, é urgente colocar as narrativas de marginalidade no coração do debate e documentar a interação, ora suave, ora tensa, entre dinâmicas sistémicas e a experiência localizada (Burawoy et al., 1991; Gunewardena e Kingsolver, 2007).

O estudo das trajetórias de classe de imigrantes deve considerar tanto testemunhos de acontecimentos do passado como perspetivas e anseios relativamente ao que poderá vir a suceder. É interessante constatar a frequência com que as pessoas inquiridas nesta pesquisa, ao tentar aferir a sua vinculação à situação atual de trabalho ou à relação com colegas, apoiam as respostas em antecipações do futuro – do seu futuro pessoal, do futuro da empresa, do futuro da profissão. As dimensões de antecipação ou de possibilidade merecem assim protagonismo na análise, corroborando o argumento de Immanuel Wallerstein (1999, p. 24) quando escreve, em relação à ação coletiva, que «não é a opressão que mobiliza as massas, mas a esperança e a certeza – acreditar que o fim da opressão está próximo, que um mundo melhor é realmente possível.»

Assim, o laço existente entre a necessidade de sobrevivência económica, a mobilidade de classe descendente e o empreendedorismo encerra não só a chave da erosão do sentimento de classe entre as minorias étnicas, mas também sementes da sua possível reconstrução. Os casos documentados mostram como o empreendedorismo, longe de representar um passo inevitável em direção ao isolamento de classe, pode constituir, pelo contrário, uma alternativa ao individualismo, à competição, à destruição mútua. Percursos de vida marcados por uma forte transitoriedade geográfica e ocupacional contêm também elementos a favor da mobilização de classe.

## Referências

- Abrantes, M. (2011a) *Borders: Opportunities and Risks for Immigrant Workers in Cities of the Netherlands*, Saarbrücken: Lambert.
- Abrantes, M. (2011b) «Trabalhadores Imigrantes em Tempos de Flexigurança. Um Estudo de Caso sobre Brasileiros em Cidades Holandesas», in Carrillo Flórez, F. e Malamud, A. (Eds.) *Migrações, Coesão Social e Governabilidade: Perspectivas Euro-latino-americanas*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 191–206.
- Anderson, B. (2000) *Doing the Dirty Work? The Global Politics of Domestic Labour*, London: Zed Books.
- Anderson, B. (2009) «What's in a Name? Immigration Controls and Subjectivities: The Case of Au Pairs and Domestic Worker Visa Holders in the UK», in *Subjectivity*, 29, pp. 407–454.
- Burawoy, M. et al. (1991) *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*, Berkeley: University of California Press.
- Castles, S. e Kosack, G. (1972) «The Function of Labour Immigration in Western European Capitalism», in *New Left Review*, 1/73, pp. 3–21.
- Castles, S. e Kosack, G. (1985) *Immigrant Workers and Class Structure in Western Europe*, Oxford: Oxford University Press.
- Ehrenreich, B. e Hochschild, A. (Eds.) (2002) *Global Woman. Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy*, New York: Owl Books.
- Esping-Andersen, G. (Ed.) (1993) *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-Industrial Societies*, London: Sage.
- Gunewardena, N. e Kingsolver, A. (Eds.) (2007) *The Gender of Globalization: Women Navigating Cultural and Economic Marginalities*, Santa Fe: School for Advanced Research Press.
- Hochschild, A. R. (2000) «Global Care Chains and Emotional Surplus Value», in Hutton, W. e Giddens, A. (Eds.) *On the Edge. Living with Global Capitalism*, London: Jonathan Cape, pp. 130–46.
- Hyman, R. (2001) *Understanding European Trade Unionism: Between Market, Class and Society*, London: Sage.
- Lutz, H. (2002) «At Your Service Madam! The Globalization of Domestic Service», in *Feminist Review*, 70, pp. 89–104.
- Lutz, H. (Ed.) (2008) *Migration and Domestic Work: A European Perspective on a Global Theme*, Aldershot: Ashgate.

- Näre, L. (2012) *Moral Economies of Reproductive Labour. An Ethnography of Migrant Domestic and Care Labour in Naples, Italy*, Helsinki: Swedish School of Social Science, Research Institute.
- Parreñas, R. (2001) *Servants of Globalization. Women, Migration and Domestic Work*, Stanford: Stanford University Press.
- Penninx, R. e Roosblad, J. (2000) *Trade Unions, Immigration, and Immigrants in Europe, 1960-1993: A Comparative Study of the Attitudes and Actions of Trade Unions in Seven West European Countries*, New York: Berghahn Books.
- Peixoto, J. (2008) «Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Investigação e Tendências Recentes», in *Migrações*, N.º 2, pp. 19–46.
- Piore, M. (1979) *Birds of Passage*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Portes, A. et al. (1995) *The Economic Sociology of Immigration. Essays on Networks, Ethnicity, and Entrepreneurship*, New York: Russel Sage Foundation.
- Santos, B. (2006) «Globalizations», in *Theory, Culture & Society*, 23, 2, 3, pp. 393–99.
- Sassen, S. (2005) «Digging in the Penumbra of Master Categories», in *The British Journal of Sociology*, Vol. 56, N.º 3, pp. 401–3.
- Sassen, S. (2007) *A Sociology of Globalization*, New York: W. W. Norton & Company.
- Supiot, A. (2010) «A Legal Perspective on the Economic Crisis», in *International Labour Review*, 149, 2, pp. 151–62.
- Wacquant, L. (2008) *Urban Outcasts. A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, Cambridge: Polity.
- Wallerstein, I. (1999) *The End of the World as We Know It. Social Science for the Twenty-First Century*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Waterman, P. (2001) *Globalization, Social Movements and the New internationalisms*, London: Continuum.



APEB–Coimbra,  
entre a internacionalização do ensino superior e a  
necessidade de inclusão dos estudantes migrantes:  
O caso da Universidade de Coimbra

*Viviane Carrico\**

**Resumo**

O presente artigo, tem como objetivo, além de dar a conhecer o trabalho realizado pela APEB–Coimbra (Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra), repensar e apresentar através do caso da Universidade de Coimbra (UC), como a necessidade da internacionalização do Ensino Superior tem vindo a correlacionar-se à inclusão efetiva dos estudantes migrantes no seio desta Universidade, e como a associação funciona como a voz das reivindicações e questões deste estudantes.

**Palavras-Chave:** estudantes brasileiros; internacionalização; integração; inclusão; ensino superior.

## Introdução

Primeiramente nossa intenção era tentar perceber, como o atual movimento de internacionalização do Ensino Superior, que neste momento encontra-se globalizado, correlacionava-se com a preocupação das Universidades em promoverem uma efetiva inclusão dos estudantes estrangeiros.

Para tal pesquisa, optamos por estudar o caso da Universidade de Coimbra (UC), que, além de ser uma das mais antigas e tradicionais Universidades Portuguesas, tem um histórico alargado de recepção de alunos estrangeiros. Atualmente e muito impulsionada pelo Processo de Bolonha, pelo movimento global de internacionalização do Ensino Superior e pela criação de Programas Bilaterais e Multilaterais de Intercâmbio, surge como um dos principais pólos de recepção de estudantes internacionais a nível nacional.

Entretanto, estando nossa investigação ligada à questão dos estudantes vindos de países terceiros à União Europeia, com ênfase no Brasil, percebemos que era essencial verificar como se processava o apoio direto a estes estudantes.

---

\*Mestranda em Direito – Universidade de Coimbra: ✉ [vivianecarrico@gmail.com](mailto:vivianecarrico@gmail.com)



Assim, e utilizando-se da experiência enquanto investigadora na área das Ciências Humanas, mais especificamente na área de imigração, bem como integrante da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra (APEB-Coimbra), a tarefa passaria por conjugar objetivos acadêmicos, com a intenção de, através deste pequeno artigo, organizar algumas informações teórico-práticas acerca das mudanças que a internacionalização acelerada trouxe às Universidades, aos estudantes migrantes, bem como às Associações que como a APEB-Coimbra prestam apoio aos mesmos.

Nosso percurso passará primeiramente por apresentar uma breve visão da Universidade de Coimbra (UC), pois a mesma é um pólo já há muitos anos de recepção de alunos estrangeiros, de seguida, passar pelas questões e debates acerca da actual necessidade de internacionalização do Ensino Superior, bem como também, do Processo de Bolonha, que veio intensificar ainda mais o fluxo de estudantes estrangeiros nas Universidades Portuguesas.

De seguida caberá fazer um pequeno historial da Associação, realçando o trabalho de inclusão dos estudantes brasileiros na UC, através da explanação de algumas actividades e eventos desenvolvidos pela APEB-Coimbra, bem como, algumas das principais dificuldades por que passa a Associação.

A nossa intenção é trazer ao leitor alguns dados e informações atuais sobre a internacionalização do ensino superior e como esta mesma internacionalização deveria ser conjugada a soluções práticas de melhoria no acolhimento aos estudantes migrantes. Demonstrar também como a UC e a APEB-Coimbra tem trabalho em meio a todas estas mudanças, foi um dos desafios deste trabalho, já que na maioria das vezes e apesar dos esforços das Associações, logramos perceber que os estudantes migrantes não conseguem dar voz às suas reivindicações, deixando assim de ter uma participação mais ativa nas questões que lhes afetam diretamente.

## **1 Universidade de Coimbra – eterna navegadora**

A Universidade de Coimbra além de ser uma das mais antigas universidades europeias, é também a mais antiga universidade Portuguesa, tendo não só no Brasil, mas também no Mundo um elevado reconhecimento, sendo dotada de uma grande tradição.

Não temos a intenção de adentrar acerca de considerações históricas, mas fato é que, quando só existia a Universidade de Coimbra em todo o Império Português, muitos filhos da nobreza brasileira eram enviados à Coimbra para que pudessem completar ou iniciar seus estudos, por isso, a referência do atual reitor Doutor Gabriel Silva, quando em uma conferência promovida pela APEB-Coimbra, na Faculdade de Direito de Coimbra diz que «no tempo do império português no Brasil, encontrar alguém diplomado, era encontrar um amigo de Coimbra...» (referência verbalizada na sessão de abertura da conferência «*A Brasilidade na UC - Criando Pontes*», Outubro de 2011), confirma mais uma vez este laço histórico.

Seria assim, imprudente de nossa parte também, se não nos lembrássemos por exemplo, do Ex-Reitor Francisco de Lemos, brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, «reitor da Universidade de Coimbra, entre os anos de 1770–1779, que introduziu as Reformas Pombalinas, passando a existir seis Faculdades, as de Teologia, Cânones, Leis e Medicina, mas duas recém-criadas, Matemática e Filosofia» ([http://www.uc.pt/acerca/historia/reitores\\_xvii\\_xix](http://www.uc.pt/acerca/historia/reitores_xvii_xix)).

Poderíamos também referir o fato de que um dos cânticos académicos coimbrãs mais cantados, o famoso «FRA», fora criado no século XIX, por um grupo de estudantes cariocas, que em repúdio aos valores do império, criam a Frente Republicana Académica (FRA) e seguindo algum cortejo gritavam «FRA» e em jeito de resposta os colegas estudantes portugueses continuavam FRA, FRE, FRI, FRO, FRU, que perdura até hoje como o grito de guerra da academia.

Além do que já fora supra citado, poderíamos apresentar mais ligações que a Cidade e principalmente a Universidade de Coimbra tem com a formação de estudantes oriundos do Brasil.

A Universidade de Coimbra (UC), tem sido um polo agregador de estudantes vindos de várias partes da Europa e fora dela, principalmente de países em que a língua oficial é o Português, inserindo-se aqui o Brasil (sendo neste momento a população estudantil imigrante lusófona com maior expressão numérica na UC).

Analisando o contingente de População estrangeira residente em Portugal, verificamos que o Brasil continua detendo o primeiro lugar no *ranking*. Dados de 2012 do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), afirmam que «o Brasil representa atualmente cerca de 26,81% da comunidade estrangeira residente em Portugal, totalizando 119.363 indivíduos», ([http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf), acesso em 23 de Maio de 2012).

Quanto ao distrito de Coimbra, dados do SEF de 2010 apontam que a população estrangeira perfaz um total de 12.082 indivíduos, encontrando-se o Brasil, mais uma vez, em um lugar de destaque, já que é também neste distrito a população estrangeira com o maior número de residentes, 3.245 no total. (Vide: <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>, acesso em 23 de Maio de 2012).

Sabemos que, apesar dos constantes esforços de dinamização e desenvolvimento da Cidade, Coimbra ainda vive muito sob a tradição e a visibilidade que a Universidade de Coimbra lhe confere. Assim, mais uma vez lembramos que historicamente a UC, sempre recebeu muitos estudantes estrangeiros e que desde a implementação do Processo de Bolonha e com a criação de Acordos Bi e Multilaterais tem atraído muitos mais estudantes, investigadores, pesquisadores e professores das várias áreas do saber.

Lembremos a título de exemplo, que no ano de 2011, divulgou-se o novo e atual mote da Semana Cultural da Universidade de Coimbra, e que tinha como frase principal «Navegar é Preciso e Viver não é preciso...?». Para contextualizar, esta «semana» aglomera actividades, eventos e iniciativas a nível cultural e académico, atraindo anualmente muitas individualidades com ligação ao tema

destacado.

Assim sendo, desde o início do ano lectivo 2011/2012, temos vivenciado na cidade de Coimbra e nas instituições ligadas à UC, uma valorização dos laços que une Portugal e os demais países da lusofonia, dentre eles o Brasil.

Por tudo isto, podemos afirmar que a UC, enquanto mais antiga Universidade Portuguesa, tem há muito tempo navegado por variados lugares, sendo representada seja por seus discentes ou docentes que, ao aventurarem-se nesta epopeia da especialização contínua, saem da UC ou ingressam nela, criando e recriando laços e pontes que ligam diretamente esta instituição universitária a outras muitas em todo o mundo.

## **2 A internacionalização do Ensino Superior**

Há alguns anos, temos vivenciado constantes esforços por parte das instituições universitárias quanto à necessidade de internacionalizarem-se.

Poderíamos demonstrar tal necessidade através de documentação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) que ao longo das várias Conferências Mundiais de Educação Superior teve como um dos temas chave a questão da internacionalização.

Lembremos por exemplo que, quanto a última Conferência Mundial realizada em Paris no ano de 2009, sobre a Internacionalização do Ensino Superior, foi-se determinado vários objetivos que as Instituições que prestam tal ensino deveriam pautar-se, assim: «a educação superior deveria basear-se na solidariedade e no respeito mútuo, além de promover valores humanísticos e o diálogo intercultural.» (<http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>, acesso em 24 de Maio de 2012)

Assim como a UNESCO, podemos verificar muitas outras informações acerca do tema da internacionalização do Ensino superior através de outras instituições e organizações nacionais, regionais e internacionais.

Por exemplo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como a Organização Mundial do Comércio (OMC), têm desenvolvido estudos acerca da educação superior, tendo esta última «categorizado e regulamentado a educação como serviço, paralela ao predomínio da concepção de transnacionalização frente à consideração da educação como bem público, resguardada pela soberania do estado-nação» (Morosini, 2006, p. 109).

Podemos perceber que a discussão mais acesa atualmente, quando adentramos sobre as questões de internacionalização do ensino superior, é acerca da posição das instituições, das universidades, quanto ao processo de mercantilização do ensino que a nova política de mercado mundial tem instalado e incentivado neste campo.

Assim e seguindo de perto a autora supra citada, quando a mesma refere a teorização de Dale (1999, 2000):

«existem duas perspectivas a seguir quanto à educação e à globalização e que são opostas: a primeira delas é a denominada *world institutionalist*, que seria uma cultura educacional mundial comum, onde o modelo único seria o modelo certo, prisma de comparação; a segunda teoria apontada por Dale, identifica a relação das políticas educacionais com uma agenda globalmente estruturada para a educação. Mesmo tendo laços com uma concepção capitalista, esta segunda perspectiva não impede que se analisem as especificidades dos processos nacionais na procura das suas articulações com as dinâmicas transnacionais e globais.» (Morosini, 2006, p. 111)

Ainda seguindo de perto a vasta pesquisa de revistas e periódicos de Morosini, a autora, refere algumas tentativas de outros pesquisadores de conceitualização da internacionalização do ensino superior. Entretanto, retivemos um dos conceitos referidos, que em nossa concepção conseguiu de forma simples explicar o termo internacionalização universitária, que seria «o processo que integra uma dimensão global, intercultural e internacional nos objetivos, funções e oferta da educação pós-secundária.» (Knight, 2004. p. 11, in Morosini, 2006, p. 111)

Tal conceito, remete-nos justamente ao cerne deste artigo pois, limita esta mais valia que é ter uma dimensão, projeção global e intercultural, apenas aos objetivos e funções das Universidades, objetivos que deveriam pautar-se na produção de conhecimento e não apenas na vertente economicista, de produto e serviço.

### **3 O Processo de Bolonha e seu «ideal» de mobilidade**

Em termos históricos, o Processo de Bolonha, iniciou-se formalmente em Maio de 1998, com a Declaração de Sorbonne e oficialmente inicia com a Declaração de Bolonha (Junho de 1999), que definiu um conjunto de etapas e de passos a dar pelos sistemas de ensino superior europeus no sentido de construir, até ao final da presente década, um espaço europeu de ensino superior globalmente harmonizado. (Informação histórica retirada do Site da Direção Geral do Ensino Superior Português, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, vide <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/ProcessodeBolonha/Processo%2Bde%2BBolonha>, acesso em 27 de Maio de 2012.)

Muitos foram os objetivos, que estiveram presentes na criação deste sistema, sendo que, para a presente investigação, faz-se importante destacar «a promoção da mobilidade intra e extra comunitária de estudantes, docentes

e investigadores, relembrando entretanto, que em 2011, uma reunião entre os ministros da Educação europeus, surgem mais três linhas de ação do Processo, dentre elas, vale a pena destacar: um maior envolvimento dos estudantes na gestão do ensino superior e a promoção da atratividade do espaço europeu do ensino superior.» (Vide <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/ProcessodeBolonha/Processo%2Bde%2BBolonha>.)

Quanto a questão da mobilidade, devemos destacar os Programas Sócrates, Erasmus e Erasmus Mundus (este na vertente de mobilidade extra-comunitária), que tem estimulado e criado a oportunidade de mobilidade a muitos estudantes.

Acerca do Programa Erasmus, no «ano acadêmico 2010-2011, por exemplo, 231.410 estudantes, ingressaram em outro Estado da União Europeia para estudo ou treinamento, o que representa um aumento de 8.5% ao ano.» (Tradução nossa, <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo%2Bde%2BBolonha/Processo%2Bde%2BBolonha>, «*European Commission – Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2010-11*».)

Já o Programa Erasmus Mundus, foi criado com o objetivo de fortalecer a cooperação e mobilidade no domínio do ensino superior, visando melhorar a qualidade do ensino superior europeu, promovendo o diálogo e o entendimento entre povos e culturas através da cooperação com os países terceiros, contribuindo assim, para o desenvolvimento de recursos humanos e a capacidade de cooperação internacional das instituições de ensino superior em países terceiros, aumentando a mobilidade entre a União Europeia e estes países. (Tradução nossa, vide: [http://eacea.ec.europa.eu/erasmus\\_mundus/programme/about\\_erasmus\\_mundus\\_en.php](http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/programme/about_erasmus_mundus_en.php), acesso em 21 de Maio de 2012.)

Lembrando também que quanto ao Programa Erasmus Mundus 2009-2013, as estatísticas mostram que no ano escolar 2011-2012 o Brasil está entre os principais países à enviar estudantes e investigadores, estando apenas abaixo do México, Índia, Rússia e Estados Unidos. (Vide [http://eacea.ec.europa.eu/erasmus\\_mundus/results\\_compendia/documents/statistics/emmc\\_cat\\_a\\_alpha\\_2011.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/results_compendia/documents/statistics/emmc_cat_a_alpha_2011.pdf), acesso em 27 de Maio de 2012.)

A Universidade de Coimbra, através de seu Gabinete de Relações Internacionais promove tais Programas, e foi sem dúvida alguma mais além, criou uma rede denominada «Grupo Coimbra de Universidades» (formalmente constituído em 1987) e que fazem parte atualmente 38 universidades de 21 países europeus, com a intenção de promover a internacionalização e desenvolver boas práticas através da partilha e intercâmbio de experiências (vide <http://www.coimbra-group.eu/>).

Entretanto, cabe também destacar a criação do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (<http://www.grupocoimbra.org.br/coimbra/>) que tem servido como ramificação além Europa dos ideais da Universidade de Coimbra, contando este grupo com 50 universidades brasileiras, sendo este grupo, responsável juntamente com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior) e CNPQ (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), por parte da gestão do tão visado Programa Brasileiro, «*Ciência sem Fronteiras*» e mais especificamente neste novo contexto do Programa de Licenciaturas Internacionais.

Portanto a UC, sem dúvida nenhuma tem estado na vanguarda da internacionalização do ensino superior em Portugal, criando Parcerias, realizando Acordos Bilaterais e Ações Integradas. Entretanto paira apenas a seguinte dúvida e indagação: Será que a UC após o seu ingresso no processo e nos procedimentos de Bolonha, bem como com a constante necessidade de internacionalizar-se, conseguiu formar indivíduos que, além de agregar competências académicas, também conseguiram desenvolver e capacitar a parte política, cultural e social?

Quanto a isto, a preocupação da Universidade também deveria passar pela necessidade de bem receber os estudantes e dar-lhes suporte e oportunidades não só para ingressarem em uma Universidade estrangeira e aprimorarem seu curriculum académico, mas também dar-lhes possibilidades ou pelo menos os meios, as ferramentas de uma melhor inclusão no novo contexto a que se inserem.

Terminamos este ponto com uma das «perguntas fortes» de Boaventura de Sousa Santos, aquando de um artigo acerca da encruzilhada por que passam atualmente as Universidades Europeias, o autor faz a seguinte indagação: «De que lado estará a Universidade? Tornar-se-á numa empresa transnacional ou numa cooperativa ou organização sem fins lucrativos transnacional?» (Santos, 2011, p. 11)

## **4 Inclusão na Universidade de Coimbra (O papel da APEB–Coimbra)<sup>1</sup>**

Retomando mais uma vez uma das frases mais lembradas do ano lectivo 2011/2012 na UC, mote da semana cultural desta Universidade, que já referimos acima e diversas vezes relembrada no meio académico coimbrã, apenas, vem a cabeça uma outra simples palavra que é transição.

E voltando a indagar-nos: então não seria esta transição, a sensação constante de mudança, um dos vários sentimentos pelos quais os antigos navegadores passavam nos vários dias, meses, anos, embarcados a navegar, dirigindo-se muita das vezes ao desconhecido? Navegar era assim, momento de transição, que podia prolongar-se por muito tempo no caso de uns e não ter um agradável desfecho a outros, devido às intempéries.

Retornando a mesma frase e àquelas indagações, comparo as possíveis dúvidas daqueles homens, com a dos que atualmente optam por migrar (emigrando ou

---

<sup>1</sup> Alguns dados, conteúdos e citações da presente sessão, são retirados da revista *Rua Larga da Universidade de Coimbra*, N.º 34, (Carrico, 2012, p. 36).

imigrando).

Apenas os que já viveram tal experiência (estando no papel de migrante, familiar ou amigo do mesmo), conseguirão ter a sensibilidade de perceber todas as mais variadas sensações e sentimentos que um momento de transição pode trazer, como os de dúvida, medo, saudade, expectativa, esperança, felicidade, e é justamente aqui, neste turbilhão de sentimentos, que o «viver» do verso («navegar é preciso, viver...») ganha realmente significado.

Coimbra é uma cidade multicultural e o expoente da mesma, sua tão famosa Universidade, não diverge disso. Dados oficiais apontam que a Universidade de Coimbra, no primeiro Semestre do ano letivo de 2011/2012, acolheu alunos estrangeiros provenientes de 42 países diferentes. Além disto, foi considerada em 2011 a melhor universidade portuguesa no «*QS Top World University Rankings*», que tem entre os critérios de avaliação, a presença de corpo docente internacional e o número de estudantes internacionais, critérios que perfazem 10% do peso valorativo da classificação.

Assim, podemos concluir, que o destaque neste Ranking tão prestigiado, deveu-se muito à vinda maciça de alunos oriundos de diversas partes do mundo e ao trabalho que a UC tem vindo a desempenhar a favor da internacionalização do ensino superior.

Estes estudantes estrangeiros variam conforme a localidade de origem, bem como também do ciclo a que cursam (1º, 2º ou 3º). Alguns vêm para uma breve experiência na Universidade através do Programa Erasmus (supra referido), por exemplo, outros prolongam sua estada por anos, como os que chegam através do novo Programa de Licenciaturas Internacionais formalizado entre a UC, CAPES e CNPQ, outros para complementar sua formação académica através da vasta gama de Pós-Graduações, Mestrados, Doutoramentos e Pós-Doutoramentos disponíveis na UC.

Apesar disto, todos e todas que saem de seus países de origem para uma experiência de estudos no exterior, partilham aqueles sentimentos e outros tantos que um momento de transição, de navegação, de migração para uma nova realidade, para uma nova cidade, para uma nova cultura, proporciona.

Assim, com um espírito de entreaajuda e a constatação de uma necessidade de melhor acolher os muitos estudantes brasileiros em Coimbra, nasce em 2004 a APEB-Coimbra, Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros em Coimbra, com a missão de ser um «Porto Seguro» aos estudantes e investigadores brasileiros.

A criação formal da APEB-Coimbra surge através do impulso de uma de suas fundadoras Allene Lage e de atividades desenvolvidas por um movimento denominado «Pró – APEB», com a intenção de acolher os estudantes brasileiros, disponibilizar informações quanto a Universidade de Coimbra e a própria cidade, sempre com o ideal de integrar os estudantes brasileiros, bem como estimular e valorizar a cultura brasileira.

A APEB–Coimbra surge então, fruto da preocupação, quanto a necessidade do auxílio aos estudantes brasileiros que chegam à Coimbra, bem como da continuidade deste acolhimento através de variadas iniciativas, eventos e atividades ao longo de cada ano. Constituiu-se como uma «Associação sem fins lucrativos, nem vínculos políticos – partidários, congregando estudantes brasileiros, mas também àqueles que não sendo brasileiros, estejam a par e vinculados às problemáticas que assistem a comunidade estudantil brasileira» (Atual Estatuto da APEB–Coimbra).

Assim, dentre as primeiras ações organizadas pela APEB, destaca-se o I Seminário Académico de Pesquisadores Brasileiros em Portugal, logo no ano de sua constituição (2004), com apresentações de investigações desenvolvidas por brasileiros, o que favoreceu um início do diálogo entre a recém formada APEB, a Universidade de Coimbra e a Comunidade Académica em geral.

Contudo, desde 2004 até a atual Direção de 2011/2012, a APEB–Coimbra, tem passado por constantes mudanças, muito devido a grande mobilidade de seus associados e dirigentes, mas nunca perdendo o foco de ser uma Associação responsável pela facilitação da inclusão dos estudantes brasileiros que passam por Coimbra em variados níveis.

*Mudam-se os anos, renovam-se os problemas*

Todos os anos quando os Estudantes dos vários ciclos começam a sua organização no Brasil para iniciarem os estudos em Portugal e mais especificamente em Coimbra, deparam-se com as velhas dificuldades sentidas por todos, devido aos problemas apelidados de «o pão nosso de cada início de semestre».

A problemática do «*timing*» nos Consulados que disponibilizam os Vistos de Estudo no Brasil continua. Podemos verificar que o tempo transcorrido desde a entrada do pedido (do início do processo), até ao momento em que é efetivamente deferido, é um tempo demasiado alargado, tornando-se irrazoável a toda organização de uma viagem que conta com outras datas e prazos muitas vezes já em vias de término em Portugal.

Esta situação, desesperadora em alguns casos, agravasse quando o Visto não é facultado no espaço de tempo necessário para que o aluno/a possa chegar a Coimbra, com tempo suficiente de conseguir naquele primeiro momento, realizar todos os procedimentos necessários de matrícula na Universidade de Coimbra, iniciar as aulas nas datas certas (sem correr o risco de perdê-las), bem como começar de forma tranquila e calma o seu processo de integração/inclusão, em um novo ambiente.

Portanto, a burocratização e demora excessiva na concessão de vistos de estudos é sem dúvida alguma, uma das primeiras barreiras dos estudantes brasileiros na preparação de partida do Brasil.

Transposta esta barreira inicial, e já após sua chegada a Coimbra, podemos referir outros entraves com que estes estudantes poderão vir a deparar. Assim, logo ao pisar em terras lusas, no espaço do aeroporto, temos conhecimento de



alguns colegas, que recebem já um tratamento diferenciado e por vezes discriminador, apesar dos constantes esforços verificados com o passar do tempo por parte dos órgãos responsáveis do Serviço Imigratório e Alfandegário.

A segunda barreira, que se verifica logo após algumas horas a caminho de Coimbra é a língua, nosso património comum, ou talvez alguns dirão a linguagem, o jeito de falar. A língua materna que nos une, é também o que muita das vezes nos separa, criando situações desconfortáveis e mesmo de incompreensão, é muito comum ouvirmos expressões e frases como: «é difícil entender este brasileiro que vocês falam!»

Entretanto, se fizermos também a chamada «mistura explosiva», que é a junção de linguagem diferente e mútuas desconfianças, normalmente criam-se mais situações embaraçosas e constrangedoras, como por exemplo, os variados casos que chegam ao conhecimento da Associação acerca da dificuldade dos estudantes brasileiros em arrendar casas e quartos em Coimbra, bem como também dos casos de atendimentos, ou melhor, a negação do atendimento em alguns Centros de Saúde.

Apesar de tudo, o estudante estrangeiros, no caso de nossa pesquisa o estudante brasileiro, consegue com certa facilidade, já em Coimbra, informações variadas através da Divisão de Relações Internacionais da Universidade de Coimbra (DRI), que presta um serviço especializado aos estudantes brasileiros em Mobilidade ou do Programa de Licenciaturas Internacionais, recebendo logo em primeira linha o apoio de toda a equipe desta Divisão e que depois, «a partida» é informado também da possibilidade de se recorrer a APEB-Coimbra (referência importante neste momento é a criação do Guia do aluno PLI, elaborado em parceria por várias instituições, entre elas a Reitoria da UC e APEB-Coimbra).

Além da DRI, também as próprias Faculdades tem na sua maioria um Gabinete de Relações Internacionais que com o passar dos anos e das necessidades impostas pela constante Internacionalização da UC, tem vindo a aperfeiçoar os serviços prestados aos estudantes não nacionais. Destacamos neste caso, a Provedoria da CPLP da Faculdade de Ciências e Tecnologia, que, além de ser um serviço essencial de apoio aos estudantes estrangeiros de língua portuguesa nesta Faculdade, tem estado em constante contacto e diálogo ao longo deste último ano com a APEB, como forma de perceber e solucionar alguns problemas «à» e «da» Associação.

#### *A APEB-Coimbra. . .*

A APEB-Coimbra, através do diálogo, tem alargado o seu leque de parcerias e pontes, assim, uma das grandes batalhas desde a formação da Associação em 2004 e muito enfatizado pela atual gestão, era a necessidade urgente de se solucionar o problema da falta de sede física. A realidade quanto aos estudantes estrangeiros em Coimbra tem vindo a mudar rapidamente, temos a informação de que os estudantes brasileiros perfazem 10% dos estudantes da UC (cerca de 2 200 estudantes) distribuídos entre programas de mobilidade, pós-graduações, 1º, 2º e 3º Ciclos.

Entretanto, estes dados não seriam necessários, se realizássemos um pequeno exercício de caminhar pela cidade de Coimbra e principalmente, se o fizéssemos pelos vários pólos da UC, conseguindo perceber rapidamente o constante aumento dos estudantes oriundos do Brasil.

Por isso e por muito mais, a APEB-Coimbra é uma Associação essencial que vem proporcionando através de suas atividades e eventos organizados pela Direção e por associados ativos, uma efetiva inclusão dos estudantes brasileiros. Contudo trabalhar em um «não lugar», como foi até então o espaço da APEB não facilitava, nem dignificava um trabalho tão importante prestado a título voluntário pelos associados.

Contudo, através de conversações após a conferência intitulada «*A Brasileiridade na UC – Criando Pontes*», conseguiu-se em Maio de 2012, um espaço-sede a esta associação através de um Acordo válido até 2013, com a atual Direção da Faculdade de Direito da UC (FDUC).

As necessidades de encaminhamento de situações que passam pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF) como de renovação dos vistos; ou o auxílio em questões de saúde física e emocional através dos Serviços de Saúde disponíveis em Coimbra, principalmente os Serviços de Saúde da Universidade; verificação e encaminhamento de situações de discriminação à Comissão para a Igualdade e contra a discriminação racial (CICDR), a necessidade no apoio de indicação da localização de entidades, serviços, informação de como melhor proceder, auxílio na procura de alojamento, o fluxo invertido de estudantes e estudantes-trabalhadores portugueses para o Brasil, criou outro tipo de demanda e de solicitações à Associação e mais uma gama vastíssima de necessidades diárias que vão aumentando com o tempo e que são alguns exemplos dos serviços prestados pela APEB, sendo que desde 2004 até ao presente ano de 2012 tais serviços eram prestados através da utilização de espaços, como as cantinas e bares da cidade.

Vale lembrar algumas atuais parcerias da APEB-Coimbra, que tem auxiliado esta associação em várias vertentes, dando a possibilidade de participação de jovens estudantes migrantes em actividades e eventos em prol de uma maior participação social, cultural e política dos mesmos nesta nova realidade.

A secção de Defesa de Direitos Humanos da Associação Académica de Coimbra (SDDH/AAC), é uma das mais importantes parceiras da APEB-Coimbra. A SDDH-AAC, é uma secção cultural da Associação Académica de Coimbra, fundada em 1997 e que passou por vários momentos de reestruturação, encontrando-se hoje em plena força de actividade, sendo assim, a secção cria uma parceria forte com a APEB no início de 2011, tendo realizado e apoiado diversas actividades, tendo servido de morada oficial da APEB durante este período.

O Projecto SAUDAR+ (do GRAAL Coimbra), é outra parceria essencial à APEB, pois o mesmo, agora com a vertente de protecção e denúncia de más práticas no acesso à Saúde dos estudantes imigrantes, é mais um apoio das causas da APEB.

A Associação Académica de Coimbra e mais alguns núcleos de estudantes

no ano de 2011, tem vindo a demonstrar mais interesse, vontade de participação e apoio nas causas movidas pela APEB–Coimbra, como por exemplo a criação do Programa da AAC (Diplomacia AAC, vide: [http://centromagazine.com/index.php?option%3Dcom\\_content&view%3Darticle&id%3D2780%3Aaac-quer-transformar-estudantes-em-qdiplomatasq-de-emprego-no-estrangeiro&catid%3D82%3Acoimbra&Itemid%3D459](http://centromagazine.com/index.php?option%3Dcom_content&view%3Darticle&id%3D2780%3Aaac-quer-transformar-estudantes-em-qdiplomatasq-de-emprego-no-estrangeiro&catid%3D82%3Acoimbra&Itemid%3D459)).

Contudo, a AAC, continua muito desconectada dos problemas específicos dos estudantes brasileiros e das demais Associações dos países da CPLP em Coimbra, e mais distante da realização de uma efetiva inclusão.

Continuando na senda das novas parcerias, após a realização da conferência, «*A Brasilidade na UC – Criando Pontes*» (supra mencionada), em que estiveram presentes o Reitor da UC (Doutor Gabriel Silva), bem como o Embaixador do Brasil em Portugal Mário Vilalva, o Embaixador Carlos Augusto Neves (Cônsul Geral do Brasil no Porto), a Doutora Anabela Rodrigues (Diretora da Faculdade de Direito) e outras entidades competentes (SEF, CICDR-ACIDI), conseguiu-se criar as tais pontes necessárias para um debate mais aprofundado, acerca dos meios e possíveis soluções sobre as variadas problemáticas por que passam os estudantes brasileiros.

Na cidade do Porto, a APEB conta também com a parceria da Associação Mais Brasil, que faz a ligação com o Consulado do Brasil no Porto sobre questões que envolvem os estudantes brasileiros em Coimbra, apoiando, por exemplo, no pedido que também já a muitos anos a APEB pleiteia, que é o de se conseguir um Consulado Itinerante que possa atender e suprir algumas necessidades dos estudantes em Coimbra.

A atual gestão da APEB, conta também com o apoio e disponibilidade da Embaixada do Brasil em Lisboa, que se apresenta atenta as mudanças e preocupada com as problemáticas que envolvem os estudantes brasileiros em Coimbra, como por exemplo, o grave problema do Reconhecimento dos Graus Académicos dos brasileiros que estudaram no exterior e querem ver seu grau reconhecido no Brasil (outra constante luta da APEB), bem como também a questão da impossibilidade de alguns estudantes brasileiros de concorrer as Bolsas da Fundação de Ciências e Tecnologias (FCT), questão que foi e é apontada como preocupante pela APEB, já que fere a relação de reciprocidade entre os dois países.

## **Considerações finais**

A APEB–Coimbra, apesar de todas as barreiras, continua a primar por manter e construir sempre mais parcerias, sem esquecer-se de que paralelamente é essencial trazer e cativar mais estudantes que partilhem as responsabilidades e as vantagens de se trabalhar em uma Associação estudantil. Assim, organizam seminários e sessões de esclarecimentos ao longo do ano, sempre tendo como tema as necessidades vivenciadas pelos estudantes brasileiros, atividades desportivas (futebol, vólei), sendo que a primeira, é dinamizadora de uma inclusão efetiva, recebendo a presença de estudantes não só brasileiros, mas também de

outras nacionalidades, além disso, e devido ao reconhecimento, participa em intercâmbios (o último realizado em Estocolmo, acerca das problemáticas que envolvem os Jovens Imigrantes na Europa), dentre outros patrocinados por Programas Europeus como o «Juventude em Ação».

Destacamos ainda outras atividades culturais, como shows no Centro Cultural Dom Dinis (Centro Cultural da UC), criando um espaço de diversidade cultural à cidade de Coimbra, sendo que a mesma, bem como a Universidade de Coimbra ganham com o trabalho que a APEB–Coimbra vem desenvolvendo ao longo destes anos.

Envolver os estudantes nas causas da Associação, tornasse atualmente fator essencial, já que infelizmente, a pró atividade e inclinação para a participação cívica e associativa juvenil parece estar perdendo a cada ano muitos voluntários e ativistas. As causas deste desinteresse são muito claras, pois os jovens atualmente tem que se desdobrar entre um estudo superior e empregos em *part-time* precários, não conseguindo muita das vezes tempo para o envolvimento associativo.

Além disto muitos estudantes que conseguem ter uma experiência internacional através de incentivos de seu Estado de origem, normalmente sentem-se inibidos e receosos de reclamar direitos ou de indicar problemas que ocorrem tanto por parte do país de origem, quanto do país receptor, pois sentem-se em dívida quanto a ajuda que recebem, calando e silenciando muita das vezes a voz que serviria para colmatar e resolver problemas cruciais que envolvem a mobilidade estudantil, suprimindo desta forma o ideal que para nós deveria ser sempre perseguido, que é o de formar cidadãos conscientes e críticos, tanto no meio acadêmico, como no meio social.

A APEB–Coimbra tem vindo a servir como ponte nesta inclusão e no estímulo a uma maior participação dos jovens imigrantes, pois estes, enquanto futuros decisores políticos, docentes e/ou gestores de um Ensino Superior de qualidade, poderão fazer a tal diferença que sempre é referida.

## Referências

- Amaral, A. (n. d.) «A reforma do Ensino Superior Português» in *Políticas de Ensino Superior – Quatro Temas em Debate*.
- Charle, C., Buono, L., Gaubert, C., e Soulié, C. (2004) «Ensino Superior: o momento crítico», in *Regards sur l'actualité*, N.º 301, pp. 21-36.
- Miura, I. (2006) *O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento*, Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/96/tde-03102006-135941/pt-br.php>, acesso em 20 de Maio de 2012.

Lima, M. e Contel, F. (2011) *Internacionalização da Educação Superior – Nações Ativas, Nações Passivas e a Geopolítica do Conhecimento*, São Paulo: Alameda Casa Editorial.

Morosini, M., (2006) «Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior, Conceitos e Práticas», disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>.

Santos, B. (2011) *Revista do Ensino Superior*, N.º 41, p. 11.

Seixas, A. (2009) «Políticas Educativas para o Ensino Superior: A Globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal», in *Revista de Políticas Educativas para o Ensino Superior*, Vol. VI, Parte II, Capítulo 5.

UNESCO (2009) «Comunicado de 08 de Julho de 2009», in *Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social*, Paris, 5 a 8 de julho de 2009.

#### **Sites acedidos:**

<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a15v2588.pdf>, acesso em 20 de Maio de 2012.

<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a15v2588.pdf>, acesso em 20 de Maio de 2012.

<http://www.cnedu.pt/files/pub/PoliticaseEnsinoSuperior/4-introducao.pdf>, acesso em 20 de Maio d 2012.

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/er/n28/a08n28.pdf>, acesso em 20 de Maio de 2012.

[http://www.uc.pt/acerca/historia/reitores\\_xvii\\_xix](http://www.uc.pt/acerca/historia/reitores_xvii_xix), acesso em 21 de Maio de 2012.

[http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2010.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf), acesso em 23 de Maio de 2012.

<http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>, acesso em 23 de Maio de 2012.

<http://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/31442.pdf>, acesso em 24 de Maio de 2012.

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo%2Bde%2BBolonha/Processo%2Bde%2BBolonha>, acesso em 27 de Maio de 2012.

[http://eacea.ec.europa.eu/erasmus\\_mundus/results\\_compendia/documents/statistics/emmc\\_cat\\_a\\_alpha\\_2011.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/results_compendia/documents/statistics/emmc_cat_a_alpha_2011.pdf), acesso em 27 de Maio de 2012.

## Imigração e associacionismo brasileiro em *La Raya* espanhola

*Elisa Tavares Duarte\**

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a presença de brasileiras e brasileiros nas províncias espanholas, que fazem fronteira com Portugal, região conhecida como *A Raia*; assim como a existência e principais características do associacionismo brasileiro neste contexto. As fontes utilizadas nesta pesquisa são os dados estatísticos sobre a comunidade brasileira residente na Espanha e as informações disponíveis nos registros de oficiais de associações da administração pública espanhola.

**Palavras-chaves:** imigração na Espanha; imigração brasileira; associacionismo brasileiro; a Raia

### Introdução

Imigração e associacionismo na Espanha<sup>1</sup> são temas consolidados, basta analisar a quantidade e diversidade de publicações, centros de pesquisa e projetos de colaboração, que se desenvolvem por todo o país. O tema proposto neste artigo tem a ver com o estabelecimento de um panorama comparativo acerca dos fenômenos da imigração e associacionismo, centrados na experiência brasileira em contexto espanhol, em dois níveis distintos: nacional e regional.<sup>2</sup> Trata-se de analisar as características da imigração e associacionismo brasileiros, tomando como recorte geográfico as províncias espanholas fronteiras com Portugal, região mais conhecida como *La Raya – A Raia*<sup>3</sup> (as províncias galegas, Pontevedra e

\*Universidade de Salamanca: ✉ lelisa.duarte@usal.es .

<sup>1</sup> O trabalho que ora se apresenta está relacionado com duas pesquisas mais amplas que venho realizando: o estudo do processo de construção de identificação étnica nas entidades brasileiras de caráter associativo na Espanha, e suas relações entre ambos os países, tema de pesquisa no doutorado em Antropologia na Universidade de Salamanca; e, um segundo trabalho, sobre imigração e integração da imigração brasileira na Comunidade Autónoma de Castilla y León, com o apoio do *Instituto de Estudios Zamoranos, Florián de Ocampo*.

<sup>2</sup> Abreviaturas utilizadas: CCAA (Comunidades Autónomas espanholas: unidades territoriais com entidade política e jurídica); INE (Instituto Nacional de Estadística espanhol: <http://www.ine.es/>); UE (União Europeia).

<sup>3</sup> O termo «Raia» tem um sentido muito mais amplo, que sua função principal de designar a fronteira entre Espanha e Portugal. Na verdade, se refere a uma realidade social marcada por uma longa história de interações e enfrentamentos. É certo que também consiste numa região formada quase por uma fronteira geográfica marcada por rios, cadeias de montanhas, que lhe confere características bastante particulares. Mas não só por isso é a fronteira mais antiga da

Orense, castelhano-leonesas, Zamora e Salamanca, Cáceres e Badajoz de Extremadura, e a andaluza Huelva), recuperando os dados mínimos sobre as associações brasileiras na Espanha, relativas ao ano de registro, atividades principais e âmbito de atuação de diversas associações de imigrantes brasileiros.

Igualmente, as fontes primárias utilizadas são os dados estatísticos do INE referidos ao *empadronamiento*<sup>4</sup> espanhol (para a imigração brasileira) e a base de dados de associações brasileiras na Espanha, elaborada previamente, com informações dos registros oficiais de associações do governo espanhol.<sup>5</sup> Neste último caso, vale a pena mencionar a grande dificuldade no mapeamento destas organizações em território espanhol. A maior ferramenta para a pesquisa inicial sobre associacionismo na Espanha<sup>6</sup> está disponível na página do Ministério do Interior.<sup>7</sup> Nesta página, é possível encontrar um buscador, que permite a consulta através de palavras-chaves como critério de pesquisa. Uma vez introduzido termo de critério de pesquisa, obtemos os respectivos resultados, com informações sobre denominação das organizações, registro de procedência<sup>8</sup> e detalhamento. Clicando em *detalle*, é possível obter os dados acerca do tipo de organização (associação, fundação, etc.), número de cadastro no registro nacional, denominação, endereço físico, data de inscrição e atividade principal

---

Europa: deve-se fundamentalmente à trajetória política dos dois países. São vários os estudos que apontam para as relações históricas das comunidades da região – às vezes conflituosas –, tratando de caracterizá-las como uma comunidade específica, na qual as influências culturais e linguísticas são os principais elementos definidores desta relação, na utilização de conceitos como «cultura de fronteira» e «cultura raiana». Cf. Medina, 2008.

<sup>4</sup> *Empadronamiento* é o documento de certificação de residência em determinada municipalidade, que se tramita nos Registros de *Padrón*, das prefeituras dos municípios espanhóis. Este documento é de grande importância para os estudos demográficos em geral, assim como os relacionados com as migrações, já que está aberto ao registro de qualquer pessoa que comprove residência na referida municipalidade, independente de sua nacionalidade e/ou situação administrativa. Além disso, o certificado de *empadronamiento* é fundamental para outros trâmites como solicitação de assistência sanitária (atualmente, está em debate e em trâmite nas CCAA uma proposta de lei do Partido Popular, para vetar o acesso ao sistema sanitário espanhol aos imigrantes em situação administrativa irregular), solicitar regularização de residência e/ou permissão de trabalho, ou mesmo trâmites mais usuais como renovação de documentação nacional espanhola, escolaridade de filhos, etc.

<sup>5</sup> Também estão disponíveis na página do *Brasileiros no mundo*, do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, algumas indicações sobre associações brasileiras no exterior. Ver: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/associacoes-brasileiras-exterior>.

<sup>6</sup> O direito ao associacionismo na Espanha está determinado em diferentes marcos jurídicos: no artigo nº 22 da Constituição espanhola, de 1978; na Lei Orgânica 1/2002, de 22 de março, que regula o direito de associação para nacionais e estrangeiros residentes na Espanha; o Real Decreto 1497/2003, que aprova o regulamento do Registro Nacional de Associações. A partir daí, é fundamental a consulta aos diferentes marcos normativos das CCAA, já que cada região se reserva uma série de competências em matéria de regulação das associações nos seus territórios.

<sup>7</sup> Informação sobre associações na Espanha: buscador, informação jurídica, telefones de assistência, guias, documentação, etc. Ver: <http://www.interior.gob.es/asociaciones-24?locale=es>, em *fichero de denominaciones*.

<sup>8</sup> O Registro Nacional de Associações tem como uma de suas funções principais unificar as informações dos registros autonômicos de associações, para disponibilizá-las numa mesma página web. Não obstante, o problema que se impõe ao pesquisador, é que este registro não se atualiza com a regularidade desejada, por tanto, mesmo que serve como referência mais geral e ampla, existe uma importante defasagem de informações entre os registros de associações das CCAA e o Registro Nacional.

(mesmo que estes dados não são oferecidos de forma homogênea).

Cabe também destacar que o presente trabalho se justifica pela escassez de pesquisas sobre associacionismo brasileiro em contexto migratório e sobre a presença brasileira na região – *A raia* – determinada. A grande maioria dos trabalhos realizados sobre a imigração brasileira na Espanha centrou suas análises na comunidade residente nas cidades de Madri e Barcelona<sup>9</sup> justificados, por um lado, em termos quantitativos, pela maior presença de brasileiras e brasileiros nestas regiões e, qualitativamente, já que permitia encontrar perfis mais diversificados. Porém, mesmo que estes trabalhos justifiquem metodologicamente os resultados encontrados, é importante começar a ampliar os estudos sobre a comunidade brasileira em outras regiões do território espanhol, menos visualizados nos estudos mais gerais sobre imigração na Espanha, na tentativa de aportar informações sobre as dinâmicas de integração do coletivo brasileiro e de mobilidade dentro do território espanhol.

## 1 A imigração brasileira na Espanha: o contexto da *Raya*

Tomaremos como referência, em termos qualitativos, o perfil da imigração brasileira na Espanha do trabalho de Masanet (2008).<sup>10</sup> Em linhas gerais, estabelece que a imigração brasileira na Espanha se encontra com as mesmas dificuldades na precariedade de trabalho, que outros coletivos de imigrantes, assim como um número relativamente alto de pessoas em situação administrativa irregular; apontando para uma maior constância do fluxo migratório a partir de 1995. Escolher Espanha como destino tem a ver com a formação de redes pessoais «frágeis», formadas por conhecidos e contatos indiretos, os projetos migratórios são individuais (sem cargas familiares) e com temporalidades indeterminadas, condicionadas ao êxito na busca de trabalho (principalmente nos

---

<sup>9</sup> Teses de doutorado defendidas na Espanha relacionadas com a comunidade brasileira: Cavalcanti, L. (2004), *Los inmigrantes brasileños en la ciudad de Barcelona: un estudio antropológico sobre sus estrategias migratorias y su vida cotidiana*, Tesis doctoral, Dpto. Sociología, Universidad de Salamanca; André, B. (2007), *De la integración deseada a la integración vivida: la experiencia de adolescentes brasileños en escuelas de Barcelona*, Tesis doctoral, Dpto. Didáctica y Organización Educativa, Universidad de Barcelona; Masanet, E. (2008), *De Brasil a España: un estudio sobre la migración desde la perspectiva integrada de los lugares de origen y destino*, Tesis doctoral, Dpto. de Sociología, Universidad de Alicante; Lube Guizardi, M. (2011), *Todo lo que la boca come. Flujos, rupturas y fricciones de la capoeira en Madrid*, Tesis doctoral, Dpto. de Antropología Social y Pensamiento Filosófico Español, Universidad Autónoma de Madrid; Badet Souza, M. (2011), *La construcción del imaginario social de la mujer brasileña en España: análisis de la recepción mediática junto a estudiantes del 4º ESO de Barcelona, Sabadell y Sitges*, Tesis doctoral, Dpto. de Comunicación Audiovisual y Publicidad, Universidad Autónoma de Barcelona. À exceção do trabalho de Masanet (2008) que utiliza como fonte entrevistas a brasileiros e brasileiras em Alicante, os demais trabalhos estão todos relacionados com as cidades de Madri e Barcelona.

<sup>10</sup> Sem desconsiderar os demais aportes – inclusive as coletivas e mais recentes, como a publicação do volume dedicado às características da inserção da imigração brasileira na estrutura socioeconômica espanhola do Observatório Permanente da Imigração espanhol -, o referido trabalho é tomado em função das considerações que apresenta a respeito das motivações para empreender o processo migratório, assim como a contextualização do fluxo migratório brasileiro para Espanha, vinculado com as características históricas do Brasil e da Espanha.



setores de serviços, hotelaria, construção e trabalhos étnicos<sup>11</sup>), configurando, assim, um perfil migratório genérico de referência laboral, cuja composição sócio-demográfica é bastante heterogênea. Além disso, o trabalho em questão trata de estabelecer também outras importantes considerações a respeito das relações entre o próprio coletivo: a imigração que chega à Espanha por estudos pretende se desvincular da laboral; geralmente, chegam com poucos conhecimentos sobre trâmites administrativos e de idioma.<sup>12</sup>

A partir deste perfil geral e de corte qualitativo sobre a imigração brasileira na Espanha, vejamos alguns dados quantitativos oferecidos pelo INE.<sup>13</sup>

A tabela 1 apresenta informações acerca da evolução da imigração na Espanha, de 1998 até 2011, com os totais anuais da Espanha, os totais anuais diferenciados por gênero e os totais anuais por região de origem.

O primeiro dado em destacar é a evolução crescente da imigração na Espanha, sofrendo uma pequena retração no passado ano de 2011. Também é possível perceber que se trata de uma imigração de componente masculino, mesmo sem haver uma acentuada diferença entre homens e mulheres. Cabe destacar também a grande presença de imigrantes provenientes de países da União Europeia,<sup>14</sup> que se incrementa, sobretudo, com a incorporação de países do Leste-europeu.

Para o contexto da imigração brasileira na Espanha, importa destacar o fluxo da imigração proveniente da América do Sul, por suas aproximações histórico-geográficas. Por um lado, é fundamental compreender este fenômeno pelas relações históricas entre Espanha e os países do Cone Sul, tanto nos distintos períodos da emigração espanhola para América Latina – motivados pela guerra civil de 1936 e os posteriores anos de franquismo -, em geral, e especialmente, para países como Argentina, Chile e Paraguai; mesmo que o Brasil também foi destino para muitos espanhóis.<sup>15</sup> Assim, a imigração procedente da América do Sul para Espanha se configura, durante estes 13 anos, como a segunda principal região emissora de emigrantes para Espanha.

---

<sup>11</sup> Por trabalhos étnicos, entende-se o desempenho de atividades profissionais reguladas ou não, que representam elementos da cultura de referência de cada grupo. No caso dos brasileiros em contexto migratório, este tipo de trabalho costuma estar relacionado com a prática da capoeira, samba, culinária e estética (depilação, manicure, cabeleireiro, etc.).

<sup>12</sup> Masanet, 2008, pp. 230 e 380.

<sup>13</sup> A consulta e utilização dos dados estatísticos do INE devem considerar alguns aspectos técnicos: no marco deste trabalho, escolhemos utilizar as informações de exploração do *empadronamiento*, em função de sua aproximação bastante exata acerca da existência de um número determinado do perfil que trabalhamos; além disso, é possível que em alguns dados haja uma diferença numérica, de variação de até duas unidades para mais e menos, justificado pelo uso do *padrón*, mesmo a soma dos totais parciais não seja exata, variam, como máximo, duas unidades acima ou abaixo do valor correto.

<sup>14</sup> Países fundadores: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Irlanda, Itália, Portugal, Reino Unido, entre outros. Nos últimos anos, principalmente a partir do ano 2000, vemos a incorporação progressiva de alguns países, mas com algumas condições restritivas. Por exemplo, em 2007, a UE aprova a entrada de Bulgária e Romênia, mas com algumas restrições enquanto a permissão de residência nos demais países aos seus cidadãos.

<sup>15</sup> Gambi, 2008, pp. 35 – 122.

Tabela 1: Imigração em Espanha (totais e regiões de procedência)

1998	<b>Total Espanha</b>	<b>637.085</b>	2005	<b>Total Espanha</b>	<b>3.730.610</b>
	<b>Mulheres</b>	<b>314.823</b>		<b>Mulheres</b>	<b>1.738.576</b>
	<b>Homens</b>	<b>322.261</b>		<b>Homens</b>	<b>1.992.034</b>
	Europa	312.473		Europa	1.352.253
	África	147.853		Am. Sul	1.302.889
	Am. Sul	81.704		África	713.974
	Ásia	42.724		Ásia	186.848
	Am.	32.084		Europa não comunitária	166.897
	Central/Caribe			Am.	119.985
	Europa não comunitária	23.495		Central/Caribe	
Am. Norte	18.358	Am. Norte	51.619		
Oceania	1.564	Oceania	2.321		
Apátridas	259	Apátridas	721		
<b>Total Espanha</b>	<b>748.954</b>	<b>Total Espanha</b>	<b>4.144.166</b>		
<b>Mulheres</b>	<b>369.619</b>	<b>Mulheres</b>	<b>1.928.697</b>		
<b>Homens</b>	<b>379.335</b>	<b>Homens</b>	<b>2.215.469</b>		
Europa	371.244	Europa	1.609.856		
África	174.379	Am. Sul	1.349.962		
Am. Sul	96.776	África	785.279		
Ásia	46.869	Ásia	217.918		
Am.	37.568	Europa não comunitária	182.194		
Central/Caribe		Am.	126.966		
Europa não comunitária	28.323	Central/Caribe			
Am. Norte	20.541	Am. Norte	51.149		
Oceania	1.217	Oceania	2.363		
Apátridas	284	Apátridas	673		
<b>Total Espanha</b>	<b>923.879</b>	<b>Total Espanha</b>	<b>4.519.554</b>		
<b>Mulheres</b>	<b>452.415</b>	<b>Mulheres</b>	<b>2.123.869</b>		
<b>Homens</b>	<b>471.464</b>	<b>Homens</b>	<b>2.395.685</b>		
Europa	430.355	Europa	1.895.727		
África	228.961	Am. Sul	1.408.785		
Am. Sul	135.897	África	806.795		
Ásia	56.015	Ásia	219.843		
Am.	48.044	Europa não comunitária	187.210		
Central/Caribe		Am.	139.945		
Europa não comunitária	34.731	Central/Caribe			
Am. Norte	22.882	Am. Norte	45.608		
Oceania	1.264	Oceania	2.271		
Apátridas	413	Apátridas	580		
<b>Total Espanha</b>	<b>1.370.657</b>	<b>Total Espanha</b>	<b>5.268.762</b>		
<b>Mulheres</b>	<b>653.820</b>	<b>Mulheres</b>	<b>2.466.089</b>		
<b>Homens</b>	<b>716.837</b>	<b>Homens</b>	<b>2.802.673</b>		
Europa	534.118	Europa	2.314.425		
Am. Sul	353.344	Am. Sul	1.563.040		
África	317.235	África	909.757		
Ásia	74.411	Ásia	256.728		
Am.	62.764	Europa não comunitária	211.771		
Central/Caribe		Am.	172.230		
Europa não comunitária	53.688	Central/Caribe			
Am. Norte	26.761	Am. Norte	49.620		
Oceania	1.472	Oceania	2.405		
Apátridas	508	Apátridas	557		
<b>Total Espanha</b>	<b>1.977.946</b>	<b>Total Espanha</b>	<b>5.648.671</b>		
<b>Mulheres</b>	<b>929.767</b>	<b>Mulheres</b>	<b>2.656.035</b>		
<b>Homens</b>	<b>1.048.178</b>	<b>Homens</b>	<b>2.992.636</b>		
Europa	701.931	Europa	2.496.891		
Am. Sul	641.201	Am. Sul	1.596.394		
África	423.038	África	1.009.169		
Ásia	98.055	Ásia	296.734		
Europa não comunitária	84.924	Europa não comunitária	223.665		
Am.	79.001	Am.	193.842		
Central/Caribe		Central/Caribe			
Am. Norte	32.347	Am. Norte	52.677		
Oceania	1.746	Oceania	2.434		
Apátridas	587	Apátridas	530		
<b>Total Espanha</b>	<b>2.664.168</b>	<b>Total Espanha</b>	<b>5.747.734</b>		
<b>Mulheres</b>	<b>1.249.418</b>	<b>Mulheres</b>	<b>2.729.799</b>		
<b>Homens</b>	<b>1.414.750</b>	<b>Homens</b>	<b>3.017.935</b>		
Europa	937.338	Europa	2.578.971		
Am. Sul	937.150	Am. Sul	1.533.207		
África	522.682	África	1.059.369		
Ásia	127.885	Ásia	317.646		
Europa não comunitária	117.795	Europa não comunitária	228.799		
Am.	94.979	Am.	201.374		
Central/Caribe		Central/Caribe			
Am. Norte	41.398	Am. Norte	54.099		
Oceania	2.105	Oceania	2.535		
Apátridas	631	Apátridas	533		
<b>Total Espanha</b>	<b>3.034.326</b>	<b>Total Espanha</b>	<b>5.730.667</b>		
<b>Mulheres</b>	<b>1.428.603</b>	<b>Mulheres</b>	<b>2.741.061</b>		
<b>Homens</b>	<b>1.605.723</b>	<b>Homens</b>	<b>2.989.606</b>		
Am. Sul	1.118.055	Europa	2.627.251		
Europa	1.048.351	Am. Sul	1.418.751		
África	579.372	África	1.078.899		
Ásia	141.683	Ásia	341.886		
Europa não comunitária	134.500	Europa não comunitária	234.760		
Am.	101.638	Am.	206.329		
Central/Caribe		Central/Caribe			
Am. Norte	42.726	Am. Norte	54.547		
Oceania	1.920	Oceania	2.470		
Apátridas	581	Apátridas	534		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE.

Em relação à diferenciação por países de procedência, a imigração procedente de Marrocos permanece, desde 1998 até 2010, como um dos principais países com representação na Espanha. Num ranking com 120 nacionalidades diferentes, em 1998, o primeiro país da América do Sul em aparecer foi o Peru, em sexto lugar. Em 1999 e 2000, Marrocos seguia sendo o país com maior número de imigrantes e, em relação à América do Sul, Peru ocupava o sétimo lugar. Em 2001 e 2002, começa a se modificar o panorama, com Equador ocupando o segundo lugar, depois de Marrocos. Em 2003 e 2004, Equador passa ao primeiro posto, seguido por Marrocos, e depois Colômbia. Em 2005 e 2006, Marrocos retoma a primeira posição, seguido por Equador. Em 2007, estavam Marrocos, Romênia<sup>16</sup> e Equador como os três principais países de nacionalidade de imigrantes. Finalmente, em 2010, Romênia se configura como principal país de imigrantes na Espanha, seguida por Marrocos e Equador.

Pelos dados anteriores, de evolução das principais nacionalidades da América do Sul com presença de imigrantes na Espanha, de 1998 a 2011, é possível resgatar o que se vinha dizendo a respeito do salto em valores absolutos de imigrantes equatorianos, em 2001; passando de pouco mais de 20 mil a 139 mil, em apenas um ano. Em relação à perspectiva de gênero, tal como a imigração geral com destino na Espanha, a imigração procedente da América do Sul também é ligeiramente masculina. Em relação à comunidade brasileira, neste intervalo de treze anos, varia entre o quinto e o sétimo posto, mantendo uma posição bastante regular, mesmo que apresente médias de crescimento e retração elevadas, com 35% em 2001 em relação ao ano anterior, e um -10% em 2011 em relação ao ano de 2010.<sup>17</sup>

Especificamente sobre a comunidade brasileira na Espanha, mesmo que num quadro de comparação geral, não tenha tanta expressividade numérica, vem mantendo ao longo dos últimos treze anos uma perspectiva ascendente, mesmo que em termos numéricos, signifique uma importante retração de 10% neste último ano. É também importante destacar uma das características particulares da imigração brasileira para a Espanha, que é a elevada taxa de mulheres, durante os treze anos de seguimento possíveis de recuperação. Além disso, esse elevado índice chega a ter uma média de 2% em relação ao coletivo masculino. A seguir, apresentamos um gráfico, com a demonstração da curva do fluxo migratório do Brasil para a Espanha.

---

<sup>16</sup> Cf. nota 14.

<sup>17</sup> Duarte (2012).

**Tabela 2: Imigração na Espanha (1998)**

Total	Homens	Mulheres
637.085	322.261	314.824
<b>19.757</b>	<b>7.712</b>	<b>12.045</b>
19.315	9.205	10.110
9.997	3.218	6.779
8.986	4.038	4.948
6.709	2.158	4.551
6.550	2.877	3.672
4.452	2.091	2.361
3.972	1.626	2.346
1.249	546	703
594	187	407
131	63	68

**Tabela 4: Imigração na Espanha (2000)**

Total	Homens	Mulheres
923.879	471.465	452.413
<b>27.422</b>	<b>10.561</b>	<b>16.861</b>
23.351	11.183	12.168
25.247	8.388	16.859
12.119	5.287	6.832
11.126	3.432	7.694
8.203	3.664	4.539
5.092	2.397	2.694
20.481	9.093	11.388
2.117	875	1.242
711	239	472
35	17	18

**Tabela 6: Imigração na Espanha (2002)**

Total	Homens	Mulheres
1.977.946	1.048.178	929.767
44.752	18.284	26.468
56.714	28.644	28.070
191.018	81.018	110.000
22.257	9.552	12.705
23.719	7.466	16.253
16.949	8.194	8.755
11.352	5.647	5.705
<b>259.522</b>	<b>128.044</b>	<b>131.478</b>
135.117	61.211	73.906
1.365	482	883
44	20	24

**Tabela 8: Imigração na Espanha (2004)**

Total	Homens	Mulheres
3.034.326	1.605.723	1.428.603
68.646	30.901	37.745
130.851	66.271	64.580
248.894	107.162	141.732
38.718	16.769	21.949
37.448	12.636	24.812
28.260	14.306	13.954
31.413	16.073	15.340
<b>475.698</b>	<b>230.346</b>	<b>245.352</b>
52.345	23.273	29.072
5.734	2.229	3.505
48	19	29

**Tabela 10: Imigração na Espanha (2006)**

Total	Homens	Mulheres
4.144.166	2.215.469	1.928.697
95.903	45.553	50.350
150.252	76.031	74.221
265.141	114.994	150.147
51.261	21.788	29.473
72.441	27.354	45.087
39.704	20.282	19.422
45.508	23.073	22.435
<b>461.310</b>	<b>224.476</b>	<b>236.834</b>
139.802	61.053	78.749
28.587	9.722	18.865
53	26	27

**Tabela 12: Imigração na Espanha (2008)**

Total	Homens	Mulheres
5.268.762	2.802.673	2.466.089
121.932	60.185	61.747
147.352	73.060	74.292
284.581	126.481	158.100
58.317	24.591	33.726
116.548	46.598	69.950
46.068	23.218	22.850
50.544	25.291	25.253
<b>427.718</b>	<b>210.277</b>	<b>217.441</b>
242.496	106.839	135.657
67.403	23.599	43.804
51	26	25

**Tabela 14: Imigração na Espanha (2010)**

Total	Homens	Mulheres
5.747.734	3.017.935	2.729.799
140.182	69.087	71.095
132.249	65.507	66.742
292.641	130.831	161.810
60.399	25.178	35.221
117.808	44.282	73.526
44.570	22.500	22.520
46.865	23.329	23.536
<b>399.586</b>	<b>197.775</b>	<b>201.811</b>
213.169	90.948	122.221
85.687	28.269	57.418
51	25	26

**Tabela 3: Imigração na Espanha (1999)**

Total	Homens	Mulheres
748.954	379.336	369.619
<b>22.747</b>	<b>8.813</b>	<b>13.934</b>
21.096	10.152	10.943
13.399	4.289	9.111
10.194	4.525	5.669
8.332	2.615	5.717
7.171	3.135	4.037
4.609	2.163	2.446
7.155	3.005	4.151
1.430	604	825
611	200	411
36	16	20

**Tabela 5: Imigração na Espanha (2001)**

Total	Homens	Mulheres
1.370.657	716.837	653.820
34.975	13.640	21.335
32.429	15.958	16.471
87.209	34.854	52.355
16.549	7.073	9.476
17.078	5.258	11.821
11.674	5.414	6.260
6.828	3.302	3.527
<b>139.022</b>	<b>68.493</b>	<b>70.529</b>
6.619	2.928	3.691
928	308	620
44	19	25

**Tabela 7: Imigração na Espanha (2003)**

Total	Homens	Mulheres
2.664.168	1.414.750	1.249.418
55.915	23.864	32.051
109.445	55.809	53.636
244.684	105.058	139.626
29.716	12.864	16.852
31.270	10.251	21.019
23.911	11.836	12.075
20.889	10.768	10.121
<b>390.297</b>	<b>190.448</b>	<b>199.849</b>
25.432	12.947	15.485
2.536	955	1.581
55	22	33

**Tabela 9: Imigração na Espanha (2005)**

Total	Homens	Mulheres
3.730.610	1.992.034	1.738.576
85.029	39.300	45.729
152.975	77.587	75.388
271.239	117.757	153.482
49.206	21.168	28.038
54.115	19.458	34.657
35.800	18.291	17.509
42.433	21.650	20.783
<b>497.799</b>	<b>242.150</b>	<b>255.649</b>
97.947	43.542	54.405
16.295	5.987	10.308
51	20	31

**Tabela 11: Imigração na Espanha (2007)**

Total	Homens	Mulheres
4.519.554	2.395.685	2.123.869
103.650	50.139	53.511
141.159	70.853	70.306
261.542	113.930	147.612
51.481	21.600	29.881
90.161	35.563	54.598
40.844	20.647	20.197
46.069	23.118	22.951
<b>427.099</b>	<b>208.009</b>	<b>219.090</b>
200.496	87.492	113.004
46.238	15.724	30.514
46	23	23

**Tabela 13: Imigração na Espanha (2009)**

Total	Homens	Mulheres
5.648.671	2.992.636	2.656.035
139.179	69.515	69.664
142.270	71.056	71.214
296.674	132.705	163.969
61.468	25.975	35.493
126.158	50.001	76.184
46.455	23.308	23.147
50.429	25.232	25.197
<b>421.426</b>	<b>208.063</b>	<b>213.363</b>
230.703	100.489	130.214
81.551	28.293	53.258
54	26	28

**Tabela 15: Imigração na Espanha (2011)**

Total	Homens	Mulheres
5.730.667	2.989.606	2.741.061
131.886	64.011	67.875
120.012	58.965	61.047
271.773	121.204	150.569
59.453	24.549	34.904
106.908	38.174	68.734
41.712	20.388	21.324
42.581	21.066	21.515
<b>359.076</b>	<b>178.343</b>	<b>180.733</b>
197.895	82.791	115.104
87.406	27.159	60.247
49	22	27

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE

Em relação à presença da comunidade brasileira nas distintas CCAA espanholas, também as proporções de maioria de mulheres se mantêm em relação às de homens. Vejamos os últimos dados para o ano de 2011:

Tabela 16a: Brasileiros na Espanha

Ano	Total	Mulher	Homem	Posição no ranking com 120 nacionalidades
1998	6.709	4.551	2.158	20
1999	8.332	5.717	2.615	20
2000	11.126	7.694	3.432	19
2001	17.078	11.821	5.258	19
2002	23.719	16.253	7.466	19
2003	31.270	21.019	10.251	18
2004	37.448	24.812	12.636	20
2005	54.115	34.657	19.458	17
2006	72.441	45.087	27.354	15
2007	90.161	54.598	35.563	15
2008	116.548	69.550	46.998	14
2009	126.185	76.184	50.001	14
2010	117.808	73.526	44.282	15
2011	106.908	68.734	38.174	15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE

Tabela 16b: Brasileiros na Espanha (2011)

	Total		Total		
Totais nacionais	Total	106.908	Catalunha	Total	23.210
	Mulher	68.734		Mulher	13.913
	Homem	38.174		Homem	9.297
Madrid	Total	20.232	<b>Galícia</b>	Total	10.767
	Mulher	11.910		Mulher	7.433
	Homem	8.322		Homem	3.334
<b>Andaluzia</b>	Total	10.272	C. Valenciana	Total	8.629
	Mulher	6.722		Mulher	5.678
	Homem	3.550		Homem	2.951
País Vasco	Total	5.736	<b>Castilla y León</b>	Total	5.394
	Mulher	3.893		Mulher	3.619
	Homem	1.843		Homem	1.775
Baleares	Total	3.950	Astúrias	Total	3.320
	Mulher	2.491		Mulher	2.395
	Homem	1.459		Homem	925
Canárias	Total	2.915	Murcia	Total	2.320
	Mulher	1.932		Mulher	1.549
	Homem	983		Homem	771
Aragão	Total	2.103	<b>Extremadura</b>	Total	2.065
	Mulher	1.495		Mulher	1.531
	Homem	608		Homem	534
Castilla La-Mancha	Total	1.882	Navarra	Total	1.840
	Mulher	1.245		Mulher	1.258
	Homem	637		Homem	582
Cantábria	Total	1.609	La Rioja	Total	647
	Mulher	1.164		Mulher	492
	Homem	445		Homem	155
Ceuta	Total	8	Melilla	Total	9
	Mulher	6		Mulher	8
	Homem	2		Homem	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE

Até o momento, vimos que a imigração brasileira com destino na Espanha se caracteriza por valores numéricos absolutos com pouca expressividade, mas com proporções de crescimento bastante elevadas, mesmo que nestes últimos anos venha se produzindo uma retração mais acentuada que a média de imigração geral para a Espanha. Igualmente, observa-se elevados índices de feminidade, com uma média de 50% em relação ao coletivo masculino, e esta média se mantém em praticamente todas as CCAA espanholas.<sup>18</sup> Pela tabela 17, vemos que das CCAA da região da *Raia*, estão presentes – por ordem de destino preferente – Galícia, Andaluzia, Castilla y León e, finalmente, Extremadura.

**Tabela 17: Brasileiros nas Comunidades Autônomas da Raia**

Brasileiros na Andaluzia				Brasileiros em Extremadura		
Total	Mulheres	Homens	Ano	Total	Mulheres	Homens
684	436	248	1998	47	24	23
803	521	282	1999	69	41	29
1.068	718	350	2000	104	72	32
1.517	1.063	454	2001	271	213	58
2.056	1.435	621	2002	426	333	93
2.833	1.939	894	2003	621	480	141
3.386	2.249	1.137	2004	766	584	182
5.016	3.217	1.799	2005	1.096	814	282
6.863	4.183	2.680	2006	1.435	1.043	392
8.689	5.087	3.602	2007	1.691	1.170	521
11.331	6.655	4.676	2008	2.006	1.378	628
12.404	7.536	4.868	2009	2.013	1.448	565
11.314	7.111	4.203	2010	2.088	1.525	563
10.272	6.722	3.550	2011	2.065	1.531	534
Brasileiros em Castilla y León				Brasileiros na Galícia		
Total	Mulheres	Homens	Ano	Total	Mulheres	Homens
243	179	64	1998	693	478	215
299	210	90	1999	816	566	250
430	309	121	2000	1.040	719	321
675	507	168	2001	1.473	1.040	433
1.006	750	256	2002	1.899	1.317	582
1.410	1.022	388	2003	2.457	1.674	783
1.811	1.308	503	2004	3.069	2.112	957
2.762	1.920	842	2005	4.662	3.223	1.439
3.943	2.605	1.338	2006	6.443	4.411	2.032
4.697	2.972	1.725	2007	8.236	5.526	2.710
6.333	3.817	2.516	2008	10.574	6.931	3.643
6.649	4.073	2.576	2009	11.892	7.836	4.056
5.956	3.821	2.135	2010	11.465	7.764	3.701
5.394	3.619	1.775	2011	10.767	7.433	3.334

Os dados da tabela anterior indicam que é entre as CCAA de Andaluzia e Galícia onde se produzem as maiores variações nos valores totais absolutos de imigrantes brasileiros, durante os últimos treze anos. Igualmente, durante todo este período, são superiores os valores absolutos de mulheres. Em relação às províncias da *Raia*, temos o seguinte panorama:

<sup>18</sup> Em outros trabalhos, tratei de apresentar alguns dados também relevantes para a caracterização da imigração brasileira na Espanha, frequentemente desconsiderados na maioria dos trabalhos que se produziram até o momento: um perfil jovem, média de 60% compreendido entre 20 e 39 anos; assim como, as elevadas taxas de matrimônios entre cidadãos brasileiros e espanhóis, especialmente entre os homens espanhóis e mulheres brasileiras que, mesmo como coletivo se situe num modesto 15<sup>a</sup> posto de 120 nacionalidades, ocupa – em termos de matrimônio, o primeiro lugar, desde 2007.

Tabela 18: Imigração brasileira nas províncias espanholas da *Raia*

	Total Espanha	Andaluzia			Castilla y León		Galícia		
		Huelva	Badajoz	Cáceres	Salamanca	Zamora	Ourense	Pontevedra	
'98	Total	6.709	14	35	11	26	21	105	265
	Homens	2.158	6	17	6	6	7	32	99
	Mulheres	4.551	8	18	5	20	14	73	166
	Total	8.332	14	50	20	50	24	125	315
'99	Homens	2.615	7	21	7	21	10	40	109
	Mulheres	5.717	7	28	12	28	14	86	205
	Total	11.126	25	75	29	74	24	162	401
'00	Homens	3.432	10	24	8	31	9	51	139
	Mulheres	7.694	15	51	21	43	15	111	262
	Total	17.078	62	223	48	157	26	226	561
'01	Homens	5.258	22	45	13	63	8	57	192
	Mulheres	11.821	40	178	35	94	18	169	369
	Total	23.719	86	355	71	221	30	279	717
'02	Homens	7.466	29	76	17	87	6	60	256
	Mulheres	16.253	57	279	54	134	24	219	461
	Total	31.270	128	504	117	342	39	364	951
'03	Homens	10.251	34	113	28	149	6	76	368
	Mulheres	21.019	94	391	89	193	33	288	583
	Total	37.448	159	632	134	432	43	506	1.168
'04	Homens	12.636	50	146	36	174	5	96	465
	Mulheres	24.812	109	486	98	258	38	410	703
	Total	54.115	233	884	212	583	90	745	1.796
'05	Homens	19.458	75	228	54	232	16	156	707
	Mulheres	34.657	158	656	158	351	74	589	1.089
	Total	72.441	343	1.167	268	718	138	1.047	2.404
'06	Homens	27.354	121	319	73	299	37	229	933
	Mulheres	45.087	222	848	195	419	101	818	1.471
	Total	90.161	544	1.414	277	622	162	1.147	3.175
'07	Homens	35.563	232	442	79	250	52	277	1.223
	Mulheres	35.563	232	442	79	250	52	277	1.223
	Total	116.548	815	1.637	369	844	193	1.339	4.009
'08	Homens	46.998	363	523	105	358	61	366	1.550
	Mulheres	69.550	452	1.114	264	486	132	973	2.459
	Total	126.185	847	1.610	403	1.005	215	1.528	4.395
'09	Homens	50.001	369	464	101	425	66	410	1.644
	Mulheres	76.184	478	1.146	302	580	149	1.118	2.751
	Total	117.808	778	1.661	427	874	203	1.588	3.876
'10	Homens	44.282	325	452	111	362	57	415	1.342
	Mulheres	73.526	453	1.209	316	512	146	1.173	2.534
	Total	106.908	631	1.659	406	727	194	1.492	3.610
'11	Homens	38.174	234	444	90	273	53	378	1.216
	Mulheres	68.734	397	1.215	316	454	141	1.114	2.394

Pelos dados anteriores, vemos que o fluxo da imigração brasileira nas províncias da *Raia* segue a mesma tipologia de curva da imigração brasileira na Espanha, com as mesmas elevadas taxas de feminidade e retração nos últimos anos, mesmo que estas últimas sejam menos acentuadas, que os 10% negativos para a imigração geral. A única exceção se produz em Huelva, com quase 20% de no último ano. Em relação às demais províncias de Andaluzia, Huelva ocupa o penúltimo posto, seguida somente por Jaén. Em Castilla y León, as províncias de Salamanca e Zamora são antecidas por Valladolid, Burgos e León e, seguidas por Ávila e Soria. Por fim, em Galícia, as províncias de Pontevedra e Ourense ocupam os segundo e terceiros postos respectivamente, com o primeiro para A Coruña e o quarto para Lugo.

## 2 Associacionismo brasileiro na *Raia*

Nesta parte do trabalho, serão tratados alguns aspectos de ordem quantitativa e qualitativa sobre o associacionismo brasileiro na Espanha. Em primeiro lugar, em função das próprias limitações e recursos para a pesquisa e identificação das

associações nos principais registos espanhóis, o inventário sistemático destas organizações se transforma num árduo trabalho, entre os (muitos) contatos infrutíferos (já inexistentes) e a desatualização dos registos e páginas web mais frequentes com informações de apoio aos imigrantes em geral, e aos brasileiros. Desta maneira, foi necessário criar uma base de dados específica para sistematizar o universo de organizações que oferecem algumas condições como possíveis informantes para o trabalho de campo. Esta base de dados foi criada com a utilização de um software (filemaker) bastante conhecido e que proporciona resultados interessantes, além da facilidade com que permite organizar e dar formato aos diversos campos que podem chegar a compor uma base de dados.

The image shows a web form titled "registro de asociaciones" with a red header. The form is organized into two main columns. The left column contains fields for: "Nº registro", "Fecha registro", "Nombre", "Tipo", "Persona de contacto", "Dirección", "Población", "C. P.", "Provincia", "Comunidad Autónoma", "Email", "Tel. Fijo", "Tel. Móvil", "Página web", "Registro", and "Año de creación". The right column contains fields for: "Actividad principal", "Redes sociales", "Observación", "Estado", "Colaborador", and "Palabra clave". At the top, there are buttons for "Buscar", "Nuevo Registro", and "Inicio". At the bottom right, there are buttons for "Anterior" and "Siguiente".

A figura acima corresponde a um dos formulários da referida base de dados. Neste caso, os campos de entradas estão configurados para proporcionar as informações mais completas possíveis na identificação de cada organização. Para a realização deste trabalho, contamos atualmente com 215 registros, entre associações ativas e já desativadas, porém sem baixa em registro. Também é importante dizer que compõem esta base de dados, tanto as associações formais (registradas), como fundações, institutos, câmaras, igrejas e algumas agrupações livres; desta maneira, a pesquisa em desenvolvimento incorporará tanto organizações oficiais, como outras de caráter menos oficial, mas que desempenham atividades sem fins lucrativos e com certa estabilidade.

Das associações atualmente inventariadas:

Pelos dados anteriores, vemos que as CCAA com maior presença de imigrantes brasileiros são também as que contam com um maior número de organizações brasileiras. Em relação às províncias da *Raia*, em Huelva não encontramos nenhum registro de atividade associativa brasileira; em Extremadura, encontramos duas referências em Badajoz, pelo Registro de Associações de Badajoz: *Asociación de Brasileños en Extremadura* e *Asociación de Hijos u Nietos de Españoles y de Empadronados en Brasil*, ambas declararam no mo-



**Tabela 19: Associações brasileiras na Espanha**

CCAA	Nº de Associações
Catalunha	88
Madrid	39
Galícia	21
Castilla y León	14
Andaluzia	14
C. Valenciana	12
Canárias	8
Baleares	4
País Vasco	4
Extremadura	2
Asturias	4
Cantabria	2
Aragão	1
Castilla La-Mancha	1
Ceuta	1
La Rioja	0
Melilla	0
Navarra	0
Región de Murcia	0
<b>Total</b>	<b>215</b>

(*Nota:* Do número total de 215, uma das organizações inventariadas não tem endereço físico, somente na internet.)

mento de registro, dedicar-se como atividade prioritária ao apoio de imigrantes na Espanha. No caso destas duas associações, não foi possível localizar nenhuma informação adicional, como telefone de contato, endereço, etc. Em Salamanca, contamos com quatro registros:

- *Asociación cultural-deportiva castellano leonesa condor de Jiu Jitsu brasileño* (2006, Junta de Castilla y León), associação de raiz estrangeira e cultural, atualmente sem atividades e os dados oferecidos pelo cadastro já não correspondem a contato com a associação;
- *Asociación y servicio de apoyo a los brasileños en Salamanca:* (2001, Junta de Castilla y León), associação de raiz estrangeira e cultural, os dados oferecidos pelo cadastro facilitaram contato com o fundador, que declarou não realizar mais atividades pela associação;
- *Samba - Asociación Brasileña de Salamanca:* foi possível localizar o registro desta associação, mas sem o título de «Samba», presente em sua página no *Facebook*. Consta como referência de registro o anos de 2011, porém desconhecemos a realização de qualquer atividade;
- *Fundación Cultural Hispano Brasileña (FCHB):* sede institucional no Centro de Estudos Brasileiros, da Universidade de Salamanca. Consta como referência de registro no ano de 2001, na Junta de Castilla y León; realiza, desde a sua fundação colaboração com a Universidade de Salamanca.

Em Zamora, contamos com dois registros:

- *Asociación Cultural Brasileña Berimbalada*: (2009, Junta de Castilla y León), domiciliada na localidade de Benavente (norte de Zamora capital), como associação cultural, etnológica, de música popular e folclórica, atualmente não encontramos referências de atividades realizadas pela organização, e os dados oferecidos pelo cadastro já não correspondem a contato com a associação;
- *Asociación Cultural Brasileña Molejo do Corpo*: (2006, Junta de Castilla y León), como associação cultural, etnológica, de música popular e folclórica, atualmente não encontramos referências de atividades realizadas pela organização, e os dados oferecidos pelo cadastro já não correspondem a contato com a associação.

Na Galícia, em Ourense, também há dois registros:

- *Asociación Cultural dos Estados do Brasil*: (2011, Xunta de Galicia), de atividades culturais; não há informações para contatos;
- *Asociación Cultural de capoeira en Ourense*: (2009, Xunta de Galicia), registra como atividade cultural, priorizando a atividade da capoeira; não há informações para contatos;

Finalmente, em Pontevedra, também na Galícia, temos registradas dez associações:

- *Asociación Cultural Galego-brasileira*: (1997, Pontevedra, Xunta de Galicia), de atividades culturais; não há informações para contatos;
- *Asociación Brasileña de Residentes en la Comunidad Gallega* (1998, Pontevedra, Xunta de Galicia), não há informações para contatos;
- *Comité Galego de Apoio ó movemento dos traballadores sem terra do Brasil Comité Apoio ó MST CGAMST*: (2003, Xunta de Galicia), mesmo que não seja claramente uma associação constituída por temas relacionados com a imigração, provavelmente conta (ou contasse) com brasileiros entre seus afiliados e/ou fundadores; lamentavelmente, não foi possível encontrar nenhum contato com esta organização;
- *Asociación Cultural Galego- Brasileira Etnia*: (2007, Xunta de Galicia), realizam atividades de capoeira vinculados a denominação *muzenza*, possui página web, facilitando diversas formas de contato;
- *Asociación de Integración Galego – Brasileira*: (2003, Xunta de Galicia), cultural e de apoio aos brasileiros. Felizmente, esta é uma das poucas associações das inventariadas até o momento que, mesmo que tenham reduzido suas atividades, continuam sendo uma referência para o diálogo entre a comunidade local e os brasileiros; umas das atividades previstas para este ano, são umas jornadas de interculturalidade em centros de ensino públicos;
- *Asociación de Intercambio Cultural Galego Luso Brasileira Axe Brasil – GALUBRA*: (2004, Xunta de Galicia), não há informações para contatos;

- *Asociación Capoeira de Angola do Sur Galicia*: (1999, Xunta de Galicia), não há informações para contatos;
- *Asociación Cultural e Deportiva ETUHOLE Capoeira*: (2009, Xunta de Galicia), não há informações para contatos;
- *Asociación de Capoeira Angona Jacaranda*: (2008, Xunta de Galicia), não há informações para contatos;
- *Federación Galega de Capoeira*: (2010, Xunta de Galicia), não há informações para contatos;

## Considerações finais

O que se pretendeu até aqui foi trazer algumas informações a mais para o debate sobre as comunidades brasileiras no exterior, destacando o tema das associações que, em comparação às migrações, não recebeu, até o momento, a atenção devida. Mesmo que o panorama apresentado acima seja desalentador, vemos que, ao menos, se constitui como iniciativa importante por parte deste coletivo. Sem dúvida, o tema precisa ser abordado à luz da consolidação do Terceiro Setor na Espanha, dos incentivos das distintas CCAA ao movimento associativo imigrante – uma série de fatores que não estão relacionados exatamente com as condições de migração das pessoas que as criam. Não obstante, o que se pretendia era chamar a atenção para as inúmeras possibilidades que se apresentam para a cidadania participativa, num modelo local e internacional ao mesmo tempo, já que este modelo de organização possui um grande potencial dinamizador e articulador comunitário. Mas, que no caso das associações de imigrantes, estão sempre condicionadas aos movimentos deste fluxo migratório. Esperemos que, pensando no futuro, as associações brasileiras não percam vitalidade, mas sim que se fortaleçam.

## Referências

- Medina, E. (2008) *Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera luso-española (La Raya)*, Publicaciones del Grupo de Estudios Sociales Aplicados, de Extremadura. [Consulta em 22/05/2008, <http://www.gessa-ex.es/documentos/publicaciones/OrigeneshistoricosyambiguedaddelaRaya.pdf>].
- Masanet E. (2008) *De Brasil a España: un estudio sobre la migración desde la perspectiva integrada de los lugares de origen y destino*, Tesis doctoral, Dpto. de Sociología, Universidad de Alicante.
- Gambi, E. (2008) *La inmigración Castellano y Leones en São Paulo, 1946 – 1962*, Tesis doctoral, Salamanca, Universidad de Salamanca.

Duarte, E. (2012) «Asociacionismo brasileño en España en perspectiva histórica», in *Actas del XVII Seminario Académico APEC. Entre el Atlántico y el Mediterráneo: 20 años de conocimientos y saberes*, Barcelona.

**Recursos na internet:**

Brasileiros no mundo: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>.

Instituto Nacional de Estadística (Espanha): <http://www.ine.es>.

Ministério do Interior (Espanha): <http://www.interior.gob.es/>.

Associações (Junta de Andaluzia): <http://www.juntadeandalucia.es/temas/participacion.html>.

Associações (Junta de Castilla y León): <http://servicios.jcyl.es/WASO/>.

Associações da Junta de Extremadura: <http://sede.juntaex.es/web/portal/tramites-detalle-entidades-consejerias-171/2754>.

Associações (*Xunta de Galicia*): <http://www.xunta.es/apps/gdp/showFile.do?codCons=PR&codProc=308A>.



# Casa do Brasil de Lisboa: especificidades, conquistas e desafios do associativismo de imigrantes brasileiros em Portugal\*

*Aline Lima Santos*<sup>†</sup>

## Resumo

Analisa-se a experiência da Casa do Brasil de Lisboa (CBL), para compreender especificidades do associativismo brasileiro em Portugal visando contribuir para os conhecimentos sobre a participação política dos imigrantes. Adota-se como suporte teórico-metodológico as discussões sobre as características originais do período atual, os processos transnacionais, aspectos da cidadanização das políticas migratórias, além de entrevistas com imigrantes brasileiros e dirigentes da CBL. A atuação da CBL extrapolou as perspectivas habituais das associações de imigrantes que afirmam a identidade e a cultura do país deixado e a solidariedade entre compatriotas em um país estrangeiro, assumindo um caráter político e propositivo na formulação de políticas migratórias. Tornou-se interlocutora e estimuladora da integração dos estrangeiros residentes em Portugal e colaborou para despertar maior atenção do Estado brasileiro às necessidades de seus emigrantes. O presente impõe novos desafios que exigem avaliar tendências e novas perspectivas da CBL e da participação política de brasileiros no exterior.

**Palavras-chave:** associativismo, políticas migratórias, Brasil e Portugal, Casa do Brasil de Lisboa.

## Introdução

A partir dos anos 1980 houve inversão do tradicional fluxo migratório entre Brasil e Portugal. Passou a prevalecer a ida dos brasileiros em detrimento dos deslocamentos no sentido contrário. Esta mudança, porém, expressou transformações sociais mais amplas que culminaram em um novo padrão da inserção destes países nos movimentos migratórios internacionais.

---

\*Trabalho apresentado no 2º *Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*, realizado no período de 04 a 06 de junho de 2012, no eixo temático «Participação e ação política».

<sup>†</sup>Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana; Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP): ✉ [aline.santos@usp.br](mailto:aline.santos@usp.br) ; [alinelss@yahoo.com.br](mailto:alinelss@yahoo.com.br)

Articulada ao aprofundamento do processo de globalização, a mobilidade de pessoas encontra hoje a facilidade de atuar em territórios intensamente tecnificados, isto é, dotados de um conteúdo técnico que é resultado de avanços científicos colocados a serviço do mercado. Destaca-se aqui, principalmente, as técnicas relativas aos meios de comunicação e transporte (Santos, 2003).

Com essa base técnica a sua disposição no cotidiano, as possibilidades de relações entre as pessoas são ampliadas, concomitantemente alargam-se também a possibilidade de «teleação», isto é, a ação presente de pessoas, instituições, e organizações ausentes (Santos, 2003). Assim são alimentadas as redes sociais e as relações transnacionais.

As práticas transnacionais dos migrantes, há séculos, constituem os movimentos populacionais internacionais. Contudo, as bases técnicas hoje disponíveis permitem viver e agir simultaneamente em lugares distintos de modo instantâneo e independente da distância. Trata-se, pois, de uma novidade do tempo presente: a convergência de momentos (Santos, 2003; (Beck, 1999).

Por conseqüência uma das características das migrações internacionais contemporâneas é que a conservação dos vínculos com o país de origem torna-se mais intensa. Isso é expresso de diversas maneiras, como demonstram as remessas, as freqüentes visitas, os investimentos em bens imóveis, o associativismo, dentre outras práticas.

Os brasileiros em Portugal não fogem a essa característica. Embora presentes em território português, a inserção dessa população estrangeira se dá sem que, muitas vezes, os migrantes abram mão de suas ligações, mesmo que fisicamente distantes, com o Brasil.

Tendo este pano de fundo, o presente artigo intenta refletir sobre a participação e ação política de brasileiros e Portugal, em especial por meio da constituição e papel desempenhado pelo associativismo, sublinhando aspectos de suas especificidades, abordando suas conquistas, isto é, sua influência para a construção de políticas migratórias do Estado de origem e do Estado receptor. Elenca-se a Casa do Brasil de Lisboa (CBL) como experiência emblemática dos processos que se deseja analisar.

## **1 A CBL e as políticas de imigração em Portugal**

Uma expressão de que os emigrantes brasileiros não abandonam completamente o país de origem é o surgimento da CBL. Conforme o vice-presidente desta associação:

«A Casa do Brasil nasceu em 1992, na sequência de um grupo de brasileiros que se encontram aqui no período das grandes mobilizações pelo *impeachment* do Collor. Houve uma primeira manifestação em Portugal, que adotou o fora Collor como no Brasil, e o pessoal se encontrou e decidiu se manter organizado e faz uma Associação. A Casa do Brasil é das primeiras, senão a mais antiga, não

sei se mais que a Associação Caboverdiana, mas é das mais antigas associações de imigrantes em Portugal.»<sup>1</sup>

Fica explícito no depoimento que a mobilização dos emigrantes quanto a um fato político no país de origem foi fundamental para a constituição da associação CBL. Isso lhe dá originalidade no conjunto das associações de brasileiros que vivem no exterior. Além disso, a CBL adquiriu relevância em sua atuação em prol de causas relativas a esse contingente populacional. Por isso essa associação será aqui a principal referência para as discussões referentes às políticas migratórias.

Antes, porém, merece referência o fato de que o associativismo migrante não é um fenômeno novo. Trata-se de um «antídoto» comum contra a sensação de isolamento causada por se estar em terras estrangeiras. A estratégia é formar grupos com os compatriotas e criar espaços de solidariedade e de encontros para troca de experiências, conhecimento, afirmação da identidade e da cultura do país deixado (Horta, 2010).

As funções das associações de migrantes relacionam-se a questões identitárias, sociais e materiais. Nesse sentido a ajuda mútua, a defesa de interesses dos migrantes, a preservação da herança cultural, a adaptação e a integração são algumas de suas preocupações. Quando formalizadas, muitas vezes as associações envolvem-se em questões sociais e políticas (Horta, 2010).

Portugal, por sua tradição na emigração, possui mais de 2800 associações espalhadas em todo o mundo. Só no Brasil, em 2010, conta-se 255. Tais instituições associativas são reconhecidas pelo Estado português que busca apoiá-las e estimular suas atividades a fim de manter-se em diálogo com aqueles que vivem no estrangeiro. Esse diálogo recebe contornos oficiais e formais com a instauração do Conselho das Comunidades Estrangeiras pela Lei n.º 48/96, de 4 de Setembro. Sua função é de caráter consultivo para as políticas relacionadas à emigração e às comunidades e ONGs de portugueses que vivem no exterior (Rocha-Trindade, 1995, 2010).

Como país de imigração, Portugal conhece crescimento do associativismo migrante. Reconhecidas legalmente por meio da lei n.º 115/99, de 03 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico das Associações de Imigrantes, hoje o país possui 124 associações, dentre elas seis brasileiras<sup>2</sup> (Rocha-Trindade, 2010).

---

<sup>1</sup> Entrevista com Luis Leiria, vice-presidente da CBL. Pesquisa de campo, setembro de 2009.

<sup>2</sup> Das inúmeras associações brasileiras no mundo, cabe enfatizar o predomínio das igrejas, principalmente evangélicas. Em seguida existem aquelas que promovem a cultura e a língua portuguesa para os descendentes, e as que privilegiam os esportes, em especial a capoeira e o futebol. São em menor número as que extrapolaram tais objetivos de pertencimento cultural comum e ajuda sócio-econômica para assumirem como primordiais as questões políticas que envolvem os direitos de cidadania dos migrantes. Uma lista das associações brasileiras no exterior, resultado de pesquisa encomendada pelo Itamaraty junto às suas representações está disponível em: <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/associacoes-brasileiras-exterior/>, acesso em 28/05/2012.



As associações brasileiras existentes em Portugal costumam atuar na afirmação política das causas dos migrantes, o que se constitui em uma peculiaridade desta comunidade brasileira no exterior. A CBL foi pioneira nesse sentido, focando sua prática na defesa e luta pela cidadania.

Como é comum nas associações imigrantes, a CBL enfoca a diversidade e a promoção da cultura brasileira em Portugal. Em seu cotidiano verificam-se atividades de recreação e cultura, apoio jurídico e apoio social. Porém, assume como missão a busca da inserção cidadã dos imigrantes na sociedade portuguesa, atuando politicamente para tal fim. Neste esforço, seu empenho tem sido o de unir as outras associações brasileiras, mantendo também o diálogo com as associações representantes das demais comunidades estrangeiras (CBL, 2012).

Nota-se que a mobilização das associações de imigrantes tem logrado alguns êxitos junto ao Estado receptor. Isso se relaciona a sua articulação com as organizações da sociedade civil portuguesa, como a Igreja Católica, centrais sindicais, partidos políticos, ONGs, associações de direitos civis, as quais tem conquistado relevância como interventoras sociais. Pode-se mencionar, dentre outras, a Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM), o Centro Padre Alves Correia (CEPAC), o Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS).<sup>3</sup>

Além disso, o Estado português, desde os anos 1990, reconheceu o associativismo imigrante como interlocutor e estimulador do processo de integração dos estrangeiros, abrindo-se ao diálogo. Tal reconhecimento é fortemente influenciado pela experiência associativa das comunidades portuguesas no exterior, com as quais o Estado mantém relações privilegiadas. Estas características levaram Carlos Viana (2010, p. 220), um dos vice-presidentes da CBL, a expor suas impressões de que:

«Portugal tem apresentado algumas particularidades positivas em termos de políticas de integração e legislação. Tem, por exemplo, uma lei própria sobre associações de imigrantes, o que parece ser uma particularidade no contexto da União Européia. Tem uma legislação geral (Lei de Entrada, Saída, Permanência e Afastamento de Estrangeiros) relativamente mais branda que muitos países europeus. (...) Aqui (...) a questão Imigração e imigrantes está longe dos radicalismos e perigos vividos em outros países europeus. (...) Neste contexto, as associações de imigrantes tem, em Portugal, um espaço de liberdade de atuação provavelmente maior que em outros países.»

Soma-se, ainda, a existência de uma história compartilhada de experiências de imigração com os portugueses retornados do Brasil, muitos dos quais procuraram manter seus vínculos com o país que os recebeu. A própria CBL conta

---

<sup>3</sup> As organizações citadas foram visitadas durante pesquisa de campo em 2009. Nessas ocasiões foram entrevistados os respectivos diretores que, de modo geral, apresentaram as atividades realizadas pelas entidades e os edifícios nos quais se encontravam instalados.

com a colaboração de portugueses e outros estrangeiros.

Um de seus fundadores, por exemplo, foi o ex-padre e jornalista Alípio de Freitas, um português que migrou ao Brasil e aí se envolveu na militância por meio de movimentos sociais, como as Ligas Camponesas. Após alguns anos em que foi preso e torturado pela ditadura militar brasileira, Alípio de Freitas retornou a Portugal, onde passou a promover e dirigir associações como a CBL. Dentre os muitos outros casos de portugueses que participam dessa associação podemos citar, ainda, um dos atuais três vice-presidentes, Luis Leiria, que define a CBL como um «pedaço do Brasil em Portugal», conforme seu depoimento:

«Cheguei do Brasil e vim pra cá, fazer minha militância na Casa do Brasil, mas não sou brasileiro... Sou um caso um pouco... Eu costumava dizer que sou luso-brasileiro, porque eu nasci aqui, mas uma boa parte da minha vida adulta foi no Brasil... Comecei a participar logo que cheguei, em 1998, e lembro que as primeiras vezes que vim eu me senti muito bem, eu ainda estava vivendo o choque do regresso e era uma situação um pouco estranha assim... Quando eu voltei, eu não conseguia mais falar como o português de Portugal, então pra todo mundo eu era o brasileiro.»<sup>4</sup>

Existe em Portugal um ambiente propício para que as associações influenciem as ações daqueles que decidem os rumos das políticas migratórias do país. Este favorecimento à organização e participação política dos imigrantes, porém, deve ser compreendido no âmbito do conjunto de políticas de população adotadas.

Portugal, nesse sentido, há 30 anos admite-se como país de imigração e busca gerir esse fenômeno de modo a não prejudicar a coesão interna de sua sociedade. Assim, assume-se cada vez mais como intercultural, buscando promover o diálogo entre os diferentes imigrantes e os nacionais que constituem sua população, ainda que existam internamente setores da sociedade mais ou menos simpáticos à entrada de estrangeiros.

Independentemente de governos, o que se nota são esforços de regular os fluxos de imigração. Isso significa integrar os estrangeiros residentes, limitando a entrada dos mesmos, tornando os fluxos previsíveis e controlados, e discriminando positivamente aqueles provenientes dos países de língua portuguesa. Tudo isso, de modo a satisfazer o artigo 7 da Constituição da República Portuguesa, que versa sobre seus princípios fundamentais enquanto ator no sistema internacional.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada com Luiz Leiria, vice-presidente da Casa do Brasil de Lisboa. Pesquisa de campo, setembro de 2009.

<sup>5</sup> Destaca-se no artigo 7 da Constituição portuguesa especialmente o parágrafo 4 e 5, que dispõe sobre as afinidades com os países de língua portuguesa e com a Europa, objetos de atenção primordiais nas estratégias portuguesas de inserção no contexto internacional.

As políticas de imigração e nacionalidade moldam-se aos interesses dos Estados. Tais interesses transformam-se ao sabor de conjunturas económicas, demográficas, sociais e políticas. Mas sua evolução e os discursos que a acompanham permitem apreender a imagem que a sociedade receptora constrói de si mesma, já que implicitamente responde à questão «quem somos nós?» bem como aponta para a construção futura do que será o «nós» (Reis, 2003).

O reconhecimento internacional dos direitos dos indivíduos implica no enfraquecimento dos nexos entre nacionalidade e cidadania. Por sua vez, o aumento da importância política dos inúmeros atores sociais, supranacionais ou não, constroem o poder soberano do Estado. Consequentemente, no âmbito internacional emerge a tendência à «*migration governance*» compreendida como formas de regulação internacional das migrações que resultam de acordos entre Estados, organismos internacionais, movimentos sociais, etc. (Jacinto, 2002).

Entretanto, nota-se, simultaneamente, a afirmação do papel central desempenhado pelo Estado na definição do que é adequado para as políticas migratórias. Conforme afirma Domenech (2008):

«Entendemos que el Estado sigue siendo un actor clave en la formulación y aplicación de la política migratoria, ya que en virtud de la soberanía nacional posee la atribución de permitir, restringir o rechazar la entrada y permanencia de los inmigrantes así como determinar los derechos y obligaciones (diferenciales o no) de los habitantes – a quienes clasifica como “nacionales” o “extranjeros” – de acuerdo al principio de nacionalidad. En este sentido, siempre resulta necesario considerar las diferencias entre aquellas políticas dirigidas a los emigrantes y a los inmigrantes.» (p. 60)

Sob essa perspectiva, como membro da União Europeia, a Portugal é imposto um padrão de comportamento relativo aos imigrantes de países terceiros, que implica, por exemplo, na adoção de medidas que intensifiquem o controle dos fluxos ou o combate a imigração irregular. A aprovação da Diretiva de Retorno pelo Parlamento Europeu, em 18/06/2008, que estabeleceu um conjunto de normas aplicáveis a todos os países comunitários em relação aos nacionais de países terceiros que não preencham ou tenham deixado de preencher as condições de entrada, permanência ou residência, constitui-se num esforço neste sentido.

Portugal tem atendido aos direcionamentos da UE. Contudo, isso é feito de modo articulado aos interesses e tratados já estabelecidos com outras nações. Conjugando esses fatores, que às vezes se apresentam conflitantes, o país adota uma identidade híbrida no cenário político internacional: é um país europeu e também um país de língua oficial portuguesa. As políticas de imigração que adota refletem essa identidade e tornam-se instrumentos para afirmá-la, pois, visam:

«a valorização da identidade portuguesa (através da promoção da língua e cultura Portuguesas...); consolidação das comunidades eu-

ropéias; combate às tendências para uma excessiva continentalização da Europa, pela manutenção de uma ligação atlântica reforçada por um acrescido diálogo político-económico e pela cooperação triangulada com países terceiros, e o aprofundar do excelente relacionamento entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa assim como a ligação com o Brasil.» (Santos, 2004, p. 113)

Diante do exposto, percebe-se que as experiências acumuladas ao longo de séculos com o fenómeno da emigração constituíram-se em verdadeira mais-valia para lidar com o fenómeno da imigração emergido a partir dos anos 1980. As políticas de imigração portuguesas são, desde então, profundamente influenciadas pelas políticas voltadas aos seus emigrantes, sendo as últimas, fontes inspiradoras das primeiras. Neste ambiente favorável as associações de imigrantes, como a CBL, encontram espaço para atuação de modo a influenciar as políticas migratórias, colaborando para o processo de integração.

## **2 A CBL e políticas brasileiras relativas aos emigrantes**

No sistema internacional tradicional, o estreito vínculo da cidadania ao Estado territorial leva a que a emigração tenha conseqüências relacionadas aos direitos e deveres das pessoas que partem de seu país de origem (Reis, 2003). O emigrante fica praticamente desprovido das garantias de concessão de seus direitos por parte do Estado, visto que tal concessão é limitada ao seu território. Por outro lado, as obrigações da pessoa para com a sociedade e o Estado quase que desaparecem quando ela o deixa.

Tradicionalmente, «são os países de imigração que, ao menos em teoria, controlam as migrações internacionais, já que definem o número e as categorias das pessoas que entram» (Rocha-Trindade, 1995, p. 314). O Estado de origem pouco pode fazer pelos emigrados, suas ações muitas vezes limitam-se à defesa da mobilidade geográfica e profissional, a igualdade de tratamento em relação aos nacionais do país receptor, a garantia de preservação da identidade cultural do imigrante, facilidades no de envio de remessas, dentre outros.

Com a afirmação dos ideais democráticos e a valorização das liberdades individuais, no fim do século XX, somou-se a estes aspectos tradicionais o reconhecimento internacional da emigração como um direito. Assim sendo, atualmente há uma discrepância no modo como Estados democráticos encaram a emigração e a imigração. Se sair é permitido para todos aqueles que desejam, a entrada é controlada e sujeitada a interesses específicos dos países de destino. Essa discrepância foi mencionada por Heller (1996, p. 116):

«Entre los pocos derechos humanos universalmente reconocidos está el derecho a emigrar (...). Se presupone por definición que si alguien quiere emigrar, puede hacerlo porque la emigración es una necesidad legítima (socialmente adscrita) de esa persona. Sin embargo,

no existe el derecho a inmigrar. Antes de admitir emigrantes, los gobiernos ponen a prueba si sus necesidades son reales o verdaderas en otras palabras, hacen exactamente lo que no deben hacer; pero no pueden evitar de hacerlo... ».

Seria possível, desta maneira, concluir que os países de origem possuem, contemporaneamente, ainda menos poder de defender os direitos dos que partiram. Contudo, nota-se justamente o contrário. As fragilidades e consequente enfraquecimento do Estado de Bem-Estar-Social nos países ricos e a adoção de políticas neoliberais em países ricos e pobres culminaram no fortalecimento do poder da sociedade civil organizada em todo o mundo.

No momento em que o Estado passou a exercer debilmente suas funções sociais ou mesmo abdicá-las, o descontentamento e descrédito levaram à pulverização de iniciativas que visavam compensar as perdas, fato que o sociólogo Ulrich Beck (1997) identificou como despertar da subpolítica, isto é, uma política vinda de baixo e que desafia a política estatal. As organizações originadas por essas iniciativas ganharam cada vez mais espaço de participação política, tornando-se atores importantes tanto na escala nacional como na internacional.

Muitas dessas entidades envolveram-se com a temática migratória e colaboraram para transformação dos discursos referentes à migração. Trata-se, pois, de um elemento que diferencia o sistema internacional do período contemporâneo, isto é, aquilo que Domenech (2008, p. 54) denomina «cidadanização da política migratória»:

«lejos de la idea de gerenciamiento de la política, la noción de “ciudadanización” es entendida aquí como un proceso sociopolítico que resulta de los distintos modos de intervención y legitimación que desarrollan los organismos internacionales y los Estados nacionales en materia de políticas públicas y de las diferentes estrategias de participación que despliegan ciertas instituciones de la sociedad civil como las organizaciones de inmigrantes, los organismos de derechos humanos y las instituciones eclesiales. En términos de política migratoria, la ciudadanización estaría dando cuenta de dos hechos íntimamente articulados: por un lado, la creciente participación de los movimientos y organizaciones de la sociedad civil en la determinación de los asuntos migratorios y, por el otro, el formal reconocimiento y extensión de derechos civiles, sociales, económicos, políticos y culturales a los migrantes, tanto a los inmigrantes como a los emigrantes».

Em decorrência disso, hoje, os países de origem são chamados a participar mais ativamente dos debates sobre as migrações. Assumem, deste modo, o consenso e a corresponsabilidade como palavras de ordem em suas relações com os países receptores. Há, por isso, tendência à cooperação, multilateralização e até mesmo transnacionalização da formulação das políticas migratórias, as quais passam a considerar as organizações da sociedade civil como parte das estratégias de aplicação das medidas que visam atingir o fim proposto.

Uma das expressões empíricas desses processos foi o reconhecimento das associações de imigrantes em Portugal. Tal ação do Estado português contribuiu para o fortalecimento político dessas entidades. O peso político da CBL dentre as demais associações de brasileiros no exterior encontra aí parte de seus fundamentos. O caso dessa associação permite compreender porque, em relativamente pouco tempo, os brasileiros emigrantes conseguiram estabelecer íntimas relações com o Estado brasileiro, especialmente a partir de 2002.

Em seu nascimento a CBL fundamenta-se na participação, ativismo e interesse pela política do país de origem, fortemente influenciada pela militância política de esquerda, especialmente por meio do Partido dos Trabalhadores (PT). (Conforme [Viana, 2010](#), p. 220:)

«Alguns de seus fundadores estiveram ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula da Silva, na década de 80 e 90. Seu sócio n.º 1, Alípio de Freitas, dirigente da CBL muito ativo desde a fundação até há poucos anos (...), foi um militante histórico e lendário da esquerda brasileira desde finais da década de 50. (...) Outros membros da direção e co-fundadores da CBL (...) estiveram ativos na fundação do PT no Brasil e na criação do núcleo do PT em Portugal. Em 1994, vários membros da direção da CBL abandonaram sua militância no núcleo do PT de Portugal, entre outras razões, para que não se confundisse a associação com esta atividade partidária.»

Como já foi referido, o movimento associativo de imigrantes brasileiros em Portugal contou com a colaboração de portugueses retornados do Brasil. Quando imigrantes nesse país, muitos desses portugueses se envolveram em associações ou militaram por meio de partidos políticos dentre os quais se destaca o PT. A volta dessas pessoas a Portugal somou-se ao aumento do fluxo de brasileiros, muito dos quais motivados pela insatisfação econômica e política com relação aos rumos seguidos pelo país que deixavam.

Na ocasião das campanhas brasileiras para Presidente da República em 1989, o candidato Luís Inácio Lula da Silva visitou Lisboa e sua delegação contactou aqueles que haviam militado pelo PT no Brasil, solicitando apoio dos mesmos. Formou-se, então, um comitê de apoio ao candidato. Tal organização desdobrou-se, alguns anos depois, na criação do núcleo do PT em Lisboa, que ocorreu paralelamente à constituição da CBL.

Ressalva-se que são minoria os brasileiros emigrantes mobilizados politicamente. Contudo, sabe-se que a maior parte dos que se envolvem na vida política são partidários do PT. Ao analisar a participação política dos cidadãos brasileiros no exterior, [Chelius \(2007, p. 208\)](#) destaca:

«(...) a participação regular, organizada e mais militante dos brasileiros no exterior, se canaliza através dos partidos existentes no Brasil, com destaque, no quadro da história política recente, para o

partido que representou a oposição durante longo período, o PT liderado por Lula da Silva. Neste tipo de participação, existem núcleos – não necessariamente numerosos, mas de grande activismo – de simpatizantes e militantes desse partido, sediados em diferentes cidades de instalação de emigrantes brasileiros, como Boston, Miami e São Francisco nos Estados Unidos e, principalmente, Lisboa, Paris e Londres na Europa. São especialmente estes núcleos, como o que está radicado em Lisboa, que se tornaram interlocutores directos do governo brasileiro, assim que o partido de sua militância (PT) chegou ao poder em 2002.»

Em 2002, concorrendo novamente à Presidência da República do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva faz algo inédito na história brasileira: inclui promessas eleitorais voltadas aos emigrantes. O documento conhecido como «*Carta aos brasileiros que vivem longe de casa*» foi enviado primeiramente para a CBL, depois encaminhada para outros representantes de emigrantes brasileiros (Chelius, 2007).

A partir de 2002 verifica-se no Brasil uma maior sensibilidade com relação às necessidades de emigrantes brasileiros, a qual culminará em políticas concretas voltadas a esse contingente populacional fora do país. Tal fato relaciona-se à dispersão de militantes do partido, que então assumia o governo. Dispersão essa que remonta aos exílios promovidos pela ditadura militar e que, ainda hoje, é referência simbólica na vida política daqueles que saíram do Brasil (Chelius, 2007).

As relações entre o PT e a CBL, a chegada do PT ao poder no Brasil, o reconhecimento das associações pelo Estado português inseriram-se na conjuntura mundial de maior espaço político conferido às entidades da sociedade civil organizada. Tais elementos foram responsáveis pela constituição da CBL como uma plataforma de propostas que solicitam desses Estados ações que satisfaçam as necessidades dos migrantes. Tal como observa Viana (2010, p. 231):

«o ponto alto desta prática se materializou no chamado Acordo Lula, que foi um resultado direto dum trabalho intenso e articulado de sensibilização da CBL junto ao governo e ao poder legislativo brasileiros e à opinião pública. Em consequência o governo brasileiro tomou a iniciativa de propor um Acordo Diplomático bilateral, possivelmente o único do gênero, firmado nos últimos 20 anos entre um país terceiro e um país da União Europeia. Recentemente, em 2007, a CBL conseguiu convencer o Ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a promover uma reunião no Brasil com representantes da emigração brasileira vindos de todo o mundo. Tal aconteceu em Julho de 2008 e se repetiu em outubro de 2009, marcando uma viragem na relação institucional entre emigrantes e Estado brasileiro.»

A CBL, porém, não se foca apenas nas relações com os Estados, mas debate e articula-se com outras associações nos demais países que recebem migrantes brasileiros, em especial na Europa. Sua atuação extrapola-se para além dos

países de origem e destino e torna-se transnacional (Viana, 2010). As ações exercidas pela CBL e demais associações brasileiras no mundo deram visibilidade à emigração brasileira junto ao Estado de origem. Dessa forma, colaboraram intensamente para uma mudança de postura do Estado brasileiro quanto aos emigrantes.

Tal fato expressa-se na promoção das Conferências das Comunidades Brasileiras no Exterior: «*Os Brasileiros no Mundo*», promovida pelo Ministério das Relações Exteriores e Fundação Alexandre Gusmão. Essa iniciativa está associada a buscar um diálogo entre os representantes das comunidades brasileiras no mundo com o Estado, visando suprir necessidades e demandas e conhecer as características dos emigrantes. Dentre os vários temas debatidos encontram-se a melhoria nas condições de atendimento nos Consulados, questões referentes à previdência, o acesso à educação para os filhos dos emigrantes, a indocumentação.

O diálogo permitiu significativos avanços nas políticas de emigração. Na última década foram implementados programas de regularização; acordos previdenciários, informatização e reforma do sistema consular; canais de comunicação direta com os emigrantes por meio do Portal Consular, do Portal das Comunidades, da Ouvidoria Consular; criação do site [www.brasileirosnomundo.mre.gov.br](http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br), que disponibiliza diversas informações de interesse dos emigrantes; e, por fim, assinado o Decreto nº7.214 de 15 de junho de 2010.

Com esse documento instaura-se explicitamente no Brasil uma política de Estado para os emigrantes. Seus princípios e diretrizes baseiam-se no reconhecimento do direito à emigração; na disponibilização de informações sobre os requisitos necessários para entrada e saída em outros países; no aumento da interação emigrantes - Estado brasileiro; na promoção de autodesenvolvimento e melhores condições de vida aos emigrantes e seus filhos; no incentivo à produção de conhecimento referente à essa parcela da população fora do território nacional; no incentivo à preservação da identidade dos brasileiros e nos vínculos com o Brasil; no aproveitamento do potencial dos brasileiros no exterior; na atuação diplomática em defesa dos direitos dos emigrantes.

Além disso, criou-se o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE). O objetivo do CRBE é assessorar o Ministério das Relações Exteriores em assuntos de interesse dos emigrantes. A CBL participou ativamente de tais processos permitindo inferir que o modo como Portugal desenvolveu estratégias para manter vínculos com os emigrantes foram inspiradores para o Brasil.

## **Considerações finais**

Apesar das conquistas atingidas pelos migrantes brasileiros em sua relação com o Estado brasileiro e português, a cidadania dos migrantes ainda é frágil, o que torna necessário mais empenho. Porém, com a inauguração de uma nova fase de relação com o Estado brasileiro, em virtude do reconhecimento das associações e da constituição do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, há



o risco de que se estabeleça concorrência entre as associações nas disputas por representações e eleições de Conselheiros.

Soma-se que, recentemente, transformações da macro-conjuntura econômico-política alteraram a participação do Brasil e de Portugal nos movimentos internacionais da população. Há aumento da imigração no Brasil e da emigração em Portugal. Simultaneamente, os deslocamentos entre ambos apresentam inversão do sentido que prevaleceu nas últimas três décadas: os fluxos de portugueses e brasileiros retornados passaram a prevalecer. Portugal é hoje o quarto país de origem dos fluxos populacionais dirigidos ao Brasil, representando 8% do total das entradas (IBGE, 2012).

Tal situação levou à diminuição do número de sócios da CBL e do apoio do Estado português, por meio do Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), culminando na diminuição dos recursos financeiros disponíveis. Além disso, a CBL deparou-se com uma nova demanda: a busca de orientações por parte de portugueses que querem emigrar para o Brasil.

Em decorrência das transformações atuais, acirra-se no Brasil os debates sobre a necessidade de uma nova política imigratória e um novo enquadramento jurídico dos estrangeiros, dado que o vigente foi formulado durante a ditadura militar e antecede a Constituição de 1988, a qual instituiu o Estado Democrático de Direito no país, baseando-se, portanto, na ideia de segurança nacional e na desconfiança em relação à alteridade. Deve-se cuidar para que tais esforços não rivalizem, mas sim se articulem e fortaleçam aqueles promovidos em relação aos emigrantes.

As associações brasileiras têm o desafio de não se perder em ambições políticas que tirem o foco da defesa e proteção dos imigrantes, visando à melhoria de suas condições de vida. A isso se acrescenta a tarefa de apoiar a reformulação da política migratória no Brasil que garanta a dignidade daqueles que partem e que chegam, os quais enfrentam cotidianamente problemas semelhantes e possuem interesses convergentes.

A CBL, na nova conjuntura de conformação dos fluxos migratórios entre Brasil e Portugal, deve manter sua participação ativa com objetivo de colaborar no planejamento e formulação de políticas públicas adequadas e eficazes às respostas demandadas tanto pela população brasileira emigrada como pela população imigrante no Brasil.

## Referências

Brasil (2010) *Decreto nº 7.214 de 15 de junho de 2010*. Estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7214.htm), acesso em 29/06/2012.

- Brasil (1988) *Constituição (1988)*. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm), acesso em 18/06/2012.
- Brasil (1980) *Lei nº 6.815*, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF, 19/08/1980. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm), acesso em 17/06/2012.
- Beck, U. (1999) *O que é globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Beck, U. (1997) «A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva» in Giddens, A. et. al. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 11-71.
- CBL (2007) «A 2ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal – Informações estatísticas e elementos de análise» in Malheiros, J. (Org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- CBL (2012) *Relatório de Atividades 2011*. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa. Disponível em: [http://www.casado brasil.info/images/stories/quem\\_somos/RA\\_em\\_resumo\\_2011\\_FEITO-1.pdf](http://www.casado brasil.info/images/stories/quem_somos/RA_em_resumo_2011_FEITO-1.pdf).
- CDHIC e ESF (2011) *Brasil. Informe sobre a legislação migratória e a realidade dos imigrantes*. São Paulo: Centro de Direitos e Cidadania do Imigrante e Articulação Sul-americana Espaço sem Fronteiras.
- Chelius, L. «Redefinindo a geografia política nacional: sobre a participação política dos cidadãos brasileiros no exterior», in Malheiros, J. (Org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- Demartini, Z. e Truzzi, O. (Orgs.) (2005) *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: Edufscar.
- Domenech, E. (2008) «La ciudadanía de la política migratoria em la región sudamericana: vicisitudes de la agenda global», in Novick, S. (compiladora), *Las migraciones em América Latina*, Buenos Aires: Catálogos.
- Heller, A. (1996) *Uma revisão de la teoria de las necesidades*, Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Horta, A. (Coord.) (2010) «Associativismo imigrante» in *Migrações*, revista do Observatório da Imigração, N.º 6.
- IBGE (2012) *Censo Demográfico 2010. Resultados Gerais da Amostra*, Rio de Janeiro: IBGE.
- Jacinto, J. (2002) «As migrações e as relações internacionais», in *Imigração e Mercado de Trabalho. Cadernos Sociedade e Trabalho*, N.º 2, pp. 97-130.

- Lusa (2012) «*Emigração “recrudescceu” devido à crise e vai continuar a marcar sociedade portuguesa*», 26 de Fevereiro de 2011. Disponível em <http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/12203181.html> Acesso em 01/05/2012.
- Malheiros, J. (Org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI.
- MRE (2011) *Brasileiros no Mundo: Estimativas*, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 3ª edição. Disponível em [www.brasileirosnomundo.mre.gov.br](http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br). Acesso em 15/04/2012.
- Padilla, B. (2007) «Acordos Bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal», in Malheiros, J. (Org.) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: ACIDI, pp. 217-226.
- Portugal (1976) *Constituição, 1976*. Constituição da República Portuguesa, Lisboa.
- Reis, R. (2003) *Construindo Fronteiras. Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)*, Tese de doutorado, Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP.
- Reis, R. (2011) «A política do Brasil para as migrações internacionais» in *Contexto Internacional*, Vol. 33, N.º 1.
- Rocha-Trindade, M. (2010) «Associativismo em contexto migratório», in Horta, A. (coord.) in *Migrações*, revista do Observatório da Imigração, N.º 6.
- Rocha-Trindade, M. (2002) «Políticas de Migrações: Portugal e Brasil» in Sales, T. et al. (Orgs.), *Políticas Migratórias. América Latina, Brasil e Brasileiros no exterior*, São Carlos: Edufscar: Editora Sumare, pp. 149-162.
- Rocha-Trindade, M. (1995) *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rossini, R. (2008) «A presença do ausente: migrantes nikkeis do Brasil no Japão, migrantes japoneses no Brasil», in Reis, R. (Org.), *Actas do Congresso Solidariedade Intergeracional*, Lisboa: FCT/CEMRI/Universidade Aberta.
- Santos, A. (2010) *Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2002) *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2003) «Região: Globalização e Identidade», in Lima, L. (Org.) *Conhecimento e Reconhecimento*, Fortaleza: EDUECE, pp. 53-64.
- Santos, M. (1982) «Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método», in Santos, M., *Espaço e Sociedade (Ensaio)*, Petrópolis: Editora Vozes, pp.9-27.

## O diálogo entre os emigrantes e o Estado brasileiro: notas sobre as Conferências de Brasileiros no Mundo\*

*Fernando Emílio Pereira Wanderley*<sup>†</sup>

*Alessandra Siqueira Barreto*<sup>‡</sup>

### Resumo

Uma conjuntura de fatores atuou no sentido de viabilizar a construção de um canal de diálogo entre o Estado brasileiro e sua diáspora. Existem em curso algumas políticas públicas por parte do Estado para atender demandas dos emigrantes. Estes, por sua vez, se organizam, em diversos países, por meio de associações e comunidades de representação e ajuda mútua. Nesse sentido, além do resgate histórico, este trabalho apresenta algumas nuances dessa relação entre o Estado brasileiro e os seus emigrantes, partindo de uma abordagem antropológica para apreender como os atores sociais interagem, compreendem e experimentam a política. Em larga medida utilizamos as «Conferências de Brasileiros no Mundo» como eventos privilegiados dessa tentativa de aproximação e diálogo entre o Estado brasileiro e seus emigrantes, buscando apresentar a existência de vozes dissonantes, presentes em um «campo de lutas», que apresentam idéias ora convergentes, ora divergentes e, sobretudo, com uma distribuição desigual de poder.

**Palavras-chave:** políticas migratórias; participação popular; representação política; conferência de brasileiros no mundo; conselho de representantes de brasileiros no exterior.

### Introdução

É de fundamental importância para o entendimento da temática das migrações internacionais, sobretudo para a questão da emigração brasileira que é o tema mais específico deste trabalho, considerar a existência de processos macroestruturais influenciando os fluxos migratórios e as políticas públicas direcionadas ao tema. Pois os deslocamentos populacionais não são fenômenos isolados, mas sim

---

\*Este artigo é produto do projeto de pesquisa *Entre lá e cá: associativismo, mediação e atuação política de brasileiros no cenário contemporâneo*, com financiamento do CNPq (2011/2013).

<sup>†</sup>Universidade Federal de Uberlândia – Brasil: ✉ fernandowanderley@msn.com

<sup>‡</sup>Universidade Federal de Fluminense – Brasil: ✉ alessandra.siqueira.barreto@gmail.com

conectados a uma teia de relações que da forma e substância a nossa sociedade.

Os primeiros estudos conduzidos sobre o tema da emigração brasileira ressaltam o caráter recente deste fenômeno, destacando o aumento do fluxo emigratório nas décadas de 1980 e 1990 do século passado e no início deste século. Este destaque que a literatura acadêmica deu e tem dado aos recentes fluxos emigratórios se justifica pela característica de formação da sociedade brasileira que ao longo de sua história recebeu grandes levas de imigrantes, tendo do ponto de vista demográfico, mantido saldos migratórios constantemente positivos até o começo da década de 1980, quando o país passa a ter saldos migratórios constantemente negativos (Marinucci, 2007).

Os primeiros fluxos expressivos da emigração brasileira foram em direção aos países fronteiriços, com destaque para o Paraguai. E também aos países do hemisfério Norte, principalmente, Estado Unidos, Japão e Portugal. Mais recentemente podemos notar uma grande dispersão de brasileiros no mundo<sup>1</sup> conforme as estimativas do Ministério das Relações Exteriores (Marinucci, 2007).

Teresa Sales (1999) destaca que a baixa perspectiva de ascensão social, bem como o desemprego, a inflação e a crise econômica foram determinantes na opção dos brasileiros por deixar o país. A busca de uma ascensão social por meio da acumulação de uma poupança e posterior retorno ao Brasil para fazer investimentos e começar uma nova vida aparecem como as principais motivações.

Apesar de estar claro no discurso desses emigrantes uma motivação para deixar o país em busca de melhores oportunidades, como cita Sales (1999) ao realizar entrevistas com alguns emigrantes brasileiros em Boston nos Estados Unidos, não podemos considerar apenas motivações econômicas para justificar as migrações internacionais. É importante colocar à mostra aspectos sociais e macroestruturais envolvidos neste processo. Por isso não se pode ignorar a importância que as redes sociais tiveram nessas escolhas e como o cenário internacional foi propício para essas migrações (Martes, 1999; Sales, 1999).

A emigração de brasileiros da região de Governador Valadares-MG para os Estados Unidos é um bom exemplo de como as redes sociais se estruturam. Durante as décadas de 1940 e 1950 a região de Governador Valadares foi palco de uma intensa atividade extrativa, sobretudo, caracterizado pela extração da mica. Nesse período a atividade movimentava a vida comercial da região e despertou o interesse dos estadunidenses, que começaram a frequentar a cidade para negociar e financiar a sua extração. «Na memória desses valadarenses, a lembrança dos americanos está relacionada ao progresso, à melhoria das condições de vida, a ganhar dólar» (Assis, 1999, p. 129). Esse imaginário vai contribuir para os primeiros fluxos migratórios da região para os Estados Unidos já nas décadas de 1960 e 1970 e as experiências destes pioneiros vão ser fundamentais para reforçar no imaginário local o modo de vida americano. As histórias de sucesso destes emigrantes pioneiros e a constituição das primeiras redes com a possibilidade de parentes ou conhecidos ajudarem nos primeiros meses nos Estados Unidos

<sup>1</sup> Argentina, Guiana Francesa, Venezuela, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Suíça, Angola, Israel, China, Austrália, entre outros.

vão contribuir para os expressivos fluxos de emigrantes nas décadas seguintes (1980 e 1990). Esses são aspectos socioculturais importantes e que não podem ser ignorados ao estudarmos os fluxos migratórios.

A emigração para o Japão também guarda relação com a formação de redes sociais, pois muitos dos que emigraram são filhos ou netos de japoneses vindos para o Brasil e dessa forma ainda possuem tios, tias, avós, avôs, bisavós e bisavôs morando no Japão (Sasaki, 1999). Houve também por parte do Japão um incentivo à emigração desses descendentes. O Japão, que se encontrava em franca expansão econômica e com uma baixa população economicamente ativa, incentivou a entrada desses brasileiros como mão-de-obra barata para as indústrias (Sasaki, 1999). Mais recentemente, outros países têm incentivado a entrada de imigrantes, por exemplo, o Canadá e a Austrália, mas o quantitativo de brasileiros para esses dois países é baixo,<sup>2</sup> pois as redes constituídas nestes locais ainda são fracas e recentes.

Outra questão de destaque pode indicar uma mudança na característica do perfil emigratório quanto ao tema das ações coletivas e associações. Em pesquisa realizada entre os anos 1988 e 1991 em Nova York a pesquisadora Margolis (1994) chama a atenção para o baixo nível de associação do emigrante brasileiro.

«Porém, a maioria dos brasileiros era realista em relação à falta de espírito comunitário. Disseram que eles e grande parte dos demais brasileiros estavam em Nova Iorque por uma única razão: ganhar tanto dinheiro quanto possível para voltar ao Brasil o mais rápido que pudessem. Acrescentaram que não se envolviam em clubes, nem em outras atividades porque isso lhes teria tirado tempo para se dedicar a seu objetivo principal. Ou, como observou enfaticamente um brasileiro: “Não temos espírito imigrante porque não somos imigrantes”.» (Margolis, 1994, p. 306)

Em pesquisa recente na região de Boston, Sales (2006) vai apresentar uma série de associações em torno das quais os brasileiros vêm se organizando. E dessa forma, notamos uma mudança no perfil do emigrante entrevistado há mais de uma década atrás por Margolis. Essas associações sejam elas ligadas a grupos religiosos ou não, são tradicionalmente sem fins lucrativos, voltadas para a prestação de serviços a comunidade e, na maioria, sem um conteúdo político propriamente dito (Sales, 2006).

Um evento recente dentro desta temática das migrações é o estreitamento da relação entre o Estado brasileiro e sua diáspora. Neste sentido ainda existe uma lacuna na produção acadêmica sobre este aspecto. Tendo em vista essa lacuna o presente trabalho tem o objetivo de fazer uma pequena incursão pelo tema da emigração brasileira, sobretudo a respeito do recente canal de diálogo criado entre o Estado brasileiro e sua diáspora por meio da criação de um canal

<sup>2</sup> De acordo com as estimativas do MRE (2009) no Canadá existem, aproximadamente, 26.300 emigrantes brasileiros e na Austrália 18.400.

institucional com associações e lideranças imigrantes.

## **1 As comunidades de brasileiros no exterior e suas primeiras reivindicações**

Um levantamento realizado pelo MRE em 2009 apresentou a existência de 356 associações e organizações de brasileiros distribuídas em 45 países. Esses brasileiros começam a se organizar com demandas ao Estado brasileiro já na década de 1990 com a reivindicação do direito de nacionalidade aos filhos de brasileiros nascidos no exterior, movimento que ficou conhecido como *brasileirinhos apátridas*. Na década de 2000 as associações buscam criar um canal mais estreito de diálogo com o Estado brasileiro. Nesse sentido houve três reuniões de destaque que contribuíram para formulação das primeiras demandas ao Estado brasileiro. Cada uma das três reuniões teve como resultado um documento produzido e enviado ao Governo Brasileiro.

O primeiro documento conhecido como «Documento de Lisboa» foi resultado do Iº Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior, realizado em Lisboa de 9 a 11 de Maio de 2002. O documento apresentou 34 (trinta e quatro) reivindicações, entre elas cabe destacar, a criação de um grupo de trabalho interministerial, a criação de uma secretaria ou departamento para assuntos de emigração, mecanismos de representação dos emigrantes brasileiros, subcomissões no congresso nacional, estatuto dos brasileiros no exterior, entre outros.

O segundo documento conhecido como «Carta de Boston» foi resultado do Iº Encontro de Lideranças Brasileiras nos Estados Unidos, realizado em outubro de 2005. O documento reivindicou a implementação das políticas propostas pelo Documento de Lisboa e atualização de acordo com as discussões e propostas debatidas no referido encontro.

O terceiro documento conhecido como «Documento de Bruxelas» foi resultado do IIº Encontro de Brasileiras e Brasileiros na Europa, realizado de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2007, em Bruxelas na Bélgica. Entre os objetivos do encontro estava a criação de uma Rede de Organizações que trabalham com cidadãs e cidadãos brasileiros na Europa. O documento apresentou 18 (dezoito) reivindicações e incorporou ao final do documento as 34 (trinta e quatro) reivindicações elaboradas no encontro de Lisboa. Entre as novas reivindicações se destaca a organização de encontros periódicos com o MRE, a criação de mecanismos de acompanhamento e cobrança das propostas apresentadas e, por fim, o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa, com a consequente inclusão pelo MRE desta rede num fórum permanente da sociedade civil organizada para formulação, acompanhamento, divulgação e intercâmbio de ações destas organizações voltadas à migração de brasileiras e brasileiros.

## **2 O tema da emigração no Congresso Nacional**

Em 2005, algumas ações são tomadas no sentido das propostas das lideranças associativas. O Congresso Brasileiro cria a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI), que passou a ser conhecida por CPMI da emigração ilegal, por meio do requerimento n.º 2, de 2005-CN, «para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior».

O relatório final da comissão vai além daquilo que havia proposto no momento de sua criação e se constitui em um marco no reconhecimento formal por parte do Estado brasileiro da necessidade de ampliação e reformulação das políticas públicas voltadas para a sua diáspora. Dessa forma, o texto presente no relatório final incorpora boa parte das demandas expressas no Documento de Lisboa e Carta de Boston, inclusive alguns integrantes da comissão estiveram presentes no evento que deu origem a Carta de Boston.

O documento faz ainda recomendações relativas à criação de uma Secretaria Especial de Políticas ao Emigrante ligada a Presidência da República atuando institucionalmente da mesma forma que a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres e Secretaria Especial de Direitos Humanos.

## **3 A construção de um canal de diálogo entre o Estado brasileiro e seus emigrantes**

Mas a partir de dezembro de 2006, quando foi criada a Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) pelo decreto n.º. 5.979/06, que o processo de institucionalização do diálogo entre associações de imigrantes e setores do Estado parece começar a tomar forma. A SGEB passa a integrar o organograma do MRE, sendo gerida por servidores de carreira do Itamaraty, e a sua organização e estruturação se concluem no ano seguinte.

Como primeira iniciativa desse estreitamento do contato, nos dias 17 e 18 de julho de 2008, no Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro, realizou-se a Iª Conferência de Brasileiros no Mundo, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores em parceria com a Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). O evento contou com a presença de emigrantes brasileiros de várias partes do mundo – Ministros de Estado, Senador da República, representantes de diversos órgãos do governo e especialistas do meio acadêmico. O intuito primeiro da conferência foi criar um primeiro canal de contato dos emigrantes com o governo brasileiro.

O MRE selecionou através dos consulados e embaixadas 55 (cinquenta e cinco) emigrantes para participar do evento com todas as despesas de deslocamento pagas pela FUNAG. De maneira geral, o evento contou com representantes dos brasileiros dos seguintes países: Alemanha, França, Suíça, Espanha, Portugal, Itália, Inglaterra, Irlanda, Bélgica, Estados Unidos, Bolívia, Líbano, Angola, Japão. Os critérios para escolha das lideranças associativas convidadas



pelo MRE foram questionados durante o evento oficial por lideranças que estavam presentes, sob acusação de favorecimento pessoal e perseguição. Assim as lideranças que não foram convidadas oficialmente tiveram que arcar com os custos de deslocamento e hospedagem (Barreto, 2010).

Com relação a essa primeira conferência cabe destacar a plenária final que discutiu a formação de um Conselho Provisório de Representantes para a representação das comunidades de brasileiros no mundo junto ao governo brasileiro. Na ocasião não houve inicialmente um consenso com relação à representação das comunidades. Para buscar um consenso o Embaixador Oto Agripino Maia atuou como mediador nas discussões e defendeu proposta alternativa, com a criação de uma comissão provisória com mandato de 1 (um) ano e responsável por auxiliar o MRE na organização da próxima conferência. O Embaixador ainda defendeu a importância desta e das próximas conferências como o foro institucionalizado de contato, de relação, de diálogo, de interlocução entre o governo e as comunidades. A reunião também teve como resultado a criação de uma Ata consolidada de demandas das comunidades ao governo brasileiro. Esta ata passaria a ser atualizada anualmente com novas demandas e com a prestação de contas por parte do governo das demandas anteriores.

A desarticulação das lideranças no momento de definição da proposta de representação das comunidades facilitou a entrada do governo no debate, conduzindo-o à busca de um consenso por meio de uma proposta do MRE. «Tal iniciativa foi vista por algumas lideranças como uma manobra para esvaziar a Rede de Brasileiros no Mundo recém-criada, na véspera da reunião oficial» (Barreto, 2010, p. 10).

A iniciativa do governo brasileiro de organizar um foro institucionalizado para debater com as comunidades brasileiras no exterior os assuntos relativos à emigração não é algo que poderíamos considerar inovador no plano mais geral. Para não citar países de outros continentes com realidades muito diferentes, tomemos alguns exemplos de países latino-americanos que «têm levado a cabo várias iniciativas com o objetivo de manterem uma relação estreita com os seus emigrantes. Podem estar relacionadas com aspectos tão diferentes como a extensão dos direitos até medidas para promover a cultura de origem e fortalecer o sentido de pertença a essa comunidade» (Mena, 2009, p. 39). Neste sentido a Colômbia e o México são pioneiros na busca de uma maior vinculação com a sua diáspora com o desenvolvimento de ações e programas já na década de 1990. Posteriormente nos primeiros anos da década seguinte, Chile e Equador começaram a desenvolver estratégias de vinculação com os seus emigrantes.

Nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 2009 aconteceu no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro a IIª Conferência Brasileiros no Mundo. No primeiro dia de evento os emigrantes se dividiram e reuniram-se em quatro mesas regionais: América do Norte; Europa; América do Sul, Central e Caribe; Ásia, África, Oriente Médio e Oceania.

No segundo dia houve a abertura oficial com os discursos do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e do Embaixador Oto Agripino Maia responsável pela Subsecretaria das Comunidades Brasileiras no Exterior, além de

outras autoridades ligadas ao governo federal. Na parte da tarde os emigrantes se dividiram em quatro grupos de trabalho responsáveis pela discussão de temas pontuais, as mesas temáticas foram: Cultura e Educação; Trabalho, Previdência e Saúde; Serviços consulares e Regularização migratória; Representação Política.

No terceiro e último dia houve o encerramento das discussões iniciadas nos grupos de trabalho, com a convocação da plenária de encerramento. Nesta plenária foram apresentados os resultados e conclusões das mesas, atualizada a Ata consolidada com novas demandas aprovadas pelas mesas, apresentado e aprovado os procedimentos para a escolha dos membros do Conselho Permanente de Representantes, e por fim, as votações da prorrogação do mandato dos membros do Conselho Provisório de Representantes até a posse do Conselho Permanente e da proposta de institucionalização do Conselho Permanente.

Em 15 de junho de 2010 a Presidência da República promulgou o Decreto Nº 7.214, que estabeleceu princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, instituiu as Conferências de Brasileiros no Mundo – CBM, e criando o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior – CRBE, assim como outras providências. No dia 26 de outubro de 2010 o Ministro de Estado das Relações Exteriores editou a Portaria Nº 657, que aprovou o regimento do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior – CRBE. Conselho esse de caráter consultivo com a função de atuar colaborando com a Subsecretaria-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior e na organização das Conferências Brasileiros no Mundo.

As eleições para o CRBE ocorreram no período de 01 a 09 de novembro de 2010 e os representantes foram empossados na IIIª Conferência de Brasileiro no Mundo que se realizou nos dias 02 e 03 de dezembro de 2010 no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro. Estava em disputa 16 vagas para membros titulares e igual número de vagas para suplentes, distribuídas igualmente por regiões: quatro para as Américas do Sul e central; quatro para a América do Norte e Caribe; quatro para a Europa; e, quatro para a Ásia, Oriente Médio e Oceania. Essa distribuição gerou polêmicas e diversas críticas em função da discrepância em relação ao número de brasileiros em cada uma dessas regiões, além de outras questões levantadas como o montante das remessas por localidade.

A eleição do conselho não foi um evento sem conflitos. Alguns jornais noticiaram à época das eleições para o CRBE indícios de fraude no processo de votação. Conforme noticiaram alguns jornais, alguns brasileiros argumentaram que quando foram votar no site de votação o mesmo apresentou uma mensagem que dizia que aquele voto já havia sido computado anteriormente. Houve suspeita de que um estabelecimento comercial nos Estados Unidos havia usado uma lista de clientes brasileiros com os seus respectivos dados pessoais para votar em um candidato que por suposto comprou essa lista.<sup>3</sup> Mas quanto a isso nada se provou.

---

<sup>3</sup> «O Globo» através de seu blog «Brasil com Z» em matéria intitulada «Denúncia de fraude movimentada a eleição para CRBE nos EUA» veiculada no dia 06 de novembro de 2011 e o jornal «Brazilian Voice News» em matéria intitulada «Blog: brasileiro denuncia fraude em eleições do CRBE nos Estados Unidos» veiculada no dia 23 de fevereiro de 2012.

A escolha do Conselho Provisório já havia sido algo conturbado e que gerou insatisfação dos próprios eleitos para o conselho, conforme relatado por um conselheiro e uma conselheira em entrevista gravada e exibida no vídeo produzido pela FUNAG na ocasião da IIª Conferência.

Um dos temas que parece ter convergido o maior número de associações foi o da representação política. Bastante debatido nas duas primeiras edições da CBM, com a realização de uma mesa temática e apresentação por parte do Senador Cristovam Buarque da PEC N° 05/2005, de sua autoria, que versa sobre a instituição de circunscrições eleitorais especiais para a eleição, pelo sistema majoritário, de representantes dos brasileiros residentes no exterior, esta mesa não se repetiu durante a IIIª Conferência e os debates em torno do tema parece ter sido colocado em segundo plano pelo MRE.

A IIIª Conferência de Brasileiro no Mundo teve como objetivos principais dar posse ao CRBE e apresentar os primeiros resultados das demandas apresentadas na Ata Consolidada. Contou com a presença do presidente da República, oito ministros de Estado, senadores, deputados, governador do Estado do Rio de Janeiro, prefeito do Rio de Janeiro, além outras autoridades o que conferiu um caráter mais solene e, de alguma forma, parecia que a intenção era de garantir a legitimidade do processo e das atividades do conselho recém eleito, tendo em vista a suspeição e os conflitos durante todo o processo de sua constituição.

## **Considerações finais**

Conforme o que já foi apresentando é inegável a participação dos emigrantes na construção desse canal de diálogo entre o governo brasileiro e sua diáspora. Mas é importante que destaquemos alguns elementos constitutivos e de caráter mais geral dessa iniciativa por parte do governo brasileiro. O tema das migrações internacionais é estratégico para os governos nacionais, sobretudo em suas participações nos fórum internacionais.

«Como atesta a literatura recente sobre migrações, o aumento na circulação de pessoas é uma característica incontornável do mundo contemporâneo, de modo que a administração das tensões e dos conflitos que surgem a partir dessa circulação se coloca como uma das grandes questões políticas do nosso tempo. É nesse contexto que as escolhas do Brasil em termos de migrações crescem em importância, mesmo que a dimensão dos fluxos migratórios que envolvem o país não seja tão expressiva, especialmente se comparada aos maiores receptores e emissores de população do mundo.» (Reis, 2011, p. 62)

Neste sentido a importância internacional do tema das migrações contribuiu significativamente para a atenção que o governo brasileiro dispensou à sua diáspora; «medidas desta natureza constituem o eixo principal sob o qual se organiza a rotina governamental e a proposta de difusão de novas disposições e

práticas, individuais e coletivas, de exercício da atividade política.» (Bezerra, 2004, p. 146)

Dessa forma, ao serem implementadas essas novas disposições e práticas, que em larga medida «têm por referência modelos nacionais e internacionais elaborados para instituírem “novos” padrões de relações políticas, defrontam-se, por exemplo, com formas historicamente constituídas de sociabilidade política e de interação com os órgãos governamentais.» (Bezerra, 2004, p. 147)

Assim os avanços nas políticas destinadas aos emigrantes não estão sendo aqui questionados. O que podemos fazer é nos indagarmos quanto ao alcance e a manutenção dessas políticas, bem como a sua eficácia. E aqui voltamos à questão de implementar e reapropriar disposições e práticas baseadas em modelos internacionais. Alguns dos conselheiros eleitos para CRBE organizaram algumas reuniões nos Estados Unidos para denunciar o que chamaram de tentativa do Estado brasileiro de cooptar os conselheiros com a concessão de títulos honorários de cônsul, com a intenção de «acalmar os ânimos» de alguns conselheiros que estariam descontentes com relacionamento dispensado pelo governo ao CRBE. Nesse sentido, é interessante apontarmos «a capacidade de influência e o poder simbólico que gera participar em determinadas iniciativas ou ser representante da diáspora, é um aspecto que deve ser tido em conta nas análises sobre a relação entre os Estados de origem e os seus migrantes. Outro aspecto importante é o que diz respeito à repercussão política destas medidas e à possibilidade de cooptação política por parte dos governos que as preconizam.» (Mena, 2009, pp. 49–50)

A IVª Conferência de Brasileiros no Mundo, que deveria ter ocorrido em 2011, foi adiada para o ano de 2012, mesmo ano em que acaba o mandato dos Conselheiros de Representantes de Brasileiros no Exterior. O intervalo na realização das conferências foi suficiente para ressuscitar algumas das reivindicações que estavam nos documentos de Lisboa e Bruxelas e na carta de Boston e que não foram incluídos na Ata Consolidada de demandas, são eles: a criação de uma Secretaria Especial para as Migrações (ligada apenas à presidência da República e sem a tutela do MRE), a criação de cadeiras para parlamentares imigrantes no Congresso Nacional e a formação de um amplo conselho de emigrantes com autonomia organizacional.

A não realização da reunião, assim como a retomada por algumas lideranças de reivindicações que não haviam sido prioridades podem ser indicativos das deficiências e dificuldades do conselho durante essa primeira etapa da institucionalização das relações com o Estado (setores do Estado) e a necessidade de se repensar sua organização, atividades e formas de garantir sua legitimidade junto aos brasileiros.

## Referências

Assis, G. (1999) «Estar aqui... , estar lá... : uma cartografia da emigração valadarense para os EUA», in Reis, R. e Sales, T. (Org.) *Cenas do Brasil*

- migrante*, São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 125–166.
- Barreto, A. (2010) «Espaços da política: uma etnografia 1ª reunião de Brasileiros no Mundo», in *Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Belém: UFPA, pp. 1–15. Disponível em: <http://www.abant.org.br>.
- Bezerra, M. (2004) «Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo», in Teixeira, C. e Chaves, C. (Org.) *Espaços e tempos da política*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAP/UFRJ, pp. 145–170.
- Marinucci, R. (2007) *Brasileiros e Brasileiras no Exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores*, Brasília-DF: Equipe CSME. Disponível em: [http://www.csem.org.br/2008/roberto\\_marinucci\\_brasileiros\\_e\\_brasileiras\\_no\\_exterior\\_segundo\\_dados\\_do\\_mre\\_junho2008.pdf](http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf).
- Margolis, M. (1994) *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*, Campinas, SP: Papirus.
- Martes, A. (1999) *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*, São Paulo: Paz e Terra
- Mena, N. (2009) «As respostas extra-territoriais dos Estados latino-americanos face à migração transnacional». in Padilla, B. e Xavier, M. (Orgs.) *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, Lisboa: ACIDI, N.º 5, pp. 37–52.
- Reis, R. (2011) «A política do Brasil para as Migrações Internacionais» in *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro: IRI/PUC, Vol. 33, N.º 1, pp. 47–69.
- Sales, T. (1999) *Brasileiros longe de casa*, São Paulo: Ed. Cortez.
- Sales, T. (2006) «ONGs brasileiras em Boston», in *Estudos Avançados, Dossiê Migrações*, Vol. 20, N.º 57, pp. 75–91.
- Sasaki, E. (1999) «Movimento de kassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão», in Reis, R. e Sales, T. (Org.) *Cenas do Brasil migrante*, São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 243–274.

REPARTO D  
Prisão, *transgender* e migração:  
estudo de caso sobre as brasileiras  
*transgender* presas na penitenciária  
de Sollicciano, em Florença

*Adriana Dias Vieira\**

*Sofia Ciuffoletti†*

## Introdução

Definir o quê, o como e o porquê de um objeto de estudo constitui a essência e a premissa teórica de um trabalho de pesquisa. Ao mesmo tempo, contudo, estes três pilares de análise se modulam e se reconstróem incessantemente, no curso do trabalho, com uma força que pode levar o pesquisador a ter, em mãos, mais dúvidas que certezas e, neste sentido, reconsiderar as categorias de partida. O nosso estudo sobre o «Reparto D» da penitenciária de Sollicciano, em Florença, nasce da experiência de campo adquirida através da ONG *L'Altro Diritto*, uma associação nascida dentro do Departamento de Teoria e História do Direito da Università degli Studi di Firenze e dedicada à prestação de assistência jurídica extra-judicial, em matéria de execução penal, dentro dos vários institutos penitenciários toscanos, e à coleta e análise de dados relativos ao sistema penitenciário italiano.

A geografia penitenciária do Sollicciano divide o espaço em duas macro-áreas: o reparto<sup>1</sup> masculino e o reparto feminino. Dentro deste último se encontra um reparto-ilha, o Reparto D, dedicado ao encarceramento de detentas<sup>2</sup> «transe-

---

\*✉ a.diasvieira@gmail.com

†✉ dsafia.ciuffoletti@yahoo.it

<sup>1</sup> Em português, *reparto* significa ala prisional, dentro da taxonomia das subdivisões penitenciárias que divide os espaços em pavilhões, alas, seções, celas, etc. Como preferimos manter a expressão «Reparto D» no original, pela força simbólica que demarca o nome do lugar estudado, utilizaremos a palavra *reparto*, no original, para analisar a divisão das alas no Sollicciano.

<sup>2</sup> Uma questão preliminar e realisticamente sem solução consiste exatamente na escolha do gênero dos substantivos e dos adjetivos relativos às pessoas transexuais: neste sentido, no que diz respeito à escolha de um quadro teórico inicial de referência, preferimos perguntar às pessoas entrevistadas a preferência em questão. As respostas, como veremos, não são

xuais».<sup>3</sup> Três considerações empíricas nos motivou a estudar o Reparto D. A primeira se relaciona com o panorama jurídico das fontes do direito: a penitenciária do Sollicciano é uma das poucas realidades, na Itália, que instituiu um *tertium genus* de tipologia detentiva informal, não prevista por nenhuma fonte legislativa. A segunda consideração se relaciona com o alto percentual de detentas estrangeiras não-comunitárias presas no Reparto D e em situação de sobre-representação, onde, dentro deste universo, destacam-se a sobre-representação das detentas de nacionalidade brasileira. A última consideração, por fim, que constitui o âmago e a espinha dorsal teórica e prática da pesquisa, consiste na necessidade de interpretar a difícil relação entre direito-gênero, prisão-gênero. Este «triângulo crítico» forneceu a definição do «o quê» da nossa pesquisa: a inter-relação teórica e prática entre direito, gênero e migração. Esta figura «simples» se transformou, no curso das entrevistas e no desenvolvimento da pesquisa, em um prisma de relações e possibilidades interpretativas que refletiam uma idêntica realidade, aquela detentiva, que representava o contexto de referência da escolha do nosso estudo de caso.

O fenômeno jurídico da modalidade de encarceramento de pessoas transexuais se manifestou, portanto, como uma realidade preliminar a ser decifrada. Neste sentido, a análise se voltou naturalmente para o estudo das escolhas das políticas penitenciárias sobre o tema, adotando uma abordagem *policy-choices* capaz de fornecer a dimensão do cenário jurídico de referência. O estudo de caso foi realizado através do instrumento da entrevista qualitativa semi-estruturada, não registrada em suporte auditivo, conduzida sobre a quase-totalidade de detentas brasileiras presas no Reparto D da penitenciária de Sollicciano, no período em que realizamos a entrevista (março a maio de 2012). Das seis brasileiras presas no reparto D neste período, entrevistamos cinco delas. A entrevista foi modulada a partir de uma estrutura de referência aberta que remetia aos pontos problemáticos através dos quais buscamos analisar o nosso objeto de estudo.

Como dito, o primeiro cenário a ser estudado consiste na análise das políticas e das *práxis* penitenciárias relativas ao encarceramento das detentas transexuais, já que paralelamente estávamos interessadas em analisar os reflexos destas políticas na experiência penitenciária das detentas. Neste sentido, uma seção da entrevista foi dedicada aos dados penitenciários e às diferentes tipologias de prisão vivenciadas pelas pessoas entrevistadas.

O segundo ponto de análise corresponde ao percurso migratório e às interconexões entre direito penal e fenômeno humano da migração. Neste aspecto altamente significativo, a pesquisa se concentrou sobre possíveis correlações entre pena e condição migratória, de um lado, e sobre a análise do percurso migratório em relação à própria consciência de gênero e experiência laboral, de outro.

No cerne da nossa pesquisa reside o ponto nodal prisão e gênero. A questão foi contemplada na seção central do nosso modelo de entrevista, através de

---

óbvias. Em fase de tratamento dos dados em geral, entretanto, preferimos o gênero gramatical feminino.

<sup>3</sup> O uso dos termos representou uma questão crucial, tanto nas reflexões preliminares, quanto nos resultados finais da nossa pesquisa. Usaremos, de agora em diante, o termo «transexual» para nos referirmos a uma categoria da *práxis* penitenciária, através da qual todas as entrevistadas se identificaram. Discutiremos o uso de tal categoria na terceira parte do texto.

questões relativas à identidade de gênero e ao tratamento destas categorias como status penitenciário, dentro da experiência detentiva pessoal.

A nossa pesquisa se apresenta, portanto, no final do percurso de investigação, como uma gramática variável dos nodos problemáticos relativos ao encarceramento das migrantes transexuais brasileiras na Itália, estruturada através do espectro fornecido pelo case-study do Reparto D do Sollicciano, com o objetivo de começar a construir um discurso que substitua a total afasia política e pública sobre o tema.<sup>4</sup>

## 1 Estudo de caso no Sollicciano

### 1.1 O nascimento do reparto D

O caso do Reparto D do Sollicciano se apresenta como um ângulo particular de observação da questão geral do encarceramento de pessoas transexuais, exatamente em virtude da sua excepcionalidade. Na Itália, de fato, a questão estrutural da divisão de pessoas dentro dos institutos penais se voltou historicamente a uma separação por sexo, segundo o binarismo normativo masculino/feminino que respondia, perfeitamente, às instâncias de catalogação do direito e, ao mesmo tempo, resolvia indiretamente aquilo que, na linguagem da *práxis* penitenciária, era o problema da «promiscuidade» (termo ambíguo e moralmente caracterizado para designar sexualidade) através de uma estratégia de eliminação do risco. Na construção deste espaço jurídico, a redução do horizonte prospectivo à dimensão dialética masculino/feminino impediu qualquer alteração da ordem das coisas (ver *infra* a discussão direito e gênero). Um olhar sobre as políticas formais de separação do espaço detentivo na Itália mostra como a questão de gênero e, em particular, a dimensão do encarceramento das pessoas transexuais não tenha levado os *policy-makers* a abrir um debate e a questionar sobre o lugar e a forma de tratamento penitenciário dos sujeitos que não se definem a partir da própria dimensão genital de partida. Por anos, a forma típica de encarceramento de pessoas transexuais foi informalmente definida pela *práxis* de cada instituto penitenciário. Em um primeiro momento, a questão do «onde» (e conseqüentemente do «como») foi uniformemente definida pela identidade genital de referência. As pessoas transexuais, quando não operadas, eram normalmente encarceradas em áreas comuns, na ala masculina.

Todavia, em alguns institutos penais, caracterizados pela maior presença de detentas transexuais, diante da total ausência de fontes jurídicas primárias sobre a questão, desenvolveram-se soluções de *práxis* ditadas pela necessidade claramente «gerencial». Neste sentido, as soluções à questão «detenção transexual» foram diversificadas, a partir da escolha de gerir a diversidade de gênero através do encarceramento nas clássicas «seções protegidas»,<sup>5</sup> dentro da ala

<sup>4</sup> Gostaríamos de agradecer, inclusive pela possibilidade de pensar e realizar esta pesquisa, à Associação *L'Altro Diritto* e a todos os nossos colegas. Pelo constante apoio teórico e estímulo à reflexão crítica e anti-sistemática, Emilio [Santoro](#).

<sup>5</sup> Ver art. 32 do DPR 230/200 para a noção de «seções protegidas»: Art. 32. Encaminhamento e reagrupamento por motivos de prudência:

1. Os detentos e internos que têm um comportamento que requer precauções particulares, também para a tutela dos demais detentos de possíveis agressões ou opressão, devem ser encaminhados a institutos ou seções onde existe um ambiente adequado à adoção das supracitadas precauções



masculina. O modelo geral que se baseava – mesmo informalmente – sobre um forte paradigma discriminatório foi sendo, pouco a pouco, substituído, sempre na *práxis* de poucos institutos, em um ulterior modelo que se baseia na ruptura radical da catalogação que tem por base a identidade genital da pessoa. De fato, alguns institutos penais criaram uma tipologia detentiva própria para as detentas transexuais, individualizando espaços o mais autônomo possíveis, dedicados ao encarceramento desta tipologia de presas. O caso do Sollicciano se insere nesta nova dinâmica. Inicialmente, uma seção para «transexuais» foi criada em um espaço formado dentro do reparto masculino, na parte da estrutura penitenciária reservada ao *centro clínico*, ala sanitária da penitenciária. A solução se inseria em uma dinâmica de «catalogação genital» de base, segundo a qual a primeira distinção era realizada com base na identidade genital masculina. Depois, buscou-se resolver o problema da «promiscuidade», através da separação da ala transexual do reparto masculino. A partir do final de 2005, entretanto, em razão de uma nova reorganização dos espaços detentivos, a administração penitenciária tentou um novo experimento que resolveu o automatismo da identidade genital masculina, mantendo o conceito de separação interna. O espaço escolhido encontra-se dentro do reparto feminino, acima do lugar destinado à execução de medidas de segurança, a chamada *casa di cura e custodia* feminina. Neste sentido, atualmente o reparto D é uma seção separada do complexo detentivo feminino que ocupa toda a ala detentiva do prédio. De outra parte, o espaço não era destinado à gestão totalmente autônoma e apresenta notáveis defeitos e carências estruturais, entre as quais se destaca a inexistência de uma sala dedicada à socialização, como de outras salas reservadas para a realização de visitas com os advogados e educadores. Veremos como este dado apresenta uma das dimensões mais problemáticas da experiência das detentas entrevistadas.<sup>6</sup>

De outra parte, a passagem da ala masculina àquela feminina comportou uma reconsideração teórica e prática do tratamento penal das detentas transexuais, dentro da penitenciária do Sollicciano. Esta reconsideração é devida, em primeiro lugar, à vontade de criar um espaço detentivo o mais autônomo e independente possível, inclusive em relação à gestão do espaço detentivo feminino dentro do qual se encontra, a partir da questão da escolha dos agentes penitenciários responsáveis pelo reparto D. Mais uma vez, a realidade detentiva do Reparto D foi regulamentada pela prática e pela mediação entre as

2. A permanência dos motivos que justificam a precaução será verificada semestralmente
3. É preciso, além disso, atentar para a colocação mais idônea dos detentos e internos sobre os quais há temor de agressão ou opressão por parte dos demais detentos. Eles também devem ser encaminhados para estas seções, entretanto o encaminhamento destas pessoas deve ser frequentemente reexaminado em relação a cada pessoa, a fim de verificar a permanência das razões que ensejam a separação destes da comunidade.

<sup>6</sup> O ponto de vista da pesquisa, este dado comportou um problema metodológico de primeira ordem, tendo em vista o risco de comprometer fortemente os resultados da pesquisa e, mais especialmente, no que tange à possibilidade de realização das entrevistas. O único lugar em que foi possível conduzir as entrevistas, de fato, foi o lugar onde hoje funciona a sala dos agentes penitenciários do reparto D: foi possível respeitar o requisito fundamental da proteção da privacidade unicamente graças à disponibilidade dos agentes penitenciários que nos deixaram falar livremente com as detentas dentro da sala destinada à gestão do reparto D.

«exigências de segurança», as questões relacionadas aos agentes penitenciários e as dinâmicas administrativas e tratamentais (relacionada ao trabalho de «res-socialização» realizado por educadores, psicólogos e demais profissionais ligados ao sistema penitenciário). Vemos aqui, em ação, uma série de tensões que derivam, em primeiro lugar, da discrasia entre a vontade administrativa e tratamental de criação de um verdadeiro e apropriado «Reparto», separado autônomo e independentemente, a carência material dos espaços separados e autossuficientes e a falta de referências legislativas para individuar um *tertium genus* de detenção formalizada. Após as mediações, os agentes penitenciários responsáveis pelo Reparto D são, neste momento, predominantemente homens, com uma estrutura que coloca os agentes penitenciários do sexo masculino para gerir a segurança e as agentes penitenciárias mulheres para a gestão do reparto.<sup>7</sup>

## **1.2 O projeto de Empoli e seu fim prematuro**

É dentro da história italiana das políticas penitenciárias (ou melhor, na ausência destas) em relação à detenção de pessoas transexuais, que se insere o caso Empoli. Em 27 de janeiro de 2010, de fato, foi estipulado o Protocolo de Acordo entre o Ministério da Justiça e a Região Toscana que, a partir do quadro das fontes: «levando em consideração que a tipologia da população presa, de condenados em execução de pena, em medida de segurança, e de menores submetidos a procedimentos penais, modificou-se notavelmente nos últimos anos»<sup>8</sup> acordam a individuação de «ações a serem colocadas em prática, tanto individualmente como coletivamente, com relação às exigências das comunidades nas quais permanecem nos institutos penais, ofícios de execução penal externa e outros Ofícios do Departamento de Administração Penitenciária e de Justiça Juvenil, com o objetivo comum de recuperar as pessoas em execução penal, consideradas na sua individualidade, com a finalidade de prevenção primária e secundária e com o objetivo de conter o fenômeno da criminalidade».<sup>9</sup>

A partir destas premissas e entre os projetos específicos,<sup>10</sup> se previa: «O Ministério e a Região Toscana se empenham em definir projetos tratamentais e sanitários em favor de sujeitos transgenders presos ou em execução de pena alternativa, com particular referência à ativação de grupo de apoio, uma assistência sanitária adequada, sem discriminação em relação ao restante da população prisional. As partes se empenham, em particular, em favorecer a formação conjunta

<sup>7</sup> Atualmente os agentes penitenciários são homens e, há alguns meses, a chefe do reparto D é uma mulher.

<sup>8</sup> No original: «altresi che la tipologia della popolazione ristretta, dei condannati in esecuzione di pena in misura alternativa e dei minori sottoposti a provvedimenti penali si è notevolmente modificata negli ultimi anni».

<sup>9</sup> No original: «Il Ministero e la Regione Toscana si impegnano a definire progetti trattamentali e sanitari a favore dei soggetti transgenders detenuti o in esecuzione di pena alternativa con particolare riferimento all'attivazione di gruppo di sostegno, un'assistenza sanitaria adeguata, senza discriminazione rispetto alla restante popolazione detenuta. Le parti si impegnano in particolare a favorire la formazione congiunta tra gli operatori della Giustizia e quelli degli enti e dei servizi territoriali.»

<sup>10</sup> Projetos específicos que, curiosamente, são destinados a uma série de categorias que se destacam da tipologia normal (homem italiano) que compreendem as mulheres, menores, estrangeiros, «indivíduos transgender», autores de crimes sexuais, internos nas penitenciárias de psiquiatria forense, destinados a pessoas portadoras de enfermidade mental.

entre os operadores da justiça e os operadores dos entes e dos serviços territoriais». <sup>11</sup> Depois, a Região Toscana, o «*Provveditorato Regionale Toscana*» e a Administração Penitenciária estipularam um protocolo operativo regional <sup>12</sup> relativo às ações concretas, entre as quais foi inserido o projeto de destinar o instituto penal de Empoli à «detenção de sujeitos “protegidos” (as aspas são das autoras, aspas de distanciamento) transexuais através da criação de um projeto apropriado sob o perfil tratamental e sanitário». <sup>13</sup> Da análise dos dois documentos, salta aos olhos a esquizofrenia da linguagem jurídica formal, que utiliza o termo transexual e transgender de forma sinonímica. Um grupo de trabalho composto por especialistas do CIADIG – *Centro Interdipartimentale Assistenza Disturbo Identità di Genere*. A Companhia hospitalar universitária do Careggi começa a trabalhar para identificar as diretrizes fundamentais para a ação tratamental das detentas transexuais e o projeto de Empoli se torna, um pouco tempo, uma notícia, tanto na imprensa nacional, como naquela internacional. <sup>14</sup>

Um observador externo que tenha hipoteticamente seguido a questão na imprensa poderia legitimamente estar convicto que Empoli fosse uma realidade viva e eficaz. Entretanto, de forma misteriosa, e com pouquíssimas notícias nos jornais e nas várias fontes de informação, o projeto de Empoli naufragou, encalhado no mar dos vetos políticos. O ponto crítico de abandono do projeto de Empoli está exatamente na falta de motivação formal (ou substancial) do projeto em questão. Atualmente está pendente no Parlamento um pedido formal de explicação parlamentar <sup>15</sup> que tem por objeto o pedido de explicação sobre o projeto abortado de Empoli que, diante das mudanças de governo e no clima parlamentar atual, tem poucas esperanças de ser discutida.

<sup>11</sup> No original: «Il Ministero e la Regione Toscana si impegnano a definire progetti trattamentali e sanitari a favore dei soggetti transgenders detenuti o in esecuzione di pena alternativa con particolare riferimento all’attivazione di gruppo di sostegno, un’assistenza sanitaria adeguata, senza discriminazione rispetto alla restante popolazione detenuta. Le parti si impegnano in particolare a favorire la formazione congiunta tra gli operatori della Giustizia e quelli degli enti e dei servizi territoriali».

<sup>12</sup> Protocolo operativo regional entre a Regione Toscana, Provveditorato regionale Toscana, Administração Penitenciária, Centro giustizia minorile - 27 de janeiro de 2010.

<sup>13</sup> Ivi, p. 6. Ver também, p. 23, parágrafo 7. *Transexuais: para este público-alvo, foi ativado um projeto específico no Instituto de Empoli, sede que apresenta características estruturais idóneas, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo, para garantir uma intervenção especializada adequada e que foi destinada ao tratamento de pessoas transexuais com o DM 20.10.2008. O grupo de trabalho constituído pela Administração Penitenciária está elaborando um projeto para o qual já foram ativados os serviços da Região (CIADIG-Centro Interdipartimentale Assistenza Disturbo Identità di Genere -Azienda ospedaliero universitaria di Careggi), sobretudo em relação à importante questão sanitária que a intervenção pressupõe, assim como previsto pela lei regional n.º 63, de 15 de novembro de 2004.*

<sup>14</sup> Ver, a título exemplificativo, na imprensa nacional: *La Nazione*, 13 de janeiro de 2010: [http://www.lanazione.it/empoli/cronaca/2010/01/13/280105-luxuria\\_buona\\_idea\\_aprire.shtml](http://www.lanazione.it/empoli/cronaca/2010/01/13/280105-luxuria_buona_idea_aprire.shtml) e na imprensa internacional: *The Telegraph*, 28 de janeiro de 2010: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/italy/7092137/Italy-opens-first-prison-for-transsexuals.html> e *Kronos*, 29 de janeiro de 2010: <http://www.adnkronos.com/AKI/English/CultureAndMedia/?id=3.0.4251867104>.

<sup>15</sup> Trata-se de pedido de explicação formal de resposta proposta pelo parlamentar Bernardini. O texto do pedido de explicação está disponível em: <http://parlamento.openpolis.it/atto/documento/id/43776>.

### **1.3 O reparto D: funções e disfunções**

O projeto de Empoli, embora liquidado, de forma imprevista e injustificada, no plano político (com uma afasia de poder difícil de conciliar com a estrutura formal de um Estado de Direito), no plano da realidade e no plano administrativo tem comportado consequências notáveis. Significativamente, o reparto D de Sollicciano foi estruturalmente condicionado pelo destino do projeto de Empoli. Por causa da proximidade territorial,<sup>16</sup> de fato, muitas detentas transexuais toscanas, e não apenas elas, foram transferidas do controle do DAP (Departamento da Administração Penitenciária) para o Instituto de Sollicciano por aproximá-las ao destino final de Empoli, eliminando, ao mesmo tempo, variados regimes de práticas e tratamentos as quais as detentas transexuais eram submetidas. O reparto D se encontrava, pela primeira vez, em superlotação, condição esta que de provisória transformou-se em definitiva quando do abandono do projeto de Empoli.<sup>17</sup> O novo estado de fato tornou o Reparto D do Sollicciano mais visível na sua organização, nas suas premissas básicas e nas suas disfunções estruturais. A análise da realidade penitenciária do Reparto D, recolhida através dos dados e da atividade da associação *L'Altro Diritto*, deixa antever uma estrutura complexa marcada por algumas características práticas e escasso referencial teórico de base. Como já foi dito, o Reparto se encontra, de fato, dentro da ala detentiva feminina, no último andar da estrutura e se concentra numa sala destinada a agentes e dirigentes e nas celas no interior da seção. Neste sentido, a primeira disfunção diz respeito ao espaço detentivo e se manifesta propriamente na ausência de salas destinadas às conversas com advogados e demais profissionais, no que diz respeito ao requisito da privacidade. A segunda disfunção se relaciona a organização tratamental e da vida no interior do instituto prisional. O acesso às atividades de base, como a escola ou a biblioteca, resulta de fato fortemente limitado: a função da separação das detentas transexuais com relação aos detentos da ala masculina e das detentas da ala feminina, comporta a residualidade constante das possibilidades do Reparto D. As detentas transexuais têm acesso as atividades somente quando os homens e as mulheres (formalmente reconhecidos em nível jurídico e, então, sujeitos de direitos no que diz respeito à realização das atividades prisionais) já houverem usufruído de tais espaços seguindo uma fórmula que reconhece tal possibilidade (na realidade, identificável com o direito ao tratamento expresso no ordenamento italiano, no art. 27 da Constituição) apenas de forma excepcional e residual. Nesse sentido, a falta de um mecanismo formal de reconhecimento e de políticas específicas de tratamentos resultam na constante precariedade das condições tratamentais.

### **1.4 O problema definitório no reparto D**

A criação de um espaço detentivo específico para «transexuais» exige a reflexão em torno do que podemos chamar de problema definitório. Compreendendo o

<sup>16</sup> Ambos os institutos penais se encontram, de fato, no território da Região Toscana.

<sup>17</sup> É interessante notar como a situação de superlotação produzida pelas transferências indicadas tenha sido atenuada, logo em seguida, em virtude de duas importantes questões judiciais relativas ao Texto Único sobre Imigração, D.P.R. 286/1998, e relativo à *abolitio criminis* dos crimes elencados nos arts. 14.5 ter e 6.3. O primeiro, em função da sentença da Corte Europeia de Luxemburgo, e o segundo através de sentença da *Corte di Cassazione* italiana.

direito enquanto processo de classificação da realidade,<sup>18</sup> este novo espaço detentivo constitui um desafio à dogmática jurídica, na medida em que a questão se traduz na necessidade de imposição de critérios jurídicos que possibilitem a classificação da nova categoria jurídica, qual seja, «transexuais». Neste sentido, a construção do Reparto D impõe a necessidade de respostas jurídicas a questões complexas, que podem ser resumidas nestas duas perguntas: afinal, quem é «transexual», para fins de encaminhamento ao reparto D? E quem tem o poder de dizer quem é e quem não é «transexual»? O tema se insere dentro das novas políticas de afirmação identitária ou «políticas de reconhecimento». Os sistemas jurídicos que atualmente estão enfrentando a questão, como é o caso do direito argentino, têm buscado respostas jurídicas ao impasse. No caso específico da Argentina, a recente lei aprovada no parlamento impõe a auto-declaração de gênero, como critério jurídico para encaminhamento da pessoa no ambiente prisional. Mas a resposta jurídica ainda carece de implementação e análise dos resultados na prática. Certamente a experiência argentina pode ser observada como uma possibilidade de resolução, mas não encerra o problema jurídico em torno dos critérios jurídicos «identitários». A questão, decerto, não é simples. Refletindo sobre o problema definitório de identidades no direito, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro pontuou que «essa discussão (...) possui uma dimensão meio delirante ou alucinatória, como de resto toda a discussão onde o ontológico e o jurídico entram em processo público de acasalamento». Para ele, costumam nascer monstros destes processos, «pitorescos e relativamente inofensivos, desde que a gente não acredite demais neles, caso contrário, eles nos devoram».<sup>19</sup> Parafraseando Viveiros, é possível dizer que toda a discussão em torno do que é «ser transexual» e o que define este pertencimento, possui uma dimensão delirante e alucinatória, exatamente porque o Reparto D é um exemplo claro onde, para usar a imagem de Viveiros, «o ontológico e o jurídico entram em processo público de acasalamento». Neste sentido, a criação do reparto D representou a criação de um *tertium genus – identidade transexual* – que, somando-se às tradicionais identidades representativas do binarismo normativo baseado no binário masculino/feminino, pressupõe critérios jurídicos para classificação. Afinal, se uma pessoa é presa e levada ao presídio Sollicciano, a partir de que critérios a *matricola*<sup>20</sup> distribui a pessoa para a ala masculina, feminina ou à ala transexual? Se em relação as duas primeiras categorias (masculino/feminino), em que existe a coincidência entre o sexo e o gênero, o binarismo normativo opera com facilidade, a *matricola* tem dificuldade de enquadrar juridicamente as transexuais. Para classificar homens e mulheres, o sistema utiliza o critério da identidade genital de referência, constante nos documentos oficiais e na análise informal que se faz das pessoas presas. Entretanto, diante de questões mais complicadas - onde esta coincidência entre sexo e gênero não é evidente ou não existe – a *matricola* recorre ao Reparto D. Inicialmente observado como um lugar não definido por parâmetros jurídicos, a *práxis* tem definido o critério da residualidade como o critério definitório do reparto D. Toda vez que a administração penitenciária do Sollicciano se vê desafiada,

<sup>18</sup> Bergel, 2001.

<sup>19</sup> Castro, 2006, p. 134.

<sup>20</sup> A *matricola* é uma espécie de cartório, lugar no presídio em que se faz o cadastramento e distribuição dos detentos no espaço prisional, de acordo com as regras e com a capacidade do lugar.

em virtude da inadequação do indivíduo dentro do binarismo normativo, o encaminhamento ao reparto D tem sido utilizada como uma resposta efetiva ao problema gerencial e «de segurança» na penitenciária. A solução residual do Reparto D representa, de um lado, um alívio à administração penitenciária – que se exime da difícil responsabilidade de imposição de critérios jurídicos, diante do silêncio normativo –, mas, de outro, compõe um quadro problemático: o sistema de classificação tem sido operado no escuro pela administração penitenciária que, cotidianamente, negocia os sentidos das categorias em disputa, gerenciando os problemas identitários junto à ala transexual, bem como testando as possibilidades e limites de interação da ala no conjunto penitenciário. O resultado desta interação constitui um quadro paradoxal: se, de um lado, o reparto D é uma resposta da administração penitenciária à necessidade de tratamento penitenciário específico às pessoas «transexuais», a não definição de critérios precisa ser observada como uma *policy-choice*. Neste sentido, a decisão de não definir critérios jurídicos de quem é de quem não é transexual, nem discutir diretrizes ou formas mais claras de procedimento, para fins de «pertencimento» ao Reparto D, potencializa os conflitos identitários dentro do reparto. As decisões da *matricola* nem sempre coincidem com as concepções dos vários sujeitos envolvidos na problemática, devendo, muitas vezes, serem reanalisadas pela administração penitenciária que, não raramente, tem se utilizado de transferências de pessoas colocadas «indevidamente» no reparto D, para a ala masculina e/ou feminino e vice versa.

#### **1.4.1 *Classificação e identidade de gênero: os conflitos e a mediação entre a administração penitenciária e o Reparto D***

Para analisar os sentidos das categorias em disputa, bem como para identificar os pontos de conflito e mediação entre a administração penitenciária e as detentas no Reparto D, as entrevistas semi-estruturadas dedicaram parte do diálogo às questões de identidade (individual e coletiva), dentro do quadro de reflexão sobre a experiência pessoal e a política penitenciária em curso em relação às pessoas transexuais. O nosso ponto de partida foi a noção de gênero (e, respectivamente, do transgênero, como todo aquele que subverte e desafia as relações de gênero), não só em função do quadro de referência teórico legado pelos estudos de gênero, que há muito trabalham para além do conceito de sexo, como um dado biológico, mas também em função dos debates internacionais sobre as políticas de reconhecimento, dentre as quais se insere o debate internacional sobre as políticas penitenciárias tratamentais em relação às pessoas transgênero. Neste ponto, haviam três questões nas entrevistas semi-estruturadas: como o sistema havia classificado aquela pessoa como *transgender* (como você veio parar no Reparto D?), como ela realizava esta classificação (como você define *transgender*?) e como ela se definia (você se considera *transgender*?). Entretanto, como já sublinhamos, o campo subverteu as questões e premissas iniciais. As entrevistadas, quando não desconheciam o termo transgênero, classificavam o transgênero como uma etapa inicial do transexualismo. O termo transexual é muito mais corrente também no cotidiano da administração penitenciária, muitas vezes expresso apenas através do prefixo, são os *trans*, ou reparto *trans* – tendo pouco ou quase nenhuma importância, na *práxis*, a noção de transgênero. Como a ideia do estudo era entender as classificações e os sentidos em disputa dentro daquele ambiente penitenciário, a realidade do campo impôs uma revisão

dos pontos de partida e das categorias de análise – estas também em disputa (inclusive no plano das policy-choices, como dá prova o uso indiscriminado com que as expressões «*transgender*» e «transexuais» são utilizadas nos protocolos firmados pelo Ministério da Justiça italiana e Administração Penitenciária). Em relação a primeira pergunta (como você veio parar no reparto D?), as cinco entrevistadas narraram suas experiências no Sollicciano, afirmando que, em nenhum momento, foi-lhes dada a oportunidade, na *matricola*, de declarar a identidade de gênero. Entretanto, é curioso notar que quatro entrevistadas afirmaram que, na *matricola*, foi-lhes perguntado se haviam se submetido a cirurgias de mudança de sexo ou, na linguagem das detentas, se «eram cirurgiadas». Segundo a entrevistada n.º 5, quem realizou a cirurgia de mudança de sexo (do masculino ao feminino, nunca o contrário) cumpre pena na ala feminina, e quem não realizou a cirurgia fica no reparto D. Entretanto, é difícil identificar um padrão, mesmo que informal, dos procedimentos realizados pela *matricola*. A entrevistada n.º 2, por exemplo, disse que não teve que responder a pergunta alguma, já que este etiquetamento é realizado antes, nas delegacias de polícia, onde os agentes já «identificam» quem é transexual. Esta identificação carece de critérios formais ou, pelo menos, claros de análise. Esta informalidade, pautada numa indefinição de fundo que alimenta as decisões da *matricola*, é criticada pelas entrevistadas:

Se um gay é preso de dia, sem maquiagem, ele é levado pra seção protegida. Mas se é encontrado de dia todo maquiado e vestido [de mulher], é colocado com os *trans*. Os homossexuais têm medo de estar numa cela com os *trans*. Teve um homossexual [que foi colocado na seção *trans*, tempos atrás, eu não estava aqui, mas a falta de relações sexuais fazia com que as *trans* o vissem como um homem. (Entrevistada n.º 1)

A detenta n.º 2 nos informa que sabe da existência de uma transexual operada – o que significa ter documentos «de mulher» - presa na ala feminina. A informação não pôde ser confirmada, mas corrobora para o entendimento de que o critério da identidade genital ainda é válido para a administração penitenciária, no momento de encaminhamento de uma pessoa à ala masculina ou feminina.

#### **1.4.2 Outra classificação: os sentidos e as identidades de gênero em disputa**

A partir das entrevistas, não é possível – e talvez nem fosse desejável – reconduzir os discursos a uma noção unívoca de identidade transexual. Observou-se, contudo, no curso das entrevistas, dois aspectos importantes: existe uma forte tensão em torno do significado das palavras e das identidades de gênero em geral, com uma tendência de concepções contrapostas, muitas vezes excludentes, e não reconectáveis entre si. Parece que todas se consideram transexuais, mas não necessariamente reconhecem «na outra» a transexualidade. De outro lado, opera-se, constantemente, uma resignificação das classificações sobre orientação sexual (homossexualismo/heterossexualismo/bissexualismo) e de gênero (travesti/transexual/*transgender*), com forte tensão em relação a categorias que

as entrevistadas identificam como aquelas com as quais, constantemente, a administração penitenciária, por desconhecer as diferenças, as confundem. Com relação à questão identitária propriamente dita, todas as detentas se consideram transexuais, a partir de dois critérios, que na verdade retomam - de forma, quem sabe, simbólica - as questões acerca de outra divisão binária clássica que tem impulsionado, desde a Grécia Antiga, importantes debates filosóficos: o binário corpo/alma ou corpo/mente. Para algumas entrevistadas, o critério que define a transexualidade é o corpo e suas modificações, como marca indiscutível da condição *trans*. Para outras, entretanto, é na alma que se deve buscar o identidade transexual (na forma de pensar, na forma de ser, na forma de estar). Estes dois critérios alternaram-se nas falas das entrevistadas, coincidindo, muitas vezes - e não por acaso, com as trajetórias e escolhas pessoais de cada uma. Para a entrevistada n.º 1, que faz uso de tratamento hormonal e já passou por intervenções cirúrgicas no corpo (implantes e intervenções cirúrgicas em geral), o corpo é o lugar onde se manifesta a condição transexual, sendo, portanto, condição indispensável da identidade em questão o uso de tratamento hormonal e/ou intervenções cirúrgicas. Para a entrevistada n.º 1, «existem os *trans* verdadeiros, que têm seio e maçãs do rosto, e tem também os *trans* brasileiros que são *gays* e se travestem de mulher e vão se prostituir.» A partir desta concepção - majoritária, diga-se de passagem, e que é levada em consideração inclusive por aquelas que têm uma concepção divergente -, a identidade transexual é exclusiva daquelas que têm, no corpo, a marca *trans*, estando dela excluído todas as pessoas que não se enquadram no paradigma corpóreo. É o caso da entrevistada n.º 3. Ela expõe, de maneira clara, este conflito: ela se sente transexual, mas é vista pelos demais como *gay*, seja porque não faz uso de tratamento hormonal, seja porque não fez, nem tem interesse de fazer nenhuma intervenção cirúrgica:

Eu sou *gay*, mas a minha forma de ser é de mulher. Fui presa em casa, travestida. Me perguntaram que trabalho eu faço, se os clientes são homens, eu sou *trans*. Eles dizem que é *trans*. Eu me considero *trans*. Elas [as demais detentas transexuais] pensam que *trans* significa ter um seio com silicone. Eu penso que *trans* tem outra cabeça. Se uma pessoa se sente *trans* ela é na mente. Ser *trans* não significa ser mulher, mas é uma categoria *a se*. *Gay* é um homem afeminado. Um *trans* ama um homem. Pode acontecer também que um *trans* se apaixone por uma mulher. (Entrevistada n.º 3)

Este embate - sobre quem é transexual - envolve, para as detentas, uma vontade de distanciamento - no mesmo momento em que se opera uma grande resignificação - das demais identidades de gênero, em particular do *gay*. Este aparece, na fala das detentas transexuais entrevistadas, representado como todo homem que reprime a própria transexualidade e, somente por esta razão, mantém o padrão masculino e, muitas vezes, pressionado pela sociedade, mantém também relações com mulheres. A resignificação operada pelas detentas é de tal ordem que envolveu o quadro das orientações sexuais a estas categorias tradicionalmente imputados (o *gay* foi representado como um bissexual, enquanto as transexuais seriam tendencialmente homossexuais). Neste sentido, todas as



entrevistadas definiram o *gay* como uma categoria *a se*, distinta da transexualidade.

Não existe diferença de preferência sexual. O *transgender* quer acima de tudo ter um aspecto feminino, enquanto o *gay* pode ser advogado e não tem coragem de se expor e fazer a própria transformação do corpo. Continua com a identidade masculina, enquanto o *transgender* tem a coragem de expor a própria identidade sexual. (Entrevistada n.º 1)

Apesar de discursos tão diferentes e conflitantes entre si, todos eles são reconectáveis em um ponto: para todas as detentas entrevistadas, o transexualismo é um dado biológico, uma manifestação natural do corpo que acontece na infância, sobre a qual o indivíduo pouco ou quase nada interfere de forma autônoma. Questionadas sobre a possibilidade de uma pessoa adulta se tornar transexual, todas foram unânimes em rechaçar a possibilidade. A ideia do transexualismo como um dado biológico é tão forte, que uma das entrevistadas sugeriu a contratação de um médico para atuar na *matricola*, como uma espécie de perito identitário de gênero, ou seja, alguém capaz de identificar «cientificamente» as transexuais e «todo o problema seria resolvido». Certamente a tensão entre a identidade de gênero individual e coletiva, no reperto D, é alimentada pela ausência de critérios definitórios claros, por parte da administração penitenciária do Sollicciano, sobre os sujeitos que devem ir ao reperto D, mas também pela pluralidade de compreensões acerca da questão identitária de fundo, para a qual é difícil pensar em uma resposta conclusiva. As questões, tais como postas, e pelo grau de complexidade que envolvem, certamente exigem estudos e reflexões mais aprofundadas que este artigo não ambiciona esgotar.

## **1.5 O percurso migratório no contexto da política migratória italiana**

### **1.5.1 O percurso migratório**

O percurso migratório das brasileiras transexuais entrevistadas aponta mudanças nas estratégias e no perfil migratório das transexuais nos últimos anos, dado que se torna interessante de analisar a partir de um corte etário e demográfico. As cinco entrevistadas vem do sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e nordeste (Pernambuco e Ceará) do Brasil. Enquadram-se dentro da tipologia de migrações individuais, ligada à inserção no mundo do trabalho, com pouca ou quase nenhuma relação de grupo ou pertencimento. As duas entrevistadas mais velhas têm, respectivamente, 44 e 34 anos, e vem de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. A entrevistada n.º 1, que está na Itália há mais de vinte anos, explica o contexto de migração de transexuais brasileiras (em particular paulistas e cariocas), na década de 80 e 90 à Europa:

Era difícil continuar os estudos, trabalhar e viver no Brasil nos anos 80 por causa da condição de transexual. Depois, houve o *boom* do transexualismo com Roberta Close, quando tivemos a coragem de assumir [a transexualidade], mas não éramos aceitas na sociedade, escola. Conhecíamos, entretanto, amigas que tinham emigrado para

a França, Paris. Depois, ficamos sabendo da política de Chirac de criminalização da prostituição. Então descobrimos a Itália, em particular Milão. Então funcionava assim: as meninas trabalhavam, se prostituíam até ter o dinheiro para comprar a passagem para Milão. Roberta Close era um ícone do momento, então os proprietários das discotecas de Milão a viam como uma estrela. Por culpa dela, muitas de nós tiveram a coragem de assumir a nossa identidade cultural. (Entrevistada n.º 1)

Ela explica que hoje a realidade é diferente, e mais difícil, para as brasileiras transexuais mais jovens. Foi o caso da entrevistada n.º 2, com 23 anos.

Eu vim pra Itália por dinheiro, porque a moeda aqui vale mais do que no Brasil. Ajudei minha família, no início ganhava bem, cada mês mandava 500 euros para a minha mãe que não trabalha, nem tem pensão. A primeira vez eu fiz Brasil-Paris, peguei um trem e cheguei a Viareggio 9 anos atrás, irregularmente. Fui ao Brasil um ano e meio depois, porque tinha pago os 13.000 (treze mil) euros à cafetina que estava aqui antes. Eu já tinha reestruturado a casa da minha mãe. (Entrevistada n.º 2)

Todas as brasileiras transexuais entrevistadas foram presas por crimes comuns, correlatos ao exercício da prostituição (lesão corporal, furto, roubo, extorsão, etc.) e, no momento da prisão, viram emergir da invisibilidade a situação migratória irregular com que permaneciam no território italiano, que hoje é caracterizado como um crime, dentro da política italiana de criminalização da migração irregular.<sup>21</sup>

Todas as entrevistadas entraram com visto de turista e permaneceram irregularmente no território nacional. É possível vislumbrar, a partir da fala das entrevistadas n.º 2 e n.º 5, que estão há menos tempo na Itália, que existem estratégias ligadas ao trajeto que deve ser percorrido para se chegar ao território italiano. Com exceção da entrevistada n.º 1, nenhuma delas chegou diretamente nos aeroportos italianos, mesmo que a Itália tenha sido, em todos os casos, o destino final (e desejado) de todas elas. As estratégias migratórias – como o uso trem ou carro para a entrada no território italiano – é um objeto a ser desvendado.

Por fim, a relação com o dinheiro e com o Brasil. As detentas estão satisfeitas e cientes da escolha que fizeram, e é equivocado pensar – pelo menos no que diz respeito ao presente estudo de caso – que este tipo de migração está ligado a uma malha internacional de exploração do trabalho. Neste caso, a escolha é consciente, a migração é voluntária. As detentas transexuais são cientes das relações e condições de trabalho, e realizam uma escolha preponderantemente financeira, da qual não se arrependem, utilizando-se dos contatos e oportunidades que têm. Entretanto, este quadro se complexifica com a entrada da figura do facilitador deste tipo de migração, exercido pelas algumas cafetinas brasileiras que «investem» na vinda de garotas transexuais jovens para a prostituição. A fala da entrevistada n.º 2 é paradigmática desta nova situação, que ainda carece de estudo mais aprofundado. Os valores cobrados pelas cafetinas

<sup>21</sup> Para compreender quanto incide a normativa penal sobre a migração no *quantum* de pena das detentas transexuais estrangeiras na Itália, ver nota 17.

pelo pacote (passagem, hospedagem, alimentação, lugar de trabalho, etc.) é exorbitante, e deve ser levado em consideração para compreender a dimensão financeira que a atividade movimenta. A exploração de transexuais (normalmente mais jovens) por transexuais (normalmente mais velhas e estabelecidas no país há mais tempo) é um fenômeno novo, segundo nos relata a entrevistada n.º 1. Entretanto, mesmo nos casos de transexuais que vieram à Europa através deste mecanismo, a análise que as entrevistadas fazem da escolha que fizeram é positiva. O Brasil, neste quadro, é a casa para onde se quer voltar. Referência de família, cultura e língua, o país é visitado nas férias, e é sonhado como um lugar de retorno, depois que o trabalho na Itália houver viabilizado melhores condições de vida (para si e, muitas vezes, para a família – em especial, destaca-se a figura da mãe, já que não são poucos os casos de envio de dinheiro para o Brasil).

## Conclusão

O reperto D constitui um ponto nodal para a compreensão acerca dos impasses da política penitenciária italiana em relação ao tratamento das pessoas transgênero (ou «transexuais», na *práxis* penitenciária italiana), além de fornecer um prisma relevante para a análise das *policy-choices* na temática e, neste sentido, os desafios que precisam ser enfrentados por uma política penitenciária que se pretenda condizente com as necessidades e especificidades das pessoas que, de formas diferentes, desafiam o binarismo normativo, na medida em que transcendem ao enquadramento clássico do binário masculino/feminino proposto.

Atualmente, as contradições e conflitos em curso no reperto D refletem as reservas e limites da atuação da administração penitenciária italiana, devida à falta de fontes de direito de referência. É importante considerar que esta escolha de não escolher dos legisladores não deve ser observada apenas como uma inatividade neutra, já que é importante não esquecer que a omissão é uma forma de ação que, no caso concreto, comporta as consequências práticas e ideológicas que buscamos evidenciar, e que representa a experiência cotidiana das pessoas presas no reperto D.

A história e gestão do reperto D confirmam a política reticente em relação ao tratamento penitenciário das pessoas transexuais que, somada à política migratória italiana, corroboram à compreensão da composição populacional do reperto: a sobre-representação de transexuais estrangeiras e, dentro deste quadro populacional, a sobre-representação de transexuais brasileiras que são presas por crimes correlatos à prostituição.

Neste contexto, o dado migratório é particularmente significativo, a partir do dado da sobre-representação das detentas transexuais brasileiras, de um lado, e da reconstrução das trajetórias e escolhas de cada uma delas, de outra. Pela complexidade das questões que surgiram, e pela riqueza do material colhido nas entrevistas, o estudo exige ulteriores reflexões. Neste momento, a pesquisa buscou mais problematizar as questões ligadas à singularidade do reperto D e seu funcionamento, a partir das falas sujeitos implicados no processo, do que realmente respondê-las.

## Referências

- Bergel, Jean-Louis (2001) *Teoria geral do direito*, São Paulo: Martins Fontes.
- Castro, E. (2006) «No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é», in Sztutman, R. (Org.) *Eduardo Viveiros de Castro*, Coleção Encontros, Rio de Janeiro: Azougue.
- Facchi, A. (2008) «Prospettive attuale del pluralismo normativo», in *Jura Gentium*, Revista de filosofia de direito internacional e de política global. Disponível online: <http://www.juragentium.unifi.it/it/surveys/rights/facchi.htm>.
- Santoro, E. (2010) *Diritto come questione sociale*, Torino: Giappichelli.



## Mulheres brasileiras no contexto das casas de alterne em Lisboa: alguns olhares sobre intimidade, ajuda e afetos

*Lira Turrer Dolabella\**

### **Resumo**

Este artigo centra-se nas relações de sociabilidade experienciadas por brasileiras que trabalham em casas de alterne em Lisboa – casas noturnas direcionadas ao público masculino, onde o trabalho das mulheres é entreter e fazer companhia aos clientes. As alternes ganham comissão em cada bebida que é oferecida a elas pelos clientes em troca de sua companhia dentro do bar. Considerando as relações entre essas mulheres e seus clientes que se estendem para fora dos clubes, esta pesquisa procura perceber de que maneiras os envolvidos neste contexto lidam com dinheiro, sexualidade e afeto e como as performances e as percepções são genderizadas, tendo em vista valores hegemônicos de gênero. O enfoque nas brasileiras neste terreno foi privilegiado devido a sua significativa presença nesta atividade. Além disso, tal recorte empírico oferece ainda caminhos para percebermos como as dinâmicas de gênero neste contexto migratório são influenciadas pelas maneiras de se perceber a alteridade.

**Palavras-chave:** gênero; sexualidade e afetividade; casas de alterne; imigração

### **Introdução:**

### **Algumas notas sobre o percurso da pesquisa e impressões sobre a problemática dos estudos acerca da imigração brasileira em Portugal**

Em meados de 2010 eu começava a delinear um esboço do que seria o meu projeto de doutoramento em Antropologia. Tal tarefa não representava, na época, grandes desafios, uma vez que o próprio curso de mestrado, concluído no início do mesmo ano, fora uma espécie de preparação para o ingresso no doutoramento. Engajada em aprofundar questões levantadas na pesquisa do mestrado, na qual tive a oportunidade de reunir razoável material numa incursão exploratória do terreno, acreditava, munida de romantismo e ingenuidade de iniciante, que os caminhos que se abriam a minha frente seriam de tranquila travessia. Entretanto, foram os inesperados obstáculos que, ao mesmo tempo em que apontam

---

\*CRIA/ISCTE-IUL: ✉ [liradolabella@gmail.com](mailto:liradolabella@gmail.com)

as dificuldades do fazer antropológico, têm dado forma e consistência à pesquisa.

Em meio a muitas inquietações e infindáveis dificuldades com uma reincursão no campo, me deparo com a oportunidade de participar do *2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*. Com o resumo aprovado pela comissão científica, vem o desafio: como desenvolver uma reflexão sobre o tema da imigração num momento em que articular a minha produção, ainda embrionária, ao contexto imigratório tem sido fonte de problemas e conflitos e, conseqüentemente, da uma tendência em procrastinar este inevitável processo?

Em primeiro lugar, o conflito se deu em vista de uma mudança substancial do terreno, uma vez que, ao tentar retornar ao campo, me deparei com o fato de que a grande maioria das mulheres com quem eu havia trabalhado na pesquisa de mestrado regressara ao Brasil. Em segundo lugar, o conflito se instala no fato de que o material empírico que tenho conseguido reunir recentemente entra em confronto com as hipóteses interpretativas lançadas no projeto e, conseqüentemente, confronta também as linhas teóricas que estavam a orientar o meu processo produtivo. Entretanto, o que, pela minha própria inexperiência no campo etnográfico, num primeiro momento, me trouxe frustração e um certo desespero, acabou depois por me proporcionar um alargamento do olhar sobre o objeto de estudo me possibilitando, ainda, um amadurecimento do exercício reflexivo.

Se, no trabalho de mestrado (Dolabella, 2009), fiquei demasiadamente presa nas nas discussões acerca da imagem da mulher brasileira em Portugal, de suas representações nos média e da influência de um imaginário conseqüente de uma situação pós-colonial no contexto de sociabilidades entre as trabalhadoras do alterne brasileiras e clientes portugueses, o que encontro agora é uma necessidade evidente de me desprender um pouco de tais abordagens em vista das possibilidades de alargamento dos campos de análise. Ao mesmo tempo, já não encontro, nos novos desdobramentos da minha pesquisa, um eco consistente entre as referidas discussões e a realidade empírica em questão que, ao menos, venha a acrescentar de fato contributos a um debate já consolidado na vasta literatura publicada a esse respeito (ver: Almeida, 2000; Machado, 2009; Moutinho, 2004; Padilla, 2007; Piscitelli, 2002, 2007, 2008; Pontes, 2004).

Finalmente, acredito que a produção acadêmica acaba por funcionar também como reificadora dos discursos acerca das representações estereotipadas da mulher brasileira, na medida em que coloca a imigração brasileira feminina como objeto de estudo e não como contexto de análise. As interpretações sociológicas e antropológicas acerca do contexto imigratório feminino brasileiro são reapropriados por, e sedimentados no senso comum, o que faz com que um demasiado enfoque nas representações acabe por ser problemático se não tratado de forma cuidadosa, o que nem sempre acontece.

Togni (2011) lança uma crítica bastante pertinente e que vem de encontro às discussões que tento apontar aqui em relação as problemáticas dos recentes estudos sobre a imigração brasileira em Portugal. A autora chama atenção para o fato de que a «mulher brasileira em Portugal» acaba, por vezes, se transformando em uma categoria de análise passando, conseqüentemente, a ideia

equivocada de que trata-se de um contexto homogêneo. Quando na verdade a heterogeneidade emerge mesmo em se tratando de um único recorte empírico.

«Investigar sobre “as mulheres brasileiras em Portugal” acabou por obscurecer o fato da não existência de um sistema de gênero homogêneo, nem no Brasil nem em Portugal, como também a não articulação do gênero com outras categorias de diferenciação como geração, classe, cor da pele/raça e origem regional.» (Togni, 2011, p. 390)

A necessidade de ficar atenta a diferentes nuances, tal como o fator geracional, surgiu a partir do meu regresso ao campo. Após alguns primeiros contatos e longas conversas com três mulheres envolvidas nas atividades de *alterne e strip*, me deparei com a «falta» de elementos que dessem corpo às propostas interpretativas iniciais do projeto, sobretudo acerca das questões de gênero articuladas a situação imigratória, tais como discursos ou relatos que evoquem questões relacionadas com a alteridade marcada pela nacionalidade brasileira. Os conteúdos das entrevistadas se assemelhavam entre si em variados pontos mas, em muito, se diferenciavam dos discursos das mulheres que colaboraram no trabalho de campo exploratório realizado para a pesquisa de mestrado. Ficou então claro que esta «falta» representava, na verdade, a presença de elementos a serem descobertos ou, ao menos, buscados. Entretanto essa clarividência não foi imediata.

Por um lado me veio a consciência de que os caminhos pelos quais foram conduzidas as discussões na referida pesquisa anterior não estiveram alheios às minhas vivências e experiências pessoais daquele momento. O fato de eu própria ser brasileira, jovem, mulher, imigrante<sup>1</sup> e recém-chegada em Portugal influenciou significativamente o meu olhar sobre as questões que então propunha discutir. Não obstante, pode-se dizer que o meu amadurecimento intelectual em relação à minha pesquisa também está diretamente relacionado com um amadurecimento pessoal na minha própria maneira de interagir com, refletir sobre, e perceber este contexto.

Por outro lado, passei a prestar mais atenção aos silêncios e aos novos caminhos que o campo me oferecia. Comecei a perceber, por exemplo, que as entrevistadas mais velhas (entre os 29 e 37 anos) e que, por sua vez, estão há mais tempo estabelecidas em Portugal (mais de 8 anos) negam ou obscurecem qualquer elemento de auto-identificação que se afirme numa diferença essencializada entre portugueses e brasileiros, ou mesmo que evoque estereótipos relacionados à brasilidade. Acredito que, entre outras coisas, isso possa ser percebido como um esforço em passar a ideia de uma integração bem sucedida e de pertencimento ao país de acolhimento, uma vez que, para estas mulheres, Portugal tomou o lugar de «casa», relegando ao Brasil a posição de destino de férias.

<sup>1</sup> Embora a minha condição oficial (a que constava no título de residência – visto) em Portugal fosse a de «estudante» é interessante notar que, nas situações cotidianas, em nada tal condição me diferenciava da condição de imigrante, sobretudo devido ao fato de que a falta de bolsa de estudos me levava a trabalhar em empregos desqualificados e mal remunerados.



Por fim, vale a pena explicitar que a escolha em privilegiar empiricamente as brasileiras no contexto das casas de alterne se deu, primeiramente, pela sua significativa presença neste universo laboral. Além das brasileiras, e das portuguesas, encontram-se também mulheres de outras origens nacionais tais como Moldávia, Ucrânia, Romênia, Angola. Entretanto, o efeito da crise econômica em Portugal associado a ideia cada vez mais recorrente de que o Brasil é o atual país das oportunidades, tem desencadeado um crescimento considerável no fluxo de retorno dos imigrantes brasileiros ao seu país de origem, o que tem contribuído significativamente para uma mudança no quadro empírico em questão, como foi apontado anteriormente. Além disso, a crise que recai sobre Portugal e outros países da Europa tem tido um impacto também notável nas atividades do mercado sexual como um todo.

## **1 Copos, ajuda e afetos: *o universo de sociabilidade das trabalhadoras do alterne***

As alternes ou alternadeiras, como são chamadas, ganham comissão em cada bebida que é oferecida a elas pelos clientes. O bar, por sua vez, lucra principalmente com o superfaturamento do preço dessas bebidas que podem ser oferecidas às mulheres. É o preço que se paga pelas companhias femininas do local. É interessante ressaltar que o intercuro sexual não é permitido dentro do estabelecimento e não faz parte da atividade dessas mulheres. Embora as casas de alterne sejam comumente identificadas também como um lugar de contacto para prostituição, a maioria das entrevistadas nesta pesquisa afirma que não faz programas (saídas) e que só está ali para «beber copos». Além disso, elas trabalham em um regime de horas estabelecido e não podem deixar o bar para acompanhar clientes dentro do horário de trabalho estipulado que, geralmente, vai de 10:30 da noite às 4:30 da manhã.

O objetivo inicial da pesquisa era trabalhar precisamente as relações entre as mulheres do alterne e os clientes que se desenvolvem fora dos bares. Os homens que geralmente estão envolvidos nestas relações são frequentadores assíduos que preferem estar no bar sempre com a mesma mulher – que acaba por variar de tempos em tempos – e que são identificados, por estas mulheres, como «clientes especiais» pela sua regularidade no bar e pela generosidade tanto em pagar copos como em ajudar essas mulheres em diversos aspectos de suas vidas fora do local de trabalho. Quando estendida essas relações para fora do espaço dos clubes, esses «clientes» passam a ser chamados, pelas trabalhadoras alternes, de «namorados». Quase todas as entrevistadas já mantiveram ou mantém relacionamentos com esses clientes regulares. Trata-se de uma relação relativamente estável em que está presente uma dinâmica de reciprocidade entre, de um lado, uma disponibilidade afetiva-sexual e, de outro, a ajuda.

Nessas relações, as mulheres geralmente saem com esses clientes-namorados para jantares, passeios ou viagens curtas. E eles, por sua vez, ajudam no pagamento da renda e contas diversas, dão presentes – tais como computadores, jóias, roupas, passagens para o Brasil. Além disso, a ajuda também pode vir

em forma de capital social, nomeadamente contatos com pessoas influentes em diversos meios ou até o fornecimento de contratos falsos de trabalho que possam facilitar a regularização de mulheres em situação de ilegalidade em Portugal.

O próprio fato desses clientes serem chamados «namorados» pode ser percebido como uma reconfiguração ou ressignificação da relação que ali se constitui. É uma relação que vai muito mais além de uma troca preestabelecida entre favores sexuais e dinheiro ou outros benefícios. É uma transação que envolve reciprocidade, ainda que assimétrica, e que gera obrigações e, muitas vezes, afetos (Piscitelli, 2011). E, nesse sentido, o papel da ajuda é fundamental, porque afasta a relação de uma dimensão comercial e instrumental e a aproxima do afeto e das emoções.

Vale notar que a ideia da ajuda é uma ideia muito difundida no Brasil, mesmo fora do universo do mercado sexual (Fonseca, 2004; Piscitelli, 2011), e que o caráter de provedor é geralmente valorizado nos homens. Ao mesmo tempo em que a associação entre sentimentos e dinheiro não é vista com bons olhos em nossa cultura, existe, no sentido oposto, a ideia de que relações afetivo-sexuais podem constituir boas fontes de obtenção de bens materiais e ascensão social, mesmo em contextos vistos como não prostitucionais.

Alguns autores têm falado em «sexo transacional» para uma análise mais ampla dessas relações que envolvem o intercâmbio de sexo por bens diversos, sejam eles materiais, econômicos, sociais ou simbólicos (Hunter, 2002; Kempadoo, 2004; Assis, Olivar e Piscitelli, 2011). Creio que esta ideia de sexo transacional faz muito sentido no estudo das interações entre as alternes e seus clientes-namorados, na medida em que, como nas relações estudadas por Hunter (2002) na África do Sul, as pessoas envolvidas nesses relacionamentos se reconhecem e se identificam como namoradas e namorados e não como prostitutas e clientes. Além disso, os intercâmbios presentes nessas relações, embora envolvam uma série de diferentes obrigações, não pressupõe pagamentos pré-determinados. Embora o autor considere que as desigualdades estruturais forneçam a base para a ocorrência do sexo transacional, ele chama a atenção para o papel do agenciamento nessas interações, afirmando que «(...) women approach transactional relations not as passive victims, but in order to access power and resources in ways that can both challenge and reproduce patriarchal structures.» (Hunter, 2002, p. 101)

Neste sentido, podemos dizer que as relações aqui estudadas constituem um cenário fértil para o exercício e reprodução de valores hegemônicos de gênero, uma vez que as performances propícias a essas interações sociais evocam ideais de masculinidade e, como veremos mais a frente, feminilidade.

Partindo do conceito clássico de hegemonia (Eagleton, 1990), as configurações identitárias de gênero são aqui consideradas enquanto processos que tomam sentido específico quando pensados em termos de consolidação de modelos e valores hegemônicos. A hegemonia é, assim, constituída por um conjunto de estratégias práticas pelo qual o poder dominante incita consentimento aos subjugados através de uma liderança moral, intelectual e política equacionando os interesses da classe dominante aos interesses da sociedade como um todo.

O ideal de masculinidade se impõe sobre os homens como um efeito controlador através da incorporação de práticas e comportamentos de sociabilidade reproduzidas simbolicamente no cotidiano. O conceito de masculinidade hegemônica nos remete para valores ou ideais que nunca são atingidos em sua totalidade, mas que inscrevem a ideia do que é ser homem – constituída por um conjunto de atributos morais de comportamento socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados e lembrados (Almeida, 1995; Connell, 1995).

Alisson (1994) realizou uma pesquisa sobre um *hostess club* no Japão que possui um sistema similar ao das casas de alterne aqui abordadas. É um estudo bastante interessante, principalmente do ponto de vista empírico, porque a autora descreve detalhadamente as interações entre os clientes e as *hostesses* e argumenta como esse tipo de entretenimento noturno masculino possui um papel importantíssimo para o bom funcionamento das grandes corporações no sentido de fomentar a boa interação profissional entre seus empregados homens. Essas corporações disponibilizam fundos que são direcionados ao pagamento do referido entretenimento com o objetivo de fornecer aos funcionários um ritual que reforça os vínculos com os colegas e com a empresa através de performances de exercício da masculinidade.

Em se tratando do contexto das casas de alterne, é importante mencionar que, segundo as informações cedidas nas entrevistas e também buscadas em outros estudos que abordaram o terreno das casas de alterne, os clientes que são mais frequentes e que se tornam – namorados – são, em sua maioria, homens portugueses e casados, na faixa etária que vai de 50 a 70 anos, o que significa, em primeiro lugar, que são nascidos na década de 1940–1950, oriundos de uma geração em que as concepções tradicionalistas sobre as relações de gênero constituem forte referência, o que não significa que estas não sejam diariamente desconstruídas no decorrer de suas experiências de vida (Dolabella, 2009). Neste sentido, como observou Almeida (1995) sobre os ideais hegemônicos de masculinidade, existe tanto uma valorização da capacidade do homem de prover bem a família quanto da capacidade de gastar dinheiro – na rua – com outras mulheres que não as suas.

Ao mesmo tempo, a ideia de que o homem deve pagar e deve ajudar é uma ideia ainda latente nessas relações e que acaba por funcionar como um mecanismo que legitima o fluxo de capital, uma vez que o sexo associado ao dinheiro, quando acontece fora da relação conjugal, sofre marginalizações. Na direção oposta, aquele que não paga e não ajuda é visto como não merecedor da dedicação da namorada e, na pior das hipóteses, é taxado de explorador (a ideia do explorador circula no universo das alternes principalmente quando há a presença de namorados fora do contexto laboral que não contribuem financeiramente e impedem que a trabalhadora alterne invista em relações com potenciais clientes especiais).

Em um de meus recentes encontros com uma das minhas interlocutoras, Daniela (29 anos) me contava sobre uma má experiência que teve com um namorado que não pagava nada pra ela. Era um brasileiro que ela conheceu

fora do circuito dos bares de alterne: «... saí com ele e encontramos com um amigo meu, português. Esse meu amigo pagou algumas rodadas de cerveja e quando eu me ofereci para pagar uma rodada, o cara (o namorado) fingiu que nem era com ele! Ele nunca abria a carteira, meu amigo percebeu logo e eu quase morri de vergonha. Já passei por isso uma vez e agora não admito mais, nunca mais!» É interessante notar que, mais do que ser encarado com naturalidade o fato do homem pagar por bebidas (neste caso tratava-se de um contexto de lazer), é constrangedor ou «vergonhoso» quando o namorado ou acompanhante não o faz.

Cabe-nos também considerar que essas relações se constroem num cenário no qual os homens estão no centro das possibilidades de ascensão social e da possibilidade de uma reconfiguração positiva da identidade que neutralize o estigma do trabalho sexual. Entretanto, é importante deixar claro que essas relações de poder são constantemente negociadas e renegociadas, o que nos permite abandonar a perspectiva estruturalista das relações de dominação e adotar a ideia de construção discursiva e performática de poder (Butler, 1993).

«Sempre fui acostumada a dar. Agora aprendi a receber, e minhas experiências em Portugal foram muito importantes pra isso. Aprendi também que a minha companhia tem valor sim, e preço. Muitas mulheres agem da mesma forma, mas fora do negócio. Mas é a mesma coisa. Cobrar pela companhia é mais comum do que a gente imagina.»

Ou seja, tratam-se de relações conflituosas, porém sempre passíveis de negociação. Ao mesmo tempo que afirma o caráter instrumental da relação, a interlocutora a coloca numa situação de normalidade ao compará-la com relacionamentos que acontecem «fora do negócio».

Vale a pena notar ainda que a identificação positiva da atividade, pelas trabalhadoras do alterne, passa muito pela diferenciação com a prostituta. Isso me chamou atenção desde o início principalmente pelo fato de que são pouquíssimos os estudos que estabelecem qualquer diferença entre o trabalho das alternes e o trabalho das prostitutas, geralmente as duas atividades são vistas como sinônimo, se diferenciando somente pela caracterização dos bares.

A ideia difundida nos média, no senso comum e também na academia é a de que as casas de alterne são também casas de prostituição. Acredito ser relevante essa diferenciação não só por uma questão de alargamento da categoria do mercado sexual (no sentido da diversidade de atividades neste nicho) mas também por um olhar crítico sobre essa categoria, uma vez que as próprias entrevistadas não se auto identificam como trabalhadoras sexuais e, mais ainda, pelo fato de que a diferenciação com as prostitutas é algo muito presente nas falas. Essa diferenciação entre alternes e prostitutas, tão marcada nas entrevistas, deve ser trabalhada justamente no sentido de uma compreensão mais ampla das construções identitárias neste contexto por se tratar precisamente de uma questão de auto-identificação. Como demonstra o trecho abaixo:

«... não é como tão a pensar por aí que o cliente vem a pensar que vai pra cama contigo porque não é bem assim... ninguém vem aqui pagar 100 euros por uma garrafa de champanhe, sendo que vai na casa de saída e paga 50, 60 euros pra ter sexo. Quando eu saio daqui eu faço da minha vida o que eu quiser... Se eu quero dormir com 10 homens, eu vou dormir com 10 homens. Mas porque eu quero! Pode acontecer de alguém querer te conhecer melhor e você aceitar, como numa relação... devagarinho... Mas é se você quiser... Não é porque um paga que você vai sair com ele.» (Gabriela, 32 anos)

É muito importante ressaltar, contudo, que não procuro aqui a reiteração da distinção moralizante entre mulheres prostitutas e não prostitutas, uma vez que tal perspectiva acarretaria numa reificação da visão da trabalhadora sexual como protagonista de comportamentos desviantes e em desvantagem em relação aos ideais hegemônicos de feminilidade, tal como é percebida no senso comum.

Por ser o rótulo de prostituta um estigma que pode pairar sobre as cabeças de qualquer mulher que transgride ou que acredita-se transgredir as regras do comportamento feminino legítimo, localizar-se como não prostituta, posição quase vizinha da alternadeira, torna-se um mecanismo importante de afirmação positiva da identidade.

Como observa [Piscitelli \(2011\)](#) sobre os intercâmbios considerados como ajuda no Brasil:

«(...) embora eles possam ser situados, em termos analíticos, no âmbito do sexo mercantilizado, o fato de serem diferenciados da prostituição nas conceitualizações nativas é relevante. A importância reside não apenas em que essa distinção remete a diferentes graus de mercantilização entre intercâmbios sexuais e econômicos, mas também em que ela alude a distinções nas socialidades envolvidas que, às vezes, evocam traços de reciprocidade.» ([Piscitelli, 2011](#), p. 553)

Neste sentido, o amor e o afeto associados ao desejo colocam o sexo numa situação de normalidade uma vez que a dimensão comercial não é passível de uma demarcação visível. Assim, a fusão do sexo com o sujeito e não a sua separação, como no caso da prostituição,<sup>2</sup> é o que lhes confere reconhecimento pessoal positivo e funciona como um legitimador da relação. Sobre um cliente antigo, que foi namorado durante um tempo, Patrícia fala:

«A gente também gera aquele vínculo com a pessoa... não é por interesse, a gente quer saber se tá bem, se não, se adoeceu... a gente cria mesmo um vínculo, uma amizade... Tenho um carinho

<sup>2</sup> O termo «prostituição» aqui empregado remete precisamente a atividade profissional onde há a troca exclusiva de serviços sexuais por dinheiro ou outro capital material, tal como é entendido e usado no senso comum.

tão grande por ele e ele por mim... e se precisar eu ligo pra ele e ele pra mim... Ele foi uma pessoa que me manteve a ganhar muito dinheiro... Eu podia contar com ele 2 ou 3 vezes na semana aqui no bar, fora a ajuda que me dava por fora.»

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar que esta dinâmica funciona também como estratégia de otimização de ganhos já que as motivações que levam estes clientes a frequentarem casas de alterne e a desejarem este tipo de relacionamento parecem dar-se num movimento de procura por um espaço ideal onde o prazer sexual possa estar aliado ao envolvimento emocional.

Por outro lado, fica bem claro, por parte das alternes, que a relação só dura enquanto for paga. Entretanto, fica também claro que os clientes–namorados procuram e permanecem na relação com consciência desta condição.

«Acabou o dinheiro, acabou o amor. Mas ninguém vem aqui enganado, não coloco arma na cabeça de ninguém para estar comigo.»  
(Patrícia, 37 anos)

A associação do afeto ao desejo sexual também é o que as diferencia e as mantém em uma posição de vantagem sobre as esposas, uma vez que estas são vistas como frias e incapazes de satisfazerem os desejos de seus maridos. Desta forma produz-se identidade através de um processo de comparação descredibilizante do outro (aquela que vende o corpo e o sexo dissociados do afeto ou aquela que cumpre o papel de esposa mas não em sua plenitude) numa tentativa de valorização pessoal comparativa tendo-se em vista a ideia de normalidade/desvio na reorganização da realidade social. Emerge assim um processo de quebra do unilateralismo na ordenação simbólica da ideia de feminilidade (entre legítima e ilegítima) o que coloca, mais uma vez, essas interações nos complexos processos hegemônicos dessas relações identitárias (Coelho, 2009).

É preciso também deixar claro que o uso de estratégias e a presença de uma certa instrumentalidade nessas relações são afirmados nas falas e reivindicam um agenciamento consciente.

«Esse mês eu ganhei a renda de três homens diferentes! Mas eu não estava mentindo quando disse a eles que precisava do dinheiro da renda, eu só não sabia que ia conseguir dos três! (risos)» (Daniela, 29 anos)

No decorrer da mesma conversa, Daniela diz sobre alguns clientes:

«Tem muito homem inseguro aqui (se referindo a Portugal), acho que eles precisam se auto afirmar através de dinheiro e coisas materiais... Eles pensam que podem comprar o amor, mas não podem.»

A última sentença, sobre o amor, ilustra como que a ideia da presença do fluxo de dinheiro ou «ajuda» nessas relações, ao mesmo tempo em que é aceita e defendida como sendo uma situação dentro da normalidade, ou seja, não marginal, é, ao mesmo tempo, percebida de maneira conflituosa tanto pelo senso comum exterior em geral quanto pelas próprias envolvidas porque, entre outras coisas, contradiz uma diferenciaçãoafiada entre intimidade e comércio ou mercado e família que vem de uma moralidade compartilhada por todos.

Zelizer (2005) trabalha essas questões dos diferentes significados sociais que o dinheiro agrega e defende a ideia de que a crença generalizada de que o dinheiro corrompe a intimidade e que, por outro lado, a crença oposta de que o sexo pode funcionar como uma mercadoria como qualquer acarreta em uma série de limitações acerca da nossa capacidade de lidar com as interações entre dinheiro, sexo e poder. Essas limitações podem influenciar de forma negativa tanto transações econômicas na esfera doméstica – a autora lista uma série de exemplos empíricos sobretudo no que diz respeito à processos judiciais entre cônjuges – quanto pode também influenciar em questões de regulamentação da prostituição ou mesmo reforçar estigmas.

Para essa discussão, faz-se também necessário um exercício de desconstrução dos ideais hegemônicos ocidentais acerca das maneiras de se relacionar afetivo-sexualmente. Tais ideais, pautados sobretudo na ideia do amor romântico, exercem influências condicionadoras sobre as nossas construções acerca do que é o amor, o afeto e sobre a legitimidade ou não de tais sentimentos. As relações que não se enquadram nessas construções, como no caso das altesnes e seus «namorados», em que condicionamentos materiais possuem um peso exclusivo, sofrem desvalorizações do ponto de vista moral, ainda que as trocas econômicas sejam moralmente aceitas em contextos conjugais (ver: Roca Girona, 2007; Giddens, 1995; Illouz, 1997). A questão é também saber se as mudanças sociais na intimidade são ou não sentidas do ponto de vista normativo (Aboim, 2006), à medida e que os discursos genderizados sobre o amor romântico parecem permanecer como referência reflexiva no pensamento coletivo como única legitimação possível de sua sustentação (Neves, 2007).

Por fim, vale acrescentar que o recorte deste quadro relacional das altesnes e dos clientes/namorados foi feito a princípio devido ao meu interesse em trabalhar com questões que tem a ver com as maneiras de lidar com dinheiro, interesse, sexualidade e afetividade neste contexto. Entretanto, no decorrer da pesquisa eu tenho percebido que essas questões podem ser ainda melhor trabalhadas na medida em que eu tenho alargado o recorte para outros interações presentes neste mesmo contexto como, por exemplo, as relações entre essas mulheres e seus familiares no Brasil. Também faz sentido abordar, por exemplo, como a ideia de «ajuda» desempenha um papel importante nas relações familiares, na ideia de cuidado e de responsabilidade para com a família. É interessante também notar, entre outras coisas, como essa ideia da responsabilidade e do cuidado com a família serve inclusive como justificativa moral para o desempenho de uma atividade vista, muitas vezes, como marginal.

## Considerações finais

Em vias de conclusão, retorno às considerações feitas na introdução deste artigo sobre as problemáticas das discussões acerca da ?mulher brasileira em Portugal. É importante deixar claro que o debate sobre os estereótipos e as representações a respeito das mulheres brasileiras na mídia e no senso comum, os imaginários advindos das ideias lusotropicalistas, da brasilidade incorporada como uma mais valia na interação são extremamente relevantes e perpassam, de uma forma ou de outra, todos os estudos sobre a imigração brasileira em Portugal.

Contudo, acredito que essas perspectivas já foram bastante exploradas e possuem lugar num amplo debate já consolidado nas temáticas das migrações, do transnacionalismo e do turismo sexual, como foi observado anteriormente. Por outro lado, autores que possuem consistentes estudos sobre migrações brasileiras e relações transnacionais agora têm explorado outras nuances também relevantes para os estudos da transnacionalidade, tais como o sexo transacional e as articulações entre sexo, dinheiro e afeto nessas mobilidades (Piscitelli, 2011).

Não obstante, é necessário acrescentar que a participação no presente seminário (*2º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*) me possibilitou o contato com novos trabalhos que contribuem de maneira enriquecedora para as reflexões a respeito do contexto migratório, tais como Paula Togni (2011 e neste volume) que trabalha a sexualidade de jovens imigrantes moradores do Cacém (região periférica de Lisboa) e oriundos da cidade de Mantena (MG) através de uma etnografia multissituada (Cacém–Mantena); e Gleiciani Fernandes que trata de conflitos identitários gerados por questões de identidade nacional entre imigrantes brasileiras estabelecidas em Portugal.

Para além das considerações feitas na introdução deste artigo sobre as problemáticas das discussões acerca da «mulher brasileira em Portugal», gostaria ainda de ressaltar que tenho percebido um certo esforço, por parte de alguns autores que trabalham essas questões,<sup>3</sup> em afirmar que, afirmar que, embora o estigma da prostituta ser associado com frequência a mulher brasileira dever-se, sobretudo, a significativa presença de imigrantes oriundas do Brasil no mercado sexual, a maioria das brasileiras que aqui se encontram não é prostituta.

Acredito que, mais importante do que saber se os discursos, as falas e as representações correspondem a realidade é tentar perceber de que forma as pessoas que fazem parte deste universo percebem e gerem suas interações neste contexto. Além disso, esse esforço em demonstrar que «a maioria das imigrantes brasileiras em Portugal não é prostituta», é, em si, bastante problemática. Além de ser pautada na ideia moralizante das prostitutas como protagonistas de comportamentos desviantes e, ao mesmo tempo, reforçar tal ideia, ignora o fato de que «ser prostituta» ou trabalhadora sexual é, assim como o status de «imi-

<sup>3</sup> Gomes (2011), publicou uma revisão crítica da literatura sobre o tema da imigração brasileira em Portugal em que, a partir de um recenseamento dos estudos recentes produzidos a esse respeito, afirma: «Embora seja certo que há prostitutas brasileiras, a maioria das imigrantes não são prostitutas. As brasileiras na sua generalidade trabalham na restauração, hotelaria, atendimento em lojas e no sector doméstico».



grante», uma condição longe de ser estática. A maioria das mulheres engajadas em atividades prostitucionais estão também constantemente envolvidas em outros tipos de emprego, da mesma forma que é também constante o movimento de deixarem o trabalho prostitucional e depois retornarem à ele.

Trata-se, portanto, de um contexto sempre em transição. Alternadeiras podem exercer a prostituição uma noite ou outra ou arranjar um namorado-cliente que as sustente e as possibilite não trabalhar; prostitutas largam a noite porque terminaram os estudos e arranjam um trabalho qualificado; mulheres casadas fazem *strip* e/ou programas quando o dinheiro do emprego diurno não foi suficiente para as despesas do mês; donas de casa resolvem experimentar «beber copos» por curiosidade e aventura ou para acompanhar uma amiga; e por aí vai...

Contudo, é preciso um exercício reflexivo mais apurado para essas questões no sentido de evitar interpretações que aprisionem os sujeitos de análise em categorias e tipologias estáticas.

## Referências

- Aboim, S. (2006) *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa: ICS.
- Allison, A. (1994) *Nightwork: sexuality, pleasure, and corporate masculinity in a Tokyo hostess club*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Almeida, M. (1995) *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim de Século.
- Almeida, M. (2000) *Um mar cor da Terra: «Raça», Cultura e Política da Identidade*, Oeiras: Celta.
- Assis, G.; Olivar, J.; Piscitelli, A. (2011) «Introdução: transitando através de fronteiras» in Assis, G.; Olivar, J. e Piscitelli, A. (Org.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP.
- Butler, Judith. (1993) *Bodies that matter: on the discourse limits of «sex»*, New York: Routledge.
- Coelho, B. (2009) *Corpo Adentro: Prostitutas acompanhantes em processo de invenção de si*, Lisboa: Difel.
- Connell, R. (1995) *Masculinities*, Cambridge: Polity Press.
- Dolabella, L. (2009) *Namoradinhas do Brasil «na noite» lisboeta: homens portugueses e mulheres brasileiras no contexto das casas de alterne*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

- Eagleton, T. (1990) «From Lukás to Gramsci» in *Ideology*, Verso, pp. 93–123.
- Fonseca, C. (1996) «A dupla carreira da mulher prostituta» in *Estudos Feministas*, N.º 1, pp. 7–33.
- Fonseca, C. (2004) «A morte de um gigolô: fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais» in Gregori, M., Piscitelli, A. e Carrara, S. (Org.) *Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras*, São Paulo: Garamond, pp. 257–282.
- Giddens, A. (1995) *Transformações da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras: Celta Editora.
- Roca Girona, J. (2007) «Migrantes por amor: La búsqueda y formación de parejas transnacionales» in *Revista de Antropología Iberoamericana*, Vol. 2, N.º 3, Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red.
- Gomes, M. (2011) *Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura*, Lisboa: CIES e-Working Paper N.º 106.
- Hunter, M. (2002) «The Materiality of Everyday Sex: Thinking Beyond “Prostitution”» in *African Studies*, Vol. 61, N.º 1, pp. 99–120.
- Illouz, E. (1997) *Consuming the Romantic Utopia: Love and the Cultural Contradictions of Capitalism*, Berkeley: University of California Press.
- Kempadoo, K. (2004) *Sexing the Caribbean, Gender, Race and Sexual Labor*, New York: Routledge.
- Machado, I. (2009) *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*, Lisboa: ICS.
- Moutinho, L. (2004) «Raça, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul» in *Cadernos Pagu*, N.º 23.
- Neves, A. (2007) «As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”?» in *Estudos Feministas*, 15 (3), pp. 336.
- Padilla, B. (2007) «A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise» in Malheiros, J. *Imigração Brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI, pp. 113–134.
- Piscitelli, A.. (2002) «Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo» in *Cadernos Pagu*, N.º 19, pp. 195–231.
- Piscitelli, A. (2007) «Corporalidades em confronto» in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 22, pp. 17–32.

- Piscitelli, A. (2008) «Sexo Tropical em um país europeu: migração de brasileiras no marco do “turismo sexual” internacional» in *Estudos Feministas*, Vol. 15, p. 13.
- Piscitelli, A. (2011) «Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais» in Assis, G., Olivar, J. e Piscitelli, A. (Org.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP.
- Pontes, L. (2004) Mulheres brasileiras na mídia portuguesa» in *Cadernos Pagu*, N.º 23.
- Togni, P. (2011) «Que “brasileiras/os” Portugal produz? Representações sobre gênero, amor e sexo» in Assis, G., Olivar, J. e Piscitelli, A. (Org.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP.
- Zelizer, V. (2005) *The purchase of intimacy*, Princeton, NJ: Princeton University Press.

# A construção da imagem do brasileiro em Portugal e as estratégias de afirmação identitária

*Renata Lucia Tourinho Monteiro\**

«(...) nossas palavras não são inocentes e contribuem para perpetuar preconceitos que demonstram ser, ao longo da História, perversos e assassinos.»

---

Amin Maalouf,  
*As Identidades Assassinas*  
(2002, pp. 30-31)

## Resumo

Este artigo pretende apresentar parte dos resultados da pesquisa de Mestrado cujo principal objetivo foi analisar os efeitos produzidos pelas imagens estereotipadas da identidade brasileira, enfatizando as consequências para o reconhecimento desses imigrantes em Portugal. Para alcançar tal intento, foi feita uma investigação por questionário com quarenta brasileiros, sendo vinte homens e vinte mulheres, residentes em Portugal há, no mínimo, um ano. O inquérito aplicado investigou se a língua portuguesa, o *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*, a relação com as entidades que representam o Brasil em Portugal, o grau de instrução formal ou a atividade profissional que exercem podem favorecer o reconhecimento dos imigrantes brasileiros na sociedade portuguesa. Contudo, a investigação privilegiou o viés identitário, que facilita um diálogo intercultural, não enfatizando o papel da condição social na construção dessas imagens. Serão apresentadas neste trabalho três tipos de questões aplicadas, consideradas as mais esclarecedoras do resultado final.

**Palavras-chave:** identidade; imigração; reconhecimento; interculturalismo.

## Introdução

Considerando que a língua portuguesa é veículo de várias culturas resultantes de processos coloniais e que a diversidade linguística e cultural exerce forte influência na divulgação e no processo de ensino e aprendizagem das línguas,

---

\*Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa: ✉ renataltm@gmail.com

viabilizar o conhecimento das culturas de língua portuguesa pode ser um importante ponto de partida para a otimização das relações interculturais internas e externas. Lembrando ainda os três objetivos estatutários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – a concertação político-diplomática, a cooperação entre os Estados membros e a promoção e difusão da língua portuguesa –, nota-se a relevância dos assuntos relacionados à interculturalidade, já que se torna difícil uma boa conjugação político-diplomática entre diferentes países falantes de uma mesma língua, sem diálogo intercultural. Por sua vez, o diálogo intercultural, aqui compreendido como o contato e interação com outras culturas, cuja importante função é promover o pluralismo, reconhecer e conservar a diversidade pode, ao meu entender, viabilizar a superação dos desentendimentos e conflitos oriundos da convivência entre culturas diversas no atual contexto de globalização.

Os imigrantes brasileiros em Portugal são considerados privilegiados por alguns fatores, entre eles a língua, os laços históricos e o *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*, parte integrante do *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*<sup>1</sup> entre o Brasil e Portugal. Todavia, na prática o que se vê é uma tentativa de redução ou de fragmentação da identidade brasileira no contexto de imigração, o reforço de estereótipos nos meios de comunicação social, bem como a distância entre a vontade política, representada pelas leis que visam à integração do imigrante na sociedade portuguesa, e as práticas sociais.

## **1 Identidade, diferença, igualdade e reconhecimento**

Sempre que desconhecemos alguém, alguma coisa ou situação, criamos uma imagem mental desse desconhecido. Esta imagem tem o importante papel de mediar a realidade como ela é e a ideia de realidade que nós construímos. Portanto, ao compartilharmos crenças relativas a atributos pessoais de um grupo de pessoas, traços de personalidade ou comportamentos, estamos criando estereótipos, um conceito importante, esclarecedor e pertinente, que merece ser analisado antes de partirmos para a questão central desta discussão. Este termo é usado pelas Ciências Sociais no que diz respeito à construção simbólica de um produto através de ideias preconcebidas, desconsiderando seus valores socioculturais e o representando de forma exagerada para formar uma ideologia social. Trata-se de uma noção infundada sobre um determinado grupo social, através do qual se atribui a todos os seres desse grupo características, frequentemente depreciativas; modelo irrefletido, imagem preconcebida e sem fundamento.

Na complexa formação da identidade, sua manifestação ocorre muitas vezes com base no que se considera como aspecto negativo da identidade do outro. No caso em pauta, explica-se porque o brasileiro evidencia simpatia, alegria e bom humor, expressas na forma de agir e reagir às situações, de vestir e de falar, que destacam exatamente o comportamento reservado, formal e de pouca conversa

---

<sup>1</sup> Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, a 22 de Abril de 2000.

dos portugueses. Por outro lado, o português identifica-se como falante de uma «genuína língua portuguesa» para ressaltar o que lhe parece negativo e errado, que é a variante chamada Português do Brasil (PB). Nesse cenário, identifica-se a presença da alteridade, que afirma-se no momento em que se delimita um *eu* e um *outro*. Eu sou o que ele não é, eu não sou o que ele é.

Segundo Amin Maalouf (2002, p. 19) a identidade não é fragmentada em partes. O indivíduo tem apenas uma identidade composta de vários elementos que lhe vão dando forma, e cada um desses elementos, que o autor chama de pertenças, tem uma intensidade, uma influência, que variam consoante a pessoa, o local, o tempo, até consoante às circunstâncias. São pertenças de uma identidade: língua, nacionalidade, religião, classe social, orientação sexual, deficiência física, entre tantas outras. Conforme o pensamento de Maalouf, a identidade de uma pessoa é exatamente aquilo que faz com que ela não seja idêntica a nenhuma outra. O autor chama atenção para o pensamento, ainda comum e tão pernicioso, segundo o qual para afirmar a nossa identidade bastaria dizer-se: «eu sou árabe»; «eu sou francês», etc.

Parece óbvio o conteúdo do discurso do autor, mas apesar de incontestável, na prática o que se vê é o agrupamento, a classificação das pessoas por um mesmo termo, uma mesma opinião, uma mesma característica, aparentemente inocentes, todavia responsáveis pela manutenção dos estereótipos, dos preconceitos, que na história da humanidade revelam o quanto são perversos e assassinos. «Assassinos» porque matam todas as pertenças de um indivíduo quando o incluem junto com todos os outros em uma mesma categoria e atribuem a este grupo ações e pensamentos que determinam uma falsa identidade, uma identidade estática, porém reprodutiva de estereótipos, que vai crescendo aos poucos até se transformar num «cancro social». Ao transformar-se num «cancro social» acaba por criar «metástase» e contaminar toda a sociedade, provocando conflitos que muitas vezes culminam em confrontos físicos e morte real.

## 2 Entidades que representam o Brasil em Portugal

Entre os órgãos ou associações que têm o papel de representar e/ou divulgar a cultura brasileira em Portugal, é possível comentar sobre estes que ressaltam maior visibilidade. A Embaixada do Brasil<sup>2</sup> tem a função diplomática de representar o Estado brasileiro em Portugal, promover relações amistosas e desenvolver as relações políticas, econômicas e comerciais, culturais e científicas entre os dois Estados. Mantém um site na internet, no qual estão disponíveis informações e serviços, assim como uma programação cultural. Essa programação cultural da Embaixada é divulgada através de e-mails, sendo necessário aceder ao site, inscrever-se e, a partir de então receber a divulgação dos eventos.

A finalidade do Consulado-Geral do Brasil em Lisboa<sup>3</sup> é a de prestar in-

<sup>2</sup> <http://www.embaixadadobrasil.pt>, acesso em 31/05/10, 20:23h.

<sup>3</sup> [http://www.consulado-brasil.pt/consulado\\_apresentacao.htm](http://www.consulado-brasil.pt/consulado_apresentacao.htm), acesso em 31/05/10,

formações, orientação e auxílio aos cidadãos brasileiros, no âmbito das legislações brasileira e portuguesa e dos tratados internacionais firmados pelo Brasil. O Consulado, uma repartição pública do Governo brasileiro, está vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e também mantém um site na internet onde disponibiliza informações e serviços.

A Casa do Brasil de Lisboa (CBL) realiza eventos culturais e recreativos, exerce atividades políticas, de apoio social e jurídico aos sócios e imigrantes em geral e pretende garantir a integração cidadã dos imigrantes buscando apoio na sociedade civil portuguesa. Porém, a divulgação das atividades é feita em maior parte através do *site*<sup>4</sup> na internet ou do jornal *Sabiá*, um jornal tablóide com tiragem de sete mil e quinhentos exemplares distribuído gratuitamente na sede da CBL, no Consulado do Brasil em Lisboa e nas instalações de alguns dos anunciantes. Portanto, para ter acesso aos serviços e realizações da CBL é preciso aceder à internet ou ter acesso ao *Sabiá*.

Além das entidades que representam o Brasil em Portugal, o ACIDI<sup>5</sup> (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) existe como instituto público desde Maio de 2007 e depende da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal. A proposta do ACIDI consiste em contribuir para a integração dos cidadãos imigrantes e das minorias étnicas através da colaboração na concepção de políticas públicas neste âmbito. Para cumprir essa missão o ACIDI tem realizado várias ações, entre as quais, estimular o diálogo entre a academia e os decisores políticos no que diz respeito à proposta, discussão e avaliação de políticas públicas em matéria de integração de imigrantes em Portugal, ação que deveria estar presente nas decisões de qualquer país que tenha a preocupação em desenvolver políticas públicas de transformação social. Portanto, considero que, nesse aspecto, o ACIDI tem exercido importante papel no âmbito da imigração. Porém, nota-se ainda reduzido o conhecimento do ACIDI e de suas atividades pela população imigrante.

Todos estes órgãos públicos ou de iniciativa privada, associações ou comunidades apresentam excelentes propostas em matéria de políticas de inclusão social, de diálogo intercultural, de igualdade de direitos e oportunidades, algumas inclusive implementadas ou levadas às instâncias governamentais, porém com pouca concretização na vida prática. Faltam campanhas educativas mais persistentes e formas mais abrangentes de divulgação e adaptação ao público.

### **3 Estereótipos vendidos e adquiridos**

Para compor esse quadro de aspectos negativos da presença brasileira em Portugal, alguns casos marcaram a história dessa imigração, dentre os quais é possível citar o caso dos dentistas na década de 1990; o caso das «Mulheres de Bragança»; o caso da imigração de quatro famílias brasileiras com contrato de trabalho em Vila de Rei, Castelo Branco; o caso do assalto ao Banco Espírito

---

17:53h.

<sup>4</sup> <http://www.casado brasil.info/>, acesso em 31/05/10, 17:33h.

<sup>5</sup> <http://www.acidi.gov.pt/>, acesso em 31/05/10, 17:41h.

Santo, em Lisboa, em Agosto de 2008; o caso do programa apresentado pela atriz brasileira Maité Proença, na emissora de televisão brasileira, GNT, em que a mesma faz comentários jocosos sobre os portugueses.

No caso do programa *Saia Justa*, da Globo GNT apresentado pela atriz brasileira Maité Proença, no qual a mesma faz comentários depreciativos sobre os portugueses, é importante reconhecer e compreender o imaginário simbólico de uma sociedade sobre o seu património cultural, incluindo-se cidades, monumentos, comportamentos, história, hábitos e costumes para perceber a dimensão das ofensas. Portanto, é perfeitamente compreensível a indignação dos portugueses por se tratar da defesa do seu património ao vê-lo desqualificado na televisão. Contudo, embora considere natural e justa a indignação dos portugueses, classifico de exagerada a maneira escandalosa como foi tratado o assunto na comunicação social, incitando os portugueses a atitudes agressivas e à exigência de um pedido de desculpas da parte do governo brasileiro.

Observando o estereótipo nos meios de comunicação social, é importante falar dos programas de humorismo, onde é comum a presença dessas imagens caricatas. O estereótipo é exibido nesses programas como manifestação de racismo, homofobia, xenofobia, machismo, intolerância religiosa, entre outras, pois apresentado desta forma alcança maior nível de aceitação por fazer uso de artifícios que aparentam brincadeiras inocentes, quando na verdade tem o objetivo de atingir determinado grupo social.

Nos programas de humor das redes de televisão portuguesa, tais como *Camilo em Sarilhos* e *Cenas do Casamento*, exibidos pela SIC em Junho, Julho e Agosto de 2009, o estereótipo da mulher brasileira esteve sempre representado. Tratava-se de uma empregada doméstica, burra, tola e idiota ou uma prostituta em situação de ilegalidade. O programa *Aqui não há quem viva* exibido pela SIC em Agosto de 2010, apresentou um personagem brasileiro, mulato, *gay* e oportunista, que se aproximou de uma senhora idosa e inocente, seduziu-a e propôs-lhe casamento com a intenção de conseguir a legalização. Nos telejornais e jornais impressos de Portugal a nacionalidade de brasileiros envolvidos em qualquer tipo de problema é evidenciada. Ao noticiar a ação da polícia e do SEF em relação à abordagem de imigrantes ilegais ou de prostituição e tráfico de drogas, o destaque dado à nacionalidade brasileira é mais evidente que o próprio fato. De modo geral, as notícias que trazem qualquer referência ao Brasil ou aos brasileiros evidenciam, em sua maioria, aspectos negativos de um ou do outro.

Nos telejornais e jornais impressos de Portugal a nacionalidade de brasileiros envolvidos em qualquer tipo de problema é evidenciada. Ao noticiar a ação da polícia e do SEF em relação à abordagem de imigrantes ilegais ou de prostituição e tráfico de drogas, o destaque dado à nacionalidade brasileira é mais evidente que o próprio fato. De modo geral, as notícias que trazem qualquer referência ao Brasil ou aos brasileiros evidenciam, em sua maioria, aspectos negativos de um ou do outro.

A revista *Focus* publicada em Agosto de 2010 trouxe como notícia de capa a seguinte frase: «Os segredos da mulher brasileira». Como subtítulos da notícia foram usados: «eles adoram-na, elas odeiam-na», «os dez mandamentos que usam para seduzirem os homens». A imagem apresentada na capa é a de um



corpo feminino, de costas, seminu. Essa capa da revista *Focus* representa um exemplo, em Portugal, da construção de estereótipo da mulher brasileira nos meios de comunicação social.

Por outro lado, é preciso comentar a imagem dos brasileiros que o Brasil exporta, atualmente reafirmada em Portugal através do grande fluxo de imigração. Deve-se reconhecer que o estereótipo tem também uma origem interna: com efeito, parte desta imagem também é construída no *marketing* do turismo brasileiro, que vende a cultura do país apresentando a mulata como produto nacional, a «noite brasileira» com insinuações de «mulheres disponíveis» através da imagem da mulher vendida como fácil, usando pouca roupa, de pele morena, como se a cultura brasileira se resumisse em mulheres bonitas e de fácil acesso, ginga, samba, praias, futebol e sexo livre.

Nesse aspecto, o Ministério do Turismo em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) iniciaram estudos sobre a atualização da imagem internacional do país que resultaram no *Plano Aquarela 2007*.<sup>6</sup> Esse projeto apresenta como principal objetivo atualizar a imagem que o mundo tem do país e já faz estimativas em sua versão *Aquarela 2020*.

Nas emissoras de televisão portuguesas as notícias do Brasil resumem-se ao quotidiano das favelas do Rio de Janeiro e aos diversos confrontos entre polícia e grupos do tráfico de drogas, além de crimes de modo geral: assaltos, assassinatos, roubos, violência, enfim, as páginas policiais dos principais jornais do Brasil são reunidas e o resumo apresentado na SIC, RTP e TVI quando essas emissoras resolvem exibir o Brasil em suas pautas jornalísticas.

A visibilidade dada aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo resulta em um confinamento geográfico das notícias e em uma precariedade na diversidade dos temas trazendo graves consequências, entre as quais a formação de opiniões, ideias, imagens e saberes falsos sobre o povo e o país. São frequentes as ideias equivocadas de que as únicas comemorações culturais do Brasil são carnaval e futebol; de que o Brasil é um país onde só há violência; de que os brasileiros são ou têm tendências à má conduta; de que as brasileiras são prostitutas ou oportunistas.

Considerando apenas um dos aspectos da identidade brasileira, por exemplo, local de origem, posso afirmar que de cada lugar do Brasil essas pessoas trazem uma cultura peculiar, que envolve entre outras coisas a maneira de falar, hábitos alimentares e de lazer que representam apenas traços culturais daquela cidade brasileira de onde saíram. Levando em conta o nível de escolarização e a classe socioeconômica, estou certa de que surgem imensas variações de «um perfil». Se forem ainda observadas as características físicas e a situação em que vive no país de acolhimento, acentuam-se mais diferenças, o que impede atribuir a um grupo, comunidade ou sociedade uma categoria, uma classificação, mesmo que tenham características comuns. É possível, portanto, compreender que um

<sup>6</sup> Vide: [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Plano\\_Aquarela\\_2020.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2020.pdf), acesso em 10/05/10, 17:13h.

brasileiro ou um grupo de brasileiros representam traços culturais, sociais e econômicos do país, mas não representam o país na íntegra.

Nota-se, no caso dos imigrantes brasileiros em Portugal, todos chamados «brasileiros», «aquele(a) brasileiro(a)», «um(a) brasileiro(a)», «a(o) brasileira(o)» que a nacionalidade da pessoa é frequentemente ressaltada no quotidiano das relações sociais. Associados à nacionalidade estão os estereótipos baseados em características desse ou daquele brasileiro que resultam em simplesmente «brasileiros» cujo tom no uso da palavra já vem carregado de um olhar desconfiado, receoso, satírico ou simplesmente cheio de intencionalidades.

Ao somar tudo isto aos fatos históricos que levaram esses dois países a um longo período de afastamento e profundo desconhecimento mútuo, encontro como resultado a identificação unilateral de um composto muito diverso.

Segundo Clara Santos, identidade e diferença são, por um lado produzidas, por outro lado criadas por atos de linguagem. Assim sendo, os *media* «entram em cena» neste ato linguístico, pois a linguagem é o principal instrumento do ato de comunicação, inclusive de comunicação social, ou seja, os *media* têm o poder de representar, e, portanto, de definir e condicionar a identidade. Dessa forma, é pertinente questionar essa «construção da realidade» feita pelos *media*, pois é o que alimenta as imagens da identidade e da diferença (Santos, 2004, p. 45–48). Os meios de comunicação social exercem grande influência na construção identitária de um grupo ou comunidade, constituindo-se importante instrumento para a análise dessas questões.

Não se pode esquecer que o conceito de *media* pressupõe intermediação, o que lhe confere o poder de mediar a relação entre os consumidores e a informação veiculada. Além disso, os meios de comunicação de massa apresentam a realidade em perspectivas que lhes convêm, seja para manter a situação vigente, seja para derrubá-la. Vale lembrar também que, em sua maioria, os *media* estão sob o controle de grandes grupos econômicos e políticos.

Segundo Gil Ferreira (2009, pp. 45 e 145–146), a formação da identidade se evidencia progressivamente inter-relacionada com formas simbólicas mediadas, e entende a identidade não como produto de um sistema simbólico construído de fora para dentro, nem como algo fixo e estático, mas como uma construção do indivíduo a partir de materiais simbólicos que encontra disponível. Observando o assunto por este ângulo, penso que o material simbólico disponível para a comunidade brasileira em Portugal se constitui «matéria-prima» de má qualidade, com a qual tanto os brasileiros como os portugueses constroem uma explicação incoerente da comunidade em questão.

## 4 A pesquisa

O questionário elaborado para esta pesquisa foi estruturado em seções que agregam assuntos e objetivos específicos a serem alcançados. No caso em pauta, foram feitas perguntas que dizem respeito a três assuntos: a identificação, o

conhecimento das entidades que se referem ao Brasil em Portugal e a percepção das atitudes e valores do *outro* em relação à identidade brasileira. A pesquisa realizou-se em Lisboa e a aplicação dos inquéritos foi feita presencialmente no mês de Março de 2010. Foi determinado o número de quarenta pessoas entrevistadas, sendo vinte do sexo masculino e vinte do sexo feminino. As questões escolhidas para serem comentadas neste artigo, representadas nas tabelas 1, 2, 3 e 4 pretenderam avaliar o alcance das ações e atividades desenvolvidas pelas entidades que representam o Brasil em Portugal e em que favorecem a imagem da identidade brasileira, bem como a percepção dos imigrantes brasileiros sobre atitudes ou situações de discriminação e preconceito. As questões representadas na tabela 5 apresentam os resultados de duas perguntas abertas elaboradas no intuito de obter dos inquiridos as palavras que, na percepção deles, são mais utilizadas pela sociedade de acolhimento para caracterizar a imagem da identidade brasileira em Portugal.

## 5 Resultados da pesquisa

As tabelas 1 e 2 demonstram o pouco alcance das ações e atividades desenvolvidas pelas entidades que representam o Brasil em Portugal, e que a maioria dos imigrantes brasileiros não considera essas ações favoráveis à imagem da sua identidade. Os resultados obtidos denotam pouco conhecimento sobre as entidades e suas ações. Além disso, a maioria dos inquiridos, 87%, acha que as ações dessas entidades não favorecem a imagem dos brasileiros em Portugal.

<b>CONHECIMENTO SOBRE ENTIDADES REPRESENTANTES DO BRASIL OU DE APOIO À IMIGRAÇÃO</b>			
<b>Casa do Brasil de Lisboa</b>		<b>Consulado do Brasil</b>	
Sim, já lá estive	06	Sim, já lá estive	40
Sim, mas nunca lá estive	28	Sim, mas nunca lá estive	00
Não	06	Não	00
<b>Site da Casa do Brasil de Lisboa</b>		<b>Site da Embaixada do Brasil em Lisboa</b>	
Sim, já visitei	06	Sim	11
Sim, mas nunca visitei	08	Sim, mas nunca visitei	13
Não	26	Não	26
<b>Jornal Sabiá</b>		<b>Programação cultural da Embaixada do Brasil</b>	
Sim, já li	06	Sim	11
Sim, mas nunca li	06	Não	29
Não	28		
<b>Participação nos eventos</b>			
Sim	04	Às vezes	03
Não	29	Raramente	04

Tabela 1: Conhecimento sobre entidades representantes do Brasil em Portugal

	<b>AÇÕES DAS ENTIDADES QUE REPRESENTAM O BRASIL FAVORECEM A IMAGEM DOS BRASILEIROS?</b>			
	<b>Empregados do comércio</b>	<b>Empregados da restauração</b>	<b>Trabalhadores/estudante</b>	<b>Profissionais liberais</b>
<b>Sim</b>	01	02	00	02
<b>Não</b>	13	16	02	04

Tabela 2: Ações das entidades que representam o Brasil favorecem a imagem dos brasileiros?

	<b>PERCEÇÃO DO PRECONCEITO</b>				
	<b>Viveu situação de discriminação negativa</b>	<b>Viveu situação de discriminação positiva</b>	<b>Discriminado por ser brasileiro</b>	<b>Perdeu oportunidade de emprego</b>	<b>Possibilidades iguais às dos portugueses</b>
<b>SIM</b>	24	08	24	22	11
<b>NÃO</b>	16	32	16	18	29
	<b>Ofendido em público</b>	<b>Houve referência à nacionalidade</b>	<b>Confundida com prostituta</b>	<b>Percebeu desconfiança</b>	<b>Criticado pela fala ou escrita da língua portuguesa</b>
	<b>SIM</b>	19	19	16	26
<b>NÃO</b>	21	-	04	14	12

Tabela 3: Percepção do preconceito

<b>PERCEÇÃO DO PRECONCEITO X ATIVIDADES PROFISSIONAIS</b>				
<b>PERGUNTAS</b>	<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS</b>			
	<b>Empregado do comércio</b>	<b>Empregado da restauração</b>	<b>Trabalhador/estudante</b>	<b>Profissional liberal</b>
	<b>SIM - NÃO</b>	<b>SIM - NÃO</b>	<b>SIM - NÃO</b>	<b>SIM - NÃO</b>
<b>Viveu situação de discriminação negativa</b>	08 - 06	14 - 04	02 - 00	00 - 06
<b>Viveu situação de discriminação positiva</b>	01 - 13	03 - 15	01 - 01	03 - 03
<b>Discriminado por ser brasileiro</b>	08 - 06	14 - 04	02 - 00	00 - 06
<b>Perdeu oportunidade de emprego</b>	05 - 09	04 - 14	02 - 00	00 - 06
<b>Possibilidades iguais às dos portugueses</b>	00 - 14	08 - 10	00 - 02	03 - 03
<b>Ofendido em público</b>	05 - 09	12 - 06	02 - 00	00 - 06
<b>Houve referência à nacionalidade</b>	05 - 09	12 - 06	02 - 00	00 - 06
<b>Confundida com prostituta</b>	02 - 12	12 - 06	02 - 00	00 - 06
<b>Percebeu desconfiança</b>	07 - 07	16 - 02	02 - 00	01 - 05
<b>Criticado pela fala ou escrita da língua portuguesa</b>	14 - 00	16 - 02	02 - 00	02 - 04

Tabela 4: Percepção do preconceito em categorias de atividades profissionais

Os resultados da tabela 3 demonstram que as imagens da identidade brasileira afetam o reconhecimento desses imigrantes em Portugal mais de forma negativa do que positiva. Os resultados da tabela 4 revelam variação na percepção do preconceito de acordo com a atividade profissional que exercem. Nota-se que as pessoas que exercem atividades de nível superior pouco se referem a situações de discriminação negativa e são os que mais se referem a situações de discriminação positiva, embora reconheçam a concorrência com os portugueses no mercado de trabalho e a existência de imagens negativas da identidade brasileira em Portugal.

Sobre o que pensam os portugueses a respeito dos brasileiros, a tabela 5, a seguir, demonstra que 55% citam a palavra *desonestos*, 22% a palavra *malandros* e também 22% recorrem à palavra *preguiçosos*. Em relação ao que pensam os portugueses sobre a mulher brasileira, as palavras mais citadas foram *prostituta*, apontada por 80% dos inquiridos, *fácil*, citada por 12,5% e *vulgar*, utilizada por 7,5% dos inquiridos. A percepção dos brasileiros sobre esta caracterização demonstra mais uma vez a consciência que têm de não serem devidamente reconhecidos e, portanto, desvalorizados.

<b>PALAVRAS MAIS CITADAS SOBRE O QUE PENSAM OS PORTUGUESES</b>					
<b>Sobre os brasileiros</b>			<b>Sobre a mulher brasileira</b>		
<b>Desonestos</b>	<b>Malandros</b>	<b>Preguiçosos</b>	<b>Prostituta</b>	<b>Fácil</b>	<b>Vulgar</b>
22	09	09	32	05	03

Tabela 5: Palavras mais citadas sobre o que pensam os portugueses a respeito dos brasileiros

## Considerações finais

Analisando a história das migrações em Portugal, não se pode negar a complexidade desses processos na atualidade, tendo em conta o envolvimento de aspectos tão diversos como a globalização, o envelhecimento populacional, a segurança, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra o tráfico de drogas e de seres humanos.

Evidentemente, o crescimento dos fluxos migratórios provocou efeitos também nos meios de comunicação social. Conforme Isabel Ferin (citada por Willy Filho, 2008, pp. 42–50), a imprensa passou a enfatizar temas como o trabalho, as máfias e as condições sociais e a televisão passou a dar maior cobertura à clandestinidade, à expulsão e à segurança. Os conteúdos passaram a ser apresentados de forma a despertar nas pessoas o sentimento de medo e a presença da violência. O protagonismo dos cidadãos brasileiros na imprensa em Portugal, principalmente a partir de 2003, foi influenciado por um conjunto de acontecimentos, anteriormente citados.

Os meios de comunicação social em Portugal não exibem reportagens ou programas sobre a cultura e a história do Brasil, nenhuma visibilidade é dada aos projetos brasileiros no campo social, económico, ambiental e cultural, nem mesmo aos que têm reconhecimento internacional, tais como: o Projeto Criança Esperança<sup>7</sup> com foco em educação e cidadania e os projetos de inclusão social da Fundação Carlinhos Brown<sup>8</sup> e da Fundação Olodum.<sup>9</sup> Como exemplo de obra social voltada para área da saúde, destaco a OSID<sup>10</sup> (Obras Sociais Irmã Dulce), na questão ambiental, entre diversos outros está o Projeto Tamar-ICMBio<sup>11</sup> criado em 1980 e ainda, no setor da agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária<sup>12</sup> (EMBRAPA) é responsável por muitas transformações no país.

As relações conflituosas entre o Brasil e Portugal, desde a Independência até a década de 1990 resultaram em afastamento, contribuindo para um profundo desconhecimento entre os dois países, que se pode considerar como um dos motivos para a atual situação de equívocos sobre os imigrantes brasileiros. Muitos dos que chegam a Portugal desconhecem quase na totalidade o que os espera na sociedade de acolhimento. Em contrapartida, os portugueses, salvo os que já foram ao Brasil ou que convivem com brasileiros em proximidade, também desconhecem a sociedade brasileira e o país.

A política externa desenvolvida por ambos dá prioridade às relações comerciais em detrimento das relações culturais, o que colabora para manter a ignorância sobre aspectos importantes de um e de outro. Os acordos bilaterais, mesmo quando se referem aos brasileiros ou aos portugueses o fazem no sentido de viabilizar os «negócios em família», esquecendo-se de dar atenção às questões sociais relativas aos fenómenos migratórios. Esses acordos marcam as mudanças nas relações políticas pontuadas de momentos de tensão alternados aos de confraternização, semelhante mesmo aos relacionamentos familiares.

O acesso ao *Estatuto de Igualdade* garante o tratamento jurídico igual para todos, mas não garante, na prática, iguais oportunidades, nem a dissolução de preconceitos e discriminações. É importante deixar claro que nenhum estatuto ou lei vai garantir isso. Embora o Estado português desenvolva políticas direcionadas para a integração dos imigrantes através de programas especiais e de apoio institucional, sente-se a falta de tratamento da população autóctone, para que esta seja realmente uma sociedade «de acolhimento». Ainda existe uma lacuna a ser preenchida entre a vontade política e a prática social. Penso que esta lacuna poderia ser ocupada por projetos educativos que utilizassem os diversos caminhos de acesso à população, que vão desde material cultural (banda desenhada, teatro, telenovela, literatura, convênios entre universidades e outras instituições de ensino) até campanhas de comunicação que promovessem mais

<sup>7</sup> <http://criancaesperanca.globo.com/>, acesso em 20/04/10, 11:32h.

<sup>8</sup> <http://www.carlinhosbrown.com.br/>, acesso em 20/04/10, 11:35h.

<sup>9</sup> <http://olodum.uol.com.br/> e [http://www.blogescolaolodum.com.br/?page\\_id=3](http://www.blogescolaolodum.com.br/?page_id=3), acesso em 20/04/10, 11:32h.

<sup>10</sup> <http://www.irmadulce.org.br/>, acesso em 20/04/10, 11:55h.

<sup>11</sup> <http://www.tamar.org.br/interna.php?cod=63>, acesso em 20/04/10, 12:23h.

<sup>12</sup> <http://www.embrapa.br/>, acesso em 20/04/10, 14:44h.

conhecimento cultural sobre os dois países, afinal, se há uma relação entre as redes de televisão portuguesa e brasileira, que sejam usadas para fins progressistas e não depreciativos. Seria também importante estreitar os laços entre as universidades portuguesas e brasileiras, ampliando o intercâmbio cultural entre estudantes, mestres e doutores, o que poderia viabilizar, também, o diálogo intercultural.

Caso a sociedade portuguesa tivesse acesso a informações mais precisas sobre a cultura brasileira, não se limitando apenas aos roteiros turísticos ou à gastronomia, mas conhecendo melhor os modos de vida, as tendências comportamentais e características das regiões e Estados brasileiros, as obras sociais realizadas em todas as regiões, bem como as pesquisas desenvolvidas nas universidades e a vasta literatura brasileira, ou mesmo se tivessem acesso ao mercado editorial, provavelmente seria surpreendida por um Brasil muito diferente daquele «visto» em Portugal.

Como exemplo de uma ação positiva, que poderia favorecer os dois países caso fosse prolongada, cito a iniciativa dos jornalistas Paulo Markun (brasileiro) e Carlos Fino (português). Os jornalistas planejaram e apresentaram o programa *Brasil e Portugal, Lá e Cá*, exibido pela RTP2 em Portugal e pela TV Cultura do Brasil, em simultâneo, nos dias 25 de Abril, 2 e 9 de Maio. Em três episódios os jornalistas apresentaram um resumo do panorama cultural, social, econômico e político dos dois países, através de conversas, entrevistas, imagens e narrativas históricas. Foram abordados assuntos como preconceito, anedotas sobre o português no Brasil, o afastamento após a independência, o desenvolvimento da cultura brasileira, as relações diplomáticas, as variações da língua portuguesa e a criação da CPLP. A exibição de programas como esse com maior frequência seria de grande valor se associada a políticas públicas, campanhas informativas, educativas e afirmativas em Portugal e no Brasil. Portanto, considero o desconhecimento mútuo e os equívocos das entidades do Brasil e de Portugal dois motivos importantes que justificam a desvalorização da imagem do imigrante brasileiro em Portugal.

No caso das autoridades governamentais, estas parecem não ver o que é tão divulgado, estudado e analisado, formal e informalmente. O desconhecimento é reforçado pelas relações diplomáticas entre os dois países, sempre pautadas por interesses políticos e econômicos, falsamente justificados pelos laços históricos, que mantiveram à margem as questões sociais e as relações culturais, alimentando assim os ressentimentos dos primórdios da história atualizados pelas imagens estereotipadas e recíprocas. Os equívocos estão também expressos no vazio não preenchido em cada um dos «acordos» bilaterais assinados pelos dois países. Os acordos estabelecem direitos e igualdade, mas não viabilizam as oportunidades. Em teoria, todos podem ter acesso aos mesmos direitos e deveres, mas na prática as oportunidades para alcançá-los ou não são oferecidas ou são dificultadas pelo preconceito.

## Referências

- Adesky, J. (2006a) «Reconhecimento e liberdade de realização – parte 1» in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 28, N.ºs 1/2/3, pp. 97–116.
- Adesky, J. (2006b) «Reconhecimento, igualdade, distinção e conformidade – parte 2» in *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 28, N.ºs 1/2/3, pp. 117–134.
- Bagno, M. (2001) *Preconceito Linguístico*, São Paulo: Edições Loyola.
- Barreto, A. (Org.) (2005) *Globalização e Migrações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bastos, J. e Bastos, S. (1999) *Portugal Multicultural*, Lisboa: Fim de Século Edições.
- Bueno, E. (2003) *Brasil: uma História. A incrível saga de um país*, 2ª Edição, São Paulo: Ática.
- Canotilho, J. e Moreira, V. (2005) *Constituição da República Portuguesa – Lei do Tribunal Constitucional*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Casa do Brasil de Lisboa (2004) «A 2ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal – informação estatística e elementos de análise» in Malheiros, J. (Org.) (2007) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIDI.
- Cervo, A. e Magalhães, C. (2000) *Depois das Caravelas – As Relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, 1ª edição, Lisboa: Instituto Camões.
- Costa, J. e Lacerda, T. (2007) *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV – XVIII)*, Vol. I, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Feldman, B. (2002) «Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e as construções de semelhanças e diferenças culturais» in Ramalho, M. e Ribeiro, A. (2002) *Entre ser e estar: raízes percursos e discursos da identidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, G. (2009) *Comunicação, Media e Identidade. Intersubjetividade e dinâmicas de reconhecimento nas sociedades modernas*, Lisboa: Edições Colibri.
- Filho, W. (2008) *Imagem do imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português (2004-2006)* Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Hall, S. (2003) *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: Editora UFMG – Brasília: UNESCO.
- Lages, M. e Policarpo, V. (2003) *Atitudes e valores perante a imigração*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.



- Maalouf, A. (2002) *As Identidades Assassinas*, 3ª edição, Lisboa: Difel.
- Machado, I. (2007) «Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal» in Malheiros, J. (Org.) (2007) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIDI.
- Malheiros, J. (1996) *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da mudança*, Lisboa: Edições Colibri.
- Malheiros, J. (Org.) (2007) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIDI.
- Mata, I. (2006) «Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade», in Sanches, M. (Org.) *Portugal não é um país pequeno. Contar o "Império" na Pós-colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia.
- Santos, C. (2004) *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Seabra, H. e Santos, T. (2005) *A criminalidade de estrangeiros em Portugal – um inquérito científico*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- SEF (2008) *Relatório Estatístico Anual*.
- Semprini, A. (1999) *Multiculturalismo*. Bauru, São Paulo: EDUSC.
- Silva, J. (2004) *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Silva, S. e Schiltz, A. (2007) «A relação entre os imigrantes brasileiros e os portugueses – a construção de imagens recíprocas» in Malheiros, J. (Org.) (2007) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Vieira, R. (2009) *Identidades Pessoais. Interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*, Lisboa: Edições Colibri.
- Xavier, M. (2007) *Redescobrimo o Brasil. Processos identitários e brasileiros em Portugal*, Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
- Wieviorka, M. (2002a) *A diferença*, Lisboa: Fenda Edições.
- Wieviorka, M. (2002b) *O racismo, uma introdução*, Lisboa: Fenda Edições.

# Missionários brasileiros e práticas alternativas do bem-estar social na Europa pós-2008: Reflexões a partir de Roma e Barcelona\*

*Marcos de Araújo Silva*<sup>†</sup>

*Donizete Rodrigues*<sup>‡</sup>

## Resumo

Com o agravamento da crise económica na Europa após 2008, grupos de imigrantes brasileiros tiveram que desenvolver novas estratégias de sobrevivência e organização social, principalmente para lidar com problemas relacionados com a precarização do mercado de trabalho e a decadência do chamado «estado de bem-estar social». Com base em pesquisas etnográficas desenvolvidas nas cidades de Roma e Barcelona (entre novembro de 2010 e março de 2012), analisámos algumas das estratégias mediadas pela esfera religiosa (católica e evangélica) e que promovem, em função das suas especificidades, manifestações «alternativas» do *welfare state* na vida destes imigrantes; manifestações estas adjectivadas de «alternativas» pelo facto de não se originarem das esferas governamentais.

**Palavras-chave:** Europa; crise económica; imigrantes brasileiros; pentecostalismo; bem-estar social.

## Introdução

Através da análise de algumas trajetórias de vida de missionários e fiéis brasileiros ligados à Igreja Católica Romana (ICR), à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e ao quotidiano das práticas de apoio social, laboral, jurídico e psicológico, desenvolvidas por estas instituições religiosas na capital italiana e na capital catalã refletimos sobre o desenvolvimento de estratégias que inovam

---

\*As questões aqui abordadas estão inseridas em dois projetos socio-antropológicos mais amplos: uma Tese de doutoramento em Antropologia, ainda em desenvolvimento na Universidade Federal de Pernambuco (da autoria de Marcos de Araújo Silva) e um estudo sobre missionários brasileiros pentecostais (católicos e protestantes) na Europa, coordenado por Paul Freston, e financiado pela University of Southern California, EUA; no âmbito deste projeto, temos desenvolvido trabalhos de campo etnográficos em Itália, Espanha e Portugal (Rodrigues, 2012; Rodrigues e Silva, 2012a,b; Silva e Rodrigues, 2012).

<sup>†</sup>Universidade Federal de Pernambuco/Brasil e Universitat Rovira i Virgili/Espanha: ✉ marcosimonstock@gmail.com

<sup>‡</sup>Universidade da Beira Interior e Centre for Research in Anthropology/Portugal: ✉ donizetti.rodrigues@gmail.com

ao articular, em termos discursivos e políticos, certos fatores étnicos, identitários e religiosos, no sentido de intervir nas políticas públicas ou até mesmo de criar novos espaços de mobilização social.

Algumas questões particularmente em análise foram: quais as principais implicações sociais que surgem destes contextos, nos quais parte das funções dos Estados passam, de certa forma, a ser operacionalizadas por instituições religiosas? Na atual Europa, podemos falar não apenas da denominada «economia submergida», mas também de uma «ajuda social submergida», mediada por igrejas?

Quais são as principais diferenças nas estratégias de ajuda social aos imigrantes desenvolvidas pela ICR e pela IURD? A nossa análise sociológica possui como co-condutor a noção de *welfare state*; este termo é utilizado de maneira recorrente na Europa, não só pela academia, mas também pelas esferas políticas e midiáticas.

Com base na obra de Esping-Andersen (1990), entendemos a noção de *welfare state* como uma modalidade governativa que se propõe a fornecer serviços e garantir direitos considerados essenciais para a população nacional, tais como: assistência à saúde e à moradia, educação formal pública, subsídios aos desempregados e às famílias e assistência aos idosos e às pessoas portadoras de algum tipo de necessidade especial. Segundo este autor, existem diversos sistemas de *welfare state* estruturados em tipologias e fundados em diferentes conceções de direito social que cada Estado deve conceder aos seus cidadãos. Nesse sentido, o autor sugere que podemos falar de sistemas de *welfare state* baseados em regimes liberais, conservadores e social-democráticos.

Segundo Esping-Andersen (1990), alguns Estados, como a Itália e a Espanha, apresentam duas tipologias de *welfare state*: um modelo «corporativista», que pode ser caracterizado como conservador e no qual os direitos se originam das profissões exercitadas, ou seja, com base num determinado ofício desenvolvido estipulam-se garantias e direitos sociais obrigatórios para os cidadãos – é o modelo típico dos países do Sul da Europa, entre os quais se encontram a Itália (para alguns serviços).

Já o modelo social-democrático, «universalístico», defende que os direitos derivam da cidadania e que eles devem ser oferecidos a todos os cidadãos do Estado, sem diferenças e com o intuito de promover a ideia de igualdade de *status*. Este modelo social-democrático é típico dos Estados da Europa anglo-saxônica e escandinava e também da Itália e da Espanha, para alguns serviços, em especial a saúde, no caso italiano.<sup>1</sup>

Um elemento relevante, tanto do caso italiano quanto do caso espanhol, é que tensões e interesses económicos e políticos de cada momento histórico,

<sup>1</sup> Sobre este último ponto, recordamos o artigo 32 da Constituição italiana: «A República protege a saúde como um direito fundamental do indivíduo e interesse da coletividade e garante atenção médica gratuita aos indigentes. Ninguém pode ser obrigado a um tratamento médico específico a menos que requerido pela lei. A lei não pode em nenhum caso violar os limites impostos pelo respeito em relação à pessoa humana» (tradução nossa).

normalmente, provocam nas esferas governamentais, ao nível nacional, regional e/ou local, uma aproximação maior ao modelo conservador ou ao modelo social-democrático de *welfare state*. Segundo alguns interlocutores (imigrantes brasileiros, romenos e equatorianos), a crise económica iniciada em 2008, o fortalecimento de partidos conservadores (em particular a *Lega Nord*<sup>2</sup> na Itália e o PP e o CiU<sup>3</sup> na Espanha), as consequentes mudanças nas perceções dos italianos e espanhóis/catalães sobre os imigrantes e as novas legislações em matéria de imigração destes países fizeram com que as suas vidas se tornassem mais difíceis, principalmente, no que se refere aos preconceitos e às dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, à moradia, à educação formal para os seus filhos e aos serviços públicos de saúde.

Foi possível perceber no terreno que é recorrente, na mídia e no quotidiano da população romana e barcelonesa, a ideia de que o chamado *welfare state* está em profunda crise. Em virtude disso, membros de diversas coletividades imigrantes disseram que passaram a ter que desenvolver estratégias autónomas para contornar tal crise, o que faz com que o assistencialismo, em geral, e determinadas vinculações ou diálogos com esferas religiosas, em particular, adquiram considerável relevância e valoração social.

Não por acaso, alguns missionários brasileiros, ligados à Igreja Católica e à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) comentaram que como os problemas relacionados ao bem-estar social (saúde, educação formal, trabalho e moradia) são problemas que, na atualidade, envolvem não só os imigrantes, mas parte significativa das próprias sociedades italiana e espanhola (principalmente nas grandes metrópoles e nas regiões mais pobres destes países), a ajuda social que eles fomentam é importante por duas razões: «suprem» certas carências materiais da população mais pobre, antes apoiada pelo governo, e constituem instrumentos eficazes contra o crescente sentimento xenófobo no continente europeu.

Segundo esses interlocutores, trabalhos sociais eficazes que consigam atingir imigrantes e nacionais carenciados e que sejam elaborados por membros destes dois grupos religiosos podem ajudar a diminuir nos italianos e nos espanhóis/catalães a perceção de que os imigrantes constituem uma ameaça ao seu bem estar social. As ajudas sociais que são intermediadas pelas suas igrejas colaboram para que os nacionais vejam os imigrantes não só de uma forma negativa, como potenciais e efetivos competidores nos já carentes e precários sistemas

---

<sup>2</sup> A *Lega Nord per l'Indipendenza della Padania* (Liga Norte pela independência da Padania), mais conhecida como *Lega Nord*, é um partido político nascido da união de diversos movimentos autonomistas regionais – principalmente a *Lega Lombarda* e a *Lega Veneta*. O secretário geral, fundador e líder deste partido, muito atuante na Itália setentrional e em algumas regiões do Centro do país, é Umberto Bossi. A princípio defensora do chamado «federalismo», desde 1996 a *Lega Nord* vem propondo a secessão das regiões setentrionais (indicadas coletivamente como Padania, em alusão ao fato da maior parte destas regiões se encontrarem geograficamente em áreas acima do Rio Po) e a criação de um Estado federal – a Padania – através do federalismo fiscal e da devolução às regiões de algumas funções exercidas pelo Estado. Fontes: [http://it.wikipedia.org/wiki/Lega\\_Nord](http://it.wikipedia.org/wiki/Lega_Nord), [http://it.wikipedia.org/wiki/Umberto\\_Bossi](http://it.wikipedia.org/wiki/Umberto_Bossi) e <http://www.leganord.org>, acessos em 20-04-2012.

<sup>3</sup> *Convergència i Unió (CiU)* é a federação de dois partidos políticos nacionalistas catalães: «Convergència Democràtica de Catalunya», de ideologia liberal e de centro e o «Unió Democràtica de Catalunya», de ideologia que se define como «democrata-cristã». O Partido Popular (PP) é um partido político conservador espanhol, fundado em 1989, e que nos seus estatutos se define como de «centro reformista».



Figura 1: Igreja de Santa Maria della Luce, em Trastevere

de *welfare state* italiano (Paci, 2008)<sup>4</sup> e espanhol (Fuentes e Callejo, 2011), mas também de uma forma positiva, como possíveis articuladores de manifestações do bem-estar social, consideradas «alternativas» por serem menos neoliberais e mercantilizadas.

## 1 Roma: Católicos e Evangélicos

Em primeiro lugar, vejamos o caso da atuação dos missionários pentecostais brasileiros, católicos e protestantes, na cidade de Roma.

### 1.1 Igreja Católica: Santa Maria della Luce

Fundada em agosto de 1981 e, desde 2006, comandada pelo padre brasileiro Sérgio Durigon e por outros dois padres colombianos, a igreja de Santa Maria della Luce, em Trastevere, é a capelania católica dos sul-americanos e, em particular, dos brasileiros. Esta igreja (assim como a IURD e outras igrejas evangélicas em Roma) oferece cerimónias religiosas e também apoio social, laboral e jurídico aos brasileiros e sul-americanos, tornando-se num importante ponto de encontro e de referência para os brasileiros na capital italiana, principalmente, os mais carenciados.

A igreja de Santa Maria della Luce também atua como mediadora entre as pessoas desempregadas e possíveis empregadores. Além de missas e práticas de «apoio psicológico» para os imigrantes em castelhano e português, oferece um curso gratuito de formação de «badantes» (cuidadoras de pessoas idosas)

<sup>4</sup> Falando sobre a questão do mercado de trabalho na realidade italiana, Roberta Ricucci e Alessandro Bergamaschi (2010) realçam que diversos estudos sociais recentemente conduzidos indicam que, de uma forma geral, os imigrantes convivem melhor com os italianos quando desenvolvem trabalhos, normalmente não qualificados, que os nacionais comumente não querem, o que evita, assim, conflitos derivados da concorrência laboral.

e dispõe de um quadro informativo com as ofertas de empregos, numa das suas entradas.

– *Etnografia: o caso da Valéria*

Depois de fazer o curso de badante, oferecido pela igreja, a brasileira (goiana) Valéria, de 49 anos, conseguiu um emprego. Segundo esta interlocutora – cujo testemunho vai de encontro com outros que recolhemos no trabalho de campo com imigrantes brasileiros em Itália, Espanha e Portugal – uma «boa colocação» no complexo e competitivo (e agora muito escasso) mercado de trabalho no sul da Europa é «a chave» para a sobrevivência de qualquer projeto migratório. Este trabalho regular foi «uma salvação» na sua vida pois, através dele, pode alugar um quarto exclusivo e deixar de morar no «inferno», que segundo ela são as coabitações, os quartos que são alugados para duas ou mais pessoas morarem juntas.<sup>5</sup> Valéria teve sérios problemas quando morava numa coabitação: contraiu tuberculose, os seus objetos pessoais «sumiam» constantemente e seu quotidiano com a romena de 17 anos e a albanesa de 25 anos, com as quais dividia o pequeno quarto, «era terrível» devido às diferentes «personalidades» e «visões de mundo» de cada uma delas.

Outros dois interlocutores brasileiros que, também, moraram em coabitações em Roma falaram de problemas semelhantes: a disseminação de enfermidades infetocontagiosas como tuberculose e hepatite, a falta de higiene e os conflitos oriundos da convivência forçada em quartos minúsculos com pessoas de outras nacionalidades, de culturas e idades diferentes.

A questão da moradia é um grave problema em Roma, que afeta não só os imigrantes, mas também os nacionais. O agravante, no caso dos imigrantes, é que a falta de moradia oficial pode impedir o reagrupamento familiar, visto que, de acordo com a legislação italiana em vigor, uma habitação idónea é uma pré-condição para requerer tal direito. De fato, estes problemas de acesso à moradia e ao mercado de trabalho evidenciam como a crise económica, iniciada em setembro de 2008, deixou os processos de integração social dos imigrantes, que já eram difíceis no território italiano, ainda mais complicados.

Esta Paróquia promove, gratuitamente, um curso de «educação cívica italiana para imigrantes». De acordo com a nova normativa migratória italiana que entrou em vigor a partir de 2011, foi introduzido o «*permesso di soggiorno a punti*» no qual, dentre outras prerrogativas, para comprovarem que estão «integrados» ou a tentarem integrar-se na sociedade italiana, os imigrantes devem provar por meio de uma prova escrita que sabem o «básico» da língua italiana e das normas cívicas do país.

<sup>5</sup> Graziana Miccoli (2010), em seu estudo sobre a situação das habitações dos imigrantes na Itália, afirma que a maior parte dos imigrantes vive em coabitações e, por isso, esta dimensão se torna tão importante nas estratégias e nas possibilidades de organização social destas pessoas, principalmente pelo fato de que mais de 80% das famílias extracomunitárias vivem em coabitações alugadas que costumam agregar um ou mais núcleos familiares. A autora acrescenta ainda que o agravamento da crise financeira, a partir de 2009, aumentou substancialmente os números de coabitações envolvendo jovens trabalhadores e estudantes universitários italianos e imigrantes, e também entre estes últimos e idosos italianos. Conforme constatámos no nosso trabalho de campo, esta realidade de coabitação em Itália, descrita pela Miccoli (2010), também está presente em Espanha e Portugal.

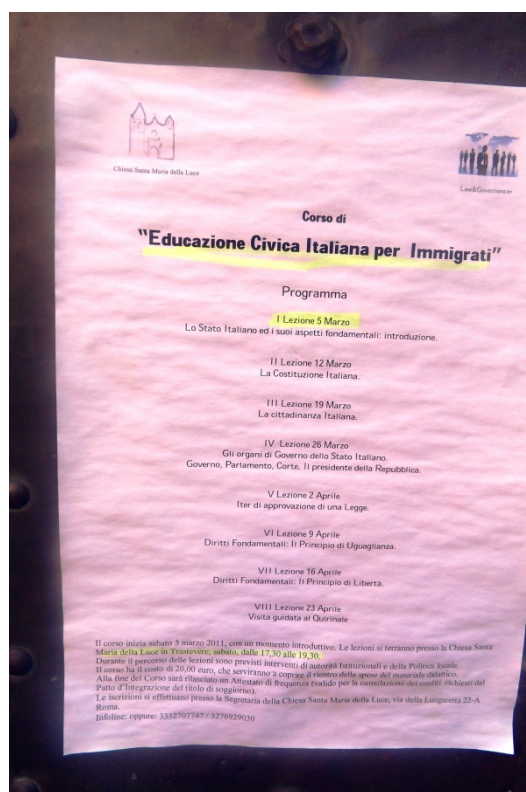


Figura 2: Corso di Educazione Civica Italiana per Immigrati



Figura 3: Bramondo – L’Associazione dal Brasile per il Mondo



Figura 4: Apoio social católico – alimentação aos imigrantes carentes





Figura 5: Comunitá Cristiana-IURD (Roma)

## 1.2 IURD-Chiesa Cristiana dello Spirito Santo

A IURD-CCSS está presente em Itália desde 1993. Atuando com imigrantes, em particular com brasileiros, para além do apoio religioso-espiritual, desenvolve ações sociais, ajudando-os com informações sobre empregos, habitação, cursos de língua italiana e fornecimento de alimentos, através da «campanha do kilo». Alguns obreiros da CCSS de Roma disseram que a direção da igreja estava a articular-se politicamente para agregar as suas ações sociais numa futura ONG (organização não governamental) que atuaria e teria representantes em todos os seus templos, em Itália.

## 2 Barcelona: Católicos e Evangélicos



Figura 6: Paróquia San Genis dels Agudells

Em Barcelona, os brasileiros contam com o apoio social, jurídico e laboral da Paróquia San Genis dels Agudells (na zona noroeste da cidade) e da Paróquia San Juan Bautista (em Santa Coloma, município da região metropolitana) – tratam-se das duas paróquias onde o grupo católico carismático Raboni Ajaray se apresenta e onde os seus membros também ajudam nas atividades filantrópicas, atividades estas que lhes concedem *capital simbólico* (Bourdieu, 2007) e maior prestígio social entre os catalães.

A IURD, que na Espanha adotou o nome de «Familia Unida», está presente neste país desde 1990. Quanto ao apoio social, a atuação desta igreja em Barcelona é bem mais institucionalizada do que em Roma.

Segundo Maria, uma obreira brasileira, que atua num dos três templos da Família Unida que existem na cidade de Barcelona, esta igreja promove uma ajuda social maior no território espanhol, devido à legislação deste país que, diferente da legislação italiana, não é tão «fechada» para reconhecer o trabalho filantrópico de ONGs, que têm origem em igrejas protestantes. Maria salientou que está na Espanha desde 2005 e que mesmo ainda «não tendo os papéis» (que regularizariam sua situação enquanto imigrante) e nem um trabalho «de carteira assinada», uma imigrante brasileira como ela vive «sem muitos problemas» na Espanha ou na Itália. Embora estes países sejam terras «pecaminosas e distantes de Deus», que estão cada vez mais a endurecer a vida dos imigrantes com políticas restritivas, a «cultura do *pelotazo*»<sup>6</sup> está ainda muito presente evidenciando, assim, as diferenças entre as «as leis no papel» e a sua aplicação «com o pessoal nas ruas». Maria conhece a Itália e disse que assim como Barcelona o é para Espanha, Roma é a «capital italiana do *pelotazo*», o que faz com que os «brasucas», acostumados ao «jeitinho brasileiro» (Barbosa, 1992), não sintam muitas dificuldades em «dançarem conforme a música», quando passam a viver nestas cidades.

Esta realidade faz com que outros imigrantes brasileiros que conhecemos no Lácio e na Catalunha, assim como Maria, adotem uma postura «descrente» em relação às políticas governamentais, nas suas diversas facetas, e acreditem mais na capacidade e na eficácia de outras esferas e espaços de articulação e mobilização social como, por exemplo, aqueles que são fornecidos por instituições religiosas (católicas e evangélicas) ou por ONGs e grupos de voluntariado cujas atividades são originadas ou mediadas por tais instituições.

Os nossos dados etnográficos vão de encontro às ideias de Patrick Ireland 2004. Segundo este autor, as «amplas tipologias» que diversos académicos empregam para descrever «políticas migratórias nacionais», normalmente, pecam por generalizar – não consideram devidamente o fato de que países, cidades, grupos e até bairros desenvolvem, dinamicamente, distintas estratégias para lidar com os imigrantes; estratégias estas que enfatizam indivíduos ou grupos e que podem ser baseadas em ideais de inclusão ou de exclusão social. Por isso, neste contexto, ao valorizar o trabalho de campo etnográfico localizado, foi possível compreender as estratégias de sobrevivência e integração social que são desenvolvidas pelos imigrantes e missionários brasileiros, católicos e evangélicos, para

<sup>6</sup> Na Espanha, este termo designa iniciativas ou negócios de legalidade duvidosa nos quais algumas pessoas lucram muito e de uma maneira rápida. Na linguagem popular, *pelotazo* é utilizado como sinónimo de golpe ou de qualquer prática na qual exista indício de corrupção.



Figura 7: Folhetos de propagandas da ONG «La Mano que Ayuda»

enfrentar as realidades diferenciadas das políticas de *welfare state*.

A IURD/Família Unida possui uma ONG – «La Mano que ayuda» – e um grupo de voluntariado, chamado «Bella Juventud», que trabalha desenvolvendo atividades com idosos. Tanto a «La Mano que ayuda» como o «Bella Juventud» possuem representantes em todos os 23 templos, a que os líderes da atuação missionária da IURD na Europa chamam de «jurisdição espanhola»; 11 destes 23 templos encontram-se na Comunidade de Madrid, 3 na Catalunha e 1 no principado de Andorra.

Ambas as atividades, além de proporcionar um certo *capital simbólico* (Bourdieu, 2007) à IURD/Família Unida, fizeram com que esta igreja neopentecostal de origem brasileira passasse a ser incluída no rol das instituições religiosas que, assim como a Igreja Católica, «realizam trabalhos sociais» e, por essa razão, ficam isentas de pagar alguns impostos ao governo espanhol como, por exemplo, o chamado «IBI» (Imposto sobre Bens Imóveis). Falando sobre estas questões, um jovem equatoriano de 22 anos, fiel da IURD em Barcelona e que atua como



Figura 8: Família Unida em Barcelona – «operación Kilo», uma das principais atividades da «La Mano que ayuda»

voluntário na «La Mano que Ayuda», comentou que esta isenção fiscal parcial – que foi conseguida pela igreja através das suas atividades filantrópicas – fez com que os «cofres de Jesus» permanecessem sempre «no azul» (com saldo positivo), mesmo em tempos de grave crise económica. Segundo este jovem, a enorme infraestrutura da IURD - Família Unida faz com que o dinheiro arrecadado seja quase todo gasto na manutenção dos seus templos e tais «cofres» correspondem às economias que esta igreja consegue fazer para dar continuidade ao seu trabalho de evangelização na Europa.

## Considerações finais

No contexto da diáspora, além do apoio espiritual, a religião contribui para a manutenção da identidade, proporciona valores positivos, maior integração social, forte sentido de pertença e desenvolve a solidariedade pragmática, ou seja, atividades que ajudam os fiéis na consecução de moradia, emprego, educação formal e acesso à saúde (Haddad, Smith e Esposito, 2003). As instituições religiosas são lugares/pontos de encontro nos quais os imigrantes podem encontrar co-nacionais e outros imigrantes na mesma situação económica, social e jurídica. Os locais de culto não promovem apenas eventos litúrgicos. Sendo também importantes espaços de sociabilidade, facilitam a integração e interação social dos recém-chegados e a difusão de informações, perspetivas e possibilidades nas mais diversas esferas sociais e económicas.

O apoio religioso, psicológico e, principalmente, social, oferecido pela Igreja Católica e igrejas evangélicas, com liderança brasileira, adquire uma enorme relevância: vários interlocutores (homens e mulheres) em Itália e Espanha referiram-se a esta modalidade de apoio - que lhes é oferecido por grupos católicos e/ou protestantes - como algo de fundamental importância nas suas vidas; este apoio ajuda-os a «segurar a barra» e «seguir em frente» sem «entrar em parafuso» (enlouquecer), como comentou a católica Valéria.

Devido à grave crise económica (em especial nos países do Sul), estas instituições religiosas tentam suprir carências ligadas ao bem-estar social dos imigrantes brasileiros na Europa, isto é, procuram preencher a perda de apoio social que está sendo potencializada pela esfera governamental italiana e espanhola/catalã. Os dados etnográficos evidenciaram não apenas a heterogeneidade das estratégias de sobrevivência e integração social que grupos de imigrantes brasileiros estão a desenvolver em Roma e Barcelona, mas também aspetos socioculturais e identitários que (re)produzem a imagem e a capacidade de *agência* (no sentido preconizado por Anthony Giddens, 1984) do «ser brasileiro» na Europa. Este continente, no passado, foi um eminente exportador de instituições e doutrinas religiosas para a América Latina e, hoje, dentro da lógica da «*reverse mission*» (Freston, 2010), é um território fértil para o trabalho missionário e também para as dinâmicas socioculturais e identitárias desta importante presença religiosa brasileira, católica e evangélica.

Paul Freston (2010) comenta que, em diversos casos, a «*reverse mission*» é encorajada e vista por segmentos expressivos das sociedades europeias como um fenómeno «positivo», que colabora no enfrentamento do declínio do Cristianismo e também no enfrentamento da expansão do Islamismo no continente europeu. As nossas pesquisas etnográficas na Itália e na Espanha sugerem que tais processos de declínio e expansão religiosa têm incitado nas últimas décadas debates constantes sobre a conexão entre as noções de «Cristianismo» e «identidade europeia» e, dessa maneira, evidenciado a relevância sociocultural e política de iniciativas como as que analisámos neste texto: ajudas sociais e filantrópicas que são promovidas por missionários católicos e evangélicos brasileiros.

Além de pretender «re-cristianizar» a Europa, estas iniciativas sociais também possibilitam que certos segmentos das populações imigradas e «nativas» tenham acesso gratuito a mecanismos alternativos do *welfare state* – principalmente nas esferas do trabalho, da moradia e da saúde – num período histórico bastante difícil, como é o atual, onde a noção de bem estar social está cada vez mais ligada, não aos modelos corporativistas e/ou socialdemocráticos, mas ao neoliberalismo, considerado, pela grande maioria dos académicos, como o modelo responsável pela atual grave crise económica e social da Europa, que afeta não só os nacionais mas, principalmente, os imigrantes.

## Referências

- Barbosa, L. (1992) *O Jeitinho Brasileiro ou a Arte de Ser mais Igual que os Outros*, Rio de Janeiro: Campus.
- Bourdieu, P. (2007 [1984]) *A Distinção. Crítica Social do Julgamento*, São Paulo: Zouk/Edusp.

- Esping-Andersen, G. (1990) *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Princeton: Princeton University Press.
- Freston, P. (2010) «Reverse Mission: A Discourse in Search of Reality?». *PentecoStudies*, 9(2): 153–174.
- Fuentes, F. e Callejo, M. (2011) *Inmigración y Estado de Bienestar en España* (Colección Estudios Sociales, N.º 31), Barcelona: Obra Social la Caixa.
- Giddens, A. (1984) *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge: Polity Press.
- Haddad, Y., Smith, J. and Esposito, J. (2003) *Religion and Immigration: Christian, Jewish and Muslim Experiences in the United States*, Walnut Creek, CA: Altamira Press.
- Ireland, P. (2004) *Becoming Europe: Immigration, Integration and the Welfare State*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Micoli, G. (2010) «La situazione abitativa degli immigrati in Italia», in *Caritas/Migrantes italian - Dossier Statistico italian 2010*, Roma: Idos Edizioni, pp. 196–203.
- Paci, M. (2008) *Welfare Locale e Democrazia italiana Partecipativa. La programmazione sociale nei municipi di Roma*, Bologna: Il Mulino.
- Ricucci, R. e Bergamaschi, A. (2010) «Piemonte. Rapporto Immigrazione 2010» in *Caritas/Migrantes italian - Dossier Statistico italian 2010*, Roma: Idos Edizioni, pp. 337–344.
- Rodrigues, D. (2012) «Ethnic and Religious Diversity in Portugal: the case of Brazilian evangelical immigrants», in Pace, Enzo; Vilaça, Helena; Furseth, Inger; Pettersson, Per (eds.) (2012). *The Changing Soul of Europe: Religions and Migrations in Northern and Southern Europe*, London: Ashgate (submitted).
- Rodrigues, D. e Silva, M. de A. (2012a) «Gesù Cristo è Il Signore: A Igreja Universal do Reino de Deus na Itália», in *Etnográfica*, 16 (2), pp. 387–403.
- Rodrigues, D. e Silva, M. de A. (2012b) «Dinámicas del Pentecostalismo Católico Carismático Brasileño en Europa: reflexiones desde Portugal, Italia y España. Paper presented at the XIX Congreso Internacional de Antropología Iberoamericana. Universidad de Salamanca, 8–10 May.
- Silva, M. A. e Rodrigues, D. (2012) «Religion, Migration, and Gender Strategies: Brazilian (Catholic and Protestant) Missionaries in Barcelona» in *Religion & Gender*, Vol. 2, N.º 2 (forthcoming).



# Departure and Arrivals: motivations and experiences of Brazilian immigrant women in Norway

*Marcela Barreto Zapponi\**

## **Abstract**

This article presents the preliminary results of my master thesis on the experiences of some Brazilian women who have migrated to Norway. Here, I present part of the stories of three women who are married with Norwegian men. In this study, semi-structured interviews were used to collect the data and I chose narrative psychology as the method of analysis. In this article, I focus on the motivations of these three women to migrate and how they make sense of their marriage.

**Key-words:** migration; women; family reunification

## **Introduction**

In Norway, as in several European countries, the marked upturn in immigration began in the 1960s and since then different waves of immigration have been distinguished (Dierkes and Fuhrmann, 2011). Today, immigrants and those with immigrant parents represent approximately 12.2 per cent (600 900) of the population, with the largest groups originating from Europe (287 000 people) and Asia (210 000 people). The smaller groups are those from Africa (74 000 people), Latin America (19 000 people), North America and Oceania (11 000). Country-wise, most immigrants are from Poland, Sweden, Germany and Iraq. Followed by labor, family reunification is the most common reason for individuals migrate to Norway (Statistics Norway, 2011).

Significant migration of Brazilians to Norway started in the 70s. According to the Brazilian Embassy in Norway, only 67 Brazilian immigrants resided in the country in 1970. In 2010, Brazilian immigrants in Norway reached the expressive number of 2728. Interestingly, 678 were men and 2.050 were women, of which, more than 50 per cent were married. The main reason Brazilians migrate to Norway is Family Reunification. The second most popular reason for immigration is for work opportunities. In this case, due to Norway's productive oil and gas sector, considerable number of highly-skilled Brazilian workers are involved in this industry. Brazilian children adopted by Norwegian parents

---

\*Norwegian University of Science and Technology: ✉ [zapponi.marcela@gmail.com](mailto:zapponi.marcela@gmail.com)



make up a smaller percentage of Brazilian immigrants residing in Norway.

Generally speaking, we can say that family reunification is the most common cause for female migration to Norway (Statistics Norway, 2011). Throughout the period 1990 to 2006, two thirds of all immigrants moving to Norway due to family reunification, were women (Daugstad and Sandnes, 2008). The term family reunification not only describes the reuniting of relatives, but also includes those brought together through transnational marriage. When looking in particular at transnational marriage, we see that there is a significant difference among immigrant groups when it comes to choosing spouses with the same country of origin. It was found that few women from Pakistan, Iraq, Sri Lanka, Morocco and Turkey marry Norwegian men. However, women from Thailand, Philippines and Russia tend to marry men without immigrant background, accounting for 46 per cent of marriages between Norwegian men and immigrant women (Daugstad and Sandnes, 2008). The number of Brazilian women in Norway married to Norwegian men is larger than those who are married to their country counterpart or those married to men whose origin is neither Norwegian nor Brazilian.

These statistics are the background for this article, part of my master thesis on immigration of Brazilian women to Norway. The main aim of my master study is to understand how their experiences in Norway may be influenced by different aspects of their life experiences before they left Brazil and after they arrived in the country of settlement. It is also my aim to understand how the women make sense of these experiences. This study took place in Oslo and Akershus, part of the Østlandet region of Norway, where (according to the Brazilian Embassy in Norway) more than 50 per cent of Brazilian immigrants reside. A qualitative approach using semi-structure interviews was chosen as the preferred method. Narrative psychology was the procedure used to analyze the data since it encompasses both individual and social aspects of identity. Through the use of narrative psychology it is possible to understand both the individuals and their worlds.

This article is based on the interviews with three Brazilian women in their 30's, married with Norwegian partners. Here, they are named Janaina, Rosa and Carolina. Their backgrounds differ in various aspects. In the following part of this paper I will focus on the interviewee's motivations for migrating to Norway and how their narratives present general views on marriage migration. Later, how the dynamics of their marriage differ from their expectations.

## **1 Motivations**

The topic of marriage migration is becoming increasingly more common within public discussion and academic writing questioning the motivations for foreigner women to marry native men. Their motivations are commonly seen to fall in two categories: motivated by love or for convenience.

Through the narratives of Rosa, Carolina and Janaína, I attempt to illus-

trate how they relate to this overall view of marriage migration when presenting their own motivations for migrating. First, I will give a brief outline of the interviewees' backgrounds in Brazil.

Rosa came from a low social class background in Brazil. The family had economical problems and, in addition, she struggled with alcoholism in her family and a tough upbringing. When she was 19 years old she met Morten, a Norwegian man on vacation in Brazil. From the day they met each other, a friendship started. Letters were exchanged for three years before she first went to Norway to visit him. Back in Brazil, they maintained their friendship until they decided to be together; seven years after they had first met. When questioned about what motivated her to migrate to Norway, she said:

When I think of the reason I got married – to go to the first world, to make money, to improve my life - these things did not interest me. These material things, you know? (...) I think the reason why I came to Norway was because I wanted to be happy. I wanted someone who liked me, this was my main reason. (...) I admired that he liked me so much. This purity, this love... So, I believed in this love, this is what I wanted, this is why I came.

It is interesting to notice that Rosa herself differentiates her motivation for migrating (believing in love) from certain expectations about transnational marriage (for economical and material reasons). This might be related with the stereotype of women from developing countries marrying Norwegian men as a strategy for social mobility (Tyldum and Tveit, 2011). Interestingly, her attempt to distinguish her own motive to migrate from economical and material reasons are in line with the findings of research done with Brazilian women married to Spanish men (Piscitelli, 2011).

Carolina left Brazil when she was 19 to study in the United States. She returned home and one year later she met the man who would become her first husband, “a western man” who was on holiday in Brazil. When describing how they met she says:

So, after one year that I was back to Brazil I met my ex-husband. He was on holidays in Brazil and then... that classic history of the charming prince who [laughter] becomes frog afterwards. *Could you tell me what is the classic history of the charming prince who becomes frog?* I did not have this thing on marrying a foreigner (...) But suddenly this man from so far comes... it is really like those stories, like children stories, you know? It is like he has a charm for being... because he speaks a different language, for having a reality that is different from yours. And automatically there is a certain attraction, and he attracted me for different reasons as well.

Although this description is not related with her actual Norwegian husband, her narrative suggests that many Brazilian women dream about marrying a

foreign man and frequently, these marriages do not have a happy ending, as in fairy tales. This is what happened to Carolina in her first marriage. She moved to her husband's home country and they had a daughter together. They divorced after four years of marriage. She says that at that point in time, she considered moving back to Brazil again, but instead, she met the man who is now her husband. She explained:

I had seen some of his artwork and became very interested in him. He felt the same. We talked. I talked about my profession [*sic*: their professions are within the same field]... and we became very interested in each other. So, I came to visit him. I came on the 17th of May, the national day. So, we got to know each other personally. But we already had this friendship, this common interest that was very strong.

Before marrying him, she and her Norwegian boyfriend maintained a long-distant relationship for about one and a half years. During this period, they travelled to see each other. Similarly with Rosa's story, Carolina stayed in Norway for a period of three months to get «a feeling» of the country before deciding to stay on a permanent basis.

Unlike Rosa and Carolina, Janaína met her husband when she was already living in Norway. She moved to the country in the 90s, during a period of financial instability in Brazil. Through an agency, she migrated to Norway to work as an au pair. Following the agency's orientation, she had arrived in Norway with a passport and the right to stay as a tourist. After arriving in Norway she contacted the Brazilian Embassy and discovered that she did not have a legal contract for her job and in addition, that she lacked a work permit to stay in Norway. Rather, she had to leave the country within three months. Having met some Brazilians, she found a place to stay and some contacts to work as a cleaner. When her tourist visa was about to expire, she returned to Brazil. However, she had decided to come back to Norway even without a visa permit. When I asked why, she said:

I think it was this certainty that I had that I wanted more. To have a change in my life. I was certain of one thing: I would not return to my city. (...) And I forgot to mention... I worked a lot as a cleaner in Brazil. (...) So, you are humiliated. Being a cleaner in Brazil is humiliating. A cleaner is not respected. It is not like it is here. Here, you are a cleaner, but you sit at the same table as a doctor in a hospital (...) So, I experienced all these humiliations. So, I had all this on my mind.

Janaína lived and worked «illegally» in Norway for three years. As a consequence of her visa status, she lived in the margins of the system. However, despite all the difficulties she experienced, it seems that her experience of humiliation in her home country was a driving force behind her motives to migrate

and live, even as an illegal immigrant, in Norway. An important observation is Janaína's optimism when speaking of her move to Norway and her personal trajectory. However, most of her references to Brazil were negative. Three years later, Janaína met Peter, her Norwegian husband.

## **2 From expectations to experiences: being married in Norway**

Independently of where one comes from, marriage holds a set of expectations. Among other factors, they are related with culture traditions, family background, gender and the meaning that each individual gives to marriage. Frequently, marriage expectations differ from the reality the couple will face in their daily lives (Goldenberg, 2002). For transnational married couples, the gap between expectations and realities are coupled with their cultural differences in marriage tradition (Tyldum and Tveit, 2011) and the separate roles for men and women within the marriage. Here, through the interviewee's narrative, I intend to illustrate how their expectations prior to marriage can differ from their experiences.

For Rosa, the way she and her husband (Morten) celebrated their wedding, was divergent from what she had dreamed about. Below, she talks about the day of her marriage, and how it differed from the traditional Brazilian wedding custom:

Unfortunately it was sad, I think. Because I like to party, I like to dance, I wanted to have everyone for... these things, you know. So, it was only me, him and the godparents, which were his brother and his *samboer* [*sic*: the girlfriend who lived with her brother in law]. Just them. My mother-in-law did not go (...) But she prepared a special dinner for us after that, the registry (...) On the day after, I told him: "We will marry in Brazil. Because I want my family, I want a party, I want to dance. Because I like to dance." Do you understand? A party. To have the family around. This is important. And I did not marry in the church. And for me, the most important thing was to marry in the church. I still want to marry this way.

Although within the Norwegian culture there is also a ceremony to celebrate a marriage, the type of marriage people choose for their union differs from couple to couple. In 2011 from 23 135 marriages, 9 067 were celebrated in the Church of Norway, 7 481 were civil marriage, 1 528 were in a different religious institution than the Church of Norway and 5 059 were abroad (Statistics Norway, 2011). For Rosa, however, it seems that it is not only the fact that their marriage was not as she dreamed, but the fact that they never had their wedding in Brazil. They have been married for 14 years and one year after the first year of marriage, they had their first child.

Nevertheless, for those who migrate on family reunification grounds, traditional family models that were culturally embodied in the country of origin might be different in the the society of settlement. This is illustrated through the contrasting views of Rosa and Morten upon discovering that Rosa was pregnant:

Well, then I got pregnant (...) I was very happy for my marriage and for me, this is was what was missing, you know? A child. (...) But we should have planned. I mean, we should have enjoyed each other more. Because we did not enjoy much. And I think he misses it (...) So, I believe he wanted to enjoy our life as a couple longer before having kids. And I did not imagine the responsibility of raising a child. Especially in another world, in another country.

In Rosa's view, having a child is a consequence of a felicitous marriage even though it was not planned, a view that seems to differ from Morten's expectations of marriage. Reflecting on the past, Rosa regrets having children after only one year of marriage. However, as a listener it is important to note, that this regret is mainly due to the fact that, in her opinion, her husband did not celebrate her pregnancy to the same extent as she did. In her words:

I was super happy! Very happy. I was very, very happy. A lot! Because for me that is it: When you like someone, when you are in love and he also loves you, and both are happy... (...) But he did not plan. Me neither. It just happened. (...) So, I was super happy. But he was not so happy. He did not celebrate with me. To tell the truth, he was not. He was not happy. I think that for him it was a shock.

It is not possible to tell what having an unplanned child meant for Morten, nor what his expectations for marriage were. It is possible that Rosa's pregnancy made him doubt her motives for coming to Norway. One could also conclude that after seven years exchanging letters and maintaining a long-distant relationship, Morten expected to enjoy life with his wife, before having children – a consideration that Rosa herself mentioned in her narrative.

For Janaína, her expectations about marriage changed during her relationship with Peter. Janaína and Peter met each other in 2001. They dated for one year before their marriage. She says, during the interview, that theirs was a marriage for convenience, in order to legalize her migration situation in Norway. However, she distinguishes different ways of marrying for convenience when mentioning a proposal she received from an elderly man who wanted to marry her before she met Peter. She said:

I would never do it for, for... [*sic*: long pause] This is what I thought: If the price [*sic*: to stay in Norway legally] was this, and stay with a person for interest, I would not stay here. I could even

pay someone to marry me, but this opportunity never appeared in my life. So, Peter helped me (...) We have been married for 10 years.

Her attempt to distinguish the various agreements in a marriage for convenience can be related with what Piscitelli (2011) names as the new configuration for the concepts «ajuda» (help) and «ter futuro» (to have future) in the migratory context. In Janaína's case, the elderly man offered «help» in his proposal to marry her, so she could «have a future» being in a «normal» situation in Norway. However, implicit in this offer, sex would be exchanged for «help». For Janaína, she would rather prefer to pay someone for a marriage certificate, as some do as a strategy to legalize their migration status in the country of settlement. In these cases, marriage (the marriage certificate) is a commodity.

Although Janaína and her Norwegian boyfriend would not consider marrying, they eventually did so in order to legalize her migration situation. It becomes important for her to show her husband and his family that, despite the fact that their marriage was for convenience, she always had her own goals and did not want to depend on him. Moreover, she wanted to build a life together with Peter, sharing the bills and plans for the future. It seems, however, that it took some time before Peter saw their marriage in the same way. She explained:

I knew what I wanted. I wanted a house, a family, children, and a stable life. But he... So one day I told him: "Peter, you have done a lot for me. But it is time to stop with it. I have already proven to you and everyone else that I never had the intention to take your money, your things. Our expenses are divided 50%, 50% until present days (...)" For me, it was a matter of honor. So, I told him: It is time for you to stop with this thing that you married me to help me. Because now, I do not need your help anymore. I am thankful; I will always be your friend. But now, I want to have a place to live.

After Peter's considerations, they brought an apartment, sharing the cost together. After some years when she wanted to have children, Peter was resistant again. She says that during this period, they considered getting divorced for the second time.

Through her narrative, it seems that Peter's expectations of marriage differed from Janaína and that to some extent it was difficult for her that his idea of marriage was his way of «helping» her. It seems particularly difficult for her to comprehend his idea about marriage after she had managed to overcome all the short term goals she had achieved, such as passing her exams, securing a permanent job and being accepted by his family. It is not possible to know what Peter's expectations on marriage were and what his feelings for Janaína were. One hypothesis could be that Peter was worried that it was a marriage for convenience and that she did not truly love him. It could also be assumed that he interpreted her success in achieving her individual goals as an expression

that she wanted to be independent and manage life in Norway without him. Alternatively, he may have married her in order to help her rather than marrying for love.

Currently, they are still married. On the day of the interview, she proudly told me that as it was with their previous apartment, they shared «50%-50%» the cost of the new house, where they live with their children. She also emphasized that «the children were completely planned from both sides». Nonetheless, when I ask her about plans for the future, she said that she is in doubt if she and Peter will continue to stay together.

When the reason for migrating is due family grounds, the woman (or man)'s immigration status is often derived from her/his spouse, in accordance with Norwegian law (Clifford & Pearce, 2004 cited in Sam, 2006). This might however place the person in a vulnerable position. Some studies suggest that female immigrants are subject to a higher risk of suffering psychological, physical and sexual violence increases due to their immigrant status (Vatnar and Bjørkly, 2010). For Carolina, experiencing a condition that she had not planned led to negative psychological outcomes.

After their marriage, Carolina and Thomas applied for a family reunification permit in Norway and one year later they received the information that her visa was denied. She explains the reason:

After one year my visa was denied because my husband works with art. He is a freelancer... And they have this law that the husband must have a certain amount of money, around three hundred thousand crowns one year before the marriage and one year after marriage. (...) So, for them it doesn't matter that nowadays my husband has the three hundred thousand crowns in his bank account (...) and they do not consider my history. They do not consider if I worked... they do not check my bank account to see if I have money, they do not check if I came from a wealthy family, if I... The only exception they have for this law is in case you have one million crowns. If my husband had one million crowns. This is crazy!

She explained that by having her visa denied, she does not have the right to work legally, nor the right to free Norwegian language course. In the case of having an appointment with the doctor, she is required to pay privately for it. She explained this further:

And who is maintaining me? It is him [*sic*: referring to her husband]. Who is maintaining my daughter? It is him. Who pays the school of my daughter? It is him. He pays the clothes of my daughter, he pays everything. He pays the bills, he pays the rent, he pays the phone, and he pays the car's bills. He pays all the bills. (...) My husband who is unable to support me. [She laughs ironically]. (...) This law was created to avoid forced marriage. But as my husband

says: It is not a forced marriage, but instead, it is a forced divorce. Because it ultimately leads people to separate.

Carolina's narrative manifests her frustration with the Norwegian immigration system, by suppressing her life and forcing her to be economically dependent on her husband. For her it is contradictory to have had her visa denied due to the state of her husband's finances and, at the same time, having to be supported economically by him during the entire length of her stay in Norway. Carolina's frustration is amplified by the fact that her daughter is dependent on her husband. In addition, for Carolina, who had planned to work with her husband in different projects, she feels constrained to follow her plans prior to marriage and limited to complete housework and care for her daughter. Such conditions have led her to depression, impacting not only herself, but the whole family.

## **Final considerations**

Brazilians in Norway do not constitute expressive major group of immigrants, but the numbers of individuals who migrate to Norway have increased considerably over the last years, especially women, who constitute the majority of Brazilians in Norway. Although different reasons have encouraged Brazilian to migrate, family reunification has been the main motive why Brazilians leave their home country and migrate to Norway.

This paper has presented the narrative of three women on their motivations to migrate, and illustrated their attempts to make sense of their marriage in a foreign culture. From their narratives we can see that «love» and «convenience» cannot be seen as a cause per se, but in a web of factors that include cultural background, family representations and personal meaning given to marriage and migration.

In the country of settlement, expectations and realities will converge differently for each individual, and the way each person's experience will also vary. Even when a woman plans her transition to one country to another carefully, there will be unexpected events and situations that will challenge her psychological well being – as we saw in particular in the case of Carolina.

Through the process of narrating their stories, Janaína, Rosa and Carolina reflected on different events in their lives allowing new meanings and interpretations to emerge. By recounting their life stories to me, a narrative identity was created. However, «we hold a variety of narrative identities, each of which is connected to different social relationships» (Murray, 2008, p. 115). In this way, stories are shaped by the audience, in this case, a Brazilian master student living in Norway who wanted to hear first-hand accounts of migration stories from Brazil to Norway. Stories that would then be part of an article; stories that would be written and somehow, eternalized.



It is also important to remember that when the interviewees were invited to participate in this study, there were conditions: being a adult Brazilian woman living in Oslo or Akershus who had been living in the country for at least one year, and more importantly, had been granted the right to live and work in Norway through a family reunification permit. In one extent or another, these factors have shaped their narratives. It is most likely that the womens' stories would differ in some way if they were interviewed by a Norwegian woman, or a man, or if the interviewee was not a master student but instead a researcher from a governmental department. To exemplify, it was interesting to experience Janaína asking me before the interview began, if I wanted to hear her story only after she got married or how everything started. That Carolina, used the word «we» when she referred to women from middle class in Brazil at various times during the interview. Or when Rosa asked about my profession and upon my reply that my undergraduate studies are in psychology, trusted me to convey the many difficulties and traumas she experienced.

Last but not least, it has been vital in this study to consider the women's stories as part of both their home culture (Brazil) and the culture in which they tell their stories (Norway). In this sense, their narratives point to several general views about (Brazilian) women who migrate abroad through marriage. These views frequently encompass stereotypes from which the women try to distance themselves in various ways.

## References

- Daugstad, G., Sandnes, T. (2008) *Gender and Migration: Similarities and Disparities among women and men in the immigrant population*, Reports Statistisk Sentralbyrå – Statistics Norway, Oslo: Kongsvinger.
- Dierkes, N., Fuhrmann, J. (2011) *Immigration Country Norway: Demographic trends and political concepts*, KAS International Reports. Retrieved from [http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_21872-544-2-30.pdf?1102091234290](http://www.kas.de/wf/doc/kas_21872-544-2-30.pdf?1102091234290).
- Goldenberg, M. (2002) *Sobre a invenção do casal. Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro: V. 1, Nº. 1, p.89 – 104.
- Hofstetter, E. (2001) «Chapter nine: Psychology» in *Women in Global Immigration, 1945 – 2000. A comprehensive Multidisciplinary Bibliography*, London, UK: Greenwood Press, pp. 325–360.
- Murray, M., (2008) «Chapter six: Narrative Psychology» in Smith, J. (Ed.), *Qualitative Psychology: A practical Guide to Research Methods*, 2nd Ed., London, UK: SAGE Publications Ltd, pp. 111 – 132.
- Piscitelli, A. (2011) «Geografia política do afeto: interesse, “amor” e migração» in *Atas do 1º Seminário de Estudos Sobre Imigração Brasileira na Europa*, retrieved from: <http://seminariobrasileuropa2010.files.wordpress.com/2011/01/livro-i-seminc3a1rio-de-estudos-sobre-imigrac3a7c3a3o-brasileira-na-europa.pdf>.

Sam, D. (2006) «Acculturation of Immigrant children and women» in Sam, D., Berry, J. (Ed.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology*, New York: Cambridge University Press.

Tyldum, G., Tveit, M. (2008) *Someone who cares: a study of vulnerability and risk in marriage migration from Russia and Thailand to Norway*, Fafo Report.

Vatnar, S., and Bjørkly, S. (2010) «An interactional perspective on the relationship of immigration to intimate partner violence in a representative sample of help-seeking women» in *Journal of Interpersonal Violence*, 25 (10), pp. 1815-1835. DOI: 10.1177/0886260509354511.

**Web site references:**

[http://www.ssb.no/innvandring\\_en/](http://www.ssb.no/innvandring_en/)

[http://www.ssb.no/english/subjects/02/02/20/innvutv\\_en/tab-2011-05-05-11-en.html](http://www.ssb.no/english/subjects/02/02/20/innvutv_en/tab-2011-05-05-11-en.html)

[http://statbank.ssb.no/statistikbanken/Default\\_FR.asp?PXSid=0&nvl=true&PLanguage=1&tilside=selectvarval/define.asp&Tabellid=05713](http://statbank.ssb.no/statistikbanken/Default_FR.asp?PXSid=0&nvl=true&PLanguage=1&tilside=selectvarval/define.asp&Tabellid=05713)



# Casamentos e migração internacional: notas a partir de uma etnografia sobre os relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as)

*Viviane Kraieski de Assunção\**

## Resumo

Este artigo traz algumas observações iniciais sobre uma etnografia em andamento sobre casamentos e relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as). Procura refletir na(s) forma(s) como a mobilidade afeta a escolha de parceiros, a formação de famílias e a dinâmicas dos relacionamentos. Aponta que as mulheres envolvidas nestas uniões são de diferentes estados brasileiros, camadas sociais e faixas etárias, e conhecem seus parceiros de variadas formas e em diferentes lugares: na Holanda, no Brasil e na Internet. A etnografia tem demonstrado que é necessário superar as dicotomias entre «casamento por amor» e «casamento por interesse» (ou «casamento por papéis»), pois interesses, afetos e dinheiro, assim como já demonstrado por outros estudos antropológicos, se intersectam. Demonstra também a necessidade de aprofundar questões relativas às dificuldades enfrentadas por estes sujeitos em seu processo migratório e na adaptação a um novo país, e às pressões sociais e aos constrangimentos a que estão sujeitos.

**Palavras-chave:** casamentos mistos; imigrantes brasileiros; gênero; conjugalidade; família

## Introdução

Este artigo traz observações iniciais de uma pesquisa de campo em andamento sobre relacionamentos afetivos e casamentos entre brasileiras/brasileiros e holandeses/holandesas.<sup>1</sup> Além de pensar os casamentos e relacionamentos afetivos como portas para a migração, pretende contemplar as dinâmicas que envolvem

---

\*VU University Amsterdam/Universidade Federal de Santa Catarina: ✉  
vivianekraieski@gmail.com

<sup>1</sup> Parte da literatura antropológica sobre estes casamentos os definem como «casamentos mistos», e há também outros estudos que os descrevem como «casamentos binacionais». No decorrer do texto, trago o termo «casamento misto» para me referir às uniões entre brasileiras e holandeses. Admito, no entanto, que deve ser feita uma reflexão sobre estes termos, o que deve ocorrer no andamento do trabalho de campo, quando puder confrontar os dados etnográficos com os conceitos utilizados na literatura antropológica sobre o tema.

estas uniões, o papel dos filhos e a formação de famílias. Até o momento, foram entrevistadas seis mulheres brasileiras em relacionamentos afetivos com homens holandeses. A pesquisa, porém, vai contemplar futuramente casais formados por homens brasileiros e mulheres holandesas e também casais do mesmo sexo. As primeiras observações e/ou participações em meu trabalho de campo revelaram a grande recorrência de casamentos e relacionamentos afetivos entre homens holandeses e mulheres brasileiras e, mais raramente, entre homens brasileiros e mulheres holandesas.

Segundo o IND (Agência de Naturalização de Imigrantes dos Países Baixos), há pouco mais de 13 mil brasileiros no país, sendo que por volta de 60% desta população é composta por mulheres. Este número, no entanto, pode ser maior, já que há um grande contingente de indocumentados. A principal motivação para a migração, ainda de acordo com o IND, seria a formação ou reintegração familiar.

Ao realizar a pesquisa de campo, é necessário entender o contexto das políticas migratórias onde os sujeitos da pesquisa estão inseridos. Para conseguir o visto de residência para viver legalmente na Holanda com seus parceiros, as brasileiras de minha pesquisa tiveram que passar, ou terão ainda que passar, por testes de idioma holandês e de cultura holandesa, além de cumprir outros requisitos. O parceiro com cidadania holandesa precisa comprovar renda que permite sustentar sua companheira e ter endereço fixo. Os testes de idioma e cultura holandesa fazem parte de medidas adotadas pelo governo holandês em 2007, chamadas *Ato de Integração Civil*. Segundo o site do governo holandês, esta política de integração é baseada em «valores holandeses», e cada indivíduo é responsável por se integrar à sociedade e por aprender o idioma oficial do país. Ainda conforme o site, o governo está «se distanciando do relativismo contido na sociedade multicultural», e esta política de integração de caráter obrigatório seria necessária para evitar a «fragmentação e segregação da sociedade», que poderia resultar no «sentimento de ninguém se sentir em casa na Holanda».<sup>2</sup>

A seguir, discorro sobre as primeiras impressões do trabalho de campo: as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em relacionamentos com holandeses, a importância das redes sociais (virtuais ou não) na formação de casais, os estereótipos relacionados ao gênero e à nacionalidade, as frustrações e pressões sociais enfrentadas pelas interlocutoras.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Estas informações podem ser encontradas no site do governo da Holanda, em holandês e em inglês: [www.government.nl](http://www.government.nl).

<sup>3</sup> Trato as mulheres entrevistadas como interlocutoras por acreditar que o trabalho de campo estabelece uma relação dialógica entre pesquisador e seus sujeitos de pesquisa. Lembro aos leitores que, por se tratar de uma pesquisa em andamento, este texto traz apenas observações iniciais, que não têm a pretensão de serem conclusivas. Ao contrário, revela a necessidade de aprofundamentos em diversos pontos aqui apresentados. Início tratando da articulação entre afetos e interesses, que está presente nestas (e não seriam em todas?) as uniões, e em seguida apresento o perfil das interlocutoras da pesquisa até o momento, que apontam para a heterogeneidade presente no campo.

## 1 Articulando afetos e interesses

A pesquisa toma como ponto de partida a intersecção entre afetos e interesses, dissolvendo a dicotomia entre «casamento por amor» e «casamento por interesse», ou «casamento por papéis». Como apontado por [Piscitelli \(2011\)](#), há relações entre afetos, interesses e dinheiro. Em outras palavras, podemos considerar, como sugerido por [Blanchette \(2005\)](#), que todo casamento envolve interesses. O casamento, pensado a partir da obra de [Bourdieu \(1972\)](#), pode ser visto como estratégias de reprodução social. Para o sociólogo francês, os casamentos se realizam num campo de jogo, que envolvem riscos, e o «sucesso nesse jogo depende da habilidade de quem joga» ([Woortmann, 2004](#)). Neste sentido, é importante pensar que existem as boas e as más alianças ([Woortmann, 2004](#)), para levar em conta as uniões bem e mal sucedidas, tomando como ponto de partida as expectativas dos parceiros e como estes significam o sucesso (ou não) de uma relação.

Ao falar sobre suas uniões com holandeses, algumas das interlocutoras da pesquisas dizem que as uniões começaram por «acaso», tanto aquelas que encontraram seus parceiros na Holanda, como no Brasil ou ainda pela Internet. [Roca Girona \(2007\)](#), ao analisar casamentos entre espanhóis com mulheres de outras nacionalidades, propõe considerar as ideologias que permeiam estas uniões, como a narrativa do amor romântico,<sup>4</sup> para entender como os parceiros narram e significam seus relacionamentos. Estes discursos tenderiam a destacar que as uniões iniciaram de forma não-intencional, justificando que o acaso ou destino seriam responsáveis pelo encontro dos casais. Uma de minhas interlocutoras, no entanto, explicitou sua preferência por homens holandeses. Ela migrou indocumentada para a Holanda, e trabalha fazendo limpezas em casas. No trecho da entrevista dela, a seguir, vemos como a união com um cidadão holandês, considerada por ela como preferencial, está relacionada a possibilidade de mobilidades, que podem ser entendidas como sociais e/ou geográficas:

aqui eles [os brasileiros] não tem documento, e não podem ajudar elas em nada, entendeu. Pode acontecer que você conheça um brasileiro que você queira, que você goste, mas para viver aqui não vai dar... Vão ser duas pessoas sem muito futuro. Podem juntar dinheiro para ir embora para o Brasil, mas para viver aqui não daria. Eu não posso ajudar ele, ele não pode me ajudar. Eu queria poder viajar, conhecer países que eu não conheço. Aqui eu conheço só a Bélgica e Luxemburgo. Eu queria conhecer a Inglaterra, por exemplo. Pra você ir para lá, muito difícil. Eu queria ir só para conhecer. Eu falei para minhas amigas: é tão próximo de outros países, é tão baratinho para ir, e não poder ir. Aqui você pode ir para a Irlanda. Eu já vi promoções que você paga sete euros. Imagina, sete euros! (Nara,<sup>5</sup> 28 anos)

---

<sup>4</sup> Para definição e história social do amor romântico e outras formas de amor, como o amor confluyente, ver [Giddens \(1992\)](#).

<sup>5</sup> Todos os nomes das interlocutoras de minha pesquisa citados neste artigo, são fictícios, em respeito à sua privacidade.

Acima, vemos ainda como Nara cita o termo «ajuda». Piscitelli lembra que este termo, que é amplamente difundido no Brasil, principalmente em camadas médias e populares, e também é recorrente entre migrantes brasileiros no exterior. O termo, que costuma ser associado a contribuições econômicas, também pode ser trocado por sexo, amparo, afeto e cuidados (Piscitelli, 2011, p. 559). No caso de Nara, a «ajuda» seria a possibilidade de conseguir «papéis», para viver legalmente na Holanda, viajar para outros países e ter a possibilidade de ir ao Brasil e retornar à Europa, sem o risco de não ser barrada em aeroportos e deportada.<sup>6</sup>

## 2 A heterogeneidade das mulheres brasileiras

Diversas pesquisas sobre brasileiros que vivem fora do Brasil têm demonstrado que estes sujeitos não podem ser caracterizados como grupo homogêneo. O mesmo ocorre entre as seis brasileiras casadas ou em relacionamentos afetivos com holandeses que fazem parte de minha pesquisa até o momento. Elas são provenientes de diferentes Estados brasileiros (duas do Ceará, uma de Goiás, uma de Brasília, uma da Bahia e uma do Rio de Janeiro), camadas sociais (três se autoidentificam como provenientes de camadas médias do Brasil, duas de camadas populares e uma de camada alta), raças (duas se autoidentificam como negras, duas como brancas e outras duas como mulatas) e faixas etárias (duas entre 20 e 30 anos e outras quatro entre 35 e 53 anos). Elas também têm diferentes tempos de permanência na Holanda: a que estava a menos tempo, está no país há dois anos, e a entrevistada que vive há mais tempo, mora no país há 13 anos.

As interlocutoras também tinham encontrado seus atuais parceiros de diferentes formas. Duas delas tinham migrado para a Holanda indocumentada, trabalham como faxineiras, e conheceram seus companheiros no país, através de amigos brasileiros. Outra conheceu o atual marido quando este estava de férias com amigos no Brasil. Outras três brasileiras contaram ter encontrado seus atuais parceiros em sites de encontros na Internet.

É interessante perceber a importância das redes sociais na formação destes casais. Como relatam os estudos migratórios, as redes sociais, formadas por pessoas no país de origem e no país de destino, tornam a migração possível, pois fornecem moradia, emprego, apoio emocional e informações necessárias para a mudança e estabelecimento em um novo país (Massey, 1990; Tilly, 1990; Boyd, 1989). No caso dos relacionamentos afetivos, estas redes são responsáveis não apenas por apresentar os indivíduos, como no exemplo das brasileiras que migraram para a Holanda e conheceram seus parceiros através de contatos de amigos. Uma das mulheres que conheceu o atual marido pela Internet foi in-

---

<sup>6</sup> Estudos com brasileiros nos Estados Unidos mostram como o *Green Card* (que implica a autorização para morar e trabalhar legalmente nos Estados Unidos) é valorizado pelos imigrantes brasileiros por possibilitar a ida ao Brasil e o retorno aos Estados Unidos. Deste modo, o *Green Card* não resulta necessariamente em uma maior permanência nos Estados Unidos, pois permite a visita aos familiares, parentes e amigos que permaneceram no Brasil, reforçando os laços transnacionais (Assis, 2004).

centivada a entrar em um site de encontros por uma amiga casada com um holandês que vive na Holanda. Após os primeiros contatos com um holandês, e a demonstração de seu interesse em encontrá-la no Brasil, este encontrou a amiga de sua pretendente e o marido dela em um café em Amsterdam. Após comprovar que era uma pessoa «confiável» e «trabalhadora», ele foi ao Brasil conhecer pessoalmente sua futura companheira.<sup>7</sup>

As redes sociais também facilitam e possibilitam a comunicação entre o casal. Entre as seis mulheres entrevistadas, nenhuma delas falava holandês antes de migrar para a Holanda, e apenas uma delas falava inglês com fluência. Outras tiveram a ajuda de amigos para se comunicar em inglês com o companheiro no primeiro encontro. Todas as mulheres destacaram que os holandeses têm facilidade para aprender novas línguas, por já terem estudado outros idiomas no período escolar. Dos companheiros desta mulheres, apenas um já se comunicava em português antes de conhecer a parceira brasileira, outros três aprenderam o português após o início do relacionamento, e dois se comunicam em inglês e holandês. Eles trabalham em funções que podem ser relacionados às camadas médias: engenheiro, advogado, dono de uma empresa de pequeno porte, técnicos de informática, e um deles, com maiores condições financeiras, é executivo de uma empresa multinacional.

### **3 Representações perpassadas por gênero e nacionalidade**

Quando descrevem os parceiros holandeses, e também os homens holandeses de forma geral, as interlocutoras de minha pesquisa reproduzem as características atribuídas aos «homens do Norte»,<sup>8</sup> como apontado por alguns autores, que seriam associados a uma «masculinidade sensível».<sup>9</sup> Neste sentido, as brasileiras caracterizam os holandeses de forma homogeneizante, sem nuances, como camada e origem social ou faixa etária. Elas os descrevem em comparação com os homens brasileiros. Em relação a estes, os holandeses não seriam machistas,<sup>10</sup> seriam mais leais e honestos, como pode-se perceber nos trechos das entrevistas abaixo:

Por isso que é bom namorar homem holandês. No Brasil, eu ouço

<sup>7</sup> [Roca Girona](#) descreve as dinâmicas que envolvem o início destes relacionamentos, que se aplicam às interlocutoras brasileiras, que começam com visitas do homem europeu ao país de origem da namorada, e posterior ida desta ao país europeu ([Roca Girona, 2007](#)).

<sup>8</sup> Utilizo a denominação «homens do Norte» conforme aparece na literatura antropológica e sociológica sobre casamentos mistos, mas ciente de que este termo é problemático, pois trata de homens de diferentes países e de contextos sociais e culturais distintos.

<sup>9</sup> [Hondagneu-Sotelo e Messner \(1994\)](#) mostram o papel da mídia na expansão da ideia de anglo-saxões como «homens sensíveis», em oposição ao «machismo latino» dos homens mexicanos – contraposição semelhante à realizada pelas brasileiras entre homens brasileiros e homens holandeses.

<sup>10</sup> De forma semelhante, mulheres mexicanas pesquisadas por [Schaeffer-Grabieli \(2004\)](#) descrevem os homens mexicanos em oposição aos homens norte-americanos, com quem têm ou pretendem ter relacionamentos afetivos.



um monte de histórias. Eu ligo para minha irmã e ouço que fulano de tal se separou, fulano de tal traiu. Aí eu penso: ah, vou me relacionar com brasileiro? Vou correr risco? Aqui é mais seguro nessa parte. Eu acho que vou ficar com holandês mesmo. (Nara, 28 anos)

Eu acho que, por exemplo, não são ciumentos, não são machistas... aqui, como não se tem empregada, não se tem babá, é comum o homem ficar com as crianças para as mulheres saírem com as amigas. Como ela também fica para ele sair. Outra coisa muito comum: ele viaja com os amigos e ela também. Não se tem questionamento. (Mariana, 43 anos)

No último depoimento acima, a interlocutora cita que os homens holandeses costumam dividir as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. Estes discursos são bastante recorrentes entre as mulheres brasileiras da pesquisa. No entanto, é interessante atentar para as contradições entre discurso e prática. Ainda que admirem os holandeses por estarem dispostos a dividir atividades como cuidar das crianças, limpar a casa e cozinhar, as brasileiras ouvidas durante o trabalho de campo realizavam a maior parte destas tarefas domésticas. Segundo elas mesmas, isso ocorre por sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Para trabalharem legalmente, estas brasileiras enfrentam barreiras, como a falta de fluência no idioma holandês e a dificuldade de reconhecimento dos cursos técnicos e universitários concluídos no Brasil.<sup>11</sup>

Em seus relacionamentos afetivos com holandeses, as interlocutoras da pesquisa dizem experienciar maior agência e autonomia em relação aos seus relacionamentos anteriores com homens brasileiros. Com recorrência, falam que os holandeses «não têm ciúmes», como podemos ver em um dos depoimentos anteriores. No entanto, pontuo que esta autonomia não é financeira, já que quatro das seis entrevistadas dependem economicamente de seus companheiros. Apenas as duas mulheres que trabalham como faxineira, «no preto», para usar uma expressão utilizada por elas, que conheceram seus atuais companheiros após migrarem para a Holanda, trabalham e dividem as despesas da casa. De modo geral, as interlocutoras dizem sentir-se mais «livres» ou autônomas por terem liberdade para viajarem sozinhas ou com amigos, usarem a roupa que desejarem, sem a intromissão do companheiro, terem amizades com outros homens. É importante destacar também que, além da dependência econômica, durante os primeiros anos de relacionamento, estas mulheres também dependem de seus companheiros para manterem seu *status* migratório legal na Holanda.

Estudos sobre casamentos mistos mostram que há representações sobre mulheres de certas nacionalidades que as favorecem no «mercado matrimonial global». Estas representações associam não apenas brasileiras, como também

<sup>11</sup> Em geral, para terem seus diplomas de conclusão de curso universitário validado, os brasileiros com quem tive contato durante a pesquisa de campo precisam cursar disciplinas em universidades holandesas, a fim de «completar» sua formação. Antes disso, porém, para serem aceitas nas universidades, necessitam concluir cursos de holandês e passar por testes de proficiência no idioma.

outras mulheres latinas, asiáticas e do Leste Europeu, à domesticidade, sensualidade, afetuosidade e submissão. Quando perguntadas sobre a preferência de seus companheiros por uma mulher de outra nacionalidade, as interlocutoras de minha pesquisa justificavam que as mulheres holandesas costumam ser «chatas» ou «muito mandonas» e «muito exigentes». Algumas entrevistadas citavam que as holandesas, ao contrário das brasileiras, estavam menos disponíveis para o sexo com o companheiro. Na fala de uma de minhas interlocutoras, que apresento a seguir, além da «exigência», ela sugere a assimetria entre os parceiros em uma união entre uma brasileira e um holandês, considerando a «superioridade» dos holandeses e das holandesas.

As mulheres daqui são muito exigentes. (...) Elas são muito independentes. Gostam de homem que tenha bom trabalho, bom carro. Em termos de homem para mulher, eles tem menos preconceito, mas de uma mulher holandesa... mais difícil. Elas são muito independentes aqui... têm o carro delas, o emprego delas, ganham bem, viajam, elas não tem filhos, então é difícil para um homem brasileiro, eu acho (...) Até para namorar com holandês aqui elas exigem muito... Tem que ter um bom trabalho, bom carro, uma vida financeira muito boa. (...) De qualquer maneira, nós [brasileiros] somos inferiores, mulheres e homens. (Nara, 28 anos)

Neste trecho da entrevista de Nara, a inferioridade dos brasileiros estaria relacionada a seu pertencimento a camadas sociais e condições econômicas menos privilegiadas, o que aponta para as desigualdades e hierarquias sociais que permeiam as relações entre os sujeitos dos dois países.

## **4 Constrangimentos e pressões sociais**

Além das qualidades citadas anteriormente, que caracterizam positivamente os parceiros holandeses como sujeitos menos machistas que os brasileiros e dispostos a partilhar as atividades domésticas, as mulheres brasileiras com quem tive contato durante o trabalho de campo (e não apenas as interlocutoras entrevistadas citadas aqui) avaliam que os holandeses, diferentemente dos homens brasileiros, aceitam os filhos de relacionamentos anteriores de suas parceiras «como sendo filhos deles». Estas afirmações levam a refletir sobre o papel dos filhos destas brasileiras nos relacionamentos do casal e a importância deles nestas uniões – questões que deverão ser consideradas no andamento da etnografia. Uma das interlocutoras entrevistadas, por exemplo, contou que a decisão de ir morar na Holanda com o namorado que conheceu pela Internet levou em consideração o fato de poder dar «um futuro melhor» para a filha, pois considera que ela terá uma educação de qualidade e «mais oportunidades» na Europa do que se permanecesse no Brasil.

As interlocutoras que ainda não têm filhos entendem que a decisão de ter uma criança com um holandês está relacionada à permanência na Holanda, ainda que o relacionamento entre o casal termine. As duas brasileiras, como mostram

trechos dos depoimentos a seguir, dizem que os holandeses não permitiriam que os filhos fossem criados no Brasil, por quererem acompanhar o crescimento das crianças e não desejarem que estes crescessem em «um país de Terceiro Mundo».

Até onde eu saiba, os holandeses não assinam para ir embora não. Eu não conheço histórias de perto, mas os holandeses não querem que o filho vá ser criado em outro país, em um país de terceiro mundo. O meu marido já disse: se eu morrer, e a gente tiver um filho, você vende a casa e tudo, mas [não volta para o Brasil]. . . Eles [os holandeses] não querem que os filhos sejam criados em um país subdesenvolvido. (Vitória, 37 anos)

Se você tem um filho, pesa muito. Porque é o sistema deles, eles não vão permitir [que o filho seja levado para o Brasil]. E outra coisa: aqui não é como no Brasil que os homens não querem a guarda. Aqui não. Eles lutam pela guarda do filho. (. . .) Aqui quando eles querem ser pais, eles são pais indo e voltando. Não é só ser pai para coisa material, para comprar um filho, como acontece no Brasil, infelizmente. Aqui pai e mãe são pai e mãe. (Carla, 24 anos)

Entre as características negativas dos holandeses, todas as mulheres brasileiras com quem conversei durante a pesquisa citaram o «individualismo». De acordo com elas, os holandeses teriam menos contato com familiares, parentes e amigos, restringindo sua vida social à família nuclear (esposa e filhos) e poucas pessoas com têm mais intimidade. Elas afirmam que há uma dificuldade em estabelecer relações de amizade com holandeses, pois estes costumam conviver apenas com seus «amigos de infância». As interlocutoras dizem ainda que a maioria dos holandeses agem sozinhos, mesmo quando estão em dificuldades, e raramente pedem ajuda a outras pessoas. Isto caracterizaria uma diferença apontada pelas mulheres em relação aos brasileiros, que estariam mais dispostos a estabelecerem novos laços sociais e relações de reciprocidade.

Duas coisas negativas aqui que pesam muito: amigo, família, isso acaba. Você vive sozinho aqui com seu marido. Viver sozinho aqui, com seu marido, é muito difícil. Então ter uma pessoa aqui que te ama, que te ajuda, que cuida de ti, que quer o teu melhor, então isso fica mais fácil. Porque isso pesa muito. Principalmente para nós brasileiros que temos esse calor humano, isso pesa muito. A gente gosta de ter contato com as pessoas. Isso aqui não existe: aqui é você com seu marido, sua casa, sua vida. Eles são frios. Você tem os seus vizinhos. Aqui não existe isso de você fazer um favor porque você quer, porque você gosta da pessoa, porque você quer agradar. Aqui não existe isso. É só «oi, tudo bom». (Carla, 24 anos)

Neste sentido, é interessante perceber que a maioria das pessoas com quem as interlocutoras apresentam relações de amizade é composta por pessoas que

não fazem parte do círculo de amizades de seus companheiros. Pelo menos quatro das seis entrevistas possuem mais amigos brasileiros do que holandeses ou pessoas de outra nacionalidade. Estas mulheres conhecem outros brasileiros frequentando lugares conhecidos como espaços de socialização de imigrantes, como Igrejas, ou eventos que reúnem brasileiros, como festas étnicas.<sup>12</sup> As interlocutoras também disseram ter feito amizade com brasileiros através de redes sociais da Internet e também em escolas de idiomas, que são obrigadas por leis holandesas a frequentar para aprender a falar holandês a fim de manterem seus vistos de permanência no país.

Através destes contatos, estas mulheres participam ativamente de redes sociais, que trocam informações e oferecem ajuda mútua. Algumas vezes, estas redes começam a ser formadas ainda no Brasil, principalmente pela Internet. Por meio de redes sociais online, como *Orkut* e *Facebook*, estas mulheres tiram dúvidas e trocam experiências com outros brasileiros sobre questões fundamentais para sua ida para a Holanda, como a realização dos testes de idioma e cultura holandesa, e os requerimentos que devem cumprir para conseguir o visto para viver legalmente com o parceiro na Europa.<sup>13</sup>

Além do individualismo, algumas mulheres queixam-se da «frieza» dos homens holandeses. Elas caracterizam esta «frieza» por uma falta ou dificuldade de expressão dos sentimentos. Uma de minhas interlocutoras disse-me que os holandeses «não têm emoção», citando suas reações «frias» em casos de morte de familiares ou amigos. É interessante que ela também se referiu ao fato do marido não sentir ciúmes dela. Percebe-se, portanto, que o que pode ser considerado por algumas mulheres como possibilidade de maior liberdade ou autonomia no relacionamento, como apresentei anteriormente, por ela era visto como «falta de amor», «sentimento» ou «cuidado».

A conversa que tive com esta interlocutora pode ser útil para refletir também sobre as pressões e constrangimentos sociais pelos quais estas mulheres passam, e que as levam a casar ou a manter um relacionamento ou casamento com homens holandeses. Esta brasileira, que vou chamar de Miriam, tem 56 anos e me contou que estava insatisfeita com o relacionamento, apesar de seu marido ser uma «pessoa boa» e de seus amigos e familiares o considerarem um companheiro «ideal». Penso que, assim como a decisão de retornar ao país de origem é difícil para aqueles que não cumpriram seus projetos migratórios, a decisão de divórcio também pode resultar em sentimentos de fracasso e frustração do projeto de migrar que acompanha estas uniões. Deste modo, é interessante o fato de todas as entrevistadas terem afirmado que têm a intenção de permanecer na Holanda, ainda que seus relacionamentos cheguem ao fim. Em relação ao caso específico da interlocutora citada, muitos fatores podem ser citados como empecilhos da separação, como a pressão familiar («se eu me separar, acho que meu pai terá um enfarto») e a faixa etária (a dificuldade enfrentada por muitas mulheres para

---

<sup>12</sup> Na Holanda, assim como em outros países, são realizadas diversas festas brasileiras, destinadas a atrair tanto brasileiros como holandeses. Entre elas, estão festas juninas, carnaval, festivais de música brasileira, noites de samba e de forró, entre outras.

<sup>13</sup> No *Orkut* e no *Facebook*, há comunidades e grupos específicos para quem quer trocar informação sobre estes assuntos e a vida nos Países Baixos.

encontrar um companheiro por não serem consideradas jovens). Ainda que estes constrangimentos sociais não sejam exclusivos das uniões entre pessoas de duas nacionalidades diferentes, considero importante pensar não apenas o que motiva o início destes relacionamentos, como também o que mantém os casais juntos e o que as separações podem acarretar em suas vidas, principalmente daqueles distantes de seu país de origem.

É importante atentar que três das seis interlocutoras de minha pesquisa já tinham tido relacionamentos com outros estrangeiros antes de iniciar o relacionamento com o atual parceiro holandês. Uma delas, por exemplo, já havia migrado para Portugal, lá teve um relacionamento com um português e teve uma filha com ele. Após quase dois anos, separou-se e voltou ao Brasil, onde permaneceu por dez anos. Insatisfeita com o trabalho e com problemas de relacionamento com a mãe, com quem morava, ela conheceu um holandês através de um site de relacionamentos na Internet.

Olhei a foto, nem gostei, nem achei ele bonito. Mas eu tinha vindo na Holanda há anos atrás a passeio, sozinha, fiz o Benelux, quando tinha uns vinte e poucos anos, e um dos lugares que eu mais gostei foi a Holanda. Fiquei encantada com o jeito como tratavam os animais... os espaços, a coisa de andar de bicicleta. Engraçado, porque naquela época eu tinha uns 23, 24 anos... eu tenho quarenta e três agora. E eu disse: se tem um lugar que gostaria de morar era na Holanda. Mas não era um sonho, era a minha impressão do lugar. Eu só fui a Amsterdam naquela época. Aí eu pensei: eu gosto tanto da Holanda, vou falar com ele sobre a Holanda. Aí a gente ficou conversando. Não usávamos camera. Tinha fotos. Aí tinham muitas afinidades de viagens, de música... aí a gente passou a conversar no *Msn*, aí telefonemas, aí depois de um tempo, te amo, te amo, te amo... aí passou uns seis meses, ele tinha feito uma operação no joelho, tava afastado do trabalho, por isso ele tinha muito tempo para conversar pela Internet. Aí com seis meses ele foi ao Brasil. Aí ele passou mais de um mês (...). (Mariana, 43 anos)

Mariana descreve os homens portugueses como «ainda mais machistas» que os brasileiros, e exalta as qualidades dos holandeses, de forma semelhante àquelas que apresentei anteriormente. No momento em que países europeus, como Portugal e Espanha, que receberam grande número de imigrantes brasileiros nos últimos anos enfrentam crise econômica, com altas taxas de desemprego, é interessante pensar se esta crise estaria favorecendo as uniões com holandeses, que, ainda que sintam reflexos da crise da zona do euro, estão em posição mais favorável e estável do que seus vizinhos.

## **Considerações finais**

Este artigo não tem pretensão de trazer conclusões acerca dos relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as), pois reconhece que a pesquisa de

campo está em estágio inicial e que ainda deverá ter muitos desdobramentos e aprofundamentos. Ainda que o foco inicial sejam os casamentos e relacionamentos afetivos, o estudo pretende preencher uma lacuna sobre a migração de brasileiros para a Europa – há raros estudos sobre a presença desta população nos Países Baixos. Deste modo, a pesquisa procura atentar para as especificidades do contexto migratório, sem deixar de considerar que muitas das questões recorrentes no trabalho de campo também são comuns a outros contextos estudados por sociólogos e antropólogos.

Pesquisar casamentos entre duas pessoas de nacionalidades distintas implica não apenas pensar estas uniões como estratégias de reprodução social (Bourdieu, 1972), como também considerar as transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que aceleram e complexificam as circulações de pessoas, bens e informações (Appadurai, 1999), no final do século XX e início do século XXI. Neste sentido, percebemos de que formas estas uniões ocorrem envolvendo redes sociais transnacionais, compostas por indivíduos no Brasil e na Holanda, e que a Internet possui um papel preponderante na formação e estreitamento de laços entre indivíduos situados nos dois países.

As entrevistas realizadas até o momento com brasileiras em relacionamentos afetivos com holandeses já permitem problematizar entendimentos do senso comum (e algumas vezes, acadêmicos) que vêem os casamentos mistos como sinais de integração do imigrante no país de acolhida. Algumas falas das sujeitas de minha pesquisa evidenciam as dificuldades com o novo idioma, as barreiras encontradas para conseguir emprego, terem os estudos realizados no Brasil reconhecidos na Holanda ou ainda realizar um novo curso universitário no país, e de se inserir em redes de amizade e solidariedade com holandeses e, em alguns casos, também com brasileiros.

Além disso, cabe ressaltar o contexto mais amplo em que estas uniões ocorrem, pois, como denunciam os estudos pós-coloniais, devemos lembrar as históricas relações de poder entre países colonizadores e países colonizados. Hoje em dia, mulheres de «países do Sul» ocupam posição de destaque no «mercado matrimonial global» por serem associadas a representações de docilidade, sensualidade e, até mesmo, submissão. Estas ideias entram em conflito com as descrições que estas mulheres fazem de seus companheiros de «países do Norte», considerados ideais para terem relacionamentos mais igualitários, onde possam ter maior autonomia e agência. Sugiro que é preciso problematizar de que formas estas mulheres experienciam (ou não) esta maior igualdade nos relacionamentos, e os constrangimentos e pressões sociais a que estão expostas, como demandas dos filhos, familiares no país de origem, entre outras.

A pesquisa bibliográfica sobre casamentos mistos demonstrou a necessidade de ampliar a investigação, contemplando também as uniões entre indivíduos do mesmo sexo, e entre homens brasileiros e mulheres holandesas – estes últimos considerados muito menos frequentes do que entre mulheres brasileiras e homens holandeses. Desta forma, será possível realizar não apenas comparações com outras formas de uniões mais recorrentemente estudadas, mas também considerar de que formas os homens brasileiros se inserem (ou são inseridos) nestes relacionamentos com holandeses(as).

Por fim, gostaria de salientar que os estudos sobre casamentos mistos podem contribuir não somente para o entendimento das migrações e mobilidades contemporâneas, como também iluminar questões sobre parentesco, formação de famílias, e as formas como a interculturalidade e a transnacionalidade são experienciados pelos sujeitos que se engajam nestas relações.

## Referências

- Appadurai, A. (1999) «Disjunção e diferença na economia cultural global», in Featherstone, Mike (Org.) *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*, Petrópolis (RJ): Vozes, pp. 311–327.
- Assis, G. (2004) *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais; Unicamp.
- Blanchette, T. (2005) «“Is it a real marriage?”: imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos», in Neto, H. e Ferreira, A. P. (Org.) *Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*, Rio de Janeiro: Revan, pp. 133–151.
- Bourdieu, P. (1972) *Esquisse d’une théorie de la pratique, précédé de trois études d’ethnologie kabyle*, Genève: Librairie Droz.
- Boyd, M. (1989) «Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda», in *International Migration Review*, Vol. 23, N.º 3, pp. 638–670.
- Giddens, A. (1992) *The transformation of intimacy: Sexuality, love and eroticism in modern societies*, Cambridge, UK: Polity.
- Hondagneu-Sotelo, P. e Messner, M. (1994) «Gender displays and men’s power: The “new man” and the Mexican immigrant man», in Brod, H. e Kaufman, M. (Eds.) *Theorizing masculinities*, Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 200–218.
- Massey, D. (1990) «The social organization of migration», in Massey, D., Alarcon, R., Durand, J. e González, H. *Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico*, Berkeley: University of California Press, pp. 139–171.
- Piscitelli, A. (2011) «Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais», in Piscitelli, A., Assis, G. O. e Olivares, M. (Orgs.) *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*, Campinas: Unicamp/Pagu, pp. 537–582.
- Roca Girona, J. (2007) «Migrantes por Amor: La búsqueda y formación de parejas transnacionales», in *AIBR - Revista de Antropología Iberoamericana*, Vol. 2, N.º 3, Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red, pp. 430–458.

Schaeffer-Griebel, F. (2004) «Cyberbrides and Global Imaginaries: Mexican Women's Turn from the National to the Foreign» in *Space & Culture*, Vol. 7, N.º 1, pp. 33–48.

Tilly, C. (1990) «Transplanted Networks», in Yans-Mc Laughlin, V. (Ed.) *Immigration Reconsidered*, NY, Oxford: Oxford University Press, pp. 79–95.

Woortmann, K. (2004) «A etnologia (quase) esquecida de Bourdieu, ou o que fazer com heresias» in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 19, N.º 56, pp. 129–137. Disponível *on-line* em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000300009&lng=en&nrm=iso).





## Casamento franco-brasileiro: mulheres brasileiras casadas com franceses e morando na França

*Marta dos Santos Silva\**

### Resumo

O casal franco-brasileiro (composto de um homem francês e de uma mulher brasileira) é um exemplo da necessidade de construções estratégicas da vida conjugal e familiar segundo as normas contemporâneas do casamento. O modelo da transplantação da mulher brasileira na França é um meio explicativo do processo de socialização conjugal e familiar do casal. A conjugalidade é estudada através do método tipo-ideal, levando em consideração os fatores geográficos e culturais da mulher brasileira, onde a questão do estereótipo está no centro do objeto do estudo. A distância cultura, fundadora desse modo de misto conjugal, nos permite de analisar a negociação entre o homem francês e a mulher brasileira em busca da harmonia conjugal e familiar, segundo as normas estabelecidas.

**Palavras chave:** conjugalidade; mulher brasileira; estratégias

### Introdução

Este artigo é baseado na construção conjugal de casais franco-brasileiros que moram na França. Ele foi extraído de um trabalho de doutorado que teve como título: «*As construções de estratégias conjugais e familiares de casais franco-brasileiros*». Aqui nós discutiremos alguns pontos relevantes da pesquisa no que concerne a necessidade dos atores sociais de elaborarem estratégias para construir suas vidas conjugais com aquele ou aquela que eles escolheram livremente por amor. Primeiro levantaremos a questão da semelhança desses casais franco-brasileiros com os casais contemporâneos e não mistos. Também neste artigo podemos compreender através da exposição empírica pela «tipologia» de formas de construção conjugal dos casais franco-brasileiros, algumas estratégias para responderem certos fatores inerentes à vida conjugal, social e profissional num quadro onde duas culturas são colocadas como referência para uma negociação conjugal.

O objetivo da nossa pesquisa com casais franco-brasileiros foi de compreender a manifestação de estratégias criadas por eles para construir suas vidas conjugais e familiares. Usamos a noção de «compreender» segundo a teoria

---

\*Universidade Paris 4 Sorbonne: ✉ martasantosmss@hotmail.com

de Max Weber: «Comprendre, c'est ramener le phénomène social aux actions individuelles et examiner les motifs des acteurs en se mettant à leur place. La sociologie compréhensive considère l'individu comme l'unité de base, car il est l'unique porteur d'un comportement significatif.» (Weber, 1971 in Cherkaoui, 1997, p. 47)

Nós compreendemos que o casal franco-brasileiro ao qual nós tivemos acesso é o resultado de uma construção estratégica de vida conjugal e familiar segundo a transplantação da mulher brasileira na França. A «estratégia» está no centro da vida humana, pois os atores sociais devem resolver os problemas consequentes à liberdade (Baechler, 2010). E a liberdade constatada nesta pesquisa representa a livre escolha conjugal que pode ser representada como diferente, sobretudo no âmbito social, mas que pode ser considerada pelos atores como semelhantes. Esta análise científica se enquadra no estudo sociológico de construções de estratégias de vida conjugal e familiar de casais franco-brasileiros contemporâneos.

Por meio de uma questão generalizada: «quais são os problemas que nascem num casamento pelo fato de ser ele constituído por uma mulher brasileira e um homem francês?» nós analisamos as estratégias e as negociações que esses casais construíram para solucionar de uma parte, problemas ligados às suas diferenças culturais, e de outra parte os problemas inevitáveis na vida de todos os casais contemporâneos.

No entanto, esse estudo não é sobre «casais mistos»<sup>1</sup> na sociedade. Nosso foco é o de usar as diferenças culturais para compreender as suas negociações, suas realizações estratégicas face às dificuldades postas por eles mesmos e também pela sociedade que eles evoluem. Podemos dizer então que esse estudo nos dá uma oportunidade de compreender a construção conjugal contemporânea por meio de uma relação mista culturalmente.

## 1 Itinerário teórico e metodológico

O casal franco-brasileiro segue as normas construtivas da relação conjugal contemporânea: homogamia social, livre escolha do cônjuge e o amor como indissociável da relação conjugal.

### *Homogamia Social*

O casal franco-brasileiro, com o qual nós trabalhamos ao longo desta pesquisa, se enquadra na norma conjugal contemporânea, ou seja, tanto o homem como a mulher faz parte da mesma classe social, prova da existência de uma homogamia social. Eles se escolheram livremente, sem nenhuma base de interesse familiar. Sendo assim, os cônjuges priorizam a liberdade e individualidade se distanciando da participação da família na escolha do cônjuge. Falamos então aqui da livre

---

<sup>1</sup> O misto que citamos neste trabalho é em relação à diferença de nacionalidade, cultura dos casais. Sabendo evidentemente que este termo não se limita unicamente a esses fatores. Mas particularmente neste artigo não iremos nos concentrar no debate sobre este termo.

escolha conjugal. E o terceiro fator da norma de construção conjugal contemporânea, é a centralidade do amor. Esse se impõe como figura determinante das uniões modernas (Singly, 2009, p. 47).

Os estudos sobre casamento e família contemporânea mostram o reagrupamento de mecanismos onde o social entra necessariamente em questão. De fato, a escolha do cônjuge não se faz por acaso como costumam dizer os casais. A sociologia realiza hoje um rompimento com as noções anteriores, conforme as indicações de Durkheim (2010). Nas análises sociológicas do casamento, as pesquisas mencionam sucessivamente a importância da homogamia social na escolha do parceiro. Isso significa que os casamentos são realizados entre indivíduos homogêneos socialmente, sendo assim o capital social, econômico e cultural são próximos. A descoberta dessa norma social vem dos trabalhos fundadores de Alain Girard em 1964 com sua obra intitulada *Le choix du conjoint*.<sup>2</sup>

«Proximité de résidence et d'âge ne sont pas les seuls caractères externes qui tendent à rapprocher des individus semblables. L'appartenance sociale joue un grand rôle dans le choix des conjoints l'un par l'autre. . . Les recherches sur la mobilité sociale dans les sociétés contemporaines concluent à une relative permanence des structures socio-professionnelles d'une génération à l'autre. . . Le choix du conjoint s'opère à l'intérieur des mêmes milieux apparaît du reste comme l'un des facteurs principaux qui assurent une relative permanence des groupes sociaux au cours des générations, en dépit des changements qui surviennent dans la structure globale.» (Girard, 1964, p. 16)

A relação conjugal estudada nesta pesquisa segue esta característica em sua construção. Eles apresentam uma forte aproximação social. Sendo assim, nós os consideramos, dentro dessa norma, independentes de suas distâncias culturais. Aliás, outros estudos sobre casamentos mistos observam esse fato social, como explica Gabrielle Varro:

«... D'autre part, il existe la tendance à se marier «entre soi» d'un point de vue socioprofessionnel et économique : les individus allant dans un autre pays pour travailler, étudier ou en touriste, ont des chances d'y rencontrer un(e) partenaire d'un milieu social semblable au leur. En clair, cela signifie que l'on traverse plus facilement des barrières étatiques que les barrières sociales et que le brassage des populations débouchant sur des couples «internationaux» est plus important que le brassage des classes sociales.» (Varro, 1995, pp. 25-26)

Nós sabemos que a observação das trajetórias dos fatores sócio profissionais dos casais (comparação de suas posições sociais) ou comparação das características sócio profissionais de seus pais (comparação das origens) são meios que

<sup>2</sup> A *escolha do cônjuge* (1964) de Alain Girard se tornou uma das obras de referência para a pesquisa científica sobre a formação do casal na França.

confirmam a tendência das uniões matrimoniais a se realizarem entre próximos socialmente (Bozon e Heran, 2006, p. 199). Podemos então afirmar que os casais independentes de suas diferenças nacionais e culturais (país, língua), têm suas trajetórias sociais, profissionais, econômicas que não se diferenciam manifestamente, elas são relativamente similares ou quase idênticas. O homem francês da classe média, por exemplo, indo ao Brasil para passar suas férias ou a trabalhar, não frequentará os bairros menos privilegiados. Ele buscará encontrar mulheres que são do mesmo meio social que o dele. Da mesma forma, nós notamos que as mulheres brasileiras na França (aquelas que conheceram seus cônjuges no território francês), frequentam lugares que correspondem às suas classes sociais. «Podemos dizer que todo encontro se insere para cada um dos cônjuges, independentes de suas nacionalidades, na continuidade de sua história e de sua vida cotidiana» (Philippe in Varro, 1995, p. 54). Esses fatores semelhantes aos casais contemporâneos e não mistos, não são suficientes para protegerem os casais franco-brasileiros de divergências, de dificuldades. A existência do misto relativo à cultura pode ser percebida mais no cotidiano do processo conjugal e social. De fato os casais em geral, ou seja, aqueles não mistos culturalmente, obviamente têm suas divergências, mas as tensões do aprendizado sobre o plano cultural, como por exemplo, aprender a língua francesa na vida da mulher brasileira pode ser revelador das dificuldades que esse processo pode suscitar na vida conjugal. Portanto, são esses mesmos casais que vão testemunhar de suas alegrias de viverem e construir uma vida conjugal, com uma pessoa de cultura diferente da deles. Através desses problemas, percebidos na vida do casal franco-brasileiro, nós podemos apreender suas construções estratégicas de solução aos problemas encontrados em suas relações.

#### *Liberdade, individualismo e a distância da família na escolha do cônjuge*

Ainda nesta análise teórica da semelhança entre o casal franco-brasileiro e o casal não misto culturalmente, podemos afirmar igualmente que o individualismo e a liberdade são fatores concretos na construção da união da mulher brasileira e de seu marido francês.

Uma característica maior é constatada na formação do casal e reside no desenvolvimento da modernidade nas práticas relativas à escolha do cônjuge. De fato, a norma da liberdade de escolher sua esposa/esposo, quer dizer, segundo a expressão de preferências individuais, é efetiva dentro da nossa sociedade contemporânea. Mesmo se esta vem de um contexto social. Uma série de mudanças sociais e históricas ligadas ao movimento da liberalização dos hábitos conduziu a extensão do individualismo (Singly, 2009, pp. 29-40). Desde aquele momento, o papel assumido pela família na escolha do cônjuge, dentro das definições coletivas das expectativas formuladas no quadro social, inclinou para tornar-se minoritário (Hurtebise, 1991, pp. 115-124).

O ato de escolher deu ao indivíduo a autonomia, livre do contexto familiar. Isto é questionado no caso de casais mistos? Nós podemos adiantar que a *mixidade*<sup>3</sup> cultural, no caso de franco-brasileira, constitui uma prova dessas

<sup>3</sup> Este termo não existe no dicionário da Língua Portuguesa, mas utilizarei como uma tradução do termo «*mixité*» da Língua Francesa. Pois, *mixité* é uma noção sociológica im-

normas na medida em que ela introduz a estranheza, o não convencional dentro da conjugalidade para esses dois grupos de atores sociais distintos. Primeiro, para os futuros cônjuges, a significação conferida ao encontro e a construção consecutiva de sua união, revela-se mais urgente que para outros casais que não possuem características mistas culturais. De fato, a necessidade de definir a relação amorosa dentro do quadro social, é mais ressentida que no caso dos casais não mistos. Para os casais de culturas diferentes, a liberdade é acompanhada de uma orientação acelerada em favor do engajamento mútuo dentro da definição respectiva das expectativas dos dois futuros cônjuges. Pois, a situação do casal é marcada por um imperativo : a existência de um motivo reconhecido pela lei para que a mulher brasileira em questão, possa continuar legalmente sua estada na França. Ora, esta necessidade é integrada na formação do casal franco-brasileiro, e aliás ele pode dar vários sentidos a esta situação. O que quer dizer que essa premência pode ser compreendida por eles, como uma consequência lógica dada à sua relação amorosa, ou ao contrário, ela pode ser traduzida pelos atores sociais como uma obrigação puramente jurídica. Pois, esses indivíduos podem querer fazer como todos os outros, ou seja, estabelecer uma vida conjugal sem necessariamente casar-se juridicamente.

Outra questão é que no seio da *mixidade* franco-brasileira, a família francesa é maioritariamente representada, pelo fato de que o território de residência é a França. O grau das interações estabelecidas entre a família do cônjuge francês e a futura esposa brasileira, se desenvolve num espaço representativo marcado por uma busca de uma categorização do diferente. Podendo pegar a forma, ou não, de uma reconstrução estereotipada. Esse fenômeno de qualificação da estranheza no meio da conjugalidade, afeta o papel das famílias francesas as engajando, pelo menos no que diz respeito ao plano do ideal, dentro do percurso da evolução da qualidade intrínseco na futura família dos sogros da mulher brasileira. Esses processos também são mencionados nos trabalhos de Augustin [Barbara](#). A escolha efetiva da *mixidade* cultural afeta as representações familiares quanto à originalidade da união. O autor apresenta uma entrevista realizada onde os pais afirmam de maneira pejorativa a escolha conjugal que a filha fez pelo fato de ela ter escolhido fora de seu espaço geográfico: «ela se conformou com um estrangeiro» / «elle s'est rabattue sur un étranger» ([Barbara, 1993](#), p. 30). Nesse sentido, a escolha de um cônjuge estrangeiro não é neutra para as famílias respectivas, mesmo se na amostra empírica em que constituímos, elas não interferiram diretamente na escolha do cônjuge do filho ou da filha. Mas no processo de relação entre a família do esposo francês com a mulher brasileira, em certos casos, os conflitos são notáveis.

#### *Amor indissociável na construção conjugal contemporânea*

O amor é considerado o fundador da existência do casal. Este aspecto é mencionado por S. [Chaumier](#). O sentimento amoroso é associado ao modelo do alicerce de uma sexualidade exclusiva no interior da relação conjugal. «L'idéal de

---

portante e muito usado dentro da linha desse tipo de pesquisa. A palavra «mistura» (Língua Portuguesa) que é mais próxima, não seria apropriada para este estudo. A autora Maria Eduarda Noura [Rittiner](#) também usou o termo «*mixidade*» pela mesma questão sociológica ([Rittiner, 2010](#)).

l'amour est demeuré le même. Encore aujourd'hui, celui-ci est régi par des règles de possessivité, de fidélité qui résument, dans la plupart des représentations, la totalité de l'idéal amoureux» (Chaumier, 1999, p. 121). Ora, esta representação dominante do amor e da sexualidade responde a uma evidência social de construção, onde os aspectos variáveis históricos e culturais exercem influências notáveis. A definição do ideal amoroso constitui a orientação normativa atual do casal contemporâneo. E os casais que fazem parte de nosso terreno empírico, não escapam dessa realidade. O sentimento amoroso está no centro da construção conjugal dos respectivos casais franco-brasileiros. De fato, apesar da eventual variável das normas que cada um deles pode efetivamente colocar em prática, o amor perdura enquanto razão da existência da relação. A questão da finalidade do amor poderia ser definida como a esperança da felicidade e do prazer que este sentimento traria ao casal. A expressão desta «finalidade humana» – usando aqui uma denominação utilizada por Jean Baechler – seria o objeto de um percurso de vida onde cada protagonista social recorre a um conjunto de estratégias, visando superar as dificuldades, através das soluções eficientes para os problemas encontrados (2010, p. 19). E. Morin defende a tese segundo o qual «peu d'unions parviennent à une totalité syncrétique de l'expérience amoureuse, accomplissant la synthèse de toutes les dimensions» (Morin in Chaumier, 1999, p. 38). O cumprimento das experiências amorosas carrega problemas : «Il n'y a pas de couple réalisant la totalité des expériences. Pourtant la volonté de concilier les différents éléments en un seul amour est symptomatique de la modernité. L'idéal est de concentrer toute expérience en une seule et unique relation. L'accomplissement de cet idéal d'autosuffisance constitue même le point commun des amours modernes» (Chaumier, 1999, p. 38). Os casais franco-brasileiros não escapam a essa dificuldade profunda, eles buscam construir suas relações com essa realidade, orientando-se à base de uma tentativa de enriquecimento específico pela diferença cultural. Essa dualidade de cultura a faz um objeto de tratamento particular, segundo as três modalidades «tipo-ideal» que nós elaboramos.<sup>4</sup> A atividade de «resolução» ou «solução» dos problemas postos, pelo próprio fato de ser um casal e ainda mais um casal culturalmente misto, é mais intensa e, a busca de estratégias aparece mais forte como necessidade de reduzir esta dupla fonte de diferenças, resultando numa melhor leitura da pesquisa através da finalidade relativa ao amor.

## **2 A compreensão da noção analítica do termo: «transplantação» da mulher brasileira na França**

Nós nos inspiramos na obra de Gabrielle Varro: *La femme transplantée* sobre mulheres americanas casadas com franceses que foi realizada há mais de trinta anos (Varro, 1995), para também buscar compreender a experiência individual da mulher brasileira que saiu do seu país para trabalhar, estudar ou se casar com francês e morar na França e para compreender as estratégias de vida conjugal

<sup>4</sup> As três modalidades que citamos aqui correspondem aos três regimes tipos que desenvolvemos no centro da explicação metodológica da nossa pesquisa: o regime misto, o regime brasileiro e o regime francês.

do casal franco-brasileiro. Esta análise da experiência unicamente da mulher brasileira, antes de entrar no contexto conjugal e familiar, nos revelou pontos significantes da compreensão da construção conjugal desses casais. Compreendemos através de seus relatos que o país em que elas encontraram seus cônjuges é revelador, no que diz respeito ao modelo de adaptação e a construção conjugal que o casal vai buscar realizar através de suas estratégias. O país do encontro pode ser um instrumento significativo da «intencionalidade» da mulher brasileira de viver na França, pois esse fator explica o modo com que ela construirá sua relação social, profissional e, sem dúvida, esses fatores mexem com a estrutura conjugal.

A mulher brasileira que tinha a intenção de vir para a França para estudar, trabalhar, e também as americanas que decidiram vir por conta própria, tiveram uma adaptação mais positiva e assumem um prazer maior de viver na França do que aquelas que declararam ter vindo pelo fato de ter se casado com um francês (Varro, 1995). As mulheres brasileiras que demonstraram ter mais dificuldade em se interessar pelo aprendizado da Língua Francesa, que tiveram mais dificuldades de se integrarem profissionalmente e de ter uma sociabilidade com o povo francês, são na maioria das vezes mulheres que encontraram seus cônjuges no Brasil. Essa não tinha, a princípio, a intenção de sair do seu país. O casamento com um francês foi o único motivo que a levou a ser «transplantada» de seu país de origem.

### **3 População empírica estudada**

O material empírico de âmbito qualitativo foi recolhido através de entrevistas diretas com trinta casais franco-brasileiros que moram em Paris e proximidades. As entrevistas foram realizadas de forma biográfica. O casal não foi entrevistado junto. Entrevistamos os maridos separados de suas esposas e vice-versa.

Trabalhamos com casais onde o homem é francês e a mulher brasileira. Todas as mulheres são legalizadas na França. Elas não fazem parte da população de movimento migratório de massa e são de classe média e média superior brasileira. As esposas que entrevistamos vieram para a França por razões pessoais como casamento com um Francês, para estudarem, ou para se beneficiar de uma ascensão profissional.

### **4 Três modalidades de construção conjugal do casal franco-brasileiro**

Todo material recolhido foi analisado por meio de uma «tipologia» de forma de construções de regimes que nos permitiu estudar, de maneira inteligível, as hipóteses sobre as estratégias dos indivíduos em questão. O quadro analítico de conjugalidade foi estudado segundo a orientação metodológica weberiana de «tipo ideal» (Weber, 1971). A dimensão conjugal do casal franco-brasileiro foi dividida em três fatores: a relação conjugal, o processo de socialização e o fator



profissional.

A variedade de estratégias elaboradas pelos atores do nosso terreno, o qual tinha o objetivo de alcançar a melhor maneira de «conjuguar» a relação para sustentar a união, nos conduziu a elaborar três formas de construções conjugais que nós chamamos de regimes conjugais.

«On peut convenir d'appeler régimes les modes des dispositifs et des procédures appropriés au traitement des problèmes et des solutions, et stratégies les mises en œuvre des moyens procurés par les régimes au service de la résolution des problèmes.» (Baechler, 2009, p. 506)

Cada regime carrega o nome que ilustra a opção cultural no qual os indivíduos podem estar o mais próximo para construir suas vidas no âmbito individual, conjugal e familiar com uma pessoa de cultura diferente: regime misto; regime brasileiro e o regime francês.

«A relação conjugal» foi analisada em função da intencionalidade que esses indivíduos têm em fundar uma família com uma pessoa de cultura diferente. Dentro desse âmbito nós analisamos a questão do estereótipo da mulher brasileira, a satisfação conjugal e sexual desses casais. O fator de socialização na construção conjugal do casal franco-brasileiro se interessa pelas estratégias e negociações que ele constrói para formar a relação interna em suas vidas privadas e também a relação externa com a sociedade local. Pegamos a noção da intencionalidade desses casais para compreendermos seus desejos de construir uma identidade cultural relativa às suas representações, ou seja, uma identidade cultural direcionada a um modo de vida brasileiro, um modo de vida francês ou um modo misto.

O fator relacionado à vida profissional busca conhecer as estratégias criadas pelo casal para solucionar os problemas postos no processo de inserção profissional, sobretudo da mulher brasileira. Aqui é analisada a importância do estatuto profissional da mulher brasileira na França. Nós estudamos o significado da integração profissional da mesma no que concerne o fato de ela ser «mulher», «brasileira», «estrangeira» e «casada na França».

Cada regime-tipo esclarece a relação da mulher brasileira com a vida profissional e o que isso pode implicar na relação conjugal, social e familiar do casal franco-brasileiro. Nós podemos notar que cada modelo de regime conjugal traz à luz as diversas concepções que os indivíduos demonstram ter em relação a esse tema.

## **5 Exposição dos três regimes conjugais**

### *Regime misto*

A interpretação das singularidades, em termos de aparência física e do comportamento está no centro da estratégia de suas conjugalidades (primeiro en-

contro do casal). De fato, os cônjuges próximos desse regime, associam suas aparências físicas a um enriquecimento, à uma pluralidade que lhes servem como pontos positivos para a aproximação, o interesse que um tem pelo outro no âmbito da atração física, do desejo sexual e da sedução. Eles demonstram gostar dessa diferença física que pode, em certos casos, apresentar um casal de nacionalidades diferentes. Neste caso a diferença de origem é considerada como uma solução para o problema que manifesta a não satisfação em relação aos anteriores relacionamentos que esses cônjuges tiveram com pessoas da mesma nacionalidade.

Em relação ao nível de sociabilidade do casal desse regime, os obstáculos ligados à adaptação à vida francesa, faz parte de seus objetivos de construir estratégias ativas, quer dizer modos participativos. Nesse modelo conjugal a vida social é caracterizada por uma abertura cultural nos dois sentidos: tanto o homem francês busca conhecer a cultura de sua esposa, como a mulher brasileira buscará elaborar meios de conhecer as pessoas, a língua, a cultura em geral do país de residência, ou seja, a França. Assim, o casal busca manter contato social com os membros desse país e naturalmente com a família do marido, sendo essa uma estratégia frequente usada para a ligação social.

A inserção profissional da mulher brasileira próxima do modelo conjugal «misto» é caracterizada por uma série de obstáculos em seu processo de realização. As dificuldades são localizadas dentro do processo de seleção. Para alcançar o objetivo de conseguir uma integração profissional na França, muitas estratégias serão utilizadas, como por exemplo, usar a sua língua nativa, o português, mas trabalhar para uma empresa francesa. Nesse regime os atores consideram que o exercício profissional apresenta uma valorização para a identidade da mulher, o que não quer dizer que isso esteja ligado ao nível do salário recebido. A determinação de buscar uma vida ativa profissionalmente depende igualmente da independência que essa mulher deseja para sua vida. Nesse caso sua inserção profissional é considerada como resultado positivo de sua integração social no país de residência.

#### *Regime brasileiro*

O primeiro problema a enfrentar é passar do estado de distância geográfica presente no começo da relação amorosa. Visto que nesse regime os casais que se aproximam dele em relação a esse fator se encontraram no Brasil. Aqui o homem francês é mais engajado a se integrar na cultura da mulher brasileira. Os casais que são próximos desse modelo normalmente utilizaram a Língua Portuguesa para se comunicar. Isso traz a consequência da dificuldade da mulher brasileira em aprender a Língua Francesa. Essa mulher teria menos abertura para conhecer o modo cultural do novo país. Visto que ela não tinha planos de morar na França. Sua vinda para a Europa é simplesmente pelo fato de se casar com um francês. No entanto, a questão de ser um casal misto culturalmente é vista positiva e unicamente dentro do plano da vida privada, no âmbito da intimidade. No regime conjugal que chamamos de brasileiro, a cultura brasileira é posta de maneira estereotipada servindo de apoio sobre o qual se manifesta a estratégia de construção conjugal por intermédio feminino. Ou seja, no plano da sedução, onde a sensualidade é apreciada pelos cônjuges, neste ângulo do misto

cultural. A mulher próxima desse regime considera o fato de ela ser brasileira uma qualidade no que diz respeito a sua sensualidade, a sua feminilidade, a sua aparência física. Ela pode até chegar a se considerar mais bonita fisicamente que as mulheres francesas. Do mesmo modo, o homem francês desse regime considera a mulher brasileira muito mais sensual, bonita e mais fácil para o relacionamento conjugal. Uma dificuldade geral se apresenta nesse regime. Ela vem do fato de que toda construção estratégica para uma orientação de integração e de socialização vem unicamente da cultura brasileira. Ou seja, aqui a mulher exerce claramente o papel de «socializadora» na família, é ela quem dá as diretrizes. Duas estratégias são disponíveis nesse regime: a primeira é de buscar uma satisfação sentimental e sexual, tendo assim um cuidado particular na vida íntima. Nesse caso uma diferença é atribuída pela mulher a seu marido na sua personalidade em relação aos outros franceses. A segunda é o engajamento do homem francês a uma sociabilidade brasileira na França e isso é totalmente possível, pois, ele se conforma com as exigências da mulher brasileira. Nesse regime observa-se a existência de uma ideia de mulher brasileira enquanto frágil de uma parte, mas forte no que diz respeito à vida familiar. O seu potencial é reconhecido unicamente no âmbito familiar ou de esposa.

Em relação ao nível profissional, dois tipos de estratégias são presentes para a mulher brasileira desse regime: a primeira é ligada a atividade associativa da sua cultura de origem, isso lhe daria a possibilidade de se comunicar em Língua Portuguesa, visto que ela não tem uma disposição pessoal para aprender a Língua Francesa e nem se relacionar com as pessoas desse país. A segunda consiste a se desengajar da esfera profissional e viver unicamente como doméstica. Os casais próximos desse regime no que concerne esse fator (vida profissional) consideram que a dedicação da mulher à família compensaria as gratificações profissionais que não puderam ser atualizadas ou conquistadas na França.

#### *Regime francês*

Na vida conjugal desse casal a mobilidade geográfica é mais exercida pela mulher brasileira. Sendo assim os casais que se aproximam desse tipo de regime se encontraram normalmente na França, pois nesse caso a mulher demonstra um imenso interesse pela cultura francesa antes mesmo de encontrar seu cônjuge. Ela é totalmente desligada culturalmente de seu país. Ela não é engajada em transmitir a sua cultura nem para o seu marido e nem para seus filhos. A cultura brasileira nesse regime é quase totalmente esquecida.

O casal do regime francês compreende que a existência de desigualdade entre os cônjuges vem pelo fato da existência das diferenças culturais. Sendo assim, eles buscam eliminar quaisquer traços que podem os levar a serem considerados como casal misto culturalmente. As mulheres desse regime buscam a excelência no que diz respeito ao aprendizado da Língua Francesa e buscam aprender todos os códigos culturais de sociabilidade. Elas tendem a frequentar apenas pessoas de nacionalidade francesa.

O grande desafio no percurso da vida da mulher na França é alcançar uma integração profissional no mercado francês. Esse objetivo é prioritário para ela, pois ela demonstra não aceitar viver de forma dependente financeiramente

de seu marido. Para facilitar esse processo e alcançar esse objetivo, duas estratégias são elaboradas. A primeira é de procurar uma profissão que não seja ligada à cultura brasileira, sendo assim elas procuram carreiras que precisam de uma longa formação, como grandes estudos em universidades e outras formações para se aperfeiçoarem ao máximo e obterem mais chances de competitividade. A segunda estratégia é voltar à ideia de usar a cultura de origem como uma oportunidade de acrescentar pontos positivos em seus currículos como no caso de mulheres que buscam trabalhar, por exemplo, com a arte ou educação. Nesse último caso, a cultura brasileira seria um simples instrumento de utilidade e não de ligação sentimental.

## **6 A relação conjugal franco-brasileira enquanto resultado de uma construção estratégica e intencional**

Esses casais elaboram estratégias para formar uma relação conjugal onde cada um acredita num modo particular que convém às suas representações sociais e culturais de uma vida conjugal. Em relação às estratégias, nós compreendemos que elas são igualmente construídas para diminuir ou ajustar o que poderia trazer mais dificuldades para um ou para outro em nível cultural, mas também para ajustar a relação puramente individual. O que significa que o papel da relação amorosa dos casais franco-brasileiros não se limita unicamente no que diz respeito a cultura do país do homem ou da mulher. Outros fatores são ajustados pela dinâmica estratégica ou pela negociação para que eles consigam ficar juntos e encontrarem o prazer na vida conjugal. Nós compreendemos nesta análise, que a relação conjugal franco-brasileira não é simplesmente um laboratório para apreender a conjugalidade das «culturas», mas ela é um meio de compreensão da relação amorosa, conjugal, familiar dos indivíduos, onde pudemos demonstrar uma ultrapassagem das normas pela *mixidade* cultural e o estabelecimento de suas construções estratégicas para chegarem a este estado onde as normas não concernem unicamente os indivíduos da mesma nacionalidade, mas também aqueles que vivem dentro do espaço geográfico sociocultural.

O modo de «transplantação» da mulher brasileira revela o regime conjugal que o casal terá. A mulher que tinha uma intenção de viver fora de seu país demonstra uma abertura de espírito para compreender a cultura do outro. Essa buscou estudar a Língua Francesa e se preparar para sua chegada ao país estrangeiro, como vimos no caso dos casais que se encontraram na França ou outro país, mas que não tenha sido o Brasil. No entanto, a intencionalidade do indivíduo não o protege das dificuldades de um processo de integração. Toda e qualquer mulher estrangeira nesse processo pode ser confrontada, seja pelo fato de não falar a língua do país de residência, seja pela questão temporal em que ela se encontra nesse país, pois o tempo de vida num novo país conta no processo de adaptação, ou a falta da família, dos amigos, do trabalho e a falta de conhecimento de outros códigos sociais inerentes a um processo de integração. Na experiência da mulher estrangeira brasileira existe ainda um fator particular que é o seu «estereótipo». Ele sendo uma representação positiva e

negativa (Oliveira, 2007) cria então mais barreiras na construção conjugal, social e profissional dos casais franco-brasileiros. Pois, se a mulher próxima, por exemplo, do «regime brasileiro», como vimos na tipologia, usa estrategicamente a sua imagem estereotipada como meio de auto valorização na sua vida conjugal, em contra partida a mulher brasileira que busca uma integração mais próxima dos padrões do país receptivo, buscando uma inserção profissional que traduzir seu estereótipo como uma barreira a ser ultrapassada. Compreendemos também neste estudo, que as mulheres brasileiras transplantadas não se enquadram no mesmo modo de vida conjugal e social. Pois, mesmo que elas sejam do mesmo país e cultura as experiências se diversificam pelo seu estado de intenção no projeto de vida com um homem de cultura diferente e num novo país de residência. Nesse caso não é porque estamos nos referindo a mulher brasileira, mas os indivíduos se diferenciam pelas suas experiências pessoais como vimos no caso também das americanas transplantadas: «Une femme transplantée n'est pas toujours identique à un autre dans la nature de ses problèmes et sa façon de les résoudre» (Varro, 1995, p. 15). De fato para compreender o modo de construção conjugal dos casais franco-brasileiros, segundo a transplantação da mulher brasileira, temos que levar em consideração não somente a sua característica cultural de seu país de origem, mas igualmente sua história pessoal, seus objetivos, seu projeto de vida, seu meio social, suas expectativas em relação a sua vida individual.

## Referências

- Baechler, J. (2009) *La nature humaine*, Paris: Hermann.
- Baechler, J. (2010) *Le devenir*, Paris: Hermann.
- Barbara, A. (1993) *Les couples mixtes*, Paris: Bayard.
- Bozon, M. e Heran, F. (2006) *La formation du couple. Textes essentiels pour la sociologie de la famille*, Paris: La Découverte.
- Chaumier, S. (1999) *La déliaison amoureuse. De la fusion romantique au désir d'indépendance*, Paris: Armand Colin.
- Cherkaoui, M., (1997) *Dictionnaire de la sociologie*, Paris: Larousse-Bordas.
- Oliveira, R. (2007) *Les femmes brésiliennes dans la presse féminine française durant l'année du Brésil en France : une représentation stéréotypée et sexiste*, Mémoire de Master 2 Recherche sous la direction, Paris: Université Paris 8.
- Durkheim, E. (2010) *Les règles de la méthode sociologique*, Paris: Flammarion.
- Girard, A. (1964) *Le choix du conjoint, une enquête psycho-sociologique en France*, Paris: Presses universitaires de France.

Hurtebise, R. (1991) «La parenté dans les rapports amoureux : analyse d'un siècle de correspondances amoureuses au Québec», in Bawin-Legros, B., Kellerhals, J., *Relations intergénérationnelles. Parenté, transmission, mémoire*, Universités de Liège et Genève, pp. 115-124.

Morin, E. (1962) *L'esprit du temps*, Paris: Grasset.

Philippe, C. (1995) in Varro, G., *Les couples mixtes et leurs enfants en France et en Allemagne*, Paris: Armand Colin.

Rittiner, M. (2010) «A experiência dos casais interculturais: as mulheres culturalmente transplantadas» in *Atas do 1º Seminário de Estudos Sobre Imigração Brasileira na Europa*, disponível em <http://seminariobrasileuropa2010.wordpress.com/2010/05/29/hello-world/>.

Singly, F. de (2009) *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris: Armand Colin.

Varro, G. (1995) *Les couples mixtes et leurs enfants en France et en Allemagne*, Paris: Armand Colin.

Weber, M. (1971) *Economie et société*, Paris: Plon.



“Hombre español busca brasileña:  
Perfiles de las mujeres brasileñas y de sus maridos  
españoles en el marco de los matrimonios mixtos  
entre hombres españoles y mujeres no españolas”  
– Familias, matrimonios y nuevas conyugalidades

*Jordi Roca Girona\**

*Ana R. Urmeneta Garrido\*\**

#### Resumen

En esta comunicación se analizan las estadísticas oficiales de España sobre el total de matrimonios mixtos o binacionales realizados en el año 2008 entre hombres españoles y mujeres brasileñas (2.446 en total, siendo la brasileña la nacionalidad con mayor aporte de cónyuges femeninos). Se describen las características específicas de las mujeres brasileñas y sus esposos españoles, atendiendo a variables tales como edad de la mujer, proporción de éstas que son amas de casa, su nivel educativo de la mujer, procedencia rural y urbana del hombre, nivel educativo de ambos cónyuges y clase ocupacional de la esposa. Se comparan las características de los matrimonios hispano-brasileños con las de las parejas formadas por hombres españoles y mujeres rusas, mexicanas, cubanas, dominicanas y venezolanas, que son las nacionalidades, junto con la brasileña, con un mayor *índice de concentración relativa* (ICR), es decir con mayor peso dentro de los matrimonios mixtos.

**Palabras-clave:** parejas mixtas de brasileñas con españoles; género y migración; matrimonios binacionales

## Presentación

Los datos de esta comunicación forman parte de dos proyectos del programa español de I+D+I de corte fundamentalmente cualitativo.<sup>1</sup> Recientemente,

\*Universidad Rovira i Virgili: ✉ jordi.roca@urv.cat

\*\*Universidad de Girona: ✉ ana.urmeneta@udg.edu

<sup>1</sup> «*Amor importado, migrantes por amor: la constitución de parejas entre españoles y mujeres de América latina y de Europa del Este en el marco de la transformación actual del sistema de género en España*», Proyectos de Investigación Científica y Desarrollo Tecnológico; Programa: Acción Estratégica sobre Fomento de Igualdad de Oportunidades entre mujeres y hombres; Plan Nacional de I+D+I (2004–2007), Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, In-



en el segundo proyecto, con la incorporación al equipo de investigación de una socióloga, la co-autora de la comunicación, nos planteamos abordar también la dimensión cuantitativa del fenómeno de las parejas mixtas que hasta el momento tan solo habíamos considerado de manera muy superficial y meramente contextual. La inclusión de esta dimensión, por una parte, nos ha confirmado algunos elementos ya detectados en la fase cualitativa y, por otra parte, se ha basado, en lo referente al tipo de variables seleccionadas y cruzadas, en esta investigación cualitativa previa.

## **1. Los matrimonios hispano-brasileños en el contexto global de los matrimonios mixtos**

Recientemente, en el segundo proyecto, con la incorporación al equipo de investigación de una socióloga, la co-autora de la comunicación, nos planteamos abordar también la dimensión cuantitativa del fenómeno de las parejas mixtas que hasta el momento tan solo habíamos considerado de manera muy superficial y meramente contextual. La inclusión de esta dimensión, por una parte, nos ha confirmado algunos elementos ya detectados en la fase cualitativa y, por otra parte, se ha basado, en lo referente al tipo de variables seleccionadas y cruzadas, en esta investigación cualitativa previa.

Los matrimonios mixtos entre hombres españoles y mujeres brasileñas deben entenderse, según nuestra hipótesis, como el resultado de un proceso de búsqueda deliberada por parte de los actores, quienes con mayor o menor grado de consciencia persiguen un perfil determinado de pareja. Por tanto, estas uniones no serían tanto el fruto de un encuentro casual, propiciado por el aumento de la inmigración brasilera experimentado por España en los últimos años, sino más bien el producto de una elección.

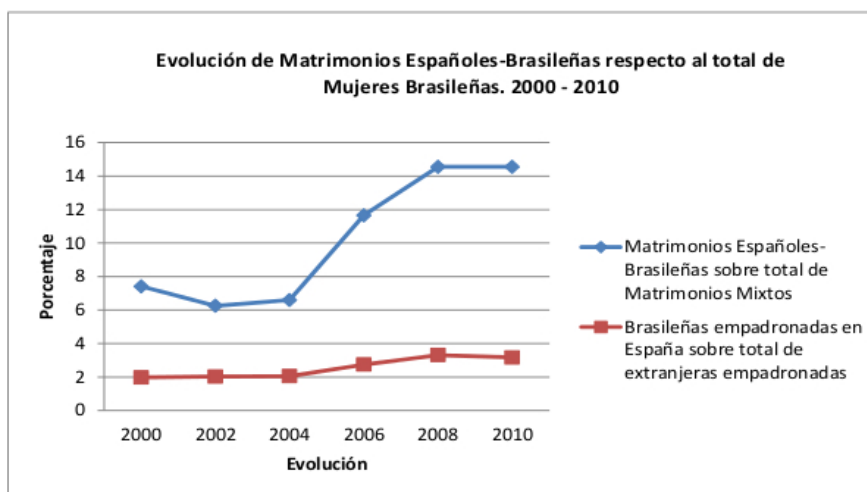
<b>Período</b>	<b>Hombre Español &amp; Mujer Extranjera</b>	<b>Mujer Española &amp; Hombre Extranjero</b>
1996-2010	151.190	103.440

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 1: Matrimonios Mixtos en España, 1996-2010

En el gráfico 1 presentamos la evolución de las uniones hispano-brasileras desde año 2000 al 2010, y las comparamos con la evolución de la población femenina brasilera empadronada en España durante ese mismo período. Como puede comprobarse, las uniones hispano-brasileñas representan un porcentaje muy por encima del que correspondería al volumen que tiene este colectivo inmigrante en España. Además, este crecimiento exponencial es propio del caso

stituto de la Mujer: 2006–2008; «Amores transnacionales: constitución y desarrollo de parejas mixtas en España», Plan Nacional de I+D+I (2008–2011), Ministerio de Ciencia e Innovación (CSO 009–10187): 2010–2012.



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE

Gráfico 1: Comparación de la evolución de matrimonios hispano-brasileros con peso de la población femenina brasileña en España

brasileño, puesto que no sucede lo mismo con el resto de nacionalidades. Según se puede apreciar en la tabla 2 las brasileñas experimentan un incremento mucho más amplio entre el 2000 y el 2010 que el presentado por otras nacionalidades. Sólo las rusas muestran un comportamiento similar, aunque mucho más moderado.

En términos relativos, la posición de liderazgo de la pareja hombre español-mujer brasileña aún se revela más incontestable. Precisamente, para ponderar adecuadamente las cifras absolutas, creamos un Índice de Concentración Relativa (ICR), a partir del utilizado por el Observatorio de «Madrid entre Dos Orillas» (2005, p. 34),<sup>2</sup> que nos permite valorar el peso de un determinado colectivo de mujeres extranjeras dentro de los matrimonios mixtos con españoles, teniendo en cuenta también el peso de dicho colectivo en la población española (ver tabla 3).

El ICR, de este modo, puede adoptar tres valores: ser igual a 1, lo que indica que el peso del colectivo de mujeres de la nacionalidad que se trate dentro de los matrimonios mixtos es igual al peso que tienen las mujeres de esta nacionalidad en la población española; mayor que 1, lo que indicaría que su peso

<sup>2</sup> Hemos introducido una modificación respecto al índice original, con el objeto de controlar la variable edad. No nos pareció apropiado que en el grupo de referencia (las mujeres extranjeras residentes en España) se tuviera en cuenta a las menores de 15 años o a las mayores 85. Entendíamos que la presencia de mujeres de esas edades distorsionaba el resultado del índice. Sólo hemos incluido, por tanto, a las mujeres entre 15 y 84 años, el mismo intervalo de edad de las mujeres extranjeras casadas con españoles. La fórmula modificada sería la siguiente:

$$ICR (\text{país X}) = \frac{\% \text{ de Mujeres del país X, entre 15 y 84 años, casadas con españoles}}{\% \text{ de Mujeres del país X, entre 15 y 84 años, empadronadas en España (según datos del Padrón Municipal)}}$$

PAÍS CÓNYUGE EXTRANJERO	MATRIMONIOS CON HOMBRES ESPAÑOLES, 2000-2010					
Mujer Extranjera	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Europa [Comunitaria y no comunitaria]	1570	2292	3652	4192	3888	3680
Francia	195	192	215	201	229	234
Alemania	168	186	177	210	223	233
Reino Unido	140	173	184	196	177	175
Italia	68	66	103	160	162	191
Polonia	97	149	180	129	162	175
Portugal	145	132	121	141	141	167
Rusia	168	388	689	820	909	726
Ucrania	75	192	355	259	296	295
Resto de Europa	514	814	1.628	2.076	1.589	1.484
América	2.938	5.201	8.585	8.909	11.025	11.027
<b>Brasil</b>	<b>394</b>	<b>521</b>	<b>897</b>	<b>1.690</b>	<b>2.446</b>	<b>2.147</b>
Colombia	926	2.056	3.040	1.700	1.544	1.640
Ecuador	218	472	1.094	995	889	801
Argentina	166	545	797	744	809	705
Bolivia	26	61	204	340	659	703
República Dominicana	190	211	423	549	871	1.108
Venezuela	110	174	464	640	734	638
Paraguay	--	--	--	323	669	744
Cuba	271	268	332	440	483	443
Resto de América	637	893	1.334	1.488	1.921	2.098
África	657	668	1.072	1.073	1.380	1.498
Marruecos	484	442	742	707	1.012	1.147
Nigeria	49	97	162	207	193	156
Resto de África	124	129	168	159	175	195
Asia	137	150	249	310	340	365
China	22	33	51	79	87	114
Filipinas	24	20	24	80	29	37
Resto de Asia	--	--	--	--	--	214

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 2: Evolución temporal de Matrimonios Mixtos Hombre Español – Mujer Extranjera 2000–2010

Países con Sobrerrepresentación		Países con Subrepresentación			
<b>Brasil</b>	<b>4,75</b>				
Rusia	4,10				
México	4,00	Uruguay	0,98	Lituania	0,62
Venezuela	3,02	Perú	0,98	Portugal	0,50
República Dominicana	2,80	Guinea Ecuatorial	0,89	Bélgica	0,43
Estados Unidos de América	2,35	Filipinas	0,81	Alemania	0,37
Cuba	2,23	Italia	0,81	Países Bajos	0,35
Paraguay	2,05	República Checa	0,77	Argelia	0,27
Nigeria	2,04	Marruecos	0,74	China	0,24
Honduras	1,92	Bolivia	0,70	Bulgaria	0,19
Chile	1,62	Francia	0,70	Reino Unido	0,15
Japón	1,41	Polonia	0,65	Alemania	0,37
Colombia	1,39	Irlanda	0,64	Países Bajos	0,35
Argentina	1,24	Ecuador	0,62	Argelia	0,27
Ucrania	1,05	Uruguay	0,98	Lituania	0,62

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 3: Nacionalidades de las Mujeres según Índice de Concentración Relativa ICR, 2008

es superior, es decir, estarían sobrerrepresentadas en el mercado matrimonial español; o menor que 1, lo que equivaldría a tener un peso inferior y, por tanto, una subrepresentación. En este sentido, como decíamos, confirmamos el carácter delantero de las mujeres brasileñas, dado que son las que mayor ICR obtienen, un 4,75, o lo que es lo mismo: las mujeres brasileñas, en España, se casan casi 5 veces más con hombres españoles de lo que les correspondería por su volumen poblacional. Este dato corrobora la hipótesis que señalamos antes, puesto que revela una clara preferencia de los españoles por las mujeres brasileñas, por sobre las de otras nacionalidades. También denotaría una inclinación por parte de las mujeres de origen brasileño a las uniones con españoles, incluso por encima de las efectuadas con sus propios compatriotas. Tal como señalan Solé, Calvacanti y Parella (2011, pp. 70–71), las mujeres brasileñas se casan con mayor frecuencia con españoles que con brasileros. En el año 2008, las mujeres brasileñas celebraron 2.451 matrimonios con españoles (87,59 %) y sólo 119 uniones con hombres brasileros, apenas un 4,25 % del total de bodas efectuadas ese año.

## **2. Perfiles de las mujeres brasileñas casadas con españoles**

El análisis cuantitativo de la base de datos del INE sobre el Movimiento Natural de la Población del año 2008, nos permitió estudiar las principales características de las parejas mixtas constituidas por hombres españoles y mujeres brasileñas. Esta base de datos se construye a partir de la información recogida por el Boletín Estadístico de Matrimonios, donde se registra mensualmente información sobre los matrimonios y las principales características de los cónyuges. De ahí escogimos la correspondiente Muestra, formada por los matrimonios mixtos, definidos operacionalmente como la unión entre un cónyuge español y otro de origen extranjero (n=28.054, correspondiente al 14,5 % del total de matrimonios efectuados en España el año 2008). De esta muestra, aún, nos centramos en diseccionar las características de los matrimonios mixtos protagonizados por las mujeres de las cinco primeras nacionalidades con un mayor ICR (Brasil, Rusia, México, Venezuela y República Dominicana), más Cuba, que ocupa la posición número 7, por considerar los matrimonios mixtos de españoles con mujeres de este país una suerte de referente en el imaginario público español relativo a las parejas mixtas. Estas seis nacionalidades constituyen un 35,2 % del total de matrimonios mixtos entre hombres españoles y mujeres extranjeras (16.811).

Entre las muchas variables, y los correspondientes cruces de las mismas, que hemos trabajado, vamos a considerar aquí únicamente las correspondientes a la edad de las esposas, al nivel educativo de ambos cónyuges, a la ocupación de la esposa, a la procedencia del hombre – urbana o rural –, y a la clase ocupacional de la esposa. La mayoría de estas variables las vamos a cruzar con la variable de la ocupación de la esposa (ama de casa u otra actividad), por cuanto consideramos que ésta es una de las variables más relevantes para una primera caracterización de los perfiles de las mujeres brasileñas casadas con españoles. De hecho, una de nuestras principales hipótesis en nuestro primer proyecto era que una parte de los hombre españoles que buscaban una pareja extranjera lo

hacían como una especie de proceso de resistencia a los cambios protagonizados en las últimas décadas por las mujeres españolas, siendo así que lo que buscaban primariamente era un modelo de mujer definida como ama de casa.

Por lo que a la edad se refiere, constatamos, como nos muestra la tabla 4, que las mujeres brasileñas casadas binacionalmente con hombres españoles, del conjunto de nacionalidades con mayor ICR, son las más jóvenes: la mitad se sitúan en la franja de entre 15 y 29 años y tan sólo un 1,3% está en la de más de 50 años. El resto de nacionalidades, en cambio, tiene el mayor porcentaje en la franja entre 30 y 49 años, especialmente la República Dominicana y Cuba. Por otro lado, relacionado con la edad, contemplamos también el dato revelador de la diferencia de edad entre cónyuges. Si esta variable la cruzamos con la ocupación de la esposa observamos, como nos muestra la Tabla 5, que a mayor diferencia de edad entre cónyuges hay un mayor índice de esposas cuya ocupación es la de ama de casa.

Edad de la Mujer		Nacionalidad de la Mujer						
		Rusia	México	Cuba	Rep. Dom.	Brasil	Venezuela	Total
15 a 29 años	recuento	421	188	169	346	<b>1248</b>	327	2699
	% dentro de Nacionalidad	46.3%	46.2%	34.7%	37.6%	<b>50.9%</b>	43.9%	45.6%
30 a 49 años	recuento	445	206	272	538	<b>1172</b>	374	3007
	% dentro de Nacionalidad	48.9%	50.6%	55.9%	58.5%	<b>47.8%</b>	50.2%	50.8%
50 o más años	recuento	44	13	46	36	<b>31</b>	44	214
	% dentro de Nacionalidad	4.8%	3.2%	9.4%	3.9%	<b>1.3%</b>	5.9%	3.6%
<b>Total</b>		910	407	487	920	<b>2451</b>	745	5920
		100%	100%	100%	100%	<b>100%</b>	100%	100%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 4: Edad de la mujer según nacionalidades con mayor Índice de Concentración Relativa

La variable del nivel educativo se muestra también significativamente relacionada con la ocupación como ama de casa, en el sentido que a mayor nivel educativo menor es el índice de amas de casa y viceversa, como se observa en las Tablas 6 y 7. Brasil y la República Dominicana, por otra parte, son las nacionalidades con un índice más elevado de amas de casa: 35 % y 38 % respectivamente, frente al 25 % del resto de nacionalidades y el 16 % de México.

Ocupación de la Mujer		Diferencia de edad con el esposo		
		Diferencias menores o iguales a 5 años	Diferencias mayores de 5 años	Total
Ama de casa	Recuento	1579	2482	4061
	% dentro de diferencia de edad	20.1%	27.7%	24.2%
Otra actividad (incluidas mujeres en paro)	Recuento	6270	6480	12750
	% dentro de diferencia de edad	79.9%	72.3%	75.8%
Total	Recuento	7849	8962	16811
	% dentro de diferencia de edad	100%	100%	100%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 5: Ocupación de la mujer según diferencia de edad con el esposo

Nacionalidad	Nivel Educativo de la Mujer		Ocupación de la Mujer		TOTAL
			Ama de casa	Otra actividad	
Rusia	Educatión Primaria	Recuento	18	29	47
		% dentro de Niv. Ed.	38,3%	61,7%	100%
	Educatión Secundaria (Primera etapa)	Recuento	70	127	197
		% dentro de Niv. Ed.	35,5%	64,5%	100%
	Educatión Secundaria (Segunda etapa)	Recuento	32	130	162
		% dentro de Niv. Ed.	19,8%	80,2%	100%
Educatión postsecundaria y superior	Recuento	42	189	231	
	% dentro de Niv. Ed.	18,2%	81,8%	100%	
Total	Recuento	162	475	637	
	% dentro de Niv. Ed.	24,4%	74,6%	100%	
México	Educatión Primaria	Recuento	4	7	11
		% dentro de Niv. Ed.	36,4%	63,6%	100%
	Educatión Secundaria (Primera etapa)	Recuento	13	19	32
		% dentro de Niv. Ed.	40,6%	59,4%	100%
	Educatión Secundaria (Segunda etapa)	Recuento	11	55	66
		% dentro de Niv. Ed.	16,7%	83,3%	100%
Educatión postsecundaria y superior	Recuento	21	161	182	
	% dentro de Niv. Ed.	11,5%	88,5%	100%	
Total	Recuento	49	242	291	
	% dentro de Niv. Ed.	16,8%	83,2%	100%	
Cuba	Educatión Primaria	Recuento	7	8	15
		% dentro de Niv. Ed.	46,7%	53,3%	100%
	Educatión Secundaria (Primera etapa)	Recuento	31	84	115
		% dentro de Niv. Ed.	27%	73%	100%
	Educatión Secundaria (Segunda etapa)	Recuento	32	82	114
		% dentro de Niv. Ed.	28,1%	71,9%	100%
Educatión postsecundaria y superior	Recuento	14	77	91	
	% dentro de Niv. Ed.	15,4%	84,6%	100%	
Total	Recuento	84	251	335	
	% dentro de Niv. Ed.	25,1%	74,9%	100%	

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 6: Nivel educativo de la mujer según ocupación y nacionalidad (I)

Ocupación de la Mujer		Diferencia de edad con el esposo		
		Diferencias menores o iguales a 5 años	Diferencias mayores de 5 años	Total
Ama de casa	Recuento	1579	2482	4061
	% dentro de diferencia de edad	20.1%	27.7%	24.2%
Otra actividad (incluidas mujeres en paro)	Recuento	6270	6480	12750
	% dentro de diferencia de edad	79.9%	72.3%	75.8%
Total	Recuento	7849	8962	16811
	% dentro de diferencia de edad	100%	100%	100%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 7: Nivel educativo de la mujer según ocupación y nacionalidad (II)

En cuanto a la procedencia del hombre debemos señalar que si bien en todos los casos hay más «matrimonios urbanos» que «rurales», el peso de las mujeres brasileñas en estos últimos es más acusado que en los primeros, ya que representan el 47 % del total, frente al 40 % de los «urbanos», siendo así además que en el resto de nacionalidades sucede lo contrario, es decir, que tienen más peso específico en los matrimonios urbanos que en los rurales (ver tabla 8). Como en los casos anteriores, esta variable se relaciona también significativamente con la ocupación como ama de casa, concretamente con la mayor concentración de amas de casa –un 30 %– en la zona rural frente a un 23 % en la urbana (ver tabla 9).

Volvemos ahora por un momento al nivel educativo pero para indagar, esta vez, en uno de los temas clásicos de la investigación sociológica, cual es el de la homogamia o heterogamia de las uniones. Los datos que hemos obtenido al respecto (ver tabla 10) contradicen la imagen social hegemónica entre la opinión pública de que los matrimonios mixtos son acusadamente heterogámicos, en términos de una relación de tipo hipergámico para el cónyuge extranjero (las mujeres extranjeras se casan con hombres de mayor nivel educativo que ellas) y de otra de tipo hipogámico para el cónyuge español (los hombres españoles se casan con mujeres extranjeras de nivel educativo inferior). En efecto, como nos muestran los datos, observamos un predominio de la homogamia educativa en los casos de las uniones de mujeres mexicanas, dominicanas y brasileñas (estas últimas especialmente, con un 50 %) y, cuando se da heterogamia (en el caso de las mujeres venezolanas, rusas y, especialmente, cubanas) es con un mayor nivel educativo de la mujer extranjera respecto al hombre español. Esto es algo, efectivamente, que habíamos detectado ya en la investigación cualitativa y que ahora, aquí, lo constatamos.

Finalmente, para la consideración de la clase ocupacional hemos tenido que recodificar la variable, ya que partíamos de 14 categorías originales definidas por INE. Basándonos en Goldthorpe (1974; 1997) hemos establecido los siguientes grupos principales: clase servicios, en donde se integrarían personas relacionadas con la dirección de empresas o de la administración pública, técnicos y profesionales científicos e intelectuales o técnicos y profesionales de apoyo; clases medias,



Procedencia del hombre		Nacionalidades de la mujer con mayor concentración relativa						Total
		RUSIA	MÉXICO	CUBA	REPÚBLICA DOMINICANA	BRASIL	VENEZUELA	
Zona rural (municipio de menos de 20.000 habitantes)	Recuento	180	44	95	169	<b>556</b>	132	1176
	% dentro de procedencia del hombre	15,3%	3,7%	8,1%	14,4%	<b>47,3%</b>	11,2%	100,0%
Zona urbana (municipio de más de 20.000 habitantes)	Recuento	726	360	392	751	<b>1889</b>	606	4724
	% dentro de procedencia del hombre	15,4%	7,6%	8,3%	15,9%	<b>40,0%</b>	12,8%	100,0%
Total	Recuento	906	404	487	920	<b>2445</b>	738	5900
	% dentro de procedencia del hombre	15,4%	6,8%	8,3%	15,6%	<b>41,4%</b>	12,5%	100,0%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 8: Nacionalidades de la mujer con mayor índice de concentración relativa (ICR) según procedencia del hombre

Ocupación de la mujer		Procedencia del Hombre		Total
		Zona rural (municipio de menos de 20.000 habitantes)	Zona urbana (municipio de más de 20.000 habitantes)	
Amas de casa	Recuento	941	3112	4053
	% dentro Procedencia del hombre	29,9%	23,0%	24,3%
Otra actividad (incluidas mujeres en paro)	Recuento	2209	10414	12623
	% dentro Procedencia	70,1%	77,0%	75,7%
Total	Recuento	3150	13526	16676
	% dentro Procedencia	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 9: Tipo de ocupación de la mujer según procedencia del hombre

que agruparían a empleados administrativos, trabajadores de servicios de restauración, hostelería, etc., agricultores y supervisores de trabajos de la agricultura o la pesca; clase obrera, integrada por artesanos y trabajadores cualificados de la industria, manufactura y construcción, operadores e instaladores y trabajadores no cualificados, pequeños agricultores, trabajadores de la agricultura y la pesca. Como muestra la Tabla 11, Brasil, junto con la República Dominicana, concentra el mayor número de mujeres casadas binacionalmente con españoles en la clase media y obrera, con poca presencia en la clase de servicios, a diferencia del resto de nacionalidades.

## Consideraciones finales

En suma, y en síntesis, podríamos concluir afirmando que el perfil mayoritario de la mujer brasileña casada con un hombre español es el de una mujer joven, menor de 29 años, ocupada como empleada administrativa, trabajadora en el ámbito de la restauración/hostelería o ama de casa mayoritariamente, que vive en la ciudad pero tiene también una destacada presencia en zonas rurales y posee un nivel educativo igual al de su pareja.

En relación con el resto de matrimonios más frecuentes de mujeres de otras nacionalidades con hombres españoles, se puede afirmar que dicho perfil es bastante semejante al de las mujeres dominicanas casadas con españoles y, por el contrario, bastante diferenciado del de las mujeres cubanas, rusas y mexicanas casadas con hombres españoles.

Los perfiles basados en datos estadísticos nos aportan, sin duda, pistas in-

Grado de Homogamia Educativa		ICR Nacionalidades de la mujer con mayor concentración relativa						Total
		Rusia	México	Cuba	República Dominicana	Brasil	Venezuela	
Igual nivel educativo	Recuento	254	128	117	269	<b>892</b>	202	1862
	% dentro de Nacionalidad de la Mujer	41,0%	46,2%	35,7%	42,6%	<b>50,2%</b>	42,2%	45,3%
Mayor nivel educativo de la mujer	Recuento	283	114	156	210	<b>426</b>	204	1393
	% dentro de Nacionalidad de la Mujer	45,6%	41,2%	47,6%	33,3%	<b>24,0%</b>	42,6%	33,9%
Mayor nivel educativo del hombre	Recuento	83	35	55	152	<b>458</b>	73	856
	% dentro de Nacionalidad de la Mujer	13,4%	12,6%	16,8%	24,1%	<b>25,8%</b>	15,2%	20,8%
Total	Recuento	620	277	328	631	<b>1776</b>	479	4111
	% dentro de Nacionalidad de la Mujer	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	<b>100,0%</b>	100,0%	100,0%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 10: Grado de homogamia educativa según nacionalidades de la mujer con mayor índice de concentración relativa ICR

terezantes sobre las características, con sus similitudes y diferencias, de los matrimonios binacionales, pero debemos tener en cuenta también que la asepsia de los porcentajes puede ocultarnos igualmente particularidades y matices que es importante tomar en consideración. Quedan, además, otras variables que deberían ser incorporadas y otros cruces que con toda seguridad nos aportarían más información. Y faltaría, aún, correlacionar este esbozo inicial del perfil de las mujeres brasileñas casadas con españoles con el de sus maridos.

Ocupación de la mujer		Procedencia del Hombre		Total
		Zona rural (municipio de menos de 20.000 habitantes)	Zona urbana (municipio de más de 20.000 habitantes)	
Amas de casa	Recuento	941	3112	4053
	% dentro Procedencia del hombre	29,9%	23,0%	24,3%
Otra actividad (incluidas mujeres en paro)	Recuento	2209	10414	12623
	% dentro Procedencia	70,1%	77,0%	75,7%
Total	Recuento	3150	13526	16676
	% dentro Procedencia	100,0%	100,0%	100,0%

Fuente: elaboración propia a partir de datos del INE

Tabla 11: Clase ocupacional de la mujer según nacionalidades de la mujer con mayor concentración relativa

Sin duda, la profundización en los datos estadísticos y la complementación de estos datos con la textura de las vidas -con el acceso a las motivaciones, las experiencias y las emociones- de estos hombres y mujeres protagonistas de unas uniones sentimentales a menudo estigmatizadas o cuando menos vistas con sospecha por una parte de la opinión pública, que hace posible el uso de la metodología cualitativa, deberá acabarnos de dar la paleta más completa de este inicial esbozo que acabamos de presentar.

## Referencias

- Goldthorpe, J. y Hope, K. (1974) *The social grading of occupations: A new approach and scale*, Oxford: Clarendon Press.
- Goldthorpe, J. (1997) «The ‘Goldthorpe’ class schema: some observations on conceptual and operational issues in relation to the ESRC review of governmental social classification», en Rose, D. y O’Reilly, K. (Eds.) *Constructing classes: towards a new social classification in UK*, Londres: Office National Statistics, pp. 40-48.
- Observatorio «Madrid entre dos orillas» (2005) *Matrimonios mestizos en la Comunidad de Madrid*, Madrid: Centro de Estudios Económicos, Tomillo SL y Fundación Directa.
- Solé, C., Calvacanti, L. y Parella, S. (2011) *La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España*, Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración.



## Imigração, prostituição e «casas de alterne»: reflexões a partir do campo

*Ana Cláudia Cardoso de Freitas\**

### Resumo

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, a migração feminina já representa 51% das migrações internacionais. Também no Brasil houve aumento no número de mulheres que emigram sozinhas em busca de melhores oportunidades de vida. Isso implica novos desafios em termos de proteção aos seus direitos humanos (OIT, 2007).

A migração feminina, assim como as migrações, de modo geral, é consequência de muitos fatores, que vão desde vulnerabilidade econômica a questões sociais e culturais – sem deixar de notar o peso central da situação econômica. Entretanto, este tipo de migração tem como particularidade o fato de não ser alheia à indústria do sexo, turismo sexual e afins.

Assumindo como contexto os bares de alterne, esta comunicação abordará pontos de intersecção dos fenômenos da migração e da prostituição sob o ponto de vista de duas brasileiras residentes em Portugal. Utiliza-se, como recurso de estudo, uma abordagem qualitativa focada no *método biográfico* (Ferrarotti, 1983).

As mulheres que dão voz a este estudo foram biografadas entre Março e Junho de 2009 e vivenciaram, com diferentes graus de envolvimento, o fenómeno da prostituição. A partir das perspectivas que revelam, acende-se o debate sobre os serviços prestados pelas casas de alterne: afinal, até que ponto são eles um tipo de prostituição?

**Palavras-chave:** migração; prostituição; gênero; casas de alterne

### Introdução

O presente trabalho é fruto de uma investigação realizada em 2009 com mulheres brasileiras imigrantes em Portugal e a partir de dados produzidos a partir deste contacto. Foi utilizada, como recurso de estudo, uma abordagem qualitativa focada no *método biográfico* (Ferrarotti, 1983).

Desde o início, imaginávamos que não seria tarefa fácil a aproximação com mulheres em situação de prostituição em Portugal devido a natureza da clandestinidade e ilegalidade do fenómeno.

---

\*Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais – CES/FEUC; Bolseira da Fundação para Ciência e Tecnologia de Portugal: ✉ [anacarfreitas@ces.uc.pt](mailto:anacarfreitas@ces.uc.pt)

Era necessário tempo para que se pudessem «encontrar» sujeitos para essa pesquisa e para desenvolver algum tipo de relação de confiança, de modo a ter acesso ao ponto de vista de quem vivencia o fenômeno.

Conheci, Maria, através de relacionamentos e amigos em comum. Ela vendia lanches numa zona de casa de alternes, localizada na zona metropolitana do Porto. Aproximei-me e com ela combinei e fiz duas visitas à referida zona.

A nossa intenção era estabelecer uma aproximação com mulheres brasileiras que trabalhavam nas casas de alterne a fim de ganhar uma certa confiança e poder assim propor a participação na pesquisa.

«Tudo começou numa madrugada fria no Porto – como não poderia deixar de ser, meados de Fevereiro, uma quarta-feira, apanhamos o metro em direção a uma cidade limítrofe do Porto. Maria fazia esse percurso de terça a domingo, há mais de um ano, vendendo lanches em bares próximos ao mercado dessa cidade. Estava ansiosa e também com um certo receio, receio de não ser bem recebida, mas Maria me tranquilizou: “Não te preocupa, vais estar comigo, ninguém vai mexer com você” (o que realmente veio a se confirmar mais tarde).» (NC. 18-02-09)

Maria durante o percurso, já havia relatado que a existência de algumas mulheres brasileiras nesta cidade, mas nada comparado com há alguns anos, como ouvira das mulheres que estavam ali há mais tempo.

Assim, no intervalo de uma hora entramos em 10 casas de alterne. Aparentemente eram bares comuns, com alguns sofás, música e um balcão. Nada muito diferente em relação a outros bares, mas com algumas exceções: «Tu viste aquela portinha, que ficava do lado esquerdo do balcão? É ali o quartinho onde são feitos os programas», dizia Maria.

O ambiente mais marcante para mim foi a primeira casa de alterne, talvez por ser a primeira, mas principalmente pelo perfil das mulheres que estavam lá. Eram pessoas na faixa etária de 50 anos e um ambiente com aspecto de abandono. Havia meia dúzia de mulheres e nenhum cliente. Nas demais, percebia-se maior diversidade de faixas etárias: «Numa casa como essa, as mulheres normalmente só ganham 5 euros por noite. Acho que muitas continuam vindo mais pela companhia que têm aqui do que pela alterna em si», dizia Maria.

Nos demais bares, havia mulheres mais jovens e alguns poucos clientes, «A crise está grande, afeta até as meninas», continuava Maria.

Porém, o objetivo que nos levou até ali era encontrar mulheres brasileiras, mas inesperadamente encontramos somente duas. Maria já havia advertido que havia poucas, devido à ação recente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF. Os proprietários estavam evitando contratar imigrantes, estavam preferindo as nacionais. E, mesmo essas duas mulheres brasileiras, de aspecto

bastante jovem, já não foram encontradas na segunda visita que realizamos.

## **1 Breve histórico do fluxo migratório global: uma nova questão social?**

Os processos migratórios constituem um dos fenômenos populacionais e sociais mais importantes da era moderna, não se configurando algo recente na história da humanidade, embora se tenha evidenciado um incremento do fenômeno nas últimas décadas, tornando-se uma das questões mais relevantes com que se depararam as sociedades ocidentais, e por isso se torna tema permanente do debate político e social (Nee e Sanders, 2001; Portes, citado por [Vitorio](#); Peixoto, 2004).

Na atualidade, a emigração é um tema que se encontra no centro do debate, devido às inúmeras e novas complexidades, problemas e consequências, tanto para as sociedades de origem, como para as de acolhimento. Dentre essas consequências, podemos citar o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos e a quase inevitável formação de nichos de pobreza, muitas vezes fazendo inchar as periferias das grandes cidades. Como é sabido, assiste-se, a par deste crescimento, um aumento da violência e criminalidade, o que vem provocando uma sensação de insegurança na população e no local que passa a associar esses acontecimentos à presença de imigrantes. Os imigrantes passam a ser vistos como os responsáveis pelo aumento do desemprego entre nacionais, uma vez que se sujeitam a subempregos e/ou empregos sem garantias trabalhistas e previdenciárias, o que fragiliza o sistema de proteção social, pensado para a classe trabalhadora nacional.

Em relação a essa crise do mundo do trabalho, muitos autores a consideram como «uma nova questão social» (Robert [Castel](#), 1995, 1998; Rosanvallon, 1998). A este respeito, [Castel](#) refere que,

Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente há aí uma razão para levantar «uma nova questão social» que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX ([Castel](#), 1995, p. 526).

Estas (pré)noções contribuem para que os imigrantes sejam muitas vezes marginalizados pela sociedade local, tornando-se alvo de discriminação. Porém, apesar das consequências negativas associadas ao fenômeno migratório serem as mais veiculadas, ele não é de todo mau, pois existem dados positivos que não podem ser desprezados ao analisarmos as consequências do fenômeno. Assim, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística – INE, de 2009, é evidente a contribuição dos imigrantes para o aumento da taxa de natalidade em Portugal, fenômeno que já vem sendo assinalado em outros países europeus (INE,



2009). Na verdade, segundo um estudo da União Europeia, a taxa de natalidade em Portugal caiu pela metade em quarenta anos. Ora, o referido estudo recomenda um aumento da imigração como fundamental para assegurar o crescimento populacional, uma vez que os europeus têm uma taxa de fertilidade abaixo do recomendado para a substituição da população. Tal condição, influenciada decisivamente pela situação sócio-econômica, combinada ainda com o aumento da expectativa de vida da população europeia, poderá trazer consequências significativas daqui a alguns anos. Esta situação poderá ser evidenciada por exemplo, no período em que as crianças de hoje estarão entrando no mercado de trabalho, tendo que assumir o ônus pelo elevado número de pessoas em situação de aposentadoria. Sendo assim, a redução significativa da população economicamente ativa pode, eventualmente, provocar crise e estagnação da economia local. Em suma, é inegável que as novas gerações de imigrantes podem vir a representar um elemento relevante na futura força de trabalho do país.

No que diz respeito aos fatores condicionantes da migração, Alfredo Bruto da Costa (1998) refere que o movimento migratório não é somente impulsionado pela busca de melhores condições de vida, mas é também marcado por razões de *sobrevivência*, «o que por um lado quer dizer que a motivação é muito forte e, por outro, pode querer dizer que irá continuar por algum tempo mais, sejam quais forem as restrições legais e/ou físicas que venham a vigorar» (Costa, 1998, p. 70). Este autor afirma ainda que é inegável a necessidade do desenvolvimento dos países pobres como solução para o fenômeno das migrações massivas. Faz-se necessária, assim, uma ação transnacional, com investimentos em Políticas Públicas e em programas de desenvolvimento regional, ou seja, uma solução compartilhada para amenizar os efeitos do fenômeno migratório. Contudo, sabemos que são soluções que só se repercutirão a longo prazo, uma vez que os problemas que afetam os países do chamado 3º mundo, são, acima de tudo, conjunturais, em grande parte reflexo de séculos de colonização indiscriminada, que ainda se fazem presentes.

Costa (1998) se refere a esse fenômeno como *ciclo pós-colonial*.

«[...] estamos num novo ciclo da história. O ciclo pós-colonial. Não falo apenas do colonialismo *político*, mas também do *social*, do *cultural* e do *económico*. E a imigração para a Europa é, em certo sentido, a continuação e a consequência natural do ciclo colonial. Em certo sentido, é o « regresso das caravelas». (ibidem, p. 74)

Também Benalva da Silva Vitorio (2007) afirma que a sociedade moderna vem sofrendo mudanças significativas na sua forma e organização, o que traz reflexos em fenômenos de cunho macroeconómico, político, sociológico, entre outros. Em consequência, observa-se uma mudança significativa dos fluxos migratórios a nível mundial, antes em direção aos grandes centros urbanos, diferentemente do que ocorria no primeiro momento visivelmente marcado pelo êxodo rural, ocorrendo em espaços geográficos restritos. Atualmente, os fluxos migratórios têm como característica forte o fato de estarem acontecendo de uma maneira mais global, em direção às regiões economicamente mais desenvolvidas. Na visão de Maria Ioannis Baganha, a imigração tem hoje um carácter *masivo*. Não se trata de algumas pessoas isoladas, nem de um número limitado

de famílias, mas de números consideráveis de pessoas e famílias com expressão demográfica e sociológica. (Baganha e Góis, 1999, p. 69)

No caso específico da imigração feminina no contexto português, Manuela Ribeiro et al. (2008) destacam que as mulheres imigrantes que se inserem no mundo da prostituição, são também originárias de regiões sócio-economicamente frágeis, o que as levam a imigrar para os países considerados mais desenvolvidos e, consequentemente, onde poderão ter melhores condições de vida – países europeus e Estados Unidos – somado às «expectativas que animam a generalidade dos que integram esta mole imensa de deslocamentos do Sul para o Norte, ou seja, a premente e urgente necessidade de encontrar respostas à penúria material mais ou menos extrema, ao deserto de alternativas, às incertezas e insuficiências do presente e à falta de futuro, que marcam os seus contextos e origem.» (Ribeiro et al., 2008, p. 246)

Por este motivo, a abordagem e compreensão deste fenómeno cruza várias áreas do conhecimento, como afirmam Jansen, citado por Vitorio (2007), bem como Piscitelli (2008), uma vez que ele próprio tem expressão e observa campos diversos – político, económico e social. Na visão de Jansen, situada na década de 60 do século passado, a migração era vista muito mais do que um fenómeno demográfico de simples deslocação de pessoas entre países, regiões, continente, referindo que

«[...] muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se entrega na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto nos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante.» (Vitorio, 2007, p. 31)

Na verdade, há muitos autores que complementam as concepções anteriormente citadas, corroborando das ideias de que o descontentamento com as condições de trabalho nos países de origem, associados à ideia de que o nível de vida e bem-estar que o trabalho possa a vir permitir, são circunstâncias fulcrais para a tomada de decisão de emigrar (Baganha, Góis e Ramalho, 1998; Laparra, 2003). É inegável que as questões económicas são extremamente relevantes na decisão de emigrar, fazendo com que milhões de pessoas se exponham à mercê de uma multiplicidade de adversidades, riscos e modalidades de exclusão, decorrentes deste processo migratório. Como refere Maria Ioannis Baganha (2001),

[...] este conceito está vinculado ao risco de segregação e marginalização, que se repercutirá negativamente na integração dos imigrantes na sociedade, uma vez que uma exclusão social sistemática

e estável relativamente à origem dum indivíduo é a base para a constituição de uma classe étnica (ibidem, p. 21).

Em síntese, parece claro que o fenómeno da migração anda articulado com pobreza e com a vontade de sua superação. Nessa medida, ainda que vivido individualmente por parte dos sujeitos, o problema não é apenas individual e psicológico, sendo por isso o problema das migrações, tal como argumenta Bruto da Costa (1998), uma questão de exclusão, e que «diz respeito não apenas às pessoas e às famílias, mas a todo um território.» Em certo sentido, é o fechar do ciclo de exclusão territorial. Este autor também destaca a importância do domínio das referências simbólicas e subjectivas no processo de exclusão,

[...] que tem a ver fundamentalmente com uma dimensão subjectiva da exclusão (...) todo um conjunto de perdas que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência na situação de exclusão, no campo das referências: perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, etc. (Costa, 1998, p. 17)

Exclusão, que afeta de maneira mais evidente mulheres imigrantes, a partir do momento que são mais vulneráveis a essa questão social.

O ato de imigrar, em si, não é garantia de mudança satisfatória de vida. Nos contextos atuais do mundo globalizado, os problemas relacionados com o desemprego, violência, discriminação, são também globais, o que faz com que cada vez menos países consigam garantir a superação da pobreza e todos os seus desdobramentos. Se associarmos isso à ideia de que o movimento migratório está hoje muito associado com os processos coloniais, pós-coloniais e neo-coloniais, acrescentaremos novos detalhes a esta compreensão. Bruto da Costa (1998) refere-se a uma inversão do movimento migratório, marcadamente de populações colonizadas rumo aos seus países colonizadores – característica muito presente no continente europeu – inversão essa denominada pelo autor como o « regresso das caravelas». Trata-se de um movimento com fundamento histórico em que se não deve colocar num lugar comum, sendo necessário fazer a devida análise do fenómeno:

«[...] a Europa pós-colonial não pode colocar-se na postura pré-colonial, pela simples razão de que, entre os dois momentos, existiu todo o período colonial. E este período tem implicações para o futuro. Um deles, a meu ver natural, é o do movimento populacional das antigas colónias para os antigos países colonizadores.» (Costa, 1998, p. 70)

Na década de 1980, os países localizados ao Sul da Europa do Sul tornam-se atraentes à migração, especificamente para pessoas oriundas do Leste Europeu

e do Continente Africano, como destacam Maria Ioannis Baganha e Pedro Góis (1999). Ora, isso constitui uma mudança substancial no processo migratório no contexto europeu, como é evidenciado no trecho a seguir:

O papel tradicional da Europa do Sul de fornecedor de mão de obras aos países economicamente mais desenvolvidos foi decisivamente invertido. . . situação inteiramente nova para uma região que, durante mais de cem anos, apenas tinha estado envolvida em movimentos migratórios como área emissora (ibidem, p. 254).

Em síntese, o fenómeno migratório globalizado da atualidade não é mais exclusivo de alguns países que atingem um grau de desenvolvimento acima da média. Portugal não está, por isso, alheio a esse processo, sendo que as novas gerações de imigrantes já representam uma relevante camada da população do país.

## **2 Caracterização da prostituição: um grande desafio**

Muitas mulheres encontram na prostituição uma solução momentânea. Entretanto, devido ao desemprego, atrelado à falta de qualificação profissional para a entrada no mercado, a prostituição permanece como a única possibilidade de sobrevivência. Porém, para Paulo Roberto Ceccarelli «atribuir a entrada e a permanência nessa prática unicamente a questões financeiras é um argumento redutor, além de misógino, pois nega, mais uma vez, o direito à mulher de escolher livremente como quer viver sua sexualidade» (Ceccarelli, 2008, p. 9). Em suma, para o autor as mulheres podem se posicionar como protagonistas de seu próprio percurso de vida, fazendo da prostituição uma escolha como qualquer outra. Outros autores, tais como Striff e Morokvasic, citados por Assis (2003), também mencionam causas não econômicas que ocasionam a migração feminina.

No contexto português, as formas de prostituição não se diferem dos demais países, com exceção das casas de alterne. José Manuel Pinto, citado por Boaventura de Sousa Santos (2008), elaborou uma **tipologia para as diferentes formas de prostituição**: prostituição de rua, de bares de alterne e clubes, de apartamentos, casas de massagem e convívio, de automóvel e de agências de acompanhamento.

«a prostituição de rua» [...] efectua-se nas ruas, parques e outros lugares, e é considerada como uma forma de prostituição com um risco significativo para as mulheres; envolve mulheres mais envelhecidas, por vezes com deformações físicas evidentes e degradadas. . . A prostituição de automóvel surge, frequentemente, em articulação com a prostituição de rua (ibidem, p. 105).

Porém neste trabalho, tratarei mais especificamente dos bares (ou casas) de alterne a partir da minha experiência no campo.

### **3 Os «bares de alterne» como tipologia «aceitável»**

As casas de alterne constituem uma das tipologias de prostituição, apesar de aparecerem no contexto português com alguma especificidade (Santos et al., 2008) e autonomia face às outras modalidades da prática no campo. Também, no que concerne a casa de alterne, de acordo com o relato de Cristina ilustra a singularidade desta modalidade de trabalho que exerce, apesar de não se referir de local de prostituição.

É um barzinho normal, uma luz mais ambiente, uma música um pouco mais alta, alguns sofás. Tem balcão, um *bar man*, normalmente um segurança e um porteiro na entrada, mas é um ambiente ... você entra, é um barzinho normal, aconchegante, aberto p'ra qualquer pessoa. Muitas vezes entram casais, chegam uns clientes, sentam, pedem uma bebida, a gente vai lá, aborda «Olá, boa noite! Tudo bem, como está?» e ali começa uma conversa, passam-se 15 ou 20 minutos, «Então, me oferece uma bebida?», alguns dizem que sim e alguns dizem que não. Quando dizem que não gente então fica mais um 5 minutinhos p'ra não ficar chato e se retira, se despede e sai. Quando sim, aceitam, alguns fazem propostas, claro, só aceita quem quer, nunca fui obrigada a nada, também nunca fiz nenhum tipo de saída com algum cliente e acredito que muitas mulheres façam porque às vezes se torna tentadoras propostas [...] (Cristina)

Na citação anterior, o fragmento de um relato de uma mulher que trabalha numa casa de alterne. Santos et al. (2008) complementam essas informações.

A maior fonte de lucro destas casas é com o consumo de bebidas por parte dos clientes, sobretudo aquelas pagas às mulheres que lá trabalham, cujos preços podem ir desde os 20 aos 40 euros. Nestas casas pratica-se, muitas vezes, para além de um número mais ou menos limitado de serviços (como *stripteases* privados) – o que depende em regra da maior ou menor qualidade do espaço – a prostituição, usualmente num piso superior ou inferior do edifício, ou mesmo em anexos construídos para o efeito (Santos et al., 2008, p. 106).

Ou seja, as casas de alternes são bares camuflados, onde além da venda de bebidas há a troca de favores sexuais, apesar de haver algumas casas onde não há necessariamente a compra e venda de sexo.

Por sua vez, a prostituição realizada através de agências, Santos et al. (2008) observam um meio através do qual se encontram «várias mulheres sem contato prévio com outras formas de prostituição. Estas mulheres acompanham os clientes a jantares, festas, discotecas e teatros. Voltando a citar José Manuel Pinto «muitas vezes trata-se de sexo, outras apenas de acompanhamento.» (Pinto, citado por Santos et al., 2008, p. 107)

Também a prostituição nas «casas de massagem e de convívio» é realizada por mulheres jovens, bonitas e com um nível de educação considerado superior (Santos et al., 2008).

Por ser, não raras vezes, gerida por uma determinada organização, torna possível uma maior movimentação de mulheres. Estas casas transmitem ao cliente um «clima de renovação» permanente, em relação aos rostos de quem se prostitui, devido à fluidez com que as pessoas se movimentam (ibidem, p. 107).

No que concerne à prostituição realizada em apartamentos, o perfil das mulheres, de acordo com Santos et al. (2008) e Oliveira (2004, citada por Santos et al., 2008), é definido pelas seguintes características: jovens adultas (na faixa etária entre 25 e 35 anos), geralmente mães e frequência universitária.

## Em jeito de conclusão

Com a realização do presente trabalho, percebeu-se a necessidade de se dar uma maior atenção ao fenómeno migratório feminino, e dentro desse contexto ao da prostituição. Os estudos da indústria do sexo raramente observam as pessoas que nela trabalham, a categoria da imigração excluiu essas mulheres, mesmo elas tendo cada vez mais importância nos contextos de imigração internacional. Logo, não há mais como desprezar tal problemática, tendo em atenção que o aumento acentuado na participação das mulheres nos fluxos migratórios internacionais é algo presente e em forte expansão. Por isso a necessidade crescente da sua maior problematização e aprofundamento.

Mais uma vez e, também neste nível de teorização, convém salientar que este trabalho é exploratório. Como tal, está ainda carente de ligações e aprofundamentos importantes para se compreender os fenómenos ora postos. A perspectiva de género é fundamental ser também mais trabalhada.

## Referências

- Ackers, L. (1998) «“Cuidar de longe”: mulheres, mobilidade e autonomia na União Europeia», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 50, pp. 121–151.
- ACIME (2005), *Estatísticas de Imigração*. Disponível on-line, <http://www.acime.pt>, acesso em 07-08-2009.

- Araújo, H., e Magalhães, M. (1999) *Des-Fiar as Vidas: perspectivas biográficas, mulheres e cidadania*, Cadernos Coeducação, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM).
- Araújo, H. (2000) *Pioneiras da Educação: as Professoras Primárias na Viragem do Século – Contextos, Percursos e Experiências, 1870–1933*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Araújo, H. (2007) «Cidadania na sua polifonia: debates nos estudos de educação feministas», in *Educação, Sociedade e Culturas*, 25, pp. 83–116, Disponível on-line, [http://sigarra.up.pt/fpceup/publs\\_pesquisa.FormView?P\\_ID=28801](http://sigarra.up.pt/fpceup/publs_pesquisa.FormView?P_ID=28801).
- Baganha, M. e Góis, P. (1999) «Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 53, pp. 229–280.
- Baganha, M. e Marques, J. (2001) *Imigração e Política – o caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Baganha, M. (2001) «A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal», in Santos, B. (Org.) *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto: Edições Afrontamento, pp. 135–159.
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos*, Porto: Editora Porto.
- Castel, R. (1995) *As metamorfoses da questão social*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Costa, A. (1998) *Exclusões Sociais*, [s.l.]: Edições Gradiva, Cadernos Democráticos, Vol. 2.
- Fonseca, L. (2001) *Culturas Juvenis, Percursos femininos: Experiências e Subjectividades na Educação de Raparigas*, Oeiras: Celta.
- Fonseca, L. (2009) *Justiça Social e Educação: Vozes, silêncios e ruídos na escolarização das raparigas, ciganas e payas*, Porto: Edições Afrontamento.
- Fraser, N. (2002) «Políticas feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero», in Bruchini, C. e Unbehau, S. (Orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 59–78.
- Kempadoo, K. (2005) «Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres», in *Cadernos Pagu*, 25, pp. 55–78.
- Magno, J. (2006) *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – Congresso Nacional*, Brasília: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Emigração.

- Mayorga, C. (2009) *Identidade, Migração e Gênero: O Caso de Mulheres Brasileiras Prostitutas em Madrid*. Disponível *on-line*, [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Claudia\\_Mayorga\\_55.pdf.09/03/11](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/C/Claudia_Mayorga_55.pdf.09/03/11).
- Oliveira, A. (2008) *O Mundo da prostituição de Rua – Trajectórias, Discursos e Práticas: Um estudo etnográfico*, Tese de Doutoramento em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.
- Piscitelli, A. (2007) «Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional, in *Revista de Estudos Feministas*, 15, pp. 717–744. Disponível *on-line*, <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a14v15n3.pdf>, acesso em 08-03-2011.
- Piscitelli, A. (2008) «Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Disponível *on-line*, <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/5247/4295>, acesso em 01-04-2011.
- Santos, B. (1997) «Por uma concepção multicultural de direitos humanos», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp. 11–32.
- Santos, B., Gomes, C., Duarte, M. e Baganha, M. (2008) «Tráfico de Mulheres em Portugal para fins de exploração sexual», in *Colecção Estudos de Género*, Lisboa: CIG.
- Vitorio, B. (2007) *Imigração brasileira em Portugal: identidade e perspectivas*, Santos: Editora Universitária Leopoldiaum.





2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

**Dia 04 de Junho (Segunda-feira)**

9:00 - 10:00	<i>Credenciamento</i>
10:00 - 11:30	<p><b>Mesa Redonda: “Novas Configurações da imigração brasileira para a Europa na atualidade I: mercado de trabalho”</b>  <i>Prof. João Peixoto SOCIUS-ISEG/UTL, Portugal</i>  <i>Prof. Duval Fernandes Magalhães - PUC/Minas Gerais, Brasil</i>  <i>Prof. Leonardo Cavalcanti, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha</i>  <i>Coordenadora: Profa. Beatriz Padilla, CIES-ISCTE/IUL, Portugal</i></p>
11:30 - 11:45	<i>Pausa Café</i>
11:45 - 13:30	<p><b>Painel I - Juventude e Descendentes</b>  <i>Coordenadora: Suelda Albuquerque, IGOT-UL</i></p> <p>Fragilidades e potencialidades na adaptação de jovens brasileiros em Portugal            Autora: Maria Madalena Gracioli            Instituição/ País: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava - São Paulo, Brasil</p> <p>Território de imigração italiana e emigração de seus Descendentes            Autoras: Sandra Nicoli e Sueli Siqueira.            Instituição /País: Universidade do Vale do Rio Doce, Brasil</p> <p>“Melhorar de vida” ou “Aproveitar a vida”? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal)            Autora: Paula Christofoletti Togni            Instituição /País: CRIA/ ISCTE-IUL, Portugal</p> <p>Descendentes de Imigrantes Brasileiros no 3º Ciclo do Ensino Básico            Autora: Ana Schreck Reis Dória            Instituição /País: ISCTE/IUL, Portugal</p> <p>Ser autónomo ou estar à deriva?            Reflexões sobre a experiência de jovens brasileiros migrantes em Lisboa            Autora: Simone Frangella            Instituição, País: ICS/Universidade de Lisboa, Portugal</p>
13:30 - 15:00	<i>Almoço</i>
15:00 - 16:30	<p><b>Painel II - Retorno</b>  <i>Coordenadora: Thais França, CES-UC</i></p> <p>“De estudante à migrante: percursos e percalços de brasileiros na França”            Autora: Gisele Maria Ribeiro de Almeida            Instituição /País: Universidade Estadual de Campinas, Brasil</p> <p>A crise e a migração de retorno: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal (notas preliminares)            Autores/as: Durval Fernandes, Andressa Faria, Romerito Valeriano da Silva            Instituição: Pós-Graduação em Geografia PUC - Minas, Brasil</p>

Organização

1

Co-organização



<http://sites.google.com/site/seminariobrasileuropa2012/home>  
 e-mail: seminariobrasileuropa2012@gmail.com

2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

<b>Dia 04 de Junho (Segunda-feira)</b>	
	<p><b>Painel II - Retorno</b> <i>Coordenadora: Thais França, CES-UC</i></p> <p>Empreendedorismo no Retorno: estudo de caso das imigrantes brasileiras em Portugal Autora: Sueda Albuquerque, Sofia Teixeira, Luis Carrasquinho Instituição /País: IGOT/UL, ISCTE/IUL, OIM, Portugal</p> <p>Processos Transnacionais: O Fluxo Migratório Brasileiro entre Portugal e Brasil Autora: Christiane Coêlho Instituição/País: UNB, Brasil</p> <p>Estudantes brasileiros em Portugal e no Reino Unido: As alterações nos fluxos migratórios e o retorno Autora: Juliana Chatti lório Instituição /País: IGOT/UL, Portugal</p>
16:30 - 16: 45	<i>Pausa Café</i>
16:45 - 18:30	<p><b>Painel III - Saúde e Práticas de Saúde</b> <i>Coordenadora: Érika Masanet Ripoll, CIES - ISCTE/IUL</i></p> <p>Las evidencias de resiliencia en una experiencia migratoria Autora: Sylvania Maria Torres Bezerril Instituição /País: Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha</p> <p>Mulheres Brasileiras em Portugal: vivências e percepções dos cuidados de saúde primários durante a gravidez e maternidade Autora: Joana Topa, Conceição Nogueira, Sofia Neves Instituição /País: Universidade do Minho e Instituto Superior da Maia, Portugal</p> <p>Imigrantes Brasileiros em Lisboa e utilização dos Serviços de Saúde Autora: Lyria Reis, Natália Ramos Instituição /País: Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta, Portugal</p> <p>Cuidados de Saúde Materno-infantis em Imigrantes Brasileiras no Porto Autora: Lígia Moreira Almeida e José Caldas Instituição /País: Centro de Investigação e Intervenção Educativas-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE/FPCEUP), Instituto de Saúde Pública - Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (ISPUP/FMUP), Portugal</p>
18:30-	<p><b>Abertura Oficial do Evento</b> <b>Inauguração da Exposição: "Ser Brasileira em Portugal"</b> <b>Exposição de Pôster</b> <b>Porto de Honra</b></p>

Organização

2

Co-organização



<http://sites.google.com/site/seminariobrasileuropa2012/home>  
e-mail: seminariobrasileuropa2012@gmail.com

2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

**Dia 05 de Junho (Terça-feira)**

09:00 - 11:00	<p><b>Painel IV - Mercado de Trabalho</b> <i>Coordenadora: Gleiciani Fernandes, ICS/IUL</i></p> <p>Empreendedorismo no Setor da Beleza: Brasileiras na Quinta do Conde Autor: Tiago Miguel Chaves Instituição/ País: CIES-ISCTE/IUL, Portugal</p> <p>Mulheres Brasileiras na Academia Portuguesa: rompendo ou perpetuando estereótipo? Autora: Thais França Instituição/País: CES/UC, Portugal</p> <p>A imigração qualificada dos médicos brasileiros na Espanha e em Portugal: quais as diferenças e as semelhanças? Autora: Erika Masanet Ripoll Instituição/País: CIES- ISCTE/IUL, Portugal</p> <p>Mobilidade social dos migrantes brasileiros capoeiristas : a miragem da mestiçagem na Europa e <i>a dupla ilusão</i> Autora: Monica Aceti Instituição/País: Université de Fribourg, Suíça, Université de Franche-Comté, França</p> <p>O Brasil nos Açores Autora: Ana Maria Amorim Instituição/País: Universidade dos Açores, Portugal</p> <p>“Muito cacique para pouco índio”: contextos empíricos de etnicidade, empreendedorismo e identidade de classe Autor: Manuel Abrantes Instituição/País: SOCIUS-ISEG/UTL, Portugal</p>
11:00 - 11:45	<p><i>Pausa Café</i></p>
11:45 - 13:30	<p><b>Painel V - Participação e ação política</b> <i>Coordenadora: Viviane Monzin, PUC-SP</i></p> <p>Uma análise do Manifesto contra o preconceito às Mulheres Brasileiras em Portugal: empoderamento, interseccionalidade e cyberativismo. Autora: Beatriz Padilla, Gleiciani Fernandes, Mariana Selister, Thais França Instituição/País: CIES-ISCTE/IUL; ICS-UL; CIES-ISCTE/IUL; CES/UC, Portugal</p> <p>A APEB-Coimbra, entre a Internacionalização do Ensino Superior e a Necessidade de Integração dos Estudantes Migrantes: O Caso da Universidade de Coimbra Autora: Viviane Silva Carrico Rodrigues Instituição/País: Faculdade de Direito /Universidade de Coimbra, Portugal</p>

Organização

3

Co-organização



<http://sites.google.com/site/seminariobrasileuropa2012/home>  
e-mail: seminariobrasileuropa2012@gmail.com

2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

	<b>Dia 05 de Junho (Terça-feira)</b>
11:45 - 13:30	<p><b>Painel V - Participação e ação política</b> <i>Coordenadora: Viviane Monzine, PUC-SP</i></p> <p>Associativismo entre os estudantes e pesquisadores brasileiros na Europa através de grupos de discussão na internet: o caso da APEB-FR e ABEP-UK Autor: Felipe Dartagan Maropo Teixeira de Castro Instituição/País: Uni. Federal do Mato Grosso do Sul, Campus Pantanal, Brasil</p> <p>Imigração e associacionismo brasileiro em <i>La Raya</i> espanhola Autora: Elisa Tavares Duarte Instituição/País: Universidade de Salamanca, Espanha</p> <p>Casa do Brasil Lisboa - especificidades, conquistas e desafios do associativismo de imigrantes brasileiros em Portugal Autora: Aline Lima Santos Instituição/País: Departamento de Geografia/FFLCH/USP, Brasil</p> <p>Entre cidadãos e cidadãos: qual o nosso lugar? Atuação política e representação nos discursos de lideranças brasileiras Autora: Alessandra Siqueira Barreto, Instituição/País: Universidade Federal Fluminense(UFF), PPGAS/UFRJ, Brasil</p> <p>O diálogo entre Os emigrantes e o Estado brasileiro: notas sobre as conferencias de brasileiros no mundo Autor: Fernando Emílio Pereira Wanderley e Alessandra Siqueira Barreto Instituição/País: Uni. Federal de Uberlândia e Uni. Federal Fluminense, Brasil</p>
13:30 - 15:00	<i>Almoço</i>
15:00 - 17:00	<p><b>Painel VI - Gênero e Sexualidades</b> <i>Coordenadora: Mariana Selister, CIES-ISCTE/IUL</i></p> <p>Mulheres Imigrantes Brasileiras em Portugal: Abdicar de si mesma para conciliar o trabalho com a família Autora: Estefânia Gonçalves Silva, Conceição Nogueira e Sofia Neves Instituição /País: Universidade do Minho e Instituto Superior da Maia, Portugal</p> <p>Migração, gênero e prisão: um estudo de caso sobre os brasileiros transgender presos no presídio Sollicciano Autora: Adriana Dias, Sofia Ciuffoletti Instituição /País: Uni. Federal da Paraíba, Brasil; Uni. degli Studi di Firenze, Itália</p> <p>Gênero e Nacionalismo: um olhar sobre a experiência de brasileiras em Portugal. Autora: Gleiciani Fernandes Instituição /País: ICS/UL, Portugal</p> <p>Imigração feminina: empoderamento e reestruturação do lugar de origem Autor: José Pereira Instituição/ País: IFCH/Unicamp (FAPESP), Brasil</p>

Organização

4

Co-organização



<http://sites.google.com/site/seminariobrasileuropa2012/home>  
e-mail: seminariobrasileuropa2012@gmail.com

2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

<b>Dia 05 de Junho (Terça-feira)</b>	
	<p><b>Painel VI - Gênero e Sexualidades</b> <i>Coordenadora: Mariana Selister, CIES-ISCTE/IUL</i></p> <p>Estrategias económicas y sociales de los migrantes brasileños en España: género y transnacionalismo. Autor: Paula Alonso Pardo Instituição: Universidade de Santiago de Compostela (USC), Espanha</p> <p>Mulheres brasileiras no contexto português das Casas de Alterne: outros olhares sobre intimidade, dinheiro e poder. Autora: Lira Dolabella Instituição /País: CRIA - ISCTE/IUL, Portugal</p>
17:00 - 17:15	Pausa Café
17:15 - 19:30	<p><b>Painel VII - Mídia, Comunicação, Representações e Redes</b> <i>Coordenadora: Paula Togni, CRIA-ISCTE/IUL</i></p> <p>Mediated togetherness: The use of new media among Brazilian migrants in Belgium Autor: Mieke Schrooten Instituição /País: Migration and Minority Research Centre/Katholieke Universiteit (KU), Leuven, Bélgica</p> <p>O outro Outro: a mulher brasileira no imaginário europeu Autora: Mohammed ElHajji; Danubia Andrade e Larissa Gurgel Instituição /País: Pós-Graduação em Comunicação (ECO)/UFRJ, Brasil</p> <p>A construção da imagem do brasileiro em Portugal e as estratégias de afirmação identitária Autora: Renata Monteiro Instituição /País: Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa, Portugal</p> <p>Negociando de espaço em espaço até cruzar o Canal da Mancha: Uma análise social das redes migratórias que conectam o Alto Paranaíba à Londres Autor: Gustavo Dias Instituição /País: Goldsmiths College/ University of London, Inglaterra</p> <p>Da rede 'artesanal' para a rede 'global': uma análise das relações migratórias e os processos sociais, através do espaço virtual. Autora: Kachia Téchio; Andreia Pinto Instituição /País: CEG - IGOT/UL, Portugal</p> <p>As associações no contexto da migração brasileira na Bélgica: entre solidariedade e competição Autor: Bruno Zavarato e Mieke Schrooten Instituição /País: Université Libre de Bruxelles, Bélgica, Migration and Minority Research Centre/KU, Leuven, Bélgica</p> <p>(Des)(Re)Construções do Imaginário Social "Mulher Brasileira" nos Discursos Turísticos sobre o Brasil em Portugal Autora: Mariana Selister Instituição /País: CIES-ISCTE/IUL, Portugal</p>

Organização

5

Co-organização



<http://sites.google.com/site/seminariobrasileuropa2012/home>  
e-mail: seminariobrasileuropa2012@gmail.com

2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

**Dia 06 de Junho (Quarta-feira)**

09:00 - 11:00	<p><b>Painel VIII - Religião, Crenças e Cultos</b> <i>Coordenadora: Sueli Siqueira, Universidade Vale do Rio Doce</i></p> <p>Brasileiros ou portugueses? Religiões, Ritual e alívio do sofrimento em Portugal e suas pontes atlânticas Autora: Clara Saraiva Instituição /País: IICT, CRIA-FSCH/UN, Portugal</p> <p>The ESTABLISHMENT of Brazilian Pentecostal churches in Belgium - Reflections for a paradigm of transnational Brazilian Pentecostalism Autora: Elisabeth Mareels Instituição /País: Université Catholique de Louvain /Laap (Laboratoire d'Anthropologie Prospective), Bélgica</p> <p>Modos de conversão: Uma breve análise comparativa entre evangélicos e afro-brasileiros no contexto migratório. Autora: Joana Bahia, Kachia Téchio Instituição /País: UERJ/NIEM, Brasil; CEG/IGOT/UL, Portugal</p> <p>Ideologies in the faith lessons of Brazilian Pentecostal and Catholic churches in London Autora: Ana Beatriz Barbosa de Souza Instituição/País: Smiths College/University of London, Inglaterra</p> <p>Missionários brasileiros e práticas “alternativas” do Bem-estar social na Europa Pós-2008: Reflexões a partir de Roma e Barcelona Autor: Marcos de Araújo Silva, Donizete Rodrigues Instituição/País: Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, Universitat Rovira i Virgili, Espanha; Universidade da Beira Interior, CRIA, Portugal, University of Southern California, Estados Unidos da América</p>	
11:00 - 11:15	<p><i>Pausa Café</i></p>	
11:15 - 13:30	<p><b>Painel IX - Famílias, casamentos, novas conjugalidades</b> <i>Coordenadora: Elsa Rodrigues - UNL</i></p> <p>Departure and Arrivals: Motivations and experiences of Brazilian immigrant women in Norway Autora: Marcela Barreto Zapponi Instituição /País: Norwegian University of Science and Technology, Noruega</p> <p>Brasileiros que casam em Portugal (2001/2009) Autora: Madalena Ramos, Ana Cristina Ferreira Instituição/País: CIES - ISCTE/IUL; DINAMIA/CET/IUL, Portugal</p>	
Organização	6	Co-organização

2º Seminário sobre imigração brasileira na Europa,  
04 a 06 de Junho, Lisboa 2012.  
ISCTE-IUL

	<p style="text-align: center;"><b>Dia 06 de Junho (Quarta-feira)</b></p> <p><b>Painel IX - Famílias, casamentos, novas conjugalidades</b> <i>Coordenadora: Elsa Rodrigues - UNL</i></p> <p>Casamentos e Migração Internacional: notas a partir de uma etnografia sobre os relacionamentos afetivos entre brasileiras(os) e holandeses(as) Autora: Viviane Kraieski Assunção Instituição /País: VU University Amsterdam, Holanda, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.</p> <p>Dividindo o mesmo teto: o impacto das TIC nas relações familiares de migrantes brasileiros e seus familiares no Brasil Autora: Tânia Tonhati Instituição /País: Goldsmiths College/ University of London, Inglaterra</p> <p>Casamento Franco brasileiros: mulheres brasileiras casadas com franceses Autora: Marta dos Santos Silva Instituição /País: Université Paris-Sorbonne (Paris IV), França</p> <p>Trajetória a Família Conjugal Moderna: Configurações de Gênero no Contexto de Casamentos Interculturais Autora: Maria Medeiros Instituição /País: UFRN, Brasil</p>
11:15 - 13:30	
13:30 - 15:00	<p><b>Almoço - Assembleia de organização do próximo seminário</b></p>
15:00 - 17:00	<p><b>Mesa Redonda e Debate Final:</b> <b>“Novas Configurações da imigração brasileira para a Europa na atualidade II: relações interpessoais”</b></p> <p>Profa. Sueli Siqueira, Universidade Vale do Rio Doce, Brasil Prof. Jordi Roca i Girona, Universidad Rovira i Virgili, Espanha Profa. Beatriz Padilla, CIES-ISCTE/IUL, Portugal Coordenadora: Profa. Antónia Lima, CRIA-ISCTE/IUL, Portugal</p>

*Todas as atividades decorrerão no Piso 1 do Edifício II, do ISCTE-IUL:  
Grande Auditório e Sala de Exposições.  
Av.ª das Forças Armadas, 26  
1649-026 Lisboa*

Organização

7

Co-organização



<http://sites.google.com/site/seminariobrasileuropa2012/home>  
e-mail: [seminariobrasileuropa2012@gmail.com](mailto:seminariobrasileuropa2012@gmail.com)





### **SER BRASILEIRA EM PORTUGAL**

Este projecto surgiu como uma forma positiva de lidar com a burocracia do processo de legalização, com as situações de preconceito e com todas as adversidades dos primeiros tempos como imigrante em Portugal, uma espécie de auto-terapia.

Emigrar implica lidar com conflitos inevitáveis entre culturas diferentes, o que inclui, também, enfrentar os estereótipos e os preconceitos nas percepções mútuas, nas quais as mulheres são as maiores vítimas.

Consumimos os estereótipos sem os questionar, como consumimos produtos de um supermercado. Tendemos a formatar as pessoas a uma embalagem mental onde as encaixamos, independentemente 'do produto'.



Natural de São Paulo, Letícia Barreto é pintora, desenhadora, artista mixed media e arte-educadora. Com formação em artes plásticas em Florença, Itália, é mestre em artes visuais e intermedia pela Universidade de Évora. [www.brazucaemportugal.wordpress.com](http://www.brazucaemportugal.wordpress.com)

Para conhecer mais sobre o seu projeto, visite a exposição Woundscapes, suffering, creativity and bare life - no Pavilhão Preto do Museu da Cidade, de 18 de Maio a 08 de Julho (Campo Grande, 245). [www.woundscapes.com](http://www.woundscapes.com)



## **Lista de Autores**

- Abrantes, Manuel, [211](#)  
Almeida, Gisele Maria Ribeiro de, [69](#)  
Almeida, Lúcia Moreira, [113](#)  
Amorim, Ana Maria, [189](#)  
Assunção, Viviane Kraieski de, [349](#)
- Barreto, Alessandra Siqueira, [269](#)  
Barreto, Letícia, [411](#)
- Caldas, José, [113](#)  
Carrico, Viviane, [225](#)  
Cavalcanti, Leonardo, [7](#)  
Chaves, Tiago Miguel, [129](#)  
Ciuffoletti, Sofia, [279](#)
- Dolabella, Lira Turrer, [295](#)  
Duarte, Elisa Tavares, [239](#)  
Dória, Ana Schreck, [57](#)
- França, Thais, [159](#)  
Freitas, Ana Cláudia Cardoso de, [391](#)
- Garrido, Ana R. Urmeneta, [377](#)  
Girona, Jordi Roca, [377](#)  
Gracioli, Maria Madalena, [15](#)
- Iorio, Juliana, [85](#)
- Masanet, Erika, [173](#)  
Monteiro, Renata Lucia Tourinho, [309](#)
- Nicoli, Sandra, [29](#)
- Padilla, Beatriz, [1](#)
- Ramos, Natália, [103](#)  
Reis, Lyria, [103](#)  
Rodrigues, Donizete, [323](#)
- Santos, Aline, [255](#)  
Silva, Marcos de Araújo, [323](#)  
Silva, Marta dos Santos, [363](#)  
Siqueira, Sueli, [29](#)
- Togni, Paula Christofolletti, [43](#)
- Vieira, Adriana Dias, [279](#)
- Wanderley, Fernando Emílio Pereira, [269](#)
- Zapponi, Marcela Barreto, [337](#)